

## **Organizadores**

Aline Accorssi  
Andréa Barbará S. Bousfield  
Hebe Signorini Gonçalves  
Katia Aguiar  
Raquel S. L. Guzzo

# Distintas faces da questão social: desafios para a psicologia

**Coleção**  
***Práticas sociais, Políticas Públicas***  
***e Direitos Humanos***

**Coordenação**  
Ana Lúcia Campos Brizola  
Andrea Vieira Zanella



**Coleção**  
**Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**

Coordenação  
Ana Lúcia Campos Brizola  
Andrea Vieira Zanella

**Vol. 5 Distintas faces da questão social:  
desafios para a Psicologia**

Organização  
Aline Accorssi  
Andréa Barbará S. Bousfield  
Hebe Signorini Gonçalves  
Katia Aguiar  
Raquel S. L. Guzzo



Florianópolis  
2015

D614 Distintas faces da questão social [Recurso eletrônico on-line] : desafios para a Psicologia / organizadores Aline Accorssi [et al.]; Coordenação Ana Lídia Campos Brizola, Andrea Vieira Zanella. – Florianópolis : ABRAPSO : Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2015. 445p. : il. ; graf. , tabs. – (Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos; v. 5)

ISBN: 978-85-86472-24-4

Inclui referência

Modo de acesso:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104796>

1. Psicologia social. 2. Assistência social. 3. Comunidade.  
4. Políticas públicas. I. Accorssi, Aline ...[et al.]. II. Brizola, Ana Lídia Campos. III. Zanella, Andrea Vieira. IV. Série.

CDU: 316.6

### **Diretoria Nacional da ABRAPSO 2014-2015**

**Presidente:** Aluísio Ferreira de Lima

**Primeiro Secretário:** Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

**Segundo Secretário:** Leandro Roberto Neves

**Primeira Tesoureira:** Deborah Christina Antunes

**Segunda Tesoureira:** Renata Monteiro Garcia

**Suplente:** Carlos Eduardo Ramos

**Primeira Presidenta:** Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983)

### **ABRAPSO Editora**

Ana Lídia Campos Brizola

Cleci Maraschin

Neuza Maria de Fatima Guareschi

### **Conselho Editorial**

Ana Maria Jacó-Vilela – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Andrea Vieira Zanella - Universidade Federal de Santa Catarina  
Benedito Medrado-Dantas - Universidade Federal de Pernambuco  
Conceição Nogueira – Universidade do Minho, Portugal  
Francisco Portugal – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Lupicínio Íñiguez-Rueda – Universidad Autonoma de Barcelona, Espanha  
Maria Lívia do Nascimento - Universidade Federal Fluminense  
Pedrinho Guareschi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Peter Spink – Fundação Getúlio Vargas

### **Edições do Bosque Gestão 2012-2016**

Ana Lídia Campos Brizola

Paulo Pinheiro Machado

### **Conselho Editorial**

Arno Wehling - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO  
Edgardo Castro - Universidad Nacional de San Martín, Argentina  
Fernando dos Santos Sampaio - UNIOESTE - PR  
José Luis Alonso Santos - Universidad de Salamanca, Espanha  
Jose Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Leonor Maria Cantera Espinosa - Universidad Autonoma de Barcelona, Espanha  
Marc Bessin - École des Hautes Études en Sciences Sociales, France  
Marco Aurélio Máximo Prado - Universidade Federal de Minas Gerais

## Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

<http://www.abrapso.org.br/>

## Sobre as Edições do Bosque

As *Edições do Bosque* tem como foco a publicação de obras originais e inéditas que tenham impacto no mundo acadêmico e interlocução com a sociedade. Compõe-se de um conjunto de Coleções Especiais acessíveis no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina. A tônica da Editoria é aproximar os autores do público leitor, oferecendo publicação com agilidade e acesso universal e gratuito através dos meios digitais disponíveis. A Editoria do Bosque conta com a estrutura profissional e corpo científico do Núcleo de Publicações (NUPPE) do CFH/UFSC.

<http://nuppe.ufsc.br/>

**Revisão:** CCLI Consultoria linguística

**Editoração:** Spartaco Edições

**Capa e Projeto gráfico:** Spartaco Edições



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

## Sumário

<b>A Coleção</b>	<b>01</b>
<b>Apresentação</b>	<b>03</b>
Raquel S. L. Guzzo	
<i>Sessão I REALIDADE BRASILEIRA REVELADA PARA A PSICOLOGIA</i>	
<b>A internação compulsória de adolescentes usuários de drogas e a noção de economia política</b>	<b>08</b>
Daniel Dall'Igna Ecker	
Lutiane de Lara	
Neuza Maria de Fátima Guareschi	
<b>A produção de conhecimento da Psicologia na interface com o sistema socioeducativo</b>	<b>32</b>
Renata Laureano da Silva	
Aline Kelly da Silva	
Simone Maria Hüning	
<b>Memória histórica e trauma psicossocial no massacre de Felisburgo (MG)</b>	<b>51</b>
Fabiana de Andrade Campos	
Raquel Bibiana da Silva	
Susana Nogueira Balsa Coelho	
<b>Problematizando a participação comunitária em projetos em unidade de conservação na Amazônia</b>	<b>66</b>
Marcelo Gustavo Aguilár Calegare	
Maria Inês Gasparetto Higuchi	

**Sobre movimentos sociais, cursinhos populares e envolvimento político de estudantes** 88  
Antonio Euzébio Filho

**Produção de vida e morte jovem: psicologia entre os caminhos de liberdade e segurança** 113  
Carla Lavarda Concentino Caetano  
Andrea Cristina Coelho Scisleski

**Direitos sexuais e direitos reprodutivos para mulheres jovens rurais? Tensões e impasses** 128  
Fernanda Sardelich Nascimento  
Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro  
Jaileila de Araújo Menezes  
Karla Galvão Adrião  
Débora Cavalcanti dos Santos

**Pobreza e suas implicações psicossociais** 149  
Verônica Moraes Ximenes  
Lorena Brito da Silva  
Elívia Camurça Cidade  
Carla Evelline de Sousa Camurça  
Alana Braga Alencar

*Sessão II A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL*

**A psicologia no campo da assistência social: concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS** 177  
Cândida Maria Bezerra Dantas  
Isabel Fernandes de Oliveira

**A pobreza como porta de entrada: análise psicopolítica das práticas do CRAS** 197  
Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello  
Soraia Ansara

**O fazer psicológico e o perfil do usuário em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) 222**

Camila dos Santos  
Roberta Fin Motta

**A atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social: desafios e possibilidades 242**

Miriam Esperidião de Araújo  
Luis Guilherme Galeão-Silva

**Coletivos de discussão do trabalho como estratégia de saúde no contexto da assistência social 271**

Elisa Marder Zampieri  
Gabriela Girardi Hall

**Grupos no CRAS: práticas normativas ou agenciamento de grupos dispositivos? 290**

Pierra Beatriz Cavalcante Oliveira  
Saulo Luders Fernandes

**Grupos no cárcere: uma experiência possível 315**

Ana Marcela da Silva Terra  
Hebe Signorini Gonçalves

*Sessão III COMUNIDADE E PSICOLOGIA*

**Conexões de saberes: exercício de psicologia social comunitária na universidade 335**

Mírian Toshiko Sewo  
Cássia Fabiane dos Santos  
Rosa Lúcia Rocha Ribeiro.

**Comunidade e psicologia social comunitária: sistematização de experiências educativas 347**

Rubens Ferreira do Nascimento  
Cléria Rocha Matias de Almeida



<b>As práticas punitivo-repressivas na socioeducação e a invenção de práticas libertárias na resolução de conflitos</b>	<b>367</b>
Júlia Dutra de Carvalho Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto Paula Marques da Silva	
<b>A noção de “vínculo afetivo” nos serviços de proteção social especial de alta complexidade para crianças e adolescentes</b>	<b>388</b>
Valeska Campos Tristão Gilead Marchezi Tavares Vivianni Barcellos de Araujo	
<b>Amizade e contracondutas</b>	<b>409</b>
Rafael Coelho Rodrigues Silvio Ricardo Munari Machado	
<b>A atuação dos/as psicólogos/as nos CRAS, em Florianópolis, e alguns desafios para a formação</b>	<b>423</b>
Andréa Vieira Zanella Andréa Barbará S. Bousfield Aida Nascimento do Vale Moreira	
Sobre os autores	<b>439</b>

## **A coleção**

*Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos* reúne trabalhos oriundos do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em outubro de 2013. Comemorando 30 anos, ao realizar esse evento que aliou ensino, pesquisa e atuação profissional em Psicologia Social implicada com o debate atual sobre problemas sociais e políticos do nosso país e sobre o cotidiano da nossa sociedade, a ABRAPSO reafirmou sua resistência política à cristalização das instituições humanas.

A ABRAPSO nasceu comprometida com processos de democratização do país, a partir de uma análise crítica sobre a produção de conhecimento e atuação profissional em Psicologia Social e áreas afins. O horizonte de seus afiliados é a construção de uma sociedade fundamentada em princípios de justiça social e de solidariedade, comprometida com a ampliação da democracia, a luta por direitos e o acolhimento à diferença. Nossas pesquisas e ações profissionais visam a crítica à produção e reprodução de desigualdades, sejam elas econômica, racial, étnica, de gênero, por orientação sexual, por localização geográfica ou qualquer outro aspecto que sirva para oprimir indivíduos e grupos. Os princípios que orientam as práticas sociais dos afiliados à ABRAPSO são, portanto, o respeito à vida e à diversidade, o acolhimento à liberdade de expressão democrática, bem como o repúdio a toda e qualquer forma de violência e discriminação. A ABRAPSO, como parte da sociedade civil, tem buscado contribuir para que possamos de fato avançar na explicitação e resolução de violências de diversas ordens que atentam contra a dignidade das pessoas.

Os Encontros Nacionais de Psicologia Social promovidos pela ABRAPSO consistem em uma das estratégias para esse fim. Foi um dos primeiros eventos nacionais realizados na área de Psicologia (em 1980) e se caracteriza atualmente como o 3º maior encontro brasileiro de Psicologia, em número de participantes: nos últimos encontros congregou em média 3.000 participantes e viabilizou a apresentação de mais de 1.500 trabalhos.

O XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social foi concebido a partir da compreensão de que convivemos com violências de diversas ordens, com o aviltamento de direitos humanos e o recrudescimento de práticas de sujeição. Ao mesmo tempo, assistimos à presença cada vez maior de psicólogos(as) atuando junto a políticas de governo. Ter como foco do Encontro Nacional da ABRAPSO a temática **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos** possibilitou o debate desses acontecimentos e práticas, das lógicas privatistas e individualizantes que geralmente os caracterizam e os processos de subjetivação daí decorrentes. Ao mesmo tempo, oportunizou dar visibilidade às práticas de resistência que instituem fissuras nesse cenário e contribuem para a reinvenção do político.

Neste XVII Encontro, além da conferência de abertura, simpósios, minicursos, oficinas e diversas atividades culturais, foram realizados 39 Grupos de Trabalho, todos coordenados por pesquisadores/doutores de diferentes instituições e estados brasileiros. Estes coordenadores selecionaram até cinco trabalhos, entre os apresentados em seus GTs, para compor a presente coletânea. Um entre os proponentes de cada grupo responsabilizou-se pelo processo editorial que envolveu desde o convite para apresentação dos trabalhos completos, avaliação por pares, decisões editoriais e reunião da documentação pertinente. Como resultado, chegou-se à aprovação de 148 textos. Organizados por afinidades temáticas, mantendo-se os conjuntos dos GTs, estes passaram a compor os oito volumes desta Coleção. Para apresentar as edições foram convidados pesquisadores que participaram na coordenação de GTs ou organização do evento, com reconhecida produção acadêmica nas temáticas abordadas.

Agradecemos a todos os envolvidos neste projeto: trata-se de um esforço conjunto não apenas para a divulgação das experiências e do conhecimento que vem sendo produzido na Psicologia Social brasileira, em particular no âmbito da ABRAPSO, mas para a amplificação do debate e provocação de ideias e ações transformadoras da realidade social em que vivemos.

*Ana Lídia Brizola*

*Andréa Vieira Zanella*

## **Apresentação**

# **Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia**

Raquel S. L. Guzzo

Essa publicação cumpre com um dos importantes objetivos da ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social, por ocasião de seu XVII Encontro Nacional, de 2013, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina.

O Encontro foi um bem sucedido evento, mas, como todos, se não resulta em uma produção científica, corre o risco de se desmanchar no tempo e não deixar raízes. Para a história da produção científica brasileira nesse campo, o esforço em produzir o que foi debatido no interior do evento é bem vindo. Esse evento estruturou-se por meio de Grupos de Trabalho que acolheram, conforme suas especificidades definidas previamente, trabalhos de pesquisadores e estudantes que tinham em comum alguns eixos das temáticas definidas nos Grupos. A proposta, ao final dos três dias de apresentações, era de que os cinco melhores trabalhos, definidos pela coordenação de cada GT, pudessem fazer parte de uma edição conjunta em forma de e-book.

O compromisso de socializar as produções do evento materializou-se em diversas publicações, das quais essa é uma delas. Esse livro, portanto, é resultado das apresentações selecionadas por cinco grupos de trabalhos, que se voltaram a um debate importante na Psicologia, o qual desloca a atenção para temas ainda pouco presentes na formação e exercício profissional - as comunidades, as políticas públicas e sociais, e os direitos humanos diante de uma conjuntura de desigualdade, violência e

exploração no cotidiano de mulheres, crianças e homens pertencentes à classe trabalhadora.

A proposta está estruturada em duas partes: a *primeira, introdutória*, apresenta os grupos de trabalho que fazem parte desse livro e seus objetivos; a *segunda, temática*, organiza uma sequência de artigos em temas comuns não necessariamente na ordem em que foram apresentados dentro de seus grupos em três sessões distintas – uma que chama a atenção para dimensões da realidade, presentes em nossa vida e pouco discutidas no cotidiano de formação nos cursos de graduação; a outra problematiza a presença de profissionais de Psicologia junto ao Sistema Público de Saúde e Assistência, enfocando a dimensão da ação e formação; por fim, não menos importante, a relação entre comunidade e Psicologia.

Os Grupos de Trabalho, embora tivessem um objetivo comum – o enfrentamento da questão social pela Psicologia, possuem especificidades tanto nos fundamentos teóricos quanto no desenvolvimento de sua proposta. Os grupos de trabalho que fizeram parte desse livro são cinco, a saber: Comunidade, Política e Psicologia; Pobreza e Políticas Sociais; Problemáticas Psicossociais em Contexto do SUAS; Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil e Produção Subjetiva e Práticas de Assistência à Infância e à Juventude no Brasil. O quadro abaixo apresenta os objetivos gerais de cada grupo. Uma breve apresentação dos objetivos mais gerais de cada um dos grupos ajudará a entender a importante contribuição desse livro.

Grupos de trabalho	Objetivos
Comunidade, Política e Psicologia	O GT proposto pretende reunir trabalhos que enfatizem as possibilidades de intervenção e atuação nos diversos contextos e dinâmicas comunitárias, tendo como paradigmas epistemológicos os aportes da Psicologia Social Comunitária e da Psicologia Política latino-americanas e suas relações com as práticas psicológicas de intervenção nesses contextos.

Pobreza e Políticas Sociais	O GT proposto pretende problematizar questões a cerca da(s) pobreza(s) e da(s) desigualdade(s) social(is) na sociedade brasileira, bem como os modos de superação, via políticas e movimentos sociais articulados por diferentes atores.
Problemáticas Psicossociais em Contexto do SUAS	Desmembrado de outro grupo pelo grande número de trabalhos aprovados.
Assistência social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil	Esse GT pretende trabalhar as questões relacionadas à problemática da Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude como campo de produção de conhecimento e de intervenção de diversas áreas do saber.
Produção Subjetiva e Práticas de Assistência à Infância e à Juventude no Brasil	Esse GT pretende colocar em discussão as estratégias biopolíticas de governo conduzidas pelas práticas profissionais, no contexto da política de assistência social voltada para a infância e a juventude.

Os diversos capítulos desse livro, embora variados em termos de fundamentos teóricos e metodológicos, apresentam duas condições atuais e importantes para a Psicologia : uma delas é demonstrar, por meio de suas provocações, problematizações e desafios, o quanto estamos distantes do real ainda, apesar de esforços coletivos e institucionais para nos descolarmos do perfil de profissional autônomo e liberal característico no início da regulamentação no Brasil e a outra é escancarar como a formação profissional em Psicologia, seja em nível de graduação ou outros níveis não se reestruturou para dar conta dessa realidade em que psicólogos e psicólogas estão inseridos. Arrisco dizer que, apesar de tudo, nada mudou na formação que pudesse fornecer aos estudantes oportunidades

de refletir criticamente sobre as distintas faces da questão social e como a Psicologia deve se organizar diante delas.

De modo a apresentar essa produção, os capítulos foram agrupados em três partes: a primeira com oito capítulos que apresentam a realidade brasileira revelada pela prática profissional, desafiando a Psicologia a pensar por quais caminhos poderá lidar com os problemas sociais; a segunda em seis capítulos, foca na relação da Psicologia com a Assistência Social um espaço de imensos desafios àqueles e àqueles profissionais de Psicologia que ingressaram nos serviços públicos ou trabalham em organizações não governamentais diretamente com a materialização da pobreza, da desigualdade social, da violência contra mulheres e crianças, com o desemprego, com o adoecimento e que nos faz pensar que o trabalho nas políticas públicas, ao mesmo tempo em que nos torna profissionais com um outro perfil, devassa nossos dilemas de formação e desamparo no exercício de nossas tarefas. A terceira e última parte, contém seis artigos reveladores também de dimensões comunitárias do trabalho psicológico, terminando com um questionamento evidente sobre nosso despreparo para lidar com estas condições sociais.

É preciso pensar de modo claro e consciente a quem a Psicologia como profissão vai servir. É preciso que todas essas revelações trazidas por esses capítulos aqui organizados nos forneçam elementos fundamentais para fazermos avançar o conhecimento da área, mas também que se traduzam como instrumentos apropriados para sustentar a prática dos distintos campos de trabalho, como a Justiça, a Saúde, a Assistência, a Educação, as organizações comunitárias, os movimentos sociais, espaços, por excelência, de trabalho de psicólogos e psicólogas que desafiam o senso comum e o conservadorismo da formação que tiveram e se aventuram a buscar soluções no cotidiano de trabalho que nem sempre foram debatidas em sala de aula, tampouco a produção do conhecimento científico assegura sustentar.

O questionamento às políticas sociais e públicas ficaram evidentes nesses trabalhos aqui apresentados. Leitura crítica da realidade, análise da conjuntura social e econômica sob o capitalismo, fundamentos teóricos e metodológicos integrando filosofia, sociologia e outras abordagens da Psicologia, além de categorias como memória histórica, pobreza, consciência de classe, preservação ambiental, produção de vida e morte, fa-

talismo, direitos sexuais e reprodutivos, amizades, vínculos, resistência, potência, repressão, complexidade são alguns dos destaques dessa produção que sacode as estruturas da Profissão e nos chama a pensar sobre que Psicologia estamos construindo e para quem?

Mais do que apresentar resumidamente cada capítulo, eu gostaria que a curiosidade pudesse nortear a leitura e as reflexões decorrentes dela para que alguma mudança real acontecesse, principalmente nas salas de aula, que prepararam estudantes de Psicologia para o exercício militante, engajado, compromissado com a profissão reconhecendo que para ser Psicólogo ou Psicóloga no Brasil é preciso muito mais do que um diploma... é preciso uma decisão política de se envolver de modo consciente com a realidade tendo como horizonte a mudança efetiva e revolucionária das condições atuais de vida da maioria da população.



# **A internação compulsória de adolescentes usuários de drogas e a noção de economia política**

Daniel Dall'Igna Ecker

Lutiane de Lara

Neuza M. de F. Guareschi

## **Introdução ao estudo**

Este texto deriva de um estudo integrado à pesquisa “A relação entre justiça e saúde mental no contexto dos adolescentes usuários de drogas”<sup>1</sup>, desenvolvida no grupo de pesquisa Estudos Culturais e Modos de Subjetivação junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste escrito, temos como objetivo problematizar a noção de economia política, proposta por Michel Foucault, através da análise dos processos de internação compulsória de adolescentes usuários de drogas que acessaram um serviço de saúde mental de Porto Alegre<sup>2</sup>.

Entendida como um recurso que deveria ser a última estratégia de cuidado, a internação compulsória foi, principalmente no ano de 2013, alvo de discussões e de disputa de interesses. Essa questão emerge, especialmente, tendo em vista as consequências da possível aprovação do Projeto de Lei (PL) n. 7663, de 2010, do Deputado Federal Osmar Terra que, além de outras providências, altera as disposições referentes à internação compulsória, priorizando a institucionalização psiquiátrica em detrimento de outros tipos de intervenções no tratamento de jovens usuários de drogas.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo Edital Universal MCTI/CNPq n. 14/2012 coordenada pela Profª Drª Neuza Maria de Fátima Guareschi.

<sup>2</sup> O serviço referido é o Centro Integrado de Atenção Psicossocial – Infância e Adolescência (CIAPS) que atende diversas especificidades vinculadas a transtornos mentais no contexto da infância e da juventude. Esse é o único serviço da região que oferece a modalidade de internação para usuários da zona metropolitana e do interior do Estado do Rio Grande do Sul (RS).

Esse PL, que aguardava retorno na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em 2014, fez emergir discussões no campo *psi* prioritariamente pautadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Os debates fazem originar um Parecer de 51 páginas escrito por representantes do CFP que reconhecem a complexidade da temática do uso de drogas e, enquanto categoria, manifestam:

opinião contrária à aprovação do PL nº 7663/2010, e ao seu Substitutivo, considerando-os como graves ameaças aos direitos civis e caminhos totalmente equivocados para uma resposta pública eficiente diante dos problemas de saúde pública que envolvem o abuso de drogas no Brasil ... Trata-se, em síntese, do desafio de colocar o Brasil em sintonia com aquilo que de mais avançado se tem produzido em todo o mundo, superando a tradição de demagogia política, alarme social e intolerância e as perplexidades e fracassos delas resultantes. (Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 47)

Apesar dos acirrados debates de 2013, a internação compulsória constituía-se como uma ação executada pelos meios jurídicos mesmo anteriormente ao Projeto de Lei de 2010. Essa realidade já era possível de ser visualizada quando finalizamos a primeira etapa desta pesquisa, sobre a relação entre justiça e saúde mental no contexto de adolescentes usuários de drogas, no final do ano de 2011. Assim, a partir do ano de 2012 e no decorrer de 2013 adentramos na segunda etapa do estudo buscando na ideia de economia política (Foucault, 2004) uma ferramenta teórica para colocar nosso campo de estudo em análise e ampliar nossas possibilidades de reflexão e entendimento sobre a temática.

A noção de economia política é apresentada por Michel Foucault, principalmente, a partir do curso ministrado no Collège de France de janeiro a abril de 1979, que resulta no livro *Nascimento da biopolítica* (Foucault, 2004). Efetuando uma continuidade às discussões do curso anterior, *Segurança, território e população* (Foucault, 2008), o autor dá sequência à análise dos modos de governamentalidade liberal, descrevendo sobre as racionalidades políticas nas quais, em seu interior, foram inseridas as problemáticas específicas da vida e da população. A economia política vai ser apontada como uma nova forma de limitação da ação governamental impulsionada pelos liberais: propõe-se governar menos, utilizando-se da naturalização de fenômenos como meio de se gerenciar cotidianos, em busca da eficácia máxima da ação do governo.

O liberalismo e o estudo de duas grandes escolas neoliberais do século XX, o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo da Escola de Chicago, fazem Michel Foucault adentrar o campo da história contemporânea colocando em evidência o papel ambivalente da sociedade em relação ao governo. A produção de liberdades necessárias para que o liberalismo econômico possa operar permanentemente coloca os sujeitos em uma relação correlativa de produção. A sociedade deixa de se opor ao Estado e passa a ser entendida como necessária para que a própria noção de Estado possa existir e operar (Foucault, 2004).

Assim, nos aproximamos da relação entre justiça e saúde mental, entendendo esses campos como elementos que compõem a noção de Estado. A partir deles, nos propomos a pensar a internação compulsória de adolescentes usuários de drogas utilizando a ideia de economia política, do autor Michel Foucault, como ferramenta teórica balizadora de nossos percursos. Dessa forma, a seguir, descreveremos os passos da pesquisa que nos levaram à questão das racionalidades de governo, inicialmente detalhando o processo de internação compulsória e os percursos do jovem no serviço. Após, adentraremos a noção de economia política e, a partir dos dados obtidos na primeira etapa da pesquisa, descreveremos como essa questão teórica de Foucault nos permite ampliar a visão sobre o tema abordado.

### **Percursos da pesquisa**

A intensão em estudar, especificadamente, a internação compulsória de adolescentes usuários de drogas, no contexto do Rio Grande do Sul, surge a partir da massiva campanha midiática intitulada “Crack, nem pensar” (“Guerra ao crack”, 2009). O conteúdo discursivo da campanha que propagava uma estética da droga como “destruição do humano” vem a alarmar para um suposto aumento no número de “usuários-problema” no campo do uso de substâncias químicas, dando especial ênfase ao Crack. A partir de nossa aproximação com profissionais dos serviços de saúde nota-se, através de seus relatos, que a demanda de atendimentos encaminhados aos serviços justificados pela problemática do uso de drogas aumenta consideravelmente naquele período. Nesse encontro entre usuários e profissionais da saúde, visualizamos que a

atenção básica e os serviços de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS) não sustentavam a grande demanda de atendimentos, especialmente para tratamento de crianças e adolescentes usuários de drogas.

Percebemos que a rede básica de saúde, que deveria dar contingência e servir de referência para os problemas de saúde mais recorrentes na população, enfrentava um despreparo para atender pacientes usuários de drogas, tendo no encaminhamento para os serviços especializados uma resposta frequente para essas situações. A falta de serviços especializados, a dificuldade de construção dos fluxos de encaminhamento na rede pública, as exigências impostas para a continuidade do tratamento e o despreparo da atenção básica para dar contingência a essas situações, somados ainda ao aumento concreto da demanda por atendimento nessa modalidade, não foram acompanhados pelo crescimento na oferta de serviços. Essa conjuntura acabava dificultando ou, em alguns casos, impossibilitando a chegada de crianças e adolescentes usuários de drogas aos serviços de saúde mental. Os limites encontrados nas políticas de saúde direcionavam a população a buscar a materialização de alguns de seus direitos constitucionais através de estratégias via campo jurídico, como já nos denunciavam estudos anteriores (Reis, 2012).

Ao nos aproximarmos de um serviço de saúde mental de Porto Alegre, que atendia crianças e adolescentes, percebemos que essa relação entre justiça e saúde mental estava frequentemente presente, principalmente através das internações via medida judicial, ou seja, através da internação compulsória. A internação compulsória, definida aqui como uma medida solicitada por familiares, serviços de saúde, pessoas próximas ao usuário de droga, ou via outros meios, aciona o jurídico visando tornar ágil e efetivo o acesso do sujeito a algum serviço de saúde que lhe atenda. De caráter obrigatório, a compulsoriedade nos encaminhamentos tem sido evidenciada em pesquisas da área da Psicologia como uma medida frequente no contexto de usuários de drogas (Scisleski & Maraschin, 2008).

Na Lei n. 10.216 de 6 de abril de 2001, que surge junto aos movimentos da Reforma Psiquiátrica, a internação compulsória já estava prevista como uma ação determinada pela justiça que visaria a proteger e garantir os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, es-

pecialmente o direito à proteção da vida (Lei n. 10.216, 2001). Essa lei é promulgada em um momento em que se buscava redirecionar os modelos assistenciais em saúde e tinha-se como intenção superar práticas tradicionais e hospitalocêntricas de atenção à saúde mental que até então estavam configuradas. Em seu processo de tramitação, a lei manteve-se por mais de uma década transitando pelo Congresso Nacional até que pudesse ser instituída enquanto garantia jurídica<sup>3</sup>. Em sua estrutura principal a lei está marcada por uma lógica antimanicomial, que garante a proteção de direitos do sujeito com transtorno psíquico e reestabelece as formas de controle sobre ele para que estas não sejam mais abusivas, como anteriormente se apresentavam. No que se refere à internação, a Lei n. 10.216 de 2001 institui que:

Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º. (Lei n. 10.216, 2001)

Ao ser proposta, na Lei de 2001, a internação como uma medida indicada apenas quando os recursos extra-hospitalares se tornarem insuficientes, nos surpreendemos ao nos depararmos com os dados abaixo que foram obtidos no serviço de saúde mental aqui colocado em questão (Tabela 1). Nesse levantamento podemos visualizar o número de ingres-

<sup>3</sup> O Projeto inicialmente apresentado sobre a reforma foi proposto pelo deputado Paulo Delgado (PT/MG) em 1989. A Lei 10.216 foi aprovada apenas em 2001 e resultou de um substitutivo construído após diversas negociações parlamentares ao longo dos dez anos anteriores (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

so em um Hospital Psiquiátrico<sup>4</sup> durante o período de três anos, assim como é possível saber informações sobre as internações ocorridas na unidade de crianças e adolescentes e quais dessas foram realizadas via medida judicial. Esses dados foram encontrados em nossa primeira etapa da pesquisa que buscava construir um panorama do processo de internação compulsória, na unidade que atende crianças e adolescentes no Hospital:

**Tabela 1. Número de ingressos no Hospital Psiquiátrico São Pedro e no Centro Integrado de Atenção Psicossocial - Infância e Adolescência (CIAPS) durante o período de três anos**

	<b>Hospital Psiquiátrico</b> (No total das 7 unidades)	<b>CIAPS</b> (total de crianças e adolescentes)	<b>CIAPS</b> (por medida judicial, crianças e adolescentes)	<b>CIAPS</b> (por medida judicial, adolescentes com diagnóstico de uso de drogas associado a transtorno mental)
<b>2008.2</b>	809	134	49	38
<b>2009</b>	1386	280	57	33
<b>2010</b>	1422	272	41	26
<b>2011.2</b>	712	148	23	10
<b>Total</b> (3 anos)	4329	834	170	107

Fonte: Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro, Porto Alegre, RS.

Como evidenciamos através dos resultados visíveis na Tabela 1, nos três anos estudados a unidade de internação de crianças e adolescentes

<sup>4</sup> O Hospital Psiquiátrico São Pedro foi a primeira instituição psiquiátrica de Porto Alegre. Fundado em 13 de maio de 1874, atualmente tem como missão cuidar do doente mental e formar recursos humanos para esta finalidade. Tem passado por uma profunda transformação, também em consequência da Reforma Psiquiátrica. O Hospital é referência para 88 municípios da região metropolitana (aproximadamente cinco milhões de pessoas). Esse atendimento se dá através de suas sete unidades: (a) Unidade para dependência química, (b) Unidade para pacientes agudos, (c) Centro Integrado de Atenção Psicossocial - Infância e Adolescência (CIAPS), (d) Serviço de emergências psiquiátricas, (e) Unidade de observação, (f) Centro de Reabilitação, e (g) Ambulatório especializado em saúde mental, com programas de atendimento para as principais patologias mentais (Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, 2014).

obteve 834 internações. Destas, 170 foram devido à medida judicial (internação compulsória). Assim, encontramos através da análise do caderno de triagens que, em três anos, do total de internações da unidade, 20% foram via medida judicial. Esse número denunciava a nós um dado significativo no que se referia à relação entre saúde e justiça no campo da saúde mental. Como o nosso projeto de pesquisa delimitava a discussão com foco na adolescência e uso de drogas, selecionamos o dado da última coluna da tabela, à direita, que nos mostrava que nesses três anos de análise, das 834 internações, 107 eram de adolescentes com diagnóstico de uso de drogas associado a algum transtorno mental. Todas essas 107 internações haviam ocorrido devido à medida judicial (Guareschi, Ecker, Souza, & Galarca, no prelo).

No intuito de conhecer o processo de internação desses 107 jovens, saímos do setor de triagem e nos aproximamos da unidade de internação, através do contato com os prontuários desses adolescentes. Os prontuários, que são pastas nas quais são centralizados todos os materiais que se referem ao jovem atendido, ficam arquivados na instituição sempre que cada jovem obtém alta. A ideia de centralizar os documentos nessa pasta tem como objetivo disponibilizar aos profissionais do serviço uma via de acesso único à descrição documental sobre a vida do sujeito, quando ele retorna à instituição, ou quando algum profissional de outro serviço necessita de informações.

Quando chegam ao Hospital Psiquiátrico, todos os usuários passam pelo processo de triagem no qual será definida a unidade à qual serão encaminhados. A triagem funciona 24 horas por dia e nela é feita a avaliação dos sujeitos por um psiquiatra, acompanhado de um assistente social quando disponível, que verifica a necessidade ou não de internação. Se indicada a internação, o psiquiatra deve estabelecer um diagnóstico de pré-internação (passível de modificação após ingresso no serviço) ou se orientar a partir dos diagnósticos estabelecidos nos encaminhamentos trazidos pelos adolescentes que, de forma geral, se baseiam nos critérios da Classificação Internacional de Doenças - CID-10 (Organização Mundial da Saúde - OMS, 2003). Para ter acesso a qualquer unidade do local, é obrigatório que na avaliação de triagem conste um diagnóstico, visto que sem o diagnóstico não se pode acessar o serviço. Na prestação de contas para o Estado, o que justifica o custeio da in-

ternação seria a existência de uma doença e o diagnóstico serviria para afirmá-la enquanto existente.

Após a indicação de internação é feito um registro do usuário no livro de baixa<sup>5</sup>. Neste livro há uma tabela com diversas colunas que solicitam informações sobre o sujeito que se cadastra: data de ingresso no Hospital, data da baixa na unidade, número do leito em que ele residirá temporariamente, nome do paciente, número da CID-10, sexo, idade, município, nome do acompanhante, se é primeiro ingresso na unidade ou se é regresso, número do prontuário, se é internação por ordem judicial ou não, se foi medicado na unidade ou não, nome da unidade em que será internado, nome do psiquiatra, do médico clínico, da assistente social e do administrativo que o atendeu (Guareschi et al., no prelo).

Em seguida ao cadastro, o usuário recebe uma pasta, na qual ficarão centralizados todos os materiais referentes a ele (documentos jurídicos, exames de saúde, receitas de medicação, encaminhamentos dos serviços de saúde etc.). Esses documentos, em sua maioria, são trazidos por pessoas que serão cadastradas no Hospital como as responsáveis por aquele usuário. Além dos documentos trazidos pelos responsáveis, o usuário também recebe da instituição, após o cadastro, o chamado “kit de internação”. Este kit é composto por seis documentos impressos em papel: (a) Ficha organizadora, (b) Cadastro individual, (c) Lista de problemas, (d) Plano de tratamento individual, (e) Evolução, e (f) Guia de encaminhamento de egresso/nota de alta.

Todos os seis documentos descritos acima, juntos àqueles trazidos pelos usuários ou seus responsáveis, fazem parte da composição inicial dos prontuários e serão montados para todos os sujeitos, independentemente da unidade à qual forem encaminhados. Chamamos de composição inicial, pois ao longo de todo o processo de internação novos exames serão feitos, novos diagnósticos serão elaborados e alguns dos documentos que inicialmente estavam em branco, quando inseridos nos prontuários, serão preenchidos dentro das unidades pelos profissionais. Ao obter a alta da instituição, o sujeito atendido terá seu prontuário arquivado em uma sala, no próprio Hospital, em que se centralizam todos os prontuários dos usuários das sete unidades.

---

<sup>5</sup> Livro de baixa é o nome utilizado pelos funcionários do serviço para descrever o caderno de registro no qual se anotam os dados dos usuários que ingressam no serviço.



Na primeira etapa da pesquisa, ao nos aproximarmos dos prontuários dos jovens internados na unidade de crianças e adolescentes, tivemos a oportunidade de acessar, efetuar a leitura e análise de todos os prontuários dos jovens que foram internados no ano de 2010, via medida judicial, devido transtorno mental associado ao uso de drogas. Totalizamos a análise de 33 prontuários ao longo da primeira etapa da pesquisa. Elegemos acessar os do ano de 2010, devido à grande repercussão na mídia que a internação obteve nesse período, principalmente através das campanhas de combate às drogas, especialmente sobre o uso do crack (Guareschi et al., no prelo).

É interessante destacar que o diagnóstico de transtorno mental devido ao uso de drogas nem sempre estava presente na vida do jovem, enquanto uma categoria que o classificava, até ele acessar o serviço aqui analisado. A ordem judicial, documento obrigatório nas internações compulsórias, assinado por um representante da justiça que dá obrigatoriedade à internação, será a primeira via de acesso ao diagnóstico para aqueles que anteriormente não o possuíam. Nesta ordem judicial, o juiz solicita que o serviço faça uma avaliação médica do adolescente, a qual ocorre na unidade de triagem, como descrito anteriormente. Assim, o juiz elabora esse documento visando à condução do jovem para o serviço de saúde devido a uma suposta, mas ainda não confirmada, necessidade de internação. De forma geral, as justificativas que embasam o documento jurídico se baseiam em relatos dos profissionais ou de familiares que estavam em contato com o adolescente antes do atendimento na unidade do Hospital Psiquiátrico. São esses discursos **dos outros**, profissionais de saúde ou familiares, que vão definir a necessidade da avaliação daquele sujeito.

De forma geral, as ordens judiciais se utilizam da descrição e da exaltação do comportamento e da conduta do adolescente para embasar suas justificativas de encaminhamento como, por exemplo: eles criam situações de conflito, não obedecem às regras, não obedecem às determinações médicas e utilizam drogas. Mesmo sendo um pedido de avaliação, a ordem judicial tem características de medida de segurança. Essa medida surge como forma de *“segregação de quem expõe a perigo a integridade de seus familiares e compromete a segurança da sociedade”*. Para efetivar a ordem judicial o juiz sugere e autoriza que os profissionais do serviço de saúde utilizem *“força policial para fiel cumprimento da medida”*, assim

como ele indica a *“permissão para o Oficial de Justiça/Proteção proceder arrombamento de obstáculos ou requisitar força pública”*. São esses discursos, colocados em documentos impressos, que garantem o encaminhamento do jovem para o serviço de internação aqui estudado.

Como já relatamos, a internação em todas suas modalidades é uma medida prevista na Lei n. 10.216, que deveria ser indicada apenas quando os recursos extra-hospitalares se mostrassem insuficientes (Lei n. 10.216, 2001). O que estudos indicam é que, na prática, ela tem servido para dar conta da falta de serviços de atenção primária ou de promoção de saúde no campo do uso de drogas, como estratégia para afastar o jovem “problema” temporariamente ou pela própria dificuldade de o Estado dar conta de outros modos de vida como, por exemplo, dos moradores de rua, que possuem outras formas de habitar a cidade e de se relacionarem consigo (Reis, 2012).

Mediante a análise dos 33 prontuários, percebemos que muitos desses casos acabam por chegar ao serviço via medida judicial como forma de agilizar uma ação mais eficaz do sistema Estatal sobre eles. Na análise do material, evidenciamos, por exemplo, que na avaliação psiquiátrica da triagem o relato do entendimento sobre o jovem é muito sucinto. Geralmente, o foco da descrição realizada pelo profissional está associado às ações e aos comportamentos do adolescente que são coletados nas entrevistas ou nos documentos que vieram junto ao encaminhamento. A partir dessa descrição previamente estabelecida pelos documentos e de uma entrevista superficialmente desenvolvida resultará a afirmativa que justificará a internação com poucas palavras como as a seguir: *“uso de drogas”, “agressividade”, “agitação”, “realização de furtos e assaltos”, “descrição de situações de risco”, “suposto transtorno de conduta”, “risco de agressão”, “exposição moral”, “delinquência”, “heteroagressão” e “risco para si e terceiros”*.

Além dessas descrições, a avaliação psiquiátrica sempre enunciava a necessidade de revisão dos medicamentos e se utilizava das categorias diagnósticas da CID para classificar a suposta “doença” do adolescente, que foi diagnosticada em 15 minutos de atendimento ou pelos documentos que vieram com o jovem. Na análise dessas classificações nos prontuários estudados nota-se que as nosografias estabelecidas para os 33 jovens se situavam entre a CID F10 e a F19, as quais classificam todos os trans-

tornos mentais associados ao uso de drogas (OMS, 2003). Como citamos no início do texto, a classificação diagnóstica é obrigatória ao serviço para que o jovem possa ter acesso às práticas de cuidado, ou seja, a suposta existência da doença é a única forma de se obter atendimento.

É importante destacarmos que no processo de análise dos materiais, na primeira etapa da pesquisa, percebemos que a avaliação psiquiátrica é algo mutável e incerto. O jovem é inserido no serviço sob justificativa de, por exemplo, possuir Transtorno Bipolar associado ao uso de drogas e obtém alta do serviço classificado com Transtorno de Conduta associado ao uso de drogas. Ao conversarmos com profissionais do serviço sobre essa questão, eles nos relatam que o diagnóstico não é uma questão central no “tratamento”<sup>6</sup>, pois muitas vezes os jovens estão em situação de rua, sem ter acesso à higiene ou alimentação, e essas se tornam as maiores justificativas da internação. Ele é internado sem real implicação do profissional com a existência ou não daquela nosografia, mas sim pautado por sua preocupação em acolher o adolescente.

Pesquisadoras na área da Psicologia Social discutem que a justificativa de vulnerabilidade social ter o risco de morte presente no cotidiano é um dos principais argumentos que fazem emergir intervenções do judiciário sobre a vida de jovens, especialmente os que estão em situações econômicas desfavorecidas, moradores de rua e usuários de drogas. A questão do controle sobre a vida e manutenção de um determinado modo de organizar a cidade e o cotidiano das pessoas faz evidenciar, através dessa relação entre saúde e justiça, todo um aparato de saberes, profissionais e serviços, que atuam em conjunto e acabam por incluir a vida dos jovens em mecanismos de gestão do Estado (Scisleski, Reis, Hadler, Weigert, & Guareschi, 2012).

Na análise dos prontuários, percebemos que o diagnóstico é a porta de entrada do jovem para todo um sistema operacional de gerenciamento de suas existências. Na avaliação psiquiátrica da triagem, no momento em que os comportamentos dos adolescentes se associam ao uso de substâncias e a uma categoria diagnóstica, se passa a marcar no real algo que a priori não existia: uma doença. A doença faz o jovem acessar o serviço e ser submetido a todo um processo de “tratamento” dentro da internação.

<sup>6</sup> Mantivemos a palavra tratamento entre aspas para enfatizar nossas indagações sobre: Tratamento do quê? Para quem? Com qual objetivo? Sob qual ponto de vista?

Ao analisarmos os documentos que são preenchidos ao longo da internação, especialmente o “Diário de tratamento”<sup>7</sup>, percebemos que o diagnóstico será a primeira referência do profissional para se relacionar com aquele jovem que acessa a internação. Dessa forma, o que notamos nos relatos dos Diários é que o adolescente passa a ser compreendido através da comparação de seu comportamento atual com o descrito anteriormente na avaliação de triagem como, por exemplo, “*está menos agressivo*” ou “*já respeita mais as regras*”. Nesse sentido, evidenciamos que a internação compulsória passa a construir o jovem doente a partir do modo como os documentos vão sendo formulados, tendo como principal base os argumentos dos profissionais que se colocam a escrevê-los. Foucault descreve esse processo, a partir de sua discussão sobre outras temáticas, como uma ação dos efeitos discursivos (Foucault, 1984).

Assim, apesar de o diagnóstico não ser o motivo pelo qual o adolescente foi acolhido, ele passa a legitimar determinado modo de existência através de discursos com viés patologizante que começam a ser compostos sobre o jovem a partir de sua entrada na instituição e permanência no processo de “tratamento”. Os adolescentes advêm de contextos de miserabilidade, nos quais os direitos básicos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990) estão negligenciados. Educação, saúde, moradia, alimentação, transporte, entre outros, não são temas próximos de suas realidades no que se refere ao acesso a esses direitos previstos também em Constituição Federal (1988).

Outro ponto importante encontrado na primeira etapa da pesquisa é que nos escritos dos Diários de tratamento muitos colocam em evidência que o uso de drogas nem sempre é problemático na vida dos jovens internados. Encontramos relatos de profissionais que descreviam ter conversado com o adolescente e ele expôs que “*experimentou crack apenas uma vez*” ou “*fumou um cigarro de maconha quando tinha 14 anos*”. Ao conversarmos informalmente com uma das profissionais do serviço ela relata exatamente sobre essa questão informando que, semelhante ao descrito anteriormente, em muitos casos o uso de drogas não é problemático

---

<sup>7</sup> Diário de tratamento foi um nome concebido por nós para intitular um caderno presente no cotidiano do serviço, no qual cada profissional preenche diariamente relatos de seu contato com o adolescente durante o período de internação. Esse diário fica registrado dentro do prontuário de cada jovem, mas o adolescente não tem participação na construção desse documento, sendo limitada sua escrita apenas pela ótica de interpretação dos profissionais.

na vida dos adolescentes, mas, como eles advêm de contextos de miséria e de violação de direitos, a internação acaba por funcionar como uma forma de removê-los ou os manter temporariamente afastados desses espaços. Eles são internados como estratégia para permitir que, durante o período na instituição, tenham acesso à comida, higiene, moradia fixa e proteção tutelada, por exemplo.

Essa questão nos leva ao último percurso da primeira etapa da pesquisa, na qual analisamos os documentos que compõem a descrição da alta. Os jovens passam pela triagem, são internados durante determinado período e obtêm alta da instituição. A alta seria semelhante à oficialização de um “tratamento bem-sucedido”. Nesse documento assinado pelo psiquiatra se justifica o porquê da saída do adolescente e, também, se descrevem possíveis proposições de encaminhamentos dentro da rede intersetorial.

Nessa parte do prontuário que, a princípio, define aspectos importantes na atenção à saúde desse jovem em longo prazo, as propostas de cuidado que mais se repetem são: “*uso de medicação*” e “*encaminhamento para serviço de saúde mental*”. Dos 33 prontuários analisados, 32 dos adolescentes obtiveram alta com indicação de medicação (97%), 19 foram encaminhados para outros serviços de saúde mental, CAPS, CAPS-AD, psiquiatras ou psicólogos (62%), 8 foram encaminhados para fazendas ou comunidades terapêuticas (26%), 4 indicavam a possibilidade dos adolescentes voltarem a estudar (12%) e 2 sugeriram a busca por cursos profissionalizantes (6%). Em relação ao número de internações percebe-se que, dos 33 jovens, 23 estavam entre a primeira e a segunda internação (74%) e 8 se encontravam entre a terceira e sexta (26%) (Guareschi et al., no prelo).

O índice significativo de internações compulsórias, a alta taxa de reinternações e as propostas de encaminhamentos nos fazem colocar em suspensão o processo de internação e sua efetividade no que se propõe. O jovem chega ao serviço advindo de um contexto de miséria, ou seja, a internação compulsória neste serviço aqui analisado não é uma realidade de cuidado para jovens oriundos, por exemplo, de outros contextos econômicos. Após o “tratamento” eles saem do serviço na mesma condição de miséria, tendo apenas a medicação, os serviços de saúde mental e as comunidades terapêuticas como seus próximos percursos e projetos de

vida. O processo de internação compulsória, junto à categoria diagnóstica que o legitima e é atribuída ao adolescente, passa a administrar o cotidiano desses jovens no momento em que os declara como sujeitos que necessitam de um acompanhamento profissional para que possam circular livremente, devido a uma suposta “doença” que estaria presente em seus corpos.

Aragaki (2006) discute que, apesar do diagnóstico de transtorno mental limitar espaços de circulação social dos sujeitos categorizados, há uma exceção. Essa exceção é visualizada pela inclusão deles em matrizes de especialidades da área de saúde mental, ou seja, através da obtenção do diagnóstico o sujeito passa a participar de toda uma gama de serviços que está ali colocada para atender o portador de transtornos mentais.

São todas essas questões que nos fizemos seguir para a segunda etapa da pesquisa, buscando ferramentas teóricas para ampliar nossa análise sobre o campo de estudo. Os percursos de leitura do Grupo de Pesquisa nos colocam ao encontro das obras de Foucault, especialmente a intitulada *Nascimento da biopolítica* (2004). É a partir dessa obra que colocaremos em análise a noção, proposta pelo autor, de economia política pensando sobre a internação compulsória e os efeitos que ela produz nas práticas de cuidado dos jovens internados devido a transtorno mental associado ao uso de drogas.

### **A internação compulsória e a noção de economia política**

Michel Foucault, em seu curso ministrado no Collège de France de janeiro a abril de 1979, apresenta a ideia de economia política como uma continuidade às discussões desenvolvidas no curso anterior, principalmente no que se refere ao tema da arte de governar. Nas suas aulas, o autor propõe colocar em análise a história da arte de governar a partir do exercício da soberania política, tratando da noção de governar vinculada à prática de Estado (Foucault, 2004).

Ao longo do curso, o autor dará sequência à análise das formas de governamentalidade liberal, tratando de descrever sobre as racionalidades políticas nas quais, em seu interior, foram colocadas as problemáticas específicas da população e da vida. A noção de economia política vai ser

apontada como uma nova forma de limitação da ação governamental que incitaria, na minimização do governo da população, a naturalização dos fenômenos com os quais se tem que lidar, em busca da máxima eficácia das ações de governo. É através dessas questões que Foucault adentra no campo da história contemporânea trazendo à tona o papel ambivalente da sociedade em relação às práticas de governo. Produzir liberdades se torna uma estratégia necessária para que o liberalismo econômico, especialmente estabelecido nos séculos XVIII e XIX, possa operar permanentemente. Essa questão coloca os sujeitos, como parte de uma característica da biopolítica, em uma relação correlativa de produção, a sociedade deixa de se opor ao Estado e passa a ser entendida como necessária para que ele próprio possa existir e operar (Foucault, 2004).

Por esse percurso teórico, nos aproximamos do processo de interação compulsória entendendo essa prática de cuidado como emergente na preocupação sobre como administrar a população da melhor forma, ou seja, como governar a juventude usuária de droga da melhor maneira possível. Utilizando o modo de pensar foucaultiano, nos propomos a pensar nosso campo de estudo por um caminho inverso, elegendo fugir dos universais que explicariam a prática governamental dessa população. Dessa forma, tomamos os universais que compõem nosso tema de pesquisa e supomos que não existam para que não sejamos tomados pelas naturalizações que os constituem. Esse método, semelhante ao que o autor propõe quando analisa os discursos sobre a loucura, consiste em dizer:

suponhamos que a loucura não exista. Qual é, por conseguinte, a história que podemos fazer desses diferentes acontecimentos, dessas diferentes práticas que, aparentemente, se pautam por esse suposto algo que é a loucura? Portanto é exatamente o inverso do historicismo que eu gostaria de estabelecer aqui. Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas a partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer. (Foucault, 2004, pp. 5-6)

Assim, tomamos o contexto de adolescentes internados por medida compulsória devido a transtorno mental associado ao uso de drogas, abrindo mão de pensá-los a partir de discursos universalizantes presentes em, por exemplo: (a) na ideia de adolescência como uma suposta fase da vida em que os sujeitos, de forma generalizada, teriam ações inconsequentes e por isso necessitariam ser vigiados e controlados; (b) entendimento

do uso de drogas como um ato criminoso, uma ação contra a própria vida ou contra a harmonia social; (c) pobreza, falta de higiene ou habitação da rua como modos de vida a serem combatidos, visto que estariam em um patamar inferior a outros modelos de existência pautados pelo consumo, higienismo e pela propriedade particular; (d) ideia de loucura como algo real, que precisaria ser medicada e controlada; (e) noção de saúde mental como diretamente associada a quem tem um determinado estilo de vida, pautado pela lógica da família nuclear, que vive em ambientes privados, que estão disciplinados para o trabalho, consomem frequentemente e se conformam com o modo como o mundo está atualmente organizado.

No processo de pesquisa buscamos realizar o exercício para que esses universais deixem de orientar nossa percepção sobre o campo de estudo. Ao mesmo tempo julgamos necessário não negar que eles se atravessam nos processos de internação e nas práticas de governamentalidade que são propostas para os jovens aqui em questão. Assim, tentamos partir da prática governamental e não dos a priori que constituem as práticas de cuidado, tomando como analisador as reflexões e os raciocínios veiculados para compreendermos como a história os modula, os modifica e os qualifica como verdade (Foucault, 2004).

No livro *Nascimento da biopolítica*, esse exercício será realizado por Foucault tendo como objetivo discutir sobre as relações que se estabeleceram entre o Estado, o direito e a economia a partir do século XVIII. Durante o ano de 1978, Foucault se empenhou em estudar a aparição e institucionalização da razão de Estado. A noção de razão de Estado remete ao processo que avalia o Estado que efetivamente existe e o Estado que se quer buscar para racionalizar a prática governamental a fim de atingir este almejado. É o surgimento de uma racionalidade da prática governamental que permitiria ajustar a maneira de governar para atingir o ideal desejado, como um processo que racionalizaria as práticas de governo.

Assim, partindo do contexto europeu, o autor vai percorrer pela análise de obras e materiais publicados desde o século XVII buscando evidenciar sobre a forma como determinadas racionalidades vão se intensificando no que se refere à preocupação sobre o regramento da vida. Esse regramento teria como base de estabelecimento a busca por instituir modos de governamentalização da vida orientados pela noção que chamamos de Estado. É interessante destacar que, para Foucault:



o Estado, longe de ser uma espécie de dado histórico-natural, que se desenvolveria por seu próprio dinamismo como um “monstro frio” cuja semente teria sido jogada num momento dado da história e, pouco a pouco, a devoraria, o Estado não é isso, o Estado não é um monstro frio, é o correlato de uma certa maneira de governar. E o problema está em saber como se desenvolve essa maneira de governar ... e não fazer do [Estado], como no teatro de fantoches, uma espécie de policial que viria reprimir as diferentes personagens da história. (Foucault, 2004, pp. 8-9)

O Estado não seria uma casa, uma igreja ou um império, seria uma realidade específica e descontínua. Ele é descrito como o objetivo das práticas de governo que se apresenta como já existente. A governamentalidade seria pautada nos marcos de um Estado, o qual se configurará concomitantemente como um objetivo a ser construído: “o Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente” (Foucault, 2004, p. 6). Assim, no processo desse estudo, tomamos a noção de Estado entendendo sua existência como algo que só é passível de materialização devido à participação de todo um conjunto de aparatos, instituições, sujeitos e tecnologias, que cotidianamente operam para fazê-lo existir.

Foucault (2004) aponta que a relação entre Estado, direito e economia, a partir do século XVIII, teria o cenário modificado. A limitação exercida à prática governamental não seria mais realizada pelo direito, ou seja, não seria mais extrínseca ao Estado, dada pela relação entre os Estados e pelo direito, como era no século XVII, mas seria intrínseca. A limitação do Estado seria realizada por um processo que racionalizaria a prática governamental na medida em que definiria o que se pode ou não fazer. É um limite que não seria direcionado ao cidadão que o governo dirige, mas à própria esfera da prática governamental, determinando quais operações podem ser feitas e quais não podem ser. A questão não teria como base os direitos fundamentais (liberdade), mas se basearia nas coisas a fazer e nas coisas a não fazer, o instrumento para essa limitação seria, portanto, a economia política.

A economia política designaria o método de governo que busca assegurar a prosperidade da nação. Ela seria uma reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes de uma sociedade. Assim, a economia política se formaria no âmbito da razão de Estado proposta para o enriquecimento do próprio Estado, através do crescimento

simultâneo da população e dos meios de subsistência. Ela proporia ainda a manutenção do equilíbrio entre os Estados para que a concorrência possa acontecer (Foucault, 2004).

A reflexão realizada por Foucault (2004) nessa obra avança, então, até a construção do neoliberalismo alemão, francês e norte-americano como desdobramentos das críticas existentes em meados do século XX, tanto às políticas de planificação econômica de inspiração keynesiana, quanto aos governos totalitários das primeiras décadas desse século e, inclusive, sobre o próprio liberalismo econômico. Sob a prerrogativa de libertar a economia das injunções estatais, o autor analisa como o neoliberalismo econômico radicaliza/modifica a fórmula de prerrogativa de intervenção estatal sobre o indivíduo. Nela, se expande a lógica econômica aos diferentes âmbitos do tecido social, ou seja, se racionaliza não só a economia, mas a sociedade como um todo, entendendo-a como fator inerente à análise dos comportamentos sociais realizada a partir da noção de economia política. Essa fórmula constitui o *Homo œconomicus* como o sujeito manejável da prática governamental, sob o qual não se pode tocar diretamente, mas somente através de modificações nas variáveis do meio (Foucault, 2004).

O neoliberalismo econômico ao inserir a lógica econômica na organização e intervenção da vida da população gerou a necessidade de reformulação da instituição jurídica e das regras do direito, que são necessárias em uma sociedade regulada por uma economia competitiva de mercado. A sociedade como lugar de intervenção passou a ser atravessada por uma nova ordem, não mais apenas do direito ou da economia, mas econômico-jurídica. Nessa ordem a sociedade se forma nos moldes da empresa e da produção, redefinindo suas instâncias jurídicas a partir de uma economia competitiva de mercado, adotando a postura do “governar menos, para ter eficiência máxima”. Trata-se, portanto, de um conjunto de atividades reguladas que apresentam regras e leis no campo das relações de produção (Foucault, 2004).

Diante disso, é no nível das instituições e das regras de direito que ocorre a regulação social. É nas regras de direito, pela teoria do direito, que se intervêm a fim de instaurar uma ordem social economicamente regulada com base na economia de mercado. Isso significa que o Estado somente pode intervir na economia por meio de princípios formais. Ou seja,

não é o Estado quem deve dizer que quer aumentar o consumo em tal âmbito, ele deve dizer o que as pessoas podem ou não fazer, o que deve funcionar sempre com leis fixas e predefinidas a priori, nunca mudando de acordo com os efeitos, tanto para o Estado quanto para os indivíduos, a economia deve ser um jogo (Foucault, 2004).

Nesse raciocínio, a noção de economia política se aproxima de nosso campo de pesquisa no momento em que nos faz visualizar que a ideia de aplicação da **lógica jurídico-econômica** a todo o tecido social, constitutiva da economia política neoliberal, pode ser um elemento importante para pensarmos os processos de internação compulsória e as políticas públicas de saúde mental. Esse conceito descreve que o governo deve regular, mas deve ter um limite em seu governo para que o mercado econômico possa operar livremente. Assim, o Estado ofereceria as ferramentas à população, economizaria suas ações limitadoras, objetivando enriquecer a si mesmo através de uma sociedade supostamente livre, que mantém a governamentalidade operando (Foucault, 2004).

As leis, especialmente as que regem as políticas de saúde mental e as que determinam condições para efetivação da internação compulsória, passam a ser compreendidas neste texto como princípios formais que, através de suas regulações jurídicas, instauram uma determinada proposta de ordem social e de regulação do cotidiano. O jogo que se institui nessa trama funciona a partir de leis fixas e predefinidas a priori, que regulamentam o cotidiano das cenas que se formam e das conexões que se estabelecem. O mercado econômico, princípio potente em intervir na ótica de suas próprias necessidades, é tomado por nós como um dos analisadores<sup>8</sup> centrais ao nos aproximarmos dos processos de internação compulsória.

Assim, a partir das análises da primeira etapa da pesquisa, visualizamos o contexto de adolescentes internados por medida compulsória entendendo que a noção de economia política pode ser um caminho potente para desnaturalizarmos as ferramentas de Estado que estão ali colocadas, assim como os atravessamentos das necessidades de mercado que operam. O Sistema Único de Saúde (SUS), o Hospital Psiquiátrico, a unidade de internação para crianças e adolescentes, os profissionais do

<sup>8</sup> Os analisadores são tomados, a partir de uma perspectiva foucaultiana, não como elementos de análise que buscam revelar verdades sobre determinado objeto, mas como questões que potencializam o exercício do pensamento no processo do pesquisar.

serviço, a Classificação Internacional de Doenças (CID), as ofertas de “tratamento” e possibilidades de encaminhamentos passam a ser tomados como ferramentas de gestão, oferecidas dentro de determinada lógica de governo. Essas ferramentas, ao serem operadas pelas próprias pessoas que compõem sua existência, colocam o adolescente usuário de droga em um processo de cuidado que o destinará a determinados percursos.

Ao analisarmos todo o processo de internação, percebemos que a compulsoriedade do tratamento tem efeito significativo para tornar a existência desses jovens produtiva. O adolescente advém de um contexto de miséria, em que ele não tinha acesso a direitos, bens e serviços. Ao ser inserido em um serviço de saúde mental para crianças e adolescentes sob a justificativa de proteção a sua vida, ele passa a fazer operar toda uma rede de serviços, profissionais e insumos que, através de regimes de verdades, utilizam-se do jovem para permanecer existindo e sendo economicamente produtores. O jovem sai do serviço para o mesmo contexto de miséria. A proteção a sua vida, inicialmente ofertada na entrada do serviço, torna-se questionável quando visualizamos pela análise dos documentos de alta que as principais propostas de encaminhamentos para seu futuro se resumem ao consumo de medicações (97%), encaminhamentos para os serviços de saúde mental (62%) e sugerindo, de certa forma, novos modos de internação, só que agora em fazendas ou comunidades terapêuticas (26%).

Os adolescentes se originam de contextos de miséria e, ao acessarem o serviço, são tomados por profissionais imersos nos universais que circundam a realidade desses jovens. Pobreza, falta de higiene, uso de drogas, a inexistência de uma família nuclear, a moradia na rua, a liberdade de circulação na cidade que esse modo de vida possui e a menor idade produzem efeitos que imediatamente colocam os profissionais do serviço em uma autorresponsabilização sobre o abrigo desses jovens. Como nos relataram os profissionais que trabalham no local, eles não sabem o que fazer frente à miséria em que os jovens vivem e abrigá-los se torna a única forma de possibilitar a eles acesso a higiene, alimentação e estabilidade de uma moradia temporária.

Através dessa análise não estamos aqui culpabilizando esses profissionais que arduamente se esforçam para oferecer o que lhes parece ser a melhor saída frente aos desafios cotidianos dos serviços, mas busca-

mos sim apontar as supostas ambivalências que são inerentes ao contexto brasileiro de racionalidade neoliberal. Essa racionalidade intervém nos fenômenos populacionais a partir da prerrogativa da garantia de direitos, no entanto, ocorre direcionada a um campo povoado por sujeitos econômicos. Assim, ao mesmo tempo em que o sistema jurídico funda o sujeito de direitos, sujeito por excelência do contrato social que teria constitucionalmente o direito de proteção à vida; o mercado, a partir da perspectiva neoliberal, funda o homo *economicus*, sujeito do interesse, do jogo de interesses egoístas que acontecem em função da não ação direta do Estado sobre a economia (Foucault, 2004).

Nessa suposta ambivalência, o resultado é que a sociedade, na situação em análise, obtém um jovem que acaba tornando-se vulnerável àquilo que o mercado econômico oferece. O Estado, nessa conjuntura, passa a obedecer às consequências oriundas das limitações internas que nele estão colocadas através das pessoas que cotidianamente o fazem operar. Nesse processo, vemos que as práticas de cuidado acabam direcionando os adolescentes para determinados percursos de vida regidos conforme as necessidades econômicas e não conforme a efetivação de direitos constitucionais. Esses percursos tornam suas existências produtivas no momento em que as insere em determinados setores de movimentação de capital. Setores esses que vendem seus serviços amparados pelo argumento do cuidado.

### **Considerações finais**

A discussão aqui apresentada sobre o processo de internação compulsória de adolescentes usuários de drogas teve como ponto de partida os resultados obtidos na primeira etapa de nossa pesquisa que mapeava o processo de internação, desde a entrada do jovem no serviço, até sua alta. Em seguida, apresentamos a segunda etapa da pesquisa na qual analisamos o processo de internação compulsória tomando a noção de economia política como condutora de nosso pensamento. Essa ação efetuiu-se através da perspectiva foucaultiana, buscando colocar em questão os regimes de verdade que legitimam a internação de jovens usuários de drogas em um serviço de saúde mental.

Junto a isso, objetivamos colocar em discussão os possíveis efeitos das racionalidades que configuram as práticas em torno dos sujeitos e

de que forma elas direcionam os percursos existenciais dos adolescentes após todo o processo de internação. A noção de economia política surge como uma ferramenta teórica que nos permite ampliar nossa visão sobre o campo estudado, permitindo produzir outras reflexões e possibilidades.

Assim, os materiais analisados apontam que, na atualidade, a internação compulsória se coloca como uma medida para sujeitos que advêm de situações de rua, abandono, pobreza e marginalização. O diagnóstico psiquiátrico obtido para que o jovem tenha acesso ao serviço, como uma categoria de classificação, marca no real o que não existia a priori e, através do processo de internação compulsória, passa a administrar a vida dos adolescentes sob mecanismos de investimento que buscam a produção de determinados modos neoliberais de circulação social. Estes passam a ser visibilizados através da inscrição do jovem na rede de serviços de saúde mental, nas comunidades terapêuticas e na prática de consumo de medicações. Essas vinculações orientam o cotidiano dos adolescentes após a alta do serviço, tornando economicamente produtivas suas existências, para aqueles setores que cotidianamente se mantêm amparados por propostas de cuidado.

Por fim, através da desnaturalização dos universais vinculados à temática aqui em questão, a saber: a criminalização do uso de drogas, os discursos de controle e vigília sobre a população adolescente (especialmente aos pobres e moradores de rua), o discurso impositivo sobre determinadas formas de configuração familiar e sobre modos de higiene, comportamento e valores surgem como rachaduras para que outras possibilidades sejam pensadas. Assim, acreditamos que é apenas suspendendo esses elementos universais, e tomando-os como não existentes ou como não necessariamente as únicas diretrizes para se administrar vidas, que poderemos romper com padrões de cuidado até então colocados.

## **Referências**

Aragaki, S. S. (2006). *O aprisionamento de selves em diagnósticos psiquiátricos*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Acesso em 18 de março, 2014, em [http://www.sapientia.pucsp.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2895](http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2895)

- Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2013). *Parecer do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre o Projeto de Lei n. 7663/2010*. Brasília, DF. Acesso em 18 de março, 2014, em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Parecer-Conselho-Federal-de-Psicologia-PL-7663-2010.pdf>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988, 5 de outubro). Acesso em 18 de março, 2014, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2004). *Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France (1977-1978)* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Guareschi, N. M. F., Ecker, D. D., Souza, F. M., & Galarca, L. G. (no prelo). Saúde mental e Justiça: internação, tratamento e alta de adolescentes usuários de drogas. In A. Scisleski & N. M. F. Guareschi (Orgs.), *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia as políticas públicas* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Guerra ao crack – Um talk show para mobilizar o Estado. (2009, 30 de junho). *Zero Hora*, p. 33.
- Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acesso em 18 de março, 2014, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
- Lei n. 10.216*, de 6 de abril de 2001. (2001). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Acesso em 18 de março, 2014, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)
- Organização Mundial da Saúde - OMS. (2003). *CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde* (9ª ed.). São Paulo: Ed. da EDUSP.
- Projeto de Lei n. 7663*, de 14 de julho de 2010. (2010). Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Acesso em 18 de março, 2014, em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadeta\\_mitacao?idProposicao=483808](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadeta_mitacao?idProposicao=483808)
- Reis, C. (2012). *(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e Periculosidade. A naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Scisleski, A. & Maraschin, C. (2008, julho/setembro). Internação psiquiátrica e ordem judicial: saberes e poderes sobre adolescentes usuários de drogas ilícitas. *Psicologia em Estudo Maringá*, 13(3), 457-465.
- Scisleski, A. C. C., Reis, C., Hadler, O., Weigert, M. A. B., & Guareschi, N. M. F. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(3), 19-34.
- Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul. (2014). *Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP)*. Acesso em 18 de março, 2015, em [http://www.saude.rs.gov.br/conteudo/638/?Hospital\\_Psiqui%C3%A1trico\\_S%C3%A3o\\_Pedro\\_%28HPSP%29](http://www.saude.rs.gov.br/conteudo/638/?Hospital_Psiqui%C3%A1trico_S%C3%A3o_Pedro_%28HPSP%29)



## **A produção de conhecimento da Psicologia na interface com o sistema socioeducativo**

Renata Laureano da Silva

Aline Kelly da Silva

Simone Maria Hüning

### **Introdução**

Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, os adolescentes autores de atos infracionais estão sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas, que podem ser: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional (Ministério da Educação, 2005). Com a inserção crescente de psicólogos nos programas de medidas socioeducativas, torna-se cada vez mais necessário refletir sobre a produção de conhecimento da área em sua interface com o sistema socioeducativo, uma vez que essa produção norteia a atuação dos profissionais e as intervenções realizadas nos mais diversos contextos de trabalho. Nesse sentido, este texto intenta discutir as produções publicadas em periódicos científicos da Psicologia acerca das medidas socioeducativas.

Ao discutir a construção dos conceitos “menor” e “criança”, Santos (2009) aponta que o primeiro designava sujeitos potencialmente perigosos e distintos daqueles considerados bem-nascidos no Brasil, marcando os Códigos de Menores de 1927 e de 1979, ambos pautados na Doutrina da Situação Irregular, e produzindo práticas de tutela do Estado sobre a vida desses sujeitos tidos como abandonados, carentes, delinquentes, perigosos, etc. Por outro lado, o termo “criança”, forjado em um contexto de críticas e lutas populares que marcaram a década de 1980, pauta-se na Doutrina da Proteção Integral, principal inspiração do ECA, reconhecendo crianças e adolescentes como cidadãos e sujeitos de direitos. O ECA,

portanto, é um marco no âmbito dos direitos de crianças e adolescentes no país, norteando as políticas públicas construídas para esse segmento populacional.

Diversos trabalhos têm discutido as mudanças propostas pelo ECA nos modos de conceber a infância e adolescência, bem como questões relacionadas a sua efetivação (Coimbra, Bocco, & Nascimento, 2005; Cruz, Hillesheim, & Guareschi, 2005; Gonçalves & Garcia, 2007; Lemos, 2008; Shuch, 2005). Não obstante, percebe-se que poucas produções voltam-se à problematização desse conhecimento acadêmico e a uma revisão desses trabalhos que coloquem em diálogo as diferentes concepções e práticas no sistema socioeducativo. Assim, propomo-nos a refletir sobre o modo como as diversas produções na Psicologia têm abordado o sistema socioeducativo.

Considerando-se que o discurso é um campo de constantes lutas envolvendo relações de poder (Foucault, 2001a), objetivamos apontar a multiplicidade de discursos teóricos no campo da Psicologia e dar visibilidade às implicações éticas e políticas da produção de verdades nesse campo de saber sobre as medidas socioeducativas e os jovens aos quais se dirigem. Buscamos, assim, discutir os efeitos de certos regimes de verdade e suas implicações nas práticas psicológicas, no âmbito da garantia de direitos de crianças e adolescentes.

## **Método**

As estratégias metodológicas empregadas na pesquisa foram dois levantamentos bibliográficos no sítio eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi). Esse sítio foi escolhido por ser um portal de pesquisa que permite o acesso a um amplo número de bases de dados e utilizamos os seguintes descritores: medidas socioeducativas e psicologia, psicologia e liberdade assistida, psicologia e prestação de serviços à comunidade. Como evidenciam os descritores, nosso foco de pesquisa voltou-se para as medidas socioeducativas em meio aberto (MSEMA).

Delimitamos a nossa busca apenas por artigos científicos publicados em periódicos e selecionamos trabalhos publicados em língua portuguesa, a partir da leitura inicial dos títulos e dos resumos relacionados ao

tema, e publicados desde 1990 (promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente) até os dias atuais. Realizamos a primeira busca no ano de 2011, momento em que foram incluídos oito documentos para análise. Em 2012, realizou-se uma segunda busca, visando abarcar publicações mais recentes, sendo incluídas mais duas publicações. Os documentos selecionados foram publicados nas bases de dados Index Psi Revista Técnico Científica, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), LILACS (Literatura Latino americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Portal Revista USP.

De um total de 123 resultados obtidos com o levantamento bibliográfico, após a exclusão de artigos repetidos bem como daqueles que não estavam com o texto completo disponível para acesso (ou ainda não se relacionavam com os objetivos e critérios de nossa pesquisa mencionados anteriormente), obtivemos o quantitativo final de dez artigos para a análise, apresentados na tabela a seguir:

**Tabela 1. Artigos analisados**

<b>Artigo</b>	<b>Autores</b>	<b>Periódico</b>	<b>Publicação</b>
Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos	Débora D. Dell'Aglio, Samara S. dos Santos & Jeane L. Borges	Interação em Psicologia	2004
Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei	Daniel H. P. Espíndula & Maria de F. de S. Santos	Psicologia em Estudo	2004
Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades	Rosângela Francischini & Herculano R. Campos	<i>PSICO</i>	2005

“Para não ser bandido”: trabalho e adolescentes em conflito com a lei	Olga M. P. Jacobina & Liana F. Costa	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2007
Liberdade Assistida no Horizonte da Doutrina de Proteção Integral	Leila M. T. de Brito	Psicologia: Teoria e Pesquisa	2007
Trajetórias de Desenvolvimento e Contextos de Subjetivação e Institucionalização de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas	Tatiana Yokoy & Maria C. S. L. de Oliveira	Pesquisas e Práticas Psicossociais	2008
Conhecendo um Programa de Liberdade Assistida pela Percepção de seus Operadores	Maria E. Passamani & Edinete M. Rosa	Psicologia Ciência e Profissão	2009
Orientadores de Liberdade Assistida e problematizações (im)pertinentes	Francielle L. Lenz & Lílian R. da Cruz	<i>PSICO</i>	2009
Da prática do desvio ao protagonismo	João C. de Souza Neto & Carlos A. Centolanza	<i>PSICO</i>	2010
Adolescentes autores de atos infracionais: Psicologia Moral e Legislação	Franciela F. de C. Monte, Leonardo R. Sampaio, Josemar S. Rosa & Laila S. Barbosa	Psicologia & Sociedade	2011

Fonte: Autoras (2014)

Conforme demonstra a tabela 1, os materiais de análise foram publicados em periódicos diversos da Psicologia. No que se refere ao ano, não há concentração em um período específico: de 2004 a 2011 há artigos publicados sobre a temática em questão, com exceção do ano de 2006. Cabe destacar que, apesar de nossa busca ter sido por trabalhos publicados a partir de 1990, não encontramos no portal de pesquisa utilizado trabalhos anteriores a 2004, o que indica a recenticidade da produção de conhecimento da Psicologia acerca do sistema socioeducativo.

Tomamos como ferramenta, para a discussão empreendida, a análise de discurso foucaultiana que possibilita analisar os enunciados e as relações que o discurso põe em funcionamento (Fischer, 2001; Foucault, 2001a), a fim de interrogar o presente e as implicações éticas e políticas de nossos saberes, bem como o modo como os saberes se articulam com a produção de formas de subjetivação.

A fim de delimitar nosso foco de análise e organizar a discussão sobre as questões emergentes nesses trabalhos, elaboramos três eixos de análise: (a) concepções de sujeito, (b) compreensões do fenômeno da prática infracional e das medidas socioeducativas, e (c) práticas profissionais no sistema socioeducativo. Cabe ressaltar que, no desenvolvimento da análise, colocamos em discussão tanto as compreensões dos autores das produções quanto os dados das pesquisas apresentados pelos autores desses trabalhos, devidamente diferenciados no texto como, por exemplo, falas de profissionais e jovens por eles entrevistados. Dessa maneira, nossa análise volta-se também para o que foi dito por outros sujeitos, além dos autores dos artigos, o que entendemos ser importante, na medida em que estamos tratando de uma rede discursiva, que não está, portanto, circunscrita exclusivamente ao campo acadêmico.

## **Resultados e discussão**

### *Concepções de sujeito*

Neste primeiro item, discutimos as concepções de sujeito apresentadas nos artigos analisados, considerando que o discurso também é ação, é prática que constrói modos de nos relacionarmos com aquilo que pesquisamos e sobre o qual intervimos, produzindo efeitos de poder. Assim

sendo, compreendemos que as construções teóricas e epistemológicas relacionam-se com os processos de subjetivação.

Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) afirmam que a infância é uma construção discursiva. Entendemos, a partir dessas autoras, que a adolescência também pode ser considerada uma construção social, ao invés de concebida como uma etapa natural e evolutiva da vida. Isso implica problematizar os saberes oficiais, trazendo para o debate questões relativas à família, escola, práticas profissionais, entre outras. Não pretendemos, com isso, instituir a concepção mais correta, ou a que melhor define esse período da vida, mas buscamos refletir sobre os efeitos das práticas atuais.

Nas produções analisadas, alguns autores concebem a adolescência a partir de uma perspectiva do desenvolvimento. Esses trabalhos trazem elementos que apontam a adolescência como uma etapa do ciclo da vida que conduz à idade adulta (Dell' Aglio, Santos, & Borges, 2004; Jacobina & Costa, 2007). Ressaltam, também, a importância de fatores contextuais para o desenvolvimento psicossocial infantil e adolescente, enfatizando fatores biológicos e adotando um modelo ideal de comportamento para adolescentes, baseado sobretudo na noção de família estruturada (Dell' Aglio, Santos, & Borges, 2004). Além disso, compreendem a adolescência como um período de transição da infância para a vida adulta e, para entendê-la, partem do conceito de ciclo de vida familiar (Jacobina & Costa, 2007).

Em outros estudos que seguem a mesma perspectiva, as concepções discutidas não são dos autores desses trabalhos e sim dos sujeitos por eles entrevistados. Nesse caso, os autores estão investigando e discutindo os conceitos que circulam entre esses profissionais (Espíndula & Santos, 2004; Passamani & Rosa, 2009). Em um desses artigos, os sujeitos participantes da pesquisa são os assistentes de desenvolvimento social, cuja concepção sobre a adolescência remete a uma fase de transição da infância para a idade adulta, caracterizada como um período difícil, conflituoso e por busca de identidade. Nesse trabalho, os pesquisadores ressaltam a necessidade de mudança no modo de conceber esses adolescentes e afirmam que as compreensões dos profissionais ancoram-se nas ciências psicológicas (Espíndula & Santos, 2004).

Em outra pesquisa, há também profissionais de um Programa de Liberdade Assistida que percebem a adolescência como um processo complexo, podendo ser marcado por um período de crises e conflitos, porém pode ser

uma fase de possibilidades para mudanças e de questionamentos fundamentais para o desenvolvimento da sociedade (Passamani & Rosa, 2009).

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) mostram que essa noção de adolescência surge vinculada a uma lógica desenvolvimentista que tem a psicologia como responsável por instituir características intrínsecas a essa etapa. Para as autoras, esse conceito está atrelado à sociedade de consumo na contemporaneidade, que oferece a adolescência como estilo de vida a ser consumido. Assim, vincula-se à lógica capitalista, assumindo, portanto, importantes efeitos na produção de subjetividades.

As autoras apontam, por outro lado, o conceito de juventude como pleno de potência, no sentido resgatar multiplicidades e diferenças, ao invés de demarcar e normalizar determinados comportamentos. Desse modo, enquanto a adolescência está atrelada à constituição de uma identidade fixa do sujeito, o conceito de juventude permite pensar na intensidade desses sujeitos e nas forças que os atravessam e constituem (Coimbra, Bocco, & Nascimento, 2005). De acordo com Bocco (2006), juventude não se refere a uma faixa etária específica, mas a um plano vital sem início, término ou duração pré-determinados. Dessa maneira, ela argumenta que “falar em juventude é falar de uma intensidade com máxima potência de transformação em todos os sentidos possíveis, independentemente de idades e clichês identitários” (p. 65).

Em outras produções, destaca-se a definição de adolescência adotada pelo Estatuto da Criança e Adolescente, o qual em seu artigo 2º estabelece: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Ministério da Educação, 2005, p. 5). Nesse sentido, alguns autores definem a adolescência como uma fase peculiar de desenvolvimento biopsicossocial, conforme preconizado por tal Estatuto (Souza Neto & Centolanza, 2010), apontando que, para esse desenvolvimento ser alcançado, necessita justamente da garantia de direitos listados no próprio ECA, ou seja, saúde, educação, convivência familiar e comunitária (Brito, 2007). De modo semelhante, em outro trabalho, profissionais entrevistados conceituam a adolescência conforme o Estatuto (Passamani & Rosa, 2009). Cabe ressaltar, novamente, que nesse caso a concepção a seguir baseia-se nas falas dos entrevistados e não em uma conceituação dos autores.

A produção de discursos engendra formas de ser e estar no mundo. Ao tratar a adolescência como conceito universal, o ECA desconsidera outras formas de ver e viver a adolescência (Cruz, Hillesheim, & Guareschi, 2005). Tais concepções de sujeito constroem adolescências “normais”, “fora da criminalidade”, e adolescências “infratoras”. Portanto, os discursos da Psicologia produzem verdades sobre determinados modos de ser, viver e operar com a adolescência.

Em nossa análise, encontramos autores cuja concepção de adolescência enfatiza a autonomia e o protagonismo dos sujeitos (Monte, Sampaio, Rosa, & Barbosa, 2011; Souza Neto & Centolanza, 2010). Alguns ressaltam que a promoção da autonomia deve ser um objetivo central do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (Monte, Sampaio, Rosa, & Barbosa, 2011). Além disso, destacam que o adolescente também pode ser entendido como sujeito protagonista da própria história, um sujeito autor, capaz de aprender a aprender e ser criativo (Souza Neto & Centolanza, 2010).

Nessa mesma perspectiva, Monte, Sampaio, Rosa e Barbosa (2011) discutem a adolescência a partir dos conceitos de sujeito epistêmico e moral de Piaget, o qual se desenvolve e constrói o conhecimento através de sua atividade sobre os objetos físicos e sociais. A esse respeito, Francischini e Campos (2005) apresentam também uma concepção de sujeito ativo que, ao mesmo tempo, influencia e é influenciado pela dinâmica social.

Isso merece destaque se considerarmos a Lei 12.594 (2012), que prevê o Plano Individual de Atendimento como instrumento para a construção de um novo projeto de vida do adolescente, e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual estabelece que os profissionais sejam capazes de desenvolver uma visão considerando as capacidades e potencialidades possíveis de serem desenvolvidas pelos próprios sujeitos. A PNAS reitera ainda que as ações no âmbito da Assistência Social sejam direcionadas à “autonomia e protagonismo dos usuários, reconstrução de seus projetos de vida e de suas organizações” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005, p. 48).

Em apenas um dos trabalhos analisados, os próprios adolescentes falam sobre si por meio de entrevistas, das quais as pesquisadoras utilizam excertos. Os entrevistados relataram que não têm clareza quanto a se



posicionarem como adolescentes ou adultos. É importante salientar que os sujeitos entrevistados não demarcaram essa fase com uma idade cronológica, percebendo-se como sujeitos por meio de suas ações, formação de família e outras responsabilidades sociais. Para os autores, esses adolescentes não se significam como sujeitos de direitos, nem trabalhadores e nem cidadãos (Yokoy & Oliveira, 2008).

É relevante considerar que, dos dez artigos analisados, somente no artigo de Yokoy e Oliveira (2008) as concepções de sujeito apresentadas são dos próprios adolescentes. Percebe-se que, ainda que muitos jovens tenham sido entrevistados em outras pesquisas que fundamentaram os artigos analisados, quem tem voz na maioria desses trabalhos são somente os pesquisadores, isto é, quem fala sobre os sujeitos são aqueles que produzem conhecimento no campo acadêmico. Dessa maneira, a análise dessas produções sinaliza o quanto a Psicologia ainda é um campo científico, que produz e detém determinados saberes sobre o outro – o sujeito – que não dialogam e não se deixam afetar pelos saberes desse outro.

No que concerne aos trabalhos referentes à adolescência como uma fase de desenvolvimento, marcada pela faixa etária e por um período de transição na vida dos sujeitos, torna-se relevante refletir se a adolescência pode ser caracterizada apenas por uma idade específica. Sobre essa questão, o trabalho de Yokoy e Oliveira (2008) aponta que os entrevistados não adotam esse modo de conceber a adolescência, percebendo-se como sujeitos a partir de aspectos como emprego, família e filhos, mais do que por sua faixa etária.

Outra questão interessante é que os autores dos artigos analisados não fazem distinção entre os conceitos de adolescência e juventude. Esses termos coexistem indistintamente em algumas produções. Reis (2012) critica seu uso indiscriminado, ao afirmar que isso pode indicar o desconhecimento das nuances envolvidas na construção dos marcos legais e na operacionalização das políticas públicas. Dito de outro modo, adotar um ou outro termo não é meramente uma questão teórica, mas diz respeito a como esses saberes produzem modos de nos relacionarmos com os sujeitos e de intervirmos na realidade, conforme apontado anteriormente.

Nossas ações profissionais, políticas e éticas relacionam-se à maneira de operarmos a partir de um ou outro conceito. Por exemplo, que ações

podem ser construídas com a demarcação de uma identidade colada ao sujeito? Não seria um modo de nos isentarmos dos atravessamentos sociais e políticos que perpassam o contexto em que a violência se produz, já que a explicam em termos de uma individualização?

Diferentemente do ECA e das produções analisadas acima, a Política Nacional de Juventude apresenta uma concepção de jovem/jovens e os concebe como sujeitos de direitos universais, específicos e coletivos. No Brasil, a juventude é uma condição social que congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, diferenciando os adolescentes-jovens – cidadãos e cidadãs com idade entre os 15 e 17 anos -, jovens-jovens - com idade entre os 18 e 24 anos - e os jovens adultos – na faixa-etária dos 25 aos 29 anos (Novaes, Cara, Silva, & Papa, 2006).

Compreendemos que o termo juventude, além de distanciar-se de uma psicologização dos sujeitos, requer a construção de múltiplas ferramentas de atuação, bem como a potencialização dessa intensidade juvenil, o que pressupõe a participação desses sujeitos nas políticas públicas que os têm como alvo de intervenção e valorização de suas vivências.

Entendemos que o reconhecimento da existência de uma multiplicidade de vivências e juventudes é fundamental para recusarmos a ideia de um sujeito universal, dado definitivamente. Além disso, conceber essa multiplicidade, a partir das condições sociais em que ela se produz, implica considerarmos as práticas históricas que constituem os sujeitos (Foucault, 2002).

### *Compreensões do fenômeno da prática infracional e das medidas socioeducativas*

Analisamos aqui as compreensões do fenômeno da prática infracional e das medidas socioeducativas. A tentativa de buscar possíveis explicações ou causas sobre a entrada do jovem no mundo infracional é algo muito presente, especialmente nas práticas psicológicas, e relaciona-se com as concepções de sujeitos adotadas.

Primeiramente, em relação às compreensões sobre o fenômeno infracional, identificamos uma predominância de explicações que justificam o ingresso de adolescentes no chamado mundo infracional, a partir de questões familiares, como o envolvimento da família com comporta-

mentos delinquentes, carências no sistema familiar e autoridade parental enfraquecida (Dell' Aglio, Santos & Borges, 2004; Espíndula & Santos, 2004; Jacobina & Costa, 2007; Souza Neto & Centolanza, 2010), operando a partir de uma inscrição de condutas no biográfico (Dell' Aglio, Santos, & Borges, 2004; Souza Neto & Centolanza, 2010), ou seja, analisam a vida do adolescente e assinalam as possíveis causas da infração. Assim, relacionam a prática de atos infracionais à fragilidade dos vínculos familiares (Dell' Aglio, Santos, & Borges, 2004), bem como à exclusão social (Jacobina & Costa, 2007; Souza Neto & Centolanza, 2010).

Nesse sentido, é importante frisar que, dos seis trabalhos a respeito das compreensões sobre a prática infracional, cinco relacionam essa prática às questões familiares. Somente o trabalho de Yokoy e Oliveira (2008) destoa dos demais, no sentido de não apontar uma “família problemática” como fator de risco para a prática infracional.

Em um estudo, os autores buscaram analisar a percepção de profissionais de um programa socioeducativo e notaram que os entrevistados contextualizam a prática infracional a partir da base familiar dos adolescentes, ao afirmarem que eles precisam de mais cuidado, o que demarca uma diferença entre os que cometem ato infracional e aqueles que não cometem. Portanto, há uma distinção estabelecida a partir de um padrão de adolescência: a que não se envolve com infrações (Passamani & Rosa, 2009).

Em outros estudos, os autores se referem à infração como um grito de socorro de adolescentes cujas necessidades não estão sendo satisfeitas; consideram o fenômeno infracional como prática antissocial e desvio, porém não desenvolvem uma discussão sobre essa questão. Além disso, utilizam termos como penalidade e delito em referência aos programas socioeducativos, conceitos que não coadunam com o ECA nem com o SI-NASE (Souza Neto & Centolanza, 2010).

Ao analisarem as entrevistas realizadas em sua pesquisa, Passamani e Rosa (2009, p. 341) apontam que:

Outras respostas enfatizaram que esses adolescentes não tiveram uma **base familiar** que lhes oferecesse uma **presença afetiva forte**, com estabelecimento de **limites** e **regras de boa convivência**. A **história de vida** marcada por “envolvimentos” em atos ilícitos fez com que eles **perdessem suas vidas** através da violência e banalização da vida. Dessa forma, alguns

entrevistados afirmaram que esses adolescentes **precisam de mais atenção** que os outros (grifos nossos).

Esses discursos (conflitos, relação paterna, fragilidade de vínculos familiares etc.) fazem com que histórias de vida como as dos adolescentes participantes dos trabalhos analisados sejam apontadas como causa para a prática de atos infracionais. Tais concepções nos inquietam, na medida em que a Política Nacional de Assistência Social entende família como uma instituição em transformação e não busca significá-la a partir de uma visão tradicional. Defende uma visão social que seja capaz de entender que a população tem necessidades, porém possui possibilidades e capacidades que podem ser desenvolvidas. Portanto, uma visão social que não pode ser só das ausências ou fragilidades, mas sim capaz de identificar forças que as diversas situações de vida podem proporcionar (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005).

Entretanto, quando são os jovens que falam sobre a infração, afirmam que as más influências e os conflitos emocionais são fatores que os levam ao aprofundamento da prática infracional. Diferentemente dos artigos analisados acima e dos campos de saberes oficiais, afirmam que seus familiares são as únicas pessoas dignas de confiança e se esforçaram para dar o melhor para tais adolescentes (Yokoy & Oliveira, 2008).

Em relação às medidas socioeducativas (MSE), há autores que defendem os objetivos das MSE presentes no ECA (Monte, Sampaio, Rosa, & Barbosa, 2011; Souza Neto & Centolanza, 2010), pois consideram o protagonismo como condição pedagógica das medidas, e que elas precisam oferecer condições para o sujeito rever sua história (Souza Neto & Centolanza, 2010) e promover a autonomia dos sujeitos (Monte, Sampaio, Rosa Filho, & Barbosa, 2011).

Ao apontarem como meta das medidas socioeducativas a tentativa de reinserção social, em detrimento de formas de punição, e ressaltarem a necessidade de fortalecimento dos vínculos familiares, alguns autores (Brito, 2007; Francischini & Campos, 2005) também adotam a perspectiva do ECA; outros (Jacobina & Costa, 2007) acreditam que a medida socioeducativa é aplicada porque houve uma falha das medidas de proteção descritas no Estatuto.

Alguns estudos problematizam o modo como as medidas têm sido efetivadas, a partir da compreensão de que elas se configuram como dispositivos de controle e vigilância na atualidade (Lenz & Cruz, 2009). Além disso, entendem que as medidas socioeducativas não podem ser vistas como pena (Francischini & Campos, 2005; Lenz & Cruz, 2009). No entanto, afirmam que, a despeito de sua finalidade, as medidas têm sido aplicadas como pena e consideram-nas um novo aparelho da Polícia das Famílias (Lenz & Cruz, 2009).

Embora as medidas socioeducativas efetivem-se ainda como dispositivos de controle e vigilância, conforme assinalaram Lenz e Cruz (2009), o período de permanência dos adolescentes/jovens no sistema socioeducativo, seja em estabelecimento de internação ou em meio aberto, junto a sua comunidade e contexto familiar, deve ser um tempo de reflexão para o adolescente e de criação de possibilidades concretas de mudanças.

O trabalho de Yokoy e Oliveira (2008) corrobora esse posicionamento, ao discutir o que as autoras chamam de reprodução de uma “cultura de cadeia” no local em que realizaram o estudo analisado. Apesar de apontarem essa realidade, defendem a potencialidade das medidas socioeducativas de reconfigurar trajetórias de desenvolvimento marcadas pela exclusão social dos sujeitos a que se aplicam (Yokoy & Oliveira, 2008).

Nossa compreensão acerca da prática infracional assemelha-se à de Bocco (2006), que considera a infração juvenil um fenômeno socialmente construído e datado historicamente, ao invés de compreendê-la como desvio individual circunscrito no âmbito dos chamados distúrbios de personalidade. Essa concepção tem implicações importantes se considerarmos necessário romper com perspectivas pautadas no binômio correção-punição, que a maior parte dos trabalhos aponta como predominante no trabalho com jovens no sistema socioeducativo. Pensar nas intervenções possíveis com o público do sistema socioeducativo, a partir da compreensão da prática infracional como fenômeno produzido socialmente, requer análises e atuações profissionais que levem em conta esses contextos sociais, onde a violência se produz e diversos atravessamentos perpassam a produção de sujeitos e de realidades.

Não consideramos, portanto, o ato infracional como algo passível de determinação ou de explicações causais. Ainda que fosse possível fazê-lo,

o que interessa, em nossa perspectiva, é como construir ou potencializar outras trajetórias de vida com os sujeitos envolvidos na prática infracional. Para que outros caminhos sejam feitos, a partir do ingresso desses sujeitos no sistema socioeducativo, as medidas socioeducativas não podem ser perpetuadas como período de punição, estigmatização e reprodução de violência por parte dos jovens e, muitas vezes, contra eles. A tentativa de estabelecer respostas talvez nos conduza a permanecer na segurança de nossos saberes, em vez de questionar e admitir a limitação de nossos conhecimentos. Reconhecer a complexidade do ato infracional requer desestabilizar nosso lugar de verdade, de especialista psi.

### *Práticas profissionais no sistema socioeducativo*

Esse eixo analisa as práticas profissionais descritas nos artigos. Interrogar nossas práticas e intervenções nos permite construir e potencializar outros modos de trabalho. Não se trata de apontar o que tem sido feito de “certo” ou “errado”, mas de problematizar os efeitos políticos da nossa atuação e repensar nossas implicações e escolhas éticas, já que a efetivação das políticas públicas é de corresponsabilidade dos profissionais e pesquisadores.

Nesse sentido, alguns dos trabalhos apontam que as práticas relatadas por profissionais pautam-se nas ideias de correção e punição (Espíndula & Santos, 2004; Monte, Sampaio, Rosa, & Barbosa, 2011; Yokoy & Oliveira, 2008). No artigo de Espíndula e Santos (2004), por exemplo, em que assistentes de desenvolvimento social (ADSs) falam sobre suas práticas, os autores apontam que as representações sociais<sup>1</sup> desses profissionais parecem se ancorar nas ideias de correção e punição que pautavam a Doutrina da Situação Irregular.

As práticas profissionais ainda reproduzem regras, rotinas e valores do sistema penitenciário tradicional e adotam uma concepção “menorista”. Monte, Sampaio, Rosa e Barbosa (2011) apontam que as instituições não possuem uma estrutura física adequada para a realização de atividades socioeducativas e mencionam que é dever dessas instituições fornecer

---

<sup>1</sup> A utilização de tal expressão é dos autores do artigo, uma vez que seu trabalho se propõe a compreender as concepções dos referidos profissionais a respeito da adolescência (Espíndula & Santos, 2004), tendo como referencial norteador a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici.

todas as condições para uma boa convivência de adolescente internado ou em regime de semiliberdade. Yokoy e Oliveira (2007), por sua vez, afirmam que prevalece ainda uma cultura da cadeia, e que as práticas atuais ainda não têm produzido rupturas significativas nas trajetórias de desenvolvimento de adolescentes institucionalizados, indicando a necessidade de intervenções profissionais que os considerem em suas singularidades e que estimulem a participação social ativa, produtiva e criativa dos adolescentes.

Alguns trabalhos discutem as práticas profissionais descritas no ECA (Francischini & Campos, 2005; Lenz & Cruz, 2009; Neto & Centolanza, 2010). Nesse sentido, sinalizam a importância de atuar na prevenção e promover políticas públicas voltadas à família e mencionam o protagonismo juvenil como condição pedagógica da doutrina de proteção integral do ECA. Outros estudos ressaltam a importância do trabalho interdisciplinar no contexto socioeducativo (Brito, 2007; Francischini & Campos, 2005; Passamani & Rosa, 2009) e a necessidade da adoção de uma concepção transversalista, a partir da qual as ações precisam ser pautadas no entrelaçamento de saberes (Francischini & Campos, 2005).

Dentre o material analisado, apenas um estudo apresenta problematizações sobre a prática profissional da Psicologia no sistema socioeducativo que, de acordo com os autores, por vezes funciona como instrumento de discriminação, ao restringir-se à utilização de técnicas de medida e avaliação (Francischini & Campos, 2005).

O que é abordado em poucos desses trabalhos é a consideração de que o psicólogo precisa fundamentar sua atuação na escuta de interesses e demandas dos adolescentes, a partir de suas vivências e singularidades, a fim de favorecer a elaboração de um novo projeto de vida dos sujeitos (Conselho Federal de Psicologia, 2012), sobretudo quando se trata de medidas socioeducativas em meio aberto (MSEMA), as quais não impõem restrição de convivência familiar e comunitária. Sobre essa questão, merece destaque o trabalho de Yokoy e Oliveira (2008), em que as autoras frisam a necessidade de que as medidas possibilitem uma reconfiguração das trajetórias existenciais dos sujeitos. A maior parte dos artigos aponta que a atuação nesse contexto requer um trabalho interdisciplinar, conforme proposto nas referências técnicas para atuação de psicólogos em MSEMA (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Pode-se afirmar que em todos os artigos as medidas socioeducativas são entendidas como possíveis catalisadoras de mudanças na vida dos adolescentes, ao menos em sua potencialidade. Inclusive nos trabalhos que consideram tais medidas dispositivos de controle e vigilância, ressalta-se a importância de que elas funcionem para promover a autonomia e a valorização das potências de vida dos adolescentes.

Nota-se ainda que os estudos voltados às questões familiares no eixo 2, acerca das compreensões do fenômeno infracional, pouco problematizam as práticas profissionais. Isso nos permite indagarmos: será que intervenções baseadas na individualização e/ou patologização das questões que permeiam o contexto socioeducativo possibilitam ampliar o modo como refletimos sobre a atuação profissional? Ou nos lançam ao comodismo de considerar como problemáticos os sujeitos atendidos e suas famílias, como se não fosse necessário colocar em discussão as relações construídas com esses sujeitos na efetivação de ações em equipe e na gestão dos serviços? Se continuarmos direcionando nossos olhares e práticas para uma suposta desestruturação familiar ou para uma concepção engessada e universalizante da adolescência, que efeitos conseguiremos produzir na vida desses sujeitos?

### **Considerações finais**

Nos trabalhos analisados, as concepções e discursos da Psicologia imbricam-se com as intervenções já realizadas junto aos jovens no contexto socioeducativo. Conceber o sujeito como adolescente infrator que apresenta um comportamento desadaptativo, oriundo de uma família na qual há comportamentos delinquentes, faz com que algumas intervenções estejam voltadas a identificar os preditores da delinquência, mantendo o foco de ação sobre a família, a partir da consideração dela como problemática.

De modo semelhante, a concepção sobre um menor que cometeu delito ou um adolescente que se constitui por um “risco-diferença” (Hüning, 2003), ou seja, que carrega na personalidade e na história familiar algo diferente dos demais (considerados como normais por atenderem ao padrão construído socialmente), produz práticas de tutelamento desses sujeitos e de suas famílias e se vincula à reprodução do castigo e da punição na aplicação das medidas socioeducativas.



Diferentemente, defender a autonomia e as potencialidades do sujeito prevê que se trabalhe a partir de suas singularidades e pressupõe atuação conjunta, a fim de que o jovem seja estimulado a criar novas perspectivas de vida. Interessaria, portanto, construir estratégias socioeducativas que lhe possibilitem a invenção de outras trajetórias.

Foucault (2002) nos mostrou que os domínios de saber, engendrados a partir das práticas sociais circunscritas historicamente, não somente fazem aparecer novos objetos e novas técnicas, mas também formas novas de sujeito e de sujeito do conhecimento. É desse modo que se tornam possíveis, por exemplo, determinados regimes de verdade no campo da Psicologia que produzem jovens infratores como um problema oriundo de famílias desestruturadas.

A inscrição de determinadas condutas no biográfico sustenta a ideia de que o problema está no sujeito e em seu histórico familiar. Diante disso, à Psicologia – mas não somente a ela – ainda cabe o ajustamento dos indivíduos, o controle sobre suas virtualidades, a correção de comportamentos e a punição de condutas irregulares, que Foucault denominou de “duplo psicológico e moral” (Foucault, 2001b, 2002, 2010).

Cabe ainda destacar a diversidade de saberes produzidos na Psicologia, inclusive quando se trata do “mesmo objeto” de estudo. Compreendemos, no que se refere a essa questão, que a multiplicidade de teorias, técnicas, práticas e intervenções enriquecem o campo. O que entendemos ser fundamental, independentemente da filiação teórica e metodológica, é adotar a análise de implicações como uma ferramenta constante no exercício da Psicologia (Nascimento, Manzini, & Bocco, 2006). Propor uma análise, ainda que breve, do que se tem produzido na interlocução da Psicologia com o sistema socioeducativo pode ser importante para repensarmos o quanto os saberes não são neutros; ao contrário, estão sempre relacionados à produção de subjetividades e práticas que possuem implicações políticas.

## **Referências**

- Bocco, F. (2006). *Cartografias da infração juvenil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ.

- Brito, L. M. T. (2007). Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 133-138.
- Coimbra, C., Bocco, F., & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília, DF: Autor.
- Cruz, L., Hillesheim, B., & Guareschi, N. M. F. (2005). Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 42-49.
- Dell'Aglio, D. D., Santos, S. S., & Borges, J. L. (2004). Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. *Interação em Psicologia*, 8(2), 191-198.
- Espíndula, D. H. P. & Santos, M. F. S. (2004). Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 9(3), 357-367.
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *CADERNOS DE PESQUISA*, 114, 197-223.
- Foucault, M. (2001a). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2001b). *Os anormais* (1ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Foucault, M. (2010). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (38ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Francischini, R. & Campos, H. R. (2005). Adolescente em conflito com a lei: limites e (im)possibilidades. *Psico*, 36(3), 267-273.
- Gonçalves, H. S. & Garcia, J. (2007). Juventude e sistema de direitos no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(3), 538-553.
- Hüning, S. M. (2003). *Ordinário Marche! A constituição e o governo de crianças/adolescentes pelo risco-diferença*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Jacobina, O. M. P. & Costa, L. F. (2007). "Para não ser bandido": trabalho e adolescentes em conflito com a lei. *CADERNOS DE PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO*, 10(2), 95-110.
- Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Acesso em 13 de janeiro, 2015, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)
- Lemos, F. C. S. (2008). O Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil atual. *Psicologia Política*, 8(15), 93-106.

- Lenz, F. L. & Cruz, L. R. (2009). Orientadores de Liberdade Assistida: problematizações (im)pertinentes. *Revista Psico*, 40(4), 531-537.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério da Educação. (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: MEC/ACS.
- Monte, F. F. C., Sampaio, L. R., Rosa, J. S., & Barbosa, L. S. (2011). Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 125-134.
- Nascimento, M. L., Manzini, J., & Bocco, F. (2006). Reinventando as práticas psi. *Psicologia e Sociedade*, 18(1), 15-20.
- Novaes, R. C. R., Cara, D. T., Silva, D. M., & Papa, F. C. (Orgs.). (2006). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/ Fundação Friedrich Ebert.
- Passamani, M. E. & Rosa, E. M. (2009). Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicologia Ciência & Profissão*, 29(2), 330-345.
- Reis, C. (2012). *(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e Periculosidade: A naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Santos, E. P. S. (2009). (Des)construindo a ‘menoridade’: uma análise crítica sobre o papel da Psicologia na produção da categoria “menor”. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão (Orgs.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 205-548). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Shuch, P. (2005). *Práticas de justiça: uma etnografia do “campo de atenção ao adolescente infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Souza Neto, J. C. & Centolanza, C. A. (2010). Da prática do desvio ao protagonismo. *Psico*, 41(1), 128-136.
- Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. (2008). Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 3(1), 85-95.

## **Memória histórica e trauma psicossocial no massacre de Felisburgo (MG)**

Fabiana de Andrade Campos

Raquel Bibiana da Silva

Susana Nogueira Balsa Coelho

### **Introdução**

A violência no campo está intrinsecamente relacionada à concentração da propriedade privada da terra e às formas utilizadas para sua manutenção e ampliação. Essa afirmação é respaldada por pesquisadores especialistas no assunto, como Oliveira (2009) e Carvalho (2009), entre outros, e de entidades representativas dos trabalhadores rurais (CPT; MST). De acordo com o secretário da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

a violência no campo é estrutural. Está intimamente ligada à concentração da terra. E a reforma agrária, que seria um instrumento eficaz para democratizar o acesso à propriedade, não é, de forma alguma, prioridade do atual governo. Pelas atitudes tomadas, a reforma agrária é considerada algo do passado e que não se inscreve mais na pauta nacional. Isso explica a existência de centenas de acampamentos à beira das estradas com as famílias vivendo debaixo de lonas pretas. A simples existência destss acampamentos, nas condições em que as famílias ficam alojadas, é, por si só, uma grande violência e um desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. (Canuto, 2007, pp. 31-32)

A violência no campo deve ser compreendida, também, numa perspectiva sócio-histórica. Trata-se de um processo que vem sendo construído desde o início da colonização do povo brasileiro e do território nacional, e que deixa marcas no modo de ser, agir, sentir e compreender a vida, bem como na formação da consciência e na produção da memória histórica.

É a partir desse debate que situamos o Massacre de Felisburgo, considerado retrato atual da violência praticada no campo. Lá, as famílias acampadas têm uma importante história para contar: na manhã do dia 20 de novembro de 2004, 18 pistoleiros armados invadiram o acampamento rural Terra Prometida, localizado na cidade de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais (MG); assassinaram 5 pessoas e feriram gravemente 13, entre elas um menino de apenas 12 anos de idade. Tudo isso a mando do fazendeiro Adriano Chafik (réu confesso), que já esteve preso e logo depois foi libertado. Os capangas ainda atearam fogo nos barracos das famílias, ameaçaram de morte toda a comunidade e soltaram os porcos em cima dos mortos.

A área estava ocupada por cerca de 100 famílias há mais de dois anos e meio, era reconhecida como área devoluta e de grilagem. Em 7 de outubro de 2004, o Tribunal de Justiça do Estado de Belo Horizonte, sentenciou que parte da área, 568 hectares, eram terras “devolutas” e suspendeu o processo de reintegração de posse iniciado pelo fazendeiro Adriano Chafik ([www.mstfelisburgo.org](http://www.mstfelisburgo.org)). Em 19 de agosto de 2010, toda a área foi desapropriada para fins de reforma agrária, a partir do decreto do Governo Federal, o que ocorreu, segundo Frei Gilvander Moreira (2010), não por causa do massacre, mas por crime ambiental. No entanto, a desapropriação foi suspensa pelo Poder Judiciário.

Das 15 pessoas denunciadas pelo Ministério Público, dez permanecem foragidas. O dono da fazenda ocupada pelos sem-terra, Adriano Chafik Luedi, e Washington Agostinho da Silva foram condenados em outubro de 2013, mas aguardam, em liberdade, o julgamento da liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que lhes garantiu o direito de recorrer da decisão em liberdade. Luedi foi condenado a 115 anos de prisão, e Silva, a 97 anos e seis meses. Outro acusado, Admilson Rodrigues Lima, morreu antes de ser levado a júri.

### **Metodologia da pesquisa-intervenção**

Durante o período de 2006 até 2008, foram realizadas visitas ao acampamento. A demanda por uma intervenção psicológica partiu do próprio MST. Logo na primeira visita, identificou-se, conforme relato da secretaria estadual do Movimento, que as famílias se encontravam em

uma situação traumática; não dormiam à noite, queixavam-se e temiam novos ataques. Os moradores revelaram que embora já tivessem sido chamados, inúmeras vezes, pela Justiça, polícia, câmaras municipais, etc., para prestarem depoimentos, eles nunca haviam sido convocados a falar do ponto de vista psicossocial.

Pudemos notar que existem conflitos estabelecidos nas relações comunitárias relacionados aos impactos causados pelo massacre, tais como: (auto) culpabilização das vítimas e das lideranças, sentimento de injustiça, sofrimento e adoecimento.

Neste artigo, pretendemos contribuir com subsídios teórico-metodológicos a partir de uma experiência real.

Precisamos abrir essas portas e janelas da Psicologia, dos movimentos sociais, dos assentamentos, dos lugares da vida, onde populações estão localizadas, para que a Psicologia possa, efetivamente, contribuir com elas, e sabemos que essas populações estão muitas vezes colocadas em situações de grande vulnerabilidade ... à margem das políticas públicas (Conselho Federal de Psicologia, 2006, p. 12).

Partimos de uma postura capaz de estabelecer diálogo e provocar o desenvolvimento humano, a partir de uma perspectiva definida como qualitativa (Freitas, 2002). A metodologia desse trabalho se deu de forma participativa, com o intuito de envolver a comunidade em um processo grupal (Lane, 2004), permitindo um espaço de reflexão sobre os acontecimentos traumáticos e as possibilidades de superação. Definimos o grupo como espaço privilegiado para a reelaboração da memória coletiva e desenvolvimento da consciência social.

Para tanto, parte substancial do nosso trabalho foi realizada em reuniões com os núcleos de base, instâncias organizativas do MST, que se constituem subdivisões de trabalho na comunidade, organizam-se por afinidade grupal e possuem uma forma própria de relacionamento entre seus membros. Ao realizar reuniões com esses núcleos, aproveitamos a dinâmica própria da comunidade.

Os núcleos contam com cerca de 8 participantes, o que é considerado um número adequado para pesquisas e intervenções grupais. Reunimo-nos com todos os núcleos da comunidade, cerca de 6, a cada visita realizada, totalizando cerca de oito encontros.

Gravamos as entrevistas (individuais e coletivas), transcrevemos e organizamos os dados, realizando devoluções na comunidade. Compreendemos que essa experiência potencializa o campo de construção da memória histórica e traz legitimidade para a investigação. Criamos um espaço de revalidar coletivamente os dados coletados, da mesma forma em que esses passam a dar suporte para as intervenções psicossociais.

Os narradores tiveram a possibilidade de tecer uma rede dialética de significações, ao confrontarem fatos e experiências singulares e gerais. Eles puderam se repensar no mundo e, ao mesmo tempo, colocarem-se no mundo de uma nova forma. Além disso, esse confronto de experiências trouxe à tona a formação do grupo do qual fazem parte, a classe social em que estão inseridos, seus sentimentos e paixões, bem como a ideologia que perpassa a manutenção do status quo. O pesquisador não está imune a esse processo, pelo contrário, a neutralidade não existe nesse tipo de pesquisa. O pesquisador é sujeito, assim como os pesquisados, e “sofre” com eles todas as indagações e mudanças.

### **Memória histórica do Massacre**

Por meio da reconstrução da memória coletiva, buscamos descrever, compreender e explicitar o processo dos acontecimentos traumáticos posteriores ao massacre de terra e sua marca na trajetória do grupo, com intenção de reelaborar os significados daí decorrentes e potencializar a “inflexão histórica: pontos de bifurcação em que se gestam os futuros possíveis e se esboçam os horizontes de transcendentalidade” (Gaborit, 2009, p. 267).

Mediante reuniões em grupos, propusemos aos trabalhadores que relatassem os acontecimentos relacionados ao massacre e as consequências em suas vidas, especialmente no que diz respeito ao sofrimento. Posteriormente, realizamos um trabalho de organização e devolução das narrativas, com objetivo de formar um reconhecimento coletivo dessas produções e fortalecer assim um sentido comum da dimensão histórica do massacre.

A inversão produzida pela História Oficial, a partir de uma visão dominante, tende a culpabilizar as vítimas e “suspeitar” de seus sentimentos

(Gaborit, 2009, p. 255). Nesse sentido, Gaborit (2009, p. 249) afirma: “a memória desses eventos coletivos, da ótica das vítimas, tem como primeira finalidade fundamentar o direito à verdade, já que a falsidade destrói qualquer tipo de identidade, assim como a integridade moral e cultural das comunidades”.

Na medida em que foram construídos espaços para os trabalhadores rurais reelaborarem criticamente o significado político do massacre, por meio da memória coletiva, tornou-se possível uma ampliação da consciência social (Lane, 2004) e de classe do grupo, ao mesmo tempo, uma reelaboração do significado e sentido do sofrimento.

Segundo Gaborit (2009, p. 255), de grande importância na reparação do tecido social, na recuperação da memória histórica e na recuperação socioafetiva de pessoas e comunidades, são as comemorações vinculadas a fatos horrorizantes como massacres, detenções arbitrárias massivas e desaparecimentos.

Portanto, o conceito de memória histórica significa a transformação da experiência vivida, expressa por meio da memória coletiva, em consciência histórica, refletida e construída coletivamente.

Trata-se de recuperar não somente o sentido da própria identidade, nem somente o orgulho de pertencer a um povo, assim como de contar com uma tradição e uma cultura, mas, sobretudo, de resgatar aqueles aspectos que serviram ontem e servirão hoje para a libertação. Por isso, a recuperação de uma memória histórica supõe a reconstrução de certos modelos de identificação que, ao invés de encadear e alienar os povos, lhes abrirão o horizonte para a sua libertação e realização (Martín-Baró, 2009, p. 195).

Devemos ressaltar que enfrentamos resistências, silenciamentos e recusas, fenômeno que alguns autores denominam silêncio em relação ao terror (Riquelme, 1993). Uma das narrativas representa esse silêncio diante do sofrimento provocado pelo terror: “Tem coisas nessa história que a gente nunca divide com ninguém”.

Logo nas primeiras entrevistas os trabalhadores afirmaram que, em geral, não compartilhavam entre si o sofrimento provocado pelo massacre. Demonstraram dificuldade em iniciar a fala, e, em geral, as narrativas foram curtas, marcadas por intenso sofrimento, interrompida ou acompanhada por choro. Das crianças, o mais gravemente atingido, o



menino que até hoje carrega uma bala alojada na cabeça, recusou-se a nos dar seu depoimento, apesar de se aproximar de nós na reunião de jovens que propusemos. Do mesmo modo, uma das cinco viúvas mostrou muita resistência em falar sobre o assunto, apesar de nos receber muito bem, com extremo carinho, nos oferecer comida e estadia. Para ela, falar sobre o tema, o marido assassinado e o sofrimento decorrente disso, era muito difícil.

Em geral, os depoimentos revelaram a cena traumática, cruel e violenta do massacre. E um fato importantíssimo: na maior parte dos relatos, a cena do trabalho precede a do terror. Tal como descrevem os trabalhadores, o terror começa logo de manhã, por volta de 10 horas e 30 minutos. “Acabei de plantar um feijão; dez e meia eles começaram a atirar”.

Os capangas chegaram, capturaram o senhor que fazia a guarita do acampamento e soltaram os foguetes, uma forma própria do Movimento Sem Terra reunir os trabalhadores no centro do acampamento. Desse modo, quem estava plantando na roça, torrando farinha, cuidando de animais, fazendo comida, etc., abandonou a atividade e foi se reunir. Os trabalhadores se deparam com a cena de terror: um capturado, tiroteio intenso, trabalhadores caindo mortos no chão, outros feridos, uns tentando ajudar os outros e sendo ameaçados, além de perseguição às lideranças e aos antigos agregados da fazenda. Uma criança foi baleada e ameaçaram matar todo mundo. Diante desse cenário, alguns ameaçados fugiram para a mata, principalmente as senhoras mais velhas com as crianças. Os homens tentaram voltar para salvar ou ajudar amigos feridos e escondê-los no mato.

*Não encosta não, senão a senhora vai morrer queimada!'. Aí eu saí correndo, mais meu menino, aí nós foi, né? E foi já tinha um bocado lá. Os outros eu nem vi não... Só vi os que tava morto, Seu Miguel, Zé Aguiar e Seu Joaquim. Já tudo morto, já vi eles tudo morto encostados nas barracas. Aí, nós correu lá. Aí não vi mais nada, porque não dei conta, corri embora pra lá. [...] E eu vivo num sufoco, eu não posso ver tiro, quando eu vejo tiro, acho que eles outra vez. Quando eu tô na rua, quando eu vejo o tiro pipocar... Eu, eu sento no chão, com aquela impressão, né? Fico imaginando, nossos companheiros tudo, acostumado tudo junto, quatro anos e tanto que a gente vive sofrendo, né? Desde lá da mata a gente vem sofrendo. E pra chegar aqui e acontecer uma coisa dessa, né?*

Nessa conjuntura de terror, os capangas atearam fogo em todos os barracos, a maioria teve perda total de documentos e pertences. Em paralelo, estavam aqueles que socorriam os seus; muitos feridos, baleados, haviam sido escondidos no mato e, posteriormente, encontrados pelo gemido. Além dos assassinatos, das ameaças, de atear fogo nas barracas, os pistoleiros ainda abriram o chiqueiro e soltaram os porcos sobre os mortos, mais uma forma de humilhação instaurada na cena do massacre.

*Eles abriram o chiqueiro e soltou os porco dos sem terra tudinho, e os porco desceu e os porco é vai fuçando, comendo o sangue de seu Chico e fuçando. Eu fui lá, toquei os porco pra lá, panhei umas enxada e, e... jogando aquele sangue que tava, que não podia por a mão e oiando. E com um pouco baixou um pé d'água, e a enxorrada descendo assim, e seu Chico caiu assim de cabeça de bruço, e a enxorrada foi entrando dentro da boca dele e nariz dele, e num podia por a mão, eu fui puxando, tirando as enxorrada, assim de lado.*

### **Trauma psicossocial e resistência no Massacre de Felisburgo**

Os sentimentos e emoções gerados no momento do massacre perduram e contaminam o cotidiano dos sem-terra. Despertados de diferentes maneiras entre os sujeitos, através de lembranças individuais, íntimas e profundas, de sonhos e pesadelos ou até mesmo a partir de alucinações visuais e auditivas dos companheiros mortos, trazem grande sofrimento para a comunidade.

As lembranças se fortalecem ainda a partir da entrada em um local onde os trabalhadores assassinados conviviam e trabalhavam, tal como a roça, ou a partir da manipulação de objetos que eram compartilhados com eles, tais como instrumentos de trabalho, livros ou cadernos. A própria rememoração coletiva do massacre, que ocorre todo ano na data do acontecimento, desperta muito sofrimento em algumas pessoas, principalmente nas viúvas. Contudo, embora imersos nesse complexo de sentimentos, os trabalhadores demonstraram certo desconhecimento em relação às consequências psicológicas e psicossociais pós-massacre, assim como dificuldade em compreender e lidar com as reações provocadas por tal acontecimento. Os sentimentos são apresentados como compostos, uma explosão de afetos agredidos que se confrontam.

*E eu não consigo ter ódio de Adriano, eu não consigo ter ódio de ninguém deles e eu nem sei o que é que eu sinto. Porque a gente sai lá fora e alguém chega assim: “por que vocês não mata eles?”. Eu não sei, até agora eu não sei o que é que eu sinto deles, se é medo, se é pena, se é ódio.*

A análise dos dados revela mecanismos, sentimentos e reações psicossociais já estudados em outros contextos de violência (Gaborit, 2009; Martín-Baró, 2000; Riquelme, 1993), seriam eles: silêncio em relação ao terror, ao sofrimento e suas consequências psicológicas, sentimento de medo, raiva, ódio, desespero, indignação, humilhação, impotência e tristeza, sentimento de injustiça, mecanismo de autculpabilização das vítimas, piora das relações comunitárias, quebra de confiança básica, além de perda da alegria.

Os trabalhadores demonstraram uma situação de confusão dos seus sentimentos em relação ao massacre, à comunidade e aos criminosos. Essa ambiguidade indica a necessidade de se justificar diante do massacre, como se fossem culpados pelo acontecimento. Após tal episódio, a comunidade questiona sua própria legitimidade e se autculpabiliza pela decisão política de ocupar a terra – eixo central de formação da comunidade. Ao mesmo tempo, uma força contrária se apresenta como forma de resistência na terra, que reafirma o caráter da luta pela terra e pode ser expresso a partir da memória histórica da comunidade.

Momento importante na memória histórica do massacre e uma grande decisão ocorrida a respeito da luta se situa quando, mobilizados pelas lideranças, os trabalhadores retornaram ao acampamento após o massacre, com a intenção clara de não perder a força da comunidade no processo de luta pela terra.

### **Culpabilização e (auto) culpabilização das vítimas**

De acordo com a análise das narrativas, a culpa aparece como um dos sentimentos mais fortes vividos pela comunidade. A partir do massacre, desencadeou-se um mecanismo de (auto) culpabilização das vítimas, sentimento encontrado por pesquisadores em outras comunidades que sofreram violência.

De acordo com Gaborit (2009), a culpa surge como afeto que quebra a confiança, uma relação básica entre liderança e base. A intenção é que esse mecanismo da culpa produza a perda da confiança básica e o estabelecimento de acusações, o que pode levar à desestruturação da comunidade e à desmobilização da luta. No contexto do massacre, a liderança sente-se perseguida, a base desprotegida, culpa a própria liderança e a si mesma. As próprias vítimas desenvolvem esses sentimentos contra os seus.

Em nosso campo de trabalho, o processo de culpabilização aparece em diversos momentos nas narrativas dos trabalhadores e diz respeito aos variados níveis de relações sociais estabelecidas:

1. base-liderança: uma culpabilização da liderança pela base do Movimento em relação ao ocorrido;
2. representantes públicos e moradores da cidade de Felisburgo acusando os trabalhadores de serem culpados pelo massacre por serem ocupantes de terra;
3. justiça ao buscar evidências de que o incêndio poderia ter sido produzido intencionalmente ou não, pelos próprios trabalhadores, na medida em que eles utilizavam querosene nas lâmparas;
4. a comunidade e os próprios sujeitos se culpabilizando.

Algumas narrativas exemplificam esse mecanismo de culpa e (auto) culpabilização. Em uma de suas falas iniciais, a principal liderança feminina coloca a culpa como principal sofrimento lado a lado com a tristeza decorrente da experiência do massacre. Alguns moradores da comunidade consideram que ela teve um papel desencadeador em relação ao massacre: “Ah, ele (um dos capangas) participou do massacre, contribuiu para fazer o massacre, por que ele ficou com raiva de liderança-feminina” (fala da entrevistada que sugere como alguns consideram que ela teve um papel desencadeador em relação ao massacre).

Assim, descreve-se um jogo de acusações afluídas após o massacre, no sentido de culpabilizar as lideranças da ocorrência desse contexto histórico da comunidade, o qual viabilizou certa impotência dos trabalhadores para falar e compartilhar seus sentimentos. Compreendemos que nessa relação o sentimento de culpa vai se perpetuando, impedindo-a de

desenvolver seu papel de liderança, a produzir como antes nas relações comunitárias, provocando adoecimento e uma tristeza notável a cada dia.

A mentira e o jogo do poder aparecem nas falas dos entrevistados como modo de culpá-los pelo acontecimento. Segundo narrativas, o fazendeiro teria dado um depoimento dizendo que foi atingido pelos trabalhadores com uma foice, quando foi chamar o povo para negociar a desocupação da área.

*Aí o Adriano deu a entrevista falando que foi atingido com a foice, que foi chamar o povo pra reunir pra pedir pra eles desocupar lá e que ele foi atingido com a foice. Só que a delegada do Jequitinhonha ela olhou ele, e ele não tinha marca nenhuma de foice. Então foi pretexto que eles arrumaram. E não tinha é, não tinha, não dá nem muito pra acreditar por causa que se ele fosse, se nós tivesse atacado, se eles tivesse vindo pra conversar porque então que trouxe tanta arma pesada? Que depois que a polícia catou muita bala e, nós ainda achava punhado de bala, de cápsula de bala.*

Do mesmo modo, a justiça e os advogados aparecem nas narrativas como aqueles que reforçam esse jogo de culpabilização das vítimas. Sobre o incêndio dos barracos, por exemplo, que, segundo os trabalhadores, foi realizado intencionalmente pelos pistoleiros e atingiu praticamente todas as moradias, o advogado do fazendeiro aparece tentando culpar os trabalhadores questionando se eles utilizavam querosene ou óleo diesel para acender as lamparinas.

*Só que ainda pra justiça, como é difícil a justiça acreditar no que a gente fala... O advogado deles quando a gente dá depoimento fica futucando. E fica perguntando assim no caso da queimada dos barracos: – Como é que foi? Cês usavam em casa era querosene ou era óleo diesel? Pra dizer se a gente usava, tinha gasolina em casa, o barraco incendiou por conta. ... E eles já coloca isso no processo como que nós que fomos o culpado do massacre.*

### **Desespero, preocupação e tristeza frente à falta de humanidade produzida pelo terror**

Pegos de surpresa, os trabalhadores só puderam reagir às consequências do massacre, buscando salvar os feridos da melhor forma possível,

protegendo mulheres e crianças, se autoprotendendo, correndo quilômetros para buscar ajuda, etc. Com base em seus relatos, os primeiros sentimentos gerados foram desespero, preocupação, impotência e tristeza. Importa ressaltar o movimento de solidariedade no cenário do massacre, que faz com que, mesmo sob forte pressão, os trabalhadores ajam com certa autonomia, buscando garantir a sobrevivência do maior número possível de pessoas.

*E aí começou a atirar e as pessoa desesperou, gente que ficava preocupado, não sabia se acudia um ou se saia com as criança pra colocar distante né. E aí a gente, quando a gente olhava pro lado era tiro pra todo lado, e... teve uma hora que eu vim o cara atirou na minha perna aqui, pegou uma esfera aqui. Aí eu fui pra vê se eu conseguia levantar um pouco, quando eu olhei mais Iraquiar já tinha caído e já tava mais uns três caído... eu tentei ir caminhar pro lado pra vê se eu conseguia levantar, as perna ficou meia fraca eu já, já parei. Quando eu pensei que não já vinha outro tiro e já pegou no meu abdômen aqui. E aí foi muito triste né, e gente, criança correndo por todo lado e as pessoas desesperou tudo, e gente, ficava preocupado, e aí eles começaram já ... colocar, jogava a gasolina nos barraco e já picava fogo né, e aí a gente desesperou, vão... vai... até as pessoa que num tão baleado que pode salva, vai morrer porque eles vão queimar tudo, tão queimando tudo e aí a gente saímos correndo pro lado da rodagem caçar socorro né, isso demorou uma média duns, de mais de trinta minutos né, aí a gente saimo pro lado da rodagem grande pra vê se a gente achava socorro.*

Não houve espaço para negociação. O massacre se instaurou como algo planejado do início ao fim. Os trabalhadores não foram ouvidos em nenhum momento, assim como não puderam falar; toda fala era cortada com uma ameaça, toda tentativa de ação era impedida.

*Aí nós já saímos gritando: gente o quê que nós podemos fazer? Aí já chegaram atirando. Foi atirando e a gente num tinha oportunidade de pedir eles paz pra gente saber, pra gente se arretirar pra num matar o pessoal, já num tinha mais jeito. Aí quando como eles chegaram, foi pra guarita tomou os foguete do segurança, e atirou, a intenção dele pra reunir o pessoal tudo pra matar, pra num deixar ninguém. .... Aí no momento eu me aproximei mais um pouco. Estava o Adriano e o sobrinho dele, perto, eles dois encostado, que... atirou no seu Joaquim... O menino dele ivinha até do mato... O menino aproximou, ele atirou no menino, eu gritei: – Não atira nas criança, eles me respondeu, respondeu lá, que era pra matar*

*todo mundo, que num era pra ficar ninguém. Aí eu gritava e pedia e ele só atirando. No momento, já num tinha mais jeito. Eles começou a colocar fogo em volta do barraco todo e... só atirando; e outros encapuzados pra gente não reconhecer né? Umas vítima. Aí começamo correr e pedi a Deus, né? Saindo... E pedi as mãe pra sair carregarem os filho pra vê quê que ia acontece e vários companheiro nosso ferido arrastando da perna, dum braço, e sangue. Aí já tinha tombado quatro companheiro, aí eu num resisti também vê tanto sangue aquele confronto. A gente ficou desesperado.*

Esse momento de tentativa de negociação com os pistoleiros, pedindo para que respeitassem as crianças, é revivido por uma das lideranças como um dos piores momentos do massacre.

*na hora que eles tava atirando e aquele desespero, aí Reinaldão gritou pra trazer as criança pra ver se eles tinham piedade, de ver tanta criança sofrendo, aí que Adriano gritou assim que matasse criança com todo mundo. Pra mim foi a pior parte que tem na história e, na verdade eu não consigo, assim, muito dialogar com ninguém a respeito desses negócio não. É muito... Porque, assim, também pra mim, cada vez que a gente vai conversando sobre isso, cria uma barreira, assim, não consegue muito contar essas história, né? Mas, pra quem tava aqui foi ruim, pra quem tava fora foi ruim e pra quem que viveu todo esse processo também.*

### **Sentimentos de indignação e humilhação diante da falta de socorro**

Sentimentos de indignação e humilhação diante da falta de socorro e impunidade em relação ao massacre aparecem correlacionados à desatenção do poder público frente aos trabalhadores. Desse modo, alguns fatos são retomados e relacionados; segundo os acampados, a demora do socorro resultou na morte de um dos feridos que se socorrido a tempo poderia ter sido salvo. Ou seja, todos os fatos relacionados à forma de condução do Estado em relação ao acontecimento gera uma série de sentimentos negativos entre os trabalhadores.

*Quando falei lá, com os policial, tinha quatro policial na cidade, diz que num vinha, que num podia vim que tinha que primeiro procurar reforço, porque eles só num vinha. Eu falei isso aí é... é uma barbaridade, porque nós tamo, os companheiro nosso tão lá caído e os policial da cidade num pode dar so-*

*corro que tem que esperar reforço. E aí num foi e... as coisa começou numa base de dez e meia por aí, quando a gente foi achar socorro pra deslocar os companheiro que tava ferido já foi, já quase duas hora, umas duas hora da tarde. Nós tem companheiro nosso mesmo, o ... o Joaquim, ele foi ... ele ganhou um tiro de doze na perna; regaçou a perna dele mas, se fosse tirado ele com tempo poderia que ele salvava, mas foi a demora do socorro, que num aguentou, perdeu muito sangue, deu hemorragia, né?... E aí ele num atolerou, né? E aí a gente fica preocupado, porque diante de tanto crime que teve, né? Levou massacre, matou tantos companheiro, queimaram os barracos, né? E tanto, num é só um crime, né? Foi vários crime e hoje a gente vê que os cara tão aí sorrindo da cara da gente, né?*

### **Considerações finais**

A violência contra trabalhadores rurais sem-terra constitui estratégia política despotencializadora da luta pela terra, na medida em que produz um conjunto de afetos negativos que configuram o trauma psicossocial. Essa estratégia política se caracteriza por sua longa duração e tem sido utilizada por longo período histórico, que remonta ao início da colonização brasileira, afetando diversas gerações e mantendo o ciclo de reprodução do poder e da dominação privada da terra, a partir de interesses restritos que excluem grandes parcelas da população ao uso produtivo e social da terra.

Não tematizar o acontecimento e não compartilhar o sofrimento decorrente fortalece a falta de compreensão das verdadeiras causas do massacre, assim como o desconhecimento em relação às possíveis consequências psicológicas desse episódio, o que produz, como pudemos verificar, uma banalização das manifestações traumáticas. Nessa perspectiva, é fundamental compreender o significado atribuído pelos trabalhadores e trabalhar na expansão do seu conhecimento em relação ao massacre. Ao rememorarem o acontecimento, os sujeitos falam das emoções suscitadas no momento do massacre e dos sentimentos conformados posteriormente; refletem também sobre a questão da ocupação de terras e sobre a falta de justiça. A intervenção psicossocial torna possível a análise consciente da situação, e, a partir de uma dimensão sócio-histórica, possibilita-se a reflexão sobre a posição do trabalhador na sociedade.



Temos como hipótese que o sofrimento e o trauma não se curam ou esvaecem com o tempo, mas têm que ser reelaborados com objetivo de buscar formas de superação e fortalecimento dos processos de resistência. Sobretudo, deve haver transformações, tanto no sentido político, para que a causa determinante e desencadeante termine seu ciclo violento, a saber os próprios eventos violentos que produzem traumatizações, quanto no sentido de reconstituir uma sociedade violentada e livre das alienações à respeito dessa própria violência, já que os afetos negativos produzidos nessas relações bloqueiam o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, produzem nefastas e perversas experiências (des) humanas e têm efeito transgeracional.

Compreendemos, assim, que a Psicologia pode intervir em uma terapêutica comunitária a partir da produção de reflexões, cujo objetivo é ampliar a formação da consciência em relação ao fato ocorrido e suas consequências, além de permitir que os trabalhadores compreendam que o processo histórico de produção de violência ultrapassa a experiência específica ali ocorrida. Nosso trabalho intentou produzir novas formas de relações comunitárias, interferir nos bloqueios, incompreensões e insensibilidades formadas; isto é, abrir e ampliar os espaços de compartilhamento, do comum.

Frente ao silenciamento, temos que desenvolver ações de publicizar, produções de narrativas, memórias e expressões diversas (subjetivações), a partir das quais seja possível a quebra e a ruptura do silenciamento. Assim, a vergonha pode ser convertida em orgulho, o medo em coragem, o isolamento em socialização e politização.

Dessa maneira, reverter o trauma psicossocial significa produzir consciência reflexiva e potencializar o agir. Esse deve ser o papel da Psicologia. A Arte e a Política são apontadas como caminhos mediadores desses processos de transformações das dimensões psicossociais que incluem as esferas do pensar, agir e sentir.

## **Referências**

Canuto, A. (2007). O agronegócio avança sobre novos territórios e alimenta a violência. In *Direitos Humanos no Brasil 2007: Relatório da Rede Social de*

- Justiça e Direitos Humanos, 2007* (pp. 31-38). Acesso em dia 23 de março, 2015, em <http://www.social.org.br/relatorio2007.pdf>
- Carvalho, J. J. (2009). Concentração, política agrária e violência no campo: dez anos. In *Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009* (pp. 39-46). Acesso em 23 de março, 2015, em [http://reporterbrasil.org.br/documentos/DH\\_relatorio\\_2009.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/DH_relatorio_2009.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia. (2006). *Seminário Nacional: A questão da terra, desafios para a Psicologia*. Brasília, DF: NEAD.
- Freitas, M. T. A. (2002). A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 21-39.
- Gaborit, M. (2009). Memória histórica: reverter a história a partir das vítimas. In R. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 245-276). Campinas, SP: Alínea.
- Lane, S. T. M. (1984). O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Martín-Baró, I. (2000). *Psicología social de la guerra*. El Salvador: UCA.
- Martín-Baró, I. (2009). Para uma Psicologia da Libertação. In R. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 189-198). Campinas, SP: Alínea.
- Moreira, G. (2010). *Seis anos de Impunidade. Cadê a justiça?* Acesso em 27 de março, 2015, em <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=52620>
- Oliveira, A. U. (2009). A política de reforma agrária no Brasil. In *Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009* (pp. 27-38). Acesso em dia 25 de maio de 2010, em <http://br.boell.org/sites/default/files/relatorio-dh-2009.pdf>
- Riquelme, H. (1993). *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC.

## **Problematizando a participação comunitária em projetos em unidade de conservação na Amazônia**

Marcelo Gustavo Aguilár Calegare

Maria Inês Gasparetto Higuchi

### **Introdução**

Um dos desafios dos pesquisadores da Amazônia é criar mecanismos que tornem a floresta mais lucrativa em pé do que derrubada, aliando o uso sustentável dos recursos naturais ao desenvolvimento regional. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) vem executando uma proposta de utilização da madeira naturalmente caída por técnicas de marchetaria para produção de pequenos objetos, em uma unidade de conservação (UC). O local escolhido foi a Reserva Extrativista (Resex) Auati-Paraná, uma modalidade de UC federal, classificada como de uso sustentável pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A referida proposta configura-se como ideia inovadora por: (a) evitar corte de árvores vivas; (b) contribuir para a não emissão de gases de efeito estufa pela degradação e desmatamento florestal; (c) ser uma alternativa econômica de geração de renda para os habitantes de UC.

Tudo começou em 2004, pelo contato das lideranças da Resex Auati-Paraná com o coordenador do Laboratório de Manejo Florestal (LMF/Inpa), que resultou na realização de inventário florestal e levantamento socioambiental em 2007 (Higuchi, N, Higuchi, F., Lima, & Santos, 2013) – esse último executado pelo Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (Lapsea/Inpa) (Higuchi, M., Toledo, Ribeiro, & Silva, 2008). A sequência da interação entre comunitários e pesquisadores foi a oferta de um programa de treinamento em marchetaria, para alguns moradores selecionados da Resex Auati-Paraná, e da Resex do rio Unini, em novembro/2009, ministrado pelo Laboratório de Engenharia de Artefatos de Madeira (Leam/Inpa) (Nascimento et al., 2011). O prosseguimen-

to do compromisso entre as partes foi a submissão, em nome da Associação Agroextrativista de Auati-Paraná (Aapa), e aprovação, em junho de 2010, de um projeto junto ao Governo do Estado (Proderam)<sup>1</sup> para dar continuidade ao aproveitamento da madeira caída e geração de renda na Resex. Essa iniciativa das lideranças da Aapa teve o respaldo técnico do Leam/Inpa e apoio financeiro do INCT/Madeiras da Amazônia-CNPq/FAPEAM (Nascimento, Araújo, Paula, & Higuchi, 2013). A ideia central da Aapa era conseguir desenvolver algum tipo de atividade que trouxesse benefícios às comunidades e estivesse em conformidade com a legislação de conservação da natureza e uso sustentável dos recursos naturais. Esse “Projeto da Marchetaria”, como referem os moradores, estava em andamento até a escrita deste texto.

Para realizar o acompanhamento e verificar as implicações socioambientais e/ou psicossociais desse programa, o Lapsea/Inpa iniciou junto à Resex um projeto de pesquisa com apoio da FAPEAM/CNPq<sup>2</sup>. Um dos importantes aspectos levantados e trabalhados durante a execução desse projeto foi o da participação e organização dos moradores no grupo responsável pela marchetaria. Nessa perspectiva, o foco deste capítulo é trazer um recorte dos resultados obtidos, em que se problematiza e se discute a respeito do processo de participação nessa iniciativa de desenvolvimento socioambiental sustentável, com aproveitamento da madeira de árvores caídas naturalmente em uma UC amazônica. O capítulo está organizado da seguinte maneira: (a) método; (b) apresentação e discussão dos condicionantes à participação dos “comunitários” – autodefinição dos moradores das comunidades – no projeto da marchetaria; (c) considerações finais.

## **Método**

### *Localização e dados gerais da Resex Auati-Paraná*

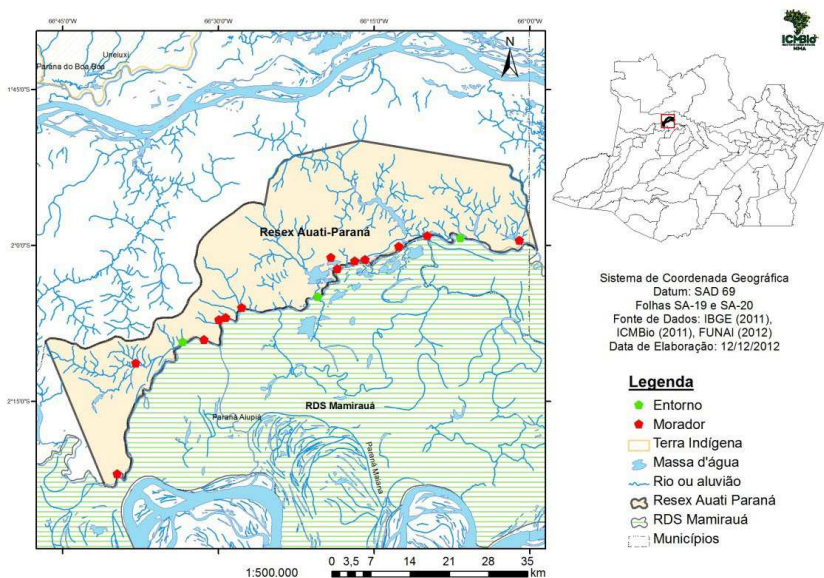
A Resex Auati-Paraná (Figura 1) está localizada na zona rural dos municípios de Fonte Boa, Japurá e Maraã (Amazonas), na mesorregião sudo-

<sup>1</sup> “Aproveitamento da madeira de árvores caídas para geração de renda e melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais na Resex Auati-Paraná, Amazonas – Brasil” – AAPA/Proderam/INCT-CNPq-FAPEAM.

<sup>2</sup> “Transformações no modo de vida dos habitantes da Resex Auati-Paraná a partir da introdução de uma estratégia de desenvolvimento sustentável”, aprovado em junho/2011, segundo edital nº 05/2007 Fapeam para o Programa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), com verba dessa agência de fomento e CNPq (proc. 35.0390/2011-8).

este amazonense, microrregião do alto Solimões, pertencente ao Corredor Central da Amazônia. O acesso principal é a partir de Fonte Boa (distante 665 km em linha reta de Manaus, ou 1.011 milhas por via fluvial), centro urbano para onde se dirige a grande maioria dos comunitários. Segue-se pelo rio Solimões acima até o paraná Maiana, entra-se no paraná Aiupuí e chega-se ao rio Auati-Paraná, onde as 16 comunidades se alinham nas suas duas margens. Esse percurso só é possível via fluvial e demora entre duas a três horas de voadeira motor entre 40-250 HP.

**Figura 1. Limites da Resex Auati-Paraná, disposição das comunidades e áreas protegidas do entorno**



Fonte: ICMBio, 2013.

Em 2007, a área possuía aproximadamente 146.950,8200 ha, era contígua à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mimirauá e contava com aproximadamente 1.400 moradores residentes em 16 comunidades (Higuchi, M., Toledo, Ribeiro, Silva & Barbosa, 2013). Mais recentemente houve o surgimento da 17ª comunidade (ausente na Figura 1).

Em 2013, as comunidades foram divididas em três setores em função da proximidade entre elas, com objetivo de facilitar a gestão da área e organização de atividades em comunidades centrais. A disposição dos setores e ordenação das comunidades está em conformidade com o fluxo do rio Auati-Paraná, isto é, da parte alta (esquerda da Figura 1) correndo para a mais baixa: (a) setor 1: Itaboca, São José do Inambé, Boca do Inambé, São Luiz, Barreirinha de Cima, Monte das Oliveiras, Barreirinha de Baixo, Nova Esperança; (b) setor 2: Cordeiro, Curimatá de Cima, Castelo, Curimatá de Baixo, Murinzal; (c) setor 3: Vencedor, Boa Vista do Pema, Luiz, Miriti. Dessas comunidades, três estão localizadas dentro dos limites da RDS Mami-rauá, mas são consideradas beneficiárias indiretas da Resex Auati-Paraná: Boca do Inambém, Cordeiro e Luiz (Higuchi, M. et al., 2013) – em verde na Figura 1.

### **Tipo de pesquisa**

A pesquisa interdisciplinar centrada no estudo de questões socioambientais (Calegare & Silva, 2012) integrou profissionais de ciências humanas, sociais e biológicas. O estudo seguiu as proposições de pesquisa-ação participativa (PAP) sugerida por López-Cabana e Chacón (2003), que a entendem como “um modelo peculiar de pesquisa-ação que se caracteriza por um conjunto de princípios, normas e procedimentos metodológicos que permitem obter conhecimentos coletivos para transformar uma determinada realidade social” (p. 170). Contextualizando a PAP ao contexto amazônico, ela propõe a geração do conhecimento e o enfrentamento de problemáticas socioambientais, por meio da interação entre pesquisadores e interlocutores, aliando o saber técnico-científico ao tradicional.

### **Técnicas**

As técnicas e instrumentos utilizados baseiam-se numa abordagem multimétodos (Gunther, Elali, & Pinheiro, 2008), considerando que estudos socioambientais exigem a integração de múltiplas técnicas, a fim de compreender a complexidade das dimensões associadas ao tema, além de que tais aspectos necessitam ser compreendidos em profundidade (Calegare, Higuchi, & Forsberg, 2013). Nesse estudo, portanto, foram uti-

lizados tanto *surveys* quanto técnicas participativas, **tais como** formulários, entrevistas semiestruturadas, reuniões de grupo e observação direta (sistemática e assistemática). Todo esse procedimento teve registro nos formulários elaborados, em diário de campo e fotográfico.

### **Procedimentos e análise dos dados**

A pesquisa seguiu uma estrutura operacional composta de 3 etapas processuais diferenciadas porém complementares (Minayo, 2007): Fase I (preliminar); Fase II (pesquisa de campo); Fase III (organização, sistematização e análise das informações). Como explicam Calegare et al. (2013), a fase preliminar é vital às pesquisas em comunidades rurais amazônicas, a fim de não sucumbir às vicissitudes específicas da região que envolvem peculiar logística de deslocamento, intempéries ambientais e permanência em campo. Além disso, envia-se o projeto para análise junto ao CEP, para verificação dos procedimentos éticos, e ao SISBio para a autorização da pesquisa em UC<sup>3</sup>.

Foram feitas quatro viagens a campo: abril/2012, agosto/2012, junho/2013, dezembro/2013. Na primeira viagem, fez-se a mobilização comunitária, visitando-se 14 comunidades e organizando-se reuniões com as lideranças e moradores em cada uma delas. Nas viagens seguintes, além de reuniões comunitárias e com as lideranças da Resex, do ICM-Bio e demais parceiros institucionais, foram acompanhados os cursos de marchetaria e desenvolvidas as atividades de pesquisa – prioritariamente na comunidade Barreirinha de Cima, onde foi construída a oficina-escola com as máquinas e gerador de energia. Foram entrevistados 51 interessados em participar da marchetaria (de 11 comunidades), dentre os quais 17 realizaram os cursos (de 6 comunidades, todas do setor 1). No entanto, neste capítulo priorizam-se, essencialmente, os dados qualitativos obtidos pelos diários de campo, fruto das conversas informais, presença nas comunidades, participação nas atividades comunitárias e reuniões (comunitárias e de equipe de pesquisa). As informações levantadas foram sistematizadas em categorias, seguindo os princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2011), levando ao entendimento dos condicionantes

---

<sup>3</sup> Esse projeto foi aprovado pelo CEP-INPA (protocolo nº 029-11) e autorizado pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio) (protocolo nº 32111-1).

à participação dos comunitários no projeto do uso da madeira caída. São apresentados também alguns dados quantitativos obtidos pelos formulários, que foram analisados por meio de estatística descritiva conforme frequências obtidas (perguntas fechadas), ou por análise de conteúdo (perguntas abertas).

### **Condicionantes da participação**

Já foi mencionado que o projeto da marchetaria foi fruto da interação entre os dirigentes da Aapa e os pesquisadores do Inpa. Disso resultou a construção de uma oficina-escola na comunidade Barreirinha de Cima, constituindo-se um verdadeiro desafio, por ser bastante difícil levar as máquinas de um centro urbano (Manaus) até uma localidade distante (Resex Auati-Paraná). Esse processo demorou dois anos, desde a aprovação do projeto e liberação do recurso, até a construção da oficina-escola (2010 a 2012). Após os primeiros cursos serem realizados (agosto/2012), houve suspensão da produção e venda das peças feitas, imposta pelo ICMBio e sob a justificativa de falta de licenciamento da estrutura da oficina-escola, de regulamentação do uso da madeira caída e de regulamentação de unidade produtiva em UC. Até fevereiro/2014, as atividades estavam suspensas, mas já em vias de retomada da produção.

Diante do exposto, apresentam-se em categorias os condicionantes da participação, desde a mobilização comunitária, incentivada pela Aapa para os moradores da Resex Auati-Paraná, até um ano e meio depois da paralisação das atividades.

### **Distância**

A comunidade onde foi construída a oficina-escola é Barreirinha de Cima, localizada no setor 1 da Resex Auati-Paraná. O deslocamento entre comunidades é realizado, predominantemente, por canoas com pequenos motores chamados rabeta (5,5-13 HP), muito comum entre os moradores. Esse deslocamento é fisicamente penoso para eles, tendo em vista as distâncias e o desconforto de passarem horas sentados numa pequena canoa sem cobertura, expostos às intempéries ambientais próprias da região (sol, calor, chuva e vento). O tempo das viagens raramente se caracte-



riza em minutos, mas em horas. Esse transporte envolve ainda gastos com combustível, que em Fonte Boa custa R\$3,75/litro e nas comunidades R\$5,00/litro (preço dezembro/2013). No interior da Amazônia, costuma-se dizer que o dinheiro em espécie é substituído pelo combustível, pois quem o possui pode realizar as transações comerciais e sociais com mais flexibilidade, devido à carência desse produto e a alta demanda funcional.

Portanto, os fatores associados à distância entre as comunidades e a oficina-escola revelaram ser um aspecto condicionante da participação, pois, segundo os entrevistados, especialmente do setor 2 e 3, o interesse em participar da atividade é limitado ao fato de terem canoa e/ou motor, tempo para os longos deslocamentos, dinheiro e combustível.

### **Hospedagem**

Por causa dos aspectos relacionados à distância, muitos comunitários que fazem visitas a outras comunidades optam pela estadia prolongada, ao invés de voltarem para suas casas no mesmo dia. Apesar de praticamente todos se conhecerem na Resex Auati-Paraná, o grau de proximidade varia entre eles, o que faz com que haja diferenças de afinidade e convivência. Isso repercute em certeza ou dúvida, quanto à receptividade e a ter um lugar para se alimentar e se hospedar.

Além disso, ter uma mesa farta é motivo de alegria para as famílias das comunidades ribeirinhas, sempre havendo espaço para mais uma pessoa compartilhar a refeição. No entanto, nem sempre há insumos suficientes para alimentar todos que chegam. Pela falta de condições financeiras e época sazonal, que submete essas pessoas tanto à fartura quanto à carência de recursos naturais, o visitante pode não ter o que levar para compartilhar com os anfitriões, o que gera certo constrangimento.

Portanto, um comunitário ter que se deslocar para outra comunidade gera ansiedade, tanto pelo fato de deixar sua família quanto pela incerteza de acomodação em outra localidade. Tais particularidades são condicionantes à participação, mesmo considerando as relações de parentesco que atuam como aspecto implícito de ajuda mútua e responsabilidade familiar nessas situações de mobilidade (Higuchi, Calegare, & Freitas 2013).

## **Responsabilidade familiar**

Ausentar-se da unidade doméstica para essas famílias no interior requer um arranjo diferenciado, pois envolve aspectos ao mesmo tempo funcionais e simbólicos. Apesar das distinções dos papéis, funções sociais e posição relativa que cada membro ocupa nas tramas de relações familiares, todos compõem a unidade de reprodução biológica, econômica e sociocultural característica de uma unidade doméstica (Futemma, 2006). As atribuições específicas de gênero, idade e estado civil são determinantes para a participação nas atividades. Todas essas nuances psicossociais da constituição familiar, aliadas aos arranjos comunitários de cada localidade e ao ambiente onde se inserem, têm relação direta com as práticas produtivas e geração de renda nas unidades domésticas.

Desse modo, uma mãe que tem que cuidar dos filhos, participar das tomadas de decisão de sua unidade doméstica e exercer atividades domésticas e produtivas, examina se pode se ausentar da casa para participar de outras atividades por muitos dias. Uma jovem que auxilia nos afazeres domésticos, também pondera se pode abrir mão do cumprimento de suas responsabilidades para se dedicar a outras tarefas que não aquelas previstas na cultura local. Um pai de família, que sente como dever ser o responsável por prover o bem-estar de sua prole, verifica as possibilidades de deixar de lado suas atividades costumeiras, para poder participar de uma atividade ainda pouco conhecida (marchetaria) e que pode lhe trazer uma incerteza em sua responsabilidade de proventos familiares.

## **Atividades produtivas/cotidianas**

A rotina das atividades produtivas na Resex, como noutras áreas rurais na Amazônia, são executadas respeitando a sazonalidade e ritmo das águas, de tal modo que a natureza comanda o próprio ritmo da vida (Chaves & Lira, 2011). No caso do Auati-Paraná, destacam-se a coleta de castanha, o manejo de lago e a pesca, a agricultura, a comercialização de cipós e a atividade de extração de óleos de andiroba e copaíba (Higuchi, M. et al., 2013). Isso significa que, dependendo da época do ano, os co-

munitários estão envolvidos com essas atividades, não podendo abrir mão delas, em função da subsistência ou da geração de renda já garantidas por tais práticas.

Entretanto, as demandas agroextrativistas não são exclusivas, uma vez que a inserção escolar tem sido cada vez maior entre os jovens e adultos nas UC's. Assim, o calendário escolar passa a ser mais um respeitado condicionante à participação em novas atividades propostas na Resex. Como as aulas têm por si só vários entraves de sequência, muitos comunitários se recusam a perder as poucas aulas que lhe são oferecidas, em detrimento de outra proposta que possa vir a ocorrer em horários conflitantes com o da escola.

### **Idas à cidade**

Além do calendário das práticas produtivas e escolar, os comunitários incorporaram uma constante mobilidade à cidade mais próxima (Fonte Boa, preferencialmente), seja para tratamento de saúde, provimento de mantimentos ou para atividades sociais e de lazer. Essas idas à cidade se dão, em geral, no fim de cada mês, tendo em vista o recebimento de salários ou benefícios como aposentadoria, bolsa família e bolsa verde (oferecidas pelo governo federal), bolsa floresta (oferecida pelo governo estadual aos moradores de UC). Uma vez na cidade, os comunitários aproveitam para resolver vários assuntos pendentes e, portanto, a estadia varia de uma semana (80%) até um mês (20%).

O fato de se dirigirem à cidade não é uma opção, mas uma necessidade, considerando a carência de alguns produtos/serviços nas comunidades da Resex. Se deslocar até a cidade tem como motivo prioritário a busca de atendimento médico, realização de exames, compra de remédio e vacinação para os filhos (Calegare, Higuchi, Freitas, & Siqueira, 2013). Apesar de haver um posto de saúde e alguns agentes comunitários de saúde (ACS), eles não conseguem suprir a demanda dos problemas surgidos, seja na quantidade ou qualidade de tratamento requerido (Higuchi, M. et al., 2013). Também primordial é ir à cidade para realizar compras de combustível para uso nos motores e geradores de energia, vestuário e mantimentos de higiene e alimentação. O hábito urbano de aquisição de produtos e alimentos industrializados vem gradualmente se tornando

uma realidade nessas comunidades, e por isso dependem de centros com um comércio mais diversificado.

Por outro lado, os atrativos sociais do meio urbano e a diversidade de possibilidades de lazer (festas, esportes, cultos e eventos sociais) fazem os comunitários considerarem tais idas à cidade como passeio e diversão, que não existe na localidade onde residem. Em menor proporção, as idas à cidade envolvem motivos familiares e de trabalho.

Em alguns casos, a ida à cidade ocorre para acompanhar algum familiar em sua jornada de visita ou de ajuda solicitada pelos parentes que lá vivem. Algumas pessoas vão à cidade para vender a produção agroextrativista excedente, ou oferecer seus serviços em época de pouco trabalho na Resex.

Constata-se que a cidade tem se firmado como um polo de referência para a vida na Resex. Há uma dependência involuntária, mas até certo ponto, agradável para o morador de localidades distantes, como no caso da Resex Auati-Paraná. Assim, a cidade lhes proporciona muito do que a Resex não consegue oferecer, desde as necessidades mais básicas até aquelas menos prioritárias. Esse movimento em direção à cidade parece trazer um espaço social de circularidade, motivado justamente pelas poucas possibilidades diante de um rol de demandas existentes e criadas por esses moradores (Fraxe, 2004). Durante as visitas nas diversas comunidades, era muito comum verificar casas fechadas por estarem a alguns dias na cidade.

Segundo explica Fraxe (2004), a ida do campo à cidade e vice-versa constitui e caracteriza a circularidade da cultura cabocla-ribeirinha, isto é, a vida comunitária envolve esse traslado à zona urbana, onde as vantagens da cidade trazem influências sobre as relações locais e desempenham papéis críticos à reprodução dessas sociedades. Diante desses motivos, muitos comunitários não se predispõem a assumir o compromisso de participação num projeto, como no caso da marchetaria, com receio de terem impedido tal deslocamento à cidade.

### **Identificação com a marchetaria**

Concorrendo com aspectos externos à atividade proposta, constatou-se que motivos diretamente envolvidos com o tipo de atividade tam-

bém são condicionantes da efetiva participação. Era recorrente ouvir dos comunitários que o projeto da marchetaria se enquadrava melhor para aquelas pessoas que possuíam afinidade de trabalhos com a madeira, seja por já serem carpinteiros, marceneiros ou canoeiros, ou por serem conhecidos pelas habilidades manuais na produção de artefatos e utensílios. À primeira vista, nos pareceu haver incentivo natural dos moradores para envolvimento daquelas pessoas que já tinham alguma familiaridade com o uso da madeira. Porém, a possibilidade de aprendizagem de um novo ofício, relacionado com habilidades manuais e ao uso de madeira não era um interesse compartilhado por todos.

Além disso, por se tratar da introdução de uma atividade com um recurso natural – madeira caída naturalmente, tradicionalmente visto como resíduo – seria necessário verificar as percepções e expectativas em relação tanto ao recurso quanto ao trabalho envolvido. As percepções sobre determinados aspectos socioambientais são fundamentais para a efetiva mobilização e participação em torno de alguma proposta que incorpore tais elementos (Corraliza, 1998; Khunen & Higuchi, 2011; Merleau-Ponty, 1999; Tuan, 1980). Nesse sentido, investigou-se a percepção dos entrevistados sobre a utilidade da madeira caída e conhecimentos sobre a sua serventia. Constatou-se que, aproximadamente 2/3 deles, não acreditam que esse recurso natural possa ser útil de alguma maneira, enquanto pouco mais de 1/3 concordam que conhecem a serventia de todas as madeiras caídas encontradas na floresta.

Portanto, a identificação com o projeto de marchetaria, o tipo de atividades propostas e o uso da madeira caída também revelaram ser um condicionante da participação. Isso porque o reconhecimento pelos comunitários, de aspectos do projeto da marchetaria em seu universo simbólico, faz com que eles sintam proximidade ou distanciamento com a proposta apresentada.

### **Expectativa de renda e ocupação**

Apesar da dificuldade de mensuração de renda mensal dos habitantes de comunidades rurais amazônicas, que exercem uma série de práticas produtivas sem frequência fixa, que obedecem aos ciclos anuais da natureza e geram ganhos variáveis, levantaram-se dados de renda mensal

declarada: 12 (24%) entrevistados não possuem nenhuma renda mensal fixa, 32 (62%) dispõem de até um salário mínimo mensal e 7 (14%) obtêm valor mensal acima disso. Diante desse cenário, o possível engajamento com a marchetaria apareceu atrelado também à expectativa de venda das peças e da geração de renda. Nas visitas às comunidades, foi assunto de muita conversa a possibilidade da produção dos objetos de madeira constituir-se uma nova fonte de ganho às famílias, mesmo diante da preocupação quanto à garantia de venda dos produtos.

Constatou-se que a grande maioria (96%) dos entrevistados expressou a expectativa de que a marchetaria traria maior geração de renda e benefícios para si e as comunidades. No entanto, ao pensar sobre a venda das peças, 67% deles admitem que será razoavelmente fácil vendê-las, enquanto os demais estão em dúvida ou discordam disso. Para 76% dos entrevistados, a marchetaria, como uma nova ocupação e ofício, é vista como uma oportunidade para fortalecer ou complementar as atividades agroextrativistas em curso na Resex. Os demais entrevistados não souberam responder ou acreditam que a marchetaria substituirá aquelas atividades já praticadas, sendo algo a mais compondo as múltiplas práticas produtivas dos ribeirinhos amazônicos, como lembram Chaves e Lira (2011).

Essas expectativas expostas são condicionantes da participação, na medida em que representam possibilidades de geração de renda e novas formas de ocupação às famílias. Tanto que, em todas as atividades avaliativas durante a execução do projeto, os comunitários foram unânimes em afirmar que o retorno financeiro era essencial para continuarem motivados a participar e para convencer novos participantes a aderirem à marchetaria.

### **Comunicação e redes comunitárias**

A comunicação das Resex entre comunidades e fora delas é precária. De forma geral, os informes e decisões levam um tempo considerável para sua efetivação, pois não há meios de comunicação entre a sede municipal de Fonte Boa (onde sedia-se a Aapa) e as comunidades. Somem-se a essa precariedade alguns aspectos burocráticos, no sentido de que toda comunicação (telefone ou e-mail) entre pesquisadores e liderança

comunitária deve ser balizada pelos gestores do ICMBio. Percurso e tempo tornam-se alongados e muitas vezes com desentendimentos. Após os esclarecimentos, há ainda a socialização da informação com os moradores na sede da comunidade, que é feita pessoalmente, isto é, alguém vai até a sede ou então os comunitários vão até a cidade para se informarem. Nesse caso, os problemas são majorados, uma vez que há necessidade de tempo e recursos para essa viagem, e nem a associação nem os comunitários dispõem de verbas para a circulação das informações. Dessa forma, a comunicação entre Aapa e comunidades acontece por meio das redes de relacionamentos interpessoais existentes, que não atendem a toda a rede de interessados no projeto. Em função dessa contingência, é comum haver desencontros entre pesquisadores e comunitários em suas atividades conjuntas, pelo fato de não ter havido tempo hábil para se mobilizar e participar, ou não ter havido a democrática socialização da informação para as atividades organizadas.

Por outro lado, a relação entre as lideranças da Aapa, os presidentes comunitários e os moradores das comunidades faz com que haja circulação facilitada, ou dificultada, de informações a respeito de atividades na Resex. Durante as visitas às comunidades, percebeu-se que naquelas onde os dirigentes da Aapa possuíam maior grau de proximidade com os comunitários, havia maior interesse deles em pelo menos saber da marchetaria. Por exemplo, na comunidade Vencedor, uma das maiores e prósperas da Resex, não houve nenhum entrevistado, porque descobriu-se, posteriormente, que as lideranças locais possuem divergências com a diretoria da Aapa.

Para Montero (2004), as redes comunitárias são tramas de relações que mantêm um fluxo constante de informações e mediações estabelecidas em prol do desenvolvimento, fortalecimento ou alcance das metas de uma comunidade. Tais redes revelam a complexidade das relações (tramas), a diversidade dos sujeitos que a compõem e a multiplicidade de estilos de estabelecer tais relações. Na Resex Auati-Paraná, onde a participação e compromisso no projeto da marchetaria – fruto de uma conquista da Aapa – estão também condicionados pelas redes comunitárias e tramas de poder existente entre as lideranças comunitárias. Tal fato tem influência não apenas na adesão de comunitários à marchetaria, mas também na força de barganha da Aapa para obter benefícios perante o

Inpa (pesquisadores) e ICMBio (gestores). Apesar dos momentos de paralisação da marchetaria e da descrença de muitos comunitários, a Aapa continua apostando no projeto e tem pressionado o ICMBio para contribuir no prosseguimento das atividades. Com isso, os dirigentes da Aapa ganham prestígio por buscarem trazer benefícios efetivos à Resex, o que lhes garante status, poder e possibilidade de reeleição.

### **Diferenças agentes internos X externos**

Como explica Montero (2010), um trabalho desenvolvido em comunidade acontece pela interação entre os agentes internos (AI) e os agentes a ela externos (AE). Isso significa que há tempos e ritmos de trabalho diferentes de cada agente, que interferem diretamente nas formas de engajamento e participação para um projeto coletivo. No caso da marchetaria, os AI (moradores da Resex Auati-Paraná e Aapa) têm seu próprio ritmo de vida e dinâmica de trabalho, cujas particularidades foram descritas acima. Por outro lado, os AE (pesquisadores, financiadores e gestores) seguem os prazos dos projetos, os acordos com as agências financiadoras e um ritmo de trabalho próprio às suas exigências técnico-administrativas.

Além desses, há também outros aspectos que explicitam a incongruência entre AI e AE. O primeiro é a linguagem utilizada por ambos, pois de um lado os moradores da Resex usam uma forma “caboca” de se expressar, enquanto de outro tem-se o uso de termos acadêmicos, técnicos e urbanos dos pesquisadores. Desse modo, esse uso distinto de palavras tem como uma de suas consequências o distanciamento entre os interlocutores. Nesse sentido, as lideranças da Aapa parecem funcionar como uma ponte que traduz aos dois grupos um entendimento mínimo, reduzindo os ruídos e divergências simbólicas próprios desse repertório de signos orais.

A demora de liberação de verbas é um fato pouco compreensível até pelos pesquisadores, mas fatalmente incompreendido pelos comunitários. O projeto da marchetaria pela Aapa, foi aprovado em junho/2010 e só teve a verba liberada em maio/2011. Nesse momento, finalmente foi possível a compra dos materiais necessários à construção da oficina-escola e aquisição das máquinas – que também levaram um tempo para serem finalizadas. Igualmente, o projeto do Lapsea/Inpa foi submetido



em agosto/2010 e aprovado em julho/2011, com verba liberada apenas em dezembro/2011. Essa demora fez com que as atividades previstas começassem após os prazos inicialmente programados, o que repercutiu diretamente na motivação e ânimo dos comunitários, já descrentes.

Cabe mencionar também a disponibilidade de cada agente. Já foram suficientemente descritas algumas nuances da vida comunitária que condicionam a participação dos AI. Do lado dos AE, Calegare et al. (2013) lembram que existe a disponibilidade pessoal de ir até as comunidades, tempo para as viagens e recursos destinados às despesas. Desse modo, marcar a ida a campo requer tantos ajustes entre todos os parceiros institucionais, que aliar as agendas de AI e AE se torna um verdadeiro desafio.

Por sua vez, há uma disparidade entre expectativas dos AI e AE, pois cada um espera resultados diferentes para a marchetaria e tem seus próprios parâmetros indicando o sucesso dessa iniciativa. Isso tem repercussão direta nos compromissos e acordos estabelecidos entre todos agentes institucionais, pois cada um espera obter resultados à sua maneira (Bourdieu, 2007). Para os comunitários, viu-se que há forte expectativa de geração de renda de maneira mais imediata. Os dirigentes da Aapa esperam a ampliação para todas as comunidades da Resex como resposta política do esforço dos líderes. Entre os pesquisadores do Leam/Inpa, é primordial a qualidade da produção das peças aliada ao recurso mapeado, para, em seguida, serem estabelecidas as vendas. Para o ICMBio, representado pelos gestores da Resex, o projeto deve se ater à legislação vigente sem ousadia ou alternativas, havendo temor de se perder o controle de uso da madeira caída. Em particular, esse medo torna o processo extremamente lento e agonizante diante das expectativas prementes dos comunitários. Diante desse cenário de interesses e processos políticos institucionais (Douglas, 1998; Santos, 2008), o projeto de marchetaria torna-se um constante exercício de resiliência psicossocial para os comunitários, que carecem urgentemente de alternativas para a tão desejada sustentabilidade social (Leff, 2001; Sachs, 1986; Veiga, 2010).

Por fim, outro aspecto que ressalta a diferença entre AI e AE é aquele relacionado ao uso de tecnologias e conhecimentos sobre o recurso madeireiro, que remete à discussão da interação entre saberes científicos e tradicionais (Bourdieu, 2011; Diegues, 1996; Stavenhagem, 1984). Para

os pesquisadores do Leam/Inpa, a introdução de uma nova prática produtiva, com uso de máquinas e formas de organização do trabalho, atende à expectativa anunciada pelos comunitários, ao mesmo tempo em que repercute positivamente nas questões de sustentabilidade ambiental. A socialização dos conhecimentos científicos a respeito das madeiras possibilita aos comunitários um novo *habitus*, nos termos de Bourdieu (2007), porém há que se considerar que, quando posto em campo, o poder do conhecimento científico escapa aos próprios cientistas (Morin, 2010). Os comunitários, por sua vez, estão estimulados para apreender um novo ofício, que se mostra como uma alternativa frente aos conflitos impostos com a transformação das terras tradicionalmente ocupadas em UC. Apesar de detentores de práticas agroextrativistas, habilidades e saberes sobre a natureza ao seu redor, eles sentem aos poucos sua invisibilidade aumentar diante de um mundo com regras que ainda não lhes são totalmente familiares (Santos, 2008). Nesse universo de articulações, cada campo de ação tem leis próprias (Bourdieu, 2004) e não raro nunca se cruzam, dificultando as desejadas conexões. A proposta de uso da madeira caída é inédita para essas pessoas, pois a maioria a considera um recurso de pouca utilidade.

Em suma, as diferenças entre AI e AE se concretizam na disparidade entre critérios, concepções de realidade e momentos para concretizar certas ações (Freitas, 2010). Como o ICMBio possui responsabilidade de gestão da área, zelando pela conservação da natureza e uso racional dos recursos naturais, a imposição das expectativas dos gestores da Resex sobre o projeto fez com que ele entrasse em estágio de paralisação. Muitas foram as justificativas para tal, sempre sob o motivo manifesto da falta de legislação autorizando a produção e venda de peças, mas com motivos velados de precárias condições de infraestrutura oferecida pelo ICMBio a seus funcionários, que resultam na pouca presença na Resex e falta de controle do que acontece lá. Não obstante tenha havido pressão do Inpa e da Aapa para retomada das atividades, com acordos feitos entre todas as partes, a resolução desse impasse da marchetaria tem caminhado a passos lentos (Calegare, Higuchi, Moreira, & Lima, 2014).

A contínua paralisação gerou progressivo descontentamento e desânimo, levando à participação cada vez menor dos comunitários no projeto

e, como resultado, à desarticulação e desestabilização do grupo responsável pela marchetaria, cuja consequência concreta tem sido o descaso com os cuidados de manutenção da oficina-escola. Isso tudo foi interpretado como uma resposta psicossocial a essa trama entre AE e AI, que tem emperrado o andamento da marchetaria e trazido, por diversos motivos, insatisfação tanto da Aapa quanto dos comunitários com o ICMBio e Inpa. (Calegare et al., 2014).

### **Presença dos agentes externos**

É muito comum ouvir de moradores de comunidades ribeirinhas que, de vez em quando, aparecem instituições promovendo projetos, mas, que após um tempo, elas desaparecem e não trazem nenhum tipo de benefício. Durante a mobilização comunitária, viu-se que a presença física dos AE nas comunidades foi fundamental para despertar novo interesse dos moradores em aderir ao projeto. Durante as reuniões comunitárias, pelas quais se divulgaram os primeiros cursos, foi importante a fala de um dos dirigentes da Aapa, que contou sua experiência com a marchetaria e afirmou o compromisso da associação com a Resex. Por outro lado, a presença dos pesquisadores era um sinal concreto de que em breve os cursos iriam se tornar realidade.

Essa experiência revelou que o contato presencial junto às comunidades tem uma força de mobilização que não estava sendo conseguida pela comunicação tradicional da Aapa com as comunidades, isto é, por convites escritos e por recados verbais. Tal qual ressaltaram alguns moradores, uma intimação pessoal de comparecimento a um evento tem mais força entre os comunitários, pois muitos deles se sentem cativados diretamente com esse gesto. Quando o convite é realizado de forma indireta ou por terceiros, é como se o comunitário não se sentisse suficientemente convidado, preferindo adotar uma postura desconfiada e não se envolver.

Em seguida, após a realização dos cursos e do ritmo paralisante, a presença dos AE configurou-se como motivo de esperança da retomada das atividades, apesar do evidente desânimo no grupo. O momento se tornou propício para a problematização e ressignificação da situação vivida, trabalhando-se para despertar processos de conscientização (Calegare

et al., 2014; Freitas, 2010). Nessa situação, observa-se que o poder instituído externo corrobora com aspectos de conflito na busca da justiça ambiental (Acselrad, 2010; Leal, 2013), onde tramas institucionais emperram a fluidez das ações, por desconsiderarem os projetos de vida e lutas dos comunitários e seus representantes (Aapa).

### **Considerações finais**

A proposta de uso da madeira caída por técnicas de marchetaria, ao contrário de ser uma simples atividade, é complexa e envolve distintos atores institucionais (os AE), que têm influência decisiva na participação dos comunitários. Um deles é o ICMBio, responsável pela gestão da UC, pois apoia a marchetaria e dá suporte logístico, além de zelar prioritariamente pela conservação da natureza. Dessa feita, os fortes temores de uso inadequado e excessivo de recursos naturais, aliado ao distanciamento (geográfico e de encontros) entre gestores da área e moradores, geraram refreamento ao prosseguimento do projeto. Como resultado, houve desincentivo indireto ao envolvimento nas atividades produtivas da marchetaria, atraso dos cursos técnicos e dificuldades de comunicação entre todos os parceiros institucionais.

Tais fatos repercutiram no enfraquecimento dos laços dos AI, isto é, o grupo da marchetaria e os demais moradores das comunidades da Resex. O imbróglio institucional torna manifesto alguns aspectos do modo de vida amazônico relevantes à participação no projeto: a distância entre as comunidades, que envolve altos gastos para serem transpostas; as disputas de poder entre moradores de comunidades distintas e a organização comunitária inerente a cada comunidade, que quando fraca repercute em relações de ajuda mútua já bastante fragilizada na disputa frequente que enfrentam. Pelo exposto, nota-se que os processos de participação não envolvem apenas elementos da vida comunitária, que poderiam ser trabalhados segundo técnicas de intervenção. O processo de tomada de decisão dos rumos da marchetaria, entre AI e AE, envolve negociações políticas que implicam fazer valer interesses nem sempre convergentes, interferindo também na participação comunitária, além de uma profunda compreensão do processo sociocultural e psicossocial de todos os integrantes da proposta.

Por outro lado, observa-se que o exercício de poder dos representantes de cada instituição imprime um cunho pessoal e particular aos rumos das decisões, o que nem sempre as tornam fáceis e ágeis de serem tomadas. Diante de tal situação, os dirigentes da Aapa e os comunitários estão cada vez mais cientes de que é preciso atuação de negociação política junto aos parceiros institucionais, para que a marchetaria seja uma iniciativa de sucesso.

Por fim, todo esse imbróglcio institucional descrito remete a uma antiga questão envolvendo as UC's: equacionar conservação da natureza e obtenção de resultados socioeconômicos desejados pelos moradores, o que requer a quebra de paradigmas que consideram o ambiente como separado de seus habitantes.

## Referências

- Acselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, (24)68, 103-119.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (2007). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2011). *A economia das trocas simbólicas* (7ª ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Calegare, M. G. A. & Silva, N. (2012). Inter- e/ou transdisciplinaridade como condição ao estudo de questões socioambientais. *INTERthesis* (9)2, 216-245.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., & Forsberg, S. S. (2013). Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 571-580.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., Freitas, C. C., & Siqueira, M. S. (2013). Acesso a bens e serviços sociais em UC: questão de cidadania e inclusão social. *Novos Cadernos NAEA*, 16(1), 249-282.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., Moreira, K. C. A., & Lima, J. H. T. (2014). *Transformações no modo de vida dos habitantes da Resex Auati-Paraná, a partir da introdução de uma estratégia de desenvolvimento sustentável* (Relatório técnico). Manaus: INPA.

- Chaves, M. P. S. R. & Lira, T. M. (2011). Modo de vida ribeirinho: a relação homem-natureza sob o prisma da cultura. In T. J. P., Fraxe, A. C. Witkoski, & H. S. Pereira (Eds.), *Amazônia: cultura material imaterial* (Vol. 1, pp. 107-128). São Paulo: Annablume. Manaus: Ufam.
- Corraliza, J. A. (1998). Emoción y ambiente. In J. I. Aragonés & M. Américo (Eds.), *Psicología Ambiental* (pp. 59-76). Madrid: Pirâmide.
- Diegues, A. C. S. (1996). *Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- Douglas, M. (1998). *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP.
- Fraxe, T. J. P. (2004). *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume.
- Freitas, M. F. Q. (2010). Tensões na relação comunidade-profissional: implicações para os processos de conscientização e participação comunitária. In F. Lacerda & R. S. L. Guzzo (Eds.), *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 83-98). Campinas, SP: Alínea.
- Futemma, C. (2006). Uso e acesso aos recursos florestais: os caboclos do baixo amazonas e seus atributos sócio-culturais. In C. Adams, R. Murrieta, & W. Neves (Eds.), *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade* (pp. 237-260). São Paulo: Annablume; Fapesp.
- Günther, H., Elali, G. A., & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. In J. Q. Pinheiro & H. Gunther (Orgs.), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 369-396). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Higuchi, M. I. G., Calegare, M. G. A., & Freitas, C. C. (2013). Socialidade e espacialidade nas comunidades de unidades de conservação no amazonas. In M.I.G. Higuchi, C.C. Freitas, & N. Higuchi (Eds.), *Morar e viver em unidades de conservação do Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo* (pp. 33-80). Manaus: Autores.
- Higuchi, M. I. G., Toledo, R. F., Ribeiro, M. N. L., & Silva, K. (2008). *Vida Social das comunidades da Resex Auati-Paraná, Fonte Boa-AM*. (Relatório Técnico). Manaus: INPA, IBAMA, ICMBio.
- Higuchi, M. I. G., Toledo, R. F., Ribeiro, M. N. L., Silva, K., & Barbosa, C. L. (2013). Caracterização social da Resex Auati-Paraná e entorno. In M. I. G. Higuchi, C. C. Freitas, & N. Higuchi (Eds.), *Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo* (pp. 81-106). Manaus: Autores.
- Higuchi, N., Higuchi, F. G., Lima, A. J. N., & Santos, J. (2013). O olhar técnico sobre a floresta: inventário e manejo florestal nas unidades

- de conservação. In M. I. G. Higuchi, C. C. Freitas, & N. Higuchi (Eds.), *Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo* (pp. 232-247). Manaus: Autores.
- Kuhnen, A. & Higuchi, M. I. G. (2011). Percepção ambiental. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Eds.), *Temas em psicologia ambiental* (pp. 250-266). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leal, G. F. (2013). Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do norte fluminense. *Ambiente & Sociedade*, 16(4), 83-102.
- Leff, E. (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- López-Cabanas, M. & Chacón, F. (2003). *Intervención psicossocial y servicios sociales: un enfoque participativo*. Madrid: Síntesis.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Minayo, M. C. S. (Ed.). (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (26ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Montero, M. (2004). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad* (1ª ed. e reimpr.). Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2010). A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político. In F. Lacerda & R. S. L. Guzzo (Eds.), *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 65-81). Campinas, SP: Alínea.
- Morin, E. (2008). *Ciência com consciência* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Nascimento, C. C., Rocha, J. A., Higuchi, M. I. G., Lima, A. J. N., Higuchi, N., Martins, E. et al. (2011). *O uso de madeira de árvores caídas em comunidades extrativistas: estratégias econômicas de sustentabilidade ambiental*. Manaus: Autores.
- Nascimento, C. C., Araújo, R. D., Paula, E. V. C. M., & Higuchi, N. (2013). A alternativa de uso social da madeira caída naturalmente na Resex Auati-Paraná. In M. I. G. Higuchi, C. C. Freitas, & N. Higuchi (Eds.), *Morar e viver em unidades de conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os planos de manejo* (pp. 249-262). Manaus: Autores.
- Sachs, I. (1986). *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- Santos, B. S. (2008). *A gramática do tempo: uma nova cultura política* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

- Stavenhagen, R. (1984). Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, 84, 13-56.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.
- Veiga, J. E. (2010). *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo: Editora SENAC.



## **Sobre movimentos sociais, cursinhos populares e envolvimento político de estudantes**

Antonio Euzébios Filho

### **Introdução**

Este trabalho objetiva analisar como estudantes da periferia de São Paulo constroem expectativas sobre suas condições de vida, no momento em que se inseriram em um cursinho pré-vestibular. Por se tratar de um cursinho popular, fundado por um movimento social, buscamos também compreender se a inserção dos participantes desta pesquisa no cursinho esteve atrelada, de alguma maneira, a perspectivas políticas e ações de protagonismo social. Estabelecer uma relação entre as condições de vida dos estudantes e as pautas políticas do referido movimento social, que luta pela moradia digna, é um dos eixos da proposta político pedagógica do cursinho popular, que se preocupa não apenas com o acesso à universidade, mas, principalmente, com a formação política da comunidade, num contexto marcado pela desigualdade social.

Assim, buscamos refletir não apenas sobre os anseios construídos pelos estudantes em relação ao futuro no âmbito da vida privada, mas se eles também se reconhecem como agentes políticos pertencentes a uma comunidade ou classe social, se vislumbram alguma transformação social e se acreditam que o cursinho poderia apoiá-los nessa direção.

O cursinho está situado na Zona Leste da cidade de São Paulo e foi fundado pelo Movimento de Urbanização e Legalização do Jardim Pantanal (MULP). Sendo assim, o primeiro passo será apresentar esse movimento social, sua história e suas bandeiras políticas. Posteriormente, realizamos uma breve análise sobre a origem dos cursinhos populares enfocando os princípios que regem o cursinho do MULP.

Considerando que o projeto político pedagógico do referido cursinho assume como horizonte ético-político a Educação libertadora de Pau-

lo Freire (1981/2001), discutimos, num segundo momento, os dilemas vividos por uma Educação voltada para a transformação social. Mas de qual transformação social estamos falando? Para tentar responder minimamente à questão, trilhamos o caminho do materialismo histórico e dialético, numa análise acerca do processo de tomada de consciência de classe.

Buscando captar elementos da consciência de classe dos estudantes, no momento em que ingressaram no cursinho, entrevistamos 37 jovens e adultos entre 14 e 69 anos por meio de um roteiro de perguntas, sobre o qual os participantes se debruçaram e responderam às questões. As respostas foram interpretadas à luz do referencial teórico adotado para se chegar a algumas hipóteses e realizar algumas reflexões sobre as perspectivas políticas dos participantes.

Trata-se de uma pesquisa participante, em que o pesquisador está inserido no contexto da pesquisa desde 2010, como psicólogo, educador e apoiador do movimento social. Assim como Freire (1987) e Martín-Baró (1998), acreditamos que não há possibilidade de se realizar uma separação entre os valores políticos que assumimos para a vida e a construção de uma investigação científica que produzimos como profissionais e acadêmicos. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa carregada de intencionalidade, com uma proposta de atuação cotidiana no espaço em que a pesquisa foi realizada.

Pois bem, como mencionado anteriormente, começamos então contextualizando os leitores sobre o movimento social e do cursinho popular em que estamos localizados.

### **Do movimento social para o cursinho popular**

Partimos de um movimento social denominado “Movimento de Urbanização e Legalização do Jardim Pantanal” (MULP), inscrito na Zona Leste da cidade de São Paulo, uma região que, historicamente, acolhe os nordestinos migrantes vindos para a capital paulista em busca de melhores condições de vida. Muitas dessas famílias de migrantes, somadas àquelas que já viviam à margem do desenvolvimento econômico da capital paulista, ocuparam terrenos ou foram removidos para lá pelo próprio governo,

como ressalta o documento do próprio MULP citado abaixo, que traz uma caracterização da referida região, tal como segue:

O Jardim Pantanal é uma das 17 vilas da várzea do Tietê e, assim como a maioria das periferias de todas as cidades do Brasil, foi povoada mediante ocupação com grande incentivo do poder público. Em 1986, o então governador de São Paulo, Orestes Quércia, reintegrou uma área ocupada no Itaim Paulista, e levou as duzentas famílias dali para a região do Pantanal. Em um ano, já havia mais de 3.000 famílias no local. Além disso, as indústrias e a linha do trem foram fatores que trouxeram muitos trabalhadores para a região. (MULP, 2012)

O Jardim Pantanal está localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA) da várzea do rio Tietê, também ocupada por moradias de famílias de baixa renda. Segundo Barboza (2012), em estudo realizado sobre o MULP, a área de localização do Jardim Pantanal abrange atualmente cerca de vinte mil famílias. Dessas vivem no bairro em torno de 5.400 famílias, que correm o risco de serem retiradas para apartamentos financiados ou mesmo para lugar nenhum, somente com a Bolsa Aluguel<sup>1</sup>.

Barboza (2012) realizou um trabalho com base nos documentos do MULP e, segundo ele, esse movimento social nasceu no ano de 2000, após um intenso processo de mobilização e ruptura entre diferentes movimentos de moradores das vilas que compõem a região. No documento de fundação, conforme constata o autor, fica evidente que o MULP nasce em contraponto ao que é denominado pelo movimento como práticas clientelistas, atribuídas a certos grupos políticos que atuavam na região. Cria-se, assim, uma característica fundamental da identidade do MULP: a priorização da luta direta reivindicativa e a rejeição da relação direta com parlamentares em busca de favores para comunidade.

<sup>1</sup> Trata-se de um programa da Prefeitura de São Paulo, que destina R\$ 300,00 reais para as famílias retiradas de suas casas. As famílias têm a possibilidade de renovar esse benefício por tempo indeterminado até que seja construída outra moradia. Ocorre que essa nova moradia, que muitas vezes sequer chega a ser construída, tem de ser paga por aquelas famílias que perderam suas casas próprias. Essa é uma parte da política truculenta e assistencialista do município. O MULP tenta resistir a ela e tem como uma de suas bandeiras uma casa por outra casa. No entanto, como pode ser observado no trabalho de Barboza (2012) e na vivência do próprio pesquisador na região, o movimento encontra dificuldades para lutar contra essa política, uma vez que o assédio e a repressão do governo municipal, por meio da polícia, base governista, etc., são enormes.

As conquistas obtidas, tais como saneamento básico e rede elétrica, não foram, todavia, o bastante para sanar os problemas de infraestrutura urbana do Jardim Pantanal. As reivindicações desse movimento social<sup>2</sup>, conforme se observa em documentos do próprio MULP, ainda giram em torno de questões essenciais, tais como: coleta de lixo, postos de saúde, rede coletora de esgoto, entre outras reivindicações (MULP, 2012).

Numa década de lutas e articulações políticas, um fato marcou a história do movimento: a enchente (em 2009-2010) decorrente do fechamento de comportas do Rio Tietê (Barboza, 2012, que atingiu cerca de cinco mil famílias e culminou com a ocupação de um terreno em 2010, promovida pelo MULP, com apoio de um movimento nacional por reforma agrária urbana, denominado Terra Livre. Na Imagem 1, podemos visualizar o alagamento que perdurou por quase três meses.

### **Imagem 1. Vista aérea da região alagada**



Fonte: <http://fotos.estadao.com.br/enchentes-em-sp-vista-aerea-do-jardim-pantanal-na-ma-nha-de-hoje-11.galeria.3835.128920,,0.htm?pPosicaoFoto=19>. Acessado em: 15 jul. 2011

O descaso do poder público, as ocupações irregulares promovidas por empresas situadas às margens do Rio Tietê (mas que, entretanto, não estão ameaçadas de serem removidas) e as condições precárias de vida

<sup>2</sup> Não é o foco aqui entrar na densa e vasta discussão teórica sobre o conceito de movimento social. Ficamos com a definição de Gohn (2008), para quem um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Para mais detalhes acerca dessa definição, recomendamos consultar a própria autora e também Barboza (2012).

culminaram em revoltas populares amplamente divulgadas pela mídia. O acampamento “Alagados do Pantanal” (imagem 2), como ficou conhecido, foi uma resposta da população que perdeu suas casas na enchente. As cerca de 100 famílias acampadas, todavia, foram despejadas pela polícia militar com ordem da prefeitura, e a ocupação durou 34 dias sem que a situação tenha se resolvido.

### **Imagem 2. Ocupação “Alagados do Pantanal”**



Fonte: arquivo do MULP.

A forte repressão decorrente dessa ocupação, o assédio crescente da prefeitura e da polícia contribuiu para desmobilizar o MULP, que atualmente tenta se reorganizar por meio das assembleias de rua e da criação de um jornal comunitário. Tudo isso visando se defender dos ataques futuros previstos com a remoção de cerca de três mil famílias. Entre 2010 e 2012, o MULP permaneceu vivo graças ao cursinho popular criado pelo movimento em 2007, que manteve viva a proposta de formação política do movimento. Falaremos dele em seguida, mas, antes, trazemos um breve histórico dos cursinhos pré-vestibulares no Brasil.

### **Da origem dos cursinhos populares e o cursinho do MULP**

O cursinho pré-vestibular no Brasil nasceu de uma contradição decorrente da tensão público x privado, que é marca do sistema educacional brasileiro (Mendes, 2012). Segundo Whitaker (2010), a existência do

cursinho pré-vestibular pode ser considerada uma “anomalia”, pois sua presença, segundo a autora,

marginal ao sistema de ensino oficial, e ao mesmo tempo quase institucionizada na trajetória escolar dos jovens das camadas médias [privilegiadas] em nosso País, constitui-se um verdadeiro paradoxo. Por um lado atesta o fracasso do sistema em preparar seus jovens para o vestibular – tanto para os que cursaram escola pública quanto para aqueles que vieram da particular. (p. 290)

Mas, segundo a própria autora, a contradição que mais chama a atenção refere-se à existência do próprio vestibular, pois é dele que deriva a expansão e consolidação dos cursinhos. O vestibular se tornou realidade no Brasil, no contexto de uma sociedade industrial em plena ascensão, que colocou a necessidade de formação de uma mão de obra qualificada, que teria como responsabilidade garantir a “reprodução da mão de obra que performaria o famoso milagre brasileiro” (Whitaker, 2010, p. 291). É, portanto, a partir da década de 60, com a ditadura militar, que se pôde observar uma expansão do ensino privado superior, tido como responsável por suprir uma demanda que o ensino público, supostamente, não daria conta. Mas o ensino particular, longe de atender à demanda educacional da população brasileira, nasce para auxiliar o Estado na seleção dos privilegiados, isto é, daqueles que conseguem superar a barreira social do vestibular (Whitaker, 2010). Trata-se, assim, de um sistema educacional que funciona com base na lógica de acumulação, estabelecida naquele momento e presente até os dias atuais - concorrência gera lucro e ao mesmo tempo aquece o mercado.

Desse modo, segundo Whitaker, nascem nesse momento as grandes redes empresariais de pré-vestibulares, denominadas pela própria autora, “verdadeiras “minas de ouro” que permitiram em alguns casos a construção de sistemas altamente integrados de Colégios Particulares” (p. 292). Essas grandes redes empresariais acabaram por dirimir, num primeiro momento, as tentativas mais modestas de setores da sociedade civil e do pequeno empresariado em fortalecer suas iniciativas pré-vestibulares. A desvinculação do sistema integrado de vestibular, como foi o caso do Estado de São Paulo na década de 70 para 80, contribuiu ainda mais para a expansão dos cursinhos pré-vestibulares, dadas as especificidades dos novos sistemas que se formavam.

Paralelamente à organização do setor privado em torno da nascente indústria do vestibular, existe, felizmente, uma história de resistência: iniciativas populares surgem como estratégia não apenas de preparação para o vestibular, mas como estratégia de escolarização e formação política das classes populares. Os cursinhos populares, segundo Mendes (2012) e Whitaker (2010), se fortalecem como alternativas na década de 80 no chamado contexto da redemocratização, quando ações afirmativas e a luta contra a exclusão ligam-se à reivindicação pelo acesso ao ensino superior. Notamos, assim, que os cursinhos populares diferenciam-se dos cursinhos particulares por sua origem e por serem caracterizados por estratégias políticas claramente distintas. Os cursinhos particulares nascem como uma estratégia de mercado; já os cursinhos populares nascem como estratégia de resistência a esse mercado – como foi o caso do cursinho popular do MULP.

Desde sua fundação, o MULP organiza fóruns de formação política no Jardim Pantanal, que deram origem ao referido cursinho popular. Inicialmente, esses fóruns reuniam os moradores para debater temas emergentes da luta concreta daquela comunidade. Dentre eles, um tema que aparecia com força estava relacionado à Educação popular e ao direito à Educação superior. Surge, então, a demanda por um cursinho popular (MULP, 2012).

Influenciado pelo movimento dos cursinhos populares, muito presente na cidade de São Paulo, o MULP buscou, no ano de 2007, convênio com um cursinho em funcionamento em uma universidade pública, o que garantiu bolsa de 100% para os estudantes moradores do Jardim Pantanal. Posteriormente, em 2008, o cursinho popular do MULP estabeleceu parceria com uma organização de cursinhos populares, visando construir um cursinho pré-vestibular na própria comunidade. Em 2009, o cursinho do MULP começou a funcionar de maneira independente, sem relação direta com outros grupos (MULP, 2012). Desde sua fundação, o cursinho do MULP revisa, anualmente, seu projeto político pedagógico por meio de discussões coletivas realizadas entre estudantes e professores.

Entre altos e baixos, o cursinho do MULP tem uma participação média de vinte alunos por ano. Funcionou em espaços próprios do movimento, em escolas públicas e atualmente utiliza o espaço físico de uma organização não governamental instalada na região. As aulas ocorrem nos finais

de semana, quando também acontecem as aulas de campo, os fóruns de formação política, as atividades culturais e as assembleias mensais, onde são tomadas as decisões pedagógicas e práticas. Para garantir a independência política, o cursinho não depende de doações nem de editais. O financiamento vem de uma cota mensal paga pelos alunos e por meio de campanhas financeiras próprias. Os professores são voluntários, ou, como gostamos de chamar, militantes populares.

Os principais eixos do projeto político pedagógico do cursinho popular do MULP são: (a) a difusão de um conhecimento crítico sobre os conteúdos pedagógicos e sobre a realidade social; (b) recusa ao assistencialismo, autoritarismo e às opressões; (c) construção de um projeto político alternativo ao capitalismo (MULP, 2012). Esse projeto político pedagógico deixa evidente a intencionalidade política subjacente às ações do cursinho. Como pode ser observado, fica claro que a função desse cursinho popular é favorecer um processo de transformação social. Porém, discutiremos mais sobre isso adiante, ao refletirmos sobre o conceito de libertação e conscientização. No momento, seguimos analisando o sistema educacional vigente, que não responde às nossas expectativas políticas. E também falaremos brevemente do sistema educacional que desejamos, coerentemente com a proposta político pedagógica do cursinho do MULP.

### **O sistema educacional que temos e que desejamos**

O sistema educacional brasileiro tem se caracterizado pela expansão desenfreada do setor privado, especialmente, no ensino superior. Segundo síntese dos indicadores sociais elaborada pelo IBGE (2012), 87% da população matriculada no ensino fundamental do País, no ano de 2011, frequentava a escola pública e somente 13% frequentava a escola particular. Essa lógica se inverte, porém, quando nos referimos ao ensino superior: nesse mesmo período, 25,2% da população matriculada no ensino superior frequentava a universidade pública, enquanto 74,8% frequentava o ensino privado. Os dados do INEP (2010) também revelam a expansão do setor privado nesse nível de ensino. Constatamos, por exemplo, que as matrículas das instituições privadas representavam, em 1991, quase o dobro das matrículas ofertadas pelo setor público (cerca de 950 mil das



mais de 1, 5 milhão de matrículas nos cursos de graduação presenciais no País advinham do setor privado). Essa proporção aumenta, consideravelmente, quase duas décadas depois, em 2010, quando as matrículas do setor privado representavam quase o triplo daquelas ofertadas pelo ensino público (das mais de 5 milhões de matrículas nos cursos de graduação presenciais, quase 4 milhões das matrículas nos cursos de graduação presenciais eram do setor privado).

Mais do que a mera expansão do privado no ensino superior, esses dados revelam o crescimento desse setor, em detrimento do sistema público de ensino, e a consolidação da lógica mercantilista da Educação, em detrimento da lógica universalista proposta pela própria constituição federal de 1988. O resultado dessa lógica é um funil educacional, que exclui a população mais pobre ao longo dos níveis de ensino. Tal realidade também pode ser observada, por exemplo, a partir dos dados extraídos do documento denominado Anuário da Educação Básica (Todos pela Educação, 2012). Ele mostra que somente 63,4% dos jovens de 16 anos concluíram o ensino fundamental em 2009. Nesse mesmo período, o número de jovens de 19 anos concludentes do ensino médio cai para 50,2%, enquanto somente 12% dos adultos concluíram o ensino superior, apesar das políticas compensatórias, como o Programa Universidade para Todos (mais conhecido como PROUNI, que, segundo dados do documento citado, ofertou um pouco mais de 1 milhão de bolsas até 2012).

Como vimos, a expansão do sistema privado de Educação (apoiado por políticas compensatórias e privatizantes do governo federal) não vem contribuindo, significativamente, para a inclusão da população pobre no ensino superior. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que o ensino privado também vem falhando num outro quesito: naquilo que se supõe ser uma formação voltada para a cidadania, como é anunciado, demagogicamente, na mais ampla variedade de projetos educativos. A demagogia da formação crítica - esvaziada de sentido e tratada como mera retórica - está presente, de uma maneira geral, nos projetos das escolas e faculdades particulares.

Embora saibamos que as escolas privadas, por meio do vestibular, sejam o caminho mais rápido para alcançar vagas nas melhores universidades públicas do País, essas instituições privadas, de uma maneira geral,

passam longe de oferecer uma formação crítica. O que vemos, a exemplo da escola pública, é a reprodução de um processo de ensino-aprendizagem unilateral, autoritário, centrado na figura do professor, conteudista e descontextualizado – problemas identificados por Freire (1987) naquilo que ele denominou como Educação Bancária. O que predomina no ensino privado é a prestação de serviços e o lucro das empresas. Ao mesmo tempo, observamos na escola pública uma desvalorização da cultura popular e a prevalência de mecanismos que favorecem a culpabilização do pobre, como bem observou Patto (2010).

Esse é o sistema educacional que temos e não queremos. Mas qual seria seu contraponto?

Acreditamos, primeiramente, que uma Educação de qualidade passa, sem dúvida, pelo fortalecimento de um sistema público de ensino que não seja confundido com mercadoria, portanto, não subjugado ao sistema privado e aos interesses particulares. Um sistema educacional que busque, incessantemente e sem artimanhas privatizantes, a universalização do ensino em todos os níveis.

Queremos também uma Educação que favoreça processos reivindicatórios, que promova questionamentos, uma Educação que favoreça a crítica contra as injustiças e as desigualdades produzidas, historicamente, pela nossa sociedade. A crítica como método que faz avançar o conhecimento. Um currículo que dialogue com os principais dilemas da nossa sociedade, que assuma as demandas populares como elementos norteadores do currículo, uma Educação com recorte de classe, diria Freire (1981/2001); uma Educação que promova um processo de ensino-aprendizagem, que preze pela autonomia dos estudantes, que fomente relações democráticas, e uma escola que possibilite (e incentive) o exercício do controle social. Em suma, acreditamos que essas devem ser propostas assumidas, inclusive, pelos cursinhos populares, tal como creem Krawulski e Soares (2001) e Mendes (2012).

Sendo assim, discorreremos no próximo tópico um pouco mais sobre o sentido político dessa concepção de Educação que desejamos, sobre aquilo que acreditamos ser a finalidade de um cursinho popular: a libertação das classes populares.

## **Conscientização e educação libertadora**

Sabemos que Paulo Freire (1987, 1981/2001) desmistificou a (falsa) ideia de neutralidade da Educação. Na melhor das hipóteses, disse o autor, a Educação se torna cúmplice do capital quando se omite diante da realidade de exploração e opressão das classes populares. A esse respeito, Freire apresenta dois caminhos a serem seguidos pela Educação: (a) aquele que não favorece a emancipação das classes populares<sup>3</sup>, e (b) outro que busca contribuir para um processo de transformação social, a Educação libertadora. Nosso educador popular, como é sabido, optou pelo segundo caminho, e, para discutir o significado político da sua opção, torna-se necessário refletir sobre o conceito de libertação. Isso nos leva a duas perguntas fundamentais, que tomamos emprestadas da proposta de Psicologia da Libertação de Martín-Baró: Libertar-se do quê? E para quê?

Tanto para Martín-Baró quanto para Paulo Freire, a proposta de libertação pressupõe, de uma maneira ou de outra, um processo de tomada de consciência política voltado, intencionalmente, para ruptura das estruturas sociais que produzem a exploração e a opressão. Freire (1981/2001) chamou esse processo de conscientização, conceito que foi, posteriormente, apropriado por Martín-Baró (1996, 1998). Assim, defendemos que a compreensão de ambos os autores sobre esse processo guarda estreita relação com aquilo que Marx denominou como consciência de classe “para si”<sup>4</sup> - conceito em que nos deteremos daqui em diante.

Faremos a primeira ressalva sobre esse conceito, de que a tomada de consciência política (nos marcos daquilo que Marx compreende por

<sup>3</sup> Evidente que o conceito de emancipação é complexo e polissêmico, por isto é necessária uma rápida distinção entre o que Marx chamou de emancipação política e emancipação humana. Para Marx (1843/1987), em A Questão Judaica, emancipação política é aquela realizada pela burguesia nos limites da cidadania e emancipação humana refere-se à emancipação das formas de exploração do homem sobre o homem. Quando falamos de emancipação, por mais distante que ela esteja, estamos nos referindo à emancipação humana.

<sup>4</sup> A ideia do “em si” e “para si” veio de Hegel. Para Marx, o que vem antes da consciência caracteriza-se como algo “em si”, um objeto que existe independentemente dela. É o que Lukács (1968) chama de “ser-em-si”, ou de “ser precisamente assim” (Lessa, 2002). O capitalismo, por exemplo, seria para os indivíduos uma realidade “em si”. A ideia do “para si” representa, nesses termos, uma apropriação consciente daquilo que está posto. Sendo assim, a consciência “para si” da realidade refere-se a um processo de tomada de consciência. No caso da consciência de classe “para si”, uma tomada de consciência política acerca da própria condição social e econômica da classe.

consciência de classe)<sup>5</sup> é compreendida como possibilidade histórica - o que se revela uma consideração extremamente relevante diante das distorções do marxismo mecanicista e de seu uso pela burguesia. De modo algum Marx parte de uma concepção teleológica acerca da história, cujo fim seria o comunismo. O reconhecimento de uma não identidade mecânica e necessária entre a origem de classe - uma determinação real - e sua consciência sobre essa determinação afasta qualquer compreensão teleológica sobre o próprio processo de tomada de consciência política. Como afirma Iasi (2006):

A consciência parece vagar acima dessas determinações permitindo combinações improváveis, como pequenos burgueses com consciência proletária, proletários com consciência pequeno-burguesa, camponeses mais convictos do projeto proletário que o próprio proletário, capitalistas com convicções socialistas e socialistas com fortes convicções burguesas. O fato é que a consciência é ela mesma uma das determinações do ser de classe (Iasi, 2006 p. 337).

Com isso, não podemos concluir que a classe trabalhadora seja ontologicamente reformista ou ontologicamente revolucionária (Frederico, 1979; Iasi, 2006). Consideramos, ao contrário, que existam diferentes graus de envolvimento político, demarcados, historicamente, pela ação dos sujeitos reais no campo da política e da economia.

A tomada de consciência de classe, como foi pensada por Marx, seria caracterizada, especialmente, pela ruptura (nunca absoluta, mas

<sup>5</sup> Aqui se tornam necessárias duas observações: Primeiro: sobre o conceito de política que estamos utilizando. Trotsky (1923/1989) revela duas formas de compreender a política: no sentido amplo, como aspecto fundamental para orientar uma organização social; e no sentido restrito, relacionado à luta pelo poder econômico. Ficamos com a segunda opção, pois como diz Marx e Engels (1848/2001) diz no manifesto comunista: "Quando no curso do desenvolvimento, as diferenças de classe tiverem desaparecido e toda a produção tiver sido concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público irá perder seu sentido e o seu caráter político. O poder político propriamente chamado é, meramente, o poder organizado de uma classe para oprimir a outra". (pp. 43-44). Chegamos, então, à segunda observação: sobre a consciência política. Tomando a política em seu aspecto negativo, consideramos que o sujeito estabelece uma determinada relação com a política, consciente ou inconscientemente, quando compartilha experiências geradas por uma sociedade cindida em classes. Nesse sentido, Frederico (1979) reconhece que toda consciência política traz, de uma forma ou de outra, uma determinada consciência de classe. Evidente que se trata de uma visão complexa e até mesmo polêmica, mas para simplificar a partir de agora trataremos consciência político como sinônimo de consciência de classe.

processual) daquilo que Kosik (1961/2010) chama de pseudoconcreticidade, isto é, uma consciência que toma a aparência como essência e se desenvolve “à superfície dos fenômenos realmente essenciais” (p. 11). Partindo de uma consciência permeada pela pseudoconcreticidade - que toma o fenomênico como essência (Kosik, 1961/2010) - a desigualdade social aparece, por exemplo, como um fenômeno decorrente de uma essência estática do ser humano, supostamente, egoísta e competitiva (Euzébios, 2001). Desse modo, os fenômenos sociais são reduzidos ao discurso da competência, ou se restringem às ações isoladas de certos indivíduos naturalmente ajustados ou desajustados (Whitaker, 2010). Tal compreensão, como afirma Iasi, leva o sujeito a generalizar suas experiências privadas e restringir sua compreensão política à esfera das suas relações imediatas. Mas a tomada de consciência, diz o autor, não se restringe à esfera da individualidade isolada. Trata-se de um processo que se desenvolve em complexos sociais impulsionados por modos de produção que favorecem, então, determinados modos de vida e certos comportamentos políticos.

Porém, como dissemos, esse processo de tomada de consciência política é uma possibilidade histórica, como preconizou o próprio Marx. Ocorre que a consciência política é contraditória e se desenvolve em constante movimento. Essa compreensão, segundo Iasi (2006), revela uma preocupação teórica fundamental, que busca compreender esse processo como dialético, buscando afastar qualquer análise baseada na lógica formal – como evolução linear que vai do simples ao complexo. Afasta, ainda, a compreensão maniqueísta da identidade x não identidade, que compreende o sujeito consciente em oposição ao sujeito alienado. Nesse sentido, Iasi afirma que a consciência de classe se movimenta entre a negação e o consentimento da ordem. Também é nessa acepção que Frederico (1979) reconhece a possibilidade de a tomada de consciência política acontecer por meio de saltos, esvaziando qualquer possibilidade de compreensão escalar sobre esse fenômeno.

Entretanto, reconhecer a imprevisibilidade do processo de tomada de consciência não significa que ele não possa ser realizado. Ela se torna possível, pois a realidade de classes existe “em si”, independentemente da consciência do indivíduo. Ocorre que, sem o elemento da consciência, não é possível que essa classe se reconheça como tal, o que nos leva a

refletir sobre o conceito de identidade de classe, a partir desta conhecida passagem de Marx (1847/2001):

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa já é uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta ... essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defendem tornam-se interesses de classes. Mas a luta de classe com classe é uma luta política. (p. 151)

Análise muito semelhante Marx (1852/2003) realizou quando descreveu a condição material do campesinato francês, no período napoleônico, destacando que a constituição de uma consciência de classe “para si”, além de uma situação econômica comum, envolve a construção de uma identidade política, que por sua vez fica cada vez mais fortalecida com a existência de organismos políticos da classe.

Marx considera, portanto, a situação econômica comum um pressuposto para o aparecimento de uma consciência de classe “para si”, mas em nenhum momento ele afirma que essa situação basta para o desenvolvimento dessa consciência. É preciso, segundo ele, estabelecer relações entre uma situação econômica comum e elementos políticos e ideológicos que possibilitem vislumbrar projetos políticos da classe voltados para a classe.

A tomada de consciência direcionada, intencionalmente, para a ruptura com o capital, é a nosso ver a proposta de fundo da Educação libertadora de Paulo Freire, que não se revela apenas como um método pedagógico, mas antes de qualquer coisa, nasce como um projeto que espera contribuir para a superação da realidade de classes.

## **Método**

### *O movimento da consciência como orientadora da pesquisa*

Frederico (1979) reconhece que um pesquisador deve conhecer a natureza do seu objeto de estudo, para que reúna condições concretas de analisá-lo em seu movimento. Com isso, baseado no materialismo histó-

rico e dialético, nosso primeiro passo foi estudar a categoria da consciência de classe, para, então, compreendê-la como um fenômeno de caráter relativo e tendencial, como afirmou Heller (1970/1987), que não se manifesta em estados puros, mas processualmente. Assim, fundamentamos nossa opção teórico-metodológica, reconhecendo o movimento contraditório operado pela consciência e baseado em premissas concretas da vida dos indivíduos reais.

Com efeito, buscando enriquecer nossa compreensão sobre a manifestação empírica dessa consciência, tomamos como referência a proposta metodológica de González Rey (1999), que propõe uma análise construtivo-interpretativa das informações. Se por um lado essa proposta apresenta divergências em relação ao materialismo histórico e dialético, por outro lado traz uma contribuição relevante, ao apresentar uma discussão específica em torno da categoria da subjetividade, compreendendo-a como um fenômeno singular e processual.

### *Participantes*

Participaram da pesquisa 37 jovens e adultos entre 14 e 69 anos, sendo 23 pessoas entrevistadas no ano de 2012 e 14 pessoas entrevistadas no ano de 2013. A maioria dos participantes (77,7%) tinha entre 14 a 18 anos. 62,9% concluíram o Ensino Médio. Segundo as respostas obtidas por meio do questionário, 12% dos participantes gostariam de cursar Pedagogia, 8% gostariam de cursar Psicologia, 8% Serviço Social, 8% Medicina, entre outros cursos. 79,9% dos participantes almejavam ingressar em universidade pública, e os demais gostariam de ingressar em particulares por meio de bolsas estudantis oferecidas pelo governo federal. Todos são moradores da região do Jardim Pantanal, e a maioria dos participantes é composta por mulheres. Alguns dos participantes já passaram pelo curso ou já conheciam o Mulp.

### *Procedimento de coleta das informações*

Todos os participantes preencheram um termo de consentimento livre e esclarecido, que foi lido para todos os estudantes no coletivo. Nesse momento, o pesquisador esclareceu os objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada e a finalidade do uso das informações. Foi, então, entregue aos participantes um roteiro de perguntas em uma atividade de apresen-

tação do cursinho e do MULP – encontro que marcou o início das atividades do cursinho, tanto em 2012 quanto em 2013.

O roteiro tinha a preocupação de conhecer quem eram os estudantes: idade, curso e instituição que desejariam ingressar, como poderiam contribuir para o cursinho - por meio de campanhas financeiras, preparação do café, participação das reuniões, etc., e o que eles esperavam do cursinho em relação à sua formação como estudantes e cidadãos. Alguns estudantes preencheram o roteiro durante a própria atividade, enquanto outros levaram o roteiro para casa e devolveram, posteriormente, ao pesquisador.

### *Procedimento de análise das informações*

Buscamos, primeiramente, identificar um conjunto de temas que foram elencados pelas participantes. Esses temas - caracterizando aquilo que Jacques (1993) chama de determinações fundamentais e secundárias das informações - pela maneira como foram interpretados, agrupados ou separados, conformaram unidades de sentido. As unidades de sentido vieram acompanhadas de indicadores, isto é, um juízo de valor, uma motivação, um pensamento, etc., relacionado ao sentido gerado por cada participante para um determinado tema (González Rey, 1999). Esses indicadores, analisados teoricamente, possibilitaram a identificação das categorias de análise, as quais revelam interpretações momentâneas produzidas num determinado momento e num determinado contexto. Elas foram construídas com base nas respostas dos participantes às questões realizadas. Isso significa que, para cada questão podemos ter mais de uma resposta, dependendo de como ela foi categorizada, de como foi respondida e se foi respondida.

Assim como Novack (1975), acreditamos que a caracterização de um sentido comum é fundamental na composição de uma análise científica, mas isso não significou, todavia, que deixamos de reconhecer a diversidade e complementariedade de pensamentos contraditórios.

## **Resultados**

Os resultados foram obtidos por meio da interpretação das respostas contidas num questionário que dirigiu atenção à relação entre estu-



dante/cursinho/movimento social. As informações analisadas retrataram, sobretudo, posicionamentos dos participantes frente ao que eles esperavam para o futuro no âmbito privado e coletivo. Também retrataram como os participantes acreditavam que poderiam contribuir para o cursinho e vice-versa.

As informações contidas no questionário - em relação à maneira como os participantes poderiam contribuir para o cursinho - revelam que, do total de respostas, 13,6% dos estudantes afirmaram que poderiam contribuir participando das reuniões, 11,5% contribuindo com campanhas financeiras, 8,6% contribuindo com o café e 8,6% compondo a comissão de alunos. Notamos, portanto, que a maioria das contribuições remete à participação em espaços políticos, como as reuniões mensais, que funcionam como assembleias de caráter deliberativo, e a comissão de alunos, cujo objetivo é organizar a demanda dos estudantes, inclusive para levá-la à assembleia.

Destaquem-se três elementos sobre essas informações: (a) alguns estudantes já conheciam o funcionamento do cursinho, seja pela inserção prévia no MULP ou no próprio cursinho – o que os tornaram familiarizados com os espaços propostos para tomada de decisão. De todo modo, foi apresentado o funcionamento do cursinho para todos os estudantes antes de o questionário ser entregue; (b) o fato de alguns estudantes terem intenção em contribuir com os espaços de decisão política não significou efetiva participação nesses fóruns; (c) todavia, notamos - pela nossa vivência de três anos naquele contexto - que houve um número maior de participação estudantil nos espaços de tomada de decisão do cursinho, especialmente, no ano de 2013. Talvez não seja coincidência esse fato ter acontecido no mesmo ano em que o cursinho voltou a contar com a participação ativa de mais militantes do MULP em relação aos anos anteriores (de 2010 para cá) – e no mesmo ano em que eclodiram as manifestações populares contra a Copa e outras reivindicações.

Outra informação relevante refere-se à visão dos participantes sobre as possíveis contribuições do cursinho para sua formação como estudantes e como cidadãos. A maioria das respostas (68,2%) revelou expectativas em torno das contribuições do cursinho para formação acadêmica e profissional. Havia aqueles que buscavam atualizar os conhecimentos escolares, como foi o caso dos estudantes mais velhos; outros esperavam

que o cursinho pudesse auxiliá-los na escolha de uma profissão, no caso dos mais novos.

Segundo interpretação das respostas, 3,3% delas indicaram que o cursinho poderia contribuir para formação profissional dos participantes. 6,6% para auxiliar em provas e concursos públicos. 9,9% para buscar uma melhor condição de trabalho, como afirmou um dos participantes: “O cursinho fica mais fácil para arranjar um emprego melhor”. Todavia, grande parte das respostas (24,7% do total) esteve ligada, especialmente, à expectativa de que o cursinho pudesse auxiliar no preparo para o vestibular e no ingresso ao ensino superior. Um dos participantes, por exemplo, afirmou que “a escola não consegue suprir as necessidades de que precisamos para ingressar em uma faculdade pública”. Sendo assim, torna-se necessário complementar os estudos.

Outra expectativa dos participantes refere-se ao conteúdo do vestibular, que segundo um dos estudantes é “enorme” e demanda muito estudo, além do conteúdo que é passado na escola. Outro participante revela também sua expectativa em relação ao cursinho poder lhe ajudar no preparo para o vestibular, como observado na frase a seguir: “Com este curso irei poder aprender mais e assim poder ingressar em uma boa faculdade.” Assim como outro participante que espera se “preparar para o vestibular”.

Num contexto em que o sistema educacional contribui para acirrar as desigualdades, o vestibular cumpre a função de selecionar aqueles considerados os mais aptos, como afirma Whitaker (2010). Como mais apto, portanto, e mais competente, passar no vestibular significa uma possibilidade a mais de conquistar um melhor emprego, ocupar posições sociais mais privilegiadas e assim ser mais valorizado socialmente. É o que revela um dos participantes, ao afirmar que “ingressar na faculdade já faz com que outras pessoas olhem para nós com outros olhos”.

O ingresso na faculdade pode estar muitas vezes associado à elevação da autoestima de um jovem de periferia desvalorizado pela sua própria condição de classe, que construiu sua identidade com base naquilo que o sistema reserva para a juventude pobre neste País: empregos precários, baixo nível de escolaridade, humilhação e opressão. Dessa forma, passar no vestibular pode significar uma confirmação social da sua aptidão, e ao mesmo tempo uma negação de tudo aquilo que lhe é imposto

socialmente. É o que também revela outro participante, ao afirmar que: “o incentivo dos professores, das pessoas... A confiança em acreditar que todos nós somos capazes de conseguir passar no vestibular, nos incentiva a acreditar nesse País”.

Para um jovem de periferia, passar no vestibular pode significar, como dissemos, a superação de uma barreira social imposta pela própria condição de classe, que a coloca em posição desfavorável em relação a outros jovens que puderam estudar em escolas particulares, estudar sem trabalhar, etc. Mais do que isso, o vestibular está associado, muitas vezes, a um projeto de ser alguém na vida, como indicam os estudos realizados por Krawulski e Soares (2011) e Mendes (2012) sobre a visão dos jovens inseridos em cursinhos populares acerca do vestibular. Importante, contudo, analisar tais informações sem incorrer no erro de realizar julgamentos morais, caracterizando esses participantes precipitadamente como indivíduos adaptados ao sistema e à ideologia dominante. Pelo contrário, reconhecemos que, independentemente de outras posições que esses estudantes possam ter, nesse caso específico, eles têm consciência de uma dimensão concreta da realidade em que vivem - sabem que, no contexto em que estamos inseridos, o vestibular é o caminho mais viável para ingressar numa faculdade e que quem conclui o ensino superior tem mais condições de ocupar posições privilegiadas no mercado de trabalho. É o que diz o próprio IBGE, ao revelar que os indivíduos com mais anos de estudo apresentam um rendimento médio mensal maior do que aqueles com menos anos de estudo (IBGE, 2012).

Além das expectativas em relação à formação acadêmica e profissional, 30,8% das respostas indicaram que também há uma expectativa em relação ao cursinho poder auxiliar os participantes num processo de formação política. Um deles, por exemplo, acredita que o cursinho pode ajudá-lo na aquisição de conhecimento político. Ele explica: “...porque tem muito a ensinar, não somente conhecimentos escolares, como também políticas”. Outro participante acredita que o cursinho possa ajudá-lo a “ser mais crítico e consciente”. Há ainda aqueles que acreditam que uma das funções do cursinho seja contribuir para sua formação como cidadão crítico, como afirma um dos participantes, que espera “crescer como pessoa e como cidadão; ter mais ciência dos meus direitos”. Outro participante revela que o cursinho pode ajudá-lo a identificar e combater as injustiças

cometidas pelo governo em sua comunidade, quando afirma: “sempre fui morador do Jardim Pantanal e sempre fomos injustiçados pelo governo. Então, quero me formar para poder ajudar de alguma forma, ser mais crítico e consciente”.

As expectativas relacionadas à formação política não dizem respeito, de maneira direta, à construção de um projeto político voltado à emancipação da classe trabalhadora. Contudo, sabemos pela vivência estabelecida nesse contexto, que a atuação comunitária do MULP e do cursinho vem contribuindo para a formação de sujeitos inquietos e questionadores. É a respeito dessa análise em torno da consciência política dos participantes que finalizaremos este artigo, aprofundando esta reflexão a seguir.

### **Uma análise da consciência política dos participantes**

Nota-se que 68,2% das respostas indicaram uma expectativa de que o cursinho pudesse apoiar os participantes numa melhoria concreta de vida, principalmente, por meio da preparação para o vestibular. O vestibular é tido como o principal caminho a ser trilhado em busca de melhores condições de estudo e de trabalho. Ocorre que, como vimos afirmando ao longo deste trabalho, o principal objetivo do cursinho do MULP não é simplesmente preparar para o vestibular, mas também contribuir para a formação política dos estudantes numa perspectiva de ruptura com o sistema capitalista. Mas, porque, então, somente 30,8% das respostas revelaram uma expectativa em relação ao cursinho poder apoiar os participantes nessa direção? Em que pese o fato de muitos participantes terem tido um primeiro contato com o cursinho, no momento em que foi entregue o questionário, existem, em nossa opinião, pelo menos três fatores entrelaçados que justificam esse fenômeno e não devem ser compreendidos separadamente. São eles:

1. O fato de a própria condição concreta de classe dos estudantes - jovens de periferia - impor, constantemente, uma necessidade imediata de sobrevivência. E como dissemos, passar no vestibular, estudar e trabalhar ao mesmo tempo pode resultar numa melhoria concreta das condições de trabalho e vida;
2. A conjuntura política atual caracterizada pelos ataques dos direitos dos trabalhadores, pela fragmentação dos movimentos sociais

(Antunes, 2008) e pelo retorno progressivo do assistencialismo (Euzébios, 2011), gera uma confusão ideológica entre o que é direito e favor e dificulta a construção de um caminho que possibilite romper, minimamente, com o sistema capitalista. Nesse contexto, o movimento da consciência entre a negação e o consentimento da ordem, como diz Iasi (2006), fica ainda mais evidente;

3. Essa conjuntura política também não favorece a atuação dos movimentos sociais, como é o caso do MULP. No período das enchentes, após a ocupação realizada em 2010, por exemplo, o movimento saiu enfraquecido devido à ação truculenta e compensatória da prefeitura de São Paulo. Isso contribuiu para a fragmentação do MULP, até porque muitos moradores acabaram aceitando o Bolsa Aluguel, mudando, inclusive, da região. Isso causou impacto no trabalho do cursinho, que vem encontrando dificuldade em estabelecer uma relação entre a formação acadêmica e política, que possa culminar, por exemplo, com o envolvimento ativo dos estudantes nas lutas sociais.

A partir da identificação desses elementos, mais algumas perguntas vem à tona. Por exemplo, qual é o significado de ascensão social para esses estudantes? Discutimos que a ideia de ascensão social não se caracteriza, necessariamente, como uma idolatria ao modo de vida preconizado pelo capital, mas, principalmente, como uma necessidade concreta de melhorar os meios de vida (Euzébios, 2011). Melhorar de vida significa alcançar melhores condições de estudo e emprego, como afirmou um dos participantes: *“O cursinho fica mais fácil para arranjar um emprego melhor”*. Ou *“Com este curso irei poder ... ingressar em uma boa faculdade”*.

Por outro lado, os participantes parecem não estabelecer um vínculo direto entre a condição de vida e a condição de classe a que estão subjugados. Sendo assim, muitos buscam alternativas individuais para alcançar padrões econômicos mais dignos. Por isso, dificilmente se reconheceram como membros de uma classe com um projeto político específico, dada a posição específica que ela ocupa no modo de produção capitalista – essa compreensão levaria, segundo Frederico (1979) e Iasi (2006), a conclusões políticas caracterizadas pela necessidade de ruptura com o capital. O não estabelecimento dessa relação indivíduo-grupo-classe (como parece ser o caso dos participantes) configura aquilo que Kosik (1961/2010) denomi-

na *pseudoconcreticidade*, ou seja, uma consciência que toma a aparência como essência, ainda que o processo seja contraditório.

Existe, porém, um interesse dos participantes em conhecer mais sobre as razões que os levam a viver da maneira como vivem; ou seja, há intenção de “ter mais ciência dos meus direitos”, como disse um dos participantes. As respostas revelam uma necessidade de “se tornar consciente” em relação aos direitos e à própria realidade circundante. Contudo, isso ainda não caracteriza o desenvolvimento de uma ação política conscientemente planejada, que levaria os participantes a comporem aquilo que Marx (1852/2003) denominou de organismos políticos da classe, como o próprio MULP se coloca para aquela realidade. Isso é compreensível, se considerarmos que os participantes buscam ainda se “formar para poder ajudar de alguma forma” uma comunidade considerada “injustiçada pelo governo”. Esperam, assim, que o cursinho possa ajudá-los na escolha de qual direção política tomar.

### **Considerações finais**

Buscamos refletir sobre alguns dilemas vividos por uma Educação libertadora e sobre o papel dos cursinhos populares nesse processo. Procuramos deixar claro que as ações do cursinho do MULP são dirigidas a uma formação política voltada, intencionalmente, para a transformação das estruturas da sociedade capitalista – e que nossa compreensão acerca da transformação social também é compreendida nesse marco referencial. Assim, discutimos o conceito de consciência política no bojo de uma compreensão marxista acerca da consciência de classe, tendo como objeto de estudo a consciência política de estudantes do referido cursinho popular.

Os participantes entenderam que o cursinho poderia apoiá-los na formação como estudantes e agentes políticos, embora a principal expectativa tenha se referido à melhoria das condições de estudo e trabalho. Em segundo lugar, espera-se que o cursinho contribua para ampliar o olhar político sobre uma realidade considerada injusta. Nota-se um movimento da consciência política dos participantes, cuja característica predominante, no período em que foram realizadas as entrevistas, revela a necessidade de alcançar uma condição econômica mais digna, sem que isso esteja, necessariamente, relacionado a um processo de transformação da

sociedade. É como se a necessidade imediata ofuscasse, mesmo que momentaneamente, as estruturas político-econômicas que impedem a realização da mesma (assim, a desigualdade de renda passa a ser analisada como elemento isolado, sem conexão direta com a sociedade capitalista). Isso se explica por vários fatores, tais como: (a) pela própria condição concreta de classe, que impõe, constantemente, uma necessidade imediata de sobrevivência; (b) por uma conjuntura política atual, caracterizada pela fragmentação dos movimentos sociais, e por uma confusão ideológica que fomenta a passividade, o fatalismo e o individualismo.

A conjuntura política atual parece interferir, negativamente, no referido movimento social (MULP), que também encontra obstáculos para realização de ações políticas coordenadas capazes de estabelecer relação entre as reivindicações táticas e estratégicas, o que, certamente, tem dificultado os estudantes e agentes da comunidade a visualizarem um horizonte político de transformação. A fragilidade do referido movimento social também tem dificultado a articulação entre o processo formativo e o envolvimento nas lutas empreendidas pela comunidade. Entendemos que o papel, seja do psicólogo ou do educador nesse contexto, é contribuir para instigar um processo reflexivo-ativo de desmistificação dos fatores políticos que produzem a injustiça estrutural, como afirmou Martín- Baró. Esse parece ser também o objetivo da Educação Libertadora proposta por Paulo Freire.

### **Referências**

- Antunes, R. (2008). As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In M. O. S. Silva & M. C. Yazbek (Orgs.), *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo* (pp. 41-51). São Paulo: Cortez.
- Barboza, L. S. (2012). *A identidade do movimento por urbanização e legalização do Pantanal da Zona Leste – SP: esperança e desalento na luta contra o deslocamento populacional*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Euzébios, A. (2011). *Psicologia e desigualdade social: estudo sobre a consciência política de beneficiários de programas de transferência de renda*. Curitiba: Juruá.

- Frederico, C. (1979). *Consciência operária no Brasil. Estudo com um Grupo de Trabalhadores*. São Paulo: Ática.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1981)
- Gohn, M. G. (2008). *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.
- González Rey, F. (1999). *La investigación cualitativa em psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo: Educ.
- Heller, A. (1987). *Sociología de La vida cotidiana* (Y. Franscisco & E. P. Nadal, Trads.). Barcelona: Península. (Original publicado em 1970)
- Iasi, M. L. (2006). *As metamorfoses da consciência de classe: entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2012). *Síntese dos indicadores sociais. Uma análise das condições da população brasileira - Padrão de vida e distribuição de renda*. Brasília, DF: Autor. Acesso em 10 de outubro, 2013, em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (2010). *Sinopse da Educação Superior no Brasil. Censo 1991 a 2010*. Brasília, DF: MEC. Acesso em 19 de setembro, 2013, em [http://www.google.com.br/url?sa=t&rc=t&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Fopcion%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D9360%26Itemid%3D&ei=w1boUp3jN8bckQe7q4CYAw&usq=AFQjCNGoAgXwalufGp4CxUnYbh\\_MOQI\\_Eg](http://www.google.com.br/url?sa=t&rc=t&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Fopcion%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D9360%26Itemid%3D&ei=w1boUp3jN8bckQe7q4CYAw&usq=AFQjCNGoAgXwalufGp4CxUnYbh_MOQI_Eg)
- Jacques, M. G. C. (1993). Um método dialético de análise de conteúdo. *Psico*, 24(2), 117-127.
- Kosik, K. (2010). *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1961)
- Krawulski, D. G. T. & Soares, N. R. (2011). Acesso ao ensino superior e o projeto de “ser alguém” para vestibulandos de um cursinho popular. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 350-358.
- Lessa, S. (2002). *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (1968). *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Acesso em 23 de março, 2015, em [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/bases\\_ontologicas\\_pensamento\\_atividade\\_homem\\_lukacs.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf)



- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1) 7-27.
- Martín-Baró, I. (1998). El fatalismo como identidad cognitiva. In A. Blanco (Org.), *Psicología de la liberación* (pp. 39-130). Madri: Trota.
- Marx, K. (1987). Sobre la Cuestión Judía. In *Escritos de Juventud* (W. Rocés, Trad., pp. 463-491). México, DF: Fondo de Cultura Económica. (Original publicado em 1843)
- Marx, K. (2001). *Miséria da filosofia*. São Paulo: Centauro. (Original publicado em 1847)
- Marx, K. (2003). *O 18º Brumário de Luis Bonaparte*. Lisboa: Avante. (Original publicado em 1852)
- Marx, K. & Engels, F. (2001). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1848)
- Mendes, M. T. (2012). E se não houvesse o vestibular? Percepções de professores e alunos do cursinho popular Chico Mendes acerca da elitização do ensino superior. In *Anais do IX encontro da ANPED Sul* (publicação eletrônica). Caxias do Sul: ANPED Sul. [Acesso em 13 de dezembro, 2013, em http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3329/81](http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3329/81)
- Movimento de Urbanização e Legalização do Jardim Pantanal – MULP. (2012). *Projeto político pedagógico do cursinho popular do MULP*. Acesso em 08 de setembro, 2013, em <http://cursinhomulp.wordpress.com/area-de-atuacao/projeto-politico-pedagogico-ppp/>
- Novack, G. (1975). *Introducción a la lógica* (T. Susana, Trad.). Buenos Aires: Ediciones Pluma.
- Patto, M. H. S. (2010). *Exercícios de indignação: escritos sobre educação e psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Todos pela Educação. (2012). *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. São Paulo: Editora Moderna.
- Trotsky, L. (1989). *A natureza de classe da URSS* [Conferência]. São Paulo: Informação. (Original publicado em 1932)
- Whitaker, N. C. A. (2010). Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. *Revista brasileira de orientação profissional*, 11(2), 289-297.

# **Produção de vida e morte jovem: psicologia entre os caminhos de liberdade e segurança**

Carla Lavarda Concentino Caetano

Andrea Cristina Coelho Scisleski

## **Introdução**

Este texto é parte integrante de uma pesquisa de mestrado que acontece junto ao grupo de pesquisa: Políticas Públicas e Processos de Subjetivação do CNPq, desenvolvido na cidade de Campo Grande – MS. O objetivo do texto é problematizar os modos de governamentalidade da juventude, sobretudo os jovens em conflito com a lei, considerando os seus percursos, que fazem com que cheguem até as Unidades de Internação, denominadas UNEIs (Unidades Educacionais de Internação) no cenário sul-mato-grossense. Nesse recorte do estudo, desenvolvemos o pensamento sobre como a Psicologia pode se tornar também uma forma de governar e aprisionar o jovem aos mecanismos de normalização de condutas (Foucault, 2008). Isso acontece por meio de práticas que sustentam uma psicologia produtora de laudos, pareceres e outros meios, que conduzem a juventude a modos de existência já preconizados por um modelo social vigente capitalista e neoliberal, de uma sociedade regulamentada e voltada às demandas do mercado, com padrões de existência previamente moldados e cada vez mais esquadrihados. São modos de existência possibilitados por um modelo positivista, produtor de diagnósticos e de espaços sociais, que preconizam possibilidades do jovem tornar-se meramente um infrator, ou ainda, que não lhe possibilitem outras formas de estar no mundo, a não ser à margem dos acessos à educação, moradia, mercado e, inclusive, da própria lei que alega protegê-los.

## **Problematizando as práticas psicológicas: produção de segurança e normalidade**

Como pensar a Psicologia na atualidade, no que diz respeito a políticas públicas de segurança voltadas para a juventude? Pode-se entender, a partir de Foucault (2008), que o nascimento da biopolítica, liberdade e segurança são aspectos cada vez mais ligados aos mecanismos reguladores do mercado, de modo que o sujeito só é livre à medida que se torna governável; ou seja, tomado pela lógica da governamentalidade neoliberal. Nesse contexto, entendemos governamentalidade como as formas de que diversas instâncias sociais (inclusive discursos cotidianos que perpassam, dentre diversos modos de subjetivação, desde a mídia até as políticas oficiais do Estado) criam e utilizam estratégias para gerir a população, possibilitando a criação de categorias heterogêneas populacionais, bem como diferentes formas de direcionar suas práticas a cada uma dessas categorias (Foucault, 1993).

Quem são os jovens em conflito com a lei, então, dentro dessa lógica? São jovens que andam na contramão do mercado formal, que cometem delitos e infringem as normas da legalidade e do “contrato social” – o qual impõe que os sujeitos devem ser uma empresa de si mesmo e se entrelaçar na lógica neoliberal produtivista e consumidora (Foucault, 2008). Nesse contexto, a sociedade deve agir nesse jogo econômico, imposto pela lógica de mercado; mesmo aquele que não sabe ou não conhece as regras desse jogo está também jogado e jogando, ainda que na posição de “perdedor”. A lógica aí colocada é a de que se necessita ser um sujeito produtivo e produtor de modos de ser normalizados pela sociedade de mercado; frente a esse vai-e-vem econômico, quem conseguir permanecer nesse jogo e deixar-se regulamentar obedecendo a essa lógica do mercado e da lei baseada a partir da economia, poderá “ser livre”. “Liberdade para escolher a cor da embalagem...”, já dizia a letra de uma música!

Diante desse cenário econômico neoliberal, em que as regras do jogo são impostas, mas aparentemente colocadas em nome da igualdade, e em que somos julgados pela racionalidade “justa” da meritocracia, pela ordem de uma norma regulamentadora que produz sujeitos normais (e anormais), questionamos: Como o psicólogo pode atuar na interface da segurança e das políticas públicas? Entendemos que esse profissional

pode ter, pelo menos, duas funções: (a) colocar-se na lógica de normalização do sujeito desviante e ser mais um produtor de laudos e pareceres, exercendo práticas de rotulação-exclusão, ou (b) problematizar os direcionamentos das políticas para o jovem na atualidade, a partir de uma reflexão sobre os efeitos produzidos por tais práticas, a fim de que outras reflexões e ações possíveis emergjam.

Consideramo-nos nesse segundo grupo e questionamos as práticas psicológicas voltadas a jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação, que funcionam em nome da segurança pública e da proteção social. Que segurança é essa? E a quem/o quê se protege?

Podemos visualizar um exercício de segurança que separa, segrega e usa da força e da violência para justificar a defesa da ordem social. Formas de efetivar políticas de segurança que falam em nome de proteção integral, mas defendem parcelas diversificadas da população e direcionam ações diferenciadas, como forma de proteção e exercício de governamentalidade (Scisleski, Reis, Hadler, Weigert, & Guareschi, 2012). Então, vê-se uma falácia em nome da proteção e de políticas de segurança pública, sobre a necessidade de combate à criminalidade e à possibilidade de poder ter segurança e livre circulação em sociedade; e, em contraponto, uma ausência da efetividade das políticas de assistência e educação para outra parcela da população, que é alvo de mecanismos de repressão e punição (Caetano & Scisleski, 2011).

População jovem, que sai da norma e infringe a lei, a moralidade, a normatividade. Aquele que atrapalha a dinâmica de uma sociedade pausada em valores de uma segurança econômica é visto como sujeito delinquentes que deve ser culpabilizado e punido e, inclusive muitas vezes, morto. Contudo, nessa lógica da sociedade neoliberal, em que o mercado regula uma série de ações do indivíduo e cria intervenções para que seja possível regulamentar quem circula por ele e quem pode “ser livre e ter segurança”, o Estado é capaz de suspender suas próprias leis, negando-lhe o acesso aos direitos (Scisleski, 2010a).

Quanto à possibilidade de infringir as normas ou ainda quebrar um “contrato social” (quem assinou?!), uma questão apontada em nossa pesquisa, na cidade de Campo Grande/MS, concerne às constantes violações de direito, referente ao jovem em conflito com a lei em cumprimento de medida de internação. Uma dessas violações refere-se à corriqueira pre-

sença da polícia atuando diretamente sobre os jovens – função que, por determinação legal, seria responsabilidade dos conselhos tutelares. Além do fato da polícia estar atuando no “flagrante” dos jovens que cometem atos infracionais, verifica-se que na grande maioria das apreensões há o uso de truculência por parte dos policiais, sendo a agressão física uma violação à pessoa humana. Mas podemos ainda citar, no que se refere ao campo das violações dos direitos, a seguinte situação: dentro das próprias unidades de internação, que não têm as mínimas condições de higiene, não há forros nos colchões, há superlotação nos “quartos”, as refeições são realizadas dentro dos “quartos”, pela impossibilidade de se utilizar o refeitório do local, entre outros. O que se percebe é a mesma condição de funcionamento dos presídios; o próprio “quarto” possui a estrutura idêntica às celas do sistema prisional adulto. Quanto a esse aspecto, para nós, uma questão está bastante clara: a redução da maioridade penal no Brasil é uma realidade.

Desse modo, pensamos como a (bio)política está acontecendo na busca de possibilitar a efetivação da segurança da população e demonstrar uma separação, confirmando claramente que, em nome da regulamentação e da defesa de um projeto social neoliberal, o direito de alguns pode ser violado em prol da defesa da sociedade e da manutenção do direito de outros (Agamben, 2004). Infratores x Cidadãos de bem.

Seguindo na lógica de proteção e segurança da população, vê-se uma juventude alvo de mecanismos de repressão, presa em condições indignas e a violação de um direito (des)garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, além de unidades educacionais com métodos e arquiteturas tais quais os da prisão adulta. O que se vê é a produção de uma nomenclatura, sustentada muitas vezes pela própria Psicologia, que agrupa em categorias esses que são forjados como “indesejáveis”, esses que são “infratores” e que, por isso, podem viver uma não efetivação de seus direitos. Isso porque o jovem, alvo de políticas/polícias de segurança repressivas e intitulado de criminoso por violar leis, tem, ao mesmo tempo, seus direitos violados desde antes da infração. De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça (2012), a grande maioria dos jovens em conflito com a lei comete a primeira infração aos 16 anos, está fora da escola ou em uma grande defasagem entre a relação idade-série, possui vínculos frágeis com a família, vive em situação de extrema pobreza... Onde

estavam esses jovens antes do delito, então? Ao que nos parece, a própria infração é a expressão de uma situação de violação de direitos à qual estavam submetidos antes do cometimento do ato infracional! E, mesmo quando são levados para o cumprimento da medida socioeducativa de internação, seus direitos seguem sendo violados.

Então, entende-se que a não efetivação de um direito de proteção e a falha na consolidação dos direitos propostos ao jovem em conflito com a lei justifica-se por se tratar de uma vida “menor”, “menos importante” para a lógica neoliberal? Ou seja, permitimos que uma suspensão da lei seja efetivada e se torne uma prática aceitável sob nome da segurança, certo?! Esse é o “contrato social” que “assinamos” como sociedade?

Frente a isso, cogitando segurança e liberdade com o paradigma da exceção (Agamben, 2004), passamos a entender que a segurança é uma prática do Estado e do próprio mercado para gerir a população e diferenciá-la por meio de práticas de exclusão e inclusão. Existe, nessa lógica, a construção de uma política que se ocupa da segurança e da proteção de uma vida que é qualificada e, para a proteção dessa vida qualificada, desqualifica outra; na defesa da vida do cidadão que merece circular pela cidade, essa mesma política aprisiona outras formas de vida.

### **Por uma governamentalidade que não produza normatização nem morte**

As reflexões de Hüning e Guareschi (2005) apontam o reducionismo que alguns fazeres da Psicologia utilizam, tanto em termos epistemológicos quanto mais diretamente nas ações para lidar e tratar com o sujeito; para isso, as autoras questionam o pressuposto de uma interioridade do sujeito, as práticas fundamentadas em uma Psicologia positivista ligada aos processos de normalização e moralização de condutas. Esse é o reducionismo que individualiza comportamentos e reduz o sujeito a rótulos, para que esse possa se enquadrar em um critério diagnóstico, ou responder a uma demanda do judiciário, como encontramos em alguns Planos Individuais de Atendimento (PIA) analisados em nossa pesquisa. Os PIAs são uma elaboração de atendimento proposto pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e visam garantir o acompanhamento do jovem em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto ou internação (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006).

Durante o percurso de nossa pesquisa, analisamos os processos judiciais; neles constam os PIAs, e passamos a encontrar nesses Planos a repetição de um padrão textual, como se seu preenchimento fosse apenas o cumprimento de uma tarefa burocrática, não demonstrando o interesse dos jovens e sim a obrigatoriedade dos profissionais para responder a uma demanda do judiciário. Nesses PIAs ainda consta uma visão reducionista sobre a conduta dos jovens: clássicos chavões, tais como “família desestruturada”, “vulnerabilidade social”, “situação de pobreza”, “envolvimento com drogas”, “ausência de pai”, como se tais situações fossem as grandes responsáveis pelas práticas de atos infracionais e que a sociedade não tem absolutamente nada a ver com isso!

Essas afirmações muitas vezes não consideram a necessidade da efetivação de práticas de proteção (e mesmo de assistência social) que individualizam o comportamento dos jovens, ora exclusivamente por culpa deles mesmos, ora responsabilizando a família por sua “desestrutura” e a pobreza como elementos condutores da trajetória de vida capturada pelo judiciário como infratora, descumpridora das normas da lei sem meios de acesso para buscar defesa, além da defensoria pública. E, por vezes, nas audiências, essa mesma defensoria, quando indagada pelo juiz sobre os argumentos em defesa dos adolescentes, responde com tranquilidade: “Nada a declarar”. Uma defensoria que não defende. O que esses discursos têm produzido?

E a Psicologia? O que faz no Judiciário? Nesse caminho, vê-se a Psicologia atuando por meio de ações normatizadas e burocratizadas, atitudes profissionais que apresentam uma Psicologia positivista; nessa lógica, o psicólogo, ao invés de questionar os modos de existência que impõem ao jovem um percurso à margem de muitas garantias de lei, atua como mais um agente normalizador e produtor de diagnósticos que marginalizam e possibilitam a manutenção de “classes perigosas”. Coimbra (2001) traz considerações sobre a formação de alguns espaços sociais urbanos, bem como concepções teóricas que visam explicar essas chamadas “classes perigosas”, que estariam vinculadas a uma “cultura da pobreza”. Com isso, a miséria não se apresenta como algo ligado ao indivíduo, mas como algo produzido pelo próprio capital, como uma forma de existência, modelos vigentes na sociedade capitalista que necessitam de uma exclusão de diversos setores da população. Desse modo, o capital produz miséria e

precisa dela para existir, uma vez que em sua lógica de funcionamento é necessária à existência da pobreza (Coimbra, 2001). Pobrezas da existência. Pobrezas do saber.

Podemos ver problemas recorrentes que aparecem como emergentes na vida desses jovens, seja o uso de drogas, os próprios atos infracionais, os grupos a que se vinculam, ou a “deestrutura familiar” – essa última reverberando a doutrina da situação irregular, que ainda se faz presente, mesmo após 24 anos de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Seriam esses os motivos que levam esses jovens às vias do Judiciário? Afinal, que espaço é esse da unidade de internação? O que há de socioeducativo ali? A nosso ver, tratamos de problemas sociais como se fossem individuais!

Além disso, outra questão importante nessa discussão é o uso abusivo de medicação psiquiátrica dentro dos espaços de internação para jovens em conflito com a lei. Como se vê nas afirmações de Scisleski (2010b) sobre os diagnósticos psiquiátricos e uso de medicação administrados pelas equipes de saúde nas unidades de internação para adolescentes, – seja pela via do processo/atribuição de delitos ou da medicalização/patologização– “ou são doentes ou são delinquentes, ou o que é ainda pior: são os dois ao mesmo tempo” (Scisleski, 2010b, p. 294). Questões que já produzem potenciais criminosos, como se o pobre de uma região periférica já nascesse fadado a um caminho de marginalização.

Considerando o envolvimento de jovens pobres com a criminalidade, cabe destacar aqui a problemática dos processos de marginalização. Porém, ao lembrarmos isso, falamos em uma espécie de exclusão, e devemos também atentar para as armadilhas estabelecidas por ela mesma, ao citarmos seu nome. Castel (2007) afirma que muitas vezes, sob um discurso midiático e/ou político, a exclusão aparece como uma das responsáveis pela miséria imposta a algumas vidas, pois muitas vezes ao utilizarmos simplesmente o termo “exclusão”, etiquetamos, sem necessariamente questionar, toda miséria a que muitas vidas são submetidas. Scisleski (2010a) traz considerações sobre como as nossas práticas, como profissionais, interferem na vida dos sujeitos com os quais trabalhamos, e quanto nossas ações podem definir o “futuro” daquele que conhecemos, como se houvesse uma profecia dos saberes sobre a vida das pessoas; isto é, como o efeito de um saber produz um efeito de verdade.



Nessa crítica se insere nossa problemática de pesquisa, que atenta sobre o jovem em conflito com a lei e sobre as práticas e saberes que constituem e mantêm uma juventude excluída das práticas de proteção e incluída nas políticas públicas de segurança na figura de um “inimigo interno” no seio da sociedade. Essa juventude carrega formas de vida que lhe impõem “desproteções e colagens” a uma identidade, na qual lhe recairá o olhar de ser uma vida desprotegida (Agamben, 2004) e mais suscetível a intervenções do Estado, no que diz respeito às formas de governamentalidade que aprisionam os jovens e cerceiam sua circulação por meio de dispositivos de segurança. Problematizando as configurações políticas de nossa sociedade atual, especialmente no que tange à aquisição de certos “papeis sociais” e a produção de certas “identidades”, Agamben (2009) retoma o contexto da Roma Antiga. Ele afirma que os vínculos de pertença ou atribuições consanguíneas eram os elementos que conferiam à pessoa uma identidade social, em que as possibilidades de atribuições importantes na cidade eram garantidas aos homens livres e de estirpe. A essa identidade, que é decorrente do termo *persona* (em latim significa *máscara*), adventa a ideia de *pessoa*, explica o autor (Agamben, 2009). Dentro desse contexto romano, também existiam os escravos, as mulheres, as crianças, entre outros, que, por não possuírem linhagem ou estarem submetidos ao poder desses homens livres, não se constituíam como *persona* e não podiam tornar-se pessoa, pois não possuíam capacidade jurídica, ou, no caso das mulheres, tinham uma capacidade jurídica limitada; desse modo, não possuíam identidade ou reconhecimento. Com isso, pensamos os jovens colados a uma certa “identidade”, ou melhor, a uma “não identidade”, como leciona Agamben (2009) na parte inicial do texto “Identidade Sem Pessoa”. Vemos nesses jovens atribuições diagnósticas ou mesmo estigmatizantes que invisibilizam o sujeito, mas que reificam a delinquência, a infração e reduzem o sujeito a um mero produtor de ações desse tipo, despotencializando outras possibilidades de ser jovem. Não entraria, então, aqui a relevância de uma outra prática da Psicologia?

Cabe ressaltar que essa discussão permite colocarmos em questão os efeitos do saber quando um psicólogo, ao assinar um laudo e, agindo em nome de sua ciência, fixa determinada “máscara” que rotula e passa a ser a forma de reconhecimento social atribuída a esse jovem, como é o caso, por exemplo, de denominá-lo “delinquente” ou “infrator”. Num primeiro momento, essa produção prende-o a um personagem, a *persona* capaz de lhe

conferir possibilidades de “não identidade”, conferindo atribuições aos jovens que os colocam na relação de um reconhecimento social pejorativo tão somente, reduzindo a um olhar que recai sobre ele a partir de uma infração à lei. Esse profissional talvez não se dê conta que, ao atribuir uma “máscara” fixada ao jovem, permite que esse jovem carregue um certo tipo de reconhecimento que marcará determinada identidade imposta pelo seu saber.

### **Por uma política que produza vida**

Ao decidirmos falar dessa “vida de jovens infames” (Foucault, 1992), decidimos dar visibilidade àquele que é esquecido e muitas vezes fadado a uma existência de “vida nua” – a vida abandonada e desprotegida pela lei, conforme define Agamben (2010). Uma vida puramente vida, desprotegida de seus direitos, forma de vida que se insere no ordenamento jurídico sem a possibilidade de direitos; no caso, a categoria de jovem em conflito com a lei é inserida no ordenamento jurídico somente no momento que comete um ato infracional.

Foucault (1993) apresenta a ideia de uma soberania, manifestada pela lógica do investimento da vida como uma negativa; isto é, cabia ao rei soberano “deixar viver, fazer morrer” seus súditos. Nesse caso, no poder soberano, a vida não recebia um investimento direto, mas era apenas relegada a ser permitida. Posteriormente, essa lógica será substituída no advento dos Estados-Nação, como aponta Foucault (1993), por outra racionalidade, dessa vez voltada a investir diretamente na vida. Para tanto, isso ocorre justamente pelo surgimento da população, que passa a ser alvo do Estado que começa a se constituir. Nesse momento, para constituir-se e ser forte, o Estado precisa dedicar seus esforços, no intuito de fomentar a vida de sua população, pois fortalecê-la implica seu próprio fortalecimento. Esses mecanismos pelos quais a vida será investida consistem na biopolítica (Foucault, 2008). Mais tarde, com o avanço da doutrina liberal e a criação do capitalismo, não apenas o Estado deve ser forte, mas mais do que ele o próprio mercado: desse modo, a biopolítica passa a ser re-direcionada, uma vez que as estratégias de fomento à vida da população concernem agora ao objetivo de fortificar o mercado (Foucault, 2008).

Contudo, Agamben (2010) dá outro desdobramento ao olhar de Foucault ao se referir a uma tanatopolítica, um investimento na morte.

No mesmo passo em que se afirma a biopolítica, assiste-se, de fato, a um deslocamento e um progressivo alargamento, para além dos limites do estado de exceção, da decisão sobre a vida nua na qual consistia a soberania. Se, em todo estado moderno, existe uma linha que assinala o ponto em que a decisão sobre a morte, e a biopolítica pode desse modo converter-se em tanatopolítica, tal linha não mais apresenta um confim fixo a dividir duas zonas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha que em movimento que se desloca para zonas mais amplas da vida social, nas quais o soberano entra em simbiose cada vez mais íntima não só com o jurista, mas também com o médico, com o cientista, com o perito e com o sacerdote. (Agamben, 2010, p. 119)

Vê-se então que o poder de decisão sobre a vida e o poder soberano ainda reinam no Estado atual; o investimento na morte se faz presente na atualidade. Verifica-se isso em um desinvestimento na vida dos jovens, seja por formas pelas quais se operam as ditas políticas de proteção, ou mesmo como observamos nos dados produzidos a respeito da morte de jovens no Brasil, verificadas no Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014), o qual demonstra que é consideravelmente crescente, ao longo dos últimos 30 anos, a morte de jovens por fatores externos, como homicídio. Mas de quem é essa vida que pode ser morta? Jovens pobres e negros.

Vida desprotegida, desinvestida, uma vez que cresce o número de jovens mortos e não as formas de investimento que impedem tais mortes. Como afirma Foucault (1999), um direito estranho do poder soberano, de fazer morrer e deixar viver; a vida nesse sentido é passível de investimento e justamente na passagem do poder soberano para o Estado Moderno, o poder possibilita que formas de vida sejam mais investidas do que outras. Então, é possível construir e investir mais em uma vida do que na outra, ou até mesmo permitir formas de racismo de Estado (Foucault, 1999), nas quais se pode deixar morrer uma parte indesejada da população, para que seja possível fazer viver outra, mais apta à obediência da lógica neoliberal. Contudo, ao resgatar a ideia do Estado de Exceção, Agamben (2004) referindo-se à suspensão da lei e do direito, onde são possíveis as decisões de um Estado e de um mercado soberanos, conecta-se na atualidade à forma da tanatopolítica; isto é, no investimento na morte de uma categoria da população (no caso que já pontuamos aqui anteriormente) jovem pobre e negra (Waiselfisz, 2013). A diferença é que, no pensamento de Agamben (2004), a morte não vem para “melhorar” e “limpar” a popu-

lação que precisa livrar-se dos indesejáveis, como afirma Foucault (1999); mas envolve tão somente a produção de morte. Então, vemos o racismo de Estado andar lado a lado com o Estado de Exceção, pois entendemos que muitos desses jovens mortos são negros, pobres e de bairros periféricos das grandes cidades; racismo de Estado, pelo fato de tais mortes se situarem em lugares destinados à vida marginal de uma forma específica. Estado de Exceção, pois não se vê o direito agir em defesa dessas vidas, mas, sim uma grande apologia às formas de violência ou apontamento de crimes cometidos por jovens “menores”, como na defesa da redução da maioridade penal, ou em outras formas de “julgamento” que possibilitam a marcação do jovem a lugares de exclusão e aprisionamento.

Percebemos ainda nessa cisão da vida e nessa simbiose do poder soberano com as formas de saber, como afirma Agamben (2010), o poder de decisão onde o jurista, o médico e o psicólogo atuam sobre a vida do sujeito jovem. Vê-se um poder amparado pelo saber, que por vezes possui a força de marcar identidades e até mesmo lugares de exclusão, que justificam a necessidade de aprisionamento dos jovens. Um poder que individualiza e aprisiona. Um saber que invisibiliza processos sociais (Wacquant, 2009).

Cabe aqui ressaltar que Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012) afirmam que as ciências humanas e a Psicologia, em nome da cientificidade, produzem um conhecimento sobre o sujeito que muitas vezes o reduz e o enquadra na própria redoma do positivismo, onde as disciplinas são partes que compõem os campos de saber. Diante de práticas voltadas para a juventude, podemos ver uma série de discursos que culpabilizam os jovens e individualizam suas condutas, buscando medidas coercivas de internação, patologização e medicalização para tratar da população tida como desviante.

Então quem são esses jovens que chegam ao judiciário e são levados a Unidades de Internação? Jovens que estão em uma trama de instituições criadas para a proteção da criança e do adolescente, porém com práticas de um Estado de Exceção (Agamben, 2004), com uma forma de vida que não lhes oferta possibilidades de serem potentes. Desse modo, eles “caem” nas instituições de internação, como se já estivessem predestinados a se tornarem “fora da lei”. Vemos uma juventude que ocupa lugares já preconizados, ou até mesmo que é morta em nome de uma razão que

diz auxiliá-los, simultaneamente em que sustenta práticas que lhes oferecem o lugar de exclusão. Esse discurso sobre os jovens enclausura-os em nomenclaturas e em instituições que não lhes possibilitam outras formas de existir.

### **Por uma Psicologia que produza possibilidades e potências**

Nosso olhar como pesquisadoras da juventude em conflito com a lei é da defesa por uma Psicologia que não normalize, não patologize e não criminalize, mas busque ser capaz de tensionar os modos de classificação através dos quais a ciência enquadra o sujeito e o divide em categorias, que possibilitam uma cisão da vida, em defesa da ordem social e da segurança da população.

Buscamos ainda construir uma Psicologia que possibilite outras formas de ver o sujeito; idealizamos a Psicologia como uma ciência aberta, não endurecida pelo positivismo e nem por racionalidades fascistas; uma Psicologia autorreflexiva, capaz de produzir modificações em suas próprias práticas e reflexões. Constrói-se então uma visão de ciência que é capaz de colocar-se em movimento e deslocar-se junto daquilo e daqueles voltados ao seu olhar de pesquisa.

Nosso trabalho busca problematizar os modos de existência pautados em um modelo de interioridade do sujeito e produzir outras formas de vê-lo. Prado e Martins (2007) apontam que as relações de poder/saber produzem dobras de subjetivação e formas de relações do sujeito consigo mesmo, que introduzem características de interiorização e formas de objetivação no/do sujeito. Esses modos de subjetivação produzem formas de normatização e marcação de identidades capazes de conferir atribuições aos sujeitos como força de linguagem que colam verdades/saberes e etiquetam rótulos, seja por meio de diagnósticos, ou pela criação de categorias sociais que colocam alguns jovens como “vulneráveis” e mais “propícios a cometer atos ilícitos”. Diante disso, afirmamos nosso lugar de pesquisadoras, a partir do questionamento dos modos de subjetivação contemporâneos que atribuem aos sujeitos marcas de uma identidade e preconizam a existência de uma interioridade; questionamos um modelo de ciência que não potencializa a vida, mas intervém em sua normatização. O que buscamos em nossas investiga-

ções é produzir outras formas de ver o jovem em conflito com a lei, seja pelo questionamento das práticas da Psicologia que atuam diretamente sobre essa população e produzem uma série de laudos e pareceres, ou de problematizar um sistema político-jurídico que somente captura o jovem por seu ato ilícito.

Desse modo, buscamos caminhar junto ao jovem e construir um olhar que permita ver o seu próprio mundo; funcionamos assim como uma espécie de testemunhas, no sentido mencionado por Agamben (2008), ou seja, não nos colocamos como um terceiro que fala sobre a vida do sujeito jovem, como fazem as testemunhas no âmbito jurídico; buscamos dar visibilidade à vida e à experiência desses jovens, a partir do que eles são e podem ser, ainda que nós mesmas não tenhamos passado pela vivência das suas experiências, posto que tal posição manifesta uma postura ético-política. Para se referir à testemunha, Agamben (2008) busca a etimologia da palavra e afirma que em latim há dois termos para representar a testemunha: *testis* – aquele que fala como terceiro sobre outro, que é o que encontramos comumente no âmbito jurídico – e *supertes* – aquele que de fato vive uma situação e pode dar testemunho sobre isso. Entendemos com isso que, embora se busque trazer à tona a situação de uma vida, que é posta em jogo em nome da segurança, jamais saberemos de fato a experiência dessa vida, que é presa, e, por vezes, morta e abandonada pelo ordenamento jurídico (Agamben, 2010). Somente aqueles que decidirem falar e viver uma situação de prisão, morte e abandono serão as verdadeiras testemunhas. Nós, como pesquisadoras, contudo, ainda que não possamos ser as “testemunhas verdadeiras” apontadas por Agamben (2008), entendemos que visibilizar as experiências desses jovens com todas as nossas possibilidades torna-se um dispositivo ético-político para um trabalho que promova outras formas de fazer a Psicologia, contrapondo-se à lógica de produção de rótulos e interdições sobre a vida.

## Referências

- Agamben, G. (2004). *Estado de Exceção. Homo Sacer II, 1* (I. D. Poleti, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. Homo Sacer III* (S. J. Assmann, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2009). *Nudez* (M. S. Pereira, Trad.). Editora: Relógio D'água.

- Agamben, G. (2010). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (H. Burico, Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Bicalho, P., Kastrup, V., & Reishoffer, J. (2012). Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 56-65. Acesso em 8 de agosto, 2014, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100007)
- Caetano, C. L. C. & Scisleski A. C. C. (2011). Era uma vez um menininho torto: desajustamentos sociais e práticas cotidianas. *Revista Polis e Psique*, 1(2), 119-144. Acesso em 17 de setembro, 2014, em <http://seer.ufrgs.br/Polis-e-Psique/article/view/24737/19935>
- Castel, R. (2007). As armadilhas da exclusão. In L. Bógus, M. C. Yazbek, & M. Belfiore-Wanderley (Orgs.), *Desigualdade e a questão social* (pp. 17-50). São Paulo: EDUC.
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Niterói, RJ: Intertexto.
- Conselho Nacional de Justiça. (2012). *Panorama Nacional - A execução das medidas socioeducativas de internação. Programa Justiça ao Jovem*. Brasília, DF: Autor.
- Foucault, M. (1992). A vida dos homens infames. In M. Foucault, *O que é um autor?* (pp. 89-128). Lisboa: Passagens.
- Foucault, M. (1993). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Hüning, S. M. & Guareschi, N. M. F. (2005). Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In N. M. F. Guareschi & S. M. Hüning (Orgs.), *Foucault e a Psicologia* (pp. 107-127). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Prado, K. & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14-19. Acesso em 06 de agosto, 2014, em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000300003&script=sci_arttext)
- Scisleski, A. (2010a). *Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com a lei*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Scisleski, A. (2010b). Patologia e exclusão? As relações entre saúde e justiça, no atendimento de jovens em conflito com a lei. In N. M. F. Guareschi, A.

- Scisleski, C. Reis, G. Dhein, & M. Azambuja (Orgs.), *Psicologia, formação, políticas e produção de saúde* (pp. 289-298). Porto Alegre: EdPUCRS.
- Scisleski, A., Reis, C., Hadler, O., Weigert, M. A. B., & Guareschi, N. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(3), 19-34.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE*. Acesso em 20 de julho, 2014, em [http://www.condeca.sp.gov.br/legislacao/sinase\\_integra.pdf](http://www.condeca.sp.gov.br/legislacao/sinase_integra.pdf)
- Wacquant, L. (2009). *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. Durham: Duke University Press.
- Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da violência: homicídios e juventude no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Justiça/Instituto Sangari. Acesso em 9 de agosto, 2014, em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)
- Waiselfisz, J. J. (2014). *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Justiça/Instituto Sangari. Acesso em 9 de agosto, 2014, em [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf)



## **Direitos sexuais e direitos reprodutivos para mulheres jovens rurais? Tensões e impasses**

Fernanda Sardelich Nascimento

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Jaileila de Araújo Menezes

Karla Galvão Adrião

Débora Cavalcanti dos Santos

### **Considerações iniciais**

#### *A juventude em debate na Psicologia*

O debate sobre a adolescência/juventude insere-se num acirrado campo de disputa que envolve diferentes compreensões, teorias e demarcadores (biológico, etário, social, entre outros). Nesse campo tensionado são produzidos regimes de verdade com o objetivo de regulamentar e produzir modos de ser jovem. A produção de discursos verdadeiros sobre o que é a juventude cumpre a função de invisibilizar a diversidade dos modos de experienciar a vida, patologizando vivências que se distanciam do padrão de normalidade estabelecido pelos regimes disciplinares.

Simone M. Hüning e Neuza M. F. Guareschi (2005) destacam que, entre os efeitos dos estudos de Foucault sobre a Psicologia, estão: o questionamento de perspectivas epistemológicas pautadas na objetividade e neutralidade, que sustentam práticas psicológicas normatizadoras e produzem uma unidade discursiva em torno do sujeito universal; e um deslocamento do nosso foco de atenção do produto – “os problemáticos” – para o processo, ou seja, a problematização de como se fabricam tais sujeitos. Nesses termos, as autoras afirmam que a ciência é uma prática cultural e a Psicologia, em específico, compõe uma prática discursiva com

forte apelo histórico, social e político com desdobramentos nos modos de subjetivação dos indivíduos.

Nikolas Rose (2011), inspirado em Foucault, ao apresentar uma história crítica da Psicologia enquanto campo disciplinar destaca entre as contribuições desse campo a construção de “tecnologias de subjetivação” que objetivam “fornecer dispositivos de inscrição que viessem a individualizar tais sujeitos problemáticos, tornando a alma humana inteligível na forma de traços calculáveis” (p. 108). Ainda segundo esse autor, durante o século XX a Psicologia alçou a condição de ciência com forte interferência na vida social, com vocabulário e tecnologias (métodos de observação, exame, testes, terapêuticas) que convocam pessoas e instituições a uma compreensão psicológica sobre si mesmas e os outros.

Entre os diferentes campos da Psicologia, coube à Psicologia do Desenvolvimento legitimar uma compreensão sobre o desenvolvimento humano como marcado por diferenças qualitativas entre as “fases da vida” (Foucault, 2006b). O esquadrinhamento da vida em fases especifica experiências legítimas para cada etapa (movimentos de crise, superação) e acaba por instituir uma noção de desenvolvimento como aperfeiçoamento em direção à vida adulta.

Nos primórdios do século XX, a Psicologia Desenvolvimentista Clássica começa a estudar de forma pioneira a adolescência, que passa a ser entendida como um período de crise e turbulência. Os principais nomes dessa corrente clássica são Stanley Hall, Anna Freud e Harry Sullivan, que em comum compreendiam a adolescência como um período natural de crise e turbulência, desencadeado pelo advento da sexualidade, a partir da maturação biológica do indivíduo referenciada em uma postura positivista da ciência (Gallatin, 1978).

Em meados do século XX, na década de 50, surgem e se consolidam os estudos de Erickson sobre o ciclo vital. Na visão desse autor, a adolescência é a fase crucial do desenvolvimento humano, pois nela ocorre a consolidação da identidade e personalidade. Erickson defendia que as turbulências e indefinições vividas na adolescência não são negativas, mas esperadas para esse período da vida como um importante momento de experimentação, aceito socialmente e denominado de moratória social (Gallatin, 1978). A partir dos estudos desse autor “instalou-se uma concepção naturalista e universal sobre o adolescente ... compartilhada

pela Psicologia, incorporada pela cultura ocidental e assimilada pelo homem comum, muitas vezes através dos meios de comunicação de massa” (Ozella, 2002, p. 16).

No final do século XX as contribuições de Arminda Aberastury e Maurício Knobel (1981) ganharam popularidade no Brasil, sendo uma importante influência, ainda hoje, para os estudos da adolescência. Em certa medida, procuram explicar as “crises” vividas na adolescência como algo normal, uma “patologia esperada”, sendo o patológico a norma e a não vivência da patologia o desvio. A partir do aporte teórico psicanalítico, esses autores defendem que existe uma “síndrome da adolescência normal” que tem como fatores desencadeantes lutos (pela perda do corpo de criança, da identidade infantil e da relação dos pais da infância). Nessa perspectiva predomina uma concepção normatizadora das condutas, pois o desenvolvimento é marcado por mudanças biológicas e identitárias compreendidas como universais, essencializantes e homogêneas.

Essas normatizações legitimam “modos de ser juvenil por meio de procedimentos e técnicas ancoradas em um discurso científico sobre a interioridade do indivíduo psicológico e de caracterizações naturalizadas na perspectiva de um sujeito normal, adaptado e governável” (Gonzales & Guareschi, 2008, p. 481). Não levam, portanto, em conta que a noção de adolescência é uma construção histórica e social.

Assim, podemos observar que os enunciados produzidos por tais perspectivas desenvolvimentistas conduzem a uma visão da adolescência/juventude como período de crise, instabilidade, revolta, indecisão, irresponsabilidade, ao mesmo tempo em que gozando de liberdade e alegria consideradas intrínsecas à condição juvenil. Nesses termos, cabe ao adulto tutelar o adolescente/jovem para que possa atravessar essa etapa de sua vida, afinal, este é visto como impossibilitado de governar a si mesmo. A tutela é justificada por aspectos qualitativos, pela condição especial de sujeito em desenvolvimento, conforme texto do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069, 1990).

Embora sejam aspectos qualitativos que justifiquem a condição de tutela dos/as adolescentes/jovens, é um marco quantitativo, também instituído socialmente, que retira os/as sujeitos/as dessa condição “diferenciada” e suprime suas ditas fragilidades psicológicas para a inserção plena na vida social, ao definir a saída da adolescência pelo marcador cro-

nológico. É nessa condição fundamental de saber que endossa o jogo do permitido e do proibido que a Psicologia atualiza a interface disciplina/biopolítica<sup>1</sup>.

Apesar das críticas a essa visão naturalizante/universalizante do sujeito adolescente/jovem, podemos perceber na atualidade, a partir do uso das ferramentas conceituais foucaultianas em alguns estudos, algumas permanências dessa perspectiva desenvolvimentista. A compreensão da juventude/adolescência como período de crise e instabilidade ainda se faz presente, de forma hegemônica, no campo discursivo sobre a juventude e na forma como políticas públicas para os/as jovens são construídas e implementadas.

Convém ainda destacar que a perspectiva universalista e homogeneizadora do discurso psicológico sobre o desenvolvimento na adolescência/juventude produziu, entre outros efeitos, um transbordamento das especificidades da adolescência/juventude urbana para outras situações juvenis.

### *Juventude rural e suas especificidades*

A juventude rural, por exemplo, ficou à margem dos estudos clássicos da Psicologia do desenvolvimento. O que inaugura os estudos de adolescência/juventude é um conjunto de problemáticas ligadas à vida em contexto urbano, o crescimento das cidades, a especialização de mão de obra para o trabalho fabril e a criminalidade diretamente associada à adolescência/juventude pobre, como pontua muito bem Coimbra e Nascimento (2003) quando discorrem acerca da construção do mito da periculosidade. Quando os pesquisadores voltaram o olhar para o rural, os/as jovens ficaram invisibilizados no interior da unidade familiar, só adquirindo destaque em pesquisa acadêmica “associada às problemáticas tais como o êxodo rural e as mudanças na dinâmica da reprodução social das famílias no campo, mas, sobretudo, a partir da associação da juventude rural

---

<sup>1</sup> Por biopolítica Foucault (2010, p. 204) entende um “conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. são esses processos de natalidade, mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos, constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica”. É uma tecnologia que está centrada na vida e agrupa efeitos da população, visando ao equilíbrio global.

aos processos de mudança social no meio rural” (Castro, Correa, Martins, & Ferreira, 2010, p. 63).

Como afirma Maria Nazaré Wanderley (2009), as comunidades rurais apresentam características específicas, em que predomina a agricultura familiar, entre elas: (a) são sociedades do interconhecimento, ou seja, todos/as se conhecem e as relações sociais são bastante densas; (b) têm uma tradição passada de geração a geração, pois a preocupação com as gerações futuras não se limita aos bens materiais, mas também aos bens culturais. Dessa forma, o/a jovem do campo está circunscrito/a por uma teia de densas relações entre a casa (família) e a vizinhança (comunidade), localizado(a) entre o passado e o presente das tradições familiares. Importante destacar que não existe a ideia de “o” rural como algo imutável ou essencial, uma vez que é uma categoria histórica, construída e por essa razão é passível de ser transformada. O/a jovem rural é alguém “multifacetário/a que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural” (Wanderley, 2007, p. 24).

Sobre a construção social da categoria jovem em contexto rural, Elisa Guaraná Castro (2005) percebeu em sua pesquisa a existência de diferentes significados, a depender de quem falava sobre o/a jovem e em quais espaços de sociabilidade ele/ela atuava, tendo fortes demarcações das relações familiares existentes. Os familiares apresentavam ambivalência em relação aos/às jovens rurais, pois se por um lado existe o discurso dos/as jovens trabalhadores/as e estudiosos/as, por outro há a prática do controle, principalmente da sexualidade e da sociabilidade dos/as jovens, por parte dos pais e das redes sociais. Esse controle, exercido sobre os/as jovens rurais, é justificado pela compreensão da juventude como fase “transitória, problemática e ambígua, na condição de ser em formação que precisa ser orientado, vigiado e até mesmo controlado ... também é relatada nos diferentes estudos sobre jovens assentados” (Castro et al., 2010, p. 74).

Percebemos aqui justamente o transbordamento do discurso psicológico sobre aspectos comportamentais fundados a partir de estudos com adolescentes/jovens urbanos para a compreensão da juventude rural. O uso estratégico desse discurso faz com que ele seja acionado em relação com dimensões específicas da vida, o que nos leva a entender, por exem-

plo, como em contexto rural não é estratégico o discurso da tutela/proteção para o campo do trabalho, já que há uma expectativa de que esse/essa jovem trabalhe desde muito jovem na agricultura familiar. Por outro lado, vigilância, orientação e controle se mostram muito pertinentes em relação aos usos do corpo do/a adolescente/jovem.

Uma das especificidades que marcam a juventude rural é justamente o seu entendimento a partir de uma lógica coletivista em que a ideia de uma trajetória de vida está diretamente associada à “comunidade familiar que se constitui como comunidade afetiva, de interesses e de conflito”, a qual possui uma relação específica que “não pode, por outro lado, ser confundida com uma relação familiar urbana” (Paulo, 2010, pp. 344-345).

Pesquisas demonstram a forte influência da família rural na escolha do/a parceiro/a para namorar (Paulo, 2011; Silva, 2007), o qual deve ser preferencialmente de uma família conhecida, e no caso do jovem ser trabalhador, uma vez que o namoro nas áreas rurais tem como objetivo o casamento e o jovem deve ser o provedor do lar, enquanto a jovem deve cuidar da casa e dos futuros filhos do casal. Nesse sentido, assumir o namoro publicamente demonstra a intenção de uma união. Maria Assunção L. de Paulo (2011, p. 284) destaca que o “namoro e o casamento envolvem valores que são específicos daquele lugar de vida e essa escolha se baseia em critérios que, naquele universo, além de serem muito importantes, possuem um caráter de especificidade”.

As desigualdades de gênero marcam a vivência da sexualidade dos e das jovens rurais. Enquanto a vivência sexual das jovens é controlada pelos familiares buscando a manutenção da “pureza”, virgindade, os jovens são incentivados pelos pais e amigos a terem diferentes experiências sexuais. O contexto rural, pelas especificidades de organização da vida, apresenta uma menor margem de manobra, principalmente para as mulheres jovens, no campo de suas práticas afetivo-sexuais.

Importante aqui afirmar a necessidade de discutir sexualidade na interface com gênero tendo em vista que estes marcadores se coadunam na constituição dos modos de subjetivação, além de atuarem enquanto dispositivos normatizadores das vivências sexuais das e dos jovens. Ou

seja, é possível afirmar que a sexualidade é atravessada por normas de gênero que atuam pela repetição, de forma a regular as vivências das e dos jovens. Gayle Rubin (1993) ressalta essa importante relação, ao propor o sistema sexo-gênero enquanto hierarquizador das relações e modos de subjetivação contemporâneos.

Paulo (2011) aponta que, no contexto rural pesquisado por ela, a sexualidade é tratada como tabu imposto por um *habitus* da família rural patriarcal, muito embora exista o acesso a essa temática em discussões com grupos de jovens na escola, internet, televisão e em outros espaços. Como os/as jovens não possuem muitos espaços lúdicos fora de suas comunidades, a escola torna-se um espaço para a amizade, a paquera e o namoro longe do olhar dos pais, já que nas festas, principalmente as jovens, sempre estão acompanhadas de algum familiar.

Elisa de Castro (2006), em seus estudos sobre juventude rural e a reprodução social das hierarquias, aponta que “ser jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão. Mas, ser jovem rural e mulher representa uma situação de “inferioridade” na hierarquia social, ainda maior.” (e.g. Castro, 2006, p. 246). O lugar de inferioridade da jovem rural é justificado pela “centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade”, que se organiza em torno de hierarquias internas à família agricultora rural, principalmente no que diz respeito à divisão de tarefas dentro do estabelecimento familiar (Wanderley, 2009, p. 160).

A partir dessas reflexões iniciais, considerando que: (a) existe uma construção discursiva sobre a juventude, que cria regimes de verdade que normatizam e universalizam o que é ser adolescente/jovem, produzindo entre seus efeitos a crença de que o/a jovem é alguém em transição, crise, imaturo e que por essas razões não teria a capacidade de autogovernar-se, posicionando-o/a sob a tutela do adulto; (b) e que existem normas e regulações da ordem da Sexualidade e do Gênero que atravessam as vivências desses/as jovens hierarquizando e acionando exclusões; o presente artigo busca refletir, considerando as especificidades da juventude rural, sobre os efeitos desses regimes de verdade no acesso de jovens mães/grávidas às políticas relativas aos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Esse percurso será realizado a partir dos discursos de profissionais das áreas da educação e da saúde.

## **Metodologia**

O material utilizado neste texto parte de uma revisão crítica da literatura sobre o tema e da análise de informações produzidas na pesquisa “Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)”<sup>2</sup>.

Essa pesquisa, desenvolvida pelo grupo Gravid<sup>3</sup>, teve como objetivo geral analisar as percepções sobre a gravidez na adolescência por parte das adolescentes grávidas e de sua rede de convívio e apoio (parceiro sexual, família, comunidade, escola, emprego, serviço de saúde e matriz religiosa), em duas mesorregiões de Pernambuco (salientando distinções urbanas e rurais) de forma a configurar as motivações para engravidar e os efeitos da gravidez nas suas vidas, indicar formas de atuação mais condizentes com a realidade vividas pelas jovens frente às políticas públicas. Importante destacar que o objetivo era ouvir as jovens sobre sua experiência de gravidez/maternidade na adolescência, e que a noção, dos pesquisadores, sobre gravidez na adolescência não se coadunava com a noção de risco e erro<sup>4</sup>.

Nessa pesquisa foram entrevistadas, em profundidade, oito jovens que vivenciam a gravidez, sendo quatro do Sertão e quatro da Região Metropolitana de Recife (duas de Recife e duas de Suape). Também foram entrevistadas pessoas de sua rede de relações e apoio, no sentido de conformar um circuito integrado (as redes da comunidade). Cada jovem gerou de cinco a dez entrevistas com a rede.

---

<sup>2</sup> Pesquisa realizada no período de outubro de 2011 a agosto de 2012, com financiamento da FACEPE/SecMulher pelo edital 03/2010 de Estudos e pesquisas para políticas públicas estaduais, específico para Gravidez na adolescência. Foi coordenada pelas professoras doutoras Karla Galvão Adrião, Jaileila de Araújo Menezes, Rosineide Cordeiro, Marion Teodósio de Quadros e pelo professor doutor Luís Felipe Rios do Nascimento. Contou com equipe de pesquisadoras discentes da Pós-Graduação, Fernanda Sardelich Nascimento, Laís de Oliveira Rodrigues, Shirley Samico e Lílian Arcoverde, e de Graduação, Laila Anine Candida da Silva, Anna Cecília Cuentro, Cybelle Montenegro Souza, Débora Cavalcanti dos Santos e Ísis Maurício Coelho.

<sup>3</sup> Com o intuito de pensar coletivamente o desenrolar metodológico da pesquisa, bem como discutir textos que auxiliassem na análise dos dados, as/os integrantes da equipe criaram um coletivo nomeado de Gravid.

<sup>4</sup> Adrião, K. G. (2012). Relatório final do projeto “Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)”, Recife.



Para este trabalho selecionamos as entrevistas (semiestruturadas) realizadas na mesorregião do Sertão Central de Pernambuco, com quatro profissionais de saúde (três enfermeiros/as e uma agente comunitária de saúde) e a diretora da escola em que as jovens grávidas estudavam. Foram escolhidas essas entrevistas por compreendermos que os/as entrevistados/as, na condição de servidores/as públicos, devem ter uma prática profissional voltada para a garantia e acesso dos direitos sociais e viabilização das políticas e programas de atenção aos/às jovens.

### **Juventude, direitos sexuais e direitos reprodutivos: questões para a análise**

Quando pensamos na relação entre políticas públicas e juventude, o que se observa são diferentes olhares sobre os/as jovens, a depender das políticas que se destinam para eles/elas. No entanto, não se pode perder de vista que as políticas públicas destinadas a esse público são margeadas pela visão desenvolvimentista da adolescência, o que fica claro quando, por exemplo, Carla Silva e Roseli Lopes (2009) apontam que a adolescência/juventude pode ser compreendida como: (a) **período preparatório** – nesse caso, o foco principal é na política educacional, que parte de uma perspectiva universalista de garantir, ou tentar garantir, os direitos universais por parte do Estado, o que acaba por homogeneizar a vivência juvenil; (b) **etapa problemática** – o foco é nos problemas que ameaçam a ordem social (risco e transgressão). As políticas são compensatórias e preventivas a partir de questões como: “drogadição”, violência, criminalidade e narcotráfico.

Ainda sobre as políticas públicas juvenis, essas posicionam os/as jovens de diferentes formas: (a) **ator estratégico do desenvolvimento** – o foco é nos problemas de exclusão social. Busca políticas educacionais, de formação para o trabalho e engajamento dos/as jovens em projetos sociais; (b) **sujeito de direitos** – o/a jovem é compreendido/a como portador de direitos. As políticas que têm como noção o jovem como sujeito de direito visam ações centradas na cidadania, e foi o postulado que se consolidou com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990). Entretanto, Silva e Lopes (2009) afirmam que mesmo as políticas que partem desse olhar para o/a jovem como ator estratégico e sujeito de direito acabam por não dar visibilidade aos/às jovens nem às suas especificidades.

Essa relação entre as mudanças de visão sobre o/a jovem (como futuro do amanhã, problema do hoje, sujeito de direito, ator social) e as políticas criadas a partir dessas visões revela a estreita relação entre saber e poder, entre a produção científica e a ação política, demonstrando que a produção teórica “já se constitui como uma forma de intervenção, como uma prática que forja sujeitos ... descentrando da unidade-sujeito para a rede discursiva onde este é produzido ... da internalidade do sujeito para as práticas culturais nas quais é produzido” (Hüning & Guareschi, 2005, p. 123).

Um aspecto importante a ser destacado é que essas visões sobre os/as adolescentes/jovens e as políticas a eles/elas destinadas produzem uma postura ambivalente que posiciona os/as jovens tanto como “sujeitos portadores de direitos próprios, autônomos e livres”, quanto como pessoas que devem estar sob tutela dos adultos, os quais criam “legislações específicas sobre adolescência, em especial quando se trata das esferas da reprodução ou sexualidade” (Ventura & Corrêa, 2006, p. 1506). Nesse sentido, o/a jovem é considerado/a incapaz de gerir sua própria vida, principalmente no tocante à sexualidade sendo necessário ter sua vida governada pelo adulto, que teria a função de prepará-lo/a, deixando-o/a num status de subalternidade diante da hegemonia adultocêntrica.

Gayatri Spivak (2010), em seu livro *Pode o subalterno falar?*, entende por subalterno aquele que é silenciado pela violência epistêmica de uma produção imperialista e colonial. O subalterno poderia falar? É sua pergunta reiterada. Concordamos com a leitura de Spivak sobre a possibilidade do/a subalterno/a sair do silenciamento, entendendo que a fala aqui é uma metáfora para a possibilidade de expressão política. Nesses termos um dos compromissos da pesquisadora é atuar junto ao/a subalterno/a, num exercício de publicizar suas vivências.

Na condição de subalterno/a o/a adolescente/jovem tem sido objeto do discurso do outro, e posicionado/a no lugar de “silenciados e enredados nas estruturas de dominação as quais eles mesmos desconhecem, continuam a se subjetivar como tutelados, invisíveis e ‘não falantes’” (L. R. Castro, 2011, p. 300). Nesse status, não há o “direito” a voz nem autonomia, e o jovem está inserido nessa tensão entre a aceitação e a oposição a esse lugar, criando estratégias para driblar as normas adultocêntricas impostas (Castro & Ribeiro, 2011). O processo de subjetivação do/a jovem se dá nessa tensão entre tutela e autonomia.

Embora a sexualidade seja uma construção do século XVIII, a consolidação do debate sobre a sexualidade como “investimento político e instrumento de tecnologia de governo” (Altmann, 2007, p. 289) se consolida no modelo de controle social do século XX denominado de biopoder. O biopoder é marcado por um investimento político, que qualifica, mede, avalia, hierarquiza e tem como foco a vida e o controle da sexualidade como peça fundamental da tecnologia do poder (Foucault, 2006a). Não é sem motivos que é no biológico que o biopoder encontra sua força e sua expansão, ou seja, desde a modernidade assistimos à produção e à administração da vida biológica, de modo que não são à toa os discursos sobre a adolescência como uma etapa do desenvolvimento humano que requer vigilância e controle e que hoje também fazem parte dos discursos jurídicos e dos mecanismos de governo e de controle da população em torno das práticas ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Em outras palavras, fala-se em direitos reprodutivos e sexuais, mas se pratica controle sobre tais processos, como fica claro nas entrevistas realizadas na pesquisa de diversos autores estudados aqui, como Leite (2012), e no próprio material das entrevistas realizadas na nossa pesquisa.

Foucault (2006a) ressalta que o sexo é o que garante o acesso tanto à vida do corpo como à da espécie, e segundo ele nos últimos dois séculos a política do sexo avançou em relação às técnicas disciplinares que exigiam regulação do corpo. Com o avanço dessas técnicas as condutas sexuais dos indivíduos passam a ser objeto de análise de “diferentes intervenções médicas, pedagógicas, políticas e governamentais” e campos de saber, como “a medicina, a demografia e a educação”, os quais se articulam com a intenção de “gerir a sexualidade adolescente a fim de, entre outros, evitar a gravidez, que, em nossa sociedade, não é tida como uma experiência a ser vivida nesse período da vida” (Altmann, 2007, p. 287).

Sobre a gravidez na adolescência/juventude, o que se observa é que existem diferentes construções pautadas em saberes provenientes do campo da saúde e da psicologia que criam uma ideia de que a gravidez seria um “risco” e um “problema de saúde”, tal como podemos perceber ao acompanharmos as falas abaixo extraídas das entrevistas.

Entrevistadora: *E o que é que a senhora pensa assim sobre gravidez na adolescência?*

Diretora da escola: *É uma coisa muito séria. Eles praticamente **deixam de viver a infância, né? E a juventude para ter uma responsabilidade***

**grande, né? É quase uma criança cuidando de outra, aí muitas vezes não tem estrutura para criar ... É um prejuízo muito grande para vida dessas adolescentes. Eu penso assim, que futuramente elas vão ter outros problemas maiores, uma depressão por não ter vivido aquela época da vida.**

Entrevistadora: *Qual a sua visão assim sobre a gravidez na adolescência? ... O que significa pra você?*

Enfermeiro: *Vários tipos, né? Geralmente a adolescente vai engravidar, no início, muitas vezes por falta de informação, falta de acesso aos métodos anticoncepcionais ... **gestante adolescente é gestante de risco, não tem uma formação ainda não é, ... nem física nem psicológica e fora os transtornos que vêm acompanhado de nível né de estruturação** [grifos nossos].*

O que vemos nas falas acima destacadas é que a ideia de “risco” tem diferentes significados, refere-se ao possível desenvolvimento de problemas psíquicos, à possibilidade de “quebra” do ciclo “natural” da vida, levando as jovens a deixarem de viver o que é próprio desse momento de vida delas, e a “problema de saúde”, pela falta de maturidade biológica para procriar. Entretanto, também está presente a visão da jovem como alguém irresponsável e imatura emocionalmente, motivo que justificaria a intervenção do adulto na tentativa de “tornar responsável” ou de atuar de maneira tutelada junto à jovem. Acompanhemos a fala a seguir, também em resposta à pergunta acima mencionada:

Agente comunitária de saúde: **Risco, né, minha filha. Deixa de viver a vida dela, deixa de estudar. Sempre digo que tem que ser responsável, ajudo e tudo mais, mas eu penso assim: eu não tô sofrendo, mas tem que fazer com que se tornem responsáveis pra não ter filho todo ano** [grifos nossos].

Esse olhar é pautado na visão da juventude como um período de crise e imaturidade biopsicológica que propiciam “discursos tutelares, que instituem os ‘perigos’ da sexualidade adolescente, compreendida como uma prática negativa e precoce” (Carvalho, Silva, Souza, & Salgado, 2012, p. 71). Em geral, o tema da sexualidade juvenil vem associado a “uma postura de controle repressivo sobre os adolescentes, sem uma efetiva vinculação com a garantia de seus direitos” (Leite, 2012, p. 96). Na pesquisa esta visão foi reiterada pelos/as interlocutores/as, entretanto com maior controle às mulheres jovens como já discutido anteriormente no texto.

A enfermeira do posto destaca em sua fala que as palestras sobre sexualidade juvenil têm como foco a prevenção da gravidez, e não o prazer que a vivência da sexualidade pode proporcionar. Como afirma Richard Parker (1991), o debate sobre sexualidade está atrelado ao campo da saúde e da doença, e à ideia de risco e controle de DSTs, AIDS e da gravidez. O prazer e o desejo são dirimidos desse debate. Entretanto, os direitos sexuais alçam justamente o livre exercício da sexualidade de forma prazerosa ao status de legitimidade e acesso a esse direito.

O que se observa a partir da fala da diretora da escola entrevistada é a compreensão de que existe um momento “certo” para a iniciação sexual das jovens, pois é preciso que a jovem esteja preparada e tenha maturidade, ou seja, que a vivência da sexualidade não aconteça quando ainda não alcançou a vida adulta:

*Entrevistadora: Vocês falam no sentido assim delas se prevenirem ou assim no sentido de dizerem para elas não fazerem. Como é assim a linha?*

*Diretora da Escola: A gente trabalha também essa questão, de **esperar assim, uma idade**, né, que elas **sejam mais maduras**, mais preparadas, a gente trabalha essa questão também. ... trabalha essa questão da **importância do sexo na idade correta**, quando a pessoa estiver mais **madura**, mais **preparada**.*

*Diretora da Escola: Agora mesmo a gente tá com um problema de quinta série, namorando, eles já, tudo namorando mesmo dentro da escola, **crianças novinhas de quinta série**. Aí a gente **conversa muito, pede para eles se envolverem com estudo, que para o namoro são muito jovens**, ainda são crianças, deixar pra mais tarde.*

O saber da Psicologia Desenvolvimentista e da visão da/o jovem como alguém em formação, irresponsável, vai se aliar ao discurso da medicina para propor políticas públicas para resolução do problema da gravidez precoce. Políticas essas que não atuam no âmbito dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, como democráticos e dimensões da cidadania (Ávila, 2003), mas no âmbito do planejamento familiar como estratégia de se evitar a gravidez, em uma lógica de prescrição e controle, contrapondo-se ao direito de autorregulação da fecundidade, da escolha da constituição e

aumento da quantidade de filhos/as.<sup>5</sup> Isso porque a sexualidade juvenil é tratada de maneira negativa por parte dos/as pesquisadores/as que ainda apoiam-se em uma visão idealizada da juventude como “imaturos, inocentes, não sedutores, mas facilmente seduzidos, e não aptos tanto para a reprodução como para o prazer sexual” (Castro & Ribeiro, 2011, p. 256).

Entrevistadora: *Aí com relação assim a criança e o adolescente como é que vocês trabalham com esse público? Fazendo o quê?*

Enfermeira: *A gente trabalha com essa questão do planejamento familiar pra elas não engravidarem, né?*

Entrevistadora: *O que você acha da gravidez na adolescência?*

Agente de Saúde: *Tem que fazer com que se tornem responsáveis pra não ter filho todo ano [grifos nossos].*

Ainda que na política brasileira de direitos humanos exista a garantia da vivência da sexualidade de forma plena independentemente do quesito etário, isso acaba por não ser efetivado na prática para os/as jovens (Melo, 2010). Nesse sentido os/as jovens acabam por tornarem-se objetos das políticas voltadas à garantia de direitos e não sujeitos desses direitos. Para que os/as jovens possam assumir essa posição de sujeitos de direito, autônomo, é importante que tenham espaços de fala, que sua voz seja ouvida, e que possam exercer sua sexualidade de forma plena, como agentes reguladores dela.

Entrevistadora: *Então, tem que ter um cadastro, então, pra pegar, ter acesso ao anticoncepcional?*

Enfermeiro: *A gente não entrega pra criança, né, de 12, 13 anos, a gente não pode tá entregando. ... **16 anos a gente pode entregar já.***

Entrevistadora: *Mas vocês dão a partir de que idade o preservativo? Tem uma idade que vocês começam a dar? Ou qualquer um que chegar lá realmente pega?*

Enfermeira: *Não, qualquer um não, é **depois de quinze anos.***

---

<sup>5</sup> A Lei n. 9.263, de 12 de janeiro de 1996 regulamenta o planejamento familiar no Brasil, como “o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (Art. 2º). Ou seja, ter filhos/as é um direito. E ter acesso à informação e orientação por parte da rede de saúde pública também.

As falas acima destacam a prevalência do quesito etário como balizador da relação que estabelecem com os/as jovens que buscam o serviço de saúde. Além disso, em relação às políticas de direitos sexuais e dos direitos reprodutivos para jovens, o que observamos é uma falta de direcionamento, que segundo a enfermeira do posto leva a uma não efetivação das políticas.

Entrevistadora: *Como a senhora consegue ver a gravidez na adolescência hoje no âmbito da saúde pública mesmo. Como ela tem sido tratada?*

Enfermeira: *Eu acho que ela **deveria ter uma atenção maior, né?** Assim, ser cobrado da gente um trabalho melhor ... então acho assim que política pública fala, pede pra gente trabalhar em escola tudo, mas **não tem uma coisa assim tão direcionada**, entendeu? Obrigatoriamente formar grupos de adolescentes ... então assim, **quando tem uma política bem direcionada, o cumprimento ele é maior**, porque a gente tem que encontrar um tempo ali pra fazer aquilo, né? **E a gente nem percebe muito essa preocupação, existe, existe os relatórios, mas não é aquela coisa tão direcionada, sabe?***

Entrevistadora: *Diante da saúde pública como ela tá hoje, como é tratada a gravidez na adolescência?*

Enfermeiro: *Eu **acho que ainda tem muitas falhas**, não é? Assim na questão da saúde pública, porque **a gravidez na adolescência não deixa de ser um problema de saúde pública**, na questão do óbito materno, do óbito infantil, tem os abortos clandestinos ... **acho que ainda deveria ter um programa mais específico voltado pra atender e não só pra atender como pra orientar** e como a questão também... não há coisa melhor pra trabalhar a criança e adolescente que a mídia não é... não expor igual **expõe a questão da sexualidade, do sexo, na mídia igual a hoje a gente vê, tem hora que eu tenho que toda hora tá mudando o canal** quando meu filho tá assistindo ... **por que senão só vê safadeza**. Então eu fiz, o programa, não sei se vocês conhecem, tem o **PROSAD, que é um programa de acompanhamento ao adolescente que só existe mesmo no papel**, porque o acompanhamento que tem das unidades acompanhar nome, idade, a consulta que fez, se pariu, mas eu **acho muito pouco**.*

No município estudado, o único programa destinado à saúde dos/das jovens é o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), um programa do governo federal, criado em 1989 e fundamentado na Política de Promoção da Saúde, ou seja, numa ótica de saúde que vai além do processo de adoecimento-cura. Nessa perspectiva, a saúde é compreendida como

uma construção social resultante de vários determinantes sociais, políticos, entre outros, em que a pessoa é vista como inteira, no seu território, com suas potencialidades e necessidades. Porém, não é isso que vemos na sua implementação no município estudado, em que as atividades do PROSAD ainda são muito incipientes, gerando essa sensação de que ele “só existe no papel”. Segundo um/a dos/as profissionais, restringe-se a dar palestras, de três a quatro no mês. Em geral, as palestras são de caráter preventivo e não numa perspectiva de promoção da saúde, em que se considera a saúde como uma construção social de múltiplas determinações, com espaço para participação ativa de todos os sujeitos envolvidos em sua produção (Ministério da Saúde, 2006).

Entrevistadora: *E que palestras são? O foco delas são o quê?*

Enfermeira: *É prevenção.*

Como afirma Eduardo Melo (2010, p. 44), trabalhar os direitos sexuais na juventude a partir de uma perspectiva emancipatória de autonomia juvenil é algo que se torna difícil levando em consideração a construção teórica, principalmente no âmbito jurídico, sobre o tema, uma vez que “mesmo em países desenvolvidos, a discussão sobre os limites da autonomia nesse campo é bastante polêmica, mostrando o quanto a moralidade ainda dita muito os termos das interpretações jurídicas sobre práticas sexuais”.

O debate sobre a tutela juvenil e a possibilidade de autonomia estão imbricados à vivência da sexualidade que coloca em xeque “a prerrogativa dos direitos sexuais, pois junto com a afirmação do lugar do/a adolescente como sujeito de direitos emergem questionamentos mais ou menos radicais acerca de sua real capacidade de resposta aos possíveis efeitos desta autonomia” (Leite, 2012, pp. 98-99). Porém, como afirmam Elaine Brandão e Maria Luiza Heilborn (2006), é no âmbito da sexualidade juvenil que jovens experimentam formas de “autonomização em relação aos pais” (p. 1422). Essa autonomia sexual é entendida como um processo que ocorre cotidianamente, mas só pode acontecer na medida em que o/a jovem consiga espaço, ou exija esse espaço, para exercê-la.

A vivência da sexualidade juvenil exige que seus direitos sexuais, garantidos por lei, sejam efetivados em toda sua plenitude, mas para isso é necessária uma “revisão do conceito de cidadania e de poder, pensados



mais horizontalmente, inclusive sobre os modos que crianças e jovens resistem e desafiam as práticas de adultos” (Melo, 2010, p. 53).

Importante ainda problematizar que, além das dificuldades enfrentadas pelos/as jovens no acesso aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos – provenientes dos regimes de verdade produzidos sobre juventude e seus efeitos –, as jovens também têm que enfrentar as normas e regulações da ordem da sexualidade e de gênero, que incidem sobre seus corpos. Ser jovem mulher rural significa estar em uma posição de subalternização e imersa em uma rede de relações em que suas margens de manobra para vivência de suas práticas afetivo-sexuais são muito menores que a dos jovens.

### **Tecendo algumas considerações finais**

Os/as profissionais de saúde e de educação apresentam uma visão estigmatizada a respeito do que seja ser jovem. Essa visão é pautada nos regimes de verdade construídos pelos saberes do campo da psicologia e da saúde, que definem a adolescência/juventude como período de crise, instabilidade emocional, imaturidade, irresponsabilidade, que produzem como efeitos a ideia de que o/a jovem deve ser governado pelo adulto, posicionado como subalterno/a, e as jovens ainda estão numa posição de maior submissão nas hierarquias de gênero que atravessam a sexualidade.

A gravidez na juventude é tomada como sinônimo de risco, vulnerabilidade e problema social, associados à falta de informação e diálogo na família e à irresponsabilidade das jovens na prevenção. Para esses/as profissionais, a gravidez interrompe um importante período do desenvolvimento humano.

No contexto do PROSAD, o que se observou foi o foco na prevenção da gravidez, com atividades de orientação para o planejamento familiar, sendo o direito da vivência da sexualidade assunto tabu, o que para os próprios profissionais não é o suficiente. Os/as profissionais de saúde alegam ser difícil fornecer e orientar o uso de anticoncepcional, pois a família pode descobrir a existência da vida sexual da filha, e o rapaz só pode receber preservativo após os 15 anos. Mas o que se observa é que as ações são

pautadas no quesito etário, e não na especificidade da trajetória afetivo-sexual do/a jovem.

Importante destacar que no contexto rural pesquisado, a gravidez na juventude é desejada pelas jovens e pela família, desde que não aconteça fora de um relacionamento sério, que o pai da criança assuma a mãe e o bebê, e que a jovem cumpra as normas estabelecidas para ela (cuidar dos filhos, ficar em casa, se portar de forma discreta e ser submissa ao marido). Caso as normas não sejam seguidas, a gravidez juvenil passa a ser vista como problema social.

É importante considerar a gravidez a partir do marco dos direitos sexuais e reprodutivos, buscando oferecer suporte (médico, psicológico e, sobretudo, educacional) para as jovens, para que mais informadas possam controlar, e não outrem, seus desejos, prazeres, e planejarem quando desejam ter ou não filhos, e se proteger de doenças sexualmente transmissíveis. Para isso, é importante que essas jovens sejam ouvidas em seus desejos, que a adolescente/jovem seja reconhecida como sujeito de direito, e que como afirmam Carvalho et al. (2012, p. 84) o “papel do adulto deve ser o de apoiar e orientar os jovens em suas escolhas responsáveis”. Precisamos, portanto, como assinalam Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), subverter o conceito de adolescência para que afirmemos uma outra ação política na qual a diferença, ao encontrar abrigo em nossas pesquisas, permita-nos estar diante da emergência do inédito de cada existência.

## **Referências**

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1981). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Altmann, H. (2007). A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. *Educação em Revista*, 46, 287-310.
- Ávila, M. (2003). Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(Supl. 2), S465-S469.
- Brandão, E. R. & Heilborn, M. L. (2006). Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1421-1430.
- Carvalho, C. S., Silva, E. R., Souza, S. J., & Salgado, R. G. (2012). Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. *Psicologia Clínica*, 24(1), 69-88.

- Castro, E. G. (2005). *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Castro, E. G. (2006). As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In E. F. Woortmann, B. Heredia, & R. Menashe (Orgs.), *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero* (pp. 245-275). Brasília, DF: MDA, IICA.
- Castro, E. G., Correa, J. G., Martins, M., & Ferreira, S. L. (2010). A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. In S. V. Alvarado & P. A. Vommaro (Orgs.), *Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas 1960-2000* (pp. 55-87). Rosario, Ar: Homo Sapiens Ediciones.
- Castro, L. R. (2011). Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In J. Dayrell, M. I. C. Moreira, & M. Stengel (Orgs.), *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades* (pp. 299-324). Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.
- Castro, M. G. & Ribeiro, I. R. (2011). Adolescentes, jovens, direito e família. Questionando saberes sobre proteção a direitos sexuais e reprodutivos. In J. Dayrell, M. I. C. Moreira, & M. Stengel (Orgs.), *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades* (pp. 251-272). Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.
- Coimbra, C. C., Bocco, F., & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11.
- Coimbra, C. C. & Nascimento, M. L. (2003). Jovens pobres: o mito da periculosidade. In P. C. P. Fraga & J. A. S. Iulianelle (Orgs.), *Jovens em tempo real* (pp. 19-36). Rio de Janeiro: DP&A.
- Foucault, M. (2006a). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trans., 17ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2006b). A psicologia de 1850 a 1950. In Coleção Ditos e escritos I. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise* (2ª ed., pp. 133-151). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2010). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)* (2ª ed., Coleção Obras de Michel Foucault). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Hüning, S. M. & Guareschi, N. M. F. (2005). Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In S. M. Hüning & N. M. F. Guareschi (Orgs.), *Foucault e a Psicologia* (pp. 107-127). Porto Alegre: Abrapso Sul.

- Gallatin, J. E. (1978). *Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da psicologia da adolescência*. São Paulo: Harper & Row do Brasil.
- Gonzales, Z. K. & Guareschi, N. M. F. (2008). Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser jovem. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 6(2), 463-484.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Acesso em 08 de junho, 2013, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
- Lei n. 9.263, de 12 de janeiro 1996. (1996). Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Acesso em 08 de junho, 2013, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9263.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm)
- Leite, V. (2012). A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos. *Psicologia Clínica*, 24(1), 89-103.
- Melo, E. R. (2010). Direito e norma no campo da sexualidade na infância e na adolescência. In M. A. Ungaretti (Org.), *Criança e adolescente: direitos, sexualidades e reprodução* (pp. 43-59). São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP.
- Ministério da Saúde. (2006). *Política nacional de promoção de saúde*. Brasília, DF: Autor.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In M. L. J. Contini, S. H. Koller, & M. N. S. Barros (Orgs.), *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 16-24). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Parker, R. G. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Paulo, M. A. L. (2010). Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In P. Scott, R. Cordeiro, & M. Menezes (Orgs.), *Gênero e geração em contextos rurais* (pp. 343-366). Florianópolis: Editora Mulheres.
- Paulo, M. A. L. (2011). *Juventude rural: suas construções identitárias*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rubin, G. (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo. Acesso em 06 de maio, 2013, em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>

- Silva, C. & Lopes, R. (2009). Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 17(2), 87-106.
- Silva, V. A. (2007). *As flores do pequi: sexualidade e vida familiar entre jovens rurais*. Campinas, SP: CMU Publicações/Unicamp; Arte Escrita.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (S. R. G. Almenida, M. P. Feitosa, & A. P. Feitosa, Trans.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ventura, M. & Corrêa, S. (2006). Adolescência, sexualidade e reprodução: construções culturais, controvérsias normativas, alternativas interpretativas. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1505-1509.
- Wanderley, M. N. (2007). Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In M. Carneiro & E. Castro (Orgs.), *Juventude rural em perspectiva* (pp. 21-22). Rio de Janeiro: Mauad X.
- Wanderley, M. N. (2009). *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

## **Pobreza e suas implicações psicossociais**

Verônica Moraes Ximenes

Lorena Brito da Silva

Elívia Camurça Cidade

Carla Evelline de Sousa Camurça

Alana Braga Alencar

### **Introdução**

A compreensão da pobreza como fenômeno que congrega elementos políticos, simbólicos e ideológicos (Cidade, Moura, & Ximenes, 2012) representa importante avanço científico ao solicitar do saber psicológico novos redimensionamentos teóricos e práticos, capazes de fornecerem uma leitura crítica quanto às implicações do problema da pobreza no desenvolvimento do psiquismo e dos modos de viver. Decorre, daí, que não é possível conceber o sujeito como oriundo somente de aspectos intrapsicológicos, mas sim constituído inters psicologicamente no foro das relações sociais e dos jogos de poder. No que concerne à realidade brasileira, estima-se que 16,2 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza, estando localizado na região nordeste do país 59% deste total (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011).

Durante longo período, a consideração da pobreza como deficiência no consumo ou na renda, perspectiva comum à Abordagem Monetária (Laderchi, Saith, & Stewart, 2003), favoreceu a propagação de ideias que associavam este fenômeno à deficiência no poder de consumo dos indivíduos. Havia, com isso, a crença de que o mercado obedeceria a certo processo natural de regulação em que as pessoas que necessitassem de ajuda para sobreviver encontrariam no sistema capitalista os meios para a solução dos seus problemas (Mendonça, 2006). A simplória justificativa da restrição do poder de consumo como explicação para a existência da po-

breza não mais se sustenta, pois, assim como exposto por Rolim, Andrade, Santana e Melo (2006, p. 514), “a pobreza é um fenômeno multifacetado e com causas variadas, presente em todas as sociedades, variando no que se refere ao volume e suas determinações”.

A Abordagem das Capacitações (AC), criada pelo autor Amartya Kumar Sen, representa importante teoria econômica que agrega o olhar multidimensional à pobreza ao conceber que este fenômeno interfere na capacidade dos sujeitos de exercer sua liberdade. Contudo, é necessário que a esta concepção sejam acrescentados estudos que abordem de modo aprofundado a dimensão subjetiva da vida em condições de pobreza, que se manifesta em comportamentos, ideias e sentimentos reforçadores da submissão, alienação e resignação com uma vida que aparece cotidianamente como predeterminada, sem possibilidade de transformação. É necessário, portanto, a Psicologia se apropriar do contexto da pobreza para poder desenvolver teorias e práticas que respondam às demandas da classe pobre, rompendo com a prevalente teorização utilitarista deste fenômeno e avançando em direção ao comprometimento ético e social (Dantas, Oliveira, & Yamamoto, 2010).

A Psicologia Comunitária, ao enfatizar seu compromisso ideológico por trabalhar com sujeitos advindos de situação de pobreza (Góis, 2008; Montero, 2004), afirma o interesse por elaborar conhecimentos e referenciais teóricos no sentido de contribuir para a melhoria de vida dessas pessoas. Trata-se, portanto, do empenho em desenvolver concepções que enfoquem as potencialidades dos sujeitos em condições de pobreza, seu potencial de ação e adaptação psicossocial a uma configuração cotidiana que parece ser imutável. A pobreza é, então, entendida a partir de questões materiais, econômicas, ideológicas, simbólicas, psicológicas e culturais que marcam o modo de organização e significação da realidade cotidiana.

Martín-Baró (1986), ao trazer para a psicologia a compreensão de Cultura da Pobreza do antropólogo Oscar Lewis, enfatiza a existência de aspectos culturais comuns à pobreza e que se perpetuam, ao longo de gerações, em decorrência do conjunto de normas e de atitudes compartilhadas pelos sujeitos diante de circunstâncias externas desfavoráveis. Nesse sentido, a cultura da pobreza designa tanto uma adaptação como uma reação dos pobres e “representa um esforço para manejar os sentimentos

de impotência e desesperança que se desenvolvem ante a comprovação de que é improvável ter êxito seguindo os valores e fins da sociedade mais ampla” (Lewis, 1969, citado por Martín-Baró, 1986, p. 88, tradução nossa).

O fatalismo, fenômeno psicossocial definido por Martín-Baró (1986), representa uma destas estratégias adaptativas que permite ao sujeito atribuir a um destino fatal as causas de seu sofrimento, estando, portanto, associado à concepção da vida como algo predeterminado e fruto de uma vontade divina, resignação frente ao próprio destino, aceitação do sofrimento e pessimismo. O fatalismo favorece a elaboração de sistemas explicativos sobre a realidade.

Este artigo relaciona-se com a pesquisa “Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial das comunidades do Bom Jardim (Fortaleza) e da Canafistula (Apuiarés/Ceará)”<sup>1</sup>, realizada pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM)<sup>2</sup> da Universidade Federal do Ceará, cujos objetivos foram analisar como a pobreza está presente e se incorpora no desenvolvimento do psiquismo dos sujeitos que vivem nessa situação, mediante seus sentimentos, pensamentos e ações, assim como avaliar as influências da pobreza na saúde das pessoas que estão nesse contexto. No caso específico deste artigo, seu objetivo é analisar as implicações psicossociais da pobreza multidimensional e suas relações com o fatalismo.

## **Pobreza e psicologia**

Segundo Dantas et al. (2010), os pobres, nas produções científicas psicológicas, aparecem unicamente como aqueles que não são portadores de meios para suprir necessidades de alimentação, evidência esta coerente com a perspectiva unidimensional, que utiliza somente o indicador monetário da linha da pobreza. Diante dessa constatação, pode-se afirmar

<sup>1</sup> A pesquisa obedeceu à Resolução 196/96, tendo sido submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, por meio de sistema da Plataforma Brasil, Parecer Nº 191.508. Foi realizada com financiamento MCTI /CNPq /MEC/CAPES Nº 07/2011, coordenada pela Profa. Dra. Verônica Moraes Ximenes.

<sup>2</sup> O Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), do Departamento de Psicologia da UFC, criado em 1992, tem por objetivo ampliar a atuação da psicologia comunitária no tripé ensino-pesquisa-extensão, que caracteriza um núcleo universitário. Para informações, consulte o site: [www.nucom.ufc.br](http://www.nucom.ufc.br)



que a Psicologia, ao estruturar sua atuação e seu campo teórico em um viés de reprodução e de manutenção das concepções de pobreza voltadas somente para o âmbito monetário, distancia-se de uma perspectiva política de atuação e de busca pela transformação de relações que perpetuam o não acesso dos indivíduos a uma vida digna. Segundo Marujo e Miguel (2010), é necessário mudar a atenção conferida às variáveis psicológicas no sentido da consideração das dinâmicas econômicas, sociais e políticas relacionadas à pobreza.

Por conseguinte, a Abordagem das Capacitações (Sen, 2000), ao considerar os vários elementos que incidem sobre a realidade de pobreza, converge com as elaborações no campo psicológico que anunciam um movimento de libertação (Martín-Baró, 1986; Ximenes & Góis, 2010; Guzzo & Lacerda, 2009; Nepomuceno, Ximenes, Cidade, Mendonça, & Soares, 2008) tanto das concepções difundidas sobre o que é a pobreza, suas causas e consequências psicológicas, como sobre quais alternativas possíveis tendo em vista a construção de um conhecimento crítico a favor dos sujeitos que vivenciam a opressão decorrente da pobreza.

Para compreender adequadamente a pobreza, é preciso entender sua relação com o sistema capitalista e o modelo neoliberal de produção e exploração, relação essa que transforma tudo em mercadoria, desde a força de trabalho do sujeito até os bens e serviços produzidos pela humanidade. O desemprego, a desigualdade e a exploração são marcas importantes desse sistema, visto que são peças importantes para sua manutenção, produzindo um enorme exército reserva de trabalhadores e diminuindo a pressão social por melhores condições de trabalho e vida (Stotz, 2005).

Tais modelos econômicos são envoltos por uma lógica perversa que fortalece a ideia de que o fracasso ou sucesso de cada um depende unicamente de fatores individuais. Esse mecanismo ideológico sustenta a lógica da dominação (Moreira, Bandeira, Cardoso, & Scalón, 2011) ao naturalizar a realidade e transformar fenômenos históricos em fatos naturais dados e acabados (Cidade et al., 2012). Faz-se necessário questionar e desconstruir compreensões naturalizantes da pobreza, evidenciando sua construção social e histórica e problematizando o fato dos indivíduos encontrarem-se envoltos por “correntes ideológicas de marginalização e de culpabilização pela sua situação” de pobreza (Cidade et al., 2012, p. 89). É importante, também, compreender esse fenômeno em sua com-

plexidade e multidimensionalidade, em perspectiva macro e micro social, nas dimensões estruturais que a sustentam, assim como nas repercussões que promove nos modos de vida e na subjetividade dos sujeitos que a vivenciam.

Ao analisarmos a pobreza, enquanto fenômeno multidimensional, a compreendemos em função das diversas formas de privação de liberdades envolvidas: da liberdade básica de sobreviver, da igualdade de gênero, de acesso a serviços de saúde, de educação de qualidade, de segurança, liberdade civil e política, de transitar pela cidade, entre outras. Sen (2000) propõe uma nova compreensão da pobreza e das medidas necessárias para a sua erradicação, compreensão essa que não deve se centrar exclusivamente no aumento de renda, mas também na expansão e qualificação da educação básica e dos serviços de saúde, na distribuição de terra, na diminuição das diferenças de raça e de gênero, entre outras.

Nesse enfoque multidimensional, todo sujeito é dotado de capacidade de transformar a si e sua realidade. Entretanto, para o desenvolvimento de tal capacidade, são necessárias a garantia e a proteção das condições sociais e materiais que possibilitem boas condições de vida pelo Estado e sociedade (Cidade, 2012). A vivência em condição de pobreza envolve uma destituição material que processualmente se relaciona com o enfraquecimento da capacidade do sujeito de construir sua própria história.

Dessa forma, pensar na pobreza é descortinar os elementos ideológicos que marcam a construção social da nossa sociedade e que por vezes acabam por negar ou forjar as implicações materiais e simbólicas da vivência em condições de pobreza na construção do psiquismo humano. Segundo Accorssi (2011), essas implicações psicossociais estão impressas nos indivíduos cotidianamente e são manifestas em termos dos pensamentos de si e do mundo, tendo reflexos psíquicos e materiais. Trata-se de implicações que também carecem de uma análise que contemple os significados do ser pobre em um determinado contexto e situação cultural (Bastos, Rabinovich, & Almeida, 2010).

A consideração de que há, na vida em condições de pobreza, aspectos culturais dela decorrentes, coloca para reflexão os caminhos alternativos encontrados pelos sujeitos pobres e que vão contra as ideias estigmatizadoras perpetuadas de uma suposta aceitação passiva das privações

vivenciadas. Há, na verdade, uma potência de reação (Sawaia, 2009), que, embora expresse o sofrimento e o padecimento dos sujeitos por viver em situações marcadas pela desigualdade, não é capaz de anular a capacidade dos indivíduos de exercer suas liberdades.

Nesse sentido, o fatalismo se inscreve como um fenômeno psicossocial intimamente relacionado com o modo com que os indivíduos experienciam essas condições de vida. Ele é marcado pelo conformismo dos grupos e indivíduos com condições deploráveis de existência e com um regime de vida opressor (Martín-Baró, 1986). Expõe, ainda, sobre a visão que o indivíduo tem sobre o mundo, seu entorno e as relações que estabelece. Refere-se a uma postura adotada pelos sujeitos sobre si e sobre sua vida e

Constitui uma relação de sentido entre as pessoas e o mundo ao que se encontram fechado e incontrolável, quer dizer, se trata de uma atitude continuamente causada e reforçada pelo funcionamento opressor das estruturas macro sociais. A criação das favelas ... introjeta o fatalismo não como uma herança paterna e como fruto de sua experiência frente a sociedade (Martín-Baró, 1986, pp. 89-90, tradução nossa).

O fatalismo pode ser examinado em uma tripla vertente - afetiva, comportamental e ideacional (Martín-Baró, 1986). Na dimensão dos sentimentos, há a resignação frente ao próprio destino, o distanciamento emocional e a aceitação do sofrimento; nas ações, há a submissão, o conformismo, a passividade e a falta de memória e perspectivas; já as ideias se caracterizam pela predefinição da vida e pela religião.

A perpetuação do fatalismo é possível à medida que são mantidas relações de opressão resultantes de contextos marcados pela pobreza. Contudo, mesmo vivendo nessa situação, segundo Sawaia (2009) e Góis (2003, 2008), o ser humano deve ser encarado como repleto de potencialidades, pois, embora existam estruturas cerceadoras de liberdade, há, em contrapartida, possibilidades de mudança e de transformação. O indivíduo pode encontrar as mais variadas alternativas para sobreviver em condições de existência desumana, demonstrando, com isso, seu potencial de (re)agir frente às condições adversas. Montero (2010, p. 65) aponta as contribuições do conceito de fortalecimento, entendendo-o como

O processo mediante o qual os membros de uma comunidade (indivíduos interessados e grupos organizados) desenvolvem, conjuntamente, capacidades e recursos para controlar sua vida, atuando de maneira comprometida, consciente e crítica para alcançar a transformação de seu entorno segundo suas necessidades e aspirações, transformando, ao mesmo tempo, a si mesmos. (Montero, 2010, p. 65, tradução nossa)

Os trabalhos comunitários e as pesquisas sobre a pobreza e a psicologia colaboraram para o desenvolvimento de ações que visem ao fortalecimento dos sujeitos em condições de pobreza a fim de que transformem a sua realidade pessoal e coletiva. A visão de ser humano enquanto um ser de potencialidades possibilita a compreensão da pobreza como um fenômeno social que pode ser alterado a partir de mudanças psicológicas, sociais e materiais.

### **Percursos metodológicos**

A consideração da complexidade da temática investigada permitiu o uso de uma abordagem metodológica mista (Creswell, 2010) com fundamentos nas pesquisas qualitativa e quantitativa, o que favoreceu a complementaridade dos olhares e recortes da realidade. O método quantitativo viabilizou a coleta de informações de forma condensada, contribuindo para a administração do tempo e da quantidade de pessoas, a partir da utilização de um questionário composto por diversas escalas. O método qualitativo foi central para conhecermos os sentidos e significados dos participantes sobre a pobreza e as formas de sobrevivência com essa realidade, tendo sido utilizados a visita domiciliar e os grupos focais.

Participaram da pesquisa 417 pessoas, 208 da comunidade de Canafístula (Comunidade rural, Distrito do Município de Apuiarés/CE) e 209 do Grande Bom Jardim (Comunidade urbana de Fortaleza/CE). Os participantes da pesquisa tinham mais de 18 anos e moravam há mais de um ano em uma das comunidades, tendo todos assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Destacamos que a escolha das comunidades se deu em virtude da realização de projetos de extensão que desenvolvemos no NUCOM, como também a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2011) que apresentam que a pobreza no Nordeste encontra-se 35,4% na zona rural e 11,7% na zona urbana.

O Grande Bom Jardim é uma das regiões mais populosas de Fortaleza e é formada pelos bairros do Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira. Esses bairros estão situados no território da Secretaria Executiva Regional V (SER V), possuindo 541.511 habitantes, dentre os quais 38.554 (7,12%) vivem em extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a 70 reais, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2012). A comunidade de Canafistula está localizada a 26 km de distância da sede do Município de Apuiarés e 118 km de Fortaleza. Vivem na comunidade em torno de 170 famílias, no total de pouco mais de 1.000 pessoas, desenvolvendo atividades na agricultura e na cultura de animais típicos do sertão, sendo a renda proveniente destas atividades e de benefícios sociais, funcionalismo público e aposentadorias.

#### *Processo de construção dos dados*

O questionário da pesquisa contou com 173 itens e foi construído a partir da análise de outros instrumentos vinculados às categorias Pobreza, Saúde e Determinantes Sociais da Saúde (DSS). Foi realizado um pré-teste com 22 sujeitos das duas localidades pesquisadas, onde pudemos revisar o instrumento de maneira geral, deixando-o mais sucinto e objetivo. Foram pesquisadas categorias relacionadas aos problemas e às estratégias de enfrentamento da pobreza, tais como: pobreza multidimensional, fatalismo, bem-estar pessoal, sentimento de comunidade, saúde mental, esperança, vergonha e humilhação, impactos da seca e apoio social. Especificamente, destacaremos dois instrumentos que contribuíram nas análises deste artigo, sendo eles: o Instrumento de Pobreza Multidimensional e a Escala de Fatalismo.

O questionário de Pobreza Multidimensional conta com 31 itens, composto por dados de controle (caracterização geral dos entrevistados) e por um Instrumento de Mensuração da Pobreza Multidimensional (Sen, 2000). Esse instrumento teve como bases os estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), Cidade (2012), Piccolotto (2006) e Avila, Bagolin e Comim (2012). Ele está dividido em cinco grandes dimensões: educação, habitação, trabalho e renda, saúde e aspectos subjetivos da pobreza. Traz em si perguntas ordinais, nominais e escalares.

A Escala Multidimensional de Fatalismo foi aplicada inicialmente no México e validada nos Estados Unidos por Villar, Soto e Saucedo (2010). É composta originalmente por 30 itens, agrupados em cinco fatores, sendo eles: fatalismo, pessimismo/desesperança, lócus interno, sorte e controle divino. Para o processo de validação da escala no Brasil, optou-se por um formato breve com 15 itens, escolhidos aqueles com maior carga fatorial. A Escala de Fatalismo adaptada ao Brasil apresentou uma excelente consistência interna (Alpha de Cronbach = .80). Outros índices satisfatórios da escala nesse estudo foram o KMO (Kaiser Meyer Olkin) (= .835) e o Teste de Esfericidade de Bartlett ( $p < .001$ ), mostrando que a escala poderia ser submetida a uma análise fatorial. A Análise Fatorial Exploratória, com rotação Oblimin Direto, identificou ainda que a escala por nós utilizada apresenta quatro fatores, os quais somam uma Variância Total Explicada de 57,27%. Esses fatores também foram confirmados por meio da análise Varimax. A consistência interna desses, medida pelo *Alpha de Cronbach*, variou de .80 para sorte; .76 para controle divino; .50 para *Locus* interno e .43 para pessimismo. É importante salientar que os dois últimos fatores não têm valores adequados estatisticamente, mas serão usados a partir de critérios teóricos como importantes para explicação do construto fatalismo.

A etapa qualitativa ocorreu posteriormente à etapa quantitativa e contou com a realização de cinco grupos focais (GF<sup>3</sup>), três grupos na Comunidade da Canafístula com a participação de 22 moradores e dois grupos na Comunidade do Bom Jardim, onde participaram 16 pessoas. Todos os participantes do grupo haviam anteriormente respondido ao questionário e haviam se disponibilizado para esta segunda fase. As perguntas foram construídas a partir das categorias centrais da pesquisa, e os instrumentos foram aplicados diretamente de forma individual ou em grupo, dependendo do grau de instrução do participante.

Os dados provenientes da etapa quantitativa foram organizados em um banco no pacote estatístico SPSS 20.0. Para a análise das 31 primeiras questões, foram calculadas as frequências, buscando caracterizar a amostra. Posteriormente, foi calculado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), fazendo algumas correlações de *Person*, usando o índice de significância estatística de até 5%. As análises estatísticas e os dados foram

---

<sup>3</sup> Os dados provenientes dos Grupos Focais serão identificados da seguinte forma: GPC para dados da Canafístula e GPBJ para dados do Bom Jardim.

interpretados com base nas teorias estudadas. O material discursivo foi transcrito, submetido a leituras sucessivas, transversais e horizontais, de maneira a permitir a apreensão do conjunto, bem como a identificação dos temas centrais, que agregam as várias dimensões presentes nas narrativas e que constituirão os eixos da rede de significados, tendo sido utilizado o *software ATLAS.ti 5.2* para sistematizar as análises dos dados.

### **Resultados e discussões**

Dos 417 questionários aplicados, 50,4% são de moradores de Fortaleza e 49,6% de Canafístula (Apuiarés). Sobre a faixa etária dos participantes, 34,9% eram jovens, 54,7% adultos e 10,3% idosos, tendo sido a média de idade dos participantes de 40,07, fato interessante para pensar que essas pessoas estavam ou já estiveram inseridas no mercado de trabalho e, geracionalmente, viveram diferentes experiências e relações. Desses, 48,2% residem com alguma companhia fixa, sendo 38,6% solteiros. Destaca-se o fato de 73,6% dos participantes frequentarem igrejas e espaços religiosos, sendo, deste total, 67,6% católicos e 23% evangélicos e protestantes. Apenas 12,2% distribuem-se em outras religiões e 3,8% afirmam não possuir uma. Assim, pode-se perceber que há uma presença marcante da religião na vida das pessoas, sobretudo a católica.

No que diz respeito ao sexo, 28,1% eram homens e 71,7% mulheres, número que retrata uma realidade histórica e cultural (Saffioti, 2004), visto que eram elas que, em sua maioria, tinham abertura para a participação da pesquisa. Sobre a quantidade de filhos por família, nota-se que 80% dos entrevistados possuem até 4 filhos, considerando que 34,3% das pessoas não possuíam filhos e 46% possuem entre 1 e 4 filhos. Consideravelmente, o número de filhos por família diminuiu, sendo neste estudo uma média de 2,6% filhos por pessoas, o que vai contra o estigma presente em nossa sociedade de que quem é pobre e/ou beneficiário de Programa de Transferência de Renda tem cada vez mais filhos para adquirir mais dinheiro.

Sobre o acesso à saúde, 25,7% pessoas informaram sempre receber atendimento de profissionais de saúde, 19,2% recebem frequentemente, 47,5% informaram receber poucas vezes e 7,4% informaram nunca receber o atendimento. Especificamente no contexto rural, 60,74% sempre re-

cebem atendimento, 45% recebem frequentemente, e 53,3% afirmaram nunca receber algum tipo de atendimento. No contexto urbano, 39,26% afirmaram sempre receber, 55% revelaram ter acesso frequentemente e 46,7% nunca teriam recebido quando necessário. Em relação à dificuldade no acesso aos serviços de saúde devido a problemas de transporte, 71,2% informaram não encontrar dificuldades e 28,3% já encontraram. Essas frequências corroboram com o posicionamento dos participantes do grupo focal de queixa diante dos serviços disponíveis, principalmente diante do modo como são atendidos e da dificuldade em serem atendidos para casos mais complexos: *“Quando o médico não vem, a gente tem que ir atrás de médico em Apuiarés, em Fortaleza, em qualquer canto. Na hora em que ele falta, eu tenho que me deslocar”* (GFC).

Sobre o trabalho remunerado, 55,6% afirmam não ter nenhum tipo de trabalho remunerado, enquanto 44,4% afirmam possuir. Especificamente sobre a renda pessoal, 24,9% possuem uma renda inferior a 85 reais, encontrando-se na faixa de extrema pobreza; 54,6% possuem uma renda pessoal superior a 85 reais e inferior a 1 salário mínimo e 19,9% possuem uma renda superior a 678,00. Sobre a renda familiar, 1,2% afirmam não ter rendimentos, 22,3% informaram ter um rendimento familiar inferior a 1 salário mínimo, 51,8% possuem uma renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos, 19,2% informaram que a família recebe entre 3 e 5 salários e 3,1% possuem uma renda familiar de 5 salários. Salientamos a possibilidade das perguntas sobre trabalho e renda terem sido alteradas pelos sujeitos diante do receio de perder algum benefício. A partir das ideias de Rocha (2013) e Rego e Pinzani (2013), as pessoas que não possuam vínculos empregatícios desenvolvem uma série de atividades autônomas, diante da possibilidade de ter uma renda maior e por terem condições de trabalho mais flexíveis. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) apontam que a participação dos beneficiados na População Economicamente Ativa (PEA) é de 68,3% - esse índice está acima da média nacional, que é de 67,2%. Outro dado a ser considerado é que 10% dos 3,5 milhões de microempreendedores individuais do Brasil recebem o Bolsa Família (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2013).

No que concerne ao processo de escolarização, das 415 pessoas que responderam ao item, 8,2% dos participantes não estudaram, 25,4% es-



tudaram até 5 anos, 16,8% estudaram entre 6 e 9 anos, 10,6% estudaram entre 10 e 11 anos e 38,6% estudaram 12 ou mais anos. Especificamente, 73,4% tiveram adultos que estudaram na família por mais de 9 anos. De acordo com Avila et al. (2012), a educação é uma dimensão importante, porque se relaciona ao grau de escolaridade acumulado, sendo uma possível estratégia de superação da pobreza. Diante disso, para investigar a relação entre o tempo de estudo e a renda pessoal, buscamos conhecer a qualidade da associação entre duas ou mais variáveis, realizando uma correlação de *Person*. Não há uma causalidade entre as variáveis, visto que  $p = 0.752$ . Assim, podemos perceber que a temporalidade do estudo não tem se revertido, necessariamente, em mudança nas condições financeiras e de vida especificamente nos sujeitos pesquisados.

Sobre a moradia, 80,6% residem em casa própria, 9,1% em moradias cedidas, 8,6% em casas alugadas e 1,2% em ocupações. Dentre os tipos de casa, 89% são de alvenaria, 9,6% de taipa, 1% de madeira. Desse total, 96,2% possuem água encanada. Em relação ao tipo de chão da casa, 61,4% têm o chão de cimento, 32,4% de cerâmica e 5,3% de terra batida. Sobre os utensílios domésticos, eletrodomésticos e veículos próprios para a locomoção, 416 pessoas informaram que: 363 possuem mais de 5 recursos (87,1%) e 53 possuem quantidade inferior a 5 recursos (12,7%). Dentre os entrevistados, 68,6% possuem em seus banheiros vasos com descarga, 26,1% possuem vasos sem descarga e 2,2% dos participantes utilizam buracos no chão. Sobre o destino das fezes, o sistema de saneamento é realizado por fossas em 68,3% dos casos, 4,6% depositam em céu aberto e somente 26,6% possuem sistema de esgoto.

Percebe-se em nossa sociedade uma mudança considerável nas condições de vida da população, sobretudo no que diz respeito ao acesso à alimentação, educação, saúde, bens de consumo e à casa própria. Contudo, essas mudanças ainda são mínimas diante de problemas históricos, como é o caso saneamento básico, que ainda é uma lacuna na assistência garantida pelos governos. Há um poder maior de consumo e de fortalecimento na economia brasileira, onde a cada 1 real gasto estimula-se um crescimento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto do país, fazendo a economia girar em 240% (MDS, 2013). Entretanto, investimentos na área do saneamento básico e no acesso ao fornecimento de água de qualidade demandam financeiramente custos elevados às gestões, sem diretamente

ter um retorno na economia como o esperado no desenvolvimento de ações de transferência de renda (Mendonça & Mota, 2008). Essa argumentação, em muitas ocasiões, acaba se configurando como justificativa para a ausência de investimentos adequados nesses campos, o que traz como consequência sérios riscos de comprometimento do estado de saúde, sobretudo dos sujeitos residentes nas periferias dos grandes centros urbanos e nas áreas rurais.

### *Aspectos subjetivos da vida em condições de pobreza*

Quando se perguntou sobre como se consideram, 37,2% das pessoas entrevistadas se consideram pobres, 3,6% consideram-se ricas e 59% afirmam não ser nem ricas, nem pobres. Ao compararmos esses dados com as participações nos grupos focais, percebemos que tais respostas foram dadas tanto com base em possíveis mudanças que ocorreram ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito ao acesso à alimentação, ao consumo, às melhorias na estrutura de suas casas. Sendo assim, comparativamente, diante do que já viveram, não se consideram mais pobres, estando hoje em melhores condições: *“antigamente era muito pior, não tinha escola, quando tinha seca não tinha o que beber, comer, hoje não tem falta de comida ou água para nós, é mais comida para os bichos”* (GFC). Há que se ressaltar, também, que alguns consideram uma pessoa pobre aquela que não tem uma casa e nada para comer, afirmando em alguns casos que *“não me considero pobre não, nem pobre, nem rica, né, mas razoável, que dá pra gente se manter”* (GFC).

Foi comum perceber uma associação entre pobreza e aspectos morais nos padrões de respostas, onde ser pobre é associado a elemento pejorativo e menos valorativo, como preguiça, acomodação, castigo, entre outros: *“pobre é o cão, é o diabo”* (GFC), onde a relação com ser rico tem um aspecto de grandeza de espírito, merecimento. O ser pobre seria uma espécie de status, uma marca identitária, que tem como “critério seu pertencimento social a um estrato específico da população, estrato desvalorizado, já que é definido a partir da dependência de um pelo outro(s)” (Accorssi, 2011, p. 89). Assim, no processo de avaliação da condição de pobreza, o pobre estava no outro, *“mas tem pessoa mais pobre, mais pobre do que a gente”* (GFBJ). Para Góis (2012), a condição de ser pobre perpassa concretamente a realidade vivida, impondo modos de viver es-

pecíficos, diferentes formas de aceitação e de significação que são agravadas, segundo Demo (2005), quando o pobre nem sequer consegue saber que é pobre, persistindo em acreditar que sua pobreza é sina, fato natural ou culpa. Tais naturalizações envolvem o sentir-se, aceitar-se e incorporar o estereótipo do pobre, perpetuando situações opressivas ou, conforme Freire (1980), apresentando-se como uma das principais armas na manutenção da dominação e silenciamento.

De algum modo, quando um participante do grupo pontua que *“Eu também concordo com ela que nós não somos pobres, mas também não é classe média”* (GFC), ele está avaliando sua realidade hoje diante de desafios maiores, porém o não pertencimento a uma classe ou lugar pode minar as possibilidades de articulação e de questionamento das condições materiais e culturais vividas. Outro aspecto é a associação da pobreza como restrição no modo de pensar e perceber a realidade: *“então aquelas pessoas que menos têm orientação são mais fáceis de ser pobres. Às vezes pobre, quando não é pobre de dinheiro, é pobre de pensamento, é pobre de atitude, né?”* (GFC). Há, expressa nessa fala, conteúdo constatado por Siqueira (2009) como comum entre os séculos XII e XV. Nesse período, foram iniciadas as associações dos sujeitos em condições de pobreza como sendo preguiçosos, vagabundos e incompetentes (Siqueira, 2009). Há, na perpetuação no século XXI destes pensamentos pelos sujeitos que habitam territórios marcados pela pobreza expressa, uma rede de estigmas corroborados na atualidade por meio da associação do termo pobre a aspectos pejorativos, o que acarreta como consequência a necessidade de elaboração de conteúdos de reflexão e crítica.

### *Pobreza multidimensional*

Para mensurar o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), tem sido utilizada a metodologia Fuzzy, uma perspectiva complexa que converte informações vagas, abstratas (neste caso, informações sobre educação, saúde, trabalho etc.) em formato numérico, ultrapassando o padrão binário e dicotômico, baseado em verdadeiro ou falso. A lógica das variáveis dicotômicas, onde 0 = não pertence e 1 = pertence, é substituída pela lógica de variáveis ordinais, onde o intervalo [0-1] é abordado a partir de uma função linear e cada variável possui um valor mínimo e máximo. Assim, ao analisarmos o IPM, quanto mais os valores das respostas estiverem próxi-

mos do número um, mais as pessoas serão consideradas mais privadas, ou seja, mais pobres; quanto mais os valores estiverem próximos do número zero, serão consideradas menos privadas, ou seja, menos pobres multidimensionalmente. Pode-se assim avaliar o conjunto dos indicadores, suas correlações e o grau de privação da população estudada. De acordo com Comim, Bagolin, Porto, Bender, Picolotto e Avila (2007), o cálculo do IPM é feito a partir de uma média de cada uma das dimensões do questionário da Pobreza Multidimensional, buscando calcular um IPM total, como uma média constituída a partir de cada uma das médias das dimensões encontradas.

A análise do IPM retratou que a média do valor total desse índice foi de 0,2552. Dos 417 participantes desta pesquisa, 54,4% estão abaixo da média do IPM, sendo 59,5% residentes em Fortaleza e 40,5% moradores de Canafístula. A partir da análise descritiva exploratória, foi possível encontrar os valores de IPM para cada uma das cidades pesquisadas, sendo o IPM de Fortaleza igual a 0,2290 e o IPM de Canafístula 0,2818. Percebe-se, nesta investigação, que há um número expressivo de sujeitos em condições de pobreza residentes no contexto rural. Apesar desse resultado, o contexto urbano pode ser caracterizado como marcado por uma maior complexidade nas redes de exclusão, de violência e de invisibilidade e impessoalidade dos problemas sociais, sendo possível perceber os desdobramentos disso nas condições de vida, trabalho, educação e saúde (Bellaguarda, Soares, Moreira, Coelho, & Ximenes, 2008) dos entrevistados.

Do grupo com o IPM mais alto, tendo o valor desse índice superior a 0,2552, a média de idade é de 43 anos e a de filhos é de três por entrevistado. Do número total, 22,1% são homens e 77,4% mulheres, 74,5% residem com a família, sendo 74,2% beneficiários do governo. Dentre os entrevistados com maior incidência de pobreza multidimensional, 75,8% não possuem trabalho remunerado, 36,8% informaram receber até 85 reais e 5,8% das pessoas recebem mais de um salário mínimo. Contrastando com a incidência de 6,2% dos sujeitos com baixa incidência de pobreza multidimensional que precisaram vender algo de casa para comprar comida, 30% dos entrevistados com alto índice de pobreza informaram já terem vendido algo em casa para comer. Há ainda uma alta discrepância entre os sujeitos pobres que já precisaram pedir dinheiro para se alimentar (39,5%) e aqueles com mais baixo IPM que também necessitaram tomar

a mesma atitude (7,9%). No tocante ao grupo com elevado IPM, 54,3% das pessoas consideram-se pobres, 3,7% ricos e 41,6% informaram que se consideram nem ricos, nem pobres.

No grupo com o IPM mais baixo, com valor inferior ao valor geral de 0,2552, 59,5% das pessoas residem em Fortaleza e 40,5% em Apuiarés. A média de idade é de 35 anos e a de filhos é um por pessoa. Nesse grupo, 33% são homens e 66% mulheres. Quando perguntados sobre o exercício de trabalho remunerado, 38,8% pessoas informaram não possuir atividade remunerada, 15% informaram receber até 85 reais e 31,7% recebem mais que um salário mínimo. Entre os entrevistados, 6,2% já precisaram vender algo em casa para comer e 7,9% pessoas pediram dinheiro para se alimentar. Consideram-se pobres 22,5% dos sujeitos com baixo IPM; 3,5% informaram serem ricos e 73,6% dizem-se nem ricos e nem pobres. Desse grupo, 79,3%, moram com a família e 50,7% das pessoas recebem algum benefício do governo.

Destaca-se o fato de que dentre a porcentagem dos que recebem algum tipo de benefício governamental, o grupo de maior porcentagem possui conseqüentemente o maior valor do IPM, estando em maior situação de privação. Segundo o MDS (2012), a elaboração do Plano Brasil sem Miséria, que se fundamenta na perspectiva da transferência de renda, permitiu uma redução de 36,5% no índice de pobreza do país entre 2003 e 2009, o que indica que há uma relação positiva direta entre a transferência de renda e a diminuição dos indicadores de pobreza.

O cálculo do IPM, ao considerar aspectos ampliados das condições socioeconômicas dos participantes, permite inferir que pessoas que compartilham maior incidência de privação e, conseqüentemente, maior IPM, apresentaram valores significativos quanto às necessidades de trabalho remunerado e garantia de segurança alimentar, de forma que não mais necessitem vender algo em casa ou pedir dinheiro para comer. Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que os sujeitos com elevado IPM se descrevem, em sua maioria, como pobres ou nem ricos e nem pobres, contabilizando 95,9% das respostas válidas. Trata-se da manifestação de uma face da identidade de oprimido e explorado (Góis, 2008), que permite a redução da angústia e do sofrimento frente à miséria e às constantes experiências de violência vividas pelos sujeitos. Definir-se como pobre seria, nesse sentido, uma tentativa de se impor frente aos caminhos de

exploração cotidianos ao denunciar aspectos que são compartilhados por vários sujeitos dentro de uma dada realidade social.

*Pobreza multidimensional e fatalismo: problematizações necessárias*

O uso do método de regressão linear entre as escalas de IPM e de Fatalismo permitiu encontrarmos uma relação significativa entre ambas, com um R Square de 17,4%, o que significa que existe um grau de explicação importante entre as escalas. Para análise dos aspectos subjetivos da pobreza, a relação significativa entre as escalas de Fatalismo e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) confirma a reflexão de que a situação contextual de múltiplas privações acarreta diferentes implicações psicossociais, dentre as quais o fatalismo aparece como mecanismo psíquico de reação a uma realidade onde são encaradas múltiplas dificuldades (Cidade, Moura, & Xiemenes, 2012), tais como de acesso a rendimentos, à habitação de qualidade, às políticas públicas efetivas, entre outros. Os fatores, presentes na escala de fatalismo, com maior carga fatorial de seus itens foram em ordem crescente: sorte, controle divino, *locus* interno e pessimismo. Percebeu-se que os participantes da pesquisa relacionam o que acontece na sua vida e as perspectivas de futuro muito à sorte e ao controle, o que dificulta entrar em contato direto com a realidade de opressão em que vivem.

O conceito de fatalismo possui múltiplas definições teóricas e é largamente utilizado na América Latina. Villar et al. (2010) apontam que as definições mais utilizadas são aquelas que definem o fatalismo como o sumo do pessimismo, como uma crença de que o curso do destino não pode ser alterado e que os eventos da vida estão fora do controle da pessoa, e que existe uma predeterminação ou destino que permite uma atitude resignada. Martín-Baró (1986) faz uma crítica às leituras psicologizantes do termo, que culpabilizam os sujeitos e individualizam esse processo, ampliando sua perspectiva para uma definição psicossocial ao conceber que as causas da perpetuação do fatalismo estão nos modos como as sociedades se organizam.

O fatalismo, segundo Martín-Baró (1986), interfere na maneira como os sujeitos desenvolvem sistemas explicativos sobre as experiências cotidianas ao atribuir às forças divinas ou à sorte a responsabilidade pelos fatos. A naturalização da pobreza representa uma ferramenta de manu-

tenção do *status quo* ao imprimir consequências no psiquismo humano através da elaboração de formas de compreender e explicar a realidade como predeterminada e estática (Martín-Baró, 1986). Experiências de privação, abandono e agressão compartilhadas pelos sujeitos pobres (Cidade, 2012) colaboram para que o fatalismo se perpetue não como herança irrefletida, mas sim como conteúdo oriundo das experiências cotidianas. É válido ressaltar que o fatalismo não se refere a uma total apatia do sujeito diante do mundo. É um tipo de desesperança aprendida (Ardila, 1979, citado por Martín-Baró, 1986), quer dizer, dá-se como consequência de processos de aprendizagem de aspectos cognitivos, afetivos e práticos decorrentes de muitos esforços frustrados em mudar a realidade. Góis (2012) afirma que a pobreza e o fatalismo podem acarretar uma maior desagregação comunitária, repercutindo em apatia, violência e desmobilização social dos moradores.

Nos resultados da escala aplicada por nós, é possível analisar as características expostas pelos autores acima, dispostas nos fatores que as agregam (Sorte, Controle Divino, *Locus Interno*, Pessimismo). A Tabela 1 permite visualizar a frequência de resposta a cada item, organizadas por fator.

**Tabela 1. Relação entre fatores, itens, números válidos, carga fatorial, frequência de respostas**

Fator	Item	Frequência
Sorte	Existem pessoas que nascem com sorte.	47,2% Concordo; 19,3% Discordo.
	Não posso vencer na vida, não importa o quanto eu me esforce.	42,7% Discordo; 20,5% Concordo
	Quando acontecem coisas boas com as pessoas é por boa sorte.	36,4% Discordo; 33,2% Concordo;
	As coisas realmente boas que me acontecem são, geralmente, por sorte.	41,5% Discordo; 33,7% Concordo.
	O sucesso está determinado quando se nasce, não há nada que se possa fazer para ter sucesso na vida.	35% Discordo; 34,5% Concordo.

<b>Controle Divino</b>	Tudo que acontece com uma pessoa foi planejado por Deus.	42,9% Concordo; 21,8% Discordo; 18,9% Concordo Totalmente.
	Se acontecem coisas ruins, é porque tinha que ser assim.	43,1% Concordo; 29,7% Discordo.
	Qualquer que aconteça na minha vida é porque Deus quer que aconteça.	43,1% Concordo; 18,9% Concordo Totalmente; 16,9% Discordo; 16,9% Nem discordo nem concordo.
	Deus controla tudo de bom e de mau que acontece com uma pessoa.	46,6% Concordo; 18,1% Concordo totalmente; 18,1% Discordo.
	A pessoa morre quando é sua hora e não há muito o que se possa fazer sobre isso.	54,8% Concordo; 16% Concordo Totalmente.
<b>Locus Interno</b>	Minha vida está determinada pelas minhas próprias ações.	59,5% Discordo; 14,7% Concordo.
	O que a gente ganha na vida é sempre resultado do esforço que a gente dedica.	59,7% Discordo; 32,9% Discordo totalmente.
	O que acontece comigo é consequência do que faço.	66,7% Discordo; 12,5% Discordo totalmente.
<b>Pessi- mismo</b>	Sinto que não tenho nenhum controle sobre as coisas que acontecem comigo.	45,9% Discordo; 28% Concordo.
	Não importa o que faça, se algo ruim vai acontecer acontecerá de qualquer jeito.	46% Concordo; 30,4% Discordo.

Fonte: Elaborado pelas autoras.



Segundo os dados obtidos, percebe-se que o fator Sorte se mostra controverso em suas frequências de resposta. Percebe-se que 61,3% afirmam concordar ou concordar totalmente com a existência de pessoas que nascem com sorte. Contudo, não está claro, segundo os dados obtidos, se há uma compreensão predeterminada da sorte como elemento responsável pelo sucesso da vida dos indivíduos. Aproximadamente 58,7% dos participantes afirmaram discordar parcial ou totalmente da afirmativa do sucesso como designado desde o nascimento, o mesmo ocorrendo quando foi indagado se os bons acontecimentos relativos a si são por sorte (62,4% discordam, discordam parcialmente ou discordam totalmente). Já no que se refere aos bons acontecimentos relacionados às pessoas em geral, 59% afirmam discordar, discordar parcialmente ou discordar totalmente. Estes dados permitem afirmar, tal como defendido por Cidade e Ximenes (2012, p. 91), que para sujeitos em condições de pobreza “o êxito obtido nas atividades empreendidas está relacionado tanto à sorte, ao acaso, como à intensidade de seus esforços pessoais”.

Não há, portanto, a ideia de um futuro que esteja totalmente à mercê de conteúdos de sorte. Ao contrário, o sujeito se reconhece como responsável pelo curso de sua própria vida, o que permite enfatizar que a associação direta entre o fatalismo e a incapacidade do indivíduo em reagir, ficando apático diante de sua vida, não é adequada e reduz a compreensão sobre as manifestações do fatalismo (Cidade, 2012). Outro aspecto diz respeito ao fato de que, nas sociedades atuais em que impera o neoliberalismo, há um crescente processo de autorresponsabilização dos sujeitos pelo curso de suas vidas, o que pode ocasionar o processo de culpabilização psicológica (Guareschi, 2009) ao permitir que sujeitos sejam concebidos como responsáveis por processos que, na verdade, encontram-se envoltos em um universo relacional de interdependência complexa e multifacetada.

Nesse sentido, Blanco e Diáz (2007) afirmam que, na atualidade, a indefinição diante dos acontecimentos cotidianos permite que o fatalismo manifeste seu rosto bifronte, composto pelo fatalismo individualista e pelo fatalismo coletivista. A primeira face do fatalismo representa uma estratégia de adaptação às contingências aleatórias, às ameaças incontrolláveis. O fatalismo coletivista, por sua vez, está caracterizado pela aceitação passiva de um destino inevitável emanado de uma força natural ou sobrenatural.

Revela-se, aí, portanto, o segundo fator da Escala de Fatalismo utilizada neste estudo: o controle divino. No item “A pessoa morre quando é sua hora e não há muito que se possa fazer sobre isso”, 54,8% concordam. Na afirmativa “Deus controla tudo de bom e de mau que acontece com uma pessoa”, 46,6% concordam. No item “Qualquer coisa que aconteça na minha vida é porque Deus quer que aconteça”, 43,1% concordam e 18,9% concordam totalmente. No item “Se acontecem coisas ruins é porque tinha que ser assim”, 43,1% concordam e 29,7% discordam. Por fim, no índice “Tudo que acontece com uma pessoa foi planejado por Deus”, 42,9% concordam e 21,8% discordam. O alto índice de controle divino, segundo análise, permite inferir que o mesmo incide positivamente na análise do fatalismo.

A alta porcentagem de concordância quanto aos itens permite afirmar a crença de que, para a maioria das pessoas entrevistadas, existe um Deus que está no comando da vida, o que se mostra contraditório ao ser comparado ao fator sorte, quando foram obtidas respostas que, em certo sentido, indicavam uma responsabilidade individual pelos acontecimentos de suas vidas. Percebe-se, com isso, a manifestação da face coletivista do fatalismo defendida por Blanco e Diáz (2007), segundo a qual a crença em uma força divina, um Deus todo poderoso que interfere sobre o curso da vida, encontra suas raízes no contexto social. Tal espaço passa então a ser considerado em termos de “ciclos pré-determinados, modelos pré-fabricados de existência subumana, onde um presente de pobreza e adversidades sempre perduram como um fenômeno da natureza, que não se pode mudar” (Nepomuceno, 2003, pp. 26-27). Inscreve-se, com isso, a ideia de existência de uma ordem já estabelecida, exercida em função da vontade divina, que seria a grande responsável pelo destino dos sujeitos.

Sobre esse aspecto, no Grupo Focal realizado com moradores da Canafistula (GFC), percebeu-se a forte religiosidade vinculando o destino dos moradores às mãos de Deus, concebido como o senhor responsável pelo curso das vidas. Alguns colocaram a importância de sua ação e da ação coletiva, da organização e do controle social, o que diz de um *locus interno* desenvolvido, enquanto que outros falam da importância de se ter fé. Muitas vezes também a fé é colocada como potência de ação: por exemplo, se fala da fé em trabalhar e conseguir algo, a fé como motivação, co-

ragem e união. Nesse ponto, percebe-se a existência de uma dupla função atrelada ao controle divino: a compreensão de que é Deus o responsável por sua vida, o que pode conduzir à observação do fatalismo como a adoção de uma postura passiva do sujeito diante de sua vida, ou à consideração de que a crença em conteúdos religiosos fornece o distanciamento emocional necessário para que o sujeito consiga entrar em contato com a realidade e, assim, empreender mudanças. Tal análise encontra coerência com a afirmação de Blanco e Diáz (2007, p. 554, tradução nossa) de que o fatalismo está situado “em um ponto inconcluso dentro de um contínuo em cujo um dos polos estariam as convicções e crenças que alimentam e justificam a resignação e a apatia, e em outro a mera pressão para a conformidade”. O fato que se coloca é que, diante do sofrimento acarretado por não conseguir realizar os anseios pretendidos, atribuir às leis da natureza as causas do mal-estar é uma alternativa psicologicamente aceitável para lidar com essa dor (Jaspard, 2004).

De acordo com Góis (2008), fatalismo e sofrimento do cotidiano estariam em um primeiro ponto de uma escala que teria como polo oposto o estabelecimento de uma doença grave ou transtorno mental. Ocorre, portanto, que o fatalismo expressa um nível de estresse sociopsicológico que é vivido, de maneira mais intensa, por sujeitos que têm seus cotidianos marcados pela pobreza. Se o fatalismo, em seu nível mais simples, permite a ruptura lenta e progressiva da homeostase orgânica, psíquica e social (Góis, 2008), sua consequência expressa na sociedade será a propagação entre os sujeitos de pensamentos de incapacidade de mudança, de submissão, de estar à mercê da própria sorte. Nesse sentido, o fatalismo contribui para a alienação e a perpetuação da rigidez estrutural da sociedade ao limitar o poder de ação dos sujeitos. Afinal, a “mitificação das forças históricas como natural ou como Deus” (Martin-Baró, 1986, p. 97) culmina por retirar o indivíduo do cenário social como ativo e transformador de sua vida e da sociedade na qual habita.

Nos itens relacionados ao fator *Locus Interno*, o item “Minha vida está determinada pelas minhas próprias ações”, o maior percentual é correspondente à resposta “discordo” (59,5%). Ao item “O que a gente ganha na vida é sempre resultado do esforço que a gente dedica”, 59,7% respondeu que discordam e 32,9% discordam totalmente. Por fim, no item “O que acontece comigo é consequência do que faço”, 65,2% discordam.

A análise desse fator incide negativamente sobre o fatalismo; por esse motivo, os índices estão invertidos para a análise. O que podemos perceber é um baixo índice de lócus interno (ou controle interno), o que incide positivamente sobre o fatalismo. Dessa forma, entende-se que o grupo pesquisado apresenta alto índice de controle divino e baixo índice de lócus interno, o que permite a propagação do fatalismo. Afinal, é a sensação de impossibilidade de intervir diante dos fatores da vida que faz com que o homem perca “seu sentido de luta pela concretização de seus sonhos, sente-se predestinado ao seu destino e incapaz de agir sobre ele” (Guzzo & Lacerda, 2007, p. 233).

Grande desafio se coloca, portanto, ao ser considerado que, para a elaboração de estratégias que permitam a superação do fatalismo, é importante a eleição de ações que favoreçam a capacidade do sujeito de se reconhecer como ativo e construtor de sua vida. Esse caminho será possível somente quando a insegurança e a indefinição quanto ao futuro tiverem suas consequências cotidianas minimizadas.

Nos itens relacionados ao fator Pessimismo, temos que, no item “Sinto que não tenho nenhum controle sobre as coisas que acontecem comigo”, 45,9% discordam da afirmativa. Já no item “Não importa o que faça, se algo ruim vai acontecer, acontecerá de qualquer jeito”, 46% concordam. Esse fator anuncia que, tal como possível de ser observado no fator Sorte, existe um ponto não totalmente claro que demarca o limite vislumbrado pelo sujeito entre o que está sob seu controle e o que lhe escapa.

Percebe-se que, enquanto forma adaptativa, o fatalismo se configura como caminho viável aos indivíduos para aceitação de condições de vida causadoras de sofrimento. Com isso, dados em alguns momentos contraditórios podem indicar que as manifestações do fatalismo coincidem ao colocar o sujeito em um caminho indefinido entre a compreensão de si como capaz de transformar a própria vida e a percepção de estar à mercê de forças divinas.

### **Considerações parciais**

Propor um trabalho que intente a elaboração de conhecimentos científicos condizentes com a realidade da população requer, assim

como o desenvolvido nesta investigação, fundamentar-se em referenciais que permitam elaborar um pensamento crítico. A aproximação dos conhecimentos em Psicologia com os estudos de outras áreas do conhecimento favorecem o desenvolvimento de um olhar objetivo passível de ser estendido para uma análise histórica e cultural mais ampla do fenômeno da pobreza, capaz de inseri-la como elemento complexo e multifacetado.

A articulação entre o IPM e o fatalismo permitiu entrarmos em contato com o que já supúnhamos: a observação de que as condições e conduções de vida dos sujeitos estão atravessadas por aspectos relacionados aos seus rendimentos, mas também à qualidade de serviços públicos ofertados nos âmbitos da saúde, educação, qualidade de habitação. Se é imprescindível a consideração de que a pobreza interfere diretamente no fatalismo e que este fenômeno seria o representativo de uma possível situação de apatia e sofrimento que venham a se instaurar nos indivíduos, temos como indicativos o fato de que é relevante pensarmos em estratégias que permitam o resgate da análise crítica dos fenômenos cotidianos, bem como o desenvolvimento de estratégias que favorecem a diminuição da pobreza e do sofrimento psíquico dela decorrente.

## Referências

- Accorssi, A. (2011). *Materializações do pensamento social sobre a pobreza*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Avila, R. P., Bagolin, I. P., & Comim, F. V. (2012). Heterogeneidades individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre – RS. *Economia*, 13(2), 447–463.
- Bastos, A. C. S., Rabinovich, E. P., & Almeida, M. B. (2010). Living the world of poverty: The researcher as participant/apprentice. *Psychology and Developing Societies*, 22(2), 221–247.
- Bellaguarda, A. P., Soares, C. A., Moreira, C. P., Coelho, J. P. L., & Ximenes, V. M. (2008). Psicologia Comunitária no contexto urbano; tecendo algumas considerações a partir de uma práxis. In V. M. Ximenes, C. E. M. Amaral, & F. G. Rebouças (Orgs.), *Psicologia Comunitária e Educação Popular: vivências de extensão/cooperação universitária no Ceará* (pp. 105- 118). Fortaleza: LC Gráfica e Editora.

- Blanco, A. & Diáz, D. (2007). El rostro bifronte del fatalismo: fatalismo colectivista y fatalismo individualista. *Psicothema*, 19(4), 552-558.
- Cidade, E. C. (2012). *Juventude em condições de pobreza: modos de vida e fatalismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Cidade, E. C., Moura, J. F., Jr., & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo Latino-Americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98.
- Cidade, E. & Ximenes, V. (2012). As manifestações do fatalismo de jovens em condições de pobreza no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 1(1), 80-102.
- Comim, F. V., Bagolin, I. P., Porto, S. S., Bender, R., Picolotto, V., & Avila, R. P. (2007). *Relatório sobre indicadores de pobreza multidimensional e pobreza extrema para Porto Alegre* (Relatório de Pesquisa). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.
- Demo, P. (2005). *Dureza: pobreza política de mulheres pobres*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Freire, P. (1980). *Conscientização*. São Paulo: Editora Moraes.
- Góis, C. W. (2003). *Psicologia comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire.
- Góis, C. W. (2008). *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Hucitec.
- Góis, C. W. (2012). *Psicologia clínico-comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste.
- Guareschi, P. (2009). Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de Liberação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Liberação* (pp. 49-64). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda, F., (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicología* 41(2), 231-240.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda, F. (Orgs.). (2009). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Liberação*. Campinas, SP: Alínea.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2011). *Censo Demográfico 2010*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2013). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA.
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. (2012). *Perfil municipal de Fortaleza tema VIII: O mapa da extrema pobreza*. Fortaleza: Secretaria do Planejamento e Gestão.
- Jaspard, J. M. (2004). Significação religiosa do sofrimento e posição psicológica na fé. *Revista Psicologia USP*, 15(3), 191-212.
- Laderchi, C. R., Saith, R., & Stewart, F. (2003). Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *QEH Working Paper Series*, 107. Acesso em 11 de março, 2014, em <http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps107.pdf>
- Martín-Baró, I. (1986). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Marujo, H. A. & Neto, L. M. (2010). Psicologia comunitária positiva: um exemplo de integração paradigmática com populações de pobreza. *Análise Psicológica*, 28(3), 517-525.
- Mendonça, G. C. (2006). *Os sentidos subjetivos moradores de rua frente ao futuro*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.
- Mendonça, M. J. C. & Motta, R. S. (2008). *Saúde e Saneamento no Brasil*. Acesso em 05 de janeiro, 2014, em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/33/33>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2012). *Bolsa Família e aumento do salário mínimo contribuíram para diminuir pobreza*. Acesso em 05 de janeiro, 2014, em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/julho/bolsa-familia-e-aumento-do-salario-minimo-contribuiram-para-diminuir-pobreza>
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2013). *10 anos do Programa Bolsa Família*. Acesso em 11 de março, 2014, em <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124>
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2010). A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político. In R. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia e Sociedade: interfaces no debate da questão social* (pp. 65- 82). Campinas, SP: Alínea Editora.

- Moreira, J. K. P., Bandeira, M., Cardoso, C. S., & Scalon, J. D. (2011). Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em uma população assistida por equipes do Programa Saúde da Família. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 60(3), 221-226.
- Nepomuceno, L. B. (2003). *Nordestinos e nordestinados: elementos para uma reflexão psicossocial sobre subdesenvolvimento no Brasil*. Monografia de Conclusão de Curso, Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Nepomuceno, L. B., Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Mendonça, F. W. O., & Soares, C. A. (2008). Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. *Psico (PUCRS Online)*, 39(4), 456-464.
- Picolotto, V. C. (2006). *Pobreza e desenvolvimento sob os paradigmas da renda e das capacitações: uma aplicação para a grande Porto Alegre através dos indicadores fuzzy*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. (2010). *Indicador do RDH avalia novas dimensões da pobreza mundial*. Acesso em 10 de novembro, 2010, em <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2425>
- Rego, W. L. & Pinzani, A. (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp.
- Rocha, S. (2013). *Transferências de renda: o fim da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Rolim, C., Andrade, J. R. L., Santana, J. R., & Melo, R. O. L. (2006). Construção de indicadores de pobreza: aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe. *Revista Econômica do Nordeste*, 37(4), 512-529.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Função Perseu Abramo.
- Sawaia, B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Siqueira, M. P. S. (2009). *Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira*. Acesso em 10 de dezembro, 2011, em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/>
- Stotz, E. N. (2005). A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*, 3(1), 9-30.



- Villar, O. A. E., Soto, J. Q., & Saucedo, I. C. C. (2010). Propiedades psicométricas de la Escala Multidimensional de Fatalismo y su relación con comportamientos de la salud. *Colección Reportes Técnicos de Investigación*, 10, 1-34.
- Ximenes, V. & Góis, C. W. (2010). Psicología comunitária: uma práxis libertadora latino-americana. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia e Sociedade: interfaces no debate da questão social* (pp. 45-64). Campinas, SP: Alínea Editora.

## **A Psicologia no campo da assistência social: concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS**

Candida Maria Bezerra Dantas

Isabel Fernandes de Oliveira

### **Introdução**

A primeira década dos anos 2000 tem sido celebrada por uma melhora significativa no quadro social brasileiro, especialmente no que se refere à diminuição da população em situação de pobreza e pobreza extrema. Ao tomar como referência os indicadores empregados pelo Programa Bolsa Família (PBF) e o do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), ambos indicam um decréscimo de 55% na taxa de pobreza entre 2001 e 2011. Ainda seguindo as medições do PNUD, a meta de redução da pobreza extrema até 2015, proposta nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, já foi cumprida pelo país. As razões para tais ganhos sociais parecem residir no incremento das ações de transferência de renda e na consolidação das políticas sociais, em especial nos benefícios destinados à população pobre, além do aclamado crescimento econômico do país.

Apesar da melhora nos indicadores, o país ainda se mantém entre os 15 mais desiguais do mundo e, segundo projeções, levaria pelo menos mais 20 anos de crescimento elevado para atingir níveis mais igualitários (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012). Além disso, é importante considerar que o incremento na renda dos mais pobres tem como base valores muito aquém dos elencados pelos organismos econômicos como a quantia mínima necessária para o acesso a uma condição digna de existência. As linhas de pobreza são baseadas também em indicadores extremamente baixos e, ao serem utilizadas como critério para a inclusão de segmentos populacionais nas ações de combate à pobreza, selecionam os mais pobres entre os pobres. Ou seja, embora muito se

discuta sobre o incremento das ações de combate à pobreza, o fato é que essa e a miséria permanecem como uma questão central na sociedade contemporânea.

Diante desse quadro, as ações empreendidas no campo da assistência social destacam-se como uma das principais estratégias de enfrentamento à pobreza e miséria na atualidade. Campo conflituoso, marcado por avanços e retrocessos ao longo da história, é resultado de disputas entre os diferentes interesses de classe dos quais decorrem pactuações e, especialmente, concessões por parte da classe burguesa levadas a cabo, principalmente, por ações do Estado.

Em âmbito nacional, os avanços no texto da Constituição Federal (CF) de 1988 possibilitam um alargamento, embora lento e gradual, dos direitos sociais no Brasil. A proposição da Seguridade Social – baseada no tripé Saúde, Previdência e Assistência Social – representa uma inflexão no desenvolvimento de políticas sociais públicas no país que saem da lógica dos programas pontuais e desarticulados, ancorados nos princípios assistencialistas e paternalistas (I. M. Oliveira, 2008). Ganha força, então, a compreensão da política social como direito, da política pública não contributiva, voltada para todos que dessa precisem.

Diante disso, na última década, o campo da assistência social tem se ampliado e consolidado, conjugando dois campos de ação principais. Um deles refere-se aos programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, que tem mudando o cenário brasileiro de combate à pobreza. Desde a sua implantação em 2003, o Bolsa Família ampliou a sua cobertura e o quantitativo de recursos federais investidos no programa. Após uma década, o programa já atendia mais de 13 milhões de famílias em todo o território nacional. Como resultado, cerca de 4,3 milhões de pessoas superaram a linha de extrema pobreza (Marques & Mendes, 2007; Silva e Silva, Yasbek, & Giovanni, 2008; Yasbek, 2012).

Em paralelo, outro conjunto de ações dirigiu-se à estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), organizado e hierarquizado em Proteção Social Básica e Especial. A proteção social básica destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização dos vínculos afetivos e fica sob a responsabilidade dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Já a proteção social especial objetiva prover atenção socioassistencial a famílias e indivíduos em situação de direitos violados e situações de risco já instaladas. A unidade de referência desse nível são os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), que ofertam serviços de orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência e medidas socioeducativas em meio aberto (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2005).

Conforme estabelecido pela NOB/RH, de 2006, tanto os CRAS quanto os CREAS devem contar com equipes de referência, compostas por profissionais de nível superior e nível médio. Os de nível superior são os assistentes sociais e psicólogos, obrigatoriamente no CREAS e preferencialmente no CRAS (MDS, 2006).

É nesse cenário que um grande número de profissionais psicólogos passa a atuar compondo a rede de assistência social, em equipes multiprofissionais nos equipamentos da rede socioassistencial. Dentre esses serviços, destaca-se o CRAS como aquele que mais diretamente articula-se à política atual de combate à pobreza e miséria no Brasil, mormente porque volta suas ações, prioritariamente, para o público beneficiário do PBF.

Assim, as equipes de referência do CRAS, cuja maioria possui psicólogo, são responsáveis pelo desenvolvimento das ações e a oferta de serviços prioritários de combate à pobreza, bem como a operacionalização e o acompanhamento das políticas de transferência de renda. Portanto, o psicólogo é convocado, de forma inédita no país, a desenvolver ações diretamente voltadas para as populações pobres e extremamente pobres, tornando-se um profissional de referência na principal estratégia de combate à pobreza nos dias de hoje.

Diante disso, a participação do psicólogo nas equipes profissionais que compõem os CRAS constitui um importante elemento para a discussão da inserção desse profissional no campo das políticas sociais no Brasil, considerando os limites estruturais postos pelo caráter compensatório dessas políticas, mas, principalmente, apontando para possibilidades de construção de estratégias que respondam às demandas da população

atendida e que possam resultar em uma mudança efetiva nas condições de vida das camadas mais pobres da sociedade.

É importante ressaltar que a possibilidade de atuação no campo social na profissão se consolida a partir da década de 1980, como uma reserva de mercado atraente para os profissionais, considerando a falência do milagre econômico brasileiro e a consequente retração do mercado clínico privado. Aliado a isso, a ocupação das principais entidades de classe por psicólogos envolvidos politicamente com movimentos de esquerda leva a profissão à necessidade de engajamento em trabalho de cunho social.

Todavia, a inserção no campo do bem-estar social, embora tenha significado a abertura de um espaço institucionalizado, contínuo e atraente em termos de mercado de trabalho e garantia de remuneração para os psicólogos, não ocorreu de forma tranquila no que se refere à adequação dos modelos de atuação às propostas das políticas, às demandas dos usuários e ao desenvolvimento de um arsenal teórico-técnico capaz de subsidiar práticas inovadoras nesses espaços. Dessa forma, apesar de assumir cada vez mais um discurso de uma profissão comprometida socialmente e indispensável no campo das políticas públicas, alguns estudos revelam a inadequação ou, até mesmo, precariedade da atuação profissional no campo social (Boarini, 1996; Carvalho & Yamamoto, 1999; Dimenstein, 1998; Oliveira et al., 2004).

Ademais, em tempos de neoliberalismo em que a responsabilidade sobre a condição de pobreza e miséria recai sobre o indivíduo e a família, teorias e práticas que centrem sua atenção sobre barreiras e/ou potencialidades subjetivas (leiam-se “psicológicas”) podem cair como uma luva para compor um campo político focalizado em territórios vulneráveis e compensatórios, adequado e subordinado às necessidades do capital.

Neste caminho, a Psicologia, quando chamada a “gestionar a miséria social cotidianamente” (Dimenstein, 2013, p. 9), pode colocar os seus conhecimentos a serviço de uma lógica que responsabiliza, culpabiliza e criminaliza os pobres pela sua condição de pobreza. Os problemas psicológicos tradicionais tomam de assalto a prática profissional, construídos a partir de referenciais conservadores e desconectados do cotidiano de pobreza. Como afirma Guzzo (2010), “algumas psicologias são propostas

teóricas incapazes de superar o ponto de vista do capital, criando explicações para a subjetividade humana que sintonizam a existência da sociedade burguesa, absolutizando uma forma histórica de individualidade como condição universal” (p. 17).

Diante disso, considera-se fundamental situar os discursos dos psicólogos acerca da pobreza e examiná-los considerando suas potencialidades e/ou limites ao sustentar práticas voltadas para as populações pobres e extremamente pobres.

Nesse caminho, o objetivo geral do trabalho é analisar as concepções de pobreza que permeiam a ação profissional do psicólogo na assistência social, no contexto das políticas de combate à pobreza em municípios do interior do Rio Grande do Norte.

As reflexões aqui apresentadas são um recorte de um projeto de pesquisa sobre a ação do psicólogo no campo da assistência social, com destaque para os que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados em cidades do interior do estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com psicólogos atuantes nos CRAS de 17 municípios do estado.

Antes de apresentar alguns dos resultados encontrados na pesquisa, propõe-se refletir sobre algumas questões teórico-metodológicas que permeiam a compreensão do fenômeno da pobreza.

### **Olhares sobre a pobreza: da conceituação à medição**

Em termos teóricos e analíticos, abordar a pobreza e suas consequências para quem a vivencia não se trata propriamente de nenhuma novidade. A literatura sobre o tema é farta. Um grande número de produções, das mais diversas áreas do conhecimento, filiadas a diferentes correntes político-ideológicas ou mesmo político-partidárias, está disponível, além dos relatórios e materiais de divulgação produzidos pelas inúmeras agências de pesquisa vinculadas ao Estado ou a organismos internacionais que analisam, por meio da construção de indicadores sociais, a condição de pobreza, miséria e desigualdade dos países. Há, portanto, uma vasta discussão acerca de quem são os pobres e o que é a pobreza.

Por outro lado, é inegável que se verifica atualmente, em âmbito nacional e internacional, um incremento no número de pesquisas e programas de intervenção levados a cabo por alguns desses organismos, como o Banco Mundial (BM) e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

De um modo geral, esses estudos apontam para a necessidade de retirada da pobreza e miséria parcelas da população mundial, em especial aquelas que vivem em condição de pobreza extrema. Tal preocupação e mesmo o aumento no volume de pesquisas, programas e recursos destinados à retirada da população da condição de pobreza ou pobreza extrema não reduzem a gravidade da questão e sua persistência no cotidiano de grande parte da população mundial.

Ao contrário, de acordo com Mauriel (2010), o volume crescente de publicações que medem e caracterizam a pobreza é resultado de um movimento intelectual americano que toma corpo na década de 1990 e passa a influenciar os organismos internacionais e os países a esses submetidos, dentre os quais o Brasil. Ao privilegiar a caracterização da pobreza em detrimento das suas causas, essa perspectiva termina por desviar a atenção das questões fundamentais sobre emprego e proteção social, servindo de sustentação para as medidas focalizadas no alívio da pobreza.

Nesse sentido, o estudo da pobreza toma diferentes e tortuosos caminhos a depender das influências teórico-metodológicas utilizadas. São diferentes pela diversidade de leituras existentes e das classificações daí decorrentes. E também tortuosos pelo fato de tornarem-se, em muitos casos, mais falseadores que propriamente reveladores da realidade. Esta crítica não advém apenas de preciosismo acadêmico ou simples posicionamento político; as diferentes concepções e medições da pobreza podem, em grande parte dos casos, deturpar as ações para seu enfrentamento, limitar resultados e, o que é mais grave, restringir o acesso de grande parte dos pobres às já limitadas ações de combate à pobreza, visto que há uma íntima relação entre as concepções de pobreza e as estratégias de enfrentamento adotadas em diferentes períodos históricos. Em outras palavras, diferentes explicações e concepções resultam igualmente em diferentes respostas políticas (Alcock, 2008).

Dentre essas concepções, destacam-se aquelas advindas da construção de indicadores que definem, no conjunto da população, quais in-

divíduos ou famílias devem ser considerados pobres. Neste caso, parte-se de uma compreensão relativamente simples de pobreza, qual seja, aquela situação em que uma pessoa ou família não tem condições de viver segundo padrões socialmente estabelecidos em um dado período histórico (Stotz, 2005). Embora recorrente na literatura e em estudos e pesquisas sobre a temática, tais concepções revelam alguns problemas ou limitações teórico-metodológicas.

Em primeiro lugar, entende-se que o fato de, por meio da proposição de dezenas de indicadores, definir que determinado estrato da população encontra-se em condição de pobreza ou pobreza extrema não significa a construção de um campo conceitual em que sejam consideradas suas determinações e vinculações com outros fenômenos sociais. De forma simples, significa responder apenas à questão de quem são os pobres, deixando de lado outras mais importantes em que se questiona como a pobreza é produzida, quais os seus determinantes, como a pobreza se apresenta e quais suas implicações no cotidiano das populações que a vivenciam.

Assim, ao reduzirem-se as respostas sobre a pobreza à definição de quem são os pobres, evidencia-se o segundo problema concernente aos limites da análise, pois, ao retirar-se do conceito o seu potencial explicativo, naturaliza-se o fenômeno da pobreza, uma vez que pouco interessa como ela é produzida e reproduzida no cotidiano da sociedade. Neste caso, a medição assume o lugar privilegiado de análise, empobrecendo o espectro de compreensão da realidade e limitando as ações de enfrentamento à questão.

Além disso, há os problemas resultantes do próprio processo de construção dos indicadores<sup>1</sup>. Por utilizar diferentes parâmetros acerca do nível de renda necessário para sobrevivência ou de quais os itens ou serviços essenciais para viver em condição digna, existem medidas distintas e mesmo conflitantes para definição da pobreza. De acordo com Schwartzman (2004), dependendo do tipo de estudo, os números de pobres e indigentes no Brasil podem variar de 8 a 64 milhões. Aliado a

---

<sup>1</sup> A maioria das medições sobre pobreza toma como referência os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa. O primeiro refere-se à incapacidade de indivíduos ou famílias em acessar os meios necessários para a sobrevivência. Já a relativa classifica aqueles que estão com um nível baixo de rendimentos em relação à sociedade em que vivem (Alcock, 2008; Schwartzman, 2004).



isso, verifica-se que a redução da maioria dos indicadores à questão da renda não permite uma aproximação maior das reais condições de vida da população, visto que um mesmo nível de renda pode significar condições de vida diferentes (Barros, Henriques, & Mendonça, 2001; Troyano, Hoffmann, & Ferreira, 1990), além de não abarcar a medição da renda não monetária advinda, por exemplo, de ajudas familiares ou auxílios governamentais, que representa boa parte da sobrevivência das famílias pobres (Schwartzman, 2004; Soares, 2001).

Como alternativa surgem, mais recentemente, estudos denominados de multidimensionais, que integram outros elementos, de forma a ampliar a sua compreensão para além da insuficiência de renda. Nesses estudos, o teórico de referência é Amartya Sen, que articula o termo pobreza ao de capacidades envolvendo a liberdade individual de exercício e busca de direito, além da busca e análise das diferentes formas de acesso e distribuição de bens e recursos (Kerstenetzky, 2000).

As concepções multidimensionais têm influenciado os institutos de pesquisas e os organismos internacionais que passam a adotar critérios mais amplos de medição da pobreza, como o Índice de Desenvolvimento Humano ou, mais recentemente, o Índice de Pobreza Multidimensional. O problema é que tais concepções, embora travestidas de novidade ou de alternativas para uma compreensão analítica mais ampla da pobreza, acabam por servir a uma lógica extremamente restritiva e residual de trato à pobreza.

É sabido, por exemplo, que o Banco Mundial, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tem sido um dos principais formuladores dos receituários econômicos e políticos a que estão submetidos os chamados países periféricos. Pois bem, a partir dos anos 2000, o BM passa a utilizar a noção de “privação de capacidades” de Amartya Sen para embasar seu receituário de práticas contra a pobreza. Segundo Ugá (2004), o BM tem pautado suas ações em uma concepção que divide e classifica os pobres entre competitivos e incapazes. Os primeiros, embora possam estar temporariamente fora do mercado de trabalho, têm capacidade (capital humano) para uma reinserção rápida, sem o auxílio do Estado. Somente os incapazes devem ser alvo temporário do Estado, pois precisam adquirir competitividade para a inserção no mercado.

Em outros termos, o Estado deve focar sua atenção somente naqueles indivíduos que, incapazes, não conseguem galgar seu espaço na sociedade. Para eles será ofertada a oportunidade de desenvolver suas capacidades, o que permitirá ampliar a sua liberdade. Em um processo natural, o aumento da capacidade e da liberdade individual promoverá o bem-estar coletivo (Mauriel, 2010; Ugá 2004). É o velho liberalismo de mercado, que ganha força com o Estado mínimo do neoliberalismo, vestido de nova teoria social.

Nesses termos, a questão continua sendo tratada de forma desvinculada dos seus determinantes políticos e estruturais. Mesmo que implicitamente, a pobreza é explicada prioritariamente como fenômeno natural no sistema social vigente, determinada por questões de cunho individual e relacionada às capacidades e habilidades pessoais. Os pobres são culpados por sua condição, uma vez que não conseguem se adequar às novas necessidades sociais e de mercado. Daí provêm tanto o processo de criminalização da pobreza<sup>2</sup> quanto os programas assistenciais focalizados de combate à pobreza (Oliveira, 2010).

Assim, o problema não reside somente em considerar a renda ou dimensões específicas relacionadas como fatores principais de definição, mas tratar a pobreza como entidade isolada da forma de estruturação das sociedades. O que parece estar subjacente é a impossibilidade de se tomar a pobreza como um fenômeno único, fechado e separado da realidade social contemporânea. Desse modo, propõe-se entendê-la como totalidade histórica, em que é impossível separá-la das suas condições de produção e que se articula com a forma de organização societária vigente.

Em outras palavras, propõe-se analisar esse fenômeno a partir da compreensão acerca das leis sobre as quais se assenta o modo de produção capitalista, situando-a, a pobreza, no momento atual de transformação pela qual vem passando a sociedade e sua estruturação na realidade específica brasileira (Soto, 2003).

Para tanto, a pobreza será tratada como umas das manifestações da “questão social” que, segundo Mészáros (2002), foi, ao longo do último

---

<sup>2</sup> O tema da “criminalização da pobreza” advém dos estudos de Louis Wacquant em que o “Estado Penal” sobrepõe-se ao “Estado do Bem-Estar Social”, a partir de uma repressão generalizada sobre as “classes perigosas” compostas fundamentalmente pelos pobres, “desempregados estruturais” e trabalhadores informais (Netto, 2012).

século, intensificada com a invasão e subjugação do capital em todos os campos do nosso planeta. Portanto, é fundamental articular a pobreza às condições histórico-sociais de desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista e, conseqüentemente, do surgimento da “questão social”.

Antes é importante ressaltar que, não obstante a análise priorizar aspectos específicos da sociedade capitalista, existem elementos concretos na história que explicitam que a pobreza não é condição exclusiva desse sistema social. No feudalismo, por exemplo, durante a Idade Média, os camponeses, ou vassalos, que viviam sob a “proteção” dos senhores, precisavam trabalhar, a maior parte do tempo, no cultivo das terras do feudo. Apenas uma pequena parte do seu trabalho era destinada à produção para o seu próprio consumo, o que muitas vezes era insuficiente para dar conta das necessidades de toda a família, levando-os a viver em condições de extrema pobreza (Huberman, 1986).

No entanto, é com o advento do capitalismo que a pobreza e a miséria tomam a sua forma mais perversa. Ao contrário de períodos anteriores, o quadro de destituição de grande parte da população não resulta somente de condições climáticas ou períodos de escassez generalizada; antes, é consequência da própria capacidade das forças produtivas em acumular mais riquezas. Desse modo, de acordo com Netto (2001), o capitalismo, como modo de produção gerador de riqueza, mantém um contingente expressivo de trabalhadores em situação de miséria, de forma que, em nome do acúmulo de capital, a pobreza cresce na razão direta em que aumenta a capacidade social de produzir riquezas.

Assim, o modo de produção capitalista, ao produzir e reproduzir as relações sociais que mantêm em polos opostos o trabalhador que vende a sua força de trabalho e os detentores dos meios de produção, permite a continuidade do processo de acumulação e, independente das características particulares das economias nacionais, sempre resulta na polarização entre riqueza e pobreza.

Dessa forma, a despeito das enormes transformações e mutações na sociedade capitalista, os elementos fundamentais continuam a constituírem-se como essenciais para a compreensão da sua lógica de produção, mesmo que não se negue a existência de outros fatores que influam e modifiquem a forma de organização da sociedade.

Em linhas gerais, é com o descortinar da sociedade capitalista e sua lei geral de acumulação que é possível vislumbrar a pobreza como elemento constitutivo do seu desenvolvimento (Netto, 2001). Portanto, a pobreza é

uma das manifestações da questão social e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo o lugar dele na sociedade. (Yasbek, 2012, p. 289)

A expressão “questão social”<sup>3</sup> surge na terceira década do século XIX, em resposta ao processo de pauperização da classe trabalhadora e os conflitos sociais daí decorrentes. A “questão social” ganha força política e reconhecimento por parte do Estado Capitalista quando se vincula aos movimentos reivindicatórios de classe em busca de melhores condições de trabalho e vida, e transforma-se em uma ameaça real às instituições vigentes (Netto, 2001).

A “questão social” consiste, portanto, no conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista (Cerqueira, 1982). Para Yamamoto e Carvalho (1990), é “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” (p. 77).

Logo, compreender a pobreza como uma das manifestações da “questão social” tem duas implicações. Uma primeira diz respeito a um esforço analítico necessário que dê conta da atualidade do tema, sem desconsiderar o componente estrutural e estruturante da problemática. Outro ponto refere-se aos limites postos às ações destinadas ao combate à pobreza, considerando que somente a superação da sociedade burguesa conduz à supressão da “questão social”.

Em outros termos, a “questão social” nasce no seio do desenvolvimento da sociedade capitalista, a partir de suas formas de estruturação, mas também de suas próprias contradições. A possibilidade da morte de

<sup>3</sup> O uso das aspas justifica-se pelo caráter mistificador assumido pelo conceito, a partir do final do século XIX, em que os ideólogos capitalistas passam a empregá-lo para designar ações de caráter reformista nos marcos da sociedade capitalista (Netto, 2001).

uma velha “questão social” e a consequente emergência de uma nova seria resultado da supressão da sociedade burguesa, o que não aconteceu até o momento. Além disso, ao constatar-se que a supressão ou modificação radical da “questão social” resultaria somente da construção histórica de uma nova ordem social, limita sobremaneira a potencialidade transformadora das políticas sociais, que assumiriam apenas o caráter remediativo e, portanto, minimizador de conflitos sociais (Netto, 2001; Pastorini, 2004).

Isso não significa que seja inútil a defesa de qualquer ação de enfrentamento à pobreza no domínio do capital. Longe disso, ao invés de simplesmente confrontar as políticas adotadas pelo Estado capitalista, a atitude as utiliza como espaços políticos de embate, que ao pautar-se em uma leitura macroestrutural, coloca no horizonte das ações possibilidades de ruptura e enfrentamento da questão.

No que concerne à análise da ação do psicólogo, esse referencial permite dotá-la de um real entendimento dos determinantes macroestruturais que impõem limites à prática profissional, bem como permite enxergar e produzir caminhos distintos reais que provoquem fissuras na formação acadêmica e, principalmente, no cotidiano dos serviços prestados por esse profissional.

Isso posto, propõe-se, a seguir, refletir sobre algumas das questões que atravessam a ação do psicólogo no campo da assistência social.

### **Encontros e desencontros da Psicologia com a pobreza**

Ao se adentrar mais especificamente nas interlocuções entre a Psicologia e pobreza no contexto do CRAS, chama a atenção um conjunto de relatos sobre a forma como a condição da população pobre, prioridade do CRAS, afeta o trabalho das psicólogas entrevistadas.

Em primeiro lugar, destaca-se a ideia de que a condição de pobreza dos usuários limita o trabalho do psicólogo do CRAS. O trabalho psicossocial, concebido na PNAS como estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade e fortalecimento das famílias no contexto do CRAS, esbarra aqui exatamente na principal marca do seu público-alvo, qual seja, a sua carência material.

Nesse caminho, está presente a ideia de que determinadas características dos pobres interferem no bom trabalho do psicólogo, seja pela sua suposta deficiência cultural e cognitiva, ou pela falta de estudo, ou ainda porque, presos às necessidades objetivas, os usuários só participam das atividades mediante um lanche ou se vinculadas ao Programa Bolsa Família.

Neste caso, questiona-se: como a pobreza pode ser limitadora da ação, se ela é exatamente a razão de ser do serviço? Se os pobres não conhecem os seus direitos, não é o papel de uma ação do serviço torná-los conscientes desses direitos e fortalecidos para a luta? É o psicólogo que tem de se adaptar ao público, e não o contrário. Se os usuários não sabem ler ou não compreendem a ação do psicólogo, é necessário construir estratégias a partir de uma linguagem da cultura dos usuários da comunidade referenciada. Enfim, é absolutamente questionável que posturas como essas sobrevivam após décadas de problematização acerca do elitismo da Psicologia (Botomé, 1979; Mello, 1975). Se a pobreza não figura uma grande preocupação da Psicologia, em termos de produção de conhecimento, como demonstrado em estudo anterior (Dantas, Oliveira, & Yamamoto, 2010), que ao menos se atente para especificidades de um dos maiores “clientes” da Psicologia hoje, qual seja, a população pobre.

Assim, é preciso passar do estranhamento do modo de vida das populações pobres para o estranhamento e questionamento dos conhecimentos e práticas psicológicas hegemônicas, que foram construídas em referência a uma população com necessidades básicas plenamente satisfeitas (Cidade, Moura, & Ximenes, 2012).

Evoca-se, aqui, Martín-Baró (2009), para quem a Psicologia só poderá contribuir para o desenvolvimento social dos nossos povos (latino-americanos) quando redefinir sua bagagem teórica e prática em torno da vida, dos sentimentos, das aspirações e das lutas. Enfim, pouco interessa que os pobres saibam em que consiste a atuação do psicólogo; o que realmente deve importar é a construção compartilhada de novos modos de ação profissional, mais adequados às suas necessidades e expectativas.

Ainda sobre a relação Psicologia e pobreza no cotidiano de trabalho, outros entrevistados revelam que a pobreza aparece como *condição que não interfere no trabalho*, seja porque reconhecem que a pobreza faz parte da natureza do trabalho do CRAS, seja porque informam já estarem acostumados com a situação que encontram no seu cotidiano do trabalho.

Embora travestida de um suposto distanciamento imposto ao psicólogo, em que é preciso manter uma distância segura dos problemas que chegam a ele, o não envolvimento e a progressiva diminuição do estranhamento do psicólogo com relação às condições miseráveis de vida é uma característica da “questão social” no capitalismo contemporâneo. De acordo com Netto e Braz (2009), o aumento do desemprego e do número de pessoas que necessitam do auxílio público para sobreviver incita a uma naturalização das manifestações da “questão social”, dentre elas a pobreza, como corriqueiras e parte do cenário social. Nesse sentido, a naturalização ocorre, de acordo com Guzzo e Lacerda (2007), quando o fenômeno passa a ser tão trivial que não incomoda mais, tornando-se imutável e fora do controle dos indivíduos (neste caso, dos profissionais).

O trabalho com populações pobres também remete os profissionais ao *sofrimento pelos limites impostos à sua ação na resolução das situações de pobreza*, o que corrobora a afirmação de Guzzo e Lacerda Jr. (2007) de que o trabalho do psicólogo na assistência social envolve “sentimentos de incompetência, sofrimento, obstáculos e conflitos com a transformação social” (p. 235). É o que Raichelis (2011) identifica como a dupla dimensão do trabalho do SUAS: se, por um lado, ele pode trazer satisfação no sentido da realização de um trabalho comprometido com os direitos sociais e a melhoria de vida da população, por outro, ele causa imenso sofrimento aos profissionais por deparar-se com a ausência de meios e recursos para enfrentar a pobreza e a desigualdade.

No caso da Psicologia, parece que o lidar com as condições materiais dos usuários impõe um dualismo ao enfrentamento à pobreza que, para os profissionais conscientes do seu papel no serviço e na política, representa um sentimento de impotência diante da impossibilidade de alterações das condições de vida da população por meio da sua ação profissional.

O cotidiano de trabalho dos profissionais com populações pobres é atravessado por concepções de pobreza que informam as ações dos profissionais. Dentre essas concepções, destacam-se as falas que indicam que *“a pobreza não pode justificar a vitimização”*. Em outras palavras, para esses profissionais a condição de pobreza não deve impedir que os usuários se esforcem e busquem oportunidades que os permitam melhorar sua condição de vida.

É interessante observar que tal concepção coaduna-se com as propostas mais recentes de enfrentamento à pobreza, pregadas pelos principais organismos internacionais, em especial as do BM (Mauriel 2011; Ugá, 2004). Se, por um lado, é interessante, do ponto de vista da mudança da percepção de coitado, para alguém com capacidade de sair da sua condição, por outro, esse conceito impõe um direcionamento à prática que implica a oferta de oportunidades para que o pobre consiga galgar um espaço na sociedade.

É, conforme Mauriel (2010) e Ugá (2004), a perspectiva neoliberal de combate à pobreza, em que cabe ao Estado ofertar ao pobre a oportunidade de desenvolver suas capacidades, o que permitirá ampliar a sua liberdade. De acordo com Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), nesse tipo de concepção não há nenhum questionamento acerca do fenômeno da pobreza; ele é visto de forma naturalizada, compondo inevitavelmente o cenário das comunidades e o campo de atuação do CRAS.

Outra concepção presente é a ideia de que a pobreza está diretamente vinculada à *desestrutura familiar*, isto é, reconhecem nas famílias pobres uma tendência a uma suposta desestruturação. É importante lembrar que a matricialidade sociofamiliar é uma aposta da Política Nacional de Assistência Social para o reordenamento da assistência social e, de uma forma geral, uma tendência nas políticas sociais. No entanto, Couto, Yasbek e Raichelis (2012) advertem para o caráter normativo e conservador que pode estar presente nas ações da assistência social, cuja referência ao modelo tradicional de família burguesa culpabiliza a “desestruturação familiar” por sua condição social.

É preciso atentar para as ações da Psicologia, que, por ter nestes grupos um espaço tradicional de prática, acaba reforçando práticas ancoradas em uma leitura privatista das famílias, que as desqualificam no cuidado dos filhos, por exemplo, e cuja ação deve restabelecer uma pretensa ordem social (Sheinvar, 2006).

Ademais, é preciso cuidado para que as concepções que alicerçam as intervenções no contexto familiar não resultem na moralização e psicologização do sofrimento das famílias, deslocando os conflitos com raízes societárias para o âmbito privado, despolitizando e culpabilizando as famílias por sua condição, como afirma Raichelis (2011). É urgente cuidar para que a indicação da centralidade familiar na política de assistência social



não se torne mais um elemento reforçador de uma prática profissional tradicional, amparada em teorias e técnicas que levam em consideração modelos tradicionais de família há muito transformados.

A velha leitura do *pobre esforçado, merecedor de ajuda*, e, agora, também merecedor da intervenção do CRAS, permeia a ação do psicólogo. Reatualiza-se, aqui, o velho discurso da Psicologia como ajuda e do assistencialismo aos mais necessitados e carentes, que historicamente marcou o campo da assistência social. Isso corrobora com a afirmação de Freitas (1988) de que uma das formas de inserção do psicólogo em comunidades pobres alimenta-se da ideia de um trabalho de caridade e voltado para os desfavorecidos. Nesse caso, tem-se, de um lado, a população que precisa de ajuda e, de outro, o psicólogo disposto a ofertar ajuda por meio de instrumentos e técnicas que minimizem o sofrimento.

Tal discurso reforça a lógica de dependência e tutela dos pobres às ações socioassistenciais e reitera o discurso corrente no senso comum da ajuda como alívio da consciência (Accorssi et al., 2012).

Percebe-se que as concepções sobre a pobreza que permeiam a ação profissional do psicólogo no CRAS alinham-se aos diferentes projetos que coexistem no cotidiano da assistência social. Se não cabe somente aos psicólogos o enfrentamento à pobreza e a transformação social (Guzzo & Lacerda, 2007; Yamamoto, 2012), que esses ao menos não se aliem a propostas que produzam dependência e infantilização dos pobres, por meio da tutela, do cerceamento dos direitos, da culpabilização, da responsabilização e da vigilância das classes populares.

### **Considerações finais**

De um modo geral, verifica-se neste trabalho que os psicólogos concebem a pobreza, prioritariamente, ou como condição natural ou como resultado do conformismo (em termos psicológicos, falta de disposição individual) das pessoas, o que as impede de lutar por melhores condições de vida. Está ausente dos discursos qualquer análise que indique uma compreensão acerca das determinações macrossociais que incidem e determinam o fenômeno.

Esses discursos, correntes no senso comum, são extremamente funcionais à lógica neoliberal de culpabilização e responsabilização do indivíduo por sua condição de pobreza, em que resta às políticas sociais apenas intervir pontualmente, focalizando os mais pobres entre os pobres, de forma a oferecer condições mínimas para serem capazes sozinhos de competir no mercado de trabalho.

Em outros termos, este modelo de política social focalizada e compensatória coaduna-se com o ideário neoliberal em que a pobreza é vista como uma imprevidência do indivíduo diante dos riscos, intempéries da natureza e azares do destino. Assim, são excluídas do horizonte de análise e ação as determinações sociais da pobreza e, conseqüentemente, é diminuída a responsabilidade do Estado (Couto et al., 2012).

Decorrem daí práticas reducionistas que limitam significativamente a ação do psicólogo, seja reduzindo-a a aspectos psicológicos apartados da realidade material, seja impondo certo distanciamento e, até mesmo, indiferença em relação à condição de pobreza da população usuária dos serviços.

É no mínimo preocupante constatar que há uma transposição quase que imediata de concepções conservadoras sobre a pobreza para o campo do saber fazer psicológico. Não porque o psicólogo devesse ter o privilégio de ser um conhecedor crítico e reflexivo sobre a pobreza, mas principalmente por ele figurar na atualidade como um dos profissionais de referência da principal política de combate à pobreza.

É, portanto, urgente que os profissionais diretamente envolvidos com essa questão evitem análises superficiais e naturalizadas da pobreza, priorizando uma reflexão mais séria e aprofundada sobre a questão, ancorada em elementos analíticos, construídos empírica e teoricamente, sejam quais foram os referenciais analíticos e políticos a que estão vinculados.

## **Referências**

Alcock, P. (2008). Poverty and social exclusion. In T. Ridge & S. Wright (Orgs.), *Understanding inequality, poverty and wealth: Policies and prospects* (pp. 37-60). Bristol: Policy Press.

- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.
- Barros, R. P., Henriques, R., & Mendonça, R. (2001). *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil* [Texto para discussão n. 800]. Rio de Janeiro: IPEA. Acesso em 19 de dezembro, 2014, em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0800.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0800.pdf)
- Boarini, M. L. (1996). A formação (necessária) do psicólogo para atuar na saúde pública. *Psicologia em Estudo*, 1, 93-132.
- Botomé, S. P. (1979). A quem nós psicólogos servimos de fato? *Psicologia*, 5(1), 1-15.
- Carvalho, D. B. & Yamamoto, O. H. (1999). Psicologia e saúde: uma análise da estruturação de um novo campo teórico-prático. *Psico*, 30(1), 5-28.
- Cerqueira, G. (1982). *A "questão social" no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cidade, E. C., Moura, J. F., & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicologia Argumento*, 30(68), 87-98.
- Couto, B. R., Yasbek, M. C., & Raichelis, R. (2012). A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In B. R. Couto, M. C. Yasbek, M. O. S. Silva, & R. Raichelis (Orgs.), *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento* (pp. 54-87). São Paulo: Cortez.
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.
- Dimenstein, M. D. B. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios teóricos para a formação e atuação profissional. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81.
- Dimenstein, M. D. B. (2013). Práticas psicológicas e políticas públicas: a vida que emerge na adversidade. In L. R. Cruz, L. Rodrigues, & N. M. F. Guareschi (Orgs.), *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social* (pp. 8-10). Santa Cruz, RS: EDUNISC.
- Freitas, M. F. Q (1988). Inserção na comunidade e análise das necessidades. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(1), 1-12.
- Guzzo, R. S. L. (2010). Da opressão à libertação: uma perspectiva urgente para a Psicologia. In F. Lacerda & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 13-18). Campinas, SP: Alínea.

- Guzzo, R. S. L. & Lacerda, F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interamerican Journal of Psychology*, 41, 231-240.
- Huberman, L. (1986). *História da riqueza do homem* (21ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.
- Iamamoto, M. V. & Carvalho, R. (1990). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2012). A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do IPEA*, 155, 3-43.
- Kerstenetzky, C. L. (2000). Desigualdade e pobreza: lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 113-122.
- Marques, R. M. & Mendes, A. (2007). Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálysis*, 10, 15-23.
- Martin-Baró, I. (2009). Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 181-197). Campinas, SP: Alínea.
- Mauriel, A. P. O. (2010). *Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza*. Ijuí, RS: Ed. Ijuí.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MSD. (2005). *Norma Operacional Básica (NOB/SUAS): construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS. (2006). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)*. Brasília: Autor.
- Netto, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e serviço social* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2012). Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*, 111, 413-429.
- Netto, J. P. & Braz, M. (2009). *Economia Política: uma introdução crítica* (5ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, E. A. (2010). Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. *Revista Katálysis*, 13(2), 276-283.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Costa, A. L., Lima, F. L., Alverga, A. R., Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. (2004). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: formação acadêmica e prática profissional. *Interações – Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(17), 71-89.

- Oliveira, I. M. (2008). Cultura política, direitos e política social. In I. Boschetti, E. R. Behring, M. M. Santos, & R. C. T. Miotto (Orgs.), *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas* (pp. 109-129). São Paulo: Cortez.
- Pastorini, A. (2004). *A categoria "questão social" em debate*. São Paulo: Cortez.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano*. Acesso em 19 de dezembro, 2014, em [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2010\\_PT\\_Complete\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf)
- Rachelis, R. (2011). O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org.), *Gestão do Trabalho no SUAS: uma contribuição necessária* (pp. 39-64). Brasília, DF: Autor.
- Scheinvar, E. (2006). A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58(1), 48-57.
- Schwartzman, S. (2004). *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Silva e Silva, M. O., Yasbek, M. C., & Giovanni, G. (2008). *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez.
- Soares, L. T. R. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Soto, S. F. (2003). El concepto de pobreza en la teoría marxista. *Serviço Social e Sociedade*, 73, 5-22.
- Stotz, E. N. (2005). Pobreza e capitalismo. In V. V. Valla, E. N. Stotz, & E. B. Algebaile (Orgs.), *Para compreender a pobreza no Brasil* (pp. 53-72). Rio de Janeiro: Contraponto; Escola Nacional de Saúde Pública.
- Troyano, A. A., Hoffmann, M. B. P., & Ferreira, S. P. (1990). Condições de vida e pobreza: elementos para uma discussão metodológica. *São Paulo em Perspectiva*, 4(2), 32-36.
- Ugá, V. D. (2004). A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista Sociologia Política*, 23, 55-62.
- Yamamoto, O. H. (2012). 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(n. spe.), 6-17.
- Yasbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, 110, 288-322.

# **A pobreza como porta de entrada: análise psicopolítica das práticas do CRAS**

Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello

Soraia Ansara

## **Introdução**

Este artigo visa a promover uma reflexão a respeito da Política de Assistência Social, das práticas psicossociais desenvolvidas pela equipe técnica<sup>1</sup> dos CRAS do Município de Cajamar, buscando apreender as interconexões presentes nos discursos naturalizados a respeito dos conceitos de pobreza que circulam no cotidiano dos serviços socioassistenciais. Pretendemos desenvolver, por meio de uma análise crítica, sob o referencial teórico-metodológico da psicologia política<sup>2</sup>, uma discussão a respeito das intervenções destinadas às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

Com base em uma pesquisa realizada no Município de Cajamar, procuramos perceber quais são as práticas psicossociais utilizadas pelos profissionais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Cajamar, tendo em vista identificar os limites e possibilidades presentes nas atuações desenvolvidas no campo da Proteção Social Básica. Para tanto, inicialmente, nos questionamos se nestes

---

<sup>1</sup> Os CRAS possuem uma equipe técnica mínima de profissionais constituída por um assistente social, um psicólogo e um educador social. A maior parte dos CRAS atua com esta equipe mínima, e alguns sequer possuem esta equipe multidisciplinar completa.

<sup>2</sup> A psicologia política, na América Latina, tem várias perspectivas teóricas, entre elas as que se organizam no âmbito da psicologia social, vinculada à psicologia comunitária, que tem como propósito o compromisso social e a responsabilidade ética com as populações excluídas socialmente, desenvolvendo intervenções políticas com vistas à transformação da realidade. Tal perspectiva diz respeito aos aportes teórico-metodológicos do que Montero (2004) denomina “Paradigma da Construção e Transformação Crítica”, mais conhecido como “Paradigma da Psicologia Social Latino-americana”, no qual se insere a Psicologia da Libertação de Martín-Baró.

serviços eram realizadas práticas psicossociais comunitárias. Havendo ou não, buscamos identificar quais os aportes teórico-metodológicos utilizados pela equipe técnica interdisciplinar. Quais os impactos destas intervenções no cotidiano das famílias atendidas nos CRAS? Procuramos saber também quais práticas contribuem para um rompimento com a situação de pobreza e vulnerabilidade social à qual essas famílias estão submetidas, ou se tais práticas apenas legitimam refinadas estratégias de controle e desqualificação da população atendida.

Para dar conta dessas indagações, o artigo será dividido em três seções: na primeira parte trataremos de contextualizar e caracterizar as políticas de assistência social nas quais se inserem os Centros de Referência e de Assistência Social (CRAS), objeto deste estudo; na segunda parte discutiremos, de forma crítica, o conceito de pobreza e os referenciais teóricos (Martín-Baró, 1998; Montero, 2004) que fundamentam nossas análises e, na terceira parte, com base em alguns dados da nossa pesquisa, faremos uma análise das práticas do CRAS, tendo em vista apontar aquelas que promovem o fortalecimento e emancipação das populações atendidas e as práticas que têm legitimado e corroborado com a exclusão social.

### **Contextualizando as políticas sociais de assistência social**

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem buscado consolidar a importância da proteção social, enquanto política de direito na defesa, garantia e promoção de suas ações na abrangência do território nacional, representando um avanço significativo no desenvolvimento das políticas sociais do país nos últimos anos. Dessa forma, a política de proteção social objetiva a institucionalização e o reconhecimento de um sistema que legitime as demandas sociais pela ampliação e promoção do protagonismo das famílias e indivíduos usuários de seus serviços.

No entanto, ao analisarmos a evolução da proteção social no Brasil, mais especificamente no âmbito da política da assistência social, percebe-se que ela surge atrelada à caridade, com ações voltadas a uma parcela da população desprovida de seus direitos sociais. Nesse contexto, ela se configura sob a lógica da tutela, do favor e do clientelismo, fornecendo a

base para o desenvolvimento das ações assistenciais no país. Observa-se então que, ao longo desse período, a proteção social assume um caráter de urgência, de bondade, de pessoalismo, de ações que representam segmentação, focalização e culpabilização do indivíduo pelo Estado, ao invés de representar a garantia e a promoção do acesso aos direitos sociais ou a responsabilidade do Estado pelo bem-estar dos cidadãos.

O Sistema Único da Assistência Social é responsável por operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (MDS, 2004) e organiza-se por níveis de complexidade: proteção social básica e proteção social de média e alta complexidade. Os serviços de proteção social básica, prestados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), possuem como objetivo fundamental a prevenção das situações de risco pessoal e social por meio do desenvolvimento de ações que atuem no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O CRAS, considerado como porta de entrada da assistência social, promove, por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o acompanhamento psicossocial das famílias participantes dos programas de transferência de renda, buscando propiciar, a partir do cumprimento de condicionalidades nos campos da saúde, da educação e da assistência social, condições de autonomia aos indivíduos e suas famílias, potencializando-os para um rompimento com o ciclo de vulnerabilidade social. Compreende-se ainda, com base na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, 2009), que o PAIF deve desenvolver:

ações com famílias que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, ao envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. (MDS, 2009, p. 6)

Assim sendo, o CRAS:

é uma unidade de Assistência Social, responsável por prestar um serviço municipal de atendimento psicossocial às famílias vulneráveis em função da pobreza e de outros fatores de risco e exclusão social. Deve, portanto, ter ... como base territorial comunidades, regiões, bairros, onde há maior concentração de famílias nessas condições. (MDS, 2009, p. 7)



Nessa perspectiva, a política de proteção social básica fundamenta-se essencialmente em dois princípios: o da matricialidade sociofamiliar e o da territorialidade.

A matricialidade sociofamiliar, ou seja, a centralidade da família no desenvolvimento das relações de socialização de seus membros, na esfera da formulação e execução da política de assistência social, respalda-se em ações psicossociais desenvolvidas pelo PAIF, que tem como foco trabalhar as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências da família e da comunidade a fim de contribuir com um processo coletivo de autonomia e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, estreitando dessa forma uma relação dialética entre ambas.

Nesse sentido, esta concepção que privilegia o foco das intervenções na família está estritamente amparada no pressuposto de que, para a mesma criar condições de autonomia, respeito e dignidade de seus membros, é imprescindível o fortalecimento, a defesa, proteção e promoção de seus vínculos familiares e comunitários. Assim, a família é compreendida como “mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (Ministério de Desenvolvimento da Assistência Social, 2004, p. 35).

Observamos que a família tem se configurado como alvo preferencial de intervenção junto ao desenvolvimento de programas e políticas promotoras de “inclusão social”. Autores como Nery (2009), Campos (2004), Mariano (2008), Campos e Mito (2003), Mito (2006) e Meyer, Klein e Fernandes (2012) problematizam a questão da família como sendo compreendida tanto como “origem” de situações de vulnerabilidade quanto constituindo um espaço resolutivo de problemas sociais e econômicos de países pobres e em desenvolvimento.

Esses autores ressaltam que, ao centrar-se o foco das intervenções psicossociais na família, busca-se superar o olhar fragmentado de culpabilização e responsabilização do indivíduo, a fim de romper com as situações de vulnerabilidades aos quais está submetido. Contudo, ponderam que, ao transferir este foco do indivíduo para a família, passa-se a compreendê-la enquanto “núcleo determinante das vulnerabilidades, ou ainda como um espaço resolutivo das demandas sociais”, recaindo e reproduzindo sobre a mesma a lógica de responsabilização e sobrecarga (Nery, 2009, p. 127).

Dessa forma, consideramos necessário analisar a respeito dos recursos teórico-metodológicos utilizados para respaldar a Política de Assistência Social e as práticas psicossociais a ela referendadas, uma vez que a família configura-se como um dos elementos que compõem as complexas e diversificadas possibilidades de se compreender as relações sociais.

Segundo Nery (2009, p. 127), pondera-se que, embora a matricialidade sociofamiliar represente uma dimensão significativa a ser considerada na prática cotidiana e profissional dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trata-se de uma instituição do âmbito privado, que por si só não abarca o conjunto das relações sociais ou não nos desafia a ampliar a compreensão para os determinantes relacionados ao espaço público.

Ao discutir a política social e sua construção, Miotto (2000, p. 219) caracteriza a presença de uma tradição “familista” que compreende, no âmbito da política social, a existência de dois caminhos concebidos como “naturais” para a “satisfação das necessidades dos cidadãos: o mercado (via trabalho) e a família”. Apenas quando se esgotam estas possibilidades o Estado intervém de forma temporária (Campos & Miotto, 2003).

Neste aspecto, podemos refletir a respeito da contradição existente na relação que se estabelece entre família e Estado. Compreende-se que, ao mesmo tempo em que observamos a centralidade e priorização no âmbito das políticas sociais em proteger e fortalecer a família, Campos (2004) discute a função e responsabilização da mesma enquanto elemento fundamental e determinante para a superação das situações de vulnerabilidade e risco às quais está submetida.

Dessa forma, para o autor, “os programas sociais são reflexos destas políticas que não compreendem a mudança da organização das famílias tornando-se ineficazes em promover autonomia e emancipação das mesmas”. Ele acrescenta que se tornam ineficazes em “firmar serviços e benefícios sociais em uma concepção de direito” (Campos, 2004, p. 21).

Corroborando essas afirmações, a autora Mariano (2008) considera que a família tem sido compreendida pelas políticas sociais de forma bastante abstrata, uma vez que ignoram em sua análise a questão de gênero. Ela acrescenta que tal categoria deve ser considerada como elemento estruturante das relações familiares. Nesse sentido, ressalta que, embora

no Brasil a concentração de pobreza seja identificada majoritariamente na população negra e feminina, os programas de transferência de renda desconsideram o tripé: classe social, gênero e raça. Portanto, Mariano (2008) defende que, embora a assistência social tenha conquistado um avanço em seus arranjos legais e institucionais, segue sendo configurada por programas *focalizados e seletivos*, apresentando-se aquém de efetivamente conseguirem atender às dimensões de pobreza da realidade brasileira.

Em relação ao princípio de territorialidade compreende-se que este efetiva a necessidade do desenvolvimento de ações *in loco*, buscando a singularidade e as especificidades da realidade de cada comunidade envolvida no processo de intervenção, considerando, também, a dimensão subjetiva das famílias e sua constante interação com os aspectos histórico-culturais nas quais estão inseridas e das quais se constituem mutuamente. Nesse processo, o território se apresenta como um espaço privilegiado no fortalecimento da relação protetiva da família ante as situações de vulnerabilidade social. A sua significação social exprime o “chão para o exercício da cidadania”, pois cidadania nada mais é que a expressão da vida ativa no território, onde famílias e indivíduos concretizam as suas relações sociais de vizinhança e de solidariedade.

Desta forma, compreende-se que “a descentralização político-administrativa/territorialização pretende superar práticas segmentadas, fragmentadas e focalizadas, buscando ‘olhar para a realidade’, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano” (Ministério de Desenvolvimento da Assistência Social, 2004, p. 38).

Neste contexto, ao buscarmos compreender a Política Nacional de Assistência Social, que ora caracteriza-se como universal, ora como seletiva, identificamos as contradições presentes em uma política que estrutura-se para “atender” a quem dela necessita. Nesse sentido, analisamos que, dentre os dilemas e tensões presentes no campo da assistência, há uma diversidade de concepções que respaldam as noções de pobreza, direcionando e norteando os critérios para a realização dos atendimentos nos CRAS.

### **A noção de pobreza nas políticas sociais: uma inclusão perversa?**

Identifica-se nos documentos oficiais ou até mesmo nos discursos dos gestores e profissionais da área da assistência a noção de que a po-

breza é compreendida a partir de aspectos multidimensionais. No entanto, observamos a partir dos objetivos dos programas de transferência de renda uma redução do conceito à equação: pobreza é igual à fome.

A análise de Demo (2002) nos ajuda a compreender a visão assistencialista de pobreza presente nas políticas sociais, cujas ações compreendem o pobre como alguém que precisa da “caridade” e do “favor” do Estado ajustando-o ao sistema e reduzindo a pobreza à carência de renda, à carência material. Descarta-se assim o aspecto não material da pobreza, ou seja, seu aspecto político, que diz respeito à falta de cidadania, à evidente situação de privação coletiva, que inclui pobreza, discriminação e preconceito, ausência de equidade, falta de acessibilidade e a não possibilidade de participar ativamente da esfera pública. Assim, “o maior problema das populações pobres não é a fome, mas a falta de cidadania que os impede de se tornarem sujeitos de história própria, inclusive de ver que a fome é imposta” (Demo, 2002, p. 5).

Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), ao estudarem os processos de naturalização da pobreza na vida cotidiana, argumentam que há duas principais linhas-bases para “o pensamento e a definição” do conceito de pobreza. Enquanto, por um lado, se tem uma visão pautada por abordagens de subsistência ou de pobreza absoluta, norteadas a partir de critérios objetivos e precisos, por outro lado se tem a linha que privilegia os aspectos multidimensionais, que considera a complexidade das experiências no centro de sua análise.

Na primeira linha-base descrita acima, compreende-se o conceito a partir de uma concepção de subsistência, também chamada de pobreza absoluta, que se refere aos “mínimos necessários para sobreviver”, ou seja, relaciona-se essencialmente às questões de sobrevivência física. Segundo Accorssi et al. (2012), esta análise unidimensional tem recebido muitas críticas, uma vez que atribui às necessidades dos sujeitos a um “reduccionismo biológico-alimentar”.

Já a abordagem que pressupõe uma compreensão multifacetada apresenta outra concepção a respeito dos “mínimos necessários”. Nessa perspectiva, inclui-se no campo das necessidades à sobrevivência dois grupos de fatores: os que se referem ao “consumo privado como comida, roupas, equipamentos, medicamentos, etc., e o outro essencial provido pela sociedade, como água potável, saúde, educação, transporte, etc.” (Accorssi et al., 2012, p. 5).

a visão assistencialista de pobreza, ao lado de praticar um funcionalismo atroz, “normaliza” a situação de pobreza, fazendo-a dependente de favores alheios. O que pode “curar” a pobreza não são benefícios, mas a constituição de um sujeito social capaz de história própria, individual e coletiva. O debate sobre “exclusão social” tem, como uma de suas maiores precariedades, a expectativa assistencialista frente à pobreza, o que leva a uma fé excessiva no Estado e à desobrigação do sistema produtivo, deturpando pela raiz os horizontes da emancipação. (Demo, 2002, p. 16)

Demo mostra claramente como a visão assistencialista da pobreza ratifica a exclusão na medida em que converte os direitos em favor do Estado para os beneficiários das políticas públicas. A normalização da situação de pobreza é compreendida do ponto de vista psicossocial como naturalização do fenômeno da exclusão. “Nesse lugar de uma pobreza transformada em condição natural, não existem sujeitos. Nele, homens e mulheres se veem privados de suas identidades, já que homogeneizados na situação estigmatizadora da carência” (Telles, 1999, p. 95).

Tal exclusão precisa ser compreendida dialeticamente, já que as maiorias pobres não se encontram excluídas do sistema. Estas estão incluídas de maneira perversa, ou seja, não desfrutam dos benefícios mínimos do sistema, não porque não se esforçam ou são incapazes, mas porque o sistema se estrutura de tal maneira que não pode satisfazer as necessidades desta população majoritária, e, mais que isso, porque sequer oferece oportunidades mínimas ou de poder para alcançá-las (Martin-Baró, 1998, p. 87).

A análise que fazemos neste artigo se pretende crítica, na medida em que visa propiciar reflexões e discussões acerca das proposições preconizadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) evidenciando suas contradições, uma vez que, embora apresente temas como emancipação, autonomia, fortalecimento, protagonismo, dentre outros, no contexto brasileiro do capitalismo em expansão, identificamos que a assistência social não busca sanar as desigualdades sociais, mas, pelo contrário, as legitima e as mantém a custos políticos, como forma de reduzir os agravamentos dos conflitos sociais. Nesta concepção, a assistência social pública pode ser compreendida como um mecanismo político utilizado pelo Estado a fim de “dar conta dos excluídos” (Sposati, 2007, p. 64): “A assistência social, através de seus programas, torna-se, assim,

o conjunto de práticas que o Estado desenvolve direta ou indiretamente, junto às classes subalternizadas, com aparente caráter compensatório das desigualdades sociais geradas pelo modo de produção”.

Conforme ressaltou uma assistente social ao ser questionada a respeito das práticas psicossociais realizadas pelo CRAS, *“é um desafio, na verdade, da política de assistência social, você achar a porta de saída, né?”* (técnica do CRAS, entrevistada em 2011). Essa frase nos faz refletir a respeito da efetividade das práticas desenvolvidas pelos CRAS, ou seja, se por um lado a pobreza é a porta de entrada, que garante a acessibilidade da população em vulnerabilidade, por outro lado, ao analisarmos quais são as ações desenvolvidas, seus aspectos subjetivos e políticos, observamos que apenas restringem-se a perpetuar a situação de desigualdade e exclusão social.

Dessa forma, considerando o contexto histórico em que as ações socioassistenciais se desenvolvem e se enraízam, considerando o caráter fundamentalmente excludente que norteia a constituição das políticas sociais no país, apontamos para a necessidade de um debate mais aprofundado acerca das políticas públicas de assistência social, mais especificamente no que se refere à proteção social básica, uma vez que essa se fundamenta essencialmente na garantia e ampliação de direitos a uma parcela da população historicamente oprimida.

### **Fortalecimento da comunidade: reinventando a cidadania**

Para favorecer a análise das ações socioassistenciais desenvolvidas pelas políticas públicas no âmbito da proteção social, recorreremos às contribuições teóricas de Martin-Baró (1998) e da psicologia comunitária de Maritza Montero (2004, 2006). A perspectiva desses autores favorece a reflexão crítica sobre a naturalização e cristalização de discursos e práticas excludentes das maiorias populares que vivem experiências de negação e reconhecimento dos direitos e que vivenciam formas perversas de inclusão/exclusão. Essa situação é agravada pela falta de políticas públicas que estejam comprometidas com a mudança social e com a ampliação do diálogo, pois esse implica o reconhecimento do outro como sujeito de direitos, como sujeito capaz de estabelecer dialogicamente as bases da cidadania.

Partimos do pressuposto que o enfrentamento da pobreza é um enfrentamento político que diz respeito à ausência de cidadania. Como bem aponta Demo (2002, p. 35),

a carência material é a casca externa da desigualdade social, cujo cerne está na “pobreza política”; tal reconhecimento seria suficiente para perceber que o combate à pobreza não passa em primeiro lugar pela assistência, mas pela reinvenção da cidadania do excluído.

Reinventar a cidadania significa ir além das ações estritamente assistenciais e desenvolver intervenções/ações que levem ao fortalecimento da comunidade e à transformação social; reconhecer que a pobreza é fruto da desigualdade social e evidenciada pela falta de distribuição de renda e da diminuição da ação do Estado, e para tanto deve ser enfrentada com ações que possibilitem a desnaturalização do processo de exclusão e que garantam o exercício da cidadania para todos, o que implica promover ações que levem à constituição de sujeitos com história própria individual e coletiva.

Uma primeira premissa, defendida por Montero (2006), é que os sujeitos destinatários das ações dos CRAS devem estar ativamente presentes em todo o processo de investigação/ação, desde o levantamento das suas necessidades e aspirações até as decisões que serão tomadas em conjunto para a solução de seus problemas. O objetivo da intervenção/ação tem que ter por base a transformação das condições de vida das pessoas e o compromisso político que visa à autonomia, emancipação e o fortalecimento da comunidade.

La Psicología Comunitaria propone una participación, cuyo carácter político se muestra en la función desalienante, movilizadora de la conciencia y socializadora, que puede tener la praxis llevada a cabo. Desalienar y concientizar se plantean como procesos que forman parte de la reflexión que busca contrarrestar los efectos ideológicos de estructuras de poder y de dependencia. Y esa participación no busca solo remediar algún mal, cumplir algún deseo, sino además generar conductas que respondan a una proyección activa del individuo en su medio ambiente social, así como una concepción equilibrada de ese medio y de su lugar en él. (Montero, 2004, p. 106)

Podemos dizer que qualquer mudança na consciência supõe um processo de desideologização que, como sugere Martin-Baró (1998),

no consiste en un simple cambio de opinión sobre la realidad, en un cambio de la subjetividad individual que deje intacta la situación objetiva; la conscientización supone un cambio de las personas en el proceso de cambiar su relación con el medio ambiente y sobretudo con los demás. (Martín-Baró, 1998, p. 170)

Para esse autor, “desideologizar” significa desconstruir o senso comum que encobre os obstáculos que impedem o desenvolvimento da democracia e que fazem com que as pessoas aceitem como naturais a sua condição de vida. O trabalho de desideologização que sugere Martín-Baró exige que os profissionais assumam a perspectiva da população atendida, aprofundem o conhecimento de sua realidade e comprometam-se criticamente com um processo que possibilite a essa mesma população ter o poder de decidir sobre sua própria existência e destino. Portanto, a desideologização da realidade cotidiana consiste em desmontar os discursos ideológicos, capazes de justificar o sistema social e legitimar condutas como a passividade, a resignação e o fatalismo. Tal processo é “social, comunitário e político, diretamente vinculado à ação coletiva e à transformação da sociedade. Não há conscientização sem uma transformação social que possibilite a libertação dos povos latino-americanos” (Ansara & Dantas, 2010, p. 98).

Para superar as relações de dependência e o clientelismo, historicamente impregnadas nas práticas assistencialistas, as políticas sociais precisam promover práticas de fortalecimento da comunidade, garantindo que as populações atendidas desenvolvam uma cidadania forte, consciente e crítica (Montero, 2006, p. 71): “Para que las políticas sociales puedan lograr máxima efectividad y generar desarrollo, es necesaria una ciudadanía fuerte, consciente e crítica, de lo contrario, lo que tende a predominar es el clientelismo y la dependência”.

Dessa forma, compreendemos que as práticas psicossociais comunitárias que anseiam promover estratégias fortalecedoras e emancipatórias precisam trabalhar de forma crítica e reflexiva a desnaturalização de noções generalizadas a respeito de uma lógica dominante que pressupõe o pobre como incapaz, preguiçoso, sem vontade de vencer: “Así, una persona se puede definir a si mesma como débil e incapaz de decidir, cuando es probable que la supuesta debilidad sea el resultado de una situación histórica de naturalización de roles dominantes y de roles dominados” (Montero, 2006, p. 34).



Nessa perspectiva, os profissionais devem ter como ponto de partida de suas ações a identificação das reais necessidades dos beneficiários dos programas sociais; o levantamento dos aspectos positivos e dos recursos dessas comunidades, buscando seu desenvolvimento e fortalecimento e centrando neles a origem da ação. Dessa forma, as pessoas atendidas têm participação ativa no planejamento e execução de estratégias de enfrentamento de suas demandas sociais, econômicas e políticas e, portanto, deixam de ser sujeitos passivos (sujeitados) da atividade dos psicólogos, assistentes sociais e educadores para serem sujeitos que constroem a realidade e que protagonizam a vida cotidiana, sendo reconhecidos como atores sociais e construtores da sua realidade. O conceito de ator social, para Montero (2004, 2006), é o sujeito que possui conhecimentos e continuamente os produz, portanto trata-se de alguém que pensa, age, cria, e cujo conhecimento, chamado conhecimento popular, deve ser tomado em conta nas práticas comunitárias.

Esses atores sociais, que são sujeitos ativos, e não apenas “assistidos”, têm o direito e a capacidade de tomar decisões sobre o que lhes diz respeito e, ao mesmo tempo, têm o compromisso de agir sobre a sua realidade. O papel dos profissionais, nesta perspectiva, não é o de interventor-especialista (alguém de fora que define o que deve e como deve ser feito), mas de um “catalizador” das transformações sociais.

Um dos aspectos importantes da prática comunitária proposta por Montero (2004) é a dimensão metodológica, ou seja, a utilização de estratégias e métodos capazes de produzirem perguntas e respostas frente à realidade e suas transformações frente às perspectivas de ação que estas provocam. Métodos cuja característica seja a capacidade de mudar conforme as próprias transformações relacionadas aos problemas que se enfrentam e que se pretendem solucionar, de tal maneira que gerem ações de caráter coletivo e crítico-reflexivas. Procura-se, assim, construir uma metodologia dialógica, dinâmica e transformadora que incorpore a comunidade ao seu “autoestudo” ou “autorreflexão”. A pesquisa-ação-participativa, em sua expressão participativa, é um dos métodos mais utilizados pela psicologia comunitária e da libertação para proporcionar o fortalecimento e emancipação da comunidade.

Os aspectos éticos e políticos são, nessa perspectiva, fundamentais para se promover a cidadania ou, como sugerimos, “reinventar a cidade-

nia”, pois se trata de garantir efetivamente a sua inclusão respeitando as diferenças individuais, em lugar de excluir ou afastar. Essa dimensão tem como objetivo principal a relação com o outro em termos de igualdade e respeito, incluindo a responsabilidade que cada um tem com respeito ao outro. Trata-se de considerar o outro não como um objeto criado por quem controla os recursos na relação – como é o caso dos programas de Renda Mínima –, mas de reconhecer a existência independente da comunidade, respeitando a sua singularidade e seu caráter de “donos” (autores) de uma história própria, construída por eles, antes da intervenção e posterior a ela. Trata-se, pois, de respeitar a comunidade e reconhecer que ela tem voz própria. Assim, o aspecto ético reside no reconhecimento e na aceitação do outro como sujeito com igualdade de direitos, o que possibilita uma relação libertadora.

Para complementar os aspectos éticos e relacionais que configuram uma perspectiva emancipatória, o aspecto político é extremamente relevante, pois diz respeito às finalidades das práticas desenvolvidas com a população e seus efeitos sociais. Trata-se de indagarmos sobre o alcance das políticas sociais:

- Qual é o caráter político desta atuação técnica?
- Qual é o papel que se está desenvolvendo na sociedade?
- Em benefício de quem ou de que se está atuando?
- Quais são as consequências históricas que esta atividade está produzindo?

Tais indagações dizem respeito à esfera pública, às questões concernentes à cidadania<sup>3</sup> e ao caráter político da ação comunitária, que permite a todo sujeito participar ativamente, expressando-se e fazendo-se ouvir publicamente, criando espaços de diálogo nos quais aqueles que são silenciados cotidianamente possam falar e ser escutados: “Toda intervenção comunitária envolve relações de poder, que correspondem ao núcleo central da ação política, a qual, na perspectiva da Psicologia Comunitária, opõe-se ao caráter dominante das relações e instituições sócio-políticas” (Ansara & Dantas, 2010, p. 99).

---

<sup>3</sup> O conceito aqui adotado é o de cidadania ativa, conceito defendido por Chauí (1984) e Benevides (1991), que consideram o cidadão como portador de direitos, participante ativo da esfera pública e “criador de novos direitos” para abrir espaços de participação.

A psicologia comunitária propõe uma participação cujo caráter político se mostra na função desalienante, mobilizadora da consciência e socializadora que pode ter a práxis que realiza. Desalienar e conscientizar são processos que fazem parte da reflexão que busca contrapor-se aos efeitos ideológicos das estruturas de poder e de dependência. Essa participação não busca apenas remediar algum mal, cumprir algum desejo, mas gerar comportamentos que respondam a uma projeção ativa do indivíduo em seu meio social, assim como uma concepção equilibrada desse meio e de seu lugar nele.

Há, portanto, um movimento permanente, dialético e coletivo que envolve a participação dos agentes internos e externos na esfera pública e se configura na criação de espaços sociais de luta por direitos, o que proporciona às pessoas que trabalham em Psicologia Comunitária construir, junto com as comunidades, intervenções/ações que levem efetivamente ao fortalecimento comunitário e à transformação social. (Ansara & Dantas, 2010, p. 99)

Por isso mesmo as práticas desenvolvidas pelos CRAS não podem reduzir-se a ações nos moldes de um modelo clínico, individual ou a simples atividades pontuais. Ao contrário, suas ações devem converter-se em práticas de cidadania, que traduzem para a linguagem dos direitos, necessidades sociais e coletivas e, como aponta Telles (1999), possibilitam tirar o outro do “indiferenciado e inominado”, propiciando a construção de suas identidades e seu lugar de pertencimento, incluindo-os “nesse espaço em que a experiência do mundo se faz história” (p. 130).

### **Limites e desafios das práticas psicossociais**

Com a aprovação da PNAS-2004 e a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), inaugura-se um grande avanço no campo da assistência social no país. Assim, ao preconizar um sistema descentralizado e participativo, configura-se um novo conjunto de diretrizes e princípios que regem essa política em território nacional. Este panorama introduz uma inovação na compreensão a respeito da gestão pública de assistência social, buscando propiciar rupturas de paradigmas enraizados nas diferentes experiências dos municípios e estados brasileiros. Contudo, a heterogeneidade presente nas múltiplas realidades do país e as contra-

dições que marcam historicamente as práticas assistenciais se refletem em desdobramentos e desafios analisados nos processos de implantação e implementação das práticas psicossociais ofertadas pelos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS).

Dentre os desafios identificados ao longo desta pesquisa está a necessidade de se ampliarem as discussões a respeito dos aportes teórico-metodológicos utilizados pelas equipes interdisciplinares dos CRAS. Observamos a presença de poucas produções científicas neste campo, que se propõe investigar e analisar, sob a perspectiva de um enfoque mais comunitário, essa questão. Nesse contexto, consideramos fundamental a compreensão a respeito das ações socioeducativas desenvolvidas nesses Centros de Referência, que, segundo a análise de Lima (2008), utilizam práticas que não apresentam uma metodologia clara e definida, configurando um espaço onde *“tudo pode, qualquer coisa cabe”* (Gestora, 2011).

A fim de conceituar o termo socioeducativo, Lima (2008) respalda-se nos estudos de Paulo Freire (1980). A autora aponta para as diferentes compreensões a respeito do termo, pois além de apresentar a falta de consenso na grafia, também não apresenta, na literatura atual, clareza nas concepções teórico-metodológicas. Segundo ela, aquilo que à primeira vista pode parecer falta de conhecimento ou erro ortográfico deve ser analisado sob a lente do que se está afirmando ou negando. Dessa forma, Lima (2008) ressalta que os termos apresentam uma grande diferença de sentido e que a forma ortográfica utilizada com mais frequência é *socioeducativo/a*, e não *sócio-educativo/a*.

Nesse aspecto, ao definir os termos, a autora assinala que sócio é um elemento de composição da palavra *socioeducativo*, que vem de social ou socializar, que significa coletivizar, *“traz a ideia de dar ao outro aquilo que ele não tem e que precisa ter”* (Lima, 2008, p. 18). Nesse contexto, as ações socioeducativas pressupõem proporcionar, por meio de suas atividades, a transmissão de um conhecimento que aquele que recebe a ação não tem e precisa ter para viver em sociedade. Assim, o termo socioeducativo apresenta uma relação significativa com *“transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação”* (Freire, 1980, p. 22).

Já o termo *sócio-educativo*, com hífen, traz a concepção de se ter um sócio, um companheiro, alguém semelhante, com condições para a

realização de uma ação conjunta. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que apresenta uma visão de mundo, de educação, de homem e mulher semelhante à defendida pela concepção freireana, ou seja, para a autora, essa seria a mais condizente com uma pedagogia preocupada em promover a transformação social.

Outro elemento que contribui para nossa reflexão é o questionamento a respeito do que se pretende produzir ao se promover práticas psicossociais nos CRAS. A Política Nacional de Assistência Social preconiza desenvolver o protagonismo e o empoderamento das famílias atendidas, conforme discutido por Souza (2011); no entanto, quais são as ações socioeducativas desenvolvidas com as famílias, o que se pretende com elas e qual é o impacto dessas ações na comunidade?

Segundo os resultados publicados na pesquisa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (2012), estas ações, chamadas complementares aos programas de transferência de renda, apresentam-se na região metropolitana de São Paulo essencialmente com o oferecimento de capacitação profissional. Contudo, ao analisar a eficácia e capacidade de transformação na vida das famílias beneficiárias, tal pesquisa revelou que as ações se restringem a iniciativas consideradas insuficientes para a inclusão efetiva dessas famílias no mercado de trabalho.

A análise evidenciou ainda o fato de essas práticas não contribuírem para algum tipo de envolvimento comunitário ou social das famílias participantes, ou seja, a compreensão a respeito da superação da situação de vulnerabilidade se reduz a cursos rápidos realizados com foco na colocação no mercado de trabalho. Notadamente, essa compreensão está relacionada à capacidade ou não de se desenvolver um trabalho formal, não sendo suficiente para construir “outros caminhos de organização e inclusão social” (Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, 2012, p. 268).

Ao analisarmos a Política de Proteção Social Básica, expressa em seu documento (MDS, 2004), observamos que esta privilegia os aspectos individuais em detrimento dos aspectos coletivos, pois, ao mesmo tempo em que prevê a implantação de práticas que visam a propiciar “fortalecimento comunitário e familiar”, ampliando a possibilidade de ações coletivas e comunitárias, incorpora às ações do CRAS o Programa

de Atendimento Integral à Família – PAIF, que pressupõe um olhar “especializado”, enfatizando os aspectos individuais que norteiam a orientação e o acompanhamento das famílias.

Nesse contexto, legitima-se o olhar dos especialistas, que se apropriam cada vez mais da busca pela compreensão e solução dos “males” que acometem as famílias contemporâneas. Para o autor Jurandir Freire Costa (1983), pedagogos, psicoterapeutas e profissionais afins revezam-se na tarefa de promover assistência às famílias “desequilibradas”, inscrevendo e “aprimorando” propostas que prometem a “reabilitação familiar”. Contudo, o autor enfatiza que esta relação de dependência com os “agentes educativo-terapêuticos” não é nova na história da família burguesa, pelo contrário, segundo ele, a família oitocentista de elite foi submetida a tal tutela por meio da política higienista implantada no século XIX pela medicina social, inicialmente na Europa e posteriormente em países periféricos como o Brasil.

A fim de “salvar” os indivíduos e famílias do “caos”, com os altos índices de mortalidade infantil e as precárias condições de saúde da população, justificou-se a inserção das orientações e procedimentos de higiene na intimidade das famílias, compreendendo-as como incapazes de proteger a vida das crianças e dos adultos.

Nesse sentido, são desenvolvidas explicações e construções de modelos que referenciam comportamentos ideais, a fim de legitimar e proteger a classe burguesa. Dessa forma, os novos técnicos estruturam orientações inalcançáveis. E os pais frequentemente são considerados inaptos, ignorantes, quando não doentes. Desse modo, faz-se necessária a presença constante de intervenções disciplinares por parte de agentes de normalização.

A crítica apresentada por Jurandir Freire Costa (1983) não se reduz a uma interpretação de que as práticas disciplinares desenvolvidas e executadas pelos agentes educativo-terapêuticos representam dispositivos de inculcação ideológica, filosófica ou política, que propiciam mudanças de visão de mundo das famílias acompanhadas. Mas aponta para a normalização dos sentimentos e das condutas como um processo de despolitização do cotidiano, ou seja, inscreve-se nas “micropreocupações em torno do corpo, do sexo e do intimismo psicológico” (Costa, 1983, p. 17).

Nessa perspectiva, o autor acrescenta que, norteados por uma ideologia essencialmente cientificista, os “especialistas encarregados de reeducar terapêuticamente as famílias” não associam às suas práticas os aspectos políticos inerentes às intervenções disciplinares. Dessa forma, cada vez mais, reforçam as estratégias de controle terapêutico. Trata-se daquilo que o autor denomina de “miopia política”, ou seja, Costa (1983) questiona se as “soluções” desenvolvidas para “tratar” as famílias, ao invés de resolver os problemas, não passam de estratégias que contribuem para a perpetuação da doença. “Miopia que tende a abolir, no registro do simbólico, o real adjetivo de classe existente em todas as lições de amor e sexo dadas à família” (Costa, 1983, p. 17).

Esta ênfase individualista reflete uma compreensão de um sujeito passivo, receptor de ações ou produtor de respostas dirigidas, predeterminadas, e não de um sujeito ativo – um cidadão – que reivindica e luta por seus direitos, ou seja, alguém capaz de gerar e conduzir suas próprias ações.

Montero (2006) defende que é por meio de participação ativa no planejamento e execução de estratégias de enfrentamento de suas demandas sociais, econômicas e políticas que o sujeito se torna protagonista de sua própria história. A autora descreve esse sujeito como um ser ativo, dinâmico, construtor de sua realidade, capaz de apreender e atuar no movimento dinâmico de sua realidade.

Como já dissemos anteriormente, em nossa análise buscamos perceber se as práticas psicossociais desenvolvidas pela equipe técnica do CRAS Cajamar estão em consonância com o que preconiza a PNAS, ou seja, se essas práticas propiciam protagonismo, autonomia e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários ou se apenas legitimam a reprodução e a manutenção do status quo. Para tanto, buscamos realizar uma análise sob a ótica dos profissionais da psicologia e do serviço social que compõem a equipe técnica do CRAS de Cajamar, por meio de entrevistas semiestruturadas<sup>4</sup> realizadas ao longo do ano de 2011 e de dados coletados a partir dos registros contidos nas fichas de atendimento às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

<sup>4</sup> Foram feitas entrevistas semiestruturadas com um psicólogo, um assistente social e a gestora municipal, além das observações que fizemos acompanhando algumas reuniões da equipe e com os beneficiários.

Pudemos observar que, embora a Política de Assistência Social assegure uma compreensão a respeito das famílias assistidas como sujeitos constituídos de potencialidades a serem desenvolvidas com vistas à autonomia, as ações dos CRAS têm se convertido, muitas vezes, em estratégias refinadas de controle e de desqualificação da população “assistida”. Observamos ainda que, caracterizados, muitas vezes, por um modelo clínico, os chamados “atendimentos psicossociais” são considerados pelos técnicos como uma atuação conjunta que prevê a presença do psicólogo e do assistente social promovendo “orientação” às famílias a respeito de temas variados.

Infelizmente, esta pesquisa evidenciou que tem sido recorrente, nas ações dos profissionais que atuam na Assistência Social, uma prática na qual os serviços permanecem pautados por modelos clínicos, individuais e assistenciais de atendimento, reproduzindo a dinâmica dos antigos e frequentes “plantões sociais”, realizados pelos assistentes sociais e favorecendo muito mais a manutenção e reprodução das condições atuais de vida das famílias acompanhadas do que a sua emancipação. Tais práticas se caracterizam predominantemente por práticas individualistas ou mesmo comunitárias que desconsideram as reais necessidades da população.

*a gente tem visto na formação do psicólogo, do assistente social também, mas eu acho que do psicólogo mais, muita dificuldade de entender o público. Então os psicólogos chegam sem saber nada da Política de Assistência Social, sem saber nada do SUS, que é o Sistema Único da Saúde, que ele pode fazer, é um interlocutor muito importante, né? Com a Política da Saúde, sem saber nada do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem saber nada de política pública. Então assim ele tem um olhar de que ele vai chegar e vai ter uma salinha, e na salinha ele vai fazer o atendimento dele, então isso é um problema. (Psicóloga e Gestora, 2011)*

Para termos uma ideia do caráter individual e assistencialista das ações realizadas pelos profissionais, identificamos nos registros dos atendimentos desde a concessão de benefícios como cesta básica, remédios, muletas, cadeiras de roda, dentre outros, até orientações sobre como as mães devem cuidar de seus filhos, idosos e portadores de necessidades especiais ou, ainda, a forma como devem planejar seus gastos domésticos e a própria direção das suas famílias.



Dessa forma, as práticas dos assistentes sociais e psicólogos legitimam olhares individualizantes e psicologizantes, que naturalizam o conceito de família e pobreza e revelam o desconhecimento que têm das expectativas e necessidades das famílias que orientam.

Estamos diante de desafios que merecem destaque, tal como a necessidade de ampliar as discussões a respeito das práticas teórico-metodológicas desenvolvidas pelas equipes técnicas dos CRAS, uma vez que a metodologia não é clara e definida, como aponta a gestora entrevistada quando diz que a metodologia se configura como um espaço onde “tudo pode, qualquer coisa cabe” (Gestora da Secretaria de Assistência Social, 2011).

Embora se preconizem práticas que privilegiem a discussão de temas como ação participativa, cidadania, emancipação e autonomia das famílias beneficiárias de transferência de renda, Lima (2008) constata que as ações não vão além da transmissão de informações, orientações e encaminhamentos, que legitimam relações de poder hierarquizadas. Como aponta Souza (2011), existem limitações em efetivar a descentralização das ações da assistência; em enfrentar a fragilização do trabalho da equipe profissional do CRAS; em compreender o conceito de empoderamento<sup>5</sup> pelos técnicos – ao lado da precarização das condições de trabalho dos profissionais para além do desafio da interdisciplinariedade.

Percebe-se, portanto, que a visão dos profissionais ainda se respalda em um modelo disciplinar, ou seja, ao invés de os saberes se complementarem, dividem-se, definindo diferentes encaminhamentos, de acordo com as diferentes áreas em que atuam no acompanhamento das famílias. Como exemplo disso, descrevemos um dos atendimentos realizados no CRAS Cajamar, registrado em ficha de triagem, no ano de 2011. O atendimento individual inicia-se com um acolhimento realizado pela assistente

---

<sup>5</sup> O uso da palavra empoderamento, transposta do inglês empowerment, é, atualmente, objeto das Políticas Públicas, sobretudo porque é preconizado nos documentos oficiais. No entanto, como adverte Montero (2006), existem várias acepções do termo, não havendo um consenso em torno do seu significado. A autora adverte que a palavra empoderamento traz a ideia de que alguém outorga poder ou mesmo que esse seja um processo individual no qual uma pessoa exerce seu poder sobre uma dada situação em função de seus interesses. Ela questiona essas acepções, entre outras, e prefere utilizar o termo fortalecimento, que seria algo conquistado por meio de um processo coletivo de reflexão, conscientização e ação das pessoas, o que implica fortalecer-se para transformar seu entorno e, ao mesmo tempo, transformar-se a si mesmo.

social, que registra a concessão de alguns benefícios e, posteriormente, dando continuidade ao procedimento, insere a psicóloga, com a justificativa de que a pessoa acolhida estava chorando. Neste aspecto, compreende-se que a atuação da assistente social está relacionada estritamente à concessão de benefícios e a do psicólogo está relacionada ao tratamento do aspecto emocional, ou seja, atender individualmente os beneficiários do programa.

Em outros registros, observamos que os atendimentos são frequentemente realizados pelas duplas assistentes sociais e psicólogos, trazendo uma concepção de que, metodologicamente, a atuação conjunta dos profissionais dessas áreas configuram os chamados atendimentos psicossociais. Identificamos que há uma compreensão reduzida e equivocada de que o termo psicossocial significa psico = psicólogo e social = assistente social.

Embora o termo psicossocial seja usualmente utilizado em documentos oficiais, relatórios técnicos, fichas de triagens, registros de visitas domiciliares e de atendimentos, dentre outros, percebemos que existe uma compreensão errônea a respeito do significado da abordagem psicossocial. Tal compreensão desconsidera as dimensões psicossociais presentes nas práticas desenvolvidas pelos CRAS, que engloba os aspectos subjetivos e particulares, mas também considera a interação entre indivíduo-sociedade, o que implica o conhecimento dos aspectos micro e macrosociais que constituem a vida social.

Corroborando com essa perspectiva, e com base em Bleger, Neiva (2010) descreve a intervenção psicossocial, como uma prática que propicia a pesquisa-ação e que visa a facilitar o “bem-estar psicossocial de indivíduos, grupos, instituições, organizações e/ou comunidades” (Neiva, 2010, p. 16). Além disso, segundo a autora, embora a intervenção psicossocial busque gerar mudanças intrapessoais, ela se configura como atuação que tem como alvo grupos, instituições, organizações e comunidades.

Outro desafio que identificamos refere-se às exigências e tensões presentes no cumprimento das condicionalidades no campo da saúde, educação e assistência social versus protagonismo e autonomia. Nesse sentido, analisamos que, embora a assistência social tenha conquistado um avanço em seus arranjos legais e institucionais, segue sendo configurada por programas “focalizados e seletivos”. Nesse contexto, com a inser-

ção e o cumprimento obrigatório das condicionalidades dos programas de transferência de renda, legitima-se a contradição entre direito e seletividade, ou seja, “o direito é condicionado”. Os programas não asseguram o acesso ao benefício a todas as famílias em situação de vulnerabilidade, já que existe uma quota que limita a quantidade de famílias a serem atendidas em cada município, ou seja, quando o município atinge essa quota, não pode mais inserir novas famílias, ainda que essas, por viverem em situação de extrema vulnerabilidade, sejam sujeitos deste direito. Ora, as restrições impostas pelas condicionalidades violam os direitos humanos, que jamais poderiam ser submetidos às condicionalidades.

Ao lado desses limites, identificamos que os profissionais percebem as condições precárias em que vive essa população, bem como a vulnerabilidade a que está exposta, mas não percebem que suas intervenções (psicossociais, educativas e/ou terapêuticas) podem contribuir ativamente à perpetuação dessas condições, e não à sua ruptura.

Além de não perceberem o alcance de suas ações, ou seja, de não se perguntarem sobre quais são as consequências históricas que suas ações e intervenções estão produzindo, e em benefício de quem ou de que se está atuando, como propõe Martín-Baró (1998), notamos um desconhecimento dos aportes teórico-metodológicos que propiciam práticas emancipadoras, de fortalecimento familiar e comunitário. Percebemos ainda que os profissionais tendem a utilizar estratégias que reforçam as práticas assistencialistas, dificultando o processo de emancipação das famílias. Somado a isso, percebemos um esvaziamento do caráter político e crítico da atuação dos profissionais, atuação que é estritamente técnica, pois não considera aquilo que, para Martín-Baró, era condição *sine qua non* para qualquer prática comunitária transformadora: assumir a perspectiva da população, ou seja, entender a sua forma de conceber o mundo e sua própria vida; conhecer com mais profundidade a realidade em que estão inseridos e comprometer-se criticamente com um processo que possibilite a essa população ter o poder de decidir sobre sua própria existência e destino.

Portanto, ao buscarmos analisar como se dão as práticas psicossociais desenvolvidas nos CRAS, mais especificamente no Município de Cajamar, no ano de 2011, verificamos alguns dos limites e desafios que se fazem presentes no cotidiano de trabalho da assistência social. Dessa

forma, apesar de um avanço no discurso dos documentos e na legislação que organiza e respalda a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), observamos suas ambiguidades e contradições ao se efetivarem em ações que visam à emancipação e fortalecimento das famílias atendidas. Nessa perspectiva, além de considerarmos a necessidade da ampliação de debates a respeito do tema, trouxemos os principais limites e desafios, visando contribuir para uma revisão crítica das práticas clientelistas, individualistas e assistencialistas desenvolvidas no âmbito das políticas sociais, sobretudo dos CRAS, tendo em vista gerar propostas mais participativas, que levem à transformação dessas práticas, ao fortalecimento comunitário e à transformação das condições de vida da população beneficiária dos programas de transferência de renda.

Contudo, enfatizamos que esta pesquisa, embora se limite à análise desenvolvida no CRAS do Município de Cajamar, que tem as suas especificidades, pode ser identificada em outros territórios, ou seja, nos CRAS de outras cidades. No entanto, não podemos descartar a existência de outras experiências nos diferentes municípios brasileiros, que apresentem uma perspectiva mais emancipatória e que busquem, por meio da participação comunitária, promover estratégias de fortalecimento e autonomia das famílias atendidas.

## Referências

- Accorssi, A., Scarparo, H., & Guareschi, P. (2012). A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.
- Ansara, S. & Dantas, B. S. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103.
- Benevides, M. V. M. (1991). *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática.
- Campos, M. S. (2004). Possibilidades abertas pelo Programa Fortalecendo a Família – PFF/SP/SP. In M. B. Wanderley & I. C. Oliveira (Orgs.), *Trabalho com famílias: textos de apoio* (Vol. 2, pp. 23-35). São Paulo: IEE-PUC-SP.
- Campos, M. S. P. & Mioto, R. C. T. (2003). Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. *Revista Ser Social*, 1(1), 165-190.
- Chauí, M. (1984). *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna.
- Costa, J. F. (1983). *Ordem médica e norma familiar* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.

- Demo, P. (2002). *Charme da exclusão social*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Freire, P. (1980). *Pedagogia do oprimido* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Lima, E. S. (2008). *Ações socioeducativas na Política Nacional de Assistência Social: uma análise sobre a concepção e a operacionalização no município de Londrina – PR*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-graduados de Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, PR.
- Mariano, S. A. (2008). *Feminismo, Estado e proteção social: a cidadania das mulheres pobres*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.
- Martín-Baró. I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.
- Meyer, D. E., Klein, C., & Fernandes, L. P. (2012). Noções de família em políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo. *Estudos Feministas*, 20(2), 433-449.
- Ministério da Assistência Social. (2004). *Plano Nacional de Atendimento Integral à Família*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2009). *Norma Operacional Básica: NOB/SUAS – Construindo as bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Mioto, R. C. T. (2000). Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. *Cadernos CEAD*, 04, 217-223.
- Mioto, R. C. T. (2006). Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In M. A. Sales, M. C. Matos, & M. C. Leal (Orgs.), *Política social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp. 43-59). São Paulo: Cortez.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Neiva, K. M. C. (2010). *Intervenção psicossocial. Aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas*. São Paulo: Vetor.
- Neri, V. B. (2009). *O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social – saberes e direitos em questão*. Tese de Doutorado,

- Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. (2009, 25 de novembro). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*, seção 1.
- Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. (2012). *Avaliação de impacto do efeito conjugado de programas de transferência de renda e complementares na Região Metropolitana de São Paulo: estudos quantitativos e qualitativos*. São Paulo: Autor.
- Souza, C. G. (2011). *Empoderamento: possibilidades da prática profissional nos Centros de Referência de Assistência Social em Ponta Grossa – PR*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR.
- Sposati, A. O. (2007). *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez.
- Telles, V. S. (1999). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

## **O fazer psicológico e o perfil do usuário em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**

Camila dos Santos

Roberta Fin Motta

### **Introdução**

O presente trabalho<sup>1</sup> pretende contribuir com as discussões acerca do fazer psicológico na Assistência Social, nos serviços de Proteção Social Básica - PSB, vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, bem como conhecer o perfil dos usuários assistidos pelo serviço. Por meio da avaliação do perfil e da prática do psicólogo, intenta-se conhecer melhor a população que está acessando o serviço, para poder proporcionar uma visão geral e aproximativa sobre determinados fatos, além da descrição das características de determinada população e poder compreender como está a prática profissional e a articulação do psicólogo nesse contexto.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS estabelece e define a Política de execução da Assistência Social, bem como a qualidade no atendimento, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e eixos estruturantes como controle social, política de recursos humanos, informação, avaliação e monitoramento, entre outros (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2005b). Além disso, o SUAS organiza a oferta da assistência social em todo o Brasil, promovendo bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, idosos, enfim, a todos que dela necessitarem (MDS, 2009).

O SUAS se organiza, conforme sua complexidade, em Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE Média e Alta Complexidade

---

<sup>1</sup> Este capítulo é parte dos resultados do Trabalho Final de Graduação (TFG) intitulado *O perfil dos usuários e a prática psicológica em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*, 2013, Centro Universitário Franciscano, da primeira autora sob orientação da segunda.

(Costa & Cardoso, 2010). O SUAS inova ao definir níveis de complexidade na proteção social e as equipes mínimas responsáveis, tendo a PSB e a PSE (Cruz & Guareschi, 2009; Ximenes, Paula, & Barros, 2009).

A PSE é a modalidade de atendimento assistencial destinada a indivíduos e famílias que estão em risco pessoal e social, por ocorrência de maus-tratos psíquico/físicos, situação de trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas, uso de substâncias psicoativas, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento de maior flexibilidade nas soluções protetivas (Cruz & Guareschi, 2009; MDS, 2005b; Ximenes, Paula, & Barros, 2009). Os serviços de referência da PSE são organizados sob dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A primeira, de média complexidade, compreende aquele que oferece atendimento para famílias e indivíduos que ainda possuem vínculos familiares e comunitários. Os serviços que compreendem a média complexidade são: plantão social, abordagem de rua, serviço de orientação e apoio sociofamiliar, cuidado a domicílio, medidas socioeducativas em meio aberto e Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS. Já os serviços de alta complexidade garantem proteção integral para a família ou o indivíduo que se encontra sem referências familiares e comunitárias; são eles: casa de passagem, atendimento integral institucional, casa lar, república, albergue, família substituta, família acolhedora e trabalho protegido (MDS, 2005b).

A PSB visa a prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Assim sendo, prevê o desenvolvimento de serviços, projetos e programas, que deverão articular-se com as demais políticas públicas locais (Cruz & Guareschi, 2009; MDS, 2005b; Ximenes, Paula, & Barros, 2009).

Os serviços de Proteção Social Básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades básicas e Públicas de Assistência Social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de Assistência Social da área de abrangência dos CRAS. (MDS, 2005b, p. 35)

O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que compreende um total de até 1.000 famílias/ano. Realiza serviços de proteção social básica, coordena



e organiza a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. O CRAS está relacionado à PSB, cujo objetivo é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (MDS, 2005b). O CRAS também está relacionado com o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo responsável por esse Programa, que visa a garantir os direitos, prevenir situações de vulnerabilidade e fortalecer os vínculos familiares (Costa & Cardoso, 2010), bem como prover proteção e socialização dos seus membros, vínculos afetivos e sociais. Dessa forma, é mediador das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. Além disso, o CRAS deve oferecer informação e orientações à população de sua área de abrangência, articulando-se com a rede de proteção social local (MDS, 2005b).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, o CRAS possui algumas atuações como: articulação e fortalecimento à rede de proteção social básica local, prestação de serviços continuados, acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos, encaminhamento para a rede social, orientação na garantia de seus direitos, entre outros (MDS, 2009). Com isso, o SUAS estabelece os elementos para a execução da Política de Assistência Social, a fim de poder possibilitar aos padrões dos serviços os indicadores de avaliação e resultado e a qualidade do serviço. Assim, um dos eixos estruturantes da Política de Assistência Social é a informação, o monitoramento e a avaliação, que são essenciais para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social e implementação do SUAS (MDS, 2005b).

Assim sendo, os projetos, programas e serviços de PSB devem ser realizados nos CRASs, tendo o psicólogo e o assistente social como a equipe mínima (Cruz & Guareschi, 2009; Ximenes, Paula, & Barros, 2009). Desse modo, o psicólogo é inserido no corpo técnico do CRAS para atuar na comunidade no processo de intervenção do sofrimento do sujeito e conectá-lo com suas necessidades individuais e comunitárias, para que, assim, possa criar espaço de transformação, apoio da família e do grupo comunitário (Botarelli, 2008).

A inserção do psicólogo nos CRASs vem através de novas possibilidades de atuação nas políticas públicas, a partir das mudanças na Assistência Social Brasileira. Desse modo, o psicólogo foi colocado ao lado de

profissionais atuantes em um amplo movimento de resgate da cidadania e de retomada da democracia, que, apesar dos avanços, ainda se encontra em processo de desenvolvimento (Yamamoto & Oliveira, 2010). Conforme a *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS* (MDS, 2007), o psicólogo é um dos profissionais que vai atuar com o assistente social. Com isso, o psicólogo começou a integrar as equipes de trabalhadores do SUAS e vem colaborando para que o CRAS cumpra seus objetivos dentro da Política de Assistência Social (Conselho Federal de Psicologia - CFP & Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2007).

Assim, a atuação do psicólogo nos CRAS é baseada conforme o código de ética profissional e, com isso, foram criadas diretrizes para a atuação do psicólogo em serviços e programas do CRAS (CFP & CFESS, 2007), como: facilitar o processo de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários; desenvolver o trabalho social articulado aos demais trabalhos de rede de proteção social; no atendimento, desenvolver as ações de acolhimento, entrevistas, orientações, visitas e entrevistas domiciliares; fornecer espaços de interações dialógicas; no exercício profissional, o psicólogo deve pautar-se em referências teóricas, técnicas e éticas mantendo-se sempre informado e atualizado; entre outras diretrizes.

A Psicologia expande sua concepção social e governamental acerca das contribuições das políticas públicas; assim, motivam-se novas referências para o exercício da profissão do psicólogo (CFP & CFESS, 2007). A Política Pública de Assistência Social sinaliza sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidade do Estado a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros (MDS, 2005b). Na assistência social, os modelos de trabalho têm sido constituídos por estudos de representantes profissionais, psicólogos e assistentes sociais, para constituir parâmetros e diretrizes, a fim de não permanecerem nas formas de assistencialistas e clientelistas como caracterizado antigamente (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Desse modo o estudo se justifica, pois conhecer o perfil dos usuários assistidos pelos CRASs contribuirá para se pensar e aperfeiçoarem ações, no intuito de viabilizar a ampliação do acesso e garantia dos direitos, a partir da identificação dos mesmos. Tem também o intento de fornecer subsídios para o conhecimento, planejamento e implementa-

ção de propostas para a Psicologia e o SUAS, visto ser ainda uma área em construção.

## **Método**

### *Delineamento da pesquisa*

A proposta da presente pesquisa consiste em estudo quantitativo, por meio da pesquisa exploratória e descritiva. O método quantitativo refere-se, pelo modo da quantificação, tanto pela coleta das informações quanto o seu tratamento, e, a partir das análises, são explicados os fenômenos pesquisados (Günther, 2006; Richardson, 1999).

### *Amostra da pesquisa e local*

A pesquisa foi realizada por meio das fichas de acolhimentos dos usuários atendidos nos Serviços de Proteção Social Básica (PSB), em um CRAS localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul/RS. A amostra estabelecida para este estudo foi o período dos anos de 2010 a 2013, e foram analisadas 133 fichas de acolhimento (até o mês de maio). A seleção dos anos se deu em função da retomada das atividades do CRAS. O serviço existe desde 2006, porém foi fechado em 2009 e reaberto no ano de 2010, funcionando até o presente momento. Por isso, selecionou-se o período dos anos de 2010 a 2013.

### *Procedimentos de coleta de dados*

Como procedimentos e instrumentos para a coleta dos dados, foram utilizadas as fichas de acolhimento do CRAS, como fonte primária de coleta de dados. O procedimento foi realizado após ter sido avaliado e autorizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos do município e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - Plataforma Brasil, que é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep – CAAE: 12074012.7.0000.5306.

A coleta de dados realizou-se na dependência do CRAS, e as fichas de acolhimento não foram retiradas do local, sendo todas as informações

coletadas diretamente das fichas no próprio serviço. Além disso, foi desenvolvido um instrumento para a coleta dos dados, que contém questões referentes para a análise da pesquisa. É importante destacar que essa pesquisa possibilitou uma maior compreensão e aprofundamento a respeito do tema proposto, além de assegurar o sigilo das identidades dos envolvidos durante todo o processo. Ressalte-se, ademais, que a pesquisa não ofereceu nenhum tipo de risco.

### *Procedimentos de análise dos dados*

Após a coleta dos dados, realizou-se a etapa de organização e sistematização dos dados com base na estatística descritiva. Os dados foram levantados buscando o perfil sociodemográfico dos usuários do serviço do CRAS, com as seguintes variáveis: sexo, idade, composição familiar, escolaridade, forma com que acessaram o CRAS, encaminhamentos, renda e ocupação, além dos dados em relação às atividades realizadas pela Psicologia dentro do serviço do CRAS.

## **Apresentação, análise e discussão dos resultados**

### *Caracterização do local*

A pesquisa foi realizada em uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul/RS. A cidade apresenta os serviços de Assistência Social em todos os níveis de Proteção Social e possui três CRASs, localizados em três regiões da cidade (leste, oeste e norte), mas a pesquisa deteve-se no CRAS localizado na região leste do município, atingindo a demanda vinda de 56 vilas, bairros e distritos dessa região. Os profissionais atuantes no serviço são quatro técnicos de nível superior, sendo dois psicólogos e dois assistentes sociais, além de um técnico de nível médio, um auxiliar administrativo, acompanhado de estagiários de diversas Instituições de Ensino Superior (IES), tanto dos Cursos de Psicologia quanto do Serviço Social da cidade. O CRAS desenvolve suas atividades em espaço cedido por uma Instituição Religiosa, ou seja, trata-se de um convênio feito pela Prefeitura com a entidade, sendo o espaço destinado para o serviço do CRAS.

A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de março e abril de 2013. No período, foram analisadas 133 fichas de acolhimento, contendo 62 fi-

chas no ano de 2011, 48 fichas no ano de 2012 e 22 fichas no ano de 2013 (até o mês de maio). É importante ressaltar que, das 133 fichas analisadas, algumas informações não constavam; conseqüentemente, o instrumento utilizado para a coleta dos dados não obteve todas as informações e, com isso, nenhuma das fichas foi totalmente preenchida.

Em relação às 133 fichas de acolhimento analisadas, a amostra estudada evidencia a predominância do **sexo** feminino 73 (55%) e 59 (45%) do sexo masculino. A **faixa etária dos usuários** varia entre crianças de até 12 anos, sendo o número maior de usuários, ou seja, 74, totalizando (56%), (39 meninas, 35 meninos), os adolescentes variam entre os 12 a 18 anos, (18%) 25 dos usuários (11 do sexo feminino e 14 do sexo masculino), adultos de 19 a 59 anos, 34 (25%) dos usuários (24 mulheres, 10 homens), e idosos a partir de 60 anos, 2 (1%) dos usuários (2 do sexo feminino).

A partir da leitura dos dados, pode-se inferir que as mulheres buscam mais o atendimento do que os homens, pois o cuidar da saúde apresenta-se como uma demanda predominantemente feminina que se afasta do cotidiano masculino, sobretudo quando são considerados homens de menor poder aquisitivo e que não sofrem de doenças crônicas (Travassos, Viacava, Pinheiro, & Brito, 2002). Como sinônimo de desempenho, potência e invulnerabilidade, o corpo masculino não requer cuidado, uma vez que é erroneamente visto como resguardado de possíveis problemas orgânicos ou psicológicos (Connell, 1995; Gomes, 2003). Segundo Costa-Junior e Maia (2009), de modo geral, as mulheres utilizam mais os serviços de saúde de maneira preventiva e, por isso, há uma condição de saúde desfavorável quando se trata do grupo masculino em relação ao feminino.

A **composição familiar dos usuários** varia de uma a onze pessoas; com isso, o número mais significativo de famílias é o que se concentra em três pessoas, ou seja, 24%, seguido de quatro pessoas, 22% das famílias, e cinco pessoas, 14% das famílias. Percebe-se que o número de pessoas por família está cada vez menor. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nota-se que a família brasileira tem, em média, 3,1 pessoas por família, ou seja, a pesquisa do IBGE vai ao encontro do resultado dos números de pessoas por família da pesquisa realizada no CRAS. Além disso, as pesquisas realizadas no Brasil mostram que, nas últimas décadas, as tendências são as reduções do tamanho da

família e do número de casais com filhos e também o crescimento do tipo de família composta por casais sem filhos (IBGE, 2010).

Em relação à **escolaridade dos usuários**, 69 (52%) têm ensino fundamental incompleto, destes, 64 (48,12%) são crianças e cinco (3,75%) são adultos, seis (4,5%) não são alfabetizados, cinco (3,75%) têm o ensino médio incompleto e quatro (3%) têm ensino superior incompleto, e no restante - 49 (36,75%), não constava esse dado das fichas dos usuários. Podem-se relacionar os dados elencados acima com os encaminhamentos, que foi outro ponto analisado na pesquisa, que se deu mais pela área de educação, assim se justificando porque a maioria dos usuários possui ensino fundamental incompleto.

Sobre a **forma como os usuários e/ou responsáveis acessaram o CRAS**, conforme a pesquisa realizada, 36 pessoas (27%) acessaram por demanda espontânea, 30 (22,55%) por decorrência de encaminhamento da área de educação, 22 (16,54%) em decorrência de encaminhamento realizado pelo conselho tutelar, 14 (10,42%) em decorrência de encaminhamento realizado pela área da saúde, e em 22 (23,49%) das fichas de acolhimento não constava esse dado.

A partir dos dados, pode-se perceber que crianças e adolescentes são o número maior de usuários do serviço, e as escolas também têm papel importante nesses dados, pois a escola é uma das instituições que compõem a rede socioassistencial da região, na qual o CRAS está inserido, sendo a escola um dos setores que mais encaminha para o serviço do CRAS. Porém, segundo a *Orientação Técnica sobre o Programa e Atendimento Integral à Família - PAIF* (MDS, 2012b), não é competência da equipe de referência do CRAS:

Atender casos de “indisciplina”, dificuldades de adaptação escolar, entre outros, encaminhados pela rede de ensino. No que concerne à situação escolar, compete às equipes da assistência social, o acompanhamento familiar, no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF), quando do descumprimento das condicionalidades de educação; acompanhar beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e suas famílias, em especial do Programa BPC na Escola. (MDS, 2012b, p. 51)

Portanto, os **motivos dos encaminhamentos** realizados pela escola, descritos nas fichas de acolhimento, referem-se à aprendizagem, falta de

atenção, agressividade, hiperatividade, agitação, falta de limite e conflitos com os pais. Segundo Mota (2010), é comum que as crianças em idade escolar apresentem problemas na aprendizagem, e que essas dificuldades sejam transitórias, na maioria dos casos. Isso mostra que não seriam necessários tantos encaminhamentos e que não deveriam ser encaminhados para o serviço do CRAS. Desse modo, Souza (1997) explica que muitas dessas queixas escolares são entendidas como um problema individual, pertencente à criança encaminhada, sem ser considerado aquilo que se passa na escola, analisando as dificuldades do processo de escolarização como dificuldades de aprendizagem, cujas causas são de caráter estritamente psicológico. Com isso, percebe-se que a escola não quer se envolver com esses “problemas”, encaminhando, então, para outros serviços, mas acaba esquecendo que essa queixa está ligada a todo um contexto social, que envolve a família, a escola e a comunidade onde o aluno vive. Assim, é importante que o professor compreenda seu aluno diante dessa realidade social e institucional (Scortegagna & Levandowsk, 2004).

Tais dados reforçam a maneira de encaminhamento dos usuários para o serviço do CRAS: do Conselho Tutelar, 22 (16,54%) foram encaminhados para o serviço, porém, não constava nas fichas o motivo do devido encaminhamento. Assim, evidencia-se a relação da rede socioassistencial, pois ela é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que contribuem e operam benefícios, serviços, programas e projetos, que são articulados, entre todas as unidades da proteção social - *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social* (MDS, 2005b). E conforme as *Orientações Técnicas: CRAS* (MDS, 2009), a articulação da rede socioassistencial de Proteção Social Básica (PSB) viabiliza a entrada efetiva da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social. Desse modo, a articulação da rede de proteção social básica, referente ao CRAS, ocorre no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica do território.

Outro dado da pesquisa analisado diz respeito à **renda familiar**. Percebeu-se que ela varia entre um (R\$ 678,00) e quatro salários-mínimos (R\$ 2.712,00), entre os usuários e/ou responsáveis, e 12 (9%) dos usuários possuem uma renda menor que um salário-mínimo, 25 (18,8%) possui uma renda que varia entre um a quatro salários-mínimos. No en-

tanto, ressalta-se que apenas 37 fichas de acolhimento tinham esse dado, e o restante não informou, totalizando 97 fichas que não continham esse dado, ou não foi preenchido durante o acolhimento. Dessas 37 fichas, 19 são da renda de crianças assistidas pelo CRAS, sete fichas são de adolescentes, 10 fichas de adultos e uma ficha de acolhimento referente a idoso usuário do serviço.

Referente à renda das famílias (como já relatado), percebe-se que o número de fichas com esse dado é baixo, e que a renda por pessoa, das 26 fichas, é na média de 100,00 reais ou mais por pessoa, e em 11 das fichas a renda por pessoa é na média de 50,00 reais ou menos por mês. Isso mostra que 11 famílias são consideradas em extrema pobreza, pois a renda mensal é menor que 60,00 reais por pessoa, e conforme a Coordenação Nacional da Secretaria de Renda de Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Falcão & Costa, 2014), esse é considerado o valor para a extrema pobreza. Conforme os dados analisados, apenas três famílias recebiam auxílio do Programa de transferência direta de renda - Programa Bolsa Família (PBF), e no restante das fichas de acolhimento não constava essa informação.

Após a constatação do nível salarial das famílias, outro fator importante a ser ressaltado é a localização em que o CRAS se encontra, ou seja, um bairro considerado de classe média; não se encontra em uma área de vulnerabilidade social, conforme é preconizado pela *Política Nacional de Assistência Social – PNAS* (MDS, 2005b) e a *Norma Operacional Básica NOB/SUAS* (MDS, 2012a). Segundo essas normas, o CRAS deve ser localizado em uma área de vulnerabilidade social ou, em algum caso, em áreas centrais, com maior convergência da população, para poder facilitar o acesso, de serviços de proteção básica (MDS, 2005b). Em sua abrangência, o CRAS deveria atender até 1000 famílias/anos, conforme PNAS (MDS, 2005b), mas a pesquisa demonstrou que o número não chega nem a 10% famílias/anos; com isso, o fato da localização do CRAS da pesquisa pode estar num dos diversos fatores, pelo baixo número de fichas analisadas, pois ele não se encontra em uma área de vulnerabilidade social.

Em relação à **ocupação dos usuários / responsáveis**, a grande maioria são crianças e 99 (74%), são adolescentes como mencionado anteriormente e, conseqüentemente, são estudantes.



Nas 31 fichas constavam a ocupações de seus responsáveis, assim variando de técnico de enfermagem, militar, comerciante, doméstica, ca-beleireira, cozinheiro, secretária, autônomo, reciclagem, diarista, serviços gerais, metalúrgico, vendedor, técnico de contabilidade, cuidador de idoso, do lar.

E no que se refere aos adultos usuários do CRAS, 34 (25%) das fichas analisadas referem-se às seguintes ocupações: aposentado, funcionária pública, atendente, frentista, servente, motorista, vendedora, eletricista, trabalha em uma fábrica, trabalha na prefeitura, e, do restante das fichas, em 23 (17,3%) não constava esse dado. Conforme o Ministério do Trabalho, as ocupações elencadas acima estão de acordo com a geração de empregos do Estado, totalizando de um a dois salários-mínimos. Isso demonstra a realidade do País sobre os salários e as ocupações dos usuários ou responsáveis.

Outra variável da pesquisa refere-se aos **encaminhamentos realizados** pela equipe do CRAS. Os encaminhamentos realizados pelo CRAS para outros setores mostrou que 15 (11,25%) usuários foram encaminhados para outros serviços, como: Conselho Tutelar, três (2,25%) usuários; para Unidade/ Serviço da Proteção Social Especial, três (2,25%) usuários; Área da Saúde, um (0,75%) usuário; e, para Clínicas Escolas de Psicologia, vinculadas a IES, cinco (3,75%) usuários foram encaminhados. Isso vai ao encontro do que está previsto nas diretrizes do CRAS. Portanto, assim, que for identificado que a demanda não está nos serviços previstos para o CRAS, o profissional deve acessar outras redes de serviços públicos existentes na abrangência do CRAS ou do município, a fim de efetivar o serviço para o usuário, tendo em vista a efetivação dos direitos dos usuários para serviços de qualidade (MDS, 2009).

Em relação às **práticas da Psicologia** realizadas no CRAS, conforme a pesquisa, 89 (67%) usuários receberam o acolhimento. O acolhimento é o contato inicial de famílias e indivíduos, em se coletam as principais informações. Sua organização deve facilitar o contato inicial da família com os profissionais do CRAS, para que se sinta acolhida nesse espaço de sua garantia de direitos (MDS, 2009). No entanto, sobre o acolhimento não se tem informações que só dizem respeito à Psicologia, pois se sabe que, no serviço do CRAS, o acolhimento pode ser feito por qualquer técnico. Portanto, esses dados não podem assegurar somente a prática da Psicologia.

Entretanto, pode-se indicar que 78 (57,75%) foram atividades realizadas pela Psicologia, 64(48%) foram de acompanhamento individual, três (2,25%) de acompanhamento familiar, quatro (3%) de avaliação psicológica (uso de testes), cinco (3,75%) em práticas de grupo, uma visita domiciliar e uma Interconsultas. Restaram 29 (22%), não constando informação nas fichas de acolhimento. Assim, percebe-se que no CRAS pesquisado não foi realizada grande parte das ações e atividades preconizadas pelo *Guia de Orientação Técnica – SUAS* (MDS, 2005a) e pelo documento que referencia as ações nesses espaços, o guia *Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS* (MDS, 2009).

A partir dos dados elencados, verifica-se que em um número significativo de fichas não constavam alguns dados, como o serviço que foi prestado pelos CRAS (22% das fichas ocultaram esse dado). Com isso, a atuação do psicólogo no CRAS não, necessariamente, ficou apenas nos atendimentos citados; pode ter havido outras intervenções não registradas, sendo essa uma das principais dificuldades encontradas na pesquisa.

O **acompanhamento individual** foi uma das práticas do psicólogo desenvolvida no CRAS. Percebe-se um número significativo: 64 (48%) das fichas analisadas, ou seja, as famílias assistidas, tiveram esse serviço. Isso demonstra que o modelo clínico individualizado ainda está presente em nosso contexto, sendo uma demanda que chega até os serviços tanto por encaminhamentos da rede socioassistencial como por uma busca da própria pessoa. Uma das dificuldades encontradas na pesquisa foi o fato de não se ter dados para saber o tempo desse acompanhamento individual (psicoterapia). E segundo o CREPOP-MG (Beato et al., 2011), é uma prática (psicoterapia) tão constituída que se mantém por um entendimento tácito entre psicólogo e gestor.

Portanto, a estruturação do SUAS é um importante passo na direção do rompimento de uma cultura assistencialista no Brasil. Nesse sentido, a reconfiguração da gestão do trabalho é um dos grandes desafios impostos a todos envolvidos nessa política. Diante da complexidade e multidimensionalidade das demandas que chegam até os psicólogos que trabalham no CRAS, a gestão é uma das condições para que os profissionais possam realizar ações efetivas que se reverterão em melhores condições de vida para os usuários desse serviço. (Beato et al., 2011, p. 83)

Segundo Seixas e Yamamoto (2012), a atividade mais desenvolvida da Psicologia, nas Políticas Sociais do Rio Grande do Norte, foi a Psicoterapia, e estudos anteriores relatam a presença acentuada da psicoterapia em espaços não tradicionais. Isso mostra que a pesquisa realizada no CRAS não está tão distante das outras ocorridas pelo Brasil, e que a prática de atendimentos individuais (psicoterapia) ainda está muito presente na nossa cultura. Nota-se que os modelos de abordagem da Psicologia estão historicamente relacionados à área clínica (Seixas & Yamamoto, 2012). Motta e Scarparo (2013) ressaltam que se torna importante analisar, refletir e discutir tais questões, bem como ensinar sair dos modelos tradicionais de atuação para uma atividade cada vez mais desafiadora, rica e criativa. Assim sendo, é preciso trilhar o caminho em prol da construção de práticas e espaços de discussão com o intuito de transcender, buscar o tão almejado trabalho interdisciplinar, em detrimento da transformação social, do compromisso com a população, na constituição de políticas públicas.

**O Acompanhamento Familiar** foi outra prática realizada pelo psicólogo do CRAS elencado na pesquisa com três (2,25%) fichas analisadas. O acompanhamento familiar é realizado por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), diretamente pelas equipes do CRAS e/ou Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) (MDS, 2012b). O acompanhamento familiar do PAIF consiste em um conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada e planejada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, a fim de superar gradativamente as vulnerabilidades vivenciadas, para alcançarem aquisições e ter acesso a direitos (MDS, 2012b). Isso demonstra um papel bem importante dos técnicos, sendo o psicólogo parte deles, os quais trabalham com as famílias a autonomia, a participação social e a garantia de seus direitos, indo ao encontro da atuação do profissional no campo das políticas públicas e contrapondo-se ao modelo clínico, tratado anteriormente. Percebe-se, porém, que essa atividade não tem um número significativo, tanto quanto o acompanhamento individual. Segundo Costa e Cardoso (2010), a prática da Psicologia ainda está ligada ao diagnóstico e acompanhamento individual, e a entrada em um campo diferente foi e ainda é um desafio.

A **avaliação psicológica** foi outro ponto encontrado na pesquisa em relação à prática da Psicologia com quatro (3%) das fichas analisa-

das. Outras pesquisas realizadas pelo Brasil mostram que isso acontece dentro das ações dos psicólogos nos CRAS. Conforme Oliveira, Dantas, Solon e Amorim (2011), na pesquisa por eles realizada em Natal/RN, sobre a prática da Psicologia, as respostas sobre a prática dos psicólogos relaciona-se às atividades clínicas, passando por atendimentos psicológicos, aplicação de teste e ludoterapia, e esses atendimentos são breves, devido ao fluxo, e por serem atividades não previstas nos CRAS. Essas atividades também evidenciam a dificuldade de estabelecer quais são as demandas para o serviço do CRAS, assim como para outros profissionais do serviço público, tais como médicos e professores, que não têm certa clareza sobre o lugar da Psicologia no CRAS (Costa & Cardoso, 2010). Com isso, eles acabam fazendo diversos encaminhamentos ao serviço do CRAS, para a avaliação psicológica.

Outra atividade realizada pela Psicologia foi a **prática de grupo** - cinco (3,75%), sendo essa umas das atividades previstas para o CRAS. E segundo *Orientações Técnicas sobre o PAIF* (MDS, 2012b), a constituição de um grupo é marcada pela inserção de seus participantes na sociedade e pelas determinações em comum, que requerem uma interação social e um vínculo. Com isso, o grupo potencializa seus participantes, fortalecendo as atividades positivas, estabelecendo vínculo entre os participantes e favorecendo a participação, interação, exposição de opiniões, ideias e experiências (MDS, 2012b). Portanto, percebe-se que essa atividade deveria ser mais exercida no CRAS em que foi realizada a pesquisa, pois mostra que apenas 3,75% eram práticas de grupo no local. A prática de grupo possibilita momentos de reflexão, trocas, fortalecimento dos participantes, bem como a interação dos moradores daquele local.

Foi registrada apenas uma **visita domiciliar**, sendo outra atividade preconizada nos CRAS, e que pode ser realizada tanto pelo psicólogo quanto pelo assistente social ou os dois juntos (Beato et al., 2011). Assim, a visita domiciliar propicia a ação do profissional em estar mais próximo do cotidiano das famílias, o que permitiria conhecer, interpretar e vivenciar o meio onde essas famílias vivem, identificando, assim, suas demandas. Permite, também, a aproximação do profissional na comunidade, o que desenvolveria um acompanhamento mais particularizado das famílias, conhecendo, assim, as suas condições

de vida, em termos econômicos, culturais, sociais e familiares (Tulio, Stefanelli, & Centa, 2000). Entretanto, como a pesquisa mostra, essa prática foi realizada apenas uma vez ou não registrada nas fichas de acolhimento analisadas, ressaltando, novamente, a principal dificuldade encontrada na pesquisa: o não registro das ações realizadas no CRAS.

A **Interconsulta** é outra ação preconizada nos CRAS, no âmbito da interdisciplinaridade, em que vão atuar o psicólogo e o assistente social, e essa prática desenvolvida para a melhor atuação dos profissionais, para qualificar as intervenções no campo da assistência social (MDS, 2012a), na pesquisa mostrou que apenas uma Interconsulta estava registrada nas fichas analisadas. Essas Interconsultas também podem estar relacionadas às visitas domiciliares como citado anteriormente, em que ambos os profissionais podem fazer de forma independente ou os dois juntos, assim indo ao encontro da afirmação de Afonso (2009), isto é, em um atendimento com os dois profissionais, ambos vão ter percepções diferentes, assim identificando as ações que podem ser compartilhadas e percebendo suas especificidades.

Portanto, a atuação do psicólogo no CRAS deve ser baseada nas diretrizes do SUAS, como: facilitar o processo de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários; desenvolver o trabalho social articulado aos demais trabalhos de rede de proteção social; no atendimento, desenvolver as ações de acolhimento, entrevistas, orientações, visitas e entrevistas domiciliares; fornecer espaços de interações dialógicas; no exercício profissional, o psicólogo deve pautar-se em referências teóricas, técnicas e éticas e sempre se manter informado e atualizado, entre outras diretrizes (MDS, 2009). Isso mostra que, além das atividades registradas na pesquisa, o psicólogo pode executar outras atividades. Mas o mesmo pode ter ocorrido e não ter sido registrado, como explicado anteriormente. Assim, percebe-se que as fichas de acolhimento devem ser melhor preenchidas, para que se tenha um melhor entendimento do serviço, bem como dos usuários assistidos, pois “o registro de informações constitui elemento fundamental para gestão, monitoramento e avaliação, e conseqüentemente, o aprimoramento das ações e serviços do CRAS” (MDS, 2009, p. 42).

## **Considerações finais**

A pesquisa mostra o que se refere ao perfil dos usuários, ou seja, das famílias; percebe-se que a maioria da população usuária do serviço do CRAS é do sexo feminino, demonstrando que a mulher vai mais em busca de serviços relacionados à assistência do que o homem, e também estão mais relacionadas à prevenção e ao cuidado. Outro fator relacionado ao perfil dos usuários é que a maioria são crianças encaminhadas pela escola, com questões que não dizem respeito propriamente ao serviço do CRAS, e cuja composição familiar está na média nacional.

Assim, a atuação do psicólogo, no âmbito da Assistência Social, em especial, no CRAS pesquisado, ainda está em construção; apesar das diversas pesquisas e guias de orientação para sua atuação nesses serviços, eles ainda trazem o modelo clínico individual como principal atividade do psicólogo no contexto da Assistência Social. Isso leva a pensar que esse modelo clínico individual ainda tem que ser desconstruído, e que o psicólogo tem diversas atuações, ainda mais quando se trata de políticas públicas e assistência social. Corrobora-se, neste caso, o ensinamento de Motta e Scarparo (2013), quando afirmam que a prática psicológica na Assistência Social deve ter como aporte a construção e a desconstrução, o inventar e o reinventar das ações, as transformações diárias. E, como mostrado nas pesquisas, principalmente no nordeste do País (elencadas ao longo do artigo), que o psicólogo ainda usa o modelo tradicional de atendimento individual nos serviços pertinentes. Tem-se a seguinte questão: será que a Psicologia sabe seu lugar nos serviços do CRAS? A pesquisa mostra que o CRAS não realiza a grande maioria das atividades que poderia desenvolver, e, com isso, faz refletir sobre o que leva a existir um CRAS neste território e qual é o seu papel diante da sociedade.

Em relação às facilidades encontradas na pesquisa, destaca-se a abertura da Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos da cidade, que se mostrou bem interessada no assunto e ressaltou a importância da pesquisa, pois tais dados são inexistentes, e seu levantamento pode trazer novos rumos para a Assistência na cidade. Mesmo assim, houve também algumas limitações.

Desse modo, um dos limites da pesquisa foi o não preenchimento total das fichas de acolhimento, sendo que alguns dados não constavam, dificultando a análise do perfil do usuário do CRAS, bem como o trabalho de Psicologia naquele local. O não preenchimento das fichas é uma falha no registro de informações, que são fundamentais para o aprimoramento e ações do serviço do CRAS. Isso também mostra o comprometimento com os trabalhadores e usuários, pois até que ponto tais dados são relevantes para o serviço? Enfim, consideram-se importantes pesquisas que possam aprofundar tais questões, para saber o que o serviço acredita ser relevante.

Outra dificuldade é o fato da Política de Assistência ser recente; com isso, há poucos estudos e pesquisas em relação ao perfil do usuário, bem como o papel da Psicologia nesse serviço. Portanto, por falta de pesquisas, têm-se poucos parâmetros, principalmente no Rio Grande do Sul, para avaliar, de um modo geral, o perfil dos usuários do serviço do CRAS, e nem como a Psicologia está atuando nesse âmbito.

E, para finalizar a análise e discussão dos dados, apresenta-se o que está nas *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS* (MDS, 2009), sobre os registros de informação, pois essa foi a principal dificuldade encontrada na pesquisa, isto é, a falta do registro de informação nas fichas de acolhimento analisadas.

O registro de informações constitui elemento fundamental para gestão, monitoramento e avaliação, e conseqüentemente, para o aprimoramento das ações e serviços do CRAS e dos serviços a ele referenciado. Deve ser realizado por meio de instrumentais que facilitem armazenar os dados dos usuários, os atendimentos realizados no CRAS ou nos serviços a ele referenciados, os acompanhamentos em curso, os encaminhamentos para os serviços de proteção básica e especial e as informações necessárias à alimentação do sistema da RedeSUAS, do Censo CRAS e de outros sistemas municipais ou do DF. (MDS, 2009, p. 42)

Portanto, a pesquisa foi benéfica para poder dar novos rumos sobre os Serviços da Assistência, mostrando um pouco da realidade desses serviços, e que ainda há muito que aprender sobre a prática da Psicologia. Foram apontados pontos relevantes sobre o serviço do CRAS, como os encaminhamentos realizados pela escola, os atendimentos individuais, o não preenchimento das fichas e a localização do CRAS, que não se encon-

tra em uma área descrita pelas *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS* (MDS, 2009). O estudo mobilizou uma maior pesquisa nessa área, com o intuito de divulgar o trabalho nas políticas públicas, em especial na Política de Assistência Social, bem como o serviço ora realizado e a reflexão sobre o papel do profissional diante desses serviços.

## Referências

- Afonso, M. L. M. (2009). O papel do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social. In Curso de Psicologia da UNA (Org.), *Anais do I Congresso UNA de Psicologia: Singularidade e Direitos Humanos* [CD-ROM]. Belo Horizonte, MG.
- Beato, M. S. F., Sousa, L. A., Florentino, B. R. B., Melo, W., Neiva, K. M., & Toffaneli, V. F. (2011). *A psicologia e o trabalho no CRAS*. Belo Horizonte: CRP-MG, CREPOP-MG.
- Botarelli, A. (2008). *O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, 20(2), 185-206.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP & Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Costa, A. F. S. & Cardoso, C. L. (2010). Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3(2), 223-229.
- Costa-Júnior, F. M. & Maia, A. C. B. (2009). Concepções de homens hospitalizados a relação entre gênero e saúde. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 55-63.
- Cruz, L. R. & Guareschi, N. M. F. (2009). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com a prática psicológica*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Falcão, T. & Costa, P. V. (2014). A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria. In T. Campello, T. Falcão, & P. V. Costa (Orgs.), *O Brasil sem miséria* (pp. 67-94). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Gomes, R. (2003). Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(3), 825-829.



- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). *Censo Demográfico*. Acesso em maio, 2013, em <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005a). *Guia de Orientação Técnica – SUAS, N. 1: Proteção Social Básica de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005b). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2007). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (1ª ed.)*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2012a). *Norma Operacional Básica/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2012b). *Orientação Técnica sobre o PAIF (Vol. 2, 1ª ed.)*. Brasília, DF: Autor.
- Mota, M. M. P. E. (2010). Novas perspectivas de avaliação escolar. In M. M. P. E. Mota, *Psicologia: interfaces com a educação e a saúde* (pp. 31-40). Juiz de Fora, MG: UFJF.
- Motta, R. F. & Scarparo, H. B. K. (2013). A Psicologia na assistência social: transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 230-239.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Solon, A. F. A. C., & Amorim, K, M. O. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(n. spe.), 140-149.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: método e técnicas* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Scortegagna, P. & Lavandowski, D. C. (2004). Análise dos encaminhamentos de crianças com queixa escolar da rede municipal de ensino de Caxias do Sul. *Interações*, 18, 127-152.
- Seixas, P. S. & Yamamoto, O. H. (2012). A inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas no Rio Grande do Norte. *Psicologia Argumento*, 30(70), 477-498.
- Souza, M. P. R. (1997). A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In M. P. R. Souza & A. M. Machado, *Psicologia escolar: em busca de novos rumos* (pp. 19-38). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Travassos, C., Viacava, F., Pinheiro, R., & Brito, A. (2002). Utilização dos serviços de saúde no Brasil: gênero, características familiares e condição social. *Revista Panamericana de Salud Pública, 11*(5-6), 365-373.
- Tulio, E. C., Stefanelli, M. C., & Centa, M. L. (2000). Vivenciando a visita domiciliar apesar de tudo. *Família, Saúde e Desenvolvimento, 2*(2), 71-79.
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia Ciência e Profissão, 29*(4), 686-699.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*, 9-24.

## **A atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social: desafios e possibilidades**

**Miriam Esperidião de Araújo**

**Luis Guilherme Galeão-Silva**

### **Introdução**

A legitimação do trabalho do psicólogo no campo da proteção social básica, efetivada em 2005, com a publicação do *Guia de Orientação Técnica – SUAS, n. 1 (MDS, 2005a)*, ampliou o campo de atuação da categoria e tem suscitado uma série de questões sobre o ser fazer, dentre elas, as que envolvem sua conexão com o campo da assistência social, sua relação com as pessoas atendidas e seu papel no trabalho com as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A realização do presente estudo foi impulsionada pelas dúvidas, interesses e afetos emergidos no ano de 2008, a partir da experiência de um dos autores como psicólogo (recém-formado) de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Essas reflexões foram reeditadas durante os anos de 2010-2012, período em que trabalhou como Coordenador de Projetos da Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo.

Duas das questões principais suscitadas por essas experiências e que conduziram a realização desta pesquisa, foram: (a) O que um psicólogo pode fazer diante da fome, diante da miséria? e (b) Como o psicólogo pode promover um trabalho transformador, nesse campo da proteção social, apesar de inúmeros entraves que ele apresenta?

É importante salientar que essas vivências foram permeadas pela sensação de despreparo diante de uma formação mais voltada para a psicologia clínica, por dúvidas sobre que tipo de métodos/técnicas adotar

para prevenir as situações de risco, pelas contradições existentes entre as propostas da política de proteção social e a precariedade dos recursos materiais e humanos, pela presença sorrateira do assistencialismo e por atitudes e procedimentos adotados por representantes estatais que desrespeitavam a população.

Outros aspetos foram também apresentados em diversas pesquisas sobre o tema, tais como as de Andrade e Romagnoli (2010), Cruz e Guareschi, (2012), Ximenes, Paula e Barros (2009), Yamamoto e Oliveira (2010). Esses autores apontaram, como aspectos que dificultam o trabalho do psicólogo nos CRAS, os seguintes itens: o desencontro entre a formação acadêmica e a prática profissional, a falta de clareza sobre seu papel, o predomínio da psicologia clínica no CRAS, a precariedade das condições de trabalho e as contradições inerentes ao campo, tais como a política-gem, a tutela e o assistencialismo. Como fatores favoráveis encontraram: o trabalho interdisciplinar, as atividades realizadas com grupos, como: oficinas, palestras, vivências, rodas de conversa com foco nos aspectos socio-educativos, no lazer, socialização e no fortalecimento subjetivo, familiar e comunitário.

Desse modo, esta pesquisa de abordagem qualitativa, ainda em andamento, intenta compreender e analisar a atuação do psicólogo na proteção social básica, a fim de discutir os aspectos favoráveis e desfavoráveis para o estabelecimento de uma práxis. Ou seja, uma prática crítico-reflexiva, capaz de colaborar de modo significativo para a conquista de mudanças materiais e (inter) subjetivas na situação de vida das pessoas atendidas no prisma da cidadania e da qualidade de vida. O método utilizado foi a observação participante e as entrevistas semidirigidas realizadas, até então, com seis psicólogos atuantes nos CRAS de um município do interior do Estado de São Paulo.

Para contextualizar o estudo em questão, é interessante traçarmos um breve panorama do desenvolvimento das políticas de assistência social e o da Psicologia como ciência e profissão no Brasil, a fim de compreendermos as forças, os conflitos e as contradições que permearam o encontro entre esses dois campos de saber na execução de uma política pública e, assim, refletirmos sobre as possibilidades de atuação do psicólogo na proteção social básica.

## **O percurso histórico da Assistência Social no Brasil**

O surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no cenário brasileiro foram marcados pela história da consolidação do capitalismo no País, gerando formas de interações sociais que refletiam três de suas características principais: a *colonização*, o *escravismo* - cujas marcas incidiram e ainda incidem decisivamente na sociedade brasileira - e o *sub-desenvolvimento* (Souza, 2003).

No período pós-abolição, as estratégias de administração das “questões sociais”, adotadas em prol da manutenção da ordem e do progresso da nação, apresentavam um caráter violentamente repressor, fundado na criminalização da pobreza, no racismo, no saneamento e na higienização material e moral. A pobreza era concebida pelo prisma da imoralidade, da degenerescência e do racismo e não como produto de uma ordem social desigual.

Posteriormente, a democracia priorizava as classes dominantes que utilizavam o Estado como patrocinador de seus interesses, ignorando as grandes massas e a sociedade em geral. Nesse cenário, o favor e o clientelismo constituíam-se padrões de mediação da relação entre as classes disfarçando a violência a elas inerente. Tais aspectos ainda permeiam a divisão de trabalho, a distribuição de riquezas, os valores, as discriminações e as práticas assistenciais brasileiras (Behring & Boschetti, 2011).

Em meados de 1940, a Assistência Social brasileira era concebida como um ato de vontade, baseado na filantropia e na concepção cristã da caridade, praticado pelas senhoras da sociedade, pela igreja e por organizações privadas, sem a responsabilidade Estatal. A Legião Brasileira de Assistência (LBA), a mais conhecida instituição representativa da assistência nessa época, forneceu as bases para o desenvolvimento de todas as ações assistenciais subsequentes (Sposati, 2011).

Segundo Behring e Boschetti (2011), com o golpe militar de 1964, a questão social passou a ser enfrentada “num *mix* de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças de trabalho que despontavam” (p. 136), em um contexto de tortura, prisão e censura das vozes dissonantes.

Já na década de 1980, o agravamento da situação econômica do Brasil, causado pela hiperinflação (217,9%), provocou a crise dos serviços sociais, o desemprego, a acentuação de trabalhos informais, o empobrecimento em larga escala e a emergência de movimento operário e popular engendrado pela industrialização e urbanização. Esse acontecimento configurou a política da esquerda brasileira, que favoreceu o processo de redemocratização do País.

Assim, em 1988, diante das mobilizações populares em prol de uma política social mais justa e equilibrada, foi promulgada a Constituição Federal (também conhecida como Constituição Cidadã), que instituiu a Assistência Social como um dever do Estado e direito do cidadão, situada no campo da Seguridade Social Brasileira ao lado da saúde e da previdência social. A partir de então, o Sistema de Proteção social passou a configurar-se em duas vertentes: a proteção social contributiva (Previdência) e a proteção social não contributiva e universal (Saúde e Assistência) (Dantas, Oliveira, & Yamamoto, 2010; MDS, 2004, 2005a).

Nessa configuração, a Seguridade social passou a ser compreendida como um padrão de proteção social, com cobertura universalizada para situações de risco, vulnerabilidade ou danos aos cidadãos brasileiros em decorrência de certas vicissitudes da vida, tais como: velhice, doença, infortúnios, privações de bens materiais e culturais (MDS, 2005a).

Desde então, a Assistência Social vem passando por profundas transformações, buscando superar o caráter assistencialista, benevolente e circunstancial que historicamente marcou sua prática. Nessa direção, podemos citar: a criação da *Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS* de 1993 (Lei n. 8.742, 1993), instituída para consolidar a assistência como política pública; a elaboração da *Política Nacional de Assistência Social - PNAS* em 2004 (MDS, 2004), para renovar e ampliar o conceito de proteção social; e, como resultado desta última, a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, para operacionalizar os objetivos dessas políticas.

É importante ressaltar que, na década de 1990 (período da aprovação da LOAS), houve um retrocesso na efetivação da assistência como política pública, a partir da “reforma de Estado” que transferiu o enfrentamento da pobreza para a sociedade como estímulo à solidariedade, dando relevância às ações do Terceiro Setor e deixando de implementar um

processo de universalização dos direitos. Um exemplo desse processo foi o programa “Comunidade Solidária”, fundado em 1995 (Dantas, Oliveira, & Yamamoto, 2010).

Em 2003, dez anos depois da instituição da LOAS, foi realizada a IV Conferência de Assistência Social, cujas deliberações constituem um marco decisório, pois culminaram, em 2004, na edição da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na criação do Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome (MDS).

Dentre outras mudanças, com a PNAS, a assistência deixou de ser estruturada a partir de públicos específicos (crianças, pessoas com deficiência, adolescentes, idosos), para instaurar seguranças sociais – que a política de proteção deve garantir – ampliando o leque de indivíduos considerados vulneráveis (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas [CREPOP] & Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2008). São elas: a de sobrevivência (rendimento e autonomia), a de acolhida (provisão de necessidades básica, como alimentação e vestuário) e a de convívio (multicultural, intergeracional, intersubjetivo) com foco à proteção à discriminação e à intolerância (MDS, 2004).

No entanto, dentre as três dimensões, a política prioriza a família como foco das ações assistenciais, considerando que ela constitui um “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros”, sobre o qual os impactos dos processos de exclusão social, acentuam sua fragilidade e contradições (MDS, 2004, p. 41).

É importante ressaltar que a concepção de família adotada pela política é a de “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (MDS, 2009, p. 4), cujo atendimento baseia-se no respeito à sua diversidade sociocultural, a seus valores, crenças, identidades e à heterogeneidade dos arranjos familiares decorrentes das mudanças sociais. Assim, tem-se a compreensão de que o atendimento ao beneficiário pode promover a manutenção e a extensão de direitos com o foco na família.

Essa centralidade na família é questionada por alguns teóricos que a consideram voltada para a individualização das questões sociais, desonerando o Estado e responsabilizando os indivíduos e suas famílias, por meio

do controle da qualidade de suas relações intranucleares. Essa situação representa um retrocesso e se afasta da garantia dos direitos de cidadania (Behring & Boschetti, 2011; Cruz & Guareschi, 2012).

Nesse período, também foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), para unificar os quatro outros programas de transferência de renda até então existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás e Cartão Alimentação) e integrar a agenda do Programa Fome Zero, cujo objetivo é promover o alívio imediato da pobreza e o combate à fome (MDS, 2005a).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005 nos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS), visa a concretizar os objetivos das políticas de Assistência Social. Dentre eles estão: a inclusão social, o enfrentamento da pobreza no País, garantindo os mínimos sociais aos cidadãos, o convívio familiar e comunitário, além do acesso aos serviços e informações. Desse modo, o SUAS é pautado em princípios como: a universalização dos direitos, a matricialidade familiar, a integralidade, a participação dos usuários na construção das políticas, a descentralização político-administrativa e a territorialização para atingir um maior número de pessoas (MDS, 2004).

Esse sistema foi estruturado a partir de dois focos principais: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). A PSB está voltada à prevenção das situações de vulnerabilidade social em decorrência de pobreza, privação (ausência de renda e precário ou nulo acesso aos serviços públicos), fragilidade de vínculos afetivos e de pertença social (discriminações etárias, por gênero e por deficiência, entre outras) e não inserção no mercado de trabalho formal. A PSE destina-se aos indivíduos que perderam os laços afetivos e/ou tiveram seus direitos violados, como em casos de exploração e abuso sexual, violência doméstica, trabalho infantil, sobrevivência nas ruas, uso de substâncias psicoativas, entre outras (Conselho Federal de Psicologia - CFP & Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2007; MDS, 2004).

Desse modo, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um equipamento territorial estatal que insere o usuário no sistema de Proteção Social Básica. Suas unidades situam-se estrategicamente em territórios de vulnerabilidade social, a fim de facilitar o acesso da população aos serviços, projetos, programas e benefícios ofertados pelo mesmo.



Dentre eles, o principal é o Programa de Atenção Integral à família (PAIF), que objetiva o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, como forma de prevenção das situações de vulnerabilidade e risco social, tais como o rompimento desses vínculos e/ou a violência no âmbito de suas relações. Desse modo, o CRAS visa garantir o direito à Proteção Social Básica e ampliação da capacidade de prevenção das situações de risco nos territórios onde estiver situado.

Além do fortalecimento familiar e comunitário, o CRAS propõe a garantia do acesso a: escuta, informação, defesa, provisão direta ou indireta das demandas ou encaminhamentos; programas, projetos e serviços socioassistenciais; inclusão de famílias em programas de transferência de renda, cujo principal é o Programa Bolsa Família; concessão de Benefícios Eventuais e de carteira do idoso para transporte interestadual; orientação e encaminhamento para inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas no Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros (MDS, 2009).

De acordo com a *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH* (MDS, 2005b), a equipe mínima do CRAS deve ser composta por um psicólogo, um assistente social, um coordenador e apoios administrativos. Assim, em 2005 foi legitimada a participação do psicólogo nas políticas de Assistência Social.

Segundo Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010), nesse processo o psicólogo foi colocado ao lado de profissionais atuantes em um amplo movimento de resgate da cidadania e de retomada da democracia, que apesar dos avanços, ainda se encontra em processo de desenvolvimento com alguns aspectos positivos e outros controversos.

Dentre os controversos, podemos citar: falta de recursos, longas filas, demora na prestação dos atendimentos e ineficiência, dentre outros. Acrescenta-se a esse quadro a privatização e a regulamentação do terceiro setor, para a execução de políticas sociais (ONGs e instituições filantrópicas), combinadas com os serviços voluntários, lançando-as, assim, na dimensão da solidariedade. Essa situação provoca também a desprofissionalização das intervenções sociais, os baixos salários e as contratações instáveis e irregulares (Patto, 2010).

Nesse cenário, as políticas sociais encontram barreiras, tanto estruturais, quanto conjunturais, e se apresentam tímidas, focalizadas e residuais. Além disso, é importante frisar que as políticas de Assistência Social voltam-se para a implementação de programas e projetos, visando à inserção social de uma grande parcela da população destituída das condições de uma vida digna, por um sistema social que depende dessa “expulsão” para manter seu funcionamento.

No entanto, sem considerar as determinações estruturais da pobreza e concebendo-a como déficit de renda, o Estado assume uma posição de gestor da pobreza procurando manter um contingente populacional no limiar da sobrevivência e inserido em um circuito marginal de consumo, ao passo que as questões centrais, como a elevada concentração da propriedade, ficam em segundo plano (Silva, Yazbeck, & Giovanni, 2012).

Desse modo, parece que há uma nítida contradição entre os objetivos da proteção social básica, de prevenir e favorecer a prevenção da vulnerabilidade social e o funcionamento econômico e político brasileiro. Aspecto que coloca em questão a efetividade dos projetos e programas da proteção social e as possibilidades de atuação do psicólogo nos CRAS.

### **A intersecção entre a Psicologia e a proteção social básica**

Até meados da década de 1970, as intervenções realizadas pela Psicologia incidiam, principalmente, sobre três grandes áreas: a clínica, da qual usufruíam as camadas mais abastadas da população, a organizacional e a educacional. Mais importante do que isso é o fato de que o conhecimento e as práticas psicológicas desenvolvidas nessas áreas de atuação dirigiam-se a favor dos interesses da classe dominante.

De acordo com Bock (1999), a Psicologia se instituiu na sociedade como uma profissão corretiva, utilizada para tratar desvios, desajustes, patologias, desequilíbrios e conflitos. Eram práticas estruturadas em uma concepção de homem derivada do positivismo, aplicando-se em estudos experimentais de fenômenos observáveis e comprováveis, do determinismo, reduzindo a compreensão dos eventos em termos de causa e efeito; do naturalismo, enfatizando a determinação médico-biológica dos comportamentos, e do individualismo, focalizando o indivíduo em detrimento

da comunidade. O resultado foi uma *práxis* que acabou isolando o fenômeno psicológico na intimidade dos sujeitos, dissociando-o de um todo social.

Até meados de 1950, as ideias e práticas psicológicas, se deram no interior de outras áreas do conhecimento, sendo difundidas e praticadas por intelectuais das camadas médias da sociedade brasileira. Por isso, não é de se surpreender que a Psicologia estivesse a serviço dos projetos de intervenção social dessa classe.

Conforme apontam Antunes (2012) e Patto (2009), até meados de 1950, nas instituições educacionais, os profissionais de Psicologia utilizavam diversas técnicas e instrumentos, tais como os testes psicométricos, para avaliar e selecionar os estudantes que seriam aceitos ou não, destinando um grande número de sujeitos para o trabalho servil e braçal. Nesse período, a prática também incorporou o atendimento clínico voltado às crianças consideradas portadoras de problemas extraescolares, e para a realização de psicodiagnósticos e laudos que motivavam o encaminhamento de algumas delas às classes especiais.

No entanto, o uso abusivo de testes gerou muitas críticas de educadores e psicólogos, que ressaltaram as consequências danosas dessa atuação para uma série de alunos relegados ao ensino incipiente de uma classe especial e estigmatizados com o rótulo de portador de deficiência mental e a culpabilização das crianças e de suas famílias pelos chamados problemas de aprendizagem, ao passo que os determinantes intraescolares, que provocavam a maioria dos problemas, eram ignorados.

Na indústria, a Psicologia atuava ao lado de outras ciências, como Economia, Administração, Biologia e Sociologia, para estudar e intervir no desempenho humano no trabalho, promovendo uma “engenharia do trabalho”, baseada nos modelos taylorista e fordista de produção. Nesse cenário, a racionalização e a hierarquização das atividades eram os meios que garantiam a aceleração da produtividade. Para garantir a melhoria da eficiência dos trabalhadores, os psicólogos realizavam diagnósticos e modelagens do comportamento e utilizavam a psicometria para medir, em escalas ou padrões, as diferenças individuais em relação ao desempenho (Spink, 1996).

No campo da Assistência Social, de acordo com Cruz e Guareschi (2012), a inserção do psicólogo nessa área se deu antes da constituição da Assistência Social como política pública. Em 1935, a Psicologia já contribuía com o campo jurídico, no Laboratório de Biologia Infantil, que ficava anexo ao Juizado de Menores, no Rio de Janeiro. Esse órgão objetivava abrigar e distribuir as crianças que precisavam de proteção e assistência institucional. Assim, por meio do uso de testes psicológicos, os profissionais procuravam determinar as causas dos desvios, investigar o nível intelectual das crianças e verificar a existência de distúrbios psíquicos.

Os métodos de observação, classificação e estudo da criança eram derivados da psicotécnica e da psicoterapia. O intuito era resgatar aqueles que desviaram da rota da normalidade. No campo jurídico-social, em 1980, o psicólogo foi inserido como membro da equipe na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Nessa instituição, ele elaborava laudos e estudos de caso, buscando a etiologia da infração e as causas da suposta desagregação ou desestruturação familiar.

Então, assim como nos demais âmbitos, nas instituições socioassistenciais a práxis da Psicologia favoreceu a legitimação de atitudes de desqualificação dos pobres, colocando sobre eles, e não sobre as condições sociais, a responsabilidade pelo “desvio”. Conforme coloca Patto (2009), as aptidões biológicas e psicológicas serviam como justificativas para a qualificação e a desqualificação dos indivíduos, assim como a patologização dos comportamentos indesejáveis funcionava como um instrumento poderoso na reprodução de uma sociedade hierarquizada e injusta.

Entretanto, como afirma Antunes (2012), a história não é linear e unilateral, de modo que, paralelamente, havia nesse meio intelectuais progressistas e críticos que não concordavam com o pensamento hegemônico. Dentre eles, a autora cita os exemplos de Manoel Bomfim, Ulysses Pernambucano e Helena Antipoff, que fundou a Associação Comunitária do Rosário.

Em 1962, a profissão foi regulamentada pela Lei Federal n. 4.119 (1962), legalizando suas práticas e pesquisas nos âmbitos Educativo, Industrial, Clínico e Jurídico. Nessa época, a psicoterapia era a prática predominante, exercida pela maioria dos psicólogos brasileiros e voltada àqueles que podiam pagar.

No período da ditadura, o governo abriu o ensino superior para a iniciativa privada, provocando a expansão dos Cursos de Psicologia nessas instituições. O campo da clínica expandiu-se e passou a ser privilegiado nos currículos. Conseqüentemente, o mercado de trabalho foi se tornando cada vez mais retraído, e a atuação clínica deixou de garantir a subsistência de muitos profissionais. O mesmo ocorreu com o trabalho na área industrial (Antunes, 2012).

A partir de meados da década de 1970, o perfil da profissão começa a se reestruturar. Nesse contexto, em decorrência da intensa crise econômica pela qual passava o País, as greves operárias começam a se rearticular e a classe média também a se organizar, criando novas entidades e fortalecendo as já existentes. Em 1973, o Conselho Federal de Psicologia já contava com 4.951 psicólogos inscritos, atingindo o número de 50.000 profissionais em 1980 (Soares, 2010).

De acordo com Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010), nesse período, foram marcantes as pesquisas de Mello, que questionou a elitização da Psicologia e a de Botomé, que denunciou uma atuação voltada predominantemente para atender clinicamente as demandas de uma minoria privilegiada, enquanto negligenciava 85% da população brasileira.

Assim, em 1979, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros estados, os psicólogos criaram outros sindicatos e conselhos representativos, alguns dos quais foram ocupados por grupos mais progressistas que lutavam para que a Psicologia trabalhasse a serviço das necessidades da maioria da população brasileira. Um desses grupos fundamentava-se nas discussões iniciadas por autores como Silvia Lane, Martín Baró e Sueli Martins, que procuravam recriar o corpo teórico e prático da Psicologia Social, configurando uma ciência que refletisse sobre as demandas sociais da realidade Latino Americana e interviesse sobre elas de forma ético-política (Guareschi, 2011).

Essa corrente de pensamento considerava o debate sobre o tema das políticas públicas fundamental para a práxis da Psicologia, pois, até então, a Psicologia Social adotada no Brasil era a transposta dos EUA, que focava apenas a questão da dinâmica grupal e mudanças de atitudes. Esse movimento ampliou-se a partir de 1979, quando foi realizado o encontro da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) no Peru, onde foi aprovada a criação de associações nacionais de Psicologia Social. Como

resultado, em 1980, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi fundada a Abrapso – primeira associação de Psicologia Social do País (Guareschi, 2011).

De acordo com Sawaia (2011), o intuito era construir uma Psicologia social “crítico-transformadora” de uma sociedade brasileira marcada pela ditadura e pelo capitalismo. Essa vertente concebia o homem como um sujeito capaz de refletir criticamente sobre o mundo e transformá-lo ao agir sobre ele e não um homem produzido e subjugado por determinantes biológicas ou sociais.

Nesse sentido, a profissão ampliou seu espectro de atuação, preocupando-se em responder às demandas dos problemas sociais brasileiros. Inicialmente, essa mudança configurou-se nos campos onde já estava inserida e, de forma posterior, na criação de novas modalidades de intervenção, como a Psicologia Hospitalar e a Psicologia Comunitária. Essa era representada por teóricos como Silvia Lane e Alberto Andery, e influenciada pelas ideias de Paulo Freire e da Teologia da Libertação, focalizando a questão da opressão (Antunes, 2012; Guareschi, 2011).

Tais iniciativas promoveram o engajamento de psicólogos em temas como as lutas antimanicomial e a inserção social. Inicialmente, as novas modalidades de intervenção se deram na área da saúde e, em seguida, nas áreas da Educação, da Assistência Social e do Trabalho. Essas concepções e experiências geraram novas referências, tanto para a sociedade quanto para os órgãos governamentais, sobre as contribuições sociais que a Psicologia poderia oferecer e favoreceu a abertura do campo de trabalho nos serviços públicos (Bock, 2009).

Essa abertura se deu, sobretudo, a partir da promulgação da Constituição de 1988, que favoreceu a abertura de uma série de serviços na esfera da proteção social, inicialmente na esfera da saúde e, depois, na área da Assistência Social, ampliando significativamente o ingresso da categoria no campo das políticas públicas (Dantas, Oliveira, & Yamamoto, 2010).

O trabalho, especialmente no serviço público de saúde, revelou as limitações teórico-metodológicas da Psicologia, diante das novas demandas, e a necessidade de “reinventar uma Psicologia que contribuísse com as necessidades da população com a qual não estava habituada a trabalhar” (Bock, 1999, p. 320). As críticas enfatizavam a transposição de um

repertório técnico e teórico, idealizados para a realidade de uma população predominantemente pobre que não se enquadrava naqueles conhecimentos até então produzidos e que se encontravam naquele momento. Esse panorama ressaltou a necessidade de produzir ou adequar as teorias e técnicas, de modo que atendessem a essa nova realidade (Dantas, Oliveira, & Yamamoto, 2010).

Assim, desde a década de 80, a participação dos psicólogos junto aos movimentos de luta política e social pela afirmação de direitos ampliou a gama de debates, preocupações, engajamentos e responsabilizações da profissão. Ao mesmo tempo, favoreceu a conexão com os setores progressistas da saúde, grupos de militância voltados para a proteção de crianças e adolescentes, da mulher, do idoso e dos movimentos sindicais, dentre outros (Macedo et al., 2011).

Em síntese, Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010) indicam três fatores que consideram ter favorecido a inserção dos psicólogos nos serviços públicos, a partir de 1980: (a) a dificuldade encontrada pelos profissionais liberais em manterem sua atividade clínica diante da crise econômica; (b) a abertura do campo de atuação profissional, a partir da transição democrática que consolidou importantes conquistas no campo dos direitos; (c) os intensos debates instaurados pela categoria e que promoveram a redefinição dos rumos da Psicologia como ciência e profissão.

A participação do psicólogo nas políticas sociais têm se acentuado desde a década de 1990, principalmente nas áreas da saúde, saúde mental, jurídica, de proteção à criança e ao adolescente e, recentemente, nas políticas de Assistência Social (Dantas, Oliveira, & Yamamoto, 2010; Ximenes, Paula, & Barros, 2009).

Esse movimento culminou com a criação, efetuada pelo Sistema Conselhos, do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), em 2006, para a qualificação da atuação profissional dos psicólogos, no campo das políticas públicas, por meio da sistematização e da divulgação de pesquisas e outras informações sobre as práticas desenvolvidas pelos profissionais nos serviços públicos.

Em 2005, foi instituída a presença do psicólogo na composição da equipe mínima dos CRAS, além do(s) assistente(s) social(s), do coordenador, dos estagiários e dos auxiliares administrativos. De acordo com Ma-

cedo et al. (2011), existem 8.079 psicólogos atuando em unidades de referência do SUAS no Brasil. Desses, 6.022 estão em CRAS, e 2.057 em CREAS de todo o País, números que podem aumentar mediante a implantação de novas unidades de proteção social.

No entanto, é importante salientar que, de acordo com Fontenele (2008), não há nenhum registro histórico da participação da Psicologia na luta pela conquista da PNAS (MDS, 2004) ou na elaboração dos documentos normativos. Além disso, verificou-se que a PNAS (MDS, 2004) apresenta 39 referências bibliográficas, porém somente uma faz alusão a alguma produção no campo da Psicologia. Entretanto, o Guia de Orientação Técnica SUAS n. 1 (MDS, 2005a) apresenta diversas referências teóricas no campo da Psicologia, sendo a maioria delas relacionadas às técnicas de dinâmicas de grupo e teoria da família.

Nesses termos, segundo Fontenele (2008), embora a inserção dos psicólogos no SUAS seja fruto de todas as mudanças ocorridas na profissão (descritas anteriormente) e direcionadas para efetivar o compromisso social da Psicologia, na participação da Psicologia na luta pelos direitos humanos, a “desapropriação” dos profissionais da Psicologia, em relação a esse processo, pode fazer com que os psicólogos atuem apenas como executores de programas, no cumprimento de diretrizes e estatutos, sem uma perspectiva crítica e reflexiva capaz de questionar esses parâmetros e buscar outras possibilidades teórico-metodológicas que dialoguem melhor com as necessidades da população.

Considerando o caráter relativamente novo dessa inserção que ainda está se consolidando, assim como o SUAS, os debates e pesquisas em torno do tema são essenciais para a facilitação desse processo.

## **Método**

Para compreender com abrangência e profundidade as experiências de seis psicólogos atuantes nos CRAS de um município do Estado de São Paulo, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, orientada pelos pressupostos da Psicologia Social Crítica, articulando-os com os constructos teóricos de outros campos do saber fronteiriços, como a Sociologia, a História e a Assistência Social. Dentre os autores de referên-



cia, estão: Gonçalves (2007), Bader Sawaia (2009), Robert Castel (2010) e Habermas (1987).

Nessa perspectiva, a compreensão do trabalho do psicólogo, no campo da proteção social básica, envolve a análise dos determinantes sociais, da intersubjetividade e da singularidade de caráter processual e histórico, implicada nas dimensões macro e micro estruturais, da Ciência, da História, da Economia e da Política, como também do cotidiano e das territorialidades.

### *Participantes*

Dos 06 psicólogos participantes do estudo, 05 são do sexo feminino, possuem entre 29 e 32 anos, atuam nos CRAS do município pesquisado, há quatro anos, e concluíram a graduação em Psicologia há seis anos. Além disso, 03 dos participantes graduaram-se em Psicologia em universidades públicas, e a outra metade em universidades particulares. Alguns dos psicólogos trabalham no mesmo CRAS, porém em turnos diferentes, tendo um deles assumido o cargo de Coordenador do CRAS, no qual trabalhava como psicólogo.

Antes de ingressarem no CRAS, os profissionais atuaram em áreas diversificadas, tais como: Plantão Psicológico com orientação fenomenológica (01), Psicologia Clínica (04), Recursos Humanos (02), Psicologia Hospitalar (em UBS) (01), Psicologia Comunitária (01), Psicologia Escolar (01), Pesquisador (01). Apenas 01 dos colaboradores já havia trabalhado como psicólogo em outro CRAS. Além disso, 02 dos participantes, além de desenvolverem o trabalho nos CRAS, realizavam atendimento psicoterápico em consultório particular.

A partir dos relatos, foi possível compreender que, para a maioria deles (05), o ingresso profissional nesse campo deu-se de modo circunstancial, ou seja, não houve uma escolha por esse trabalho em especial. Todos eles participaram desse e de outros concursos públicos, e apenas souberam que seriam designados para o CRAS após a convocação da Prefeitura. No entanto, 03 dos colaboradores revelaram seu interesse em atuar na área da Psicologia Social existente desde a graduação.

Além desses motivos, para 03 dos entrevistados, residir em um local próximo e ter fácil acesso ao trabalho também foi considerado no mo-

mento de assumirem o cargo. A carga horária de seis horas, que oferece a possibilidade de desenvolver um trabalho concomitante, foi outro motivo importante alegado por 03 entrevistados para assumirem o cargo.

### *Instrumentos e procedimentos*

Considerando a complexidade do tema e a necessidade de compreendê-lo com profundidade e abrangência, a abordagem metodológica adotada foi a de pesquisa qualitativa, apoiada nos pressupostos teóricos de Bourdieu (1999), Spink (2008), Gonçalves (2009) e outros. Esses autores consideram a importância de estabelecer uma relação dialógica, horizontal e respeitosa com os colaboradores da pesquisa, de modo a propiciar a construção conjunta de um conhecimento sobre o assunto em questão, a partir da compreensão de suas experiências. Os procedimentos de pesquisa utilizados foram a observação de campo e a entrevista orientada por um roteiro semiestruturado, cujo registro foi realizado por meio de um diário de campo e de um gravador. Buscou-se compreender os seguintes aspectos: (a) como se dava o cotidiano de trabalho desses profissionais; (b) os aspectos favoráveis e desfavoráveis para sua atuação, frente ao objetivo de promover o fortalecimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social; (c) os impactos afetivos, dúvidas e inquietações gerados no cotidiano de atuação dos mesmos e (d) a percepção dos psicólogos sobre sua relação com os gestores, a equipe profissional e a população atendida.

As idas aos CRAS do município selecionado iniciaram-se em março de 2012, até o momento, foram realizadas onze conversas registradas com o uso de gravador, a observação de três reuniões de grupos socioeducativos coordenadas por três dos psicólogos e a observação de três visitas domiciliares conduzidas por um dos profissionais.

A escolha do município não foi aleatória, por duas razões: ser próximo à cidade onde os pesquisadores residiam, o que possibilitaria um maior número de idas ao campo, e ter sido sugerido por uma pessoa que trabalhava na Assistência Social residente nesse município. De acordo com ela, os CRAS funcionavam de modo bem estruturado, e havia psicólogos atuando diretamente nessas unidades do SUAS e não de modo terceirizado, como ocorre em alguns municípios, tais como São Paulo. Isso despertou nosso interesse.

Após o contato inicial, no qual foram explicitados os procedimentos, os objetivos e as considerações éticas da pesquisa, todos os psicólogos que aceitaram participar do estudo assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*. Os encontros seguintes foram realizados de acordo com as disponibilidades, os calendários de atividades e com o inusitado, aspecto que enriqueceu a pesquisa.

Desse modo, foi possível conversar com alguns dos profissionais apenas uma ou duas vezes, enquanto que, com outros, três ou quatro vezes. Foi realizada uma entrevista piloto com um dos psicólogos, a fim de testar o roteiro e a adequação das questões. Essa experiência possibilitou a reformulação do roteiro, de modo a focalizar os aspectos considerados mais relevantes.

A análise desse conteúdo (ainda em andamento) foi realizada a partir dos pressupostos de Bauer (2002), por meio da escuta, leitura e releitura de entrevistas e anotações no diário de campo, com o objetivo de compreender os sentidos e temas expressos nas narrativas e a eleição dos temas comuns e particulares que se sobressaíram das mesmas. Em seguida, esse conteúdo foi organizado em categorias temáticas.

### **Resultados e discussão parciais**

Como a pesquisa está em andamento, apresentaremos apenas alguns dos resultados obtidos a partir do processo analítico interpretativo do conteúdo das entrevistas e das observações de campo. Esses resultados foram organizados em aspectos que dificultam e aspectos que facilitam a atuação do psicólogo no CRAS, de modo a efetivar uma atuação transformadora.

Desse modo, foram apontados como aspectos que dificultam a atuação do psicólogo no CRAS a distância entre a formação em Psicologia e os requisitos para o trabalho no CRAS, bem como as condições de trabalho dinâmicas e estruturais desfavoráveis, tais como: precariedade, burocracia, excesso de trabalho, rotina emergencial, espaço-tempo restritos para a realização de reuniões de equipe e o planejamento das atividades grupais voltadas ao fortalecimento comunitário, além da rede “desfalcada” que inviabiliza os encaminhamentos.

Por outro lado, dentre as situações que mais favorecem a práxis dos profissionais estão: (a) a colaboração da equipe; (b) as reuniões realizadas entre os profissionais atuantes nos CRAS no mesmo município e em outros e (c) a participação em capacitações, cursos, eventos e palestras de interesse.

### *Aspectos que dificultam a práxis do psicólogo no CRAS*

A maioria (05) dos profissionais relatou que nunca ouvira falar do CRAS, ou sabia muito pouco sobre esse equipamento até o momento de sua contratação. Esse desconhecimento foi atribuído a uma formação deficiente, por priorizar a atuação clínica em detrimento de outras áreas, principalmente a social. Além disso, a maioria dos participantes (05) apontou que a grade curricular dos seus cursos de graduação deixou de abordar não apenas as políticas de Assistência Social, mas as políticas públicas de forma geral. Essa situação indica que a prática do psicólogo no serviço público, longe dos consultórios particulares, ainda é uma realidade pouco discutida/apresentada pelos Cursos de Psicologia.

Conforme aponta Campos (2009), apesar da institucionalização dos espaços de atuação do psicólogo junto às classes populares, os cursos de graduação “permanecem, praticamente, inalterados e pouco debatidos com vistas a qualquer possibilidade de mudança e/ou adequação às necessidades da realidade social” (p. 74). Assim, parece haver uma cristalização dos modelos teórico-metodológicos adotados pelas universidades, com o predomínio de áreas do saber e a manutenção de condições que favoreçam o distanciamento dos estudantes em relação à realidade cotidiana da maioria da população brasileira.

Esse resultado reafirma o já explicitado em outros estudos realizados sobre o tema (Andrade & Romagnoli, 2010; Cruz & Guareschi, 2012; Yamamoto & Oliveira, 2010) e revela que, apesar do movimento dos órgãos representativos da profissão, das entidades, dos autores e docentes na promoção de uma práxis que dialogue com a realidade social brasileira marcada por injustiças e desigualdades, o ensino de uma psicologia voltada para o atendimento clínico e individual ainda é predominante. Cabe-nos a questão: por quê?

Alguns dos motivos podem se referir aos baixos salários ofertados aos profissionais atuantes na área social; à fragilização de vínculos empre-

gafícios ainda existentes em muitos municípios; à dificuldade de acesso ao local de trabalho, pela distância dessas unidades em relação aos grandes centros, pois, conforme apontado no estudo, esse fator foi considerado pelos profissionais no momento de assumirem o cargo; à precariedade dos recursos materiais e humanos; e às questões de vida da população, que podem gerar experiências afetivas também difíceis para os profissionais, como as apresentadas na pesquisa, dentre outras situações que precisam ser revistas.

Para os participantes, o resultado desse despreparo gerou, no período inicial, sentimentos expressos por eles, como: “angústia”, “incômodo” e “sensação de estar perdido” em relação ao campo, ao próprio fazer e ao lugar a ocupar.

É importante ressaltar que os participantes recorreram aos documentos normativos elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Conselho Federal de Psicologia para nortear sua prática. No entanto, cinco deles afirmaram que esses materiais serviram mais para inspirar do que oferecer referências concretas para a prática do dia-a-dia, o que foi obtido com o próprio fazer.

Esse despreparo também propiciou a sensação de insegurança e defasagem, em relação ao assistente social, profissional que ocupou um lugar de referência para os psicólogos no período inicial de seu ingresso no CRAS, oferecendo orientação sobre o seu fazer como técnico da Assistência Social. Tais orientações ocorreram em relação aos cadastros, aos aspectos a serem observados nas visitas domiciliares, à elaboração de relatórios para fóruns, para o Conselho Tutelar, dentre outros.

Essas abordagens, em alguns momentos, geraram conflitos diante do que os participantes concebiam como *práxis* psicológica, ou seja, em outros, esse papel foi assumido e desenvolvido pelos profissionais em uma atuação que refletia uma mistura de atribuições e de competências técnicas, gerando conflitos entre os papéis do psicólogo e do assistente social.

Além disso, a falta de referências crítico reflexivas sobre as possibilidades de trabalho com a população socialmente marginalizada também gerou a compreensão individualizada dos problemas sociais brasileiros e sua desvinculação dos contextos social, econômico e cultural. Nesse sen-

tido, também favoreceu a reprodução de estereótipos, de preconceitos e outros aspectos ideológicos, que historicamente marcam o campo da Assistência Social e operam na sociedade capitalista contemporânea, favorecendo uma atuação pouco crítica da realidade.

Dentre eles, podemos citar a prevalência da tutela, do clientelismo, do assistencialismo nas ações socioassistenciais e a concepção dos programas de transferência de renda como favor ou muleta, em vez de serem compreendidos como uma forma de redistribuição de renda no horizonte da emancipação. Assim, a concepção de que a situação de vulnerabilidade na qual a pessoa se encontra corresponde a um *déficit* pessoal, como a falta de empenho/vontade, preguiça ou comodismo que impedem a busca de melhorias para si e sua família.

No entanto, essa retórica neoliberal da meritocracia escamoteia o fato de que a capacidade dos indivíduos de se defenderem das desigualdades por seus próprios meios não é igualitária, pois nem todos dispõem das mesmas condições e liberdades (Faleiros, 2004). Além disso, a depreciação das pessoas que estão fora ou à margem do circuito das relações de mercado persiste no Ocidente, desde a Idade Média até os dias atuais, embora tenha assumido delineamentos diferenciados.

É imprescindível considerar, ainda, que a “questão social” não é sinônimo de pobre ou de pobreza, mas refere-se à tomada de consciência sobre a possível dissociação do conjunto da sociedade em decorrência do acentuado pauperismo. Desse modo, poderia ser traduzida como a preocupação com o futuro do tecido social como um Todo, tornando-se uma questão de todos os cidadãos (Castel, 2010).

Desse modo, se não observados criticamente, tais aspectos capturam a consciência dos sujeitos e se perpetuam nas relações estabelecidas entre os profissionais e a população atendida, assumindo um caráter relacional hierárquico, distanciado, desigual e valorativo que mantém as situações de vulnerabilidade social.

É importante considerar que, de acordo com Gonçalves (2007), no plano psicológico, o sofrimento advindo da situação de humilhação social é exacerbado, pois carrega em si a história de uma classe, de um grupo inteiro, e só pode ser elaborado por meio de um trabalho interno de di-

gestão, que precisa ser realizado pelo diálogo, em companhia de outros, na pluralidade e na igualdade de participação.

De outra perspectiva, Sawaia (2009) aponta que um dos desafios do combate à desigualdade social constitui-se em “elucidar o sistema afetivo/criativo que sustenta a servidão nos planos (inter) subjetivo e macropolítico, para planejar uma práxis ético/estética de transformação social” (p. 364).

Desse modo, tais concepções reforçam o caráter social e multideterminado dos afetos resultantes da situação de inclusão marginal. Conforme propõe o CFP (CREPOP & CFP, 2011), “embora o sofrimento seja vivido pelo indivíduo, sua gênese é social, está na intersubjetividade” (p. 16). Por isso, é importante priorizar no CRAS as experiências coletivas, assim como compreender e intervir na dimensão social e no caráter comum inerente ao sofrimento das pessoas atendidas.

Em relação às condições dinâmicas e estruturais, de acordo com todos os entrevistados, o reduzido número de CRAS do município gera um número excessivo de famílias atendidas, pois cada uma das equipes dispõe de apenas seis profissionais e uma dinâmica emergencial, dificultando o acompanhamento dessas famílias. Dois dos participantes expressaram que essa era uma das situações que mais lhes angustiavam.

Essa dinâmica também provoca impactos nas reuniões de equipe, que se tornam raras diante da dificuldade de separar, dentro da rotina corrida, um tempo/espaço próprio para esses encontros, que acabam sendo realizados de modo informal. A redução desse espaço de trocas e discussões faz com que cada profissional acabe desenvolvendo atividades com seus próprios critérios, provocando a individualização ou desintegração do trabalho.

As atividades burocráticas de rotina (como a atualização de cadastros) foram expressas por dois dos entrevistados como “aprisionantes”, pois tomam muito tempo e constituem “a parte que não gera transformação”. Eles defendem que esse tempo requerido deveria ser destinado à elaboração de estratégias para o fortalecimento comunitário, e não para o preenchimento de tabelas utilizadas para a avaliação quantitativa do trabalho e não qualitativa.

De acordo com Habermas (1987), a burocratização imposta pelos diversos programas governamentais de proteção social imprime no dia a dia dos clientes potenciais e efetivos, uma densa malha “de normas jurídicas, de burocracias estatais e paraestatais” (p. 109). Podemos acrescentar que também recobre o cotidiano dos trabalhadores que se encontram na ponta dessas políticas, distanciando-os do trabalho de fortalecimento comunitário e tornando o trabalho operacional.

Desse modo, além da formação em Psicologia priorizar o atendimento clínico e individual, o dia-a-dia da proteção social básica também se fecha em torno de atendimentos burocráticos individuais; eles estão voltados para orientações, inserção em Programas de Transferência de Renda (PTRs), manutenção de benefícios, além de visitas domiciliares, para fins de fiscalização em relação aos PTRs, e requeridas por outras entidades da rede de proteção social. Nessa rotina, o fortalecimento grupal e, principalmente, o comunitário, que poderia ser uma das principais ferramentas para a prevenção das situações de risco, ficam sem espaço.

Além disso, todos os participantes relataram que a falta de profissionais nos outros equipamentos da rede socioassistencial inviabiliza a prática de encaminhamento das pessoas atendidas. Assim, muitas vezes, depois de um encaminhamento, a pessoa não recebia o devido acompanhamento do serviço ao qual fora encaminhada, e retornava ao CRAS, provocando um “vaivém” sem progresso na situação da pessoa que poderia estar em risco e a descontinuidade dos encaminhamentos.

A falta de recursos e/ou a burocracia para a aquisição dos mesmos, como copos, computador, internet, lâmpada, papel, funcionários e carro para realizar as visitas, foi relatada por todos os participantes. Três deles explicitaram que o impacto dessas situações recaía sobre as famílias e um dos participantes indicou que, às vezes, essas situações ocorrem por falta de planejamento, organização e diálogo, ou seja, o trabalho se perde nos trâmites burocráticos e hierarquizados do serviço público. Diante desses aspectos, os participantes apontaram que, muitas vezes, os próprios funcionários se organizavam para comprar materiais necessários para o trabalho. As compras envolveram desde papel higiênico, copo descartável, botijão de gás, até parafuso para conserto das gavetas de um móvel onde eram arquivados os cadastros das famílias.



Desse modo, o funcionamento estrutural das políticas públicas de Assistência Social, permeado pelo excesso de trabalho, pela dinâmica emergencial, a burocracia e a precarização dos recursos materiais e humanos produz a dificuldade em acompanhar as famílias e realizar reuniões de equipe, que, por sua vez, geram a individualização do trabalho, a desintegração da equipe e também o sofrimento do trabalhador.

Os participantes relataram que essas dificuldades inerentes a sua atuação provocaram impactos subjetivos expressos por eles como: a angústia, a dúvida sobre a eficiência e o sentido do trabalho realizado, a percepção de que o trabalho produz resultados muito reduzidos, o desgaste, além da oscilação entre o sentimento de impotência e onipotência.

Embora o CFP (CREPOP & CFP, 2008) já tenha apontado a necessidade de superar alguns desses aspectos, tais como a precariedade, a burocratização, as contratações terceirizadas, os baixos salários e o assistencialismo, presentes nos CRAS para a efetivação da práxis do psicólogo e dos objetivos do SUAS, conforme aponta Yamamoto e Oliveira (2010), o campo da Assistência avançou pouco na consolidação de condições de trabalho que favoreçam a manutenção de profissionais qualificados e “permanece marcada como uma política pobre voltada aos mais pobres” (p. 19).

Nessa direção, Patto (2010, p. 13) assinala que a precariedade das políticas públicas é regra na sociedade brasileira, que está historicamente estruturada na desigualdade. Desse modo, os programas de proteção social provocam apenas “efeitos cosméticos que só pioram o quadro geral”, disfarçando a exclusão com ações que supostamente promoveriam a inclusão, mas que visam apenas à gestão das franjas mais pauperizadas da sociedade, propiciando uma inclusão marginal.

#### *Aspectos que favorecem a práxis do psicólogo no CRAS*

Durante os encontros, os participantes da pesquisa apontaram alguns fatores que contribuíram positivamente para o desenvolvimento do seu trabalho: a integração e o respeito entre a equipe do CRAS, as reuniões com os equipamentos da rede socioassistencial local, a participação em palestras, eventos e fóruns de discussão sobre o fazer com colegas da Psicologia sobre a organização e as atividades cotidianas e as reuniões socioeducativas. Tais aspectos, tão importantes para o trabalho dos psi-

ólogos, poderiam ser resumidos em: diálogo, proximidade e valorização profissional.

A ênfase de todos os colaboradores desta pesquisa foi unânime: *a colaboração da equipe* é o elemento mais favorável à atuação. Ou seja, poder contar ou confiar nos colegas de trabalho, discutir um caso, ser ouvido com disponibilidade, trocar ideias e/ou obter outras colaborações, são aspectos que mais uma vez reforçam a importância de favorecer institucionalmente esses espaços de diálogo, trocas e criação entre a equipe.

A proximidade com a rede intersetorial também foi citada como favorável e ocorre por meio das reuniões e de conversas telefônicas, consideradas fundamentais por dois dos entrevistados para o melhor acompanhamento das famílias, pois geram aproximação, empatia, vínculo entre eles e confiança em relação ao atendimento a ser prestado às pessoas encaminhadas.

Além disso, para lidar com a angústia gerada pela dinâmica do trabalho (conforme apresentado anteriormente) três dos profissionais relataram a busca de alternativas possíveis de trabalho com as famílias, tais como a articulação de grupos com propostas inovadoras no CRAS, como a Economia Solidária, Horta Comunitária e Feira de trocas.

De acordo com três dos participantes, os grupos socioeducativos podem propiciar a troca de experiências, o vínculo, a sensação de pertencimento, a convivência e a potencialização e criatividade dos participantes e do profissional. Os temas são escolhidos de acordo com a percepção dos profissionais em relação às necessidades das pessoas atendidas, como por exemplo, a conscientização sobre a politicagem, a violência doméstica, o racismo, as questões de gênero, os projetos de vida e a motivação. Para facilitar as discussões, são utilizados filmes, dinâmicas de grupos, palestras com convidados de outras organizações sociais, atividades artísticas como desenhos, pinturas e colagens, leitura de textos e histórias, passeios, dentre outros.

Infelizmente, esses grupos ocorrem apenas uma vez por mês nos CRAS, pois, o cronograma de trabalho fica sobrecarregado com as atividades voltadas aos atendimentos individuais (acolhimento, visitas, consulta ou desbloqueio de benefícios) ou preenchimento de tabelas, registros e cadastros, conforme já explicitado.

## **Considerações finais**

As informações apresentadas nesse estudo, ainda em andamento, possibilitaram identificar alguns dos aspectos que atuam como favoráveis e desfavoráveis para um desempenho transformador do psicólogo no campo da proteção social básica.

Desse modo, conclui-se que é importante valorizar os profissionais atuantes no campo da assistência social, estabelecendo melhores condições de trabalho, tais como: uma remuneração justa e condizente, a possibilidade de assumir cargos de coordenação, o fortalecimento da intersectorialidade e a disposição de recursos materiais e humanos necessários ao bom desempenho do trabalho.

O trabalho com grupos aparenta ser uma importante ferramenta para o acompanhamento das famílias e fortalecimento (inter) subjetivo dos participantes. Além disso, a realização de atividades menos burocráticas, mais sensíveis e criativas, qualifica o trabalho dos psicólogos e pode reduzir a demanda por atendimentos individuais e a individualização dos problemas sociais. Desse modo, seria importante que os gestores de Assistência Social dos municípios procurassem priorizar, dentro da rotina dos CRAS, as atividades grupais.

Além disso, não há dúvidas de que, para favorecer a inserção crítica e reflexiva dos psicólogos no campo das políticas públicas, os currículos dos Cursos de Formação em Psicologia precisam abrangê-las, discutindo as leis, os parâmetros do SUS e do SUAS, bem como os conteúdos referentes à Psicologia Social Crítica, que oferecem um repertório importante para a criação de métodos e práticas voltadas ao fortalecimento da maioria da população brasileira.

Ainda, para lidar com os desafios inerentes ao campo na efetivação de uma práxis ético-política, é importante favorecer a participação dos profissionais em capacitações, grupos de estudo e reuniões de equipe, pois, o diálogo, a troca de experiências e a busca de referenciais teórico-metodológicos são essenciais para a criatividade e a elaboração de estratégias críticas e reflexivas voltadas ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Em relação aos textos normativos, além dos pressupostos, seria importante que os órgãos representativos da profissão publicassem um novo material ou organizassem um encontro dirigido aos psicólogos, abordando e discutindo com clareza as dificuldades concretas encontradas no dia-a-dia dos profissionais. Embora cada município apresente questões e funcionamentos específicos que interpelam os profissionais, há algumas questões comuns enfrentadas por eles, como as apresentadas nesse estudo e em outras pesquisas sobre o tema (Andrade & Romagnoli, 2010; Cruz & Guareschi, 2012; Ximenes, Paula, & Barros, 2009; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Para finalizar, é importante colocarmos em pauta os propósitos da política de Assistência Social e os métodos e instrumentos utilizados para alcançá-los, por meio dos seus programas, projetos e práticas. Por exemplo: A precariedade de recursos das instituições voltadas para executar as políticas de proteção social é condizente com os objetivos que pretendem atingir? Se o foco da proteção social básica é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, para a prevenção das situações de vulnerabilidade e risco social, por que a maior parte das atividades volta-se para os atendimentos individuais e burocráticos?

Como expressam Castel (2010) e Demo (2003), no contexto ocidental neoliberal contemporâneo, as políticas sociais não visam à redução das desigualdades sociais e o projeto emancipatório, mas apenas remediar a pobreza extrema, empreendendo ações fracas, residuais e focalizadas na inserção social de público deficitário, sem interferir nos interesses da classe dominante. Nesse sentido, como o psicólogo pode empreender uma atuação transformadora nesse contexto?

## **Referências**

- Andrade, L. F. & Romagnoli, R. C. (2010). O psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619.
- Antunes, M. A. A. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(n. spe.), 44-65.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M. Bauer & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp. 189-217). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2011). *Política social: fundamentos e história* (8ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.
- Bourdieu, P. (1999). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Campos, R. H. F. (Org.). (2009). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (15ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castel, R. (2010). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) & Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2008). *Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) & Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2011). *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para gestoras e gestores*. Brasília, DF: Autor.
- Conselho Federal de Psicologia - CFP & Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. (2007). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Cruz, L. R. & Guareschi, N. (2012). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.
- Demo, P. (2003). *Pobreza da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fontenele, A. F. G. T. (2008). *Psicologia e sistema único de Assistência Social - SUAS: estudo sobre a inserção dos psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social (SUAS)*. 2008. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Faleiros, V. P. (2004). Sociedade e Estado: a crise do pacto de direitos no albor século XXI. In I. Boschetti et al. (Orgs.), *Política Social: alternativa ao neoliberalismo* (pp. 85-108). Brasília, DF: UnB.
- Gonçalves Filho, J. M. (2007). Humilhação social: humilhação política. In B. P. Souza (Org.), *Orientação à queixa escolar* (pp. 187-221). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gonçalves Filho, J. M. (2009). Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 193-239). São Paulo: Cortez.

- Guareschi, P. (2011). ABRAPSO 30 anos: narrativas e memória de futuro. In B. Medrado & W. Galindo (Orgs.), *Psicologia e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO* (pp. 21-34). Recife: UFPE.
- Habermas, J. (1987). A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, 18, 103-114.
- Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF. Acesso em 15 de fevereiro, 2013, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm)
- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993). Lei Orgânica de Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Acesso em 29 de março, 2014, em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)
- Macedo, J. P., Sousa, A. P., Carvalho, D. M., Magalhães, M. A., Souza, F. M. S., & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, 16(3), 479-489.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005a). *Guia de Orientação Técnica – SUAS, N. 1: Proteção Social Básica de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005b). *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília, DF: Autor.
- Patto, M. H. S. (2009). O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-educação. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 29-35). São Paulo: Cortez.
- Patto, M. H. S. (Org.). (2010). *A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Sawaia, B. B. (2011). Da consciência à potencia de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na Psicologia social laneana. In B. Medrado & W. Galindo (Orgs.), *Psicologia e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO* (pp. 35-51). Recife: UFPE.

- Silva, M. O. S., Yazbek, M. C., & Giovanni, G. (2012). *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez.
- Soares, A. R. (2010). A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(n. spe.), 08-41.
- Souza, J. (2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Spink, P. K. (1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da Psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 174-192.
- Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20(n. spe.), 70-77.
- Sposati, A. (2011). *A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social*. São Paulo: Cortez.
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de Assistência Social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. spe.), 9-24.

## **Coletivos de discussão do trabalho como estratégia de saúde no contexto da assistência social**

Elisa Marder Zampieri

Gabriela Girardi Hall

### **Introdução**

O presente trabalho surge no processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social, mediante a inserção das autoras como estagiárias, em dois Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) de Porto Alegre, em 2012 e 2013. A convivência diária com os profissionais e os usuários dos serviços, a participação ativa na construção do processo de trabalho e, principalmente, a possibilidade de sentirmos os atravessamentos de muitos modos de trabalhar na Assistência, provocou o interesse em seguir discutindo como vêm se constituindo os processos de trabalho considerando as mudanças estruturais trazidas pelo SUAS.

Com a promulgação da Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004), a Assistência passa a ser uma política pública regulamentada, garantido à população o acesso à cidadania e às condições básicas de vida como direito fundamental. A partir da reestruturação proposta pelo SUAS, as regiões da cidade são agora todas divididas em territórios e, em cada território, há centros qualificados em diferentes complexidades para o atendimento das necessidades da população; há uma política normativa por trás das ações, que regulamenta o trabalho, sugerindo suas nuances, os valores e a ética que deve reger o fazer nessa área. O trabalhador, por fim, não é mais somente aquele ser humano dotado de benevolência para com o próximo, mas passa a ser operador de um maquinário do Estado, um profissional capacitado em sua área de atuação, que recebe instruções da política de que, através de sua prática, deve promover a autonomia daqueles a quem atende, fazendo com que sejam protagonistas de suas próprias vidas.



Imerso nesse novo panorama, o trabalhador se vê criando novas formas de intervenção, tensionando novos olhares para que a política aconteça na prática, e se deparando com inúmeros desafios e limitações que impõem uma política de assistência em processo de implantação. Como parte dessa equipe pelo período de tempo do estágio, partilhamos das mesmas dores que limitam o processo criativo, ao mesmo tempo em que tivemos que lidar com a impotência de mostrar resoluções em um contexto complexo de violências. Muito mais do que observar o sofrimento produzido pelas condições de trabalho, vivemos junto com a equipe o dissabor do processo de adoecimento no campo da Assistência, que desmantelava as possibilidades de trabalho, as potências e, por vezes, relações entre equipes inteiras.

O ritmo do trabalho é ditado pela urgência dos casos atendidos, tensionando os músculos e aflorando os nervos dos responsáveis por provocar mudanças na dinâmica do modo de vida das famílias. O trabalho é, sobremaneira, muito ermo; tem-se a impressão, ao trabalhar nesse contexto de violências e miserabilidades, que por si só já causam sofrimento, de uma solidão inenarrável, um presente sentimento de impotência, desencadeado por um não compartilhamento das experiências de trabalho. Além disso, o trabalhador é demandado individualmente a ser eficaz, mesmo em circunstâncias nas quais não se pode ativar e acessar as demais políticas, função primordial da Assistência. Como se não existisse nada além da demanda que chega, como se não sobrassem ouvidos e olhos para outros enquadramentos, a expectativa parece ser a de dar conta de uma demanda infinita.

Esquiva-se, com a desculpa de falta de espaço nas lotadas agendas, de tempo para a partilha do trabalho. O tempo é organizado seguindo o ritmo da urgência e operando numa lógica a cobrir uma extensa falta de recursos humanos. A impressão é de não haver espaço institucional para certas palavras, certos pensamentos, certas dúvidas; não encontramos espaço para partilhar o sofrimento. Ele, também, com dificuldade de ser acolhido coletivamente, precisava ser resolvido individualmente. Nesse tempo na Assistência, vivemos um processo de cerceamento de liberdade organizacional para se tratar do trabalho; no que pudemos experienciar junto às equipes, essa limitação ocorre devido a uma individualização do processo de trabalho e de questões coletivas serem encaradas como individuais.

O trabalho, então, idealizado de maneira coletiva e contando com uma equipe multidisciplinar, recheada de olhares de diferentes campos de conhecimento, na prática torna-se um campo de guerra, em que o trabalhador solitário prescinde de suas ferramentas técnicas e parece buscar recursos emocionais para, além de tentar cumprir as ações planejadas, superar um sofrimento individual. O tempo da urgência, com a qual o CREAS constantemente trabalha, não abre lugar para pensar sobre o fazer, pensar sua atuação frente aos usuários, frente às outras políticas; parece suprimir qualquer respiro fora da lógica com a qual opera. O trabalhador, vulnerável no seu próprio fazer, nas suas relações de trabalho, permanece na tentativa de se esquivar da sobrecarga e conseguir, de alguma maneira, atingir as metas propostas dos casos que acompanha. O que se produz com o trabalho desgovernado, livre de reflexões e problematizações, é uma captura pelas lógicas de repressão e de reprodução de relações autoritárias, e o retorno ao assistencialismo, justamente o que mais tenta se combater no campo da Assistência em tempos de SUAS, compromete o protagonismo e a autonomia tanto do usuário quanto do trabalhador.

O modelo de trabalho atual, sem o amparo institucional, tanto para aqueles que não tiveram alma para suportar seu peso, como para aqueles que mínguem dia-a-dia na tentativa individual de transformá-lo, é insuportável e, ademais, insustentável, já que se trata de um contexto de trabalho muito doloroso. Para nós, por meio de nossa intensa vivência nesse campo, pautar o adoecimento e a vulnerabilidade desses que estariam aptos a trabalhar na atenção justamente das pessoas e comunidades que pressupomos serem vulneráveis, é primeiramente, romper com o pensamento de que esse “ser” é vulnerável em função de uma condição estanque de pobreza, além de um processo de produção e exclusão limitação de acesso aos bens fundamentais. Além disso, propomo-nos a discorrer sobre as condições que também produzem a vulnerabilidade e o sofrimento dos trabalhadores, em uma estrutura institucional descuidada e despreocupada com aqueles que, de fato, constroem a política de assistência social cotidianamente. Acreditamos, portanto, num trabalho coletivo; um espaço de trabalho em que seja possível a partilha das experiências e a construção de um processo comum de trabalho, produzindo uma equipe capaz de se gerenciar de uma forma menos individualizante e produzir modelos de trabalho menos sofridos.

## **A Assistência e o CREAS**

Durante décadas, as ações no campo da Assistência foram situadas de modo secundário dentre as prioridades do governo, e se mantiveram pela intervenção de instituições privadas. Embora a Assistência Social exista desde o Brasil Colônia, foi somente após 1988, com a Constituição, que ela passou a ser considerada como dever do Estado na garantia de direitos da população. Até então, as ações direcionadas a populações pobres tinham um caráter que se confundia entre dever moral, vocação religiosa ou sentimento de comisseração (Pereira, 2007). De prática higienista composta pelo tripé médico-jurídico-assistencial, cujo preceito era a segregação de famílias não adaptadas ao modelo civilizatório dominante e depois como alvo de estratégias populistas de governo, visavam à minimização das carências das populações, chegando a ser, na época da ditadura militar (com a aproximação de lideranças comunitárias), uma estratégia de controle das comunidades. Até que se problematize a Assistência como dever do Estado, temos um longo percurso histórico, caracterizado pelo assistencialismo – “o uso distorcido e perverso da assistência – ou a desassistência” (Pereira, 2007, p. 64).

Essa relação entre as organizações e a “população-alvo”, mediada pelo favor, acabava por intensificar a subalternidade e reiterar a dependência desse segmento da população aos serviços e auxílios de caráter paliativo das instituições, situação que dava sustento aos discursos e ações conservadores sobre a pobreza, promovendo a exclusão social. Nesse contexto, as práticas no campo da assistência caracterizavam-se como “políticas de alívio”, ou seja, ações pontuais que neutralizavam demandas e reivindicações (Mestriner, 2008), onde se utilizavam sobras de recursos, diferentemente do que exige uma política pública com orçamento próprio e compromisso permanente.

A proposta do SUAS, que apenas em 2004 foi organizado como modelo de gestão que organiza os serviços, benefícios, programas e projetos, é justamente romper com o assistencialismo e focar o trabalho como política pública na garantia de direitos do cidadão, da qual o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é responsável por uma parte. O Sistema Único define a proteção social em níveis de complexidade: a Proteção Básica (que compete ao CRAS, que

se caracteriza majoritariamente por ações de prevenção de vulnerabilidade e riscos sociais) e a Proteção Especializada, essa última dividida entre Média (encabeçada pelo CREAS) e Alta Complexidade (representada pela rede de acolhimento institucional). O atendimento que compete ao CREAS, em se tratando de um serviço “especializado”, não é aberto ao público, respeitando assim a lógica dos fluxos de encaminhamento de outros serviços (Ministério Público, Conselho Tutelar, rede Básica de Atendimento); trata-se de um caminho a ser percorrido, uma vez em que existem situações de violações de direitos, no sentido de acionar as possibilidades de atendimento em rede até seu esgotamento. É papel do CREAS, portanto, avaliar caso a caso quais encaminhamentos serão necessários para outros serviços, construir com a família atendida saídas possíveis da vulnerabilidade social enfrentada; caso se encontre numa situação limite, em que a rede de atendimento esgotou suas possibilidades, o caso é encaminhado para a Alta Complexidade.

A sobrecarga de tarefas atribuídas ao CREAS, que conta com uma equipe muito reduzida para cada território e para o volume de trabalho, tem explicações históricas na cidade de Porto Alegre, uma vez que existe certa consonância entre profissionais que trabalham com a Assistência há muitos anos, de que o município realizava, antes da política, um trabalho direcionado para aquilo que hoje denominamos média complexidade (Lague, 2013). Apesar de as equipes que executavam inicialmente o que hoje denominamos média complexidade terem sido sensivelmente reduzidas, a expectativa com a oficialização do trabalho, garantida pelo status de política pública que adquiriu a Assistência pós-SUAS, aumentou sensivelmente (Lague, 2013).

Nesse atropelo do fazer emergencial, acaba-se, muitas vezes, por se deixar de lado uma escuta refinada daquilo que vinha por parte da família, de seus anseios, de seus próprios sofrimentos (e não daquilo que a rede acredita que seja sofrido), de seu modo de vida, por fim, que fala de um lugar social. Na urgência do trabalho, sem a disposição de uma escuta sensível, o risco que se corre é o de lançar um olhar já enquadrado para uma situação familiar. Enquadramos seu desejo em um sistema que não lhe permite acessar uma multiplicidade que o faz produzir diferença; reduzindo suas possibilidades de ser como sujeito no mundo, Perdemos de perceber as miudezas das transformações que remetem à experiência e que dão continuidade ao movimento da vida.

Oferecer um lugar limitado a alguém não constrói autonomia, mas reforça o quadro do estigma dos sujeitos e da família, pois o indivíduo tomado em um sistema dicotômico (vulnerável/não vulnerável, protetivo/não protetivo), já é resultado de uma redução do desejo do sujeito rebatido numa representação. Conforme coloca Benevides (2002, p. 135), “estamos chamando a atenção para a invenção de movimentos de ruptura que gerem outros modos de subjetivação como imprescindíveis para qualquer mudança efetiva da realidade”.

O tempo, que não havia, dava um tom para fazê-lo, que era quase como recortar um pedaço da vivência da família, aquele pedaço onde habitavam todas as tristezas e, a partir dali, traçar planos de atendimento e de vida para aquela família, pois a situação era urgente e precisava ser resolvida logo, precisava-se salvar uma família, e ser salvo da dor do fracasso. O tempo que era riscado da equação era o tempo dos próprios membros da família, o tempo de ouvir como o contexto social agride, como as situações repetidas de violência maltratam, o tempo de compreender o que essa situação específica representa na dinâmica própria dessa família, como ela narra a sua história. O tempo de resolução, buscando uma eficácia duvidosa, desconsiderava a parte mais importante do atendimento, aqueles que eram atendidos; justamente por isso o trabalho não tem fim.

O tempo de escutar as histórias e pensar intervenções caso a caso é sobrecarregado pela urgência. Dessa forma, outra questão apresentada no cotidiano do trabalho em um CREAS, é o que Julien (2000, citado por Lague, 2013) chama de terceiro social. Ao mesmo tempo em que somos convocados a responder por esse lugar de controle e gestão da vida, por parte de uma gestão que preza pelos resultados quantitativos e de curto prazo, assumimos a função de trabalhar em um local de atendimento e escuta da dor de famílias em extremo sofrimento devido a situações de violência. Ao mesmo tempo em que escutamos, amparamos, emprestamos nosso desejo para o fortalecimento dos vínculos daqueles atendidos por nós, representamos a mesma mão que cobra mudanças instantâneas. Produzimos, sem qualquer sombra de dúvida, um lugar dúbio em relação ao usuário, ora amparado, ora cobrado; trabalhamos com a contradição; por um lado auxiliamos nas dificuldades, empatizando com o sentimento de dificuldade frente às adversidades, e por outro assumimos um lugar de controle social.

O trabalho em um CREAS é em si bastante complexo; lida com situações de violações graves de direitos, histórias de vida que foram ou ainda são muito sofridas, narrativas desesperançadas, miseráveis sobre si mesmo. Atuar nesse ambiente, com o enfoque não na ausência de recursos (em relação ao que nós estabelecemos como recursos suficientes), mas na possibilidade de mudança, de produzir diferença, de outrar-se, nos devires, é, portanto, um desafio ainda maior. Trabalhar com a exclusão social, que também é geográfica, uma vez que poderia se dizer que existem ‘cidades paralelas’ espalhadas pela cidade, o que fazemos são tentativas de costurar laços possíveis dessas pessoas com o restante do mundo. Quando falamos em rompimento de vínculos comunitários, o que se apresenta como nosso desafio diário é justamente a tentativa de resgate, fortalecimento desses vínculos, pensando em maneiras de atuação que possibilitem a quem atendemos encontrar novas maneiras de circulação no mundo, “circulação possível dentro de um mundo possível” (Lague, 2013, p. 32).

Nesse tempo de estágio, no qual percorremos muitas vezes os caminhos para acionar a rede, tentando aliviar um sofrimento legítimo de famílias que se sentiram por anos abandonadas pelo Estado, pareceu-nos existir, em relação ao CREAS, como serviço especializado, uma espécie de promessa que carregava no trabalho das equipes a esperança de solucionar casos extremamente complexos de violências. É como se o Centro, como instituição, ocupasse um lugar chave na rede, de não apenas pensar em alternativas vinculadas às outras políticas públicas, mas de *esgotá-las*. Essa palavra leva em si uma cruz de culpa, que nos impede de saber de fato qual é o limite de nosso alcance; limite em relação a outras equipes de atendimento, limite em relação às nossas próprias ações e, principalmente, limite em relação à família atendida.

Lague (2013, p. 31) discorre um pouco sobre o significante “especializado” que nomeia o serviço:

O especializado do CREAS por si só já produz expectativas em toda uma rede de atendimento. Expectativas que também são identificadas nos documentos lançados pelos gestores da política. Afinal, esse significante não surge à toa. Há algo no especializado que, atualmente, parece indicar uma luz no fim do túnel.

Acreditamos que, somada a essa expectativa relativa ao trabalho especializado no CREAS, existe a questão eminente de tratar-se de uma política em processo muito recente de implantação; se o significativo especializado adquire, por si só, o caráter de messias, associado a um momento específico em que a política se materializa na prática, torna a expectativa bastante idealizada sobre o trabalho.

Lague (2013) traz ainda o termo “furor implantatório”, que, segundo ela, define bem o quanto “de todos os lados espera-se de si e dos outros uma atuação fiel ao que está apregoado pelas leis e normas recém-lançadas” (p. 31). Schwartz (2011) afirma que o protocolado, a fixação às regras, atormenta-nos no momento em que não supre as sutilezas do cotidiano. O autor aponta para a importância de atentar para a dimensão da atividade, que entre o trabalho prescrito e o trabalho real, é entendida como processo de produção singular de certos conhecimentos do trabalhador quando no encontro com o campo de ação. Assim, na tentativa de fazer o trabalho real idêntico ao prescrito, no furor implantatório, sem considerar a atividade como processo fundamental no trabalho e o fator humano que dá cores e formas ao trabalho, e como ele de fato consegue acontecer, produzimos trabalhadores-máquinas, que não são convocados a refletir sobre o seu processo de trabalho e sobre o seu fazer. Ou seja, ao descartarmos a discussão do processo de criação desse conhecimento se construindo em ato, no instante em que o trabalho está acontecendo, e insistirmos apenas nos debates macropolítico da reestruturação das normas e os modelos, reproduziremos um trabalho desimplicado e produziremos trabalhadores sem protagonismo e autoria no seu trabalho.

Ao destituir essa autonomia do trabalhador, quando se opera de modo a não pensar o trabalho que está sendo realmente feito, opera-se numa lógica individualizante. Assim, deixamos de entender o contexto da Assistência como uma política em construção e afirmamos que a mesma está sendo meramente executada pelos trabalhadores – como se isso beirasse o possível.

### **Individual, coletivo e saúde no trabalho**

A divisão entre social e individual se faz presente ao longo dos séculos, a partir principalmente da instauração do pensamento liberal. Ele

preconiza que todos os indivíduos têm iguais chances de ascender socialmente, devido a seu próprio mérito, em contraposição ao regime absolutista que imperava até então, em que as estruturas sociais eram devidamente assentadas. O indivíduo passa a ganhar a cena principal, a partir dos séculos XVII e XVIII, e junto com ele todo um aparato de Estado que desenvolve suas ações de um modo mais difuso e amplo, assumindo-se como guardião dos direitos do cidadão (Benevides, 2002).

Aí se encontra a vertente do poder disciplinar, como retrata Foucault (2011), que se expressa na produção de “corpos docilizados”, expressão que une ao corpo analisável o corpo manipulável, passando a fixar, imobilizar e regulamentar os anseios e movimentos dos cidadãos. A disciplina como forma de poder, a liberdade para circular dentro da estrutura social e o predomínio da razão, advindo do Iluminismo, produzem certas práticas ao mesmo tempo individualizantes, pois oportunizam livre-arbítrio para ir e vir dentro da escala social, e totalizantes, uma vez que estão sempre submetidas a um Estado representativo, responsável por garantir os direitos de todos os cidadãos (Benevides, 2002). O que se coloca como questão central, entre a individualização e a totalização das práticas, que são efeitos de um modo de subjetivação de um Estado representativo moderno, é a contraposição entre indivíduo e social.

Por tratar-se de uma política elaborada num Estado moderno, como acima descrito, não é por acaso que a Política Nacional de Assistência Social apresenta a problemática da cisão indivíduo/sociedade. O incômodo encontra-se, justamente, nela se pretender igualitária num contexto histórico em que a assistência sempre ocupou um papel de descaso para com as comunidades. As práticas, embora complementares em um sistema que atua por níveis de complexidade, são muito voltadas a uma dimensão de sofrimento individual. Mesmo na rede básica de atendimento, em que não se realizam intervenções individuais, como atendimentos semanais, volta-se para a questão da família atendida, que recebe benefícios e encontra auxílio na resolução de certos problemas, e não de um território como um todo, que padece de um contexto de violência em comum.

Embora no CREAS tratemos de problemáticas que requerem um trabalho especializado, inúmeras famílias se encontram atravessando as mesmas problemáticas culturais e sociais, sejam elas de violência doméstica, sexual ou conflitos com a lei; são frutos de uma história comum de



exclusão, tanto de um território onde elas moram, como de suas próprias histórias compartilhadas, quanto da história da Assistência Social no Brasil que elas também partilham.

A individualização que permeia a Assistência está engendrada em diversas instâncias do trabalho, tão naturalizada que se torna imperceptível. Além de ser uma questão que se coloca para a Política de Assistência, como acima citado, que transforma problemas sociais em problemas de ordem individual – como os recorrentes abusos intrafamiliares e violências domésticas –, coloca-se também para a instituição que gere a Assistência em Porto Alegre, para o Judiciário, cuja prática recorrente é a convocação de trabalhadores nominalmente para responder por seu trabalho com determinada família. É da dinâmica do trabalho dentro das equipes que se gerencia numa lógica individualizante, com tempos de urgência, do fazer sem pensar, do ter que dar conta; é do trabalho com os usuários, pela dinâmica dos atendimentos majoritariamente individuais, do descrito do trabalho com grupos.

Hoje, o que se trabalha no CREAS é um recorte de uma realidade sócio-histórico-política com alto grau de complexidade. É como se a biografia da assistência social no Brasil – e o lugar social que sempre se concedeu a ela – fossem apagados pela Política de Assistência, e os anos de desassistência não pesassem na relação com as famílias. O foco do trabalho, pela própria dinâmica urgente que ele apresenta, é na situação de rompimento de vínculos, em que temos carta branca para intervir, onde é esperado que incidamos. As ações são focadas nos membros da família e em seu percurso individual de vida, embora muito se ouça dos usuários um percurso de vida comum, uma vida que ainda hoje, por serem muitas vezes rede de apoio uns dos outros, eles partilham. Em certo ponto, tão cegos pelas barreiras do individualismo, sentimos como se tentássemos justificar, em diversos casos sem nos dar conta, que uma família no CREAS tivesse seus problemas advindos unicamente de uma dinâmica familiar violenta.

Essa oposição individual/social tem estado presente na clínica *psi*, usualmente pendendo para um ou para outro lado da balança. Benevides (2002) nos lembra que Freud apresenta, ao longo de sua obra, formulações da relação do indivíduo com o social, principalmente com o texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, de 1921, em que formula alguns conceitos sobre a psicologia individual e social. Embora Freud argumente

em favor de um social imprescindível na constituição psíquica do sujeito, observamos que ainda existem dois registros distintos – que aparecem com evidência posteriormente, em *Mal-estar na Cultura*, em 1932, com uma suposta desarmonia entre o psiquismo e a cultura. O social aparece aqui como pano de fundo para enxergar a constituição subjetiva, visto que não era o tema central da obra de Freud a situação sociopolítica e econômica na Viena de sua época (Benevides, 2002).

As questões que Freud colocou foram as mesmas que circularam entre diversos autores ao longo do tempo, definindo diferentes rumos na direção da construção de alternativas a essa dicotomia. Reich fez a tentativa de voltar a Psicanálise para o social, rompendo com a tradição de um serviço oferecido majoritariamente à burguesia vienense, motivo que causou sua expulsão da Sociedade Psicanalítica de Viena. Guattari (1986, citado por Benevides, 2002) parte de outro ponto de princípio, o da economia dos fluxos, da análise de “processos”, referente aos funcionamentos sociais, econômicos, políticos, e não mais dos indivíduos ou compostos de indivíduos (Benevides, 2002). O que seria então de se esperar de um psicólogo ocupando-se diretamente com o social?

De acordo com as *Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS* (Conselho Federal de Psicologia, 2013), a intervenção do psicólogo deve considerar o sujeito em sua relação com a sociedade, uma vez que falar do psiquismo é falar da sociedade na qual se insere, que a compreensão do mundo interno demanda um entendimento do mundo externo (Bock, 1999). Ao profissional psicólogo que atua no CREAS cabe, ainda, carregar consigo um posicionamento ético-político frente à realidade social, que lhe instrumentalize em suas ações, no sentido de romper com a desigualdade posta, e construa uma prática que venha a romper com lugares estigmatizados.

Mas esse trabalho, como já descrito no item anterior, não é um trabalho simples; transformar na prática a assistência social, que carrega nas costas sua história secular de desassistência em política pública, produz incontáveis questionamentos a cada intervenção, a cada relação com outras equipes, a cada novo encontro com as pessoas atendidas. É um trabalho que revira incertezas de todas as espécies, que precisa, por princípio, ser discutido a cada passo. O trabalho é, por si só, um lugar de

problematizações, “que convoca os sujeitos a fazerem escolhas no sentido de se dar novas normas, tornando a vida possível de ser vivida no meio de trabalho” (Fonseca & Barros, 2010, p. 107).

Segundo Dejours (1986), o sofrimento laboral é inerente a qualquer organização do trabalho, sendo potencialmente desestabilizador para a saúde. Todos os trabalhadores estão expostos a adoecimentos potenciais, advindos de seu próprio processo de trabalho dentro de uma organização. A saúde do trabalhador não se caracteriza, portanto, como um estado de calma, em que não haja nenhum estressor. Muito pelo contrário, a saúde no trabalho, conforme compõe Canguilhem (1995), se refere à capacidade de instituir novas normas em condições adversas, como uma qualidade do trabalhador de, a partir de uma realidade sofrida, escrever uma narrativa diferente para si mesmo.

O que caracterizaria, portanto, um nível tão acentuado de adoecimento profissional nesse campo da Assistência? Dejours (1986) traz, ainda, a ideia de que o diferencial entre as organizações – e as instituições que lhes atravessam – estaria justamente no grau de liberdade e autonomia que se disponibiliza para o trabalhador para promover sua própria saúde: espaços para pensar sua prática e, principalmente, oportunidades para superar e transformar as injúrias e as agressões do meio de trabalho. Segundo Ribeiro e Léda (2004), a organização do trabalho e os modos de gestão a que estão submetidos os trabalhadores exercem profunda influência nos modos de trabalhar e de ser do sujeito, afetando-o física e psiquicamente.

Esse grau de liberdade reduzida, no que pudemos experimentar justificado pela suposta falta de tempo, se apresentava de modo implícito pela impossibilidade de dizer certas palavras com o receito de sofrer uma retaliação por parte dos colegas da equipe. A expectativa, tanto com a chegada do Sistema Único de Assistência Social, quanto com a formação de equipes especializadas para cuidar dessas vidas sofridas que compõem a população de usuários da assistência, parecia impor aos trabalhadores especialistas uma necessidade em possuir o saber adequado para resolver e modificar tais situações, sem deixar espaços possíveis para os equívocos, para as dúvidas e incertezas.

Ao assumir o trabalho na assistência, o trabalhador se depara com um imperativo de se trabalhar, acolher e encaminhar procedimentos na

rede, apresentando para as diferentes instâncias da rede pública relatórios coerentes que justifiquem as ações realizadas. O trabalhador, segundo nossa percepção, precisa se convencer de que suas ações foram efetivas, para que prove sua especialidade aos colegas da rede, e nesse mesmo instante é exigido por si mesmo, atravessado por todas as relações de poder e opressão que operam nas organizações modernas capitalistas, a interromper com seu processo de reflexão e crítica, necessário para a resistência de um trabalho reprodutor de exclusão e individualização.

O trabalhador, convencido de que fez o que era indicado para a situação, atribui o fracasso de sua intervenção não a um modelo de sociedade que incentiva a individualização, mas ao usuário negligente que não adere às propostas oferecidas. Detemo-nos às faltas de recursos materiais e humanos, abrindo mão de nossa potência crítica. Descartamos, cansados de tantas tentativas frustradas, do recurso mais humano que possuímos, que é o de nos afetarmos, e de criar novas situações a partir desse aflorar de sensações que nos envolvem. Somos capturados pela lógica da culpabilização, e não por acaso ou por fraqueza, mas pela intensidade de sofrimento que nos paralisa, e calamos nossa indignação e resistência, a fim de sobreviver às pressões do trabalho. A resistência, afinal, e aquele que resiste, é inconveniente demais para um lugar que opera numa lógica do fazer sem pensar, do fazer cumprir as obrigações.

Acreditamos que, devido a um tempo de urgência que requeria as situações resolvidas imediatamente, uma quebra na continuidade do fazer resolutivo, como alguém demonstrando resistência em fazer o que era solicitado, representava uma incapacidade de lidar com as problemáticas enfrentadas pelo serviço. Justamente por tatear um posicionamento ético, recai sobre aquele que resiste, individualmente, reações na tentativa de calar e oprimir o que expõe a todos.

A dificuldade de alinhar as discussões e falas sobre a importância de se promover ações atentando ao contexto social com o qual trabalhamos, com as intervenções de fato, no planejamento dos casos sempre num ritmo frenético, sem o necessário tempo de elaboração das situações, nos parece um analisador interessante no contexto em que estivemos. Pensar nessa dificuldade em relação aos planos de intervenção junto aos usuários (ditos em situação de vulnerabilidade), coloca-nos a pensar sobre a dificuldade da própria equipe, e dos trabalhadores da assistência, em se

perceber e falar sobre o processo de individualização de que são vítimas. Tal processo leva a um sofrimento tão intenso que lhes põe (e nos põe em certos momentos das vivências), de certa forma, a uma situação de vulnerabilidade.

Ao definir seu público-alvo, a Política de Assistência nos traz o conceito de vulnerabilidade e risco social, ou seja, a PNAS se destina aos que dela necessitam, e os delimita como aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Nessa descrição dos usuários da PNAS, não vemos a relação direta entre as condições de pobreza e as então apontadas situações de vulnerabilidade e risco. Para tanto, na tentativa de melhor definir tais conceitos, encontramos, no texto de Aginsky, Fernandes e Tejados (2009), suas relações com a esfera do trabalho. As mesmas, reconhecendo a dificuldade de construir uma definição, em virtude do grande número de autores que discutem tais conceitos, trazem a contribuição de Valla e Castel para sustentar sua contextualização. Para esses autores, o trabalho precário para uma grande parcela da população que não tem acesso aos trabalhos formais, é fator que contribui para um contexto de instabilidade permanente e impossibilidade de prever e organizar a vida com projetos de longo prazo, tornando débil a saúde desse trabalhador pela fragilização das condições para gerir sua própria vida. A vulnerabilidade, segundo esses autores, seria uma construção social determinada pelas configurações impostas no capitalismo. Castel, na análise das autoras (Aginsky et al., 2009), também traz a condição de ausência e enfraquecimento do suporte nas relações sociais, um processo de “desfiliação” em que o sujeito entraria numa trajetória de rupturas com aquilo que lhe mantinha em certo equilíbrio. Assim, a vulnerabilidade social não seria relacionada apenas a eventos de ordem econômica, mas do empobrecimento e fragilização dos vínculos afetivos e “ausência de referências de pertencimento social” (p. 68) que decorreria da própria situação de exclusão e discriminação, da vida social segregada.

Considerando essa discussão, entendemos que a vulnerabilidade não é uma característica fixa, mas se relaciona com as condições sociais e estratégias que cada indivíduo ou núcleo familiar tem para se reorganizar. Logo, colocamos em questão não somente a situação dos usuários da rede de assistência, excluídos e estigmatizados, mas também o trabalhador, a

quem caberia a função de atenção e cuidado junto a esses usuários. O trabalhador da assistência, destituído de seus recursos técnicos e operando na lógica da serialidade protocolar, percebendo que, quando operando de forma ética sofre a reação segregadora de uma equipe inteira, estaria, nesse sentido, fragilizado em seus vínculos de trabalho. Sem o amparo institucional e um olhar da gestão para esse movimento de fragmentação do trabalho, o trabalhador, vulnerável e fragilizado, sucumbe também às formas burocráticas e protocoladas de trabalhar.

Seguramo-nos esperançosos, e por isso escrevemos como testemunhas de processos de adoecimento, nos raros momentos de produção de coletivos, por menores que sejam. Eles abriam pequenas brechas de respiro e intervenções menos cristalizadas, trabalhando na construção e fortalecimento de autonomia das pessoas atendidas, relações legítimas de vínculo, afeto, trocas, costuras entre diferentes olhares. Há sempre uma luta, por mais que estejamos cegos, de resistência a um poder totalizante, que força o trabalhador a realizar uma vontade que lhe é exterior (Fonseca & Barros, 2010). Esses movimentos de afirmação da vida como tendência criadora são, entretanto, difíceis de perceber, justamente por não serem suficientes para sustentar a criação como modo vigente de trabalho. É necessário voltar um olhar atento a esse “projeto dos vivos”.

## **Conclusão**

A partir da vivência e convivência, portanto, nos serviços de Assistência, muito escutamos e mesmo nos indagamos, sobre a função das especialidades que compõem as equipes básicas a partir das orientações de trabalho dessa política. A busca por definir com o quê e em que momento cada um irá atuar, é frequente em diferentes espaços onde a Assistência é pauta. Refletir sobre o que o psicólogo, o assistente social, o advogado ou educador têm (em cada campo de sua formação) a oferecer como instrumento de trabalho, é uma questão a ser pensada, considerando que carregamos bagagens teóricas que discorrem, institucionalmente, sobre a construção de uma profissão. Acreditamos, porém, que seria um equívoco atribuir a complexidade do trabalho na assistência à simples discussão e determinação de que função cabe a cada cargo e especialidade. Além disso, ao estabelecer as atividades e intervenções concernentes a cada

trabalhador, não garantiríamos a efetividade das ações; afinal, a vida e as demandas surgidas no cotidiano do trabalho estão constantemente colocando-nos em movimento criativo. Sobretudo, fixar-nos à ideia de que há um protocolo que, como psicólogo (ou assistente social, ou educador, ou advogado), devemos seguir, nos leva à possibilidade de burocratizar o processo de trabalho, e mesmo o processo criativo, insistindo em distanciar os trabalhadores, com a justificativa da necessidade de diferenciar cada fazer, ou seja, não sairíamos da lógica da individualização no trabalho.

Neste ponto, é importante nos determos no conceito de diferenciação. Por um lado, o que vemos na assistência é uma tentativa dos trabalhadores em se diferenciarem, no sentido de afastar, limitar e delimitar espaços, na tentativa de organizar e aperfeiçoar o trabalho na via da urgência e do reduzido quadro de funcionários. Por outro, entendemos que o diferenciar-se é processo importante para idealizar as relações de trabalho, porque nos é claro que cada trabalhador é afetado pelas situações de diferentes formas, e tem a potência da autonomia de criar e inventar intervenções em um espaço-tempo afetivo que é único. Trazemos a discussão que Barros e Pimentel (2012) fazem sobre as políticas públicas, apontando que elas “são orientadas por um modo de funcionamento capaz de indicar as singularidades para fora da ordem de serialidade e do unidimensionamento” (p. 11). Nesse sentido, a construção coletiva por esses diferentes atores seria o que constrói numa política pública, constituída “como multiplicidade composta por diferenças singulares que encontram na gestão do comum um novo modo de governo” (p. 11).

As autoras nos apresentam essa pista, para pensar a atuação e composição de equipes não mais como o agrupamento de diferentes pessoas com saberes específicos, mas como sujeitos, que se diferenciam não só em especialidades, mas em afetos, histórias e culturas, e que nessas diferenças produzirão “um coletivo que trabalha para além de si e de suas fronteiras, acolhe e cuida da vida-outra” (Gotardo, 2011, citado por Barros & Pimentel, 2012, p. 11). A diferença não mais é usada para delimitar espaços e fronteiras, mas avaliada e vivida como potência criativa, múltipla e em movimento. Conforme as autoras, a produção desse comum se faz no alargamento da capacidade de comunicar, de associar e compartilhar, sendo não o que junta, mas se refere a certo modo de estar junto na diferença; o comum é heterogêneo, é composição de singularidades, acolhimen-

to à multiplicidade, capacidade de diferir. O coletivo não é uma unidade pronta, é movimento, “diz de um exercício de composição, um trabalho de construção de constituição de um mundo comum que não está dado de uma vez por todas” (Barros & Pimentel, 2012, p. 06). Afirmar o público das políticas é, portanto, considerar a produção coletiva desse comum, na experiência do cotidiano no trabalho, incluindo todos os saberes, os olhares e os afetos sob uma mesma realidade e, nesse partilhar das práticas, construir estratégias que viabilizem transformações no concreto das situações, desviando das reproduções e repetições de protocolos sobre as vidas.

A aposta é falar de uma clínica, de certa forma tão indissociável da política que não se pode mais definir as duas como disciplinas diferentes; toda clínica é política no sentido em que “problematiza os lugares instituídos, as dicotomias naturalizadoras, porque pergunta sobre os modos de constituição das instituições” (Passos, 2007). É apenas no entendimento de que uma clínica individualista é uma clínica limitada, justamente por tratar apenas um recorte da vida das famílias, que reforça lugares estigmatizados e antiprodutora de autonomia do sujeito, que conseguiremos lidar com um trabalho capaz de ser construído e que não gere tanto sofrimento. É trabalhar numa perspectiva que enxergue os sujeitos mais do que produto de uma situação familiar violenta, que possibilite um olhar para uma história comum de comunidades e que, por fim, consiga dar voz a mais do que suas mazelas, que consiga elucidar todo o colorido de sua potencialidade como seres humanos.

Fala-se em criar espaços coletivos, em que se possam discutir o trabalho que é feito, as dores que se sente por não se conseguir alcançar as longas metas propostas – de gerência de uma vida que não é nossa e ser chamados a responder por isso – e aquilo que se poderia fazer, espaços esses com flexibilidade suficiente para se produzir um comum, entendendo os enunciados não remetendo a indivíduos, mas a coletivos (Benevides, 2007). Juntamente com a aposta na coletivização do processo de trabalho, pois ele não está separado do que se constrói junto ao usuário, está a aposta nos grupos como estratégia de desindividualização dos atendimentos. O grupo como esfera ético-estético-política, que nos permite questionar expressões do modo-indivíduo vigente e acessar os usuários numa dimensão que lhes é familiar, pois sua vida em comunidade expressa uma vivência essencialmente coletiva.



Mais que reivindicar sentidos ou modos certos de se fazer ou pensar, trata-se de fomentar e garantir espaços de trocas, em que, tanto as dúvidas e as inquietações quanto as estagnações e sofrimentos sejam entendidas como legítimas, e que nelas e delas seja possível, num processo implicado, a reflexão singular e coletiva, o cuidado de si, do e com o outro, no contexto de trabalho. A complexidade do contexto em que os trabalhadores da Assistência estão inseridos legitima a sensação de vulnerabilidade e “incapacidade”, e é nesse sentido que propomos o fortalecimento dos coletivos, na intenção de colocar em questão a capacidade e a autonomia que todo o trabalhador tem de se autogerir e autogovernar seu próprio trabalho.

Apostamos que será somente com a abertura às trocas, a considerar o outro diferente, a potencializar novos agenciamentos e engendramentos, que poderemos desconstruir modelos instituídos – e sofridos – de trabalhos, de intervenções, relações, olhares e também de escutas já fatigadas e impacientes. Acreditamos em espaços coletivos, para pensar o real do trabalho com todas as suas variáveis e dúvidas, potencializando o inusitado de cada criação, como promoção de saúde no contexto da Assistência, de modo que o sofrimento tenha lugar a ser endereçado e transformado.

## Referências

- Aguinsky, B. G., Fernandes, I., & Tejados, S. S. (2009). Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In J. M. R. Mendes, J. C. Prates, & B. G. Aguinsky (Orgs.), *O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implementação* (pp. 63-82). Porto Alegre: EdIPUCRS.
- Barros, M. E. B. & Pimentel, E. H. C. (2012). Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Polis e Psique*, 2(2), 03-22.
- Benevides, R. (2002). Clínica e social: polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia? In C. M. Rauter, E. Passos, & R. Benevides (Orgs.), *Clínica e Política: subjetividade e violação dos direitos humanos* (pp. 123-140). Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Baságlia.
- Benevides, R. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/ UFRGS Editora.
- Bock, A. M. B (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.

- Acesso em 17 de março, 2015, em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>
- Canguilhem, G. (1995). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Conselho Federal de Psicologia (2013). *Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS*. Acesso em 10 de agosto, 2014, em [http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/CREPOP\\_CREAS.pdf](http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/CREPOP_CREAS.pdf)
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde de Ocupacional*, 54(4), 7-11.
- Fonseca, T. M. G. & Barros, M. E. B. (2010). Entre prescrições e singularizações: o trabalho em vias da criação. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 101-114.
- Foucault, M. (2011). *Vigiar e punir: o nascimento das prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lague, C. M. (2013). Aventurar-se na desventura: um ensaio sobre política pública e laço social. *Correio APPOA*, 226, 29-36. Acesso em 10 de agosto, 2014, em <http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/226.pdf>
- Mestriner, M. L. (2008). *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez Editora.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Acesso em 17 de março, 2015, em [http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/pnas.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/pnas.pdf)
- Passos, E. (2007). Apresentação: quando o grupo é afirmação de um paradoxo. In R. Benevides Barros, *Grupo: a afirmação de um simulacro* (pp. 11-19). Porto Alegre: Sulina/ UFRGS Editora.
- Pereira, P. A. (2007). A assistência Social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. *Ser Social*, 20, 63-83.
- Ribeiro, C. V. S. & Léda, D. B. (2004). As relações entre trabalho e saúde em tempos de reestruturação produtiva. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(2), 76-83.
- Schwartz, Y. (2011). Manifesto por um ergoengajamento. In P. F. Bendassolli & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (pp. 132-166). São Paulo: Editora Atlas.

## **Grupos no CRAS: práticas normativas ou agenciamento de grupos dispositivos?**

Pierra Beatriz Cavalcante Oliveira

Saulo Luders Fernandes

O trabalho aqui referido busca apresentar uma análise das atividades em grupo desenvolvidas pelos psicólogos nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em um município situado no agreste de Alagoas. Com base no conceito de grupo como dispositivo apresentado por Barros (2007) - fundamentado nas leituras de Deleuze, Guattari e Foucault - procuramos expor as limitações que o processo de grupo pode apresentar aos sujeitos inseridos nesta política, bem como, as possibilidades de produzir campos de imanência por meio da atividade grupal, que interpelada por diversas produções sociais constituintes da realidade, incide em outras formas de conceber a vida.

O grupo como campo de análise dos CRAS evidencia um problema latente: será que as atividades grupais realizadas nas políticas de assistência social básica ocorrem em concordância com o que o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) propõe para este tipo de serviço?

Em torno deste questionamento o presente trabalho teve o propósito de analisar os grupos realizados no CRAS, partindo da premissa que a tecnologia grupal pode ser utilizada nas práticas dos profissionais psicólogos como um primordial dispositivo de intervenção, com vista a possibilitar formas de enfrentamento das realidades daqueles usuários que constituem os espaços abrangidos pela comunidade assistida, bem como, formular redes de proteção e promoção social aos sujeitos e coletivos.

Para explanar acerca da temática, faz-se necessário retomar, como pontua Barros (2007), o conceito histórico de grupo como especialidade que transcorre a prática e os saberes psicológicos, na proposta de uma compreensão de grupo que atua como dispositivo ético-político nos territórios no qual se insere, ativando as diferentes maneiras de subjetivar-se

na realidade. Assim, recuperar alguns apontamentos teóricos acerca dos grupos é fundamental, à medida que o passado está no presente enquanto base construtiva, não podemos falar da atuação do psicólogo sobre determinado saber, sem identificar como se deu o processo histórico da emergência deste conhecimento.

A psicologia moderna constitui seus pilares em dois projetos de ciência distintos, os quais se estendem às produções da psicologia contemporânea. De acordo com Parpinelli e Fernandes (2011), estes projetos divergentes de psicologia, propostos por Wundt, produzem campos dicotômicos na forma de compreender os processos psicológicos e subjetivos. Wundt propõe, de um lado uma psicologia experimental, que ampara-se pelos métodos das ciências naturais, com orientação psicofisiológica, busca análise nos elementos fundamentais do psiquismo, centrando os processos psi no indivíduo; e de outro uma psicologia de cunho social, denominada de psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*), que amparada pelos métodos das ciências humanas, busca compreender os processos culturais e sócio-psicológicos, como a linguagem e o pensamento, a qual circunscreve suas análises a dimensão dos processos coletivos (Parpinelli & Fernandes, 2011).

Wundt ao tentar trazer uma resolução à complexidade dos processos psicológicos, que não se fadariam apenas ao método das ciências naturais, consolida uma problemática à psicologia, que se desdobra em duas compreensões distintas de sujeito: uma que forja um psiquismo sem mundo, o qual é auto-referente a seus processos elementares; e outra que concebe um sujeito engolfado às construções sociais. Ambas perspectivas tentam de forma falaciosa localizar o lugar de produção dos campos subjetivos, e ao fazer, os segmentam em dois elementos contrários, em polaridades que se contrariam entre os fenômenos: individuais e coletivos.

Esta compreensão binária percorre a história da psicologia moderna e germina, de acordo com Farr (1996/2004), duas formas de se pensar a psicologia social, as quais ele denomina de: Psicologia Social Sociológica e Psicologia Social Psicológica. A primeira, com muita aderência e entrada ao campo da sociologia, objetivava compreender as produções psicológicas por meio dos discursos e produções coletivas, a subjetividade subjaz as relações sociais e seus determinantes. Já a segunda, busca no indivíduo, em suas atitudes e comportamentos, as definições e compreensões

dos fenômenos sociais. Os comportamentos coletivos e os fenômenos de caráter social são compreendidos por meio dos processos psicológicos individuais, sendo estes a unidade de medida nodal para se pensar os processos dos grupos e dos coletivos.

Estas compreensões binárias também colonizam os saberes das teorias grupais. O grupo torna-se objeto cuja finalidade é acessar o plano subjetivo por meio do campo social e coletivo. Neste sentido, o grupo é compreendido como um todo, formado por partes que cumpre a função de intermediar a relação indivíduo e sociedade. As teorias de grupos pendem, ora para definições coletivistas e sociológicas, e ora centram-se à elementos psicológicos para explicar os fenômenos grupais, o que dificulta uma compreensão de coexistência entre sujeito e coletivo, na produção de processos subjetivos que transbordem esta lógica dualista (Barros, 2007).

O tratado da psicologia das multidões, de Gustave Le Bon, é um exemplo de como os processos dos grupos e dos coletivos são pensados nestes campos binários. Le Bon (1895/2008), em um contexto histórico no qual trata de forma pejorativa os processos coletivos, situa a principal propriedade das multidões como sendo a fusão dos indivíduos em um processo psicológico comum, que determina o desaparecimento de sua consciência e orientação de seus sentidos, bem como, a redução da inteligência e do pensamento crítico. Como afirma o autor: “Na alma coletiva, apagam-se as aptidões intelectuais dos homens e conseqüentemente sua individualidade. O heterogêneo perde-se no homogêneo e as qualidades inconscientes dominam” (Le Bon, 1895/2008, p. 34).

Le Bon (1895/2008) faz funcionar esta lógica dicotômica ao afirmar que o indivíduo encontra-se em uma situação de degeneração de sua consciência quando o mesmo encontra-se enredado pela denominada “alma coletiva”. Assim, o autor enquadra os processos coletivos aos moldes das multidões, os quais dissolvem a dimensão determinante à produção do indivíduo na modernidade, sua consciência. Esta compreensão acirra ainda mais a binaridade historicamente existente entre individualidade/coletividade.

Em contraponto as construções teóricas anteriores, Freud (1921/2011) realiza uma crítica a psicologia das multidões, ao afirmar que Le Bon (1895/2008) não consegue explicar os nuances psicológicos que perpassam as multidões, por isso propõe analisar a psicologia das massas

com o olhar de sua metapsicologia analítica. Ao buscar a dissolução da dicotomia individual/social, Freud (1921/2011) pressupõe os fenômenos sociais e históricos baseados nas relações de cunho interindividuais, nos quais sua metapsicologia se desenvolve: “e portanto a psicologia individual é também desde o início psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.” (p. 14). Assim, Freud (1921/2011) reduz a psicologia social às produções libidinais do indivíduo, e nele localiza sua base para análise dos fenômenos sociais. Como afirma Silva (2005, p. 81):

Assim, ... Freud coloca que a psicologia individual é ao mesmo tempo uma psicologia social, ele está querendo dizer que a psicologia social é, de certo modo, “parasita” da Psicologia individual, pois o indivíduo é que deve ser tomado como matriz para explicar o social.

Na busca de alternativas a dualidade ainda existente na psicologia social, Lewin (1951/1965) com uma leitura crítica e intervencionista aos processos de grupo propõe a sua Teoria de Campo. Teoria esta que objetiva compreender os fenômenos grupais em sua totalidade, os quais são determinados tanto pelo campo psicológico, pelas energias vetoriais criadas pelos indivíduos em interação, quanto pela dinâmica gerada no grupo, que também vai orientar o comportamento dos indivíduos em relação. Lewin (1951/1965) realiza uma releitura do fenômeno grupal, na qual o grupo passa a ser compreendido como uma dinâmica coexistente de processos individuais e coletivos, os quais se implicam na construção do grupo e dos sujeitos que dele fazem parte.

Apesar da alternativa proposta por Lewin (1951/1965) à superação da dicotomia ainda presente entre indivíduo/sociedade na psicologia dos grupos, sua teoria apresenta uma problemática analítica, ao centralizar suas análises a dinâmica e aos elementos circunscritos aos processos intragrupais, não considerando o grupo em sua localização histórica e política dentro de uma determinada sociedade. Desconsiderar as forças histórico-políticas que sobrepujam a formação dos grupos é compreendê-los, de acordo com Lane (1984), de forma a-crítica e a-histórica, é retirar o grupo dos processos sociais que o concebe, deslocando-o das tramas macrossociais que o determina.

Assim, Lane (1984), para superar o conceito de dinâmica de grupo, o qual traz consigo compreensões fisicalistas e restringe a relação do grupo a seu espaço intragrupal, propõe o termo processo grupal para validar as

produções referidas a um determinado grupo, que não se fada apenas a seus interstícios intragrupais, mas às suas relações intergrupais e aos determinantes históricos e políticos que os movimentam. O grupo passa ser pensando como espaço de produção de consciência e lugar no qual os indivíduos se reconhecem como sujeitos históricos, pertencentes a uma realidade que pode ser transformada.

Apesar das críticas levantadas a Teoria de Campo de Kurt Lewin, foi ele quem iniciou as primeiras investigações e demonstrou a importância dos estudos com pequenos grupos. Suas pesquisas proporcionaram a outros estudiosos avançarem nesta temática. Teóricos como: Tajfel (1981/1982) e Moscovici (1979/2011), que para além do estudo das relações intragrupais, buscaram compreender os processos intergrupais e as relações sociais que os produzem, compreendendo a sociedade como uma trama de grupos e subgrupos que enredam movimentos e conflitos.

Tanto Tajfel (1981/1982) quanto Moscovici (1979/2011) buscaram pesquisar as chamadas minorias sociais, caracterizadas como grupos sociais minoritários que se apresentam em uma relação assimétrica de poder e recursos frente a grupos e instituições que legitimam a ordem social hegemônica de uma determinada sociedade. Para ambos os autores, os grupos minoritários são os protagonistas dos processos de confronto e transformação da realidade. O grupo, a partir destes estudos, passa a ser entendido como dispositivo de mudança social, como lugar de luta e enfrentamento político à ordem estabelecida, que promove formação de identidades, questionamento aos valores, normas e emergência de novas relações sociais e visões de mundo.

Assim, teorias como a de Tajfel (1981/1982), Lane (1984) e Moscovici (1979/2011) buscam dissolver a dicotomia existente entre indivíduo/coletividade presentes na história da psicologia social, ao compreenderem o grupo como dimensão transformadora da realidade, que se apresenta como expressão coextensiva da sociedade que o produz e a qual ele mesmo modifica.

Com base nesta compreensão de grupo, como dimensão transformadora da realidade, Barros (2007) acrescenta outra discussão relevante ao estudo dos grupos. A autora pontua a importância de se compreender o grupo como objeto de um saber-poder, o qual atua com a finalidade de adaptar o sujeito ao modelo individualizado de existência, sujeitando-o as

interveniências do grupo, gerando um movimento coletivo de produções cristalizadas e massificadas, o que cria barreiras para produções heterogêneas nos processos grupais. A esta forma de atuação do grupo Barros (2007) caracteriza como o modo-grupo.

No modo-grupo, de acordo com Barros (2007), a noção de subjetividade é tomada como equivalente a noção de indivíduo, e evidencia um conceito de grupo que se pauta na produção de identidades/essencialidades, que delimitam a subjetividade a formas individualizantes e obstruem o processo de grupo como campo de afirmação das diferenças. Para contrapor o modo-grupo, Barros (2007) propõe, a partir do conceito de subjetividade, o grupo-dispositivo que se destaca pela alteração que perfaz nos processos de subjetivação dos sujeitos em ação, na emergência do grupo como objeto “entre” o indivíduo e a sociedade, em que a subjetividade não é mais tomada como equivalente à noção de indivíduo, mas em um processo devir coletivo-político, a qual permite ao grupo a abertura de relações de diferenciação entre seus membros. O que cria condições para que as pessoas construam novos territórios com componentes de subjetivação não normativos, ou individualizados, mas sim, emanados da desindividualização social. Para Barros (2007, p. 23) a configuração do objeto grupo como “grupo entre” se deve ao sentido de:

Insistimos nos grupos, pois eles, des-essencializados, levados ao limite de sua forma, criam passagens para o plano coletivo, plano público, plano de produção de subjetividades. Mergulhados neste plano, os indivíduos experimentam o que está para aquém e além de si, podendo então, outrar-se, (re)inventar-se.

Assim, a importância da existência dos grupos elaborados por meio das políticas públicas da Assistência Social, segundo os conceitos de grupo não dualistas, de forma que as técnicas grupais utilizadas pelos psicólogos atuantes nos CRAS apresentem um olhar do psicólogo que vise à instauração de dispositivos que possibilitem novos modos de produção subjetiva, os quais abrem pontos de ruptura para a produção de saberes que instrumentalizem as comunidades para a leitura de suas realidades. O psicólogo deve explorar, a partir do grupo, possibilidades inventivas na reapropriação de sentidos que desencadeiem nos sujeitos novas falas e modos de expressão, que fortaleçam os territórios e os vínculos ali disponíveis ou a serem criados.



## **A cartografia como método de pesquisa**

A presente pesquisa trata-se de uma investigação de campo de cunho qualitativo de caráter exploratório descritivo. Como parâmetro metodológico da pesquisa adotamos a cartografia como método de produção de conhecimento. A cartografia, de acordo com Ferigato e Carvalho (2011), apresenta-se como um método que busca analisar e descrever processos, por meio de delineamentos de mapas territoriais de existência. Como afirma Deleuze e Guattari (2009), construir um mapa é romper com os decalques que propõem o enquadre da realidade a um molde já estabelecido. O cartógrafo é aquele que nas mediações do território no qual ele se insere, delinea suas linhas, fronteiras e aberturas. Um mapa se cria e se inscreve no tempo e na realidade, já o decalque é uma cópia que se pretende fiel ao mundo analisado.

O foco do cartógrafo, de acordo com Ferigato e Carvalho (2011), é no acompanhamento das processualidades, na qual o pesquisador ao intervir sobre a realidade, a reconhece e a produz em conjunto com seus saberes, diferenciando-se dos métodos tradicionais da ciência moderna, caracterizados como aqueles que almejam os resultados finais produtos de uma pesquisa, no qual o pesquisador se orienta pelo objetivo final e não pelo que está a se produzir no caminhar do estudo.

### *Pistas cartográficas e analisadores: pressupostos de orientação do método*

Para nortear o método cartográfico, Passos, Kastrup e Escóssia (2010) apontam oito pistas premissas ao plano de ação do cartógrafo em sua investigação, denominadas: (a) a cartografia como método de pesquisa-intervenção, (b) o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo, (c) cartografar é acompanhar processos, (d) movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia, (e) o coletivo de forças como plano de experiência cartográfica, (f) cartografia como dissolução do ponto de vista do observador, (g) cartografar é habitar um território existencial, e (h) por uma política da narratividade. Para a condução da investigação realizada utilizamos duas destas pistas, identificadas como relevantes às argumentações da pesquisa. Assim, faz-se necessário explanar as pistas utilizadas na pesquisa para uma melhor compreensão.

A pista (b) “o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo” busca evidenciar o funcionamento da atenção do cartógrafo durante seu trabalho de campo para não cair no perigo de existir uma atenção direcionada. Baseada no conceito de atenção flutuante desenvolvido por Freud (1912/1969, citado por Kastrup, 2007) em sua clínica analítica, na qual se recomendava a importância de uma não direção da atenção para algo específico com tentativa de manter a atenção suspensa: “Para Freud a atenção consciente, voluntária e concentrada, é o grande obstáculo à descoberta. Por outro lado, recomenda a utilização da atenção onde a seleção se encontra inicialmente suspensa, cuja definição é prestar igual atenção a tudo” (Kastrup, 2007, p. 16). O campo do cartógrafo é a dimensão na qual ele captura a realidade e é capturado por ela, a atenção flutuante torna-se técnica necessária, em uma relação estabelecida mediante fragmentos, na qual tudo deve ser digno de atenção e olhar.

Já a pista (d), “movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia”, desenvolvida por Barros e Kastrup (2010) aponta a cartografia enquanto um método investigativo que requer dispositivos concretos, com vista a desabilitar aquilo que bloqueia a criação em um determinado espaço. Dispositivo compreendido como campo agenciador de produções subjetivas, que catalisam os campos heterogêneos de criação e possibilitam análises dos jogos de forças em desenvolvimento.

Na presente pesquisa o conceito de dispositivo se tornou uma categoria que auxiliou os processos de análise, juntamente com a ideia dos analisadores consolidada pelo teórico institucionalista Lourau (2004). Na qual, o mesmo, define analisador como um mecanismo que proporciona abertura de campos de análise na vivência da pesquisa. Sendo um processo que atravessa o pesquisador, o afetando em determinados momentos, e com isso, evidenciando a partir de qualquer materialidade fenomênica, suportes necessários para exprimir, declarar ou denunciar a situação institucional. A materialidade expressiva de um analisador se evidencia pela sua capacidade de auto-análise, que dispara no analista/pesquisador sua capacidade de decomposição das práticas e cenas institucionais, que repercutem nas produções subjetivas daqueles que estão a elas submetidos.

Assim, o objetivo consistiu em contagiar por afetação o pesquisador ao campo, considerando também que tal produção analítica poderia re-

verberar nos profissionais atuantes no CRAS - em específico os psicólogos – refletindo sobre a realidade institucional a qual eles vivenciam.

### *Sujeitos da pesquisa - os psicólogos entrevistados e os grupos observados*

Os sujeitos componentes da pesquisa foram quatro psicólogos, sendo que destes, cada dois atuavam em dois CRAS. Assim, o desenvolvimento da pesquisa se realizou em duas instituições CRAS diferentes. Utilizamos como critério de escolha dos participantes da pesquisa, os psicólogos que atuavam nas instituições CRAS mais antigas do município, que datavam cinco anos de implantação, por razão de buscarmos nos deter as instituições com maior tempo de funcionamento e maior contingente de experiências práticas. Todos os psicólogos participantes afirmavam realizar atividades de grupo em suas instituições de trabalho.

### *Instrumentos e técnicas para o estudo cartográfico no CRAS – olhar sobre a atuação dos psicólogos*

Com o auxílio das pistas e tendo os analisadores como dispositivos de análise, utilizamos três instrumentos e técnicas para a coleta de informação, sendo elas: quatro (4) entrevistas individuais abertas realizadas com os psicólogos que compunham os CRAS; seis (6) observações sistemáticas dos grupos elaborados pelos psicólogos nas duas instituições CRAS, sendo três grupos desenvolvidos em cada CRAS; e por fim, o uso do diário de campo, como modo de refletir e descrever os grupos desenvolvidos pelos psicólogos, com intuito de imergir em suas práticas e delas se afetar, para o processamento das pistas cartográficas antes descritas.

O roteiro da entrevista aberta foi descrito em oito questões sequenciais sistematizadas de acordo com três temas pertinentes a pesquisa, que se seguem: (a) compreensão do psicólogo sobre a política pública de assistência social; (b) atuação da psicologia no CRAS; (c) grupos e suas compreensões e desdobramentos na atuação do psicólogo na assistência social. As entrevistas centraram-se nas condições reais vivenciadas pelos psicólogos nos CRAS, por isso, percebemos na entrevista aberta a possibilidade de uma investigação mais ampla sobre o entrevistado, suas práticas e concepções, como afirma Bleger (2007, p. 03) “na entrevista aberta, o entrevistador tem ampla liberdade para as perguntas ou para

as suas intervenções, permitindo-se toda a flexibilidade necessária em cada caso particular”.

Já a produção de informação ocorrida nos grupos observados, foi realizada mediante a observação assistemática, que nos permitiu nos afetar aos acontecimentos que emergiram na realidade vivida, bem como, na escrita de diários de campo, a partir da perspectiva da análise institucional que, compreende essa ferramenta de intervenção com potencial de produzir um movimento de reflexão da própria prática (Lourau, 2004; Pezzato & L’abbate, 2011).

### *Os caminhos da pesquisa*

O desenvolvimento da pesquisa teve seu início com o contato inicial dos pesquisadores à Secretaria de Assistência Social do município, bem como, com primeiros encontros com os psicólogos para explicar a proposta da pesquisa e seus objetivos. Após esta etapa, com a anuência de todos os participantes e da Secretaria de Assistência Social, e com à aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética (número do protocolo: 13035013.3.0000.5013) iniciamos o processo de campo e de produção das informações.

As quatro entrevistas realizadas se deram mediante marcação prévia entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, com duração média de uma hora e meia. As questões foram sendo trazidas no processo de diálogo com os profissionais psicólogos, norteadas pelos três temas citados anteriormente. Algumas dificuldades foram encontradas: primeiro, o não comparecimento de uma entrevistada na data marcada da entrevista, o que exigiu nova remarcação. Outra problemática encontrada foi o receio de alguns participantes relatarem sua prática profissional. Tentamos ao máximo pontuar que a entrevista não se expressava como um processo avaliativo, mas como uma conversa que permitisse uma reflexão sobre as práticas realizadas no CRAS e as concepções que as baseavam.

Quanto a observação dos grupos realizados no CRAS, foram observados seis (6) encontros, sendo três (3) grupos em cada CRAS pesquisado. As atividades se realizaram com públicos diferenciados (crianças, jovens, idosos e mulheres) e sua execução variava de acordo com a temática proposta. O local onde os grupos foram realizados não se centralizaram apenas nos CRAS, mas também, em equipamentos sociais

que constituem sua rede de atuação, como: associação dos moradores do bairro.

Os seis (6) grupos desenvolvidos e observados na pesquisa serão descritos a seguir, sendo divididos em dois subgrupos: três (3) encontros realizados no CRAS 1 e outros três (3) encontros desenvolvidos no CRAS 2. Cabe lembrar que havia duas psicólogas atuantes em cada CRAS e que cada grupo foi guiado apenas por uma profissional. Os encontros duravam em média uma hora e meia.

No CRAS 1 realizou-se três observações de grupos, tendo como público alvo respectivamente: mulheres, crianças e idosos. O primeiro grupo observado no CRAS 1 teve como temática e título o “Fortalecimento de Vínculos para Mulheres”, tinha o objetivo de tratar com as mulheres das comunidades atendidas sobre os perigos dos fogos de artifício, muito utilizado nos festejos juninos que ocorriam na época. O segundo grupo observado na instituição foi desenvolvido pela mesma psicóloga e tinha a finalidade de tratar com crianças, entre meninos e meninas de 7 a 10 anos, acerca do trabalho infantil, prática recorrente na comunidade. Já o terceiro e último grupo observado no CRAS 1, foi elaborado pela outra psicóloga participante da pesquisa, com uma atividade com os idosos em comemoração aos festejos juninos. Ao chegar à instituição para observação do grupo de idosos, aqui descrito, a psicóloga afirmou que este grupo era elaborado pelo CRAS e Unidade Básica de Saúde (UBS), e que as instituições alternavam quinzenalmente os encontros marcados, assim, a atividade comemorativa teria a participação dos profissionais das duas instituições.

No CRAS 2 realizamos também outras três observações dos processos de grupo, que tiveram como participantes, respectivamente: gestantes, idosos e jovens. O primeiro grupo observado consistiu em uma atividade desenvolvida pela assistente social e pela psicóloga, participante da pesquisa, com gestantes que participavam de um programa realizado em parceria com a esfera federal, para distribuição de cestas nutricionais. A atividade programada para o grupo consistia, segundo a psicóloga, em uma roda de conversa, com intuito das participantes trocarem experiências sobre “o que é ser mãe”, devido ao fato de ter passado há pouco tempo o mês das mães. O segundo grupo observado no CRAS 2 foi realizado pela mesma psicóloga com idosos da comunidade, tendo como objetivo, em formato de roda de conversa, tratar acerca dos festejos juninos e os

perigos dos fogos de artifício, festas que estavam acontecendo naquele período. O terceiro e último grupo observado no CRAS 2, foi realizado pela outra psicóloga participante da pesquisa, e tinha como propósito tratar com os jovens sobre os cuidados com o meio ambiente.

Após as observações, as entrevistas e com posse do diário de campo, as informações produzidas foram transcritas, com posterior leitura sistemática, na busca por construir, em um processo analítico, algumas dimensões de análise por meio dos analisadores vivenciados e configurados no processo de pesquisa. As dimensões de análise constituídas no estudo serão descritas e desenvolvidas a seguir.

### **Resultados: linhas de produção cartográficas – várias entradas para os campos de análise dos processos de grupo nos CRAS**

A partir das análises dos grupos, das entrevistas e do diário de campo foi possível identificar a emergência de analisadores que permitiram a configuração de dimensões de análise sobre a prática do psicólogo em grupos no CRAS. Destes analisadores configuramos três linhas que cartografam o psicólogo na interface grupo e política pública de assistência social, especificamente no equipamento social CRAS: (a) O grupo como prática normativa: reificação dos modos de existência; (b) Burocratização dos serviços no CRAS e sua implicação na atividade do psicólogo; (c) De um olhar incapacitado à emergência do grupo dispositivo. Neste sentido, os tópicos a seguir apresentam entradas quanto à prática do psicólogo no CRAS e sua relação com os processos grupais desenvolvidos.

Característica interessante a ser observada para minuciar esta análise, é o fato de que todos estes profissionais apresentam regime de trabalho como contratados pela prefeitura municipal, fator que pode influenciar na permanência do profissional ao campo do instituído, sem maiores contestações acerca da sistemática, dos objetivos, das regras e do funcionamento da instituição CRAS.

#### *O grupo como prática normativa: reificação dos modos de existência*

Nas observações realizadas das atividades de grupo e nas entrevistas desenvolvidas pelos psicólogos no CRAS, apresentaram-se práticas

reguladoras que reproduziam uma forma de operar o grupo como um espaço de delimitação do sujeito à enquadres normativos, os quais situavam os sujeitos dentro de compreensões psicológicas universalizantes e individualizantes.

Assim, categorias como gênero, classe, raça e etnia não se apresentavam como categorias analíticas que permitissem os psicólogos pensar e fazer sua prática. Aprisionados em critérios sociais normatizados, que exigiam dos participantes a delimitação de seu modo de existência a um lugar comum, reproduzido no cotidiano, as intervenções nos grupos centrava-se em suas relações intragrupais e não se evidenciava, como aponta Lane (1984), o grupo e suas determinações históricas e relações políticas as quais seus membros estavam inseridos.

Como no caso do grupo elaborado pela psicóloga e pela assistente social com intenção de proporcionar um espaço de compartilhamento das experiências das gestantes enquanto mães. O qual foi iniciado com a seguinte indagação: *“Como vocês receberam a notícia da gravidez e o que acharam do fato?”* (psicóloga do CRAS 2). A discussão foi suscitada e desenvolvida em narrativas que, ao trazer à tona a vivência do cotidiano materno, transbordavam o conceito normativo de ser mãe, e exigia de todas no grupo a repensar seus papéis. As especificidades de cada mulher participante exigia um olhar sobre as diferenças que emergiam, diferenças estas que não foram apreendidas pelos profissionais, os quais recorreram ao modelo social vigente para pontuar sobre os modos diversos experienciados das mulheres. Como relatado no diário de campo:

*Em um momento do grupo no qual as gestantes afirmavam as problemáticas que um filho poderia trazer à vida de uma família se esta não estiver bem estruturada para recebê-lo, a assistente social intervêm e fala “eu ainda não sou mãe, mas acho que é como diz a frase ser mãe é padecer no paraíso”, o grupo continua e uma gestante fala que teve seu primeiro filho sozinha, sem o apoio de sua família, tendo sido muito difícil aquele período de sua vida, pois “ser mãe é ter responsabilidades dobradas”, com isso a assistente social intervêm novamente e diz “ser mãe é ter realmente muita responsabilidade mas eu sei que vocês se sentem felizes.”* (Diário de campo, p. 1, GRUPO 1, CRAS 2)

*Assim a psicóloga continua o grupo até que uma mulher conta que sua primeira gravidez não foi planejada, e ela não queria ser mãe, mas para não*

*fazer besteira ficou quieta e teve seu filho, afirma que pensou fazer besteira várias vezes porque não tinha marido, pai ou mãe para ajudar a criar a criança. Com isso todos ficam calados inclusive as profissionais presentes no grupo, é quando outra gestante diz rapidamente “você tem que ver que Deus tava querendo lhe abençoar, e ainda bem que você não fez besteira”. (Diário de campo, p. 4, GRUPO 1, CRAS 2)*

A partir disto, percebemos que naquela ocasião o grupo acabou se transformando num espaço de inspeção da mulher enquanto mãe, obstruindo a proposta de construir um momento que teria como finalidade a re-significação daqueles modos de vida e com ele suas problemáticas subjetivas e políticas.

O grupo como campo normativo, esteve atravessado por relações de forças dominantes, em um traçado que objetivou regulamentar as formas de vida nos termos mulher-mãe-esposa, partindo de uma visão deslocada da realidade que vivenciavam aquelas componentes do grupo. Cabe retomar aqui o conceito de processo grupal de Lane (1984), na tentativa de repensar a prática de grupo desenvolvida, que se fez de forma a-histórico e a-crítica, não respondendo as necessidades materiais as quais vivenciavam as mulheres.

Aliado a este campo normativo existe uma relação hierárquica na qual o psicólogo se coloca como detentor do saber, que ritualiza a verdade e formas de subjetivação ajustadas aos padrões sociais (Barros, 2007). Em uma prática, baseada em um modelo psicologizante, que individualiza a vida e os processos subjetivos, que quando transposta à atuação do psicólogo nas políticas públicas de assistência social, comprova uma atividade não condizente com as reais necessidades da demanda a qual a política pretende atender. Fato notório na pesquisa, quando uma psicóloga que participava da entrevista, responde quanto à prática do psicólogo em grupo:

*meu trabalho é mesmo de fazer palestras esclarecendo a comunidade e trazendo informações para tirar as dúvidas das pessoas, porque a maioria das pessoas são simples e tem pouco conhecimento, então, é esse nosso trabalho aqui, de ensinar um pouco do meu saber, do saber da Psicologia, agora a gente tem que se comunicar com o povão na linguagem deles, mas ensinando o que é melhor para eles, porque a gente sabe enquanto psicólogo falar qual é o comportamento mais adequado. (psicóloga do CRAS 2)*



Nesta entrevista pode-se analisar o lugar na qual a psicóloga se coloca, como a detentora de um saber que a direciona a exercer um poder que delimita ao sujeito o que ele deve ou não fazer, o que é adequado ou não a ele. Tal prática pode ser compreendida como produtora de um campo biopolítico, como diria Foucault (2008), como forma de regulamentar a vida humana, na promoção de uma forma de poder, cuja finalidade é otimizar o governo da vida dos sujeitos e das populações, oferecendo campos de produção *a priori* nos quais os sujeitos podem viver e subjetivar-se.

Desta forma o biopoder, como campo biopolítico, atravessa diversas áreas de saber, penetrando e modificando os sujeitos em processos de intensificação de suas vidas, conjugados por segmentos de ativação das forças produtivas no modo de produção capitalista. Neste parâmetro, a política pública da assistência social pode se deparar, ao menos, com dois tipos de percepção acerca de sua finalidade: uma que produz um campo normativo de conduta, que controla o modo de vida de um segmento social e comunitário, frente a parâmetros sociais vigentes; e outro que busca a produção do sujeito com base na afirmação de suas diferenças que vertem sobre sua cidadania, focando sua capacidade de se desterritorializar e conceber outras formas de ser e novos sentidos comunitários capazes de reinventar seu cotidiano na garantia de seus direitos.

No grupo realizado pela psicóloga com crianças, meninos e meninas de 7 a 10 anos, que teve a finalidade de tratar acerca do trabalho infantil, pelo motivo de muitas das crianças trabalharem para ajudar suas famílias, reiteram estas formas normativas de atuação do psicólogo no CRAS:

*Ao iniciar o grupo as crianças se sentam nas cadeiras em círculo, e a psicóloga pede para todos ficarem de pé e darem as mãos. Logo um menino fala que não vai ficar de pé, já percebendo que se tratava de uma oração a ser realizada, então a psicóloga afirma “menino fique de pé para a gente rezar o pai nosso, o pai nosso todo mundo reza até quem é evangélico. A gente não reza a Ave Maria não!” Com isso o garoto se levanta meio a contra gosto, pega nas mãos dos colegas e, inicia-se a oração, todos rezam o pai nosso e posteriormente as crianças já emendam na Ave Maria, assim, o garoto solta as mãos dos colegas rapidamente se senta na cadeira ... Em determinado momento a psicóloga diz que vai colocar um filme bem legal para todos assistirem, chamado Hoje é Dia de Maria, o menino se volta para ela um tanto nervoso e fala que não vai assistir, já se levantando para ir embo-*

*ra, neste momento a psicóloga diz “menino não é Maria mãe de Jesus não! É Maria uma menina que vive no sítio com a mãe dela e o filme é contando a história dessa Maria”. Então o menino se senta e o filme começa. (Diário de campo, p. 21, GRUPO 2, CRAS 1)*

A psicóloga que desenvolvia a atividade, já realizava aquele momento de oração rotineiramente nos grupos elaborados, pelo fato de ter sido observado à mesma situação outras vezes. O modo como a psicóloga desenvolve o grupo, traçando um percurso já disposto de crenças e verdades, impede que outras maneiras de viver e pensar atravessem o processo do grupo, delineando um caminho pré-determinado para sua atividade. Como afirma Deleuze (2006), sobre o conceito ontológico da representação, o qual universaliza modos de existência a uma forma prescritiva, a qual pretende incluir as diferenças a um modelo que se pretende verdadeiro, na produção de um campo essencialista, na qual a vida fenomênica deve se encaixar. Como uma identidade fixada, que perdura na referência a ela mesma, em uma inflexão que busca de forma falaciosa uma repetição de si não transformadora. Afinal, como aponta Deleuze (2006), a repetição sempre promove campos de diferenciação, o universalizante inexistente no plano da vivência, pois neste lugar de intensidades e trânsitos de poder, o outro como diferença questiona e rompe a representação como uma falsa realidade que se pretende perdurar.

Diante destes relatos e observações cabe pensar uma prática de grupo que crie campos de inventividade para seus participantes, que não os restrinjam enquanto indivíduos e não os enquadre em modelos rígidos de existência, mas que possibilite, no espaço entre o coletivo e a individualidade que se processam no grupo, a produção de uma terceira linha de atravessamento, que ao perpassar suas subjetividades evidenciam suas diferenças e vivências. Vivências estas que podem ser vistas e revistas pelos coletivos e sujeitos, na busca de garantia dos seus direitos, os quais devem ser afirmados e consolidados pelos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

*Burocratização dos serviços no CRAS e sua implicação na atividade do psicólogo.*

A segunda linha cartográfica delinea a questão da burocratização da política de assistência social na prática dos psicólogos no CRAS. Tema que

se faz presente nos discursos dos profissionais analisados, bem como, na própria observação da prática cotidiana nas instituições. A burocratização se torna, segundo os psicólogos, empecilho para a realização de uma prática mais dinâmica e fluida, à medida que, toda atividade exercida exige diversos trâmites institucionais, como metas a cumprir nos grupos, que por vezes não são condizentes com a necessidade do território trabalhado. A burocratização, de acordo com Lapassade (1983), é a incapacidade da instituição repensar suas demandas e práticas, atuando na reprodução de uma lógica já existente, que fortalece as funções já postas e as produções instituídas. Dentre as falas as quais evidenciam este fato, destacamos as seguintes:

*olhe! Para você ter uma noção, cada programa diferenciado que chega da assistência ao CRAS tem uma prática burocrática diferente de ser feita, eles pedem cadastros, fichas, várias coisas para preencher, é papel demais o trabalho fica engessado e gera uma demanda muito grande pra gente, além da abrangência do CRAS, são muitas comunidades, com tanta burocracia é complicado. (psicóloga do CRAS 2)*

Cabe, diante destas dificuldades as seguintes perguntas: as atividades realizadas no CRAS são planejadas a serviço de quem? Os grupos realizados existem para atender uma demanda que dele necessita ou existe para cumprir, simplesmente, as metas determinadas pela secretaria municipal de assistência social?

Consideramos importante haver uma forma de regulamentar os serviços ofertados por meio do CRAS, até mesmo porque este processo serve de avaliação das práticas e estimula a reflexão por parte dos profissionais acerca de outros tipos de fazeres. Entretanto, deve-se pensar como se configuram tais formas de regulamentação, se elas operam sobre uma maneira avaliativa produtiva, ou se tornam instrumentos burocráticos à prática profissional. O seguinte fragmento do diário de campo evidencia este quadro:

*aquele grupo foi o mais difícil de observar a atuação da profissional, pois ela não fazia outra coisa a não ser tirar fotos da atividade, e em nenhum momento fez uma fala ou operacionalizou o grupo, apenas organizava as idosas e profissionais para as poses das fotos, fotos que serão enviadas a secretaria para comprovar que a atividade aconteceu. (Diário de campo, p. 23, GRUPO 3, CRAS 1)*

O grupo enquanto exigência burocrática fica descaracterizado quando realizado por um profissional que não consegue dimensionar o grupo como dispositivo e realiza tal atividade para cumprir uma meta final pré-fixada. O grupo passa a existir apenas como campo técnico, determinado segundo o especialismo acrítico o qual Rodrigues (2004) nos fala, no qual o aparato teórico metodológico do psicólogo é utilizado sem maiores reflexões frente a realidade que é oferecida a ele.

Cabe então refletirmos como criar estratégias para que esta burocratização existente nos serviços do CRAS não transforme o profissional em um instrumento institucional, mecânico frente a sua forma de trabalho, como evidente na seguinte fala:

*O grupo no serviço público é diferente, porque ao mesmo tempo em que você está no grupo você fica pensando em um monte de coisas externas que tem para fazer, é muita atividade pra pouco profissional, e o guia de orientação do técnico já determina tudo como deve ser feito, até o horário do grupo já está determinado, acho que o grupo seria melhor se a política não burocratizasse tanto. (psicóloga do CRAS 2)*

Para existir uma mudança institucional na prática com os grupos no CRAS, demanda-se várias modificações e diferentes posicionamentos do psicólogo diante da política pública como: o compromisso social do profissional e a tentativa de criar práticas interventivas de acordo com o serviço de proteção social no qual se insere. Como também, a crítica ao especialismo do psicólogo, que concebe um tipo de saber específico a determinado objeto, como se sua prática se restringisse a uma esfera individual, na qual a subjetividade jaz a espera de sua intervenção, na qual o grupo não a produz e não a perfaz.

### *De um olhar incapacitado à emergência do grupo dispositivo*

Nesta linha cartográfica, destacaremos as falas depreendidas do diário e das entrevistas que evidenciaram um olhar incapacitado acerca do grupo enquanto linha de atuação do psicólogo, para posteriormente, evidenciarmos o conceito grupo como dispositivo de intervenção e apresentarmos os acontecimentos da pesquisa nos quais o grupo se mostrou condizente com o que a política pública de assistência social preconiza, ainda que estes acontecimentos tenham se apresentado de forma incipiente.

Destaca-se, a seguir, recortes do diário de campo que evidenciam este processo de tensão entre o modo-grupo de atuação e o grupo como dispositivo (Barros, 2007). Na atividade do grupo de idosos realizado no CRAS 2, o qual se processou inicialmente em um modelo de modo-grupo, na tentativa de discutir os perigos dos fogos de artifício, temática que não acompanhava as necessidades emergentes dos sujeitos que dele participavam, foi reinventado no momento em que o grupo produz outra proposta de discussão, em uma entrada ao grupo-dispositivo, ao romperem com a lógica proposta pela profissional, de discutir os perigos dos fogos de artifício e compartilharem as situações de abandono e violências existentes na comunidade onde vivem. Como presente no fragmento do diário de campo:

*em determinado momento do grupo uma idosa conta uma historia afirmando que “os outros prejudica a gente e a gente não fica bem”, disse que certo dia se assustou com um rapaz porque ele invadiu sua casa, ai ela saiu correndo de casa e foi para igreja chamar o marido, o marido voltou para casa e o rapaz já havia ido embora. Com o relato da idosa o grupo que já andava bem disperso, ganha outra proporção, surgem mais conversas paralelas a respeito da violência existente no bairro, como um mercadinho que fora assaltado dias anteriores, uma bicicleta que foi roubada e o ladrão assassinado, entre outros fatos. Diante disto, a psicóloga tenta várias vezes mudar de assunto e enfatiza “adianta ficar o tempo todo triste em casa reclamando dos problemas da vida? Vocês tem que pensar o que tem de bom na comunidade! Os vizinhos não são coisas boas?” (Diário de campo, pp. 7-8, GRUPO 2, CRAS 2)*

Evidencia-se com a fala da profissional uma atuação limitada frente as demandas trazidas pelos idosos da comunidade, os quais apresentaram o que tem de latente a ser considerado, a existência de uma comunidade que vivência situações de violência e com isso produz condições de isolamento dos idosos. Entretanto, a psicóloga não problematiza as angústias produzidas no seio da comunidade, reificando uma compreensão ideológica e fantasiosa de comunidade, aprisionada a um conceito nos quais todos devem se dar bem e que não existam conflitos a serem tratados, impondo um modelo de comunidade diferente do que se apresenta na realidade, além de culpabilizar o usuário pelos problemas em questão, quando fala: “vocês tem que sair, fazer exercícios físicos e tentar se divertir para não cair em depressão” (psicóloga do CRAS 2), como se a dita “de-

pressão” fosse apenas do sujeito e não de seu contexto que o violenta e o impede de exercer seus direitos de forma plena.

Esta negação das implicações que afetaram aqueles idosos e da demanda real existente, com certa imposição de um sistema de normalização dos comportamentos via readequação de uma comunidade fabricada por uma compreensão ideológica, evidencia uma prática de grupo que não recria suas forças intervencionistas.

Contudo, os componentes do grupo não se submeteram a estas regras e a todo instante reafirmam o grupo como espaço capaz de se produzir conflitos e reflexões acerca de sua realidade, questionando o posicionamento da profissional e afirmando suas necessidades, como modos de resistência frente a incapacidade analítica da psicóloga.

Algumas entrevistas explicitaram enunciados que remetem ao olhar incapacitado para com os grupos dos psicólogos que atuam nos CRAS:

*eu sei que o grupo é uma forma do usuário tentar resgatar o exercício de sua cidadania para que ele não fique sujeito ao Estado, mas eu vejo que os grupos não flui às vezes, e como eu falei as pessoas ficam conversando sobre outras coisas não prestam atenção não querem participar mesmo.* (psicóloga do CRAS 2)

*por exemplo, essa roda de conversa que teve dos idosos aqui o tema era festejos juninos, aí eles mudam de tema, você pode perceber que eles ficam falando de violência, dos problemas com os filhos, de assassinatos, e o grupo não funciona.* (psicóloga do CRAS 2)

Diante destas falas percebemos a necessidade do psicólogo em reificar o grupo enquanto espaço de trabalho de uma esfera psi individualizante, para tentar aproximar o saber teórico-prático a uma compreensão tradicional de psiquismo. Repensar o grupo como dispositivo de intervenção implica uma re-localização do psicólogo nos interstícios da política de assistência social, não como um sujeito equalizador das problemáticas individuais ali presentes, ou de temas que os mesmos derivam relevantes, mas de compreender o território no qual se inserem e ativar o grupo como sistema capaz de fortalecer os sujeitos na expressão de suas problemáticas psicossociais, que se enredam em discursos subjetivos-políticos.

Todavia, não foram somente linhas rígidas que encontramos no decorrer da pesquisa ao acompanhar as processualidades dos grupos, identificamos também, como afirma Barros (2007), linhas mais flexíveis próximas à criação do grupo como um dispositivo de intervenção produtor de movimentos criativos de expressão da realidade vivida. Destacaremos a seguir os acontecimentos dos grupos e práticas nas quais reconhecemos tais características, como no grupo de fortalecimento de vínculos para mulheres:

*Aquele grupo, na qual a profissional falava acerca dos perigos dos fogos de artifício foi bastante proveitoso, tendo em vista que a psicóloga se utilizou de meios interessantes para incitar a discussão proposta, tais como, exibição de reportagens com dados estatísticos sobre acidentes causados por fogos e perguntas disparadoras que incentivou as falas das participantes, percebi que as integrantes se contagiaram com a atividade e conseguiram agenciar novas formas de cuidado ao refletirem como fazer para proteger seus corpos, suas famílias e a comunidade no geral. (Diário de campo, p. 20, GRUPO 1, CRAS 1)*

Nesta atividade o que mais se destacou foi à forma como a profissional utilizou os instrumentos técnicos de forma criativa e interventiva no manejo do grupo, desestabilizando as estruturas rígidas dos grupos elaborados até então. Os espaços de fala e escuta, possibilitaram a compreensão no plano das relações das pessoas, das práticas de cuidado de si e do seu entorno, à medida que, a psicóloga não se valia de saberes prévios para ditar como as pessoas deveriam proceder, e sim a cada fala, tentava enfatizar os saberes coletivos que se desconstruíam e reconstruíam no processo grupal.

Na atividade elaborada com crianças, sobre o trabalho infantil, também se fez presente o grupo-dispositivo que incidiu numa cena analisadora, na qual a profissional de forma horizontalizada pergunta aos componentes do grupo quais os temas elas gostariam de tratar nos próximos encontros, implicando que as demandas a serem tratadas surgissem no fluxo processual do grupo, por considerar que seu conhecimento não prevalece ao conhecimento e desejo dos participantes:

*a psicóloga então pergunta as crianças presentes o que elas gostariam de tratar nos próximos grupos, enfatizando que era muito importante a participação de todos no planejamento do grupo, para o desenvolvimento de*

*atividades que todos objetivassem, assim, ela fica negociando os demais encontros.* (Diário de campo, p. 23, GRUPO 2, CRAS 1)

Com isso, percebemos campos intercessores nestas práticas, que incidiram em tentativas de produzir atividades de acordo com as características da política do CRAS, bem como, grupos nos quais o “entre” se faz presente, conforme potencialidades latentes que foram expressas compondo pontos de ruptura para a produção de novos saberes, os quais instrumentalizam as comunidades para a leitura de suas realidades. O grupo disparou fazendo funcionar redes transversais de subjetividades coletivas, constituídas na heterogeneidade de novas conexões entre os sujeitos e suas experiências.

Cabe refletirmos, enquanto psicólogos e profissionais atuantes em políticas públicas, para que servem os grupos, como podemos utilizá-los, e o que queremos com eles, pensando-os enquanto lugar de processamento de subjetividades e coletividades.

### **Considerações finais**

Este trabalho se iniciou com o objetivo de investigar as atividades grupais desenvolvidas pelos psicólogos nos CRAS, na tentativa de traçar linhas que atravessassem o fenômeno grupo e suas implicações produzidas no campo da política pública de assistência social, assim, percorremos entre entrevistas e observações as práticas de grupos dos psicólogos no CRAS.

Neste percurso foi identificadas concepções de grupo, as quais ainda embasam as práticas dos psicólogos atuantes no CRAS – por se fazerem presentes em sua formação profissional e métodos de trabalho em grupos – na qual a noção de indivíduo agencia o campo social, e o grupo é identificado como um todo homogêneo que impede a diferenciação e a emergência das subjetividades coletivas. O grupo, concebido como fenômeno funcionando de forma independente dos movimentos que o produz, escamoteia a noção de subjetividade processual que é intercortada pelas diversas lógicas institucionais as quais a atravessam e a constituem.



O CRAS, neste sentido, pede profissionais comprometidos politicamente e socialmente com as demandas produzidas pelo território no qual se inserem, que tenham a capacidade de vislumbrar os diversos mecanismos e estratégias de intervenção baseados na perspectiva do cuidado, da proteção social e da afirmação dos direitos no âmbito das políticas públicas. Práticas estas, antagônicas aos campos normativos e psicológicos que individualizam os sujeitos e hierarquizam as relações grupais, observados nos grupos no decorrer da pesquisa.

O campo da assistência social aprofunda desafios há muito existentes na história da psicologia enquanto profissão, e as práticas psi, assim como os grupos, assumem por vezes a função de transformar o que é da ordem da multiplicidade em unidade e identidade, inviabilizando uma compreensão do processo grupal para além de uma técnica da prática do psicólogo. Neste sentido, o problema não incide no grupo, mais sim, em como ele está sendo compreendido e realizado nas práticas profissionais de quem maneja esta tecnologia social.

A proposta de grupo na qual acreditamos e defendemos neste trabalho, para uma intervenção condizente com as políticas de assistência social, requer uma compreensão de subjetividade “que não se situa no campo individual, mas no campo de todos os processos de produção social e material” (Barros, 1996, p. 6), implicando uma concepção de subjetividade na multiplicidade que compõe os conjuntos sociais, e quando apropriada de forma criativa, produz singularizações. Assim, singularizar seria então “inventar, criar outros modos de existência que não sobrecoifiquem as experiências” (Barros, 1996, p. 7).

Porém, esta concepção de subjetividade e processo de grupo, pouco foi observada, e se fez de forma incipiente nos CRAS nos quais esta pesquisa se desenvolveu. O que aponta a necessidade do psicólogo rever suas práticas de grupo e suas compreensões no campo da subjetividade, em uma releitura que o permita compreender o processo grupal como uma ferramenta base para sua atuação em políticas públicas.

O grupo entendido como forte dispositivo capaz de contribuir com os objetivos da política do CRAS com a capacidade de recuperar a historicidade de uma comunidade, instaurando novos movimentos territoriais, na promoção de rupturas para a afirmação de um sujeito de direitos. Em

tentativas de desmanchar compreensões normativas para disparar produções flexíveis, abrindo passagens em busca de outras formas de subjetivação, as quais auxiliam as camadas populares, usuárias das políticas públicas da assistência social - mais especificamente da proteção básica por intermédio dos CRAS - no processo de empoderamento e promoção social, desenvolvendo sentimentos de pertença, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na garantia do acesso aos direitos como cidadão.

## Referências

- Barros, R. B. (1996). Clínica Grupal. *Revista de Psicologia/UFF*, 7, 01-10. Acesso em 12 de abril, 2013, em <http://www.saude.ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=27850>
- Barros, R. B. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina.
- Barros, R. B. & Kastrup, V. (2010). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 76-91). Porto Alegre: Sulina.
- Bleger, J. (2007). *Temas de Psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1988)
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2009). Introdução: rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari (Orgs.), *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1, pp. 11-38). São Paulo: Editora 34.
- Farr, R. (2004). *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1996)
- Ferigato, S. H. & Carvalho, S. R. (2011). Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. *Interface*, 15(38), 663-675.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978/1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (2011). *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das letras. (Original publicado em 1921)
- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 15-22.

- Lane, S. T. (1984). O processo grupal. In S. T. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Lapassade, G. (1983). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Le Bon, G. (2008). *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1895)
- Lewin, K. (1965). *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Livraria Pioneira. (Original publicado em 1951)
- Lourau, R. (2004). Objeto e método da Análise institucional. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral* (pp.66-86). São Paulo: Hucitec.
- Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1979)
- Pezzato, L. M. & L'abbate, S. (2011). O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencialidades reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1297-1313.
- Parpinelli, R. S. & Fernandes, S. L. (2011). Subjetivação e Psicologia social: dualidades em questão. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 191-204.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (2010). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Rodrigues, H. B. C. (2004). Sobre as histórias das práticas grupais: explorações quanto a um intrincado problema. In A. M. Jacó-Vilela & D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos* (pp.113-168). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Silva, R. N. (2005). *A invenção da psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tajfel, H. (1981-1982). *Grupos humanos e categorias sociais I*. Lisboa: Horizonte.

## **Grupos no cárcere: uma experiência possível**

Ana Marcela da Silva Terra

Hebe Signorini Gonçalves

### **Introdução**

Este artigo surge a partir de inúmeros questionamentos, observações e vivências advindos de dois projetos de Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro: o Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC), nos grupos com os presos da 52ª Delegacia de Polícia de Nova Iguaçu, e o projeto Parcerias - Adolescentes em conflito com a lei, nos grupos com os meninos e meninas que cumprem medida socioeducativa no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGA-SE). Pretendemos problematizar o trabalho da Psicologia na área da Justiça e Direitos Humanos e propor o trabalho grupal como forma potente e possível de intervenção dentro de lugares de encarceramento. Para isso, lançamos mão da cartografia como forma de seguir pistas para mapear as diversas forças presentes nesses espaços, que modificam e se modificam ao longo das intervenções de profissionais e pesquisadores.

### **Metodologia**

O desejo foi de cartografar, mergulhar na geografia dos afetos, e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer a travessia: pontes de linguagem para expressão das intensidades. (Bertussi, Baduy, Feuerwerker, & Merhy, 2011, p. 308)

Nenhuma metodologia normatizante permite analisar as questões em que estamos diretamente implicados. Para efetivamente nos perguntarmos sobre nossas dúvidas, angústias e práticas, é preciso lançar mão de recursos capazes de sustentar os caminhos tortuosos impostos pela impli-

ção no campo. Ao nos propormos a pesquisar o ser humano, muitos de nossos (pré) conceitos – os rótulos de que nos valemos para colocar “cada um em seu devido lugar” – são rapidamente descartados pelas relações, pelos afetos, pelas questões sempre em movimento e em transformação. Entender a multiplicidade de formas de ser e estar no mundo exige trabalho contínuo de desnormalização e desessencialização. A cartografia nos ajuda nesse trabalho, já que ela se define “não [como] um conjunto de passos para chegar a um fim determinado, mas [como] um princípio que permite acompanhar um processo em constante movimento, com a flexibilidade imprescindível para qualquer pesquisa” (Bocco, 2006, p. 21). Ela nos permite analisar nosso campo de atuação e seus engendramentos, campo que vai se formando ao longo da pesquisa também como produto das novas dúvidas, novas questões e processos de afetação, surgidos ao seguirmos as diversas linhas que formam a paisagem que vai se construindo.

O diário de campo é uma ferramenta imprescindível na construção da “geografia dos afetos”. É a partir dele que podemos voltar às cenas, analisar os lugares dos diversos sujeitos e entender quais as forças presentes naquelas relações. Lourau (1993) nos explica claramente sua função:

Uma característica da escritura “fora do texto”, como o poderemos constatar lendo os diários de campo, é a de produzir um conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa. Essa temporalidade não é a dos resultados, a do texto final. Ainda mais que, muitas vezes, a publicação do diário acontece longe do término, e edição, da própria pesquisa. O diário nos permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o “como fazer” das normas, mas o “como foi feito” da prática). Tal conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chamarei “lado mágico” ou “ilusório” da pesquisa (fantasias, em torno da CIENTIFICIDADE, geradas pela “asséptica” leitura dos “resultados” finais). Sem as condições de emergência dos “dados” da pesquisa, o leitor vai ter sempre muitas ilusões sobre a cotidianidade da produção científica. (Lourau, 1993, p. 77)

A cartografia também ajuda a desconstruir o lugar de pesquisador neutro, que nada tem a ver com seu “objeto de estudo” e é inócuo ao ambiente de pesquisa. Intervimos no campo, a partir do momento em que nele nos inserimos, e essa relação com o campo, produzida inclusive

em reuniões, encontros de grupos ou conversas de corredor, faz parte de nosso mapa de pesquisa. Além disso, quando chegamos às instituições, intervimos nelas como um todo e não somente nos grupos que nos propomos a fazer. A cartografia nos ajuda a entender as forças que constituem o campo de investigação e a ampliar o olhar e o papel do pesquisador em campo.

## Os grupos

Partindo das noções de produção de subjetividade e de grupos, propostas por Felix Guattari (Guattari & Rolnik, 2005), aceitamos o desafio proposto por esse autor: pensar o trabalho grupal como algo que é feito também no dado e que por isso não possui um *a priori*; trabalhar com as diferentes formas de singularização e deixá-las atravessar por outras. Nas palavras de Oury, “o coletivo seria, talvez, uma máquina a tratar a alienação, todas as formas de alienação, tanto a alienação social ‘coisificante’ produto da produção, como a alienação psicótica” (Oury, 2009, p. 39).

Ao propormos o grupo como dispositivo no trabalho da Psicologia no Cárcere, entendemos que essa ferramenta nos possibilita *criar* novos modos de subjetivação e também outras formas de atuação profissional nestas instituições. Nossa esperança é a de construir um espaço que possibilite a geração de vida e não mais disciplina e normatização.

Insistimos nos grupos, pois eles, des-essencializados, levados ao limite de sua forma, criam passagens para o plano coletivo, plano público, plano de produção de subjetividades. Mergulhados neste plano, os indivíduos experimentam o que está para aquém e além de si, podendo, então “outrar-se”, (re)inventar-se. (Barros, 2007, p. 23)

## Prisões e profissionais

Para compreendermos nossa atuação na área da justiça, é necessário, primeiramente, entender o que é a prisão e quais são as forças políticas e sociais que a engendram. Entendemos que tanto o DEGASE quanto a carceragem da 52ª DP, nossos exemplos práticos, se inscrevem no que Goffman (1992) denominou *instituições totais*:

uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal. (Goffman, 1992, p. 11)

Ainda, segundo Goffman (1992, p. 18), as instituições totais se caracterizam pelo “controle das necessidades humanas pela organização burocrática”, o que podemos perceber no controle dos horários da alimentação, lazer, descanso e atividades pedagógicas, além das diversas regras presentes e reguladas pelos agentes carcerários, profissão imprescindível nessas instituições: em cada uma delas – prisões, institutos psiquiátricos, escolas - esse grupo de pessoas é nomeado de forma diferentes, mas têm a mesma função disciplinadora.

Mas as prisões nem sempre existiram na história da humanidade. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2008) discute a criação e a evolução das prisões e o papel dos especialistas que começaram a trabalhar nelas, entre eles o psicólogo. Segundo o autor, até meados do século XVIII, a forma de punir os contraventores era o suplício. Diversas formas de punição e flagelo endereçadas ao corpo, e praticadas em público, eram o recurso que o poder, nas sociedades ocidentais, usava para impor a lei. O que naquele momento da história era tido como justo e estava prescrito na lei, o século XXI lê como tortura: chibatadas, guilhotina, fogueira, dilaceração de órgãos, entre outros. Foi só entre o final do século XVIII e o início do século XIX que as formas punitivas começam a se modificar, com o suplício sendo substituído por procedimentos menos espetaculosos (entre eles a prisão), e a pena “passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração” (Foucault, 2008, p. 12).

A punição vai se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. (Foucault, 2008, p. 13)

Logo, o suplício deixaria de ser glamurizado, e a justiça não mais assumiria publicamente a violência em sua atuação:

É indecoroso ser passível de punição, mas pouco glorioso punir. Daí esse duplo sistema de proteção que a justiça estabeleceu entre ela e o castigo que ela impõe. A execução da pena vai-se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena. ... E acima dessa distribuição de papéis se realiza a negação teórica: o essencial da pena que nós, juízes, infligimos não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, “curar”. (Foucault, 2008, p. 13)

É a partir dessa nova lógica punitiva que a justiça passa a ser exercida no século XIX, desvinculando-se do carrasco antes necessário; é a partir dela também que os especialismos começam a entrar na cena jurídica. Afinal, a figura do carrasco precisa ser suprimida, mas não sua função: aplicar as penas ainda é necessário. Porém, se a pena muda de lugar, se o corpo já não é mais o centro da punição, quem melhor que educadores, psicólogos, psiquiatras e médicos para “corrigir, reeducar e curar”? Assim, a Psicologia entra em cena e é grande colaboradora da “ortopedia moral” (Foucault, 2008), assim chamada, pois a prisão, centro das modernas punições, retira o castigo do corpo e o coloca na alma. Kolker nos diz: “A prisão torna-se punição por excelência, mas diferente da velha prisão-masmorra do período anterior, a prisão-observatório de agora permitirá punir e ao mesmo tempo isolar, vigiar, controlar, conhecer e corrigir” (Kolker, 2013, p. 246).

Tornado moral, o julgamento vai além do ato infracional cometido e do desrespeito à lei; o que importa é a razão pela qual o sujeito o cometeu, os impulsos e desejos que estão por trás do crime e o levaram a cometer a infração.

Julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. (Foucault, 2008, p. 19)

O criminoso se torna então um delinquente, ou seja, passa a ser alguém que pode vir a cometer outro crime e não alguém que o cometeu



em algum momento da vida. Importam mais os indivíduos que suas infrações, mais o que eles podem vir a fazer do que o que fizeram no passado. Por esse motivo, o juiz já não poderá condenar um criminoso sozinho e convoca os especialistas que, com seus pareceres e técnicas, supostamente podem entender as anormalidades dos indivíduos e suas “verdadeiras” intenções ao cometerem o ato infracional (Foucault, 2008).

O juiz de nossos dias – magistrado ou jurado – faz outra coisa bem diferente de “julgar”. E ele não julga mais sozinho. Ao longo do processo penal, e da execução da pena, prolifera toda uma série de instâncias anexas. Pequenas justiças e juízes paralelos se multiplicaram em torno do julgamento principal: peritos psiquiátricos ou psicólogos, magistrados da aplicação das penas, educadores, funcionários da administração penitenciária fracionam o poder legal de punir. (Foucault, 2008, p. 22)

Dessa forma, as diversas especialidades ganham espaço e força no campo judiciário. Aqui se faz necessária a conceituação do saber-poder, tão cara à obra de Foucault, e imprescindível para entendermos o papel do Psicólogo nos diversos âmbitos de sua prática. Para o autor, todo poder constrói um saber e todo saber produz um poder. Assim, a Psicologia como saber científico produz o poder de, nesse caso específico, julgar um ato infracional. Desse modo, o fato de ser um dos agentes da “ortopedia moral” dá à Psicologia a possibilidade de produzir novos saberes, inclusive construindo novos objetos de estudo (o que resulta, por exemplo, nos testes psicológicos).

É importante salientar que tal prática está no campo da política, e por isso não é neutra. Ela serve a certos interesses de determinadas épocas históricas. Segundo Abreu e Coimbra (2005),

Confrontamo-nos diariamente com a tentativa sempre recorrente de separar e excluir a política da psicologia, em particular das práticas clínicas. Parece, então, que devemos analisar essa operação de separação, pois entendendo a política como expressão de forças coletivas que, ao permear a vida, produzem os humanos dessa ou daquela maneira, entendemos que está sendo construída nessa separação a tentativa de exclusão do plano das forças como forma de retirar do humano sua potência crítico-inventiva de criação de muitas maneiras de existir, pensar, agir, perceber, sentir e, enfim, viver. Assim, na suposta despolíticação das práticas clínicas, afirma-se uma política de (con)formação. (Abreu & Coimbra, 2005, p. 42)

Entender que a atuação da Psicologia é necessariamente política também é afirmar que nossa prática produz efeitos no mundo e nos sujeitos, e não estamos à parte da sociedade na qual vivemos. A não-neutralidade está também presente, como nos mostra a cartografia, em nossa própria experiência pessoal, “detalhe” que não podemos divorciar de nosso exercício profissional. Ao atuarmos (seja como pesquisadores ou em qualquer outra área), não deixamos nossa singularidade de lado. Em cada momento de nossa prática, estamos implicados com o outro, o ambiente, a sociedade, a história pessoal que nos produziu. Segundo Coimbra (2002),

Aqui, é importante para nós a noção de implicação, ferramenta advinda da análise institucional francesa, que vai se opor à posição neutro-positivista e nos vai trazer a figura do “intelectual implicado”. Este, além de analisar suas contra-transferências, as implicações de suas pertencas e referências institucionais, coloca em análise o lugar que ocupa na divisão social do trabalho, do qual é um dos legitimadores. Portanto, analisa o lugar que ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que esteja realizando; os diferentes lugares que ocupa no cotidiano e em outros locais de sua vida profissional; em suma, na História. (Coimbra, 2002, p. 9)

Há muitas expectativas quanto ao trabalho do Psicólogo nas instituições de privação de liberdade; há também obrigações a serem cumpridas, entre elas pareceres, laudos e relatórios psicológicos exigidos pelo juiz. Antes de analisarmos o que as instâncias com as quais trabalhamos esperam de nossa atuação, é importante lembrar como a Psicologia se tornou uma profissão, e quais são nossas obrigações na área da justiça. Desde o estabelecimento da Psicologia, com a Lei n. 4.119 de 1962, que regulamenta a profissão, um dos atributos do Psicólogo é a “solução de problemas de ajustamento”. Segundo o *Catálogo Brasileiro de Ocupações* do Ministério do Trabalho (1992), esse profissional pode aplicar “técnicas adequadas para restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano”. Como podemos observar, a profissão se oficializa como uma forma de normatizar as subjetividades e manter a ordem hegemônica. Sem dúvida, não é isso que queremos quando problematizamos nossa atuação no cárcere e apostamos no grupo como forma de produzir vida, de deixar emergir as diferentes singularidades, os diferentes modos de ser e estar no mundo.

## **As experiências grupais: outra psicologia é possível**

Abra um parênteses  
Não se esqueça  
Que independente disso  
Eu não passo  
De um malandro  
De um moleque do Brasil  
Que peço e dou esmolos  
Mas ando e penso sempre com mais de um  
Por isso ninguém vê Minha sacola  
(Mistério do Planeta, Morais Moreira)

Neste momento, nos debruçaremos sobre as experiências de campo, como elas dialogam com a teoria e o que trazem de novo. Seguiremos algumas pistas da experiência no DEGASE e na 52ª DP de Nova Iguaçu. Como podemos fugir da lógica mortificante do cárcere? Em que a experiência nos afeta? Quais modos de subjetivação os grupos movimentam?

Para isso, vamos problematizar nosso lugar dentro dessas duas instituições. Em ambos os casos, os projetos em que me inseri são de extensão universitária, ou seja, quando entramos na carceragem e na Escola João Luiz Alves (EJLA), vamos como um grupo “de fora”, que não tem ligação judicial ou trabalhista com tais instituições. Na prática, isso significa que não somos obrigados a fazer os relatórios e pareceres enviados aos juízes. Não temos nenhuma ligação com o sistema judiciário e nem temos acesso aos processos de adolescentes e adultos. Essa posição faz muita diferença no relacionamento com os presos e socioeducandos. No DEGASE, cada adolescente tem uma técnica responsável por ele e pode recorrer a ela sempre que necessitar. Na teoria isso funcionaria, se não existisse o medo latente por parte dos adolescentes de que tudo o que dizem seja colocado no relatório e enviado ao juiz. Muitas vezes, nos deparamos com as falas dos meninos e meninas sobre isso, e esse é um processo que claramente dificulta o trabalho do Psicólogo na instituição. Isso porque os adolescentes deixam de confiar no profissional, que, por sua vez, tem um compromisso também com o juiz, e omitem ou mentem sobre suas histórias, angústias e preocupações. Muitas vezes, o cuidado e o acompanhamento dos adolescentes são colocados em segundo plano, e acabamos por voltar nosso trabalho para subsidiar o judiciário em sua função. Em alguns diá-

rios de campo, podemos ver como os meninos do DEGASE se preocupam com o sigilo de tudo o que falam.

*Antonio<sup>1</sup> estava sozinho e fui sentar perto dele, mas fiquei em silêncio. Ele ficou me olhando esperando que eu falasse algo, mas não disse nada. Depois de cinco minutos ele perguntou se eu era psicóloga mesmo. Eu disse que sim e perguntei se ele sabia o que uma psicóloga fazia. Ele disse que tinha uma! Fiquei surpresa de saber que além da técnica, ele é atendido pela A. [a psicóloga da equipe de saúde mental] desde que chegou à escola. Perguntei se ele gostava de ser atendido e ele disse que não tinha muita escolha. Eu disse que poderia ser um espaço muito interessante e que ele poderia aproveitá-lo como fosse melhor para ele. A resposta foi interessante, ele disse que mesmo que quisesse [e parecia que ele queria] conversar sobre os assuntos de verdade, ele não poderia porque sabia que ela colocaria tudo no relatório e prejudicaria sua imagem com o juiz. (Diário de campo, 28 de julho de 2011)*

Não sabemos se de fato esta Psicóloga coloca tudo o que ele diz no relatório, e nem estamos querendo apurar isso; o que nos interessa é a postura dos adolescentes em relação ao relatório, e o modo como essa postura afeta seu relacionamento com a equipe técnica. Importante dizer que Antonio também não tinha uma postura muito aberta no nosso grupo. Ele sempre foi um dos meninos que ficaram mais afastados; era mais observador, apesar de algumas vezes conseguirmos capturá-lo para nossas atividades e ter conversas interessantíssimas com ele. Mas então qual é a diferença? O grupo sem dúvida captura tudo o que todos fazem e coloca cada subjetividade em movimento.

Um primeiro destaque a ser feito em relação ao trabalho com grupos é o fato de que nele se estabelecem conexões não apenas entre pessoas diferentes, como também entre modos de existencialização diferentes. Isto cria um vasto campo de confrontos de certezas, de expectativas, de interrogações, que se propaga, como ondas sonoras, abrindo fossos onde tudo estava cimentado, fissurando o que estava congelado. Muitos diriam que isto não é exclusivo do grupo. É verdade. Mas é verdade também que as falas portadoras de cristalizações, os afetos congelados em territórios fechados, quando acionados pelo dispositivo grupal, são mais facilmente arguidos em seu caráter natural. (Barros, 2007, p. 310)

---

<sup>1</sup> Todos os nomes presentes nos diários, inclusive dos estagiários, são fictícios.

Nossa busca nos grupos é sempre movimentar formas fixadas de pensar e agir, tentar mostrar a diferença que o outro necessariamente porta, e a possibilidade de poder ser outra coisa que não os rótulos a que todos estamos submetidos. Entendemos que tal postura não é privilégio de quem está “de fora”. Os psicólogos “de dentro” também têm possibilidades de fazer intervenções *criativas*, que fujam do esperado. A ideia de fazer um relatório *com* os adolescentes é uma intervenção possível, e os próprios pressupostos para subsidiar nossa prática, presentes no documento do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2010), apontam-nos outros caminhos. Pensando sobre outros caminhos, convidamos o leitor a passar por algumas histórias que vivenciamos e a compartilhar conosco angústias que surgem na prática, desafios que chegam a todo o tempo em nossa profissão. Denominamos desafio porque sabemos do lugar político que ocupamos e de nossa não-neutralidade. Queremos que seja um trabalho implicado, ético e responsável, e não nos satisfazemos com meras “resoluções de problemas”; nosso movimento vai na direção contrária, queremos criá-los. A busca aqui é fazer surgir outros possíveis modos de subjetivação, é des-cristalizar, des-formar, tirar nós e os adolescentes e presos da forma que nos foi colocada. “Criar problemas é por a pensar, implica diferenciação. Foucault dizia que a liberdade existe quando se pode rejeitar um modo de subjetivação em que se foi constituído para criar outros, se diferenciando, afirmando estas diferenças” (Barros, 2007, p. 324).

### *Grupo como espaço de singularização*

Conversando com um enxame de meninos de rua, daqueles que se penduram no ônibus da cidade do México, a jornalista Karin a Avilés perguntou-lhes sobre as drogas.

- *Me sinto muito bem, acabo com os problemas – disse um deles.*

- *Quando volto ao que sou, me sinto engaiolado como um passarinho.*

Esses meninos, habitualmente, são perseguidos pelos seguranças e pelos cães da *Central Camionera del Norte*. O gerente-geral da empresa declarou à jornalista:

- *Não desejamos que os meninos morram, pois de algum modo são humanos.*

(Galeano, 2011, p. 15)

Em todo o trabalho com os adolescentes cumprindo medida socio-educativa no DEGASE, passamos por inúmeras cenas que exemplificam a “mortificação do eu” (Goffman, 1992), característica importante das instituições totais discutidas no item anterior. A começar pelo grande muro de mais ou menos três metros que acompanha a caminhada até a chegada à Escola João Luiz Alves (EJLA), até os meninos serem chamados por números e não por seus nomes<sup>2</sup>, até o uniforme e a forma com que eles devem andar (mão para trás e cabeça baixa). A primeira vez que vi pessoas andarem dessa forma foi na 52ª DP e desde então me comprometi a nunca achar isso natural. No caso da carceragem da DP, assim que eles saíam do nosso grupo o rosto mudava, o clima mudava, e eles iam andando em fila (mão para trás, cabeça baixa) até chegarem à sua cela. Para Goffman (1992),

O novato chega [numa instituição total] com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. (Goffman, 1992, p. 24)

Nos grupos, sempre fizemos questão de chamar os integrantes pelo nome. No DEGASE, muitos meninos dão seus números de registro para que os coloquemos nos grupos assim que possível. Se pedirmos aos agentes que chamem o Antonio Carlos Silva, por exemplo, ele não saberá quem é, porém se pedirmos para chamar o 167, ele saberá de quem estamos falando. Por isso, nós temos uma lista com os números ao lado dos nomes dos meninos, pois sabemos que a instituição funciona a partir dos números, mas nós não queremos reafirmar a condição de não-humano em que a instituição os coloca. Tentamos ao máximo ter uma postura de liberdade com os meninos. Nenhum agente participa dos grupos e não sabemos por que os adolescentes estão cumprindo medida. Queremos que eles sejam o que quiserem e que nos digam por eles mesmos suas histórias, suas vidas, seus gostos... Muitas vezes nos surpreendemos com a vida que surge nessas conversas e em ações pequenas, conquistadas com o espaço que criamos juntos.

<sup>2</sup> Essa prática mudou ao final de 2013, por indicação do Ministério Público. Na época, os adolescentes ainda eram chamados pelos respectivos números.

*Uma coisa sobre ele que achei muito engraçada, uma atitude pequena, mas que demarca a diferença de espaços, eles têm que andar com a camisa pra dentro do short, mas dentro da sala a camisa dele estava pra fora, em algum momento ele pediu pra Carolina pra ir beber água, antes de sair ele recolocou a camisa pra dentro e quando voltou colocou pra fora de novo, uma coisa pequena, mas que demonstra que ele sabe que dentro do grupo ele tem certas liberdades. (Diário de campo, 16 de junho de 2011)*

Essas pequenas atitudes podem nos dizer um pouco do que é estar dentro e fora do grupo. Um espaço que possa fazer o jovem ter o mínimo de liberdade, trazer sua singularidade (tão abafada com tantas uniformizações) à tona é uma pista de que nosso trabalho, de alguma forma, tem um efeito singularizante, e permite que os diversos modos de subjetivação se façam presentes e circulem. Importante salientar que singularizante não é individualizante. Queremos que os meninos saiam da uniformização a que são submetidos, que tenham sua própria identidade, porém não queremos que os processos grupais se tornem individualizantes, ou seja, voltados para o sujeito e seus problemas, como se o sujeito fosse separado do meio em que vive; entendemos que todo o processo de subjetivação é coletivo (Barros, 2007).

### *Os atravessamentos dos estagiários*

O aprendiz-cartógrafo, numa abertura engajada e afetiva ao território existencial, penetra esse campo numa perspectiva de composição e conjugação de forças. Constrói-se o conhecimento com e não sobre o campo pesquisado. Estar ao lado sem medo de perder tempo, se permitindo encontrar o que não se procurava ou mesmo ser encontrado pelo acontecimento. (Alvarez & Passos, 2010, citados em Diário de campo., 28 de julho de 2011)

Para ilustrar esse tópico do trabalho, buscamos um caso protagonizado por um dos estagiários. Ao buscar relatos nos diários de campo, qual não foi minha surpresa ao me deparar com a história contada a ela pelo menino e a aterrorizou, mas não encontrei o registro dos sentimentos da estagiária com relação a isso (era o que eu me propunha a problematizar aqui). Essa ausência me fez pensar sobre o modo como o campo nos afeta: ausente do diário, a afetação chegou na reunião de supervisão, quando o relato se fez acompanhar pelo choro que traduzia o impacto provocado pelas falas do adolescente no grupo. Nesse momento, encon-

tramos mais uma pista da prática: a supervisão, nosso *grupo* semanal de orientação.

Trabalhar no cárcere não é tarefa simples. Estamos em um ambiente de privação de liberdade, onde as pessoas não querem estar, onde estão em situações muitas vezes desumanas e degradantes; ao nos depararmos com isso a cada vez que chegamos, a constatação nos atravessa e nos afeta. E, obviamente, ao sairmos desses lugares, não esquecemos de tudo quanto vemos e ouvimos. Os pensamentos povoam muitas vezes nossos sonhos, nossas angústias cotidianas e nossas lembranças.

*Concordo com o Paulo, nosso amigo ex-estagiário, quando disse que o maior desafio neste estágio não será o campo e sim o quanto o campo nos modificará e o quanto teremos que nos modificar para vivenciar entre nós, grupo de pesquisa e de estágio, o que pretendemos transmitir aos garotos: o manejo da diferença.* (Diário de campo, 04 de agosto de 2009)

Frente à diferença, tendemos a oscilar entre dois polos de normatização: a vitimização das pessoas que estão no cárcere, muito pela situação degradante em que vivem, ou o julgamento moral por terem cometido crimes muitas vezes violentos, com mortes e situações grandes de sofrimento. Porém, aprendemos na literatura (Guattari & Rolnik, 2005) e em nossas próprias discussões, que ninguém é uma coisa só. A pessoa que comete um crime pode ser também uma pessoa doce, e o menino que queremos levar para casa pode haver cometido um homicídio. Na prática, essa é uma de nossas maiores dificuldades.

*Foi até engraçado o contraste de como eles se portam como homens, cheios de atitude, com cara de mau e de repente estão brigando pela borracha, querem fazer linhas, implicam com o colega ao lado, agindo como alguém da sua idade mesmo.* (Diário de campo, 03 de setembro de 2009)

Por tudo isso, também em *grupo* colocamos nossas angústias para se movimentarem. A supervisão é o momento em que os projetos (Parcerias e NIAC) fazem circular os discursos e, além de conhecer o processo da pesquisa, tomamos ciência do coletivo, do que os colegas estão pensando, do que o grupo faz por melhorar, de quais são nossas estratégias. Encontramos o diferente, fazemos entre nós o mesmo que queremos produzir com os encarcerados: buscamos outros modos de produção de subjetividade, nos abrimos, choramos, brigamos, pensamos juntos e de fato



nos envolvemos em nossa pesquisa. Mergulhados nas histórias do campo, discutimos nossa atuação como psicólogos em formação e entendemos melhor nossos passos.

Pensar dessa forma traz efeito para nossas práticas enquanto psicólogos: de especialistas e interventores/agenciadores. Essa proposta [da transdisciplinaridade] é, sem dúvida, um compromisso político que aposta na criação e na mudança, em formas diversas de existência, de sociabilidade. Trata-se de afirmar as potências, as diferenças, as multiplicidades e possibilidades finitas e ilimitadas do homem, da sociedade, da psicologia e da política. A aposta na produção de “verdades” sempre provisórias, temporais e temporárias, nas “paixões alegres”, em um “mundo onde caibam muitos outros mundos”. (Coimbra & Leitão, 2003, p. 14)

### *Outro modo de ser grupo ou o grupo em suas diversas modalidades*

Cada *niño* contém uma possível corrente de *El Niño*, e é preciso prevenir a devastação que pode provocar

(Galeano, 2011, p. 18)

A primeira vez que entrei no grupo da EJLA fiquei assustada. Os meninos eram muito agitados, falavam todo o tempo e quase nunca se sentavam em roda e nem se ouviam – coisas que eu, ingenuamente, não esperava ao entrar no grupo.

*Como dito na supervisão, também fiquei incomodada com a questão deles não conseguirem se ouvir direito, ter muita bagunça na sala e o grupo em si não se escutar como um todo. Penso que nossa postura pode mudar um pouco, às vezes acho que nós mesmas acabamos criando a conversa paralela e a dispersão no grupo. Acredito que lidar com tudo isso será um desafio para mim,, pois estava acostumada a lidar com adultos (o que parece ser mais fácil).* (Diário de campo, 16 de junho de 2011)

Ao estudar a concepção de grupo, e ao longo dos encontros com os adolescentes, pude perceber que um grupo não se faz simples e somente quando pessoas estão em roda ouvem e falam coisas que interessam umas às outras. Descobri que as ditas “conversas paralelas” nada têm de paralelas e são parte importantíssima da constituição do grupo. Entendi que também eu me constituí coletivamente, pois todo processo de sub-

jetivação é coletivo. Nós fazemos no outro e estamos sempre em grupo; somos um grupo.

Máquina de decomposição de verdades, de concepções tomadas como naturais e universais, o grupo pode acionar confrontos entre expressões do modo-indivíduo vigente. Ao tomar os enunciados como remetendo não a sujeitos individuais, mas a coletivos, ao percorrer os caminhos maquínicos do desejo que não se esgotam nas vivências individualizadas, o grupo dispara desconstruções dos territórios enclausurantes da subjetividade. Entrar em contato com as multiplicidades que flutuam, não almejando equilíbrios, mas a invenção de bifurcações de um tempo que é maquínico – tempo das intensidades -, eis a via política de nosso paradigma. (Barros, 2007, p. 325)

Eis o que queremos do grupo. A todo o tempo falamos que lidar com o diferente e nos confrontarmos com o outro são objetivos primeiros do grupo. Insistimos nisso e relembramos que essa é uma via de mão dupla. Não são somente os encarcerados que se deparam com novas formas de ser e estar no mundo; nós também, como sujeitos e profissionais, nos deparamos com outras possibilidades, outras formas de subjetivação e de ser grupo. Lembro-me do susto que diversas vezes tomamos ao saber que algum menino estava conversando com outro e ao mesmo tempo ouvindo nossa conversa e percebendo tudo o que acontecia ao seu redor. Essa multiplicidade da escuta - da qual a capacidade do adolescente é um paradigma - é uma das nossas maiores riquezas.

### *A vida como uma surpresa*

Todo abismo é navegável a barquinhos de papel  
(Rosa, 1967, p. 38)

Quando trabalhamos com pessoas que estão cumprindo medida de privação de liberdade, nossas expectativas profissionais quanto aos assuntos a serem tratados, tanto individualmente quando no grupo, giram em torno da ideia de depressão, de falas com conteúdo no mínimo triste, do quanto deve ser difícil estar ali sem família, com pessoas que eles nunca viram, com a violação contínua dos direitos humanos, e outros possíveis relatos do que eles experienciam cotidianamente. Fantasiamos muito antes de encontrar tais pessoas, antes de colocarmos o primeiro pé no cárcere. Muitas dessas expectativas são corroboradas nos pedidos de ajuda para se comunicar com alguém, nas demandas de advogados, ou

ainda nos relatos das torturas sofridas. Mas o ser humano é imprevisível: é surpreendente a quantidade de vida que surge nas conversas dentro do cárcere.

Eu - que tinha a pretensão de entrar naquele lugar sem preconceito ou sem qualquer concepção determinista - me surpreendia a cada semana com o que acontecia nos grupos na 52ª Delegacia de Polícia de Nova Iguaçu. Como leitora assídua de Eduardo Galeano, resolvi propor ao meu supervisor e companheiro Bruno Rossotti que levássemos um de seus poemas para começar o encontro na carceragem da 52ª DP. Ele, como de costume, se animou com a proposta, e chegamos à DP com o livro nas mãos e esperando o que poderia surgir no grupo com o texto intitulado “Os Ninguéns”:

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

(Galeano, 1991, p. 71)

Ao me deparar mais uma vez com esse texto, lembrei-me imediatamente dos presos e de tantos outros “ninguéns” nos quais tropeçamos pelas ruas, que vemos nos jornais, que parecem fazer, naturalmente, parte da engrenagem de nossa sociedade. Atravessada por essas reflexões, resolvi ver o que eles, que eu julgava como “os ninguéns” a que

Galeano se refere no texto, pensavam sobre isso. Fiquei surpresa – já que os coloquei previamente na fôrma dos “ninguéns” - quando, depois de lê-lo para o grupo, entre todas as intervenções e debates, um dos presentes disse:

*Eu gostei muito. De verdade. Mas esse poema está pela metade. A vida não é só isso. Não é só tristeza. Eu quero um pedaço de papel para escrever a outra metade do poema. A parte que fala sobre a outra metade da vida. Tem muito mais nela.* (Diário de campo, 2009)

Ao sair do grupo naquele dia, percebi o que esperava deles: pouco, muito pouco. Pouco de tudo. Pouco entusiasmo, pouca vida, pouca possibilidade de pensar diferente. A fala daquele homem nada tem de diferente. Poderíamos esperá-la de qualquer pessoa, mas quando ela vem de um preso, um “delinquente”, alguém que pode ter cometido crimes graves, é um espanto. A ideia de delinquente (aquele que pode vir a cometer outro crime, portanto, é um perigo) e a essencialização da subjetividade é tão imperativa na sociedade disciplinar, segundo Foucault, que não esperamos nada de um preso além da postura agressiva, negativa, ameaçadora. Afinal, ele é um delinquente, certo? Está em sua essência não conseguir viver em sociedade, a ponto de conseguirmos imaginar comportamentos inesperados de um preso, mas não de uma pessoa comum. Assim também podemos imaginar inúmeras posturas de um adolescente cumprindo medida socioeducativa, menos uma atitude amorosa ou risonha. Segundo Rossotti (2011, p. 126),

Somos a um só tempo a dobra de muitas subjetivações. Não há espaço para ser unicamente bom, mau, responsável, ou livre. Existir através do paradoxo, torna-se, então, a criação de lugares no encontro sempre tensionado pelas diferenças que nos habitam. Experimentar afetos diversos em um campo exis-tensional.

Entender o outro, fazer uma psicologia ética é também compreender o ser humano como uma possibilidade, como um vir a ser (Guattari & Rolnik, 2005). O fato de haver cometido um crime, assim definido pela lei que nos rege neste momento histórico, não significa que a pessoa possa ser reduzida a isso.

Será que só podemos esperar “um certo tipo de coisa” de um “certo tipo de gente”? Com certeza não nos propomos a isso, mais ainda quando

acreditamos no grupo como um dispositivo movimentador de diferenças, de possibilidades, de vida.

Vida, uma potência com que a todo o momento nos deparamos em nossos grupos. Parece paradoxal falar de vida em um cárcere, mas onde existe gente, essa palavra está presente. Nos grupos, o que queremos é deixar essa vida aparecer através das singularidades, das pequenas liberdades, das brincadeiras e dos sonhos. Esta é nossa utopia, fazer com que de alguma forma aquelas pessoas se façam devir além dos rótulos de criminoso ou delinquente; fazer com que entendam que são mais que o artigo em que seus delitos as enquadraram.

### **Questões que ficam**

A construção de estratégias de resistência frente à mortificação passará frequentemente pela arte, pelo trabalho com grupos, ou por estratégias de atendimento individual que possam intensificar os processos vitais. Não para apontar a salvação, a expiação de culpas, para se substituir o julgamento externo por um auto-julgamento, ou para propor a vida eterna como compensação para os sofrimentos desse mundo... Seria necessário, para aquele que se propõe a essa tarefa de tratamento, colocar o delito entre parênteses, porque uma vez julgado e condenado, o detento começa a “pagar” sua dívida com a sociedade, como se diz no jargão carcerário. O tratamento não pode ser uma nova situação de julgamento. (Rauter, 2007, p. 45)

Ao nos depararmos com tamanhos desafios em nossa profissão, muitas angústias podem surgir. O que então podemos fazer como psicólogos dos diversos locais de encarceramento? Como facilitar a produção de outros modos de subjetivação? Como não fazer parte da engrenagem mortificante? Como afirma Kolker (2013, p. 246), “penso que serei mais útil se ajudar o leitor a problematizar sua prática e a indagar a serviço de que quer investir seus saberes e competências”. Não temos uma resposta pronta para as diversas situações com as quais os psicólogos se deparam todos os dias na área do judiciário, varas de família, prisões e unidades de internação. Temos a busca constante da problematização de nossas práticas, da permanente avaliação de nossas intervenções, da reflexão das consequências de nossa atuação na vida das pessoas com as quais trabalhamos.

Entendemos que seremos sempre resistência numa sociedade que rotula, normatiza e regula a vida das pessoas em todos os seus âmbitos. Estaremos sempre contra a corrente, pois queremos dar à vida toda a sua potência e isso pode incomodar o *status quo*. Sabemos, porém, que não estamos sozinhos, e procurar a parceria de outros profissionais pode ser um caminho para somar forças; estar, afinal, em grupo faz com que pensemos em múltiplas possibilidades de ser psicólogos, sem respondermos mecanicamente às demandas que nos são colocadas, sem pensar sobre elas e problematizá-las. Criar possibilidades de encontro com o diferente, com o inesperado, com o outro, pode ser, afinal, nossa grande contribuição para a geração de outros modos de vida, de outras formas de ser gente e de gerar e movimentar as subjetividades antes encarceradas na ditadura do eu. Coletivizemos, então!

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. (Freire, 2001, p. 58)

## Referências

- Abreu, A. M. R. M. & Coimbra, C. M. B. (2005). Quando a clínica se encontra com a política. In A. Maciel, D. Kupermann, & S. Tedesco (Orgs.), *Polifonias: clínica, política e criação* (pp. 41-48). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Barros, R. B. (2007). *Grupo a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/ Editora da UFRGS.
- Bertussi, D., Baduy, R. S., Feuerwerker, L. C. M., & Merhy, E. E. (2011). Viagem cartográfica: pelos trilhos e desvios. In R. A. Mattos & T. W. F. Baptista (Orgs.), *Caminhos para análise das políticas de saúde* (pp. 306-324). Acesso em 06 de fevereiro, 2013, em <http://www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps/?p=727>
- Bocco, F. (2006). *Cartografias da Infração Juvenil*. Niterói, RJ: UFF.
- Coimbra, C. (2002). *Psicologia e Política: a produção de verdades competentes*. Acesso em 26 de outubro, 2012, em [http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos\\_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto67.pdf](http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto67.pdf)

- Coimbra, C. & Leitão, M. B. (2003). Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 6-17.
- Foucault, M. (2008). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freire, P. (2001). *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Galeano, E. (1991). *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM.
- Galeano, E. (2011). *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: L&PM.
- Goffman, E. (1992). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2005). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kolker, T. (2013). A atuação dos psicólogos no sistema penal. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão (Orgs.), *Psicologia jurídica no Brasil* (pp. 199-251). Rio de Janeiro: Nau.
- Lei n. 4.119*, de 27 de agosto de 1962. (1962). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Acesso em 19 de março, 2015, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm)
- Lourau, R. (1993). Análise institucional e práticas de pesquisa. In H. B. C. Rodrigues (Org.), *René Lourau na UERJ* (pp. 76-92). Rio de Janeiro: UERJ.
- Ministério do Trabalho. (1992). *Catálogo Brasileiro de Ocupações*. Acesso em 26 de outubro, 2012, em [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr\\_prof\\_psicologo\\_cbo.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo_cbo.pdf)
- Oury, J. (2009). *O coletivo*. São Paulo: Hucitec.
- Rauter, C. (2007). Clínica e estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 42-47.
- Rosa, J. G. (1967). *Tutaméia: terceiras histórias*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Rossotti, B. G. P. P. (2011). *Seguros na delegacia: as subjetividades encarceradas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

## **Conexões de saberes: exercício de Psicologia Social Comunitária na universidade**

Mírian Toshiko Sewo

Cássia Fabiane dos Santos

Rosa Lúcia Rocha Ribeiro

### **Introdução**

Este texto intenta apresentar uma prática de exercício da Psicologia Social Comunitária, realizado com estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, no âmbito do Programa Conexões de Saberes.

Conexões de Saberes é um programa do Ministério da Educação realizado junto a Instituições Federais de Ensino Superior e consiste no desenvolvimento de ações para a promoção da transformação da realidade, concorrendo, ao mesmo tempo, em duas frentes: no fortalecimento dos vínculos entre as universidades e as comunidades populares, e na melhoria das condições que contribuem para que os estudantes de origem popular tenham uma permanência qualificada durante a graduação, além do estímulo à continuidade da trajetória acadêmica em cursos de pós-graduação. A partir de 2010, Conexões de Saberes passou a integrar o Programa de Educação Tutorial – PET (Ministério da Educação, 2015). O Programa adota como estratégia a agregação de estudantes de origem popular de diferentes áreas de conhecimento, a fim de compor o grupo e atuarem como protagonistas em atividades com as quais se identifiquem.

Esse trabalho relata a experiência de três grupos do Programa Conexões de Saberes, coordenados por professoras de diferentes áreas (Psicologia, Enfermagem e Educação) que atuam interdisciplinarmente, arti-



culando os respectivos grupos: (a) “Inclusão, Diversidade e Protagonismo na UFMT”, (b) “Universidade, Saúde e Cidadania - UFMT” e (c) “Diferentes Saberes e Fazeres na UFMT”.

Atualmente, as ações desenvolvidas pelos grupos abrangem as seguintes temáticas: capitalismo e opressão, gênero, diversidade, acolhimento, educação ambiental, assistência estudantil, discriminação, racismo, acesso e permanência na UFMT, controle social em saúde e direito da criança hospitalizada.

### **Metodologia do trabalho**

Ao todo são 48 estudantes universitários de diversos cursos que se organizam em torno de projetos construídos por eles próprios, sob a orientação das professoras coordenadoras. Segue uma breve descrição de cada projeto:

#### **Quadro 1. Projetos desenvolvidos pelo Programa Conexões de Saberes na UFMT**

Educação Ambiental Comunitária	Realiza atividades semanais de educação ambiental com crianças e adolescentes no bairro Jardim Renascer, em Cuiabá, com o objetivo de promover a construção da consciência a respeito das relações estabelecidas cotidianamente com as pessoas e o meio em que vivem.
Libélulas	Realiza atividades com a comunidade acadêmica, que suscitam reflexão a respeito da condição da mulher na sociedade capitalista e patriarcal.
Tecendo Relações de Igualdade	Realiza rodas de conversa e grupo de estudo sobre a diversidade sexual com a comunidade e estudantes em geral. Aborda temáticas sobre a homofobia e o trabalho do Movimento LGBT para a garantia de direitos sociais para a população homossexual.
Parque Universitário	Realiza o trabalho de mobilização e organização comunitária do bairro Parque Universitário.

Terapia Comunitária Integrativa (TCI)	Realiza rodas de Terapia Comunitária no Hospital Universitário Júlio Muller, na Universidade e em comunidades populares. A TCI é um procedimento terapêutico de caráter preventivo em saúde mental, fomentador de cidadania, e que permite a construção de redes solidárias.
Cuidar Brincando	Realiza atividades lúdicas e formativas, com crianças hospitalizadas no Hospital Universitário Júlio Müller, objetivando contribuir para a superação da dor e do sofrimento vivenciados pelas crianças e suas famílias. Promove relações de solidariedade e cooperação entre estudantes, crianças hospitalizadas, familiares e trabalhadores da unidade.
Comitê de Defesa da Criança Hospitalizada	Tem como finalidade a promoção dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados em Cuiabá. Participam estudantes, docentes e representantes dos usuários dos serviços de saúde. Tem apoio da Promotoria e da Vara da Infância e Juventude. Trabalha em três frentes: formação e divulgação dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados, pesquisa e encaminhamento de denúncias de violação de direitos.
Conhecendo a UFMT	Visa à interação entre a Universidade e a comunidade, por meio de visitas às escolas públicas, e a realização de 'Cirandas Faladas', com a participação de estudantes universitários com os/as estudantes secundaristas no intuito de desmistificar o acesso à universidade.
Cine Conectando	Consiste na exibição e debate de filmes/documentários abordando a problematização de questões sociais. Possibilita que as comunidades interna e externa da UFMT integrem diferentes linguagens.

Cada grupo tem a sua dinâmica própria de organização para estudar, planejar, executar as atividades e avaliar. Essa dinâmica é discutida e definida pelo próprio grupo e dialogada com a professora que acompanha

o projeto. Os estudos e atuações do grupo são compartilhados com os demais estudantes do Conexões em dois momentos específicos: o grupo de estudos e o 'Extensão em Foco'.

Existem dois grupos de estudos; um deles é específico para o estudo da teoria marxista, e o outro para a discussão das teorias e temáticas concernentes a cada grupo. Ambos ocorrem semanalmente e também são coordenados pelos próprios estudantes com a orientação das professoras. O grupo de estudos da teoria marxista é fundamental para instrumentalizar os estudantes para a análise da sociedade e compreensão de seus efeitos na vida cotidiana das pessoas, e para auxiliar no planejamento, na execução e avaliação das práticas. O grupo de estudos das teorias e temáticas concernentes a cada grupo também é fundamental, para que os estudantes ampliem a discussão feita no interior de cada grupo para todos do programa, cumprindo duas funções: a de socializar o percurso teórico/prático que estão realizando, e submeter-se às possíveis críticas e reflexões que, porventura, não estejam considerando.

A atividade denominada 'Extensão em Foco' ocorre mensalmente e é o momento em que todos os projetos são apresentados pelos estudantes, relatando suas realizações no mês e o que planejam fazer nos próximos. É um espaço de intervenção, caracterizado como uma metodologia diferenciada da supervisão por ter como prática o exercício de todas as pessoas do grupo nas tarefas de questionamento, análise, avaliação e gestão de encaminhamentos.

Na base da dinâmica do Programa Conexões de Saberes na UFMT, há três elementos imprescindíveis ao trabalho em consonância com a perspectiva da Psicologia Social Comunitária, a comunicação dialógica, os processos de participação e os processos de consciência, considerados como complementares e intimamente relacionados em uma proposta de trabalho que se pretende libertadora (Sewo, 2004).

Apesar de 'participação' ser um termo bastante corriqueiro, sua significação prática demonstra que esse fenômeno é muito mais complexo que a simples definição da palavra. Participar, para o dicionário pode ser o mesmo que: (a) ação e efeito de participar; (b) comunicar; (c) tomar parte em alguma coisa. Para Montero (1996), porém, participar é "relação de mútua transformação, onde o participante constrói e modifica o fenômeno do qual participa, e é transformado por ele" (Montero, 1996, p.

7). É condição para a liberdade, é imprescindível para a autogestão e é a atividade cotidianamente subversiva:

Una subversión de la gota a gota. A veces homeopática y por tanto más profunda, más radical. Es la subversion semejante a la que se opera en nuestras células durante el proceso de maduración; que todo lo transforma, pero cuyos cambios sólo percibimos cuando ya están constituídos frente a nuestros ojos. (Carmona,1988; citado por Montero,1996, p. 10)

Portanto, participar é muito mais do que fazer parte, é ato de transformação, e, numa sociedade em que todos são continuamente conduzidos forçosamente pelas mediações ideológicas à vida cada vez mais individualizada e à resolução, também de forma individualizada, dos problemas vividos, ainda que eles sejam de origem social e muito semelhantes, é ato de subversão à ordem vigente.

E é no ato de participar que o participante se sente encorajado a se manifestar, a expor as suas ideias e práticas sociais que, confrontadas com as demais, sempre em um processo dialógico de desideologização, que a consciência vai se movimentando, desestruturando as formulações cristalizadas pela vida imersa nessa sociedade capitalista que mantém velada a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

O processo de consciência, portanto, é construção permanente da superação das opressões, é construção permanente da emancipação humana e da sociedade de todas e para todas as pessoas.

### **Bases teórico-práticas do trabalho**

O trabalho com o Conexões de Saberes foi se construindo ao longo do tempo, dentro de uma perspectiva de trabalho com comunidades na ótica da Psicologia Social Comunitária.

Desde o início, a principal meta do trabalho foi possibilitar que os estudantes de origem popular participantes possam ser pessoas que, em suas comunidades, favoreçam os processos comunitários de participação, consciência e luta por melhores condições de vida. Essa proposta, na maioria das vezes, demanda por um processo de transformação individual e grupal, pois o estudante de origem popular que chega à univer-

cidade pública, em geral, está em um movimento de distanciamento de sua comunidade, pois ela representa, para ele, uma situação de vida a ser superada, deixada para trás, após o título de graduação. Em geral, a mudança da comunidade para 'um lugar melhor' está nos planos do estudante, o que é compreensível, dada a situação precária em que muitas se encontram. Também é bastante comum que esses estudantes avaliem a sua entrada no ensino superior público, como resultado do seu esforço pessoal e de sua família e, quase que automaticamente, façam a lógica inversa para os que não entraram. Tendo isso em consideração, a primeira necessidade do programa é possibilitar aos estudantes o contato com a teoria marxista, para que essa sirva de suporte à mudança na forma de analisar, compreender e agir na vida em suas múltiplas esferas. Nesse bloco de estudos, compreender o processo de exploração do trabalho é tão fundamental quanto compreender o processo histórico, a dialética marxista, a crítica ao idealismo e as construções de Marx sobre o socialismo científico. Esse estudo possibilita ao estudante se compreender como pertencente à classe trabalhadora, perceber as contradições na sociedade capitalista e a atuação dos mediadores ideológicos na tarefa de impedir a superação dessas contradições e se colocar diversos questionamentos sobre o que fazer para mudar a realidade.

Paulo Freire é outra base teórico-prática do Programa, com uma grande contribuição para a metodologia de trabalho com o povo. Com Paulo Freire, o Conexões de Saberes compreende que é preciso respeitar e valorizar o conhecimento já construído, partir da realidade vivida, não em uma postura de aceitação, mas de problematização, combater a opressão em todos os níveis e privilegiar o método dialógico/amoroso e popular.

Aportes de autores da Psicologia Social Comunitária também se somam como suportes teórico-práticos para o Programa, principalmente como referência para o desenvolvimento dos projetos nas comunidades. Destacam-se as contribuições de Freitas (1998) para a inserção nas comunidades e início dos trabalhos, e as contribuições de Montero (1996) para compreensão dos processos de participação.

Considerando que o Conexões de Saberes tem como princípio o combate a todo tipo de preconceito e práticas opressoras, sendo o racismo o preconceito mais combatido pelo Programa e que, desde o seu início, adotou a defesa intransigente das Políticas de Ação Afirmativa na

Universidade, a discussão das relações étnico-raciais é um tema transversal a todos os projetos, a partir das contribuições de Schwarcz (1993), Jacoud e Beghin (2002), Henriques e Cavalleiro (2007), Munanga (2003) e Telles (2003).

### **Discutindo alguns resultados**

Os resultados deste trabalho estão organizados em três categorias: mudanças nos próprios participantes, contribuições para as comunidades e para a universidade e reconhecimento do programa.

No que se refere às mudanças ocorridas nos próprios participantes, destaca-se a construção de uma nova perspectiva e postura frente aos problemas sociais, fruto das reflexões do grupo de estudo, da exigência do protagonismo em algum projeto e da aproximação dos movimentos sociais que o programa proporciona.

Entre as contribuições para as comunidades e a própria Instituição, destacam-se: (a) o efetivo desenvolvimento do bairro Parque Universitário; (b) A desmistificação do acesso à universidade para diversos estudantes de escolas públicas; (c) O acolhimento de pessoas hospitalizadas em condições crônicas, e estudantes universitários em situações de sofrimento e dor mediante a Terapia Comunitária Integrativa; (d) A articulação dos grupos de mulheres do município; (e) A criação de um grupo feminista; (f) A criação de um batuque feminista; (g) O levantamento das condições para o atendimento das crianças hospitalizadas pelo SUS em Cuiabá; (h) A contribuição para a aprovação das cotas raciais e sociais na UFMT.

O Parque Universitário é o bairro onde reside uma das estudantes do Conexões de Saberes. Era um bairro com muitas necessidades e totalmente abandonado pela administração municipal. Em 2010, a estudante decidiu assumir a presidência do bairro e, desde então, tem contribuído para a organização da comunidade e a conquista de melhorias efetivas. Entre essas melhorias, destacam-se a formalização da associação de moradores, a instalação de novas ligações de água, o asfalto, manutenção e ampliação da rede elétrica, com a colocação de novos pontos de energia, a destinação social de alguns terrenos para famílias “sem teto” que se encontravam em estado de vulnerabilidade social, o apoio da Defensoria Pú-

blica para as reivindicações da comunidade, a participação dos moradores no Orçamento Participativo (OP) da Região e a eleição de uma moradora do bairro (a própria estudante do Conexões) como delegada da Região Leste de Cuiabá, representando 69 bairros no OP do município.

A desmistificação do acesso à universidade para diversos estudantes de escolas públicas é realizada por meio do projeto 'Conhecendo a UFMT', que propicia o encontro de estudantes universitários com estudantes secundaristas. Nesses encontros, os estudantes universitários de origem popular relatam suas trajetórias até a universidade e as estratégias de permanência. Ao ouvirem as histórias, os estudantes se mostram mais motivados e têm a oportunidade de desfazer concepções equivocadas sobre a universidade pública e dirimir dúvidas sobre como acessar e permanecer. Esses encontros contribuem para ampliar os horizontes dos estudantes secundaristas descrentes da possibilidade de acesso ao ensino superior público, para ampliar o conjunto de suas informações sobre a universidade. Esse pequeno convívio é um passo significativo para a ruptura de uma concepção estreita de um destino socioeducacional para os estudantes de origem popular que, frequentemente, se encerra na conclusão do ensino médio.

O acolhimento de pessoas hospitalizadas, em condições crônicas e estudantes universitários em situações de sofrimento e dor é realizado por meio da Terapia Comunitária Integrativa (TCI) que vem sendo executada desde 2010. As rodas de TCI ocorrem pelo menos uma vez por semana em diferentes contextos: unidades de hemodiálise, ambulatório de nefrologia pediátrica, unidades de internação do hospital universitário, comunidades populares, na Universidade, eventos e, recentemente, também com os trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá. O número médio de participantes é de dez pessoas. Assim, estima-se que o quantitativo de pessoas beneficiadas pela TCI nos últimos três anos seja de, aproximadamente, 1200 pessoas. Para além dos resultados quantitativos, o Projeto da TCI configura-se uma estratégia para o acolhimento dos sofrimentos das pessoas participantes e para a construção de redes de apoio e de solidariedade (Buzeli, Costa, & Ribeiro, 2012; Lucietto, 2014; Melo, 2013).

A articulação dos diversos grupos de mulheres do município foi feita a partir da realização da 1ª Assembleia Popular de Mulheres de Cuiabá

e Várzea Grande, com participação de cerca de 150 mulheres dos mais diversos grupos. Após essa assembleia, houve mais interação e trabalho conjunto, surgimento de pelo menos dois grupos feministas no interior da Universidade, a realização da 2ª Assembleia Popular de Mulheres, duas marchas reunindo mulheres dos mais diversos locais, universidade, comunidades, movimentos sociais e escolas secundaristas.

A criação de um grupo feminista e do batuque feminista foram decorrentes das discussões e reflexões do Conexões de Saberes, aliadas à participação das estudantes em encontros nacionais e locais, onde puderam se apropriar de uma prática de enfrentamento às inúmeras violências sofridas pelas mulheres.

O projeto do Comitê de Defesa da Criança Hospitalizada realizou, em 2011, uma pesquisa de levantamento das condições para o atendimento aos direitos de crianças e adolescentes hospitalizados em Cuiabá, cujos resultados foram divulgados para a sociedade e em instâncias oficiais, como os Conselhos de Saúde, Promotoria e Vara da Infância, em reuniões, eventos e em diversos meios de comunicação. A divulgação do referido relatório resultou em mobilizações e articulações em prol da melhoria do atendimento pediátrico e para a construção de um hospital infantil no município (Ribeiro & Bellato, 2011), empenho que ainda está em curso.

A contribuição para a aprovação das cotas raciais e sociais na UFMT, antes mesmo da lei federal, ocorreu em articulação com o coletivo de pessoas que compreendiam que conseguir uma vaga na educação superior ainda constitui uma grande dificuldade. Embora tenham sido introduzidas mudanças nos processos de seleção e o número de vagas tenha aumentado nos últimos anos, o acesso ainda é restrito, em especial, nas instituições e nos cursos mais requisitados. Para os alunos negros, essa “porta” é ainda mais afunilada. Entende-se que, nesse sentido, a universidade pública brasileira precisa refletir, no seu interior, a diversidade racial da população que agrega ou deveria agregar. E essa diversidade precisa estar contemplada nos mais diversos cursos e não somente em algumas áreas. É nesse sentido que o Conexões de Saberes, desde 2009, contribui para o campo da educação na dimensão racial dentro da universidade em atividades como: a realização de grupo de estudos visando à formação política dos bolsistas



sobre ações afirmativas; promoção de três ciclos de debates com a comunidade interna e externa da UFMT, com mais de 200 participantes, sobre preconceito e discriminação, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros; participação na mobilização em 2012 da implantação das cotas na UFMT; apoio na realização do I Fórum de Estudantes de Origem Popular; realização do I Encontro de Ingressantes por Ações Afirmativas na UFMT e parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação para a criação do Coletivo Negro Universitário.

O reconhecimento do Conexões de Saberes, no âmbito da universidade, é uma conquista que advém dos resultados supracitados e de sua consequente visibilidade, que se verifica, no cotidiano, pela busca do programa por parte dos estudantes.

### **Considerações finais**

O Conexões de Saberes, como se configura hoje, não foi construído intencionalmente como uma proposta de intervenção da Psicologia Social Comunitária. No entanto, na prática, ele foi se constituindo como tal. A constatação de que o trabalho poderia ser caracterizado como Psicologia Social Comunitária ocorreu a partir da reflexão de uma das autoras: “o que eu estou fazendo como psicóloga social comunitária?”. Ao olhar para a prática realizada no programa, foi possível perceber que a sua construção, todo o tempo, foi orientada pela práxis da Psicologia Social Comunitária, principalmente as que dizem respeito à participação, à educação popular libertadora, ao desenvolvimento da consciência crítica, à organicidade e ao fortalecimento das pessoas para a tarefa de compreensão, ação e transformação da realidade. Isso denota que o trabalho da Psicologia Social Comunitária não precisa ser uma intervenção especificamente nominada, mas uma forma de fazer as coisas em comunidade, comprometida com a emancipação das pessoas e com a melhoria das condições de vida, utilizando, para isso, pesquisas e aportes teóricos. No Conexões de Saberes, os participantes passam por um processo de transformação, especialmente de construção da consciência e de exercício da práxis. Espera-se que isso se estenda para além de suas vidas acadêmicas, em suas comunidades, em seu trabalho e demais grupos que venham a participar.

## Referências

- Buzeli, C. P., Costa, A. L. R. C., & Ribeiro, R. L. R. (2012). Promoção da saúde de estudantes universitários: contribuições da terapia comunitária. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, 3(1), 608-619.
- Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(1), 175-189.
- Henriques, R. & Cavalleiro, E. (2007). Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In A. S. Santos (Org.), *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas* (pp. 209-224). Brasília, DF: Ministério da Educação/UNESCO.
- Jaccoud, L. B. & Beghin, N. (2002). *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília, DF: Ipea.
- Lucietto, G. C. (2014). *A terapia comunitária integrativa como cuidado complementar em ambulatório de nefrologia pediátrica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- Melo, S. P. (2013). *A terapia comunitária integrativa como cuidado complementar em uma unidade de hemodiálise*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- Ministério da Educação (2015). *Programa Conexões de Saberes*. Acesso em 20 de fevereiro, 2015, em [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=714&id=12360&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=714&id=12360&option=com_content&view=article)
- Montero, M. (1996). La participación: significado, alcances y límites. In M. Montero, E. Jaua, E. Hernández, J. P. Wyssenbach, S. Medina, S. Hurtado, & A. Janssens (Orgs.), *Participación – ambitos, retos y perspectivas* (pp. 7-20). Caracas: Ediciones CESAP.
- Munanga, K. (2003). Ação afirmativa em benefício da população negra. In Universidade e Sociedade. *Revista do Sindicato ANDES Nacional*, 29, 46-52.
- Ribeiro, R. L. R. & Bellato, R. (2014). *Relatório das condições para o atendimento aos direitos de crianças e adolescentes hospitalizados em Cuiabá, ano 2011*. Acesso em 10 de fevereiro, 2014, em <https://docs.google.com/file/d/1V3UGvLuYTW080ycd99AE5L-iXv8YsnTp-d6eO4Wwug2qly-0p9o307N7JvEx/edit>

- Schwarcz, L. M. (1993). *Espetáculos das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sewo, M. T. (2004). *Estudo exploratório sobre o processo de participação de Educadores de informática e cidadania da cidade de Curitiba e região metropolitana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Telles, E. (2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Ford.

## **Comunidade e Psicologia Social Comunitária: sistematização de experiências educativas**

Rubens Ferreira do Nascimento

Cleria Rocha Matias de Almeida

Que possamos fazer isso cada vez mais com mais pessoas, cada vez em mais lugares, em todos os rincões do nosso continente, por que é indispensável que as aprendizagens de nossas práticas, nos ajudem a criar novas práticas transformadoras, por que a educação na América Latina requer urgentemente uma transformação de fundo e radical.

Oscar Jara Holiiday

### **Introdução**

Nas experiências com formação em Psicologia, costumam-se encontrar, entre as primeiras noções de “comunidade” trazidas pelos estudantes, a associação com pobreza, favela e comunidades populares, o que para muitos se apresenta pejorativo. Frente à concepção de comunidade como algo muito bom, idealizado e utópico, um “sonho” que articula dois desejos humanos, contraditórios, mas sempre presentes: liberdade e segurança (Bauman, 2003), ocorrem alguns estranhamentos iniciais. Porém, na medida em que os alunos e alunas reconhecem a diferença de perspectiva e se distanciam do modelo científico da neutralidade do pesquisador e da “objetificação” acrítica da realidade, passam a se permitir olharem para si próprios como sujeitos e objetos do conhecimento. Tomando o conceito de comunidade como uma nomeação do vivido, podem terminar por admitir que a experiência comunitária não é, ou não deveria ser um objeto de conhecimento exclusivo das ciências sociais e especialidade apenas da Psicologia Social. De outro modo, expressando a própria experiência humana, comunidade se apresenta como um conceito tão antigo como a humanidade (Sawaia, 1996), que manifesta a condição humana

sendo, portanto (ou devendo ser), objeto de todas as ciências humanas e, obviamente, também de todas as PsicoLOGIAS.

Neste texto, pretende-se desenvolver e articular as sistematizações de duas experiências na formação em Psicologia, que tiveram a noção de Comunidade e a compreensão da Psicologia Social Comunitária como objeto de ensino-aprendizagem. Trata-se de experiências, ocorridas no primeiro semestre de 2011, com duas turmas do 9º período, na PUC Minas São Gabriel, em Belo Horizonte. As experiências se deram com as turmas assumindo o desafio de vivenciar, de modo reflexivo, a condição de “comunidade”, ao aceitarem o convite do professor de aprender e sistematizar a compreensão de Comunidade e Psicologia Social Comunitária, no contexto de uma disciplina de 64 horas/aula que, infelizmente, no findar daquele semestre, deixaria de constar no currículo<sup>1</sup>.

As duas experiências foram expressas, separadamente, em dois artigos produzidos por ambas as turmas e constituíram produtos finais da disciplina nos respectivos turnos. Deles foram extraídas frações que compõem este texto sendo ele, portanto, de autoria múltipla como deve ser a maioria dos registros que são produtos de trabalhos efetivamente comunitários. Os artigos originais das turmas compõem um outro texto<sup>2</sup> - ainda a ser publicado. O organizador, tanto do texto anterior quanto da presente produção, foi, juntamente com uma ex-aluna da turma da manhã<sup>3</sup>, apresentador das experiências, no XVII Encontro Nacional da ABRAPSO, em Florianópolis.

Assim, este texto se baseou em dois pontos principais de motivação: (a) a oportunidade de comunicar experiências de ensino-aprendizagem em sala de aula, orientadas teórico-metodologicamente por contribuições da Psicologia Social Comunitária; (b) a reflexão sobre essa disciplina e sobre o conceito de Comunidade como saberes teórico-práticos importantes para a Psicologia Social e a Psicologia. Como é comum em publicações de experiências comunitárias, são múltiplos os autores e autoras que falam

<sup>1</sup> Como produto de mudança curricular no Curso de Psicologia da PUC MINAS SG algumas disciplinas foram criadas, outras foram completamente extintas e outras ainda foram fusionadas. A proposição de Intervenções Psicossociais e Práticas Comunitárias no segundo semestre de 2011 foi fruto da junção entre duas disciplinas presentes no currículo que se fundava: Intervenção Psicossocial (8º período) e Psicologia Social Comunitária (9º período).

<sup>2</sup> “O Objeto Azul: Psicologia Social Comunitária na Formação em Psicologia” é um texto a ser publicado composto pelas sistematizações das duas turmas, que ainda no tempo da realização das experiências autorizaram a publicação das suas produções.

<sup>3</sup> Psicóloga Cleria Rocha Matias de Almeida

por meio deste artigo. Isso justifica a variação entre o modo impessoal e segunda pessoa do plural nas diferentes secções.

### **Psicologia Social Comunitária na sala de aula**

Após alguns semestres de interações, avaliações, sugestões e mudanças quanto ao ensino-aprendizagem da disciplina Psicologia Social Comunitária nos turnos manhã e noite, chegou-se a uma proposta de experiência pedagógica denominada “grup-al-comunitária”. Não era obrigatória. Executada no início de cada semestre, havia a liberdade dos alunos escolherem entre ela e outra, que consistia no modelo mais usual do professor ministrar as aulas: expositivo-participativo. A ementa e o plano geral da disciplina seriam respeitados em ambas as propostas. A diferença estaria no modo de conduzir a disciplina.

A proposta escolhida por ambas as turmas tinha como objetivo geral apresentar a Psicologia Social Comunitária (PSC) quanto à história, fundamentos, conceitos, e aspectos metodológicos e práticos, mediante um exercício de *experiência grup-al-comunitária*. Os objetivos específicos eram: exercitar a compreensão do conceito de comunidade, articulando teoria, vivência pessoal e formação profissional; desenvolver aprendizagem sobre os fundamentos da PSC, por meio dialógico envolvendo colegas, professor e literatura técnica; compreender a metodologia e a prática em PSC, a partir do diálogo grup-al, com o professor, com a literatura e com terceiros (convidados); explorar e refletir sobre os conceitos teórico-práticos da PSC, a partir da literatura, de vivências pessoais, dos colegas interlocutores, do professor e de profissionais e agentes comunitários além de desenvolver reflexão processual sobre o lugar, papéis e funções do psicólogo social comunitário. Na proposta, a formação ético-política era transversal.

Quanto ao processo metodológico, as aulas deveriam ocorrer em formato de seminários ou de rodas de conversa, moderadas por duplas de alunos/as e registradas e socializadas em seus registros. Sobre isso, Holliday comenta:

se já terminou para que sistematizá-la? O que vamos fazer se como resultado comentamos: ‘que bonito, mas teria sido bom tê-lo feito antes, e essas

aprendizagens nos teriam ilustrado sobre tudo o que poderíamos ter feito'. Ir construindo, conjuntamente com o desenvolvimento da experiência, instrumentos de registro que permitem ir recuperando o que ocorre enquanto ocorre, para poder, então, contar com a informação necessária para os momentos e os processos de sistematização, momentos privilegiados de sistematização. (Holliday, 2006, p. 241)

Haveria também a realização e apresentações por subgrupos de práticas extensionistas<sup>4</sup>. Uma das produções a serem avaliadas seria uma elaboração coletiva sobre a experiência, com liberdade para a escolha de qual seria o produto: cartilha, portfólio ou artigo acadêmico.

No início das experiências grupais-comunitárias, a história do “objeto azul” foi lembrada junto à turma da manhã, com a qual o professor já tinha contato anterior. A mesma história foi narrada de modo inédito para a turma da noite. Tratou-se de um fato/fenômeno acontecido na infância do professor. Uma experiência simples, porém, paradoxalmente, com alto nível de complexidade, potencialidade e, talvez, universalidade. O fenômeno consistiu na visualização, admiração, encantamento, desejo de posse, decisão de recolher, demora no fazê-lo, extravio e “perda” de um brinquedo, por um menino de seis anos. A experiência implicou a perda de um objeto amado, que, tendo sido achado à distância, tal como quando se descobre um tesouro, não chegou a pertencer de fato à criança. O “objeto azul” foi perdido antes mesmo de ser possuído.

A recorrência à narração de uma história, associada a citações da literatura, da poesia, da música e de autores consagrados das ciências psicológicas e psicossociais, é entendida como estratégia metodológica coerente com a orientação da Psicologia Social Comunitária. Ela se coloca como espaço de intercâmbio de saberes múltiplos, onde a ciência não se situa no topo até por que, nela, a hierarquia de saberes é problematizada. Com a narração da história do objeto azul, havia finalidades diversas: autoapresentação do professor, aproximação com os alunos, transmissão

---

<sup>4</sup> Práticas extensionistas são denominadas pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas como “práticas acadêmicas realizadas como parte das atividades disciplinares ou interdisciplinares, articuladas ou não a práticas investigativas e/ou a outras modalidades de extensão universitária” (PUC Minas, 2010). Elas são direcionadas, concomitantemente, aos alunos e à sociedade (população externa à universidade) e têm como orientação a troca de conhecimentos/experiências entre tais partes.

de informações, promoção de vivências, identificações e reflexões, além de sensibilização para o engajamento na aventura pedagógica grupal-comunitária.

Lançou-se mão também de outros recursos informativos e sensibilizadores: a exibição do vídeo-documentário “Noivas do Cordeiro”<sup>5</sup>, bem como a leitura e discussão de “A instância mítica” e “A instância grupal”. Essas últimas são seções do capítulo que apresenta os sete níveis de análise das organizações sistematizados por Eugene Enriquez (1997) e que, na visão do professor, poderiam contribuir para a elaboração de uma concepção “crítico-clínica”<sup>6</sup> de comunidade. Nas aulas iniciais, foram apresentadas também as outras instâncias que atravessam o fenômeno organizacional ou comunitário: social-histórica, institucional, organizacional, individual e intrapsíquica. Portanto, o conceito de comunidade foi objeto de reflexão e provocação desde o primeiro dia de aula. Outros recursos textuais utilizados para o mesmo propósito foram: “Uma introdução, ou bem-vindos à esquiva comunidade” de Zygmunt Bauman (2003) e “A coragem de criar” de Rollo May (1992). Além disso, contava-se, favoravelmente, com o fato de que a disciplina compunha uma das “ênfases” do currículo de um projeto pedagógico em extinção, no qual havia relativa liberdade de escolha para cursar a disciplina. Então, os alunos tinham a possibilidade de não estarem ali. Assim, já se contava com condições em que puderam ser ativos na escolha de cursar a disciplina Psicologia Social Comunitária e, cursando-a, puderam optar coletivamente pela experiência de ensino-aprendizagem “grupal-comunitária”.

### **As experiências grupais-comunitárias**

As duas turmas tinham em comum números aproximados de vinte participantes, mas vinham de distintas trajetórias apresentando também diferentes configurações. Sendo ambas partes de turmas maiores, essa questão da divisão da classe aparentemente afetava mais a turma da ma-

<sup>5</sup> Noivas do Cordeiro. 2007. DVD - Documentário. Rio de Janeiro: Globo Filmes / GNT. Exibido no canal GNT em 26 de agosto de 2008.

<sup>6</sup> O modo de sistematizar a Psicologia Social Comunitária do autor/organizador deste texto procura fundamentos em perspectivas psicossociais críticas, como por exemplo, a Psicologia da Libertação e a Psicologia Sócio-Histórica, mas também em visões consideradas “psicossociais clínicas” tais como a Psicossociologia Francesa e as Correntes Institucionalistas, dentre outras.



nhã, que parecia sofrer com a experiência da separação presente e futura, uma vez que, com a proximidade da formatura, talvez convivesse com o “fantasma” da dissolução do grupo.

O 9º período da manhã já trazia em sua trajetória traços reconhecidos de experiências caracteristicamente comunitárias. Um acontecimento diário, ocorrido ao longo de semestres anteriores e que expressava a união dessa turma era o lanche comunitário. A cada dia, um pequeno subgrupo diferente era responsável por providenciar o lanche matutino de toda a turma, pois ficava mais econômico para todos. O momento do lanche era mais que um momento de alimentação. Alguns professores também participavam testemunhando e contribuindo, por meio do simbólico das suas presenças, com a força dos laços relacionais daquela turma, que teria comunicado, até aquele momento delicado de proximidade da formatura, uma integração que chamava a atenção dos corpos docente e discente do Curso de Psicologia da PUC São Gabriel.

O 9º período da noite parece ter percebido na proposta da disciplina a oportunidade de vivenciar uma integração não ocorrida em semestres anteriores. Segundo informações externas, o que era vivido no contexto da experiência grupal comunitária por parcela da turma afetava positivamente também a turma como um todo. Na disciplina em questão, essa turma se destacou pela união e afetividade em seus investimentos na experiência. O acolhimento e a atenção ao outro, assim como o esforço contínuo de cuidado com a “comunidade” e com a gestão do processo se fizeram presentes com evidência.

A realização do lanche comunitário, que não era costume da turma da noite, ocorreu no contexto da apresentação de uma prática extensionista sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e marcou de tal modo positivamente a turma, que passou a ser replicada nas apresentações de outros trabalhos.

As seções que se seguem comunicam partes das experiências grupais comunitárias de aprendizagens sobre Comunidade e Psicologia Social Comunitária, no modo como cada turma conseguiu resumir suas elaborações e vivências. As duas produções se baseiam nas mesmas referências bibliográficas concedidas aos estudos e discussões das duas turmas e estão assim organizadas: (a) na seção 4, de autoria da turma da manhã, foram extraídas do original as partes em que a turma se expressa com menor dependência dos estudos e leituras, uma vez que ela tendia a racionalizar a experiência em detrimento da atenção para as questões afetivas e relacionais. Mesmo assim,

destacaram-se os aspectos teórico-metodológicos; (b) na seção 5, a turma da noite, que fez maior articulação entre vivência, teoria, metodologia e prática, comunicava bem, em parte, seu olhar sobre as experiências. Assim, além de apresentar algo das idiossincrasias de dois processos grupais-comunitários, as sessões que se seguem possibilitam comunicar o êxito das experiências pedagógicas e testemunham a importância da subdisciplina Psicologia Social Comunitária e do conceito de Comunidade para a formação em Psicologia e em Psicologia Social.

Quem sistematiza? Temos de fomentar participativamente que os sujeitos da experiência – alunos, alunas, instrutores, promotores, promotoras, educadores, educadoras, supervisores, supervisoras - isto é todos nós, a partir do lugar que ocupamos na instituição ou nas práticas educativas, podemos elaborar a sistematização. Há variadas formas de envolver os diferentes atores de uma experiência em sua sistematização, se bem que não necessariamente se supõe que todas as pessoas tenham que fazer tudo. (Holliday, 2006, pp. 240-241)

As sistematizações a seguir não estão colocadas na categoria de citações; são produções no contexto das aulas de uma disciplina que compõem este texto e asseguram às turmas responsáveis a condição de co-autoras desta publicação, que não teria sentido sem essa coautoria.

### **Percursos da Psicologia Social Comunitária: A Atuação do Psicólogo nas Comunidades<sup>7</sup>**

O melhor pode ser inimigo do bom, mas certamente o “perfeito” é inimigo mortal dos dois.  
Zygmunt Bauman

Inicialmente, buscamos compreender o conceito de comunidade em perspectiva, que aponta para um paraíso perdido ou um paraíso ima-

---

<sup>7</sup> Autores do texto com o mesmo título da seção, apresentado no final da disciplina Psicologia Social Comunitária no primeiro semestre de 2011, alunos da turma de do 9º período, turno manhã: Ana Maria Deodato Silva; Bianca Ferreira Rocha; Bruna Rodrigues Fadul Pereira; Bruno Marcio de Castro Reis; Cléria Rocha Matias de Almeida; Érika Lorena Parreiras da Silva; Fabiola de Lima Nunes; Fernanda Lima da Silva; Fernanda Mendes Costa; Gisele Fernanda da Silva; José Marcelino de Magalhães Filho; José Roberto Rodrigues; Karina Pereira dos Santos; Katia Cilene D’ Angelo Silva; Ludmila Martins Lima de Oliveira; Marina Lanari Fernandes; Miriane Souza; Nilson Moreira Santana; Nilza de Oliveira Melo; Tatiane Silva Prata; Wagner Tadeu Cardoso de Oliveira.

ginado, algo que almejamos para o futuro e que diverge da comunidade existente na realidade (Bauman, 2003).

Da compreensão do conceito, intuímos que comunidade consiste numa categoria que orienta a ação e reflexão, abarcando todas as formas de relacionamento, sendo a dialética entre individualidade e coletividade o elemento que lhe dá movimento e vida. (Sawaia, 1996). Disso surgiu a necessidade de entender como a teorização desse conceito evoluiu na América Latina, no que denominamos: historiando a psicologia social / psicologia social comunitária e psicologia social da libertação, em especial na América Latina. Percebemos, em consonância com Álvaro e Garrido (2006), que os processos de conscientização nos trabalhos realizados em países latinos não eram experiências solitárias, mas produto de interesses e preocupações em comum pautando esforços coletivos. Nesse contexto, refletimos sobre o fazer do psicólogo na comunidade e as possíveis metodologias do trabalho comunitário social. Os métodos apresentados não remetem o profissional a uma condição de linearidade no trabalho comunitário, pois por eles passam desafios.

A experiência comunitária vivida por todos os alunos da disciplina proporcionou uma discussão sobre as metodologias dos trabalhos comunitários que foram apresentados durante as aulas e ao longo do artigo. Elas servem como ferramentas e suporte para a atuação do psicólogo em seus vários campos de atuação, proporcionando assim recursos e possibilidades de se adequarem às realidades apresentadas nos campos de trabalho.

Finalmente, algumas pontuações foram elencadas, mediante tópicos para uma atuação profissional crítica do psicólogo. Foram subseções desenvolvidas:

1. O conceito de comunidade em perspectiva, baseado em Bauman (2003), Enriquez (1997), Pereira (2001) e Sawaia (1996);
2. Historiando a Psicologia Social, a Psicologia Social Comunitária e a Psicologia Social da Libertação na América Latina, com base em Álvaro e Garrido (2006);
3. A atuação do psicólogo nas comunidades, orientados pelos estudos de Pereira (2001);

4. Interfaces à atuação do psicólogo, estudando Pereira (2001), Barreto (2008) e Montero (2004).

*Revisitando saberes e fazeres em Psicologia Social Comunitária*

Após elencar e discutir esses pontos, por nós considerados pertinentes ao trabalho do psicólogo nas comunidades, cabe destacar alguns tópicos. É imprescindível para uma atuação profissional crítica que o psicólogo se interrogue sobre seus pressupostos, e sobre a forma como concebe o trabalho comunitário. Assim, será capaz de avaliar sua metodologia e seus resultados. O psicólogo precisa estar aberto ao novo, atento aos processos grupais, institucionais e comunitários para reinventar seus métodos a cada intervenção, bem como atuar com um entendimento, permitindo que a novidade favoreça a escuta dos atores sociais atingidos pela proposta de sua intervenção. Não há trabalho verdadeiramente comunitário, social, sem o reconhecimento do outro e dos seus saberes. A respeito do surgimento e difusão da psicologia social comunitária na América Latina, é importante frisar sua condição plural. É impreciso, e até mesmo incorreto, compreender a psicologia social latino americana como um campo de saber homogêneo. É melhor e mais coerente reconhecer a diversidade e buscar em meio a ela pontos convergentes e divergentes. Os alinhamentos políticos associados às necessidades e realidades locais evidenciam a complexidade do campo social e favorecem a segmentação dos interesses que em determinadas ocasiões se complementam, mas que em outras se contrapõem.

As metodologias dos trabalhos comunitários servem como ferramentas e suporte para a atuação do psicólogo, conferem-lhe recursos a se apropriar e adequar de acordo com as realidades locais do seu campo. Os modelos servem como referência aos profissionais, não devem ser pensados ou utilizados com rigidez ou inflexibilidade. Chamamos atenção para as metodologias e propostas de trabalho, que devem estar afinadas com o objetivo a ser alcançado.

De acordo com Batista, Mayorga e Nascimento (2010), uma intervenção social deve possibilitar mudanças na vida das pessoas, sendo que a mudança acontecerá com a comunidade e não para ela. Os membros e os profissionais envolvidos devem ter participação mútua, principalmente os ali residentes, pois são eles que devem dar sugges-

tões de caminhos alternativos e apontando também suas necessidades para a mudança acontecer.

As pessoas que fazem parte da comunidade têm um saber sobre si mesmas e sobre sua realidade e esses são aspectos importantes para o processo de mudança. Eles podem ser ativos e críticos no processo de mudança, por serem, eles próprios, os sujeitos da sua vida e história.

Pode-se dizer então que a participação da população, as metas e os procedimentos para o alcance das mesmas tornam-se função não apenas do psicólogo ou da comunidade, mas todos devem participar efetivamente, se possível, de todas as etapas da atuação. Sendo assim, a intervenção deve se pautar pela atuação de outros profissionais que possam auxiliar a compreensão da complexidade apresentada por uma instituição. Desse modo, a atuação para a mudança pode ser mais eficaz e harmônica: os grupos adquirem um diálogo alinhado entre si, e as decisões não se concentram nas mãos de poucos, enriquecendo as possibilidades de resolução dos problemas e promovendo transformações sociais reais.

### **Do comum à comunidade: uma experiência em sala de aula<sup>8</sup>**

não quero ser herói de nada  
Só quero a companhia de outros braços  
É que meu coração de homem voa alto como um pássaro.  
(Clodô e Zeca Bahia, 1979)

Partindo dos conceitos de comunidade expostos por Bauman (2003), Sawaia (1996), Campos (1996) e Pereira (2001), conclui-se que numa comunidade se experimenta a dialética da “comunidade idealizada” e da “comunidade realmente existente”. Nessa última, enfatiza-se a contradição dos valores segurança/liberdade e comunidade/individualidade.

---

<sup>8</sup> Fragmento do texto, com o mesmo título da seção, apresentado no final da disciplina Psicologia Social Comunitária no primeiro semestre de 2011, sob a autoria dos alunos e alunas da turma do 9º período, turno noite: Ana Paula Ferreira Batista; Angélica Pereira de Oliveira; Bruna Leticia Santos Sebbe; Cibele Oliveira Silva; Cleunice de Fatima Mota; Daniel dos Reis Pedrosa; Elaine Cristine de Carvalho; Fernanda Ferreira Cardoso; Gilmar de Fátima Cardoso; Helena Arruda Costa Fernandes Souza; Ivan Rolf Fruk Guelfi; Josiane Santos de Oliveira; Joyce Dayanne Silva; Liam Kelly Rojas Mota; Luciana Alves dos Santos; Luciane Maria Rodrigues; Luciano Candido da Silva; Luiz Eduardo Silva de Jesus; Marcela Chagas Pinheiro; Rayanne Fernandes Pacheco; Zilda da Conceição Matozinhos.

Os objetivos comuns auxiliam na coesão da comunidade contribuindo na identificação dos membros entre si. Viver em comunidade implica viver inventivamente e, para isso, é preciso, muitas vezes, recorrer à ajuda do outro que nos intriga e instiga.

### *Da teoria à prática: o que é Psicologia Social Comunitária?*

A partir das variadas contribuições teóricas e da reflexão suscitada pelas mesmas, podemos então identificar algumas possibilidades e limites. Vivemos, como comunidade, um avanço na compreensão de que essa prática também nos insere na questão da inscrição da “fala”.

A vivência comunitária possibilitou conversarmos sobre diversos assuntos, problemas, dificuldades vividas pelos membros da comunidade que não teríamos oportunidade de fazer em outro tipo de organização da sala de aula. Sentimentos foram expressos, alegrias foram compartilhadas, desejos manifestos, problemas divididos e soluções coletivas e comunitárias foram buscadas.

Um “nó” que foi sendo percebido, reforçado e que se procurou desatar foi a proposta de uma produção final. Chegar a um consenso, a uma definição que nos satisfizesse como comunidade foi um desafio que nos “perseguiu” ao longo do semestre. Detalhe importante é que essa produção deveria ser comunitária e, ao percebermos que alguns encaminhamentos deixavam parte da comunidade incomodada e esse incômodo, ao mesmo tempo, não era capaz de mobilizar e de levar à ação, o tema era retomado, partilhado e refletido. Isso nos possibilitou aprendizados com relação a alguns aspectos teóricos de vivência e relação comunitária: os objetivos comuns vão nortear a vida e a organização da comunidade, mas, ao mesmo tempo, as pessoas não podem e não devem perder sua individualidade, sua subjetividade, e o espaço para tais manifestações deve ser preservado na comunidade.

Em alguns momentos, abrimos mão das nossas opiniões, e razões em prol da comunidade e do trabalho a que ela se propôs. A expressão das opiniões, ainda que discordantes e divergentes, e a exposição pessoal, inclusive dos sentimentos, foram sendo provocadas e proporcionadas ao longo do semestre. Com isso aprendemos a nos conhecer, e respeitar, a ter um afeto especial por cada membro da comunidade, em sua diferença, singularidade e individualidade.

Outro aspecto importante, descoberto ao longo dos encontros, foi o papel e a importância de um/a coordenador/a para a comunidade. Aí a liderança tem um papel fundamental, e essa figura pode ser fixa ou circular, mas imprescindível. Segundo Andaló, “tal liderança é circunstancial e temporária, pois facilmente se desmonta diante da emergência de um outro intérprete mais eficaz. Isso significa a inexistência de comando ou de dirigentes, característica dos grupos institucionalizados” (Andaló, 2006, p. 82).

Nossa comunidade foi descobrindo essa importância do coordenador e o tipo de líder/coordenador que se deseja ter de forma profunda, madura e respeitosa.

O papel do coordenador da comunidade é de moderador, e na nossa experiência, em alguns momentos, esse papel era realizado ora pelo nosso professor ora pelos facilitadores de cada encontro, fazendo com que a liderança fosse realizada de maneira circular. Mas a comunidade não sentiu que o professor estivesse se ausentando do seu papel de orientador e de portador do conhecimento, mas, sim que ele fez como sugere Marilena Chauí: “um esforço cotidiano para que seu lugar permaneça vazio, de modo a que todos possam desejá-lo e ninguém possa [...] preenchê-lo sob o risco de destruí-lo” (Chauí, citada por Andaló, 2006, p. 87). Isso nos leva a afirmar que o processo de liderança, em um determinado grupo ou em determinada comunidade, se faz a partir do processo do grupo, que estabelece os seus objetivos comuns não só a partir das tarefas, mas também a partir da atuação do coordenador. Ele deve - consciente da sua individualidade, mas totalmente envolvido e comprometido com a comunidade e com seus objetivos - fazer a democracia prevalecer, dando direito a todos de se expressarem e, porque não dizer, permitindo que o conflito aconteça, por entender que o mesmo também é necessário para a aprendizagem e faz parte do viver em comunidade.

O coordenador não deve temer o conflito, mas lidar com ele, mesmo que isso leve um tempo, mesmo que o incomode, que o irrite. Há conflitos de várias ordens: individual e grupal, mas nos lembramos de que tudo é político e processual, que a cada dia se constrói a comunidade a partir das suas próprias características. A comunidade é dinâmica, e tais características mudam a cada dia, a cada encontro, e fomos experimen-

tando isso ao longo do semestre. Quando aceitamos ser comunidade, éramos X, e depois desses meses e de tantas experiências, somos Y, mas não deixamos de ser a mesma comunidade, ou seja, não deixamos de ser X, somos X mais Y. Portanto, nos modificamos a cada dia, para termos uma comunidade melhor e alcançarmos nosso objetivo como comunidade. No entender de Maritza Montero, “el sujeto construye una realidad, que a su vez lo transforma, lo limita y lo impulsa. Ambos están siendo construídos y desconstruídos continuamente, en un proceso dinâmico, en constante movimiento ... Esa construcción es social”. (Montero, citada por Mayorga, 2007).

Refletindo sobre o papel do coordenador e considerando as palavras-chaves trazidas por alguns membros da comunidade, destacamos a questão da autonomia que não costumamos exercer, visto que estamos desacostumados a ficar sem coordenador ou alguém que nos dê as coordenadas do caminho a seguir. Trata-se de assumir a postura de responsáveis pelo processo, e isso nos remete à insegurança que experimentamos pessoalmente e como comunidade. A função do coordenador, cuja responsabilidade confere e compõe a própria comunidade, pode ser difícil para alguns, e para outros pode chegar a ser impossível, devido ao medo de ocupar o lugar do poder horizontalizado, pelo desafio que ele é em si. Entretanto, em determinado momento da experiência comunitária, vimos que o importante papel do coordenador ganhou relevância. Aprendemos que “não há grupo sem líder!”, mas que o mesmo pode ser qualquer membro da comunidade que ocupe tal lugar democraticamente. Essa relação horizontal influencia e é influenciada, já que não existe uma relação neutra; tudo é política, tudo é relação. Relação que é palavra-chave em Psicologia Social Comunitária.

Trazemos, assim, uma contribuição relevante de Sandoval, citado por Costa (2009), em que o conceito de “consciência política” é considerado como um conceito psicossociológico, traduzindo o significado que o indivíduo atribui às interações diárias, ou seja, às relações vivenciadas por ele cotidianamente. Para se formar essa consciência, devemos considerar quatro aspectos básicos: identidade, oposição, totalidade e predisposição para a intervenção.

Esclarecemos cada aspecto citado pelo autor, a fim de torná-los compreensíveis ao leitor. A questão “identitária” se mostra extremamen-



te necessária, a fim de que o indivíduo possa fazer a diferenciação de si mesmo e do grupo. Dessa maneira, o discernimento do indivíduo possibilitará as escolhas em ações coletivas. A “oposição” também é essencial, uma vez que oferece sustentabilidade ao indivíduo para reivindicar seus direitos, independentemente da classe social. Já a “totalidade” permite que o indivíduo compreenda o dinamismo da comunidade no contexto social em que se insere, entendendo as relações de poder. Por último e não menos importante, a “predisposição para intervenção” se orienta pela capacidade que o indivíduo tem em intervir, de maneira individual e coletiva, modificando sua realidade e transformando o estado de acomodação e passividade (“status quo”) para a mobilização e a criação das atividades. Essas atividades podem ser relacionadas à proposta de trabalho e são consideradas aqui como a produção deste artigo em comunidade, iniciativa assumida e proposta por um dos membros e líder da comunidade (Costa, 2009).

Assim, buscamos compreender a “consciência política”, na perspectiva de Sandoval, citado por Costa (2009), como a “vontade de agir coletivamente”, e a relacionamos com o questionamento sobre o que é participação política. Entendemos “consciência política” como ato importante de se expor e reivindicar, evitando assim, acomodação e inviabilização da ação coletiva. É acreditar numa melhora coletiva, compreendendo que é nas relações interpessoais que estabelecemos nossos vínculos, e quanto maior for nosso nível de amizade maior será nossa probabilidade de participação e compromisso. Portanto, torna-se possível identificar nossos limites e dificuldades, possibilitando nossa emancipação na comunidade. (Sandoval citado por Costa, 2009).

Martin-Baró (2009) é outro autor que orientou nossa vivência comunitária e nos proporcionou, a partir da sua leitura, construir um conceito de Psicologia Social Comunitária de forma crítica e ampliada, propiciando também uma autoavaliação como profissionais que poderão atuar nesse contexto.

Para o autor, o fazer da Psicologia na América Latina, na maioria das vezes, é descontextualizado e não leva em consideração as influências das estruturas e engendramentos sociais sobre os sujeitos, retirando do contexto social e cultural a sua parcela de culpa e a influência sobre a subjetividade de cada um de nós, centrando no sujeito a culpa e a res-

ponsabilidade por tudo o que se é e se vive, seja social ou subjetivamente (angústias, opressões, desigualdades).

A contribuição de Mayorga (2007) foi importante para nossa compreensão da palavra “relação”, que é a base não somente da Psicologia Social Comunitária, mas de todas as outras psicologias. As relações entre psicólogos e setores populares são questionadas por Freitas (1998), que procura distinguir a prática do psicólogo social comunitário da presença acrítica de psicólogos nas comunidades. Paulo Freire foi focalizado especialmente acerca da lógica relacional do opressor e do oprimido.

Em suma, a experiência ao longo do semestre apontou as circunstâncias sobre as quais nos lançamos no processo de viver em comunidade. Foi possível identificar possibilidades e limites atravessando o nosso movimento grupal. Nele percebemos que, como comunidade, vivíamos um processo de identificar e definir os objetivos comuns e os passos para se chegar até eles, perpassando pelos atravessamentos de interesses pessoais e grupais. Mas o desdobramento deste percurso é que nos permitiu alcançar os objetivos e refletirmos sobre o caminho percorrido e aquele que se apresentava à nossa frente para ser ainda trilhado, já que o “caminho se faz ao caminhar”.

### **Considerações sobre os processos grupais-comunitários**

Esta seção está organizada a partir de elaborações registradas nos textos das turmas e um depoimento de uma ex-participante da turma matutina.

#### *A turma da manhã*

Essa turma enfatizou em sua compreensão a experiência de ser comunidade em um contexto acadêmico. Denominou o método participativo e didático como “roda de conversa sobre a teoria e a prática do que é ser comunidade”, salientando alguns conceitos-chaves, o desenvolvimento da psicologia social comunitária no contexto latino-americano, atuação do psicólogo nas comunidades e a metodologia do trabalho comunitário e social. Observou que o psicólogo precisa estar aberto ao novo, atento aos processos grupais, institucionais e comunitários para reinventar seus métodos a cada intervenção, concluindo

que não há trabalho verdadeiramente comunitário e social sem o reconhecimento do outro e de seus saberes.

O 9º período da manhã já trazia em sua trajetória traços reconhecidos de experiências caracteristicamente comunitárias. Sendo provocada pela proposta grupal-comunitária, essa turma apresentou resistências em trabalhar explicitamente dimensões relacionais e afetivas pautando-se, predominantemente, pela racionalidade. Uma ex-participante dessa turma, três anos depois, lembrando do momento em que foi realizada a experiência grupal-comunitária, pronunciou-se assim:

*a turma se apegou apenas na teoria, racionalizando completamente a produção. Apresentava qualidade e consistência na escrita, mas pouco se falava da experiência comunitária da ocasião e dos sentimentos contidos nas linhas escritas do artigo. O fato é que o vínculo que se formou dessa turma foi tão forte, tão consistente que, no momento de passar para outra fase da vida, a turma inteira não conseguiu lidar com o fim daquela “união” de forma saudável. Chegava um período doloroso e de muitas mágoas, pois, mais parecia que o que havia sido construído com tanto zelo, trabalho e carinho estava indo por água abaixo. Mas a “tristeza” era tão grande que não se conseguia pensar em alternativas; não foram feitas promessas de encontros ou qualquer tipo de continuidade de relação. Era triste saber que essa turma, que havia sido tão especial durante cinco anos, teria o mesmo fim que todas as outras. (Cleria Rocha)<sup>9</sup>*

### *A turma da noite*

A turma do período noturno compreendeu a proposta de ensino-aprendizagem como novo-paradigmática. Para ela, houve entrelaçamento da teoria com a prática, permeado por entraves cotidianos. As vivências em sala de aula, aliadas à experiência de autogestão, resultaram em construções enriquecedoras e fizeram do ambiente um espaço de aprendizagens recíprocas. Saíram, portanto, da perspectiva “comum”, em que se vê o professor como figura detentora do saber, para a vivência em comunidade, em que a aquisição do conhecimento é horizontal e dinâmica, estando em foco a compreensão de que na academia (no Curso de Psicologia) e para além dela, é possível ver o mundo sob a ótica das construções sociais. Para isso, apoiaram-se em referenciais teórico-metodológicos das psicologias sociais críticas.

---

<sup>9</sup> Psicóloga, ex-integrante da turma do 9º período, noite, coautora deste artigo.

Essa turma da noite destacou-se pela afetividade em seu investimento na experiência autogestiva. O acolhimento e a atenção ao outro, assim como o esforço contínuo de cuidado com a “comunidade” e com a gestão do processo se fizeram presentes. Ocorreu, concomitante, exercício da reflexividade:

*Estamos acostumados a uma organização de sala de aula e a uma metodologia de ensino/aprendizagem que nos colocam no lugar de receptáculos e recebedores de um conhecimento acumulado pelas ciências e pessoalmente pelo/a professor/a que o transmite para nós. Isso influencia tal vivência em todos os aspectos, inclusive na organização da sala de aula em que somos colocados de forma serial, olhando para uma figura central e “indispensável” que se coloca à frente, por vezes, em cima de um tablado, portanto “acima” dos alunos.*

*Diante desse modelo, vemos que o poder da palavra e do saber não circula, destituindo o conhecimento dos outros atores desse espaço: os alunos. Durante os mais de quatro anos de curso, de vivência universitária, poucas foram as experiências que se distanciaram desse modelo.*

*Assim, saímos do “comum”, em que se vê o professor como figura detentora do saber, para a vivência em comunidade, em que a aquisição do conhecimento é horizontal e dinâmica. Por certo que a vivência foi permeada, enriquecida e iluminada pelo referencial teórico-metodológico da Psicologia Social Comunitária e, ao mesmo tempo, pela reflexão e partilha de tudo o que fomos experimentando ao longo do semestre e ao longo de nossas vidas pessoais e acadêmicas.*

### **Considerações finais**

É possível afirmar que podem ser consideradas bem sucedidas as duas experiências pedagógicas grupais-comunitárias. Houve ensino-aprendizagem sobre Comunidade e Psicologia Social Comunitária, com participação proativa dos alunos e alunas e alternância deles e delas e do professor nos lugares de educadores e de educandos. Os objetivos e metas teórico-práticos propostos para a disciplina Psicologia Social Comunitária foram atingidos, o que ficou evidente nos processos grupais-comunitários e nos produtos finais que comunicaram parcialmente tais processos.

Aspectos psico-socio-políticos estiveram presentes e em questão nos dois processos. Foram problematizados fenômenos relacionados ao poder e ao afeto, sendo trabalhado também, de modo explícito ou implícito, o lugar do professor “co-ordenador” na constituição e processamento das ações e relações grupais-comunitárias. Após as experiências, representantes das turmas organizaram, juntamente com o professor, uma roda de conversa em um evento acadêmico da universidade, com a finalidade de comunicar o que vivenciaram, mas também com o propósito de criar mais uma oportunidade para novas elaborações.

A escrita coletiva do artigo *O objeto azul: Psicologia Social Comunitária na formação em Psicologia* apresenta-se também como mais um canal de oportunidades para as re-elaborações das experiências. Por meio dele, o professor tem se comunicado com representantes das turmas, agora profissionais da Psicologia, na esperança de que possa haver novos intercâmbios interpretativos sobre os acontecimentos compartilhados. Isso pode continuar ocorrendo com o aprimoramento coletivo do texto e com suas apresentações em eventos acadêmicos e profissionais, tal como ocorreu no VII Encontro Nacional da ABRAPSO, em Florianópolis. A intenção, portanto não é encerrar, com uma leitura definitiva acerca do vivenciado. De outro modo, busca-se a atualização do trabalho e das interpretações que venham a promover reverberações na continuidade da formação humana e profissional dos participantes, com a esperança de que não só os aspectos teórico-metodológicos estejam em questão, mas a permanente e processual formação ético-política.

## Referências

- Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). O desenvolvimento da psicologia social na América latina. In *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas* (pp. 303-319). São Paulo: McGraw-Hill.
- Andaló, C. (2006). O papel do coordenador de grupos. In *Mediação Grupal: uma leitura histórico-cultural* (pp. 71-89). São Paulo: Ágora.
- Barreto, A. P. (2008). *Terapia Comunitária passo a passo*. Fortaleza: LCR.
- Batista, C. B., Mayorga, C., & Nascimento, R. F. (2010). Pesquisa-ação participativa e transformação social: estudo sobre adolescência em comunidade. In R. C. Fazzi, C. W. C. Machado, D. Hatem, G. Rocha, M. J. G. Salum, & S.

- M. Campos (Orgs.), *Diálogos em extensão: encontros da rede PUC sobre infância, adolescência e juventude* (pp. 159-178). Belo Horizonte: Puc-Minas.
- Bauman, Z. (2003). Uma introdução, ou bem-vindos à esquiwa comunidade. In *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (pp. 7-11). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Campos, R. H. F. (1996). Introdução à Psicologia social comunitária. In *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 9-15). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Clodô & Bahia, Z. (1979). Ave coração [gravado por Raimundo Fagner]. In *Beleza* [LP, faixa 5]. Rio de Janeiro: CBS.
- Costa, G. P. (2009). Participação política e consciência política: uma abordagem psicopolítica. In *Cidadania e participação* (pp. 186-224). Curitiba: Juruá.
- Enriquez, E. (1997). Os diferentes níveis (ou instâncias) da análise das organizações (parte I). In *A Organização em Análise* (pp. 39-147). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (1998). Novas práticas e velhos olhares em Psicologia Comunitária: uma conciliação possível? In L. Souza, M. F. Q. Freitas, & M. M. P. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia reflexões (im) pertinentes* (pp. 83-108). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Holliday, O. J. (2006). Sistematização das experiências: algumas apreciações. In C. R. Brandão & D. R. Streck (Orgs.), *Pesquisa participante: a partilha do saber* (pp. 227-243). Aparecida, SP: Idéias e Letras.
- May, R. (1992). A coragem de criar. In *A Coragem de criar* (pp. 08-28). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Mayorga, C (2007). Revisitando a pedagogia do oprimido: contribuições à psicologia social comunitária. In C. Mayorga & A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 63-80). Belo Horizonte: Autêntica.
- Martin-Baró, I. (2009). Para uma psicologia da libertação. In R. Guzzo & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia* (pp. 181-197). São Paulo: Alínea.
- Montero, M. (2004). La participación e el compromiso en el trabajo comunitario. In *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos e procesos* (pp. 225-254). Buenos Aires: Paidós.
- Pereira, W. C. C. (2001). Metodologia do trabalho comunitário e social. In *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática* (pp. 139-200). Petrópolis, RJ: Vozes.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. (2010). , *Extensão Universitária nos Projetos Pedagógicos* (p. 03). Belo Horizonte: Pró-reitoria de Extensão/PUC Minas.

Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-51). Petrópolis, RJ: Vozes.

# **As práticas punitivo-repressivas na socioeducação e a invenção de práticas libertárias na resolução de conflitos**

Júlia Dutra de Carvalho

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Paula Marques da Silva

## **Introdução**

Tematizar sobre as práticas de resolução de conflito envolve visitar algumas ideias sobre como o conflito tem sido tomado, e quais as respostas a ele no contexto em que trabalhamos e vivemos. Para tanto, entendemos que propor essa discussão diz respeito a observar que algumas práticas estão diretamente relacionadas a situações de violência de estado, e que essa violência tem as políticas públicas como uma das formas de operar este funcionamento (suas máquinas), mas não somente. Compreender como práticas punitivo-repressivas permeiam as ações junto a adolescentes e jovens nos confronta com um caleidoscópio que expõe as naturalizações da violência quando falamos em resolução de conflitos.

No dia 22 de setembro de 2010, a psicóloga e historiadora Cecília Maria Bouças Coimbra realizou uma palestra sobre o tema “Práticas Psi e Subjetividades Punitivas”, no CRP da 7ª região na cidade de Porto Alegre. Atenta à punição que se reedita em nossas práticas e acirrada no período da ditadura civil-militar no país, ela tece análises. Em dado momento de sua palestra ela, que foi torturada durante a ditadura, afirma: “eu não quero que as pessoas que me torturaram sejam presas ou punidas”. Mas qual seriam as estratégias para resolução de conflitos senão pela via da punição? A partir daquele enunciado da psicóloga e historiadora, algo sai do lugar. Não conseguimos pensar modos de resolução não repressivos-punitivos tão facilmente.



A experiência que nos convoca a pensar acontece no Núcleo de Extensão do Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei (PIPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse Núcleo é composto pelo Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC) da UFRGS, vinculado à Faculdade de Educação, pela extensão universitária do Grupo Estação Psi do Instituto de Psicologia e pelo G10/Serviço de Assessoria Jurídica (SAJU), vinculado à Faculdade de Direito. Resumidamente, essas práticas de extensão acadêmica dizem respeito ao acompanhamento de adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa em meio aberto, desenvolvendo ações interdisciplinares de extensão articuladas com formação e pesquisa. Essas ações estão na interface com as redes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. A partir da extensão universitária somos convocados a problematizar nossas práticas.

Assim, este trabalho tem como objetivo problematizar as práticas de resolução de conflito junto a adolescentes e jovens em medida socioeducativa, buscando um diálogo com a perspectiva do abolicionismo penal<sup>1</sup> e da saúde coletiva como elementos tensionadores da análise das práticas punitivo-repressivas. Ampliamos nossa possibilidade de refletir, constituindo nosso caleidoscópio com a noção de *parrhesia*, observada por Michel Foucault no seminário *A coragem da verdade* (2011).

### **Histórias de cada dia**

Josué chega ao PPSC para cumprir medida socioeducativa. A infração cometida: depredação de bem público – um chute na porta do estabelecimento de acolhimento institucional e gritos com o monitor. Josué vai à escola, frequenta aulas de dança, compete em olimpíadas locais de atletismo. No primeiro dia que chega ao Programa, traz fotos que marcam tempos de uma vida institucionalizada no abandono, mas também demonstram a produção de diferentes espaços – apresentações de dança, festas na escola, familiares, amigos, professoras, etc. A equipe percebe algo evidente: a medida socioeducativa não parecia ser a melhor ação resolutiva no caso de Josué. Algum equívoco deveria ter

---

<sup>1</sup> Conjunto de doutrinas que se contrapõem ao sistema penal e às práticas punitivas e de castigo de modo mais amplo, construindo argumentos que indicam a saturação do sistema retributivo. De modo mais amplo, deseja a abolição da sociabilidade autoritária e do castigo.

ocorrido desde as ações do estabelecimento de acolhimento institucional, ao encaminhamento para o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA), e a decisão judicial indicando o tempo de cumprimento de medida.

Na tentativa de dar sentido à medida socioeducativa, o Programa escolhe percorrer outros caminhos com Josué: uma visita. Tomar o metrô e conhecer uma experiência de dança em cidade metropolitana de Porto Alegre. No metrô, Josué pergunta: eu posso dar uma aula? O convite para navegar pelos saberes do adolescente foi lançado. Uma semana depois, a oficina acontece: estagiária e psicóloga escolhem duas modalidades de dança. Ao voltar para o estabelecimento de acolhimento institucional e contar sobre como foi a medida socioeducativa, sofreu reprimenda. O Programa recebe uma ligação: *“que medida socioeducativa é essa que ele volta para o abrigo dizendo que deu aula na UFRGS?”*. A questão estava dada: queriam que alguém continuasse o castigo. O dano cometido por Josué obteve uma resposta violenta do Estado. Essa situação coloca em análise a criminalização e juridicalização<sup>2</sup> das ações dos adolescentes e jovens. Os sentidos indicam: temos desejo de punir nossos adolescentes e jovens.

Devemos lembrar que todas as ações realizadas nessa narrativa se encontravam amparadas legalmente, e avalizadas por nossas legislações. Cabe, portanto, considerando essa legalidade, nos perguntar sobre o valor dessas regras, leis, normas. Ou melhor, interessa saber como os serviços do Sistema de Garantias de Direito entendem a função de uma medida socioeducativa, e em que situações ela é realmente necessária – quais valores estão envolvidos nessa ação, se ela nos parece arbitrária? Observando a legislação vigente que orienta a execução de medidas Lei n. 12.594 de 18 de janeiro de 2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) – encontramos os princípios que deveriam reger a decisão adequada para cada situação singular de infração. Vamos a esses princípios, previstos no Artigo 35 da referida lei:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto; II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocompo-

<sup>2</sup> A juridicalização envolve lançar mão de institutos jurídicos para resolver situações cotidianas, trata-se de um ativismo jurídico no qual o poder judiciário cuida de questões que dizem respeito ao exercício do legislativo e do executivo.

sição de conflitos; III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas; IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida; V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido; VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente; VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida; VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; e IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Vamos reter os incisos: II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos e III - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente. A partir da narrativa, nos parece que no caso de Josué nenhum dos princípios foram considerados. Poderíamos inclusive afirmar que foram aplicados em sua reversão. Será? Somamo-nos nas interrogações do autor Raniere: “qual seria, portanto, a vontade da socioeducação? O que quer aquele que garante seus direitos? Aquele que trabalha pela dignidade, que tem nos direitos humanos sua maior bandeira?” (Raniere, 2014, p. 18).

### **O cínico em conflito com a lei**

Para observar o caleidoscópio que parte da nossa relação com a resolução de conflito compartilharemos alguns pontos do seminário *A coragem da verdade*, de Michel Foucault (2011). A *parrhesia* é caracterizada por Foucault como um exercício que envolve: assumir o risco de dizer o verdadeiro na iminência de romper vínculos políticos, de amizade, risco outro que se encontra no limite da violência, ou de colocar em jogo a própria existência; e o pacto *parrhesiástico*, que é feito com outro que escuta. Essa relação de dizer o verdadeiro, segundo o autor, vai assumindo novas modalidades, sendo incorporada em um discurso tanto religioso quanto científico, desacomodando esse lugar da prática *parrhesiástica* com caráter político. O dizer sobre si mesmo capturado pela ciência encontrará na psicologia, na psiquiatria, na psicanálise e na medicina solos férteis. Será

para essas disciplinas que o discurso sobre si vai se voltar. Michel Foucault, no seminário anterior intitulado *Governo de si e dos outros*, procurou interrogar “sob que forma, em seu ato de dizer o verdadeiro, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade?” (Foucault, 2011, p. 5). Com isso, ele nos remete a práticas e tipos de discursos que procuram dizer a verdade sobre o sujeito. Entretanto, no seminário *A coragem da verdade*, interessa-lhe saber o que de verdadeiro o sujeito é capaz de dizer sobre si mesmo.

Na prática com adolescentes e jovens, percebemos uma perturbação que ronca por entre os dias de cumprimento da medida. Ao mesmo tempo em que já identificamos a força dos relatórios, laudos e encaminhamentos com sinalizações de diagnósticos, também percebemos uma estratégia de escapar adotada pelos adolescentes e jovens. Eles percebem que sua liberdade depende do técnico responsável pela medida, logo respondem o que os saberes querem ouvir. Tal prática remonta à escravidão no Brasil. Nas práticas dos negros em condição de escravos encontramos, na produção estética da vida, a astúcia e a ginga para resistir ao destino. A ginga da capoeira e a astúcia para enrolar o capitão do mato. O que percebemos nessa digressão é que essa herança histórica recai sobre o corpo do jovem. No Brasil, a psicologia capturou a astúcia e a ginga, próprias da cultura brasileira, em um diagnóstico nefasto que é o antissocial (denominado dissimulado e sedutor). Feita essa captura, resta colher os frutos, que é não conseguir dialogar com os adolescentes e jovens. Mas há uma segunda consequência: nós, técnicos, também nos transformamos em dissimulados e sedutores, pois somos todos produtos e produtores culturais do Brasil.

Tomando a noção da *parrhesia*, observar a aula de 22 de fevereiro de 1984, que versa sobre a educação dos jovens, e de como emerge nesse contexto um modo de cuidar: a *epimeleia*. A retomada desses modos de exercício da *parrhesia* serve como tensionadora para que possamos nos questionar como se configura esse exercício no contexto das medidas socioeducativas. No seminário *A coragem da verdade*, Michel Foucault (2011) indica duas obras de Platão, *Alcebiades* e *Laques*: obras que compartilham a relação que funda o princípio do cuidado – educação e negligência; dois modos que regerão a educação dos jovens, e também os problemas que inaugurarão o pensamento filosófico ocidental. Em *Al-*

*cebiades*, Foucault encontra o percurso da formação de um jovem, obra central na construção do seminário *Hermenêutica do sujeito* (Foucault, 2006), que apresenta uma reflexão em torno da ética da verdade sob a forma da purificação do sujeito.

É a ideia de que, para ter acesso à verdade, é preciso que o sujeito se constitua numa ruptura com o mundo sensível, com o mundo da falta, com o mundo do interesse e do prazer, com o mundo que constitui, em relação à eternidade da verdade e de sua pureza, o universo impuro. (Foucault, 2011, p. 110)

A pergunta sobre o que devemos cuidar é respondida: “é da alma que devemos cuidar” (Foucault, 2011, p. 111). Para isso, é necessário grande esforço para conhecer essa alma e aceitar sua existência. Em *Laques*, Foucault nota que a pergunta sobre o que se deve cuidar nunca é respondida. As pistas indicam outro caminho para a formação da ética da verdade, qual seja: a vida (*bios*), a maneira de viver. Não se identifica mais um dizer desprezado da vida: Sócrates percorre um caminho que irá primeiro confrontar o outro a dizer sobre uma prática a partir daquilo que percebe e sabe enquanto técnica. Ou seja, a partir de sua vida, de sua obra e dos mestres que formaram o sujeito. Esse primeiro percurso, que vai da política à técnica, enfrentará um terceiro momento que será o jogo da *parrhesia* e da ética. A *parrhesia* situará a discussão a partir da forma que se dá a vida, e de como no encontro com o outro presta conta de si a partir de sua prática. Nesse seminário, o autor nos conduz a um modo muito peculiar de maneira de existir: o cínico. Essa figura emerge em um contexto de crise da democracia ateniense, e ao perceber essa crise leva ao limite toda a regra imposta, um tipo bem impressionante de filósofo que problematizará as práticas de existência e liberdade, tomando seu corpo como principal cenário desse embate.

A partir das práticas dos cínicos, Foucault dará especial atenção para um princípio muito caro a essa figura escandalosa que é o cínico: a necessidade de “alterar o valor da moeda” (Foucault, 2011, p. 210). Seguindo com Foucault, temos que “nómisma é a moeda, mas também é nómos: a lei, o costume. O princípio de alterar o nómisma também é mudar o costume, romper com ele, quebrar as regras, os hábitos, as convenções e as leis” (Foucault, 2011, p. 213). Trata-se, portanto, de substituir as formas e os hábitos, que costumam marcar a existência que deve ser determinada pela verdadeira vida (filosófica). Essa vida deveria ser reta, não dissimu-

lada, não misturada, imóvel, incorruptível, feliz (esses são os princípios admitidos pela filosofia). Esses princípios, que regem a verdadeira vida “enformam a vida assim como a efigie de uma moeda enforma o metal no qual é impressa, por isso mesmo faz-se que as outras vidas, a vida dos outros, apareça como não sendo nada mais que uma moeda falsa, uma moeda sem valor” (Foucault, 2011, p. 214).

Voltemos à narrativa, considerando nossos saberes nessa dinâmica de enformar ou permitir passagens para uma vida. Devemos considerar que a medida socioeducativa aplicada na situação de Josué só pode ter advindo de uma avaliação equivocada – uma valoração: princípios que determinam qual seria a verdadeira vida. A valoração operada nesse caso que estamos observando não levou em conta todos os processos vividos por Josué: sua idade, capacidades, circunstâncias pessoais. Seu saber é desconsiderado, e sua vida diminuída a fôrma. Agora Josué tem a marca de um processo judicial no qual ele sai como aquele que desviou, aquele que cometeu um ato infracional. Mas quais seriam os princípios que regeram as ações intersetoriais descritas?

Raniere (2014) em sua pesquisa sobre a invenção das medidas socioeducativas nos demonstra quais foram as condições de possibilidade da criação desse instituto jurídico, que teve como consequência a emergência de políticas públicas, estabelecimentos e de práticas socioeducadoras. Na sua busca pelos conceitos orientadores das medidas socioeducativas o autor encontra na produção de um pedagogo chamado Antonio Carlos Gomes da Costa questões importantes que marcam a autoria do que hoje temos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990) e no SINASE (Lei n. 12.594, 2012). Suas concepções enunciam um modo de pensar que constitui o modo de compor essas diretrizes, as quais eram atravessadas pelo conceito de identidade, responsabilidade, dignidade e empreendedorismo. Portanto, o caminho para resolução, cuidado ou intervenção junto a adolescentes e jovens estava, desde sua criação, pautado por algo a ser feito junto ao indivíduo. Assim, o adolescente, autor de ato infracional, irá responder por aquilo que cometeu e será o protagonista de sua própria modificação de percurso de vida. A questão da reforma do sujeito através da socioeducação está presente nas diretrizes que orientam as políticas públicas, suas origens, e remontam ao autor russo chamado Makarenko (citado por Raniere, 2014):

Esta utopia correcional, longe de ter como modelo o homem socialista, apoia-se no mercado, no empreendedorismo, no protagonismo juvenil, na criação e conclusão de metas. Uma máquina de reformar infratores cujo funcionamento se dá pelo agenciamento da estranha adaptação de um conceito bolchevique com três grandes tecnologias do capitalismo mundial integrado: responsabilidade, identidade e direitos humanos. (Raniere, 2014, p. 103)

O autor destaca ainda que a adaptação brasileira à produção de Makarenko, ao invés de responder a uma reforma do sujeito para o socialismo, envereda para a reforma orientada por uma pedagogia liberal, a qual também passa a vida de cada um de nós.

### **Do conflito à saúde: o preço que cobramos por nossos serviços**

Para provocarmos um pouco mais essa análise gostaríamos de visitar problemas colocados pela Professora Dra. Analice de Lima Palombini<sup>3</sup> (2013) no 2º Simpósio “Acompanhamento terapêutico, saúde pública e educação”, que ocorreu em São Bernardo do Campo. Na ocasião, Palombini demonstrou preocupações com as práticas intersetoriais vigentes. A partir das experiências do Projeto AT na rede<sup>4</sup>, Palombini situa um problema. Será a partir de uma análise sobre a clínica feita por Ana Cristina Figueiredo (2010) que Palombini parte para considerar a diretriz que redimensiona a atenção básica no SUS, qual seja: o centramento no usuário, proposição da saúde coletiva. Para tanto, transita pelos tempos de uma clínica no encontro com o SUS: passagem da clínica feita nos consultórios privados para os ambulatórios públicos (o psicólogo não tinha mais o controle sobre seu dinheiro), passagem dos ambulatórios públicos para os centros de atenção psicossocial (o psicólogo não era mais o único responsável pelo seu usuário) e passagem dos CAPS para o trabalho em rede (finalmente o usuário não é mais do serviço, ele está no território). Palombini, portanto, coloca um problema:

<sup>3</sup> Palombini, A. L. (2013). Palestra proferida no 2º Simpósio Acompanhamento terapêutico, saúde pública e educação. São Bernardo do Campo, SP, 23 e 24 de agosto de 2013.

<sup>4</sup> “Programa de Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública que conduz, na Universidade, como projeto de ensino, pesquisa e extensão, em que participam estagiários de psicologia, extensionistas e mestrandos de diversas áreas e residentes de saúde mental coletiva, de diferentes núcleos profissionais.” (Palombini, 2013)

Hoje, então, quando a reforma psiquiátrica propõe livrar os loucos do internamento, instituindo uma rede de atenção psicossocial, quando se abrem as portas, se demolem os muros dos manicômios para que os loucos possam habitar a cidade, o que acontece com as relações de poder instituídas nesse campo? Que tipo de dívida se estabelece entre os profissionais e seus usuários? Com que moedas lhes pagam os usuários? O que nós cobramos deles? (Palombini, 2013)

As experiências vividas pelo AT na rede, projeto da UFRGS, coordenado pela professora, vão indicar que o “usuário centrado passa a ser o usuário cercado” (Palombini, 2013). As políticas que supostamente deveriam inaugurar um tempo de cuidado levando em consideração a experiência histórica singular propõem ao usuário um rol de tarefas por fazer na dinâmica entre serviços. O usuário passa a correr cumprindo o dever de se cuidar. Volta para ele a tarefa de não sofrer com seu (nosso) sofrimento. Essa dinâmica de correria lembra as experiências dos adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa pelo seu (nosso) ato infracional. Encontram-se sós para “resolver sua vida” – e, frisaríamos, que esse resolver a vida deve estar aprovado e avalizado pelo Sistema de Garantia de Direitos – ou melhor, pelos técnicos que trabalham nos sistemas de saúde, assistência, judiciário.

Ainda seguindo a análise sobre o necessário exercício político e ético a partir de nossas práticas, a professora Dra. Gislei Domingas Romazini Lazzarotto, em palestra ministrada no evento “Diálogo sobre adolescentes em medida socioeducativa e o cuidado em saúde mental”<sup>5</sup>, indica:

Depois de leituras, revisões de arquivos e um diálogo interno infindável sobre o que lançar para compor nossa conversa, pensei: mas é falar sobre o óbvio. Sim o “Óbvio” é o que salta à vista. Aquilo que se conhece e se espera, portanto evidente. O que acontece se esses direitos evidentes não se efetuem em nossas relações como integrantes da rede de atores responsáveis por cumprir o ECA, SUS, SINASE? Quem nos tornamos? Convoco este encontro e suas forças produtoras ao exercício de pensar sobre as verdades que produzimos e como chegamos aqui. Portanto, um exercício público do

---

<sup>5</sup> Palestra proferida por Gislei Domingas Romazini Lazzarotto no evento “Diálogo sobre adolescentes em medida socioeducativa e o cuidado em saúde mental”. Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Porto Alegre, 26 de agosto de 2013.



comum que nos traz até aqui com o princípio da incompletude referido no SINASE, no SUS, no ECA. (Lazzarotto, 2013)

Se o exercício que devemos buscar é óbvio, pois escancara a vida, então produzir condições para emergência daquilo que deve ser dito sobre esse óbvio nos parece um problema. O cinismo, nesse sentido, nos ajuda a pensar, pois, segundo Foucault, é a “careta da verdadeira vida” (2011, p. 200). A aposta dos cínicos no princípio: mudar o valor da moeda, tomando-a, é propor maneiras de viver “passando ao limite, sem ruptura, simplesmente empurrando ... temas até seu ponto extremo” (p. 200) até que percam completamente o sentido. Mudar o valor da moeda é tensionar as normas que cercam a vida de qualquer um até caducarem. Talvez o óbvio não seja tão óbvio assim.

### **O tipo penal que define o sujeito: o abolicionismo como crítico do sistema punitivo**

Retomamos então o alerta da professora Coimbra: “Tenhamos cuidado com aquilo que pedimos!”. Quando apoiamos a criminalização de um ato estamos reforçando um modo de operar a punição que já está em nós. Abrimos mais território para controles mais severos sobre a vida. Nesse sentido, ao problematizar os modos possíveis de resolução de conflito, estamos fazendo um convite ao pensamento: como seriam as resoluções de conflito se abrissemos mão das práticas punitivas?

A perspectiva abolicionista penal se pretende como crítica e propositora de “práticas libertárias interessadas na ruína da cultura punitiva da vingança, do ressentimento e da prisão” (Passetti, 2006, p. 83). Assim, são problemáticos para o abolicionismo a “lógica seletiva sociopolítica e do sistema penal, os efeitos da naturalização do castigo, a universalização do direito penal, e a ineficácia das prisões” (Passetti, 2006, p. 83). Interessa-nos visitar alguns argumentos do abolicionismo entendendo que por se colocar em um lugar crítico dos modos autoritários de se relacionar com a vida, oferecem olhares desestabilizadores de nossas práticas repressivo-punitivas.

Uma das críticas ofertadas é a lógica seletiva sociopolítica e do sistema penal. A população selecionada pelo sistema no Brasil tem cor, cultura

e situação socioeconômica definida. Em geral, moradores de periferia, homens, negros e jovens. Essa seletividade está muito menos calcada em estatísticas relativas a infrações ou crimes cometidos, do que a uma disputa de poder situada historicamente. A crítica feita por abolicionistas afirma que a seletividade é proposital e funcional, não pretendendo abater-se sobre todos os criminosos, ou infratores. Segundo Maria Lúcia Karam:

para a real eficácia do sistema penal é imperativa a individualização de apenas alguns deles, para que, sendo exemplarmente identificados como “criminosos”, possam emprestar sua imagem à personificação da figura do mau, do inimigo, do perigoso, e, assim, possibilitar, simultânea e convenientemente, o reconhecimento dos “cidadãos de bem” e a ocultação dos perigos e dos males que sustentam a estrutura de dominação e poder. (Karam, 2005, p. 167)

Menos fato infracional, ou criminoso, e mais a personalidade e o caráter do criminoso, que receberá a intervenção no seu corpo e na sua mente. Portanto, para além da prisão, ou do sistema socioeducativo de internação, diretrizes, legislações e políticas públicas são mobilizadas para responder a essa demanda de controle repressivo. Marcos da Silva Goulart (2011) aborda como as políticas capturam, e identifica no público ações específicas com objetivo de controlar o que o autor chamou de poder jovem:

alguns textos da ONU, nos quais os jovens eram vistos como vulneráveis e marginalizados; e em uma pesquisa publicada na Revista Veja em 1984, em que a publicidade (utilizando-se do saber sociológico e estatístico) via esse grupo como um nicho de mercado. O que podemos perceber é que a rebeldia, que outrora tinha um papel político de desmascarar o sistema opressor, passa a ser um estilo a ser adornado pelo mercado, uma caricatura, uma imaturidade, uma ausência de projeto de vida ou um possível vínculo com a delinquência. Ou seja, nesse jogo, temos um discurso interditado e outro que é produzido – o poder da juventude precisa ser canalizado positivamente e os jovens precisariam ser cada vez mais produtivos. (Goulart, 2011, p. 22)

O que nos interessa aqui é como o entendimento da potência transgressora que acompanhara a adolescência e juventude é torcido para uma moralização desses movimentos e, conseqüentemente, para seu perigo em potencial. Curioso modo de tomar as subjetividades, de entender as

juventudes como uma ou outra. Nesse sentido, encontramos documentos orientadores de políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens que possuem um “receituário” que causa estranhamento por disseminar uma cultura de normatização e normalização da vida.

Nos relatórios do UNICEF é a atenção especial que deverá cercar o adolescente para impedi-lo de ceder aos apelos do consumo e dos atos desviantes, considerados perigosos. Para aliar-se ao projeto de normalização do adolescente, a família é convocada, sendo vista como principal sustentáculo para apoiar o adolescente, incentivando-o a estudar e trabalhar. (Lemos, 2007, p. 152)

A segunda crítica abolicionista vai observar a universalização do direito penal. Nessa crítica está contida a problematização sobre a infração. Há uma exigência para que o “infrator” ou “criminoso” seja punido: se o sujeito é agente de algo, por definição, então ele é responsável. Se ele agiu bem, ele é responsável por essa boa ação, e vice-versa. Mas se o sujeito agiu mal sua ação por si mesma necessita de punição. Por quê? Em primeiro lugar porque ele está violando uma regra que vale para todos – e, com isso, atacando o tecido social (a sociedade, em última análise). Mas também deve ser punido enquanto ato educativo: se pune o sujeito, mas também se pune a ideia. Ou seja, a noção de punição parece guardar consigo algo da punição exemplar: para que outros não façam. Mas não foi sempre assim, Foucault (2005, p. 66) nos indica as pistas. A ideia de infração só emerge no contexto medieval, no qual se entende que não foi só o indivíduo lesado, mas que o Estado também foi lesado, a própria lei, e, portanto, lesão à ordem, ao soberano e à sociedade. O Estado passa a entrar como a figura que exige a reparação. A essa teoria tradicional da ação corresponde um grupo de instituições, dentre elas os presídios e o sistema socioeducativo e afins. Mesmo que pudéssemos questionar a ideia dos presídios, ainda teríamos o problema: como os sujeitos podem ser punidos? Eles devem ser punidos?

O criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social. Encontramos isso claramente em muitos teóricos como também em Rousseau, que afirma que o criminoso é aquele que rompeu com o pacto social. Há identidade entre crime e ruptura do pacto social. O criminoso como inimigo interno ... é uma definição nova e capital na história da teoria do crime e da penalidade. (Foucault, 2005, p. 81)

Ainda assim resta uma lacuna, há uma diferença: que é a noção de sujeito e de responsabilização. Nesse sentido, por ser sujeito e poder ser responsabilizado o jovem poderia raciocinar, porque possui plenamente as faculdades de julgar. Poderia? São perguntas que ficam conosco, pois entendemos que o sujeito, o conhecimento e a verdade são invenções sem começo ou fim. Essa invenção da responsabilização na América Latina também tem funcionalidade para o modo de governar no Brasil, ganha modulações “genocidas de contenção bem diferenciadas das vividas nos países centrais e desenvolvidos do ocidente que se caracterizam pela disciplina”. Experimentamos, no Brasil, na prática com a juventude e com a permanente criminalização de suas virtualidades uma gigantesca “instituição de sequestro”<sup>6</sup>, ou seja, um “apartheid criminológico natural” (Batista, 2003, p. 55). Podemos pensar a subjetivação como emergência de práticas sociais na história desse país que virou uma grande “instituição de sequestro”. Nesse sentido, a noção de juventude e de psicologia está muito atrelada às práticas jurídicas, o modo como se arbitram os danos e as responsabilidades nos fabricaram, nos inventaram.

As práticas jurídicas – a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas ações e a punição de outras ... todas essas práticas regulares ... me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas. (Foucault, 2005, p. 11)

Mas quando abandonamos a ideia de sujeito e entramos em uma discussão na qual esses processos intensos de institucionalização radical devem ser pensados (visto o quanto eles produzem e subjetivam), restamos o problema na situação dos jovens que cometem atos infracionais: mesmo que se mostre a insuficiência das instituições penais, ainda assim ficaria a questão – qual instituição realizaria a punição. Ou seja, se teria o argumento – dos males, o menor (na falta de outra instituição, fica-se

---

<sup>6</sup> A “instituição de sequestro” é um conceito, forjado por Foucault, que se refere às prisões, às escolas, aos asilos. Zaffaroni estende o conceito para a colônia (região marginal) em si. Sendo assim, a região latino-americana se constituiria numa gigantesca “instituição de sequestro”. “Aqui o modelo ideológico do panóptico de Bentham é substituído pelas teorias de inferioridade biológica de Cesare Lombroso” (Batista, 2003, p. 55).

com essa e dá-se um jeitinho). Nesse sentido, achamos que é outra: não restringimos somente ao sujeito a responsabilidade.

para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da sanidade; e o que se compreende por legalidade, no campo da ilegalidade. E, para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações. (Foucault, 1995, p. 234)

Na crítica abolicionista, universalizado o direito penal como o modo de resolver a ação desviante de um dado sujeito, a punição incrementa o modo de educar, cuidar e proteger os adolescentes e jovens tendo resultados preocupantes quando observamos a execução de projetos voltados para adolescentes. Acácio Augusto (2013) observa no projeto Pró-Menino da Fundação Telefônica, situado na cidade do Rio de Janeiro, uma busca pela participação dos adolescentes no interior dos programas. Mas essa participação está relacionada a envolver os adolescentes (que estão cumprindo medida socioeducativa) na construção das regras coletivas, democráticas e participativas. O que inicialmente parece democrático, libertador, ganha a apropriação de um modo de fazer *judicanti*, no qual qualquer um pode e deve fazer o “julgamento” do outro. As ações coletivas, democráticas e participativas voltam-se para o indivíduo: uma administração do território e do outro.

A terceira crítica da perspectiva em questão indica a ineficácia das prisões e do sistema penal. Sabe-se que o Direito Penal, assim como o Sistema de Medidas Socioeducativo, não dá conta dos conflitos que efetivamente ocorrem na cidade. E que boa parte dos atos infracionais, ou crimes cometidos são resolvidos fora dos sistemas submetidos à justiça. A este número de infrações e crimes que acontecem sem que o Estado tome conhecimento burocratas denominam cifra negra. Essa ineficácia tem uma funcionalidade no controle social. Pois, ao vivenciarmos no social concretas mudanças que aumentam a desigualdade social, ou quando através da mídia vocifera-se por mais segurança, argumentando uma situação iminente de perigo, enfraquecemos a crença sobre a segurança preventiva do Direito Penal. Enfraquecida a crença de que o direito penal é legítimo, porque é uma ação preventiva e de evitação da vingança privada, incita-se, portanto, no senso comum o desejo por mais controle, e mais punição, tendo como resultado a

naturalização de ações cada vez mais violentas e mais controladoras das ações humanas.

Recorremos a Giorgio Agamben (2004) para o exercício do pensamento quando atentos a esse discurso sobre risco. O autor indica um paradoxo nas práticas democráticas que encerram em si a necessidade de produzir uma situação de estado de emergência permanente. Essa ideia de que vivemos sob risco, e que para proteger a democracia capital é preciso lançar mão de qualquer expediente, irá produzir uma vida (traficante, baderneiro, jovem) que deve ser combatida para que haja a devida proteção do sistema democrático capital de direito.

Identificamos a vida, trabalhamos para construir uma responsabilização e afirmamos a autonomia de suas ações como possibilidade de alcançar um outro lugar identitário na sociedade. Assim, trabalhadores e trabalhadoras das políticas públicas somam-se para orientar essas vidas chamadas nuas pelo autor. A vida considerada perigosa, desviante, é amplamente reduzida pelas políticas, e pelos meios de comunicação de massa. Segundo Passetti, ao transformar o conflito entre autor e vítima em um conflito impessoal de toda a sociedade, o direito penal legitima a vingança, naturalizando o castigo que é a quarta crítica. O sistema fomenta o ressentimento popular e faz com que esse seja o combustível que “faz da vingança uma política pública” (Passetti, 2004, p. 26).

Mais que as condições de miséria e falta de direitos, alegadas hoje em dia como carências primordiais de crianças e jovens pobres envolvidos em situação de violência, a sociabilidade autoritária, fundada na cultura do castigo como extração da obediência, é o que perpetua violência entre crianças e jovens, entre as próprias crianças, jovens entre si e adultos contra crianças e jovens, ricos ou pobres. Em meio a tanto amor e cuidados dispensados às crianças e aos jovens, eles continuam matando e morrendo, quase sem serem notados, quase sem que eles mesmos notem. (Augusto, 2013, p. 41)

Mas diante das críticas, quais são as alternativas oferecidas pelos abolicionistas? A perspectiva abolicionista sugerida por Hulsman parte do princípio de que se deve abandonar o referencial de interpretação utilizado pelo sistema penal para adotar um novo referencial que desloque a interpretação dos fatos para a iniciativa dos interessados. Para isso, o abolicionista propôs a conciliação direta entre os envolvidos a partir da

sugestão de cinco estilos de controle social: o educativo, o conciliatório, o terapêutico, o compensatório e o punitivo (Salles, 2011, p. 105).

Encontramos na própria proposta um problema, pois grande parte dos seus argumentos sustentam-se em sociedades que possuem outro modo de se organizar politicamente, como, por exemplo, as chamadas sociedades sem Estado, ou contra o Estado.

Moralismo utopista e nostalgia regressiva por modelos arcaicos e “tradicionais” de comunidades sem direito, constituem, por derradeiro, também os traços característicos do atual abolicionismo penal, pouco original em relação à tradição anárquica e holística. Abolicionistas como Louk Hulsman, Henry Bianchi e Nils Christie repropõem as mesmas teses do abolicionismo anárquico do século XIX, oscilando – na configuração das alternativas ao direito penal, que por si só constitui uma técnica de regulamentação e de delimitação da violência punitiva – entre improváveis projetos de microcosmos sociais fundados na solidariedade e na irmandade, vagos objetivos de “reapropriação social” dos conflitos entre ofensores e vítimas e métodos primitivos de composição patrimonial das ofensas, com a agravante, se comparado ao abolicionismo clássico, de possuir uma maior incoerência entre *pars destruens* e *pars construens* do projeto sustentado e de uma maior e imperdoável desatenção às tristes experiências, inclusive contemporâneas, de crise e desatualização do direito penal. (Ferrajoli, 2006, p. 233)

Ainda que a perspectiva abolicionista faça grande tensão ao sistema vigente com suas críticas muito precisas, faz-se necessário observar que a abolição das penas não garantiria a eliminação desse componente repressivo-punitivo que percorre a instituição estatal e cada um de nós fundados nessa sociedade. Nesse sentido, ficamos com a questão por resolver: afinal, qual seria, partindo daquilo que nos tornamos, uma solução que não ficasse restrita à resposta punitiva?

### **Abertura de um caleidoscópio no exercício de pensar**

O controle pela obediência não é prerrogativa apenas das políticas públicas. Devemos, portanto, observar o papel da produção do público que precisará ser simpático e acolhedor ao que é oferecido como resolução para problemas que envolvem adolescentes e jovens. Maurizio Lazzarato (2006) indica em sua obra *As revoluções do capitalismo* o que

denomina como público. O autor explica que no final do século XIX, no momento em que as sociedades de controle começavam a elaborar suas próprias técnicas e seus próprios dispositivos, o grupo social não se constituía mais nem por aglomerações, nem pela classe, nem pela população, mas pelo público (ou melhor, pelos públicos). Por público ele entende o público dos meios de comunicação, de um jornal: “O público é uma massa dispersa em que a influência das mentes, umas sobre as outras, se torna uma ação à distância” (Lazzarato, 2006, p. 75).

O argumento do autor indica que as ideias precisam ser consumidas (redução da maioria, aumento do tempo das medidas socioeducativas, todas amplamente divulgadas na mídia). O modo de consumir passa a fazer parte do que somos (subjetivação) – produção de mundo próprio para o capital – onde não se consome mais somente bens, mas posições, ideais, desejos. A sociedade de controle – que Deleuze indicava desde *O Anti-Édipo* (Deleuze & Guattari, 1976) e que Lazzarato denominará de *no-política* – interessa-se na administração do tempo (Lazzarato, 2006, p. 75). Ou seja, mais pelas tecnologias à distância, pela formação de opinião, pela modulação – voltando-se para vida, mas de um modo muito diferente. É o tempo da criação e do pensamento que está em disputa: o aprisionamento do outro mundo possível.

Identificamos nas manifestações que ganharam força em junho de 2013 no Brasil o escancaramento de nosso problema: a violência estatal já conhecida, com as populações negras, moradoras de periferia, indígenas, toma novamente o cenário orquestrando imagens e relatos que remontam às perseguições, às torturas e às punições próprias do período de ditadura civil-militar. Perguntar-se sobre resolução de conflito nesse cenário diz da emergência de um problema: a punição utilizada contra adolescentes e jovens das periferias da cidade, ou do centro, é enunciadora de algo que compõe o Estado e que diante do movimento social fica evidente, a ausência de compor o comum nesse modo de governar, tema que já está presente nas políticas públicas voltadas para execução das medidas socioeducativas – a seletividade, a tortura, a violência e o racismo de estado, que é estrutural.

Essa enunciação parece propiciar um encontro muito inaudito. Se no período pós-ditadura as políticas públicas e as diretrizes internacionais organizaram-se para definir com precisão cirúrgica o indivíduo a perse-



guir, punir, cuidar, agora elas se veem confusas. A violência que durante a ditadura voltou-se contra toda e qualquer minoria, seja ela pobre, seja ela subversiva, passa a operar novamente indistintamente, aproximando adolescentes, jovens e estudantes. Marcos Goulart (2011) trata sobre essa construção que emerge na década de 80. Seu objetivo, segundo o autor, era bem claro, produzir através da afirmação de falta de valores no público juvenil um consumidor competitivo e produtivo para a sociedade brasileira – duas adolescências são construídas nesse período: a vulnerável e perigosa e a alienada. As manifestações em junho de 2013, portanto, talvez não surpreendam como proclama a mídia.

Em vez de perguntar o que “eles”, os manifestantes ... querem, talvez fosse o caso de perguntar o que a nova cena política pode desencadear. Pois não se trata apenas de um deslocamento de palco – do palácio para a rua –, mas de afeto, de contaminação, de potência coletiva. A imaginação política se destravou e produziu um corte no tempo político. (Pelbart, 2013)

Não há como negar que há desacomodação de desejos e crenças. Um país que nos últimos 10 anos protagonizou políticas (PROUNI, REUNI, Bolsa Família, Institutos Federais de formação técnica) que desacomodaram os lugares tão marcadamente definidos. Entretanto, é preciso que o destravamento da imaginação política supere as dicotomias que se expressam através de ambivalências com afirmações como “a má fé está no sistema financeiro”, ou “na população que ocupa as classes mais abastadas de nosso país”. Nesse sentido, a escrita de Anselm Jappe (2014) nos conduz a uma problematização bem pertinente, qual seja, precisamos aumentar o fôlego de nossas questões, pois o que está emergindo como problema é muito além das demandas por direitos não cumpridos pelo Estado.

Vejamos o movimento Occupy Wall Street e suas propagações. Ali, responsabiliza-se o setor financeiro, e Wall Street, pela crise atual. Afirma-se que a economia, e a sociedade em seu conjunto, estão dominadas pela esfera financeira. ... Mas, quão seguros estamos de que o poder absoluto da esfera financeira, e as políticas neoliberais que as sustentam, são a causa principal das atuais turbulências? E se, ao invés, forem apenas o sintoma de uma crise muito mais profunda? Longe de ser um fator que perturba uma economia saudável em si mesma, a especulação é o que permite manter, durante as últimas décadas, a ficção da prosperidade capitalista. (Jappe, 2014, p. 4)

No Brasil, portanto, a sociabilidade autoritária, filhote de uma ditadura bastante violenta ainda possui função significativa para o modo de governar. Portanto, a obediência conseguida através do castigo, a tortura cotidiana vivida pela população, foi compartilhada entre as mais diversas classes sociais, expondo a violência estatal que mata, maltrata e alija.

Retomando a narrativa da situação de punição vivida por Josué, cabe a pergunta: como conflitar com uma ordem judicial que avaliza uma medida que parece arbitrária? Como analisar com os serviços e o judiciário que aquilo que nos movimenta é o desejo de punição e o público? E se não for, o que é afinal? Uma busca pelo limite do agir, tendo como pressuposto a vida comum bem ordinária – aquela vida que abafamos ao não dar a escuta ao testemunho. As dúvidas sobre como resolver conflitos seguem, mas uma certeza fica: todo o preso é um preso político.

Nesse momento, para finalizarmos, gostaríamos de reter de Primo Levi algo intenso que ele deixa como voz de um tempo de sofrimento em campo de concentração. Ao encontrar seus pés machucados, e precisando de cuidado (pois estar com pés machucados no campo poderia ser o primeiro indício de morte, já que não havia trégua para o trabalho), é levado a um outro espaço existente no campo de concentração, chamado Ka-be – algo como um ambulatório para aqueles que ainda poderiam sobreviver e produzir pelo trabalho. Vamos à citação:

Neste Ka-be, parênteses de relativa paz, aprendemos que a nossa personalidade corre maior perigo que a própria vida. Os antigos sábios, em vez de exortar: “lembra-te que vais morrer”, deveriam ter recordado este outro maior perigo que nos ameaça. Se, do interior do Campo, uma mensagem tivesse podido filtrar até os homens livres, deveria ter sido esta: procurem não aceitar em seus lares o que aqui nos é imposto. (Levi, 1988, p. 54)

## Referências

- Agamben, G. (2004). *Estado de exceção: Homo sacer II*. São Paulo: Boitempo.
- Augusto, A. (2013). *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações dos jovens*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Batista, V. M. (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Revan.

- Deleuze, G. & Guattari, F. (1976). *O Anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ferrajoli, L. (2006). *Direito e razão: teoria do garantismo penal* (2ª ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Figueiredo, A. C. (2010). Três tempos da clínica orientada pela psicanálise no campo da saúde mental. In Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul - CRPRS (Org.), *Seminário Psicoterapia na Saúde Pública*. Acesso em 26 de fevereiro, 2014, em <http://www.crprs.org.br/upload/noticia/arquivo2312.pdf>
- Foucault, M. (1995). *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2005). *A verdade e as formas jurídicas* (3ª ed.). Rio de Janeiro: NAU.
- Foucault, M. (2006). *Hermenêutica do sujeito* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2011). *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Goulart, M. V. S. (2011). *Incursões biopolíticas: o poder jovem nas tramas da arena pública*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Jappe, A. (2014). *Protestos: falta um horizonte pós-capitalista*. Acesso em 25 de fevereiro, 2014, em <http://outraspalavras.net/posts/protestos-falta-um-horizonte-pos-capitalista/>
- Karam, M. L. (2005, janeiro/fevereiro). Sistema penal e publicidade enganosa. *Revista Brasileira de Ciências Criminas*, 52, 158-176.
- Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 16 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, p. 1353.
- Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012, 19 de julho). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. *Diário Oficial da União*, p. 3.
- Lemos, F. C. S. (2007). *Crianças e adolescentes entre a norma e a lei: uma análise foucaultiana*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Passetti, E. (2004). A atualidade do abolicionismo penal. In E. Passetti, *Curso livre de abolicionismo penal* (pp. 13-33). Rio de Janeiro: Revan.

- Passetti, E. (2006). Ensaio sobre um abolicionismo penal. *Revista Verve*, 9, 83-114.
- Pelbart, P. P. (2013). *Anota aí: eu sou ninguém*. Acesso em 03 de março, 2015, em [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed756\\_anota\\_ai\\_eu\\_sou\\_ninguem](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed756_anota_ai_eu_sou_ninguem)
- Raniere, E. (2014). *A invenção das medidas socioeducativas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Salles, A. (2011). O abolicionismo menor de Louk Hulsman. *Revista Verve*, 20, 101- 113.

## **A noção de “vínculo afetivo” nos serviços de proteção social especial de alta complexidade para crianças e adolescentes**

Valeska Campos Tristão

Gilead Marchezi Tavares

Vivianni Barcellos de Araujo

### **Introdução**

As práticas de assistência, que por muito tempo foram marcadas por seu caráter filantrópico e caritativo, encontram-se hoje vinculadas à Política Nacional de Assistência Social - PNAS, instaurada em 2004. A implementação da PNAS buscou transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição de 1988 – marco histórico em que a Assistência ganha o status de Política de Seguridade Social – e da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei n. 8.742, 1993), que regulamentou os direitos sociais garantidos na Constituição. A PNAS visou definir os princípios e diretrizes de sua implantação e nos apresenta a organização dos serviços de proteção da assistência por tipificações: básica e especial (média e alta complexidade).

A Proteção Social Básica visa a prevenir situações de risco por meio do “desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2004, p. 33). Temos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Serviços de Convivência Comunitária inseridos nesse nível de proteção. A Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em “situação de risco pessoal e social”, por ocorrência das diversas violações de direitos: abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua, entre outros. Segundo a PNAS, enquanto a Proteção Social Especial de

média complexidade trabalha com atendimento a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas não tiveram rompidos os vínculos familiares, a Proteção Social Especial de alta complexidade trabalha com a garantia da proteção integral para aqueles que se encontram em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário (MDS, 2004). Os serviços da Assistência Social de Proteção Social Especial de Alta Complexidade a crianças e adolescentes compreendem o acolhimento institucional e o acolhimento familiar.

A história dos abrigos – denominados atualmente como Serviços de Acolhimento Institucional, de acordo com a PNAS – é antiga no Brasil. A inserção de crianças e adolescentes em estabelecimentos com o intuito de protegê-las, afastando-as do convívio familiar, foi, durante muito tempo, organizada em espaços que atendiam a um grande número de pessoas que lá permaneciam por longo período, às vezes a vida toda (MDS, 2004).

Segundo os dados dos Serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2003, no Brasil, 80.000 crianças/adolescentes ainda viviam em Serviços de Acolhimento Institucional e a maioria delas possuía família e foi acolhida por motivo de pobreza (Costa & Rosseti-Ferreira, 2009). A partir desses dados levantados, foram fortalecidas as discussões a respeito de opções à institucionalização e à urgência de medidas alternativas a essa prática (Coelho, 2010). Diante desse cenário, o Acolhimento Familiar tem sido evidenciado pelas políticas públicas como uma das medidas que visa “solucionar” as problemáticas que perpassam o acolhimento em instituições.

O Acolhimento Familiar, segundo Cabral e Guimarães (2005), é o “ato de acolher e cuidar dos filhos de outra pessoa por um tempo determinado” (p. 11). Assim, os programas de acolhimento familiar visam acolher provisoriamente crianças e adolescentes vítimas de violência em famílias previamente cadastradas e habilitadas do município e têm por objetivo garantir cuidado aos acolhidos, ao mesmo tempo em que oferece apoio às famílias de origem, visando ao retorno de seus filhos, sempre que possível.

Entre as funções do Programa Família Acolhedora, destacamos: captar e habilitar famílias do município para acolherem as crianças em medida protetiva até que o processo judicial seja resolvido; acolher a

criança em famílias habilitadas e prepará-la para a entrada no programa, estabelecendo vínculo de confiança e fornecendo explicação da situação e esclarecimentos quanto ao acolhimento familiar e o processo judicial; preparar a família acolhedora para a recepção da criança e acompanhá-la na vivência e término do acolhimento; acompanhar e fortalecer a família de origem a fim de que possam superar as fragilidades que culminaram com a retirada da criança (Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, 2009).

Os Programas de Família Acolhedora surgem como política de proteção social alternativa ao abrigo a partir do início do século XX em países como Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Itália, diante de influências de estudos médico-psicológicos do desenvolvimento humano, da valorização da família como contexto primordial ao desenvolvimento e de discussões referentes à garantia do direito da criança e do adolescente (Cabral, 2004; Martins, Costa, & Rosseti-Ferreira, 2010). No Brasil, essa nova modalidade de acolhimento firma-se como política recentemente<sup>1</sup>, por meio da PNAS e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária<sup>2</sup> (MDS, 2006), e se torna evidenciada e fortalecida a partir da Lei 12.010 de 2009 do Estatuto da Criança e do Adolescente (CNAS & Conanda, 2009). Por se tratar de uma lei recente, ainda existem poucos programas de acolhimento familiar em nosso país.

As alterações e complementações realizadas pela Lei Federal n. 12.010 de 2009 no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990/2010) preconizam o acolhimento familiar nos seguintes termos:

Art. 34 § 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei (p. 45).

---

<sup>1</sup> Frisamos que, apesar do acolhimento familiar ser uma modalidade recente nas políticas de proteção, ele sempre existiu no Brasil de modo informal quando famílias biológicas delegavam seu papel parental à família extensa ou a outro adulto repassando a responsabilidade pela criação ou cuidado do seu filho (Cabral, 2004).

<sup>2</sup> Ao longo do texto vamos nos referir ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária apenas como Plano Nacional.

Art. 50 § 11º Enquanto não localizada pessoa ou casal interessado em sua adoção, a criança ou o adolescente, sempre que possível e recomendável, será colocado sob guarda de família cadastrada em programa de acolhimento familiar (p. 50).

Dessa maneira, o Ecriad indica o acolhimento familiar como prioritário para crianças configurando-se como medida protetiva, o que tem feito com que os Ministérios Públicos exijam a implantação do Programa nos municípios nestes últimos anos.

As poucas produções acadêmicas que têm surgido a respeito da temática afirmam a importância de fortalecer o acolhimento familiar a fim de romper com a cultura de institucionalização<sup>3</sup> de crianças e adolescentes. Além disso, diz-se que, quando se retira a criança de sua família de origem, mas a insere em uma família acolhedora, garante-se a convivência familiar e comunitária, ao contrário dos abrigos. Dessa maneira, tem-se criado expectativas a respeito de tal modalidade de acolhimento, como espaço de “solução” para os problemas da institucionalização e como lugar “saudável” para o desenvolvimento da criança afastada de sua família de origem.

Sabemos, entretanto, que a institucionalização de crianças e adolescentes no país não se resume apenas à colocação de crianças em abrigos, mas a um conjunto de práticas históricas, diante da escassez de políticas públicas, que produzem subjetividades<sup>4</sup> engajadas na ideia de que família pobre é negligente, instaurando o acolhimento como único caminho possível para todo tipo de questão social envolvendo crianças e adolescentes. Assim, entendemos que a inserção da criança em acolhimento familiar não significa necessariamente desinstitucionalizar.

Apesar da temática da “vinculação”, relacionada ao ideal de “desenvolvimento saudável”, de crianças e adolescentes acolhidos já ser recorrente nos serviços de proteção social especial de alta complexidade,

---

<sup>3</sup> Referimo-nos à institucionalização de crianças e adolescentes como práticas de confinamentos, ou seja, encaminhamentos para estabelecimentos ou famílias, que não são as suas de origem nem as que as adotarão, como instrumento da assistência para “cuidar” e controlar as crianças e suas famílias de origem.

<sup>4</sup> Quando falamos de subjetividade não dizemos de uma interioridade em separado de uma exterioridade, mas de modos de subjetivação, formas de estar, sentir, pensar, viver o mundo. Modos de subjetivação, modos de existência ou possibilidades de vida (Machado, 1999).



temos percebido que as discussões por ela suscitadas têm sido ainda mais fomentadas diante da necessidade da implantação dos programas de acolhimento familiar nos municípios. O acolhimento familiar é criado a partir de estudos que afirmavam a institucionalização como fator de adoecimento psíquico. O autor Bowlby, psiquiatra e psicanalista, é referência nas produções acadêmicas sobre essa nova modalidade de acolhimento, pois a sua visão de que a vivência em instituições, o rompimento de vínculos e a privação materna deixariam marcas profundas e prejudiciais nas crianças tem servido como argumento para a criação dos Programas Família Acolhedora (Costa & Rosseti-Ferreira, 2009).

Não podemos perder de vista os processos históricos que imantam práticas sociais, tais como os cuidados dispensados aos pequenos. Com a ascensão do modelo burguês de família, o núcleo familiar (compreendido como pai, mãe e filhos consanguíneos) passa a ser a única possibilidade em que se pode ocorrer a “boa criação”. Com isso, as relações que são construídas nos acolhimentos, especialmente o institucional, são comumente desqualificadas e têm servido para sustentar “patologias” e “fracassos” de crianças abrigadas.

A busca pelo modelo de família burguesa ainda se mostra dominante na sociedade contemporânea e, dentro desse contexto, as relações de afeto não mantidas dentro desse molde são desmerecidas e encaradas como inferiores ... A possibilidade de se viver dentro de outras dinâmicas familiares que não a família nuclear, assim como a criação de vínculos diferenciados na rede de assistência da qual a criança é usuária, não é o grande enfoque [dos autores que discutem a temática da vivência em abrigos]. (Ayres, Coutinho, & Sá, 2010, p. 426)

se existe a crença num modelo único e correto de cuidado, aqueles que nele não se encaixam estão obrigatoriamente no campo da desordem. A desqualificação da diferença é iminente. Existências fora da ideia de família nuclear só podem ser fracassadas. (Nascimento, Lacaz, & Alvarenga, 2010, p. 62)

A centralidade no vínculo familiar e comunitário está presente em todos os documentos norteadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é, então, diante das “fragilidades” constatadas nos vínculos da família e da comunidade que a assistência social afirma a necessidade de suas intervenções. Os usuários dessa política são aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e de riscos, dentre eles “famílias e

indivíduos com perda ou fragilidade de vínculo de afetividade, pertencimento e sociabilidade” (MDS, 2004, p. 33). Entendemos que falar de “fragilidades” das relações/vinculações familiares é considerar que existe um modelo para as relações, ou seja, que há a forma adequada, correta, para as relações/vinculações nas famílias.

Tendo em vista os serviços que atendem demandas de alta complexidade no campo da infância e da adolescência, entendidas como aquelas nas quais os vínculos afetivos já foram rompidos, e a construção de novas estratégias baseadas no fortalecimento de relações afetivas, como, por exemplo, o Programa Família Acolhedora, acreditamos ser fundamental colocar no panorama analítico a construção de um discurso acerca da ideia de vínculo e as práticas profissionais relativas a tal ideia. Além disso, faz-se importante problematizar como alguns documentos norteadores da alta complexidade, como o Plano Nacional, têm atualizado modelos de relações/vinculações de seus usuários.

### **O “vínculo” no contexto do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária**

As diretrizes do Plano Nacional (2006) funcionam como norteadoras dos serviços do SUAS, principalmente para os de proteção social especial da alta complexidade. Assim, colocar em análise seu discurso sobre as vinculações faz-se importante devido aos possíveis rebatimentos de suas ponderações no acolhimento institucional e familiar. Nele, discute-se com afinco a relevância da família para crianças e adolescentes, especificando a importância da organização das políticas em torno do fortalecimento das famílias e da convivência comunitária. Seu objetivo é articular as diversas políticas públicas para garantir o direito à convivência familiar e comunitária, alterando a cultura vigente de institucionalização. Além disso, propõe fomentar a implantação do acolhimento familiar e assegurar que o acolhimento institucional seja efetivamente utilizado como medida de caráter excepcional e provisório, proporcionando atendimento de qualidade às crianças e aos adolescentes afastados de suas famílias.

Pode-se afirmar que o principal objetivo do Plano Nacional é a prevenção do rompimento de vínculos familiares e comunitários e, quando

isso não é mais possível, que se consiga restabelecer laços familiares por meio da adoção (MDS, 2006).

Baseando-se em especialistas do desenvolvimento humano, o Plano Nacional reforça a importância do “desenvolvimento satisfatório” nos primeiros anos de vida da criança, visto que essa condição aumentaria as possibilidades delas “enfrentarem e superarem condições adversas no futuro” (MDS, 2006, p. 26).

A segurança e o afeto sentidos nos cuidados dispensados, inclusive pelo acesso social aos serviços, bem como pelas primeiras relações afetivas, contribuirão para a capacidade da criança de construir novos vínculos; para o sentimento de segurança e confiança em si mesma, em relação ao outro e ao meio; desenvolvimento da autonomia e da autoestima; aquisição de controle de impulsos; e capacidade para tolerar frustrações e angústias, dentre outros aspectos ... A constância das figuras parentais, as condições sociais e culturais para a realização de seus cuidados e um “clima afetivo” favorável, nos primeiros anos de vida, favorecem a constituição de vínculos afetivos primários e abrem o caminho para a constituição de novos vínculos, cuja preservação, durante a infância e a adolescência, propiciam as condições adequadas para a socialização e o desenvolvimento integral dos indivíduos. (MDS, 2006, p. 26)

Os relatos acima trazem discussões teóricas referentes à Psicologia do Desenvolvimento, afirmando que, quando se sente protegida e amada em seus primeiros anos de vida, a criança conseguirá se relacionar e construir novos vínculos no futuro. Esses relatos reforçam um ideal de família que manteria “certa afetuosidade” nos cuidados com as crianças. Outra discussão realizada pelo Plano Nacional é a posição da família como necessidade. Comumente, o documento traz reflexões que afirmam como a fragilidade das relações maternas e familiares pode produzir graves danos psicossociais à criança e ao adolescente no futuro.

Winnicott destaca que um ambiente familiar afetivo e continente às necessidades da criança e, mais tarde do adolescente, constitui a base para o desenvolvimento saudável ao longo de todo o ciclo vital. Tanto a imposição do limite, da autoridade e da realidade, quanto o cuidado e a afetividade são fundamentais para a constituição da subjetividade e desenvolvimento das habilidades necessárias à vida em comunidade. Assim, as experiências vividas na família tornarão gradativamente a criança e o adolescente capa-

zes de se sentirem amados, de cuidar, se preocupar e amar o outro, de se responsabilizar por suas próprias ações e sentimentos. (MDS, 2006, p. 30)

Diante do discurso da valorização da família, o Plano Nacional reforça os prejuízos em se viver longe dessa forma de organização social e evidencia danos no desenvolvimento causado pela institucionalização.

Alguns autores (Bowlby, 1988; Dolto, 1991; Nogueira, 2004; Pereira, 2003; Spitz, 2000; Winnicott, 1999) são unânimes em afirmar que a separação da criança e do adolescente do convívio com a família, seguida de institucionalização, pode repercutir negativamente sobre seu desenvolvimento, sobretudo quando não for acompanhada de cuidados adequados, administrados por um adulto com o qual possam estabelecer uma relação afetiva estável, até que a integração ao convívio familiar seja viabilizada novamente. (MDS, 2006, p. 31)

Pereira (2003) observou que a adolescência nos serviços de acolhimento institucional pode ser acompanhada de sentimentos de perda, frente à aproximação da separação, muitas vezes, do único referencial do qual o adolescente dispõe: os vínculos construídos na instituição. (MDS, 2006, p. 31)

Ao mesmo tempo em que o Plano Nacional se afirma como meio de garantia para que os acolhimentos em instituições sejam de qualidade, ele também afirma impossibilidades de se estabelecer boas relações/vinculações nos acolhimentos institucionais, se apoiando no que podemos considerar como discursos deterministas que não apostam na constante construção e potência relacional do homem. Assim também, o direcionamento do trabalho nos programas de acolhimento familiar é vetorizado pela constante condição de que a família acolhedora, tanto quanto possível, não deverá ser família adotante. O que se coloca é um grande paradoxo em função de uma problemática que gira em torno da ideia de desenvolvimento satisfatório, cuja condição seria a vinculação afetiva das crianças pequenas aos seus cuidadores “permanentes”, aliada ao direito conquistado de proteção integral a crianças e adolescentes. Se, por um lado, temos o direito da criança de convivência familiar e comunitária, por outro temos que não se deve tratar de qualquer família ou comunidade. E mais: se por um lado temos o acolhimento necessário como medida protetiva para a criança, por outro temos os espaços de acolhimento (institucional e familiar) como ambientes passageiros, provisórios, aos

quais a criança não deve se vincular. O que se passa então nos espaços de acolhimento no que se refere aos vínculos afetivos? Gostaríamos de deixar claro que não intentamos solucionar problemas, mas abrir fendas que tragam luminosidade para outras questões que poderão produzir novas configurações na rede de atenção a crianças e adolescentes.

As discussões que propomos neste capítulo são fruto de análises realizadas a partir de vivência institucional<sup>5</sup> nos serviços de acolhimento familiar e institucional do município de Vitória (ES) por um período de dois anos. A vivência institucional foi parte da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, que contou com o diário de campo como ferramenta de composição do corpo de análise. Dessa forma, experimentamos o cotidiano de trabalho da rede de proteção social especial da alta complexidade para crianças e adolescentes, sentindo na carne as questões que atravessam a rede e também aquelas que transversalizam suas práticas.

### **Afinal, qual é a complexidade?**

Apesar de o acolhimento familiar ser considerado uma alternativa mais adequada a crianças de 0 a 6 anos de idade, entendendo que essa faixa etária demanda cuidados mais específicos (Silva & Cabral, 2007), existe a preocupação dos atores da rede de acolhimento relativa à “forte” vinculação da família acolhedora com essas crianças. A rede de atendimento entende que, quanto mais nova a criança, mais fortalecido é o vínculo, o que poderia justificar futuramente um pedido de uma adoção na justiça pela família que acolhe, escapando dos procedimentos da Vara da Infância e Juventude para a adoção. Existem entendimentos de técnicos dessa rede de que a criança deva permanecer no “limbo” afetivo, para não sofrer quando for para adoção e começar sua “nova vida”, como se a criança já não fosse afetada e constituída pelos desejos que atravessam os acolhimentos, ou seja, como se ela não pudesse ter memória e história.

---

<sup>5</sup> Chamamos de vivência institucional a experiência de estabelecer relações de proximidade, confiança e colaboração com o campo de pesquisa, estando atento a tudo que o compõe: seus participantes, seus espaços físicos, suas regras, seu funcionamento etc. A vivência incluiu, ainda, estar atento àquilo que foge às regularidades e às generalizações. No nosso caso específico, significou estar na rede e com ela compor. Nesses termos, não podemos falar de um lugar de fora, neutro, objetivo, e sim de uma posição que é sempre política em relação ao campo de investigação.

*Um dos momentos marcantes na vivência como psicóloga do Programa Família Acolhedora que ilustra essa tentativa de controle sobre a vinculação estabelecida entre as crianças e as famílias acolhedoras a fim de que não se “apeguem” muito, foi durante um atendimento a uma família acolhedora na sede do Programa. Esta nos relatou que estava preocupada com as duas crianças que acolhe, pois sentiu que elas estavam tristes após ela e o marido distanciarem-se delas, parando de beijá-las e abraçá-las. Quando indagada sobre o motivo pelo qual ela parou de beijar e abraçar as crianças acolhidas, ela respondeu que uma técnica da rede da alta complexidade a orientou a não se apegar e a não demonstrar afeto pelas crianças, para não sofrerem com o afastamento do acolhimento. Este acolhimento familiar trata-se de um caso especial do Programa Família Acolhedora, pois durou 5 anos! (Diário de Pesquisa, 10 de novembro de 2011)*

Em relação aos Serviços de Acolhimento Institucional, uma questão relevante e analisadora a respeito dos vínculos é que, apesar das diversas afirmações sobre o abrigo como lugar de tristezas e desafetos, a necessidade do rompimento da vinculação da criança com o espaço de acolhimento após a adoção é uma preocupação da rede de alta complexidade. Com frequência, as discussões técnicas tentam criar estratégias para que as crianças não façam contato com os abrigos após a adoção, preocupadas que estariam com o fato de a criança resistir à vivência em família adotiva por querer voltar ao espaço de acolhimento. Em uma reunião da rede com os técnicos da alta complexidade, em que se refletiam os problemas que enfrentamos diante das adoções, um debate que se fez presente era a necessidade ou não de as crianças levarem suas roupas e outros materiais pessoais para a casa da família adotiva, já que alguns técnicos compreendiam que as lembranças poderiam ser prejudiciais à vivência em adoção. *“Foi uma reunião marcada por muitos embates”*<sup>6</sup>.

O apadrinhamento afetivo, programa que existe dentro de alguns abrigos e objetiva garantir a convivência de crianças com famílias que se propõem a apadrinhá-las, fortalecendo, com isso, seus vínculos afetivos, é uma aposta dessa rede, e também uma preocupação<sup>7</sup>. Em reunião da alta complexidade, ao traçarmos diretrizes municipais para o apadrinha-

<sup>6</sup> Registro de diário de campo de 02/07/2012.

<sup>7</sup> As famílias que apadrinham determinada criança acolhida podem buscá-la no abrigo para realizar passeios, passar o fim de semana com elas em suas casas, levar presentes, entre outras atividades que visam fortalecer os laços afetivos com a criança abrigada.

mento afetivo nos abrigos de Vitória, as crianças de até seis anos de idade não foram inseridas como público deste programa. O motivo exposto para a não inclusão era uma preocupação da rede de serviços em relação à possibilidade de que as crianças mais novas estabelecessem um vínculo muito forte com padrinhos e madrinhas e sofressem pela dificuldade de entenderem que não poderiam ficar definitivamente com essa família, ou que a família justificasse um pedido de adoção alegando a permanência de vínculo.

A questão da vinculação, conforme relatado, perpassa com frequência as práticas dos acolhimentos. A PNAS preconiza o trabalho de fortalecimento de vínculo nos três níveis da assistência (atenção básica, média e alta complexidade). Então, do que exatamente estamos tratando quando se vê o controle acerca dos vínculos nos serviços da rede?

### **A Psicologia do Desenvolvimento e alguns caminhos na rede de atenção à infância e à adolescência**

Muitas leituras da Psicologia do Desenvolvimento ainda são marcadas por uma visão estruturante do processo de constituição do sujeito. Naffah Neto (1991) já apontava a importância da desmistificação do Complexo de Édipo como estruturante, construída na tríade pai-mãe-filho, a fim de denunciar uma ação disciplinar nas ciências humanas. Ele reflete sobre como que as demais relações estabelecidas na vida, sejam com a babá, a escola, os vizinhos e até mesmo com a televisão ou o computador, são forças importantes na produção de subjetividades. Reforça ainda a fragilidade das afirmações de que as ligações afetivas da criança com a mãe ou o pai são mais fortes e importantes que as demais, já que essas relações construídas variam de uma família para outra. O autor ainda considera idealista toda a tentativa de tratar os “orfanatos” como uma cópia de família, já que não o são. Ele critica essa tentativa, pois, para ele, só “reforça a crença ... da universalidade da família burguesa e da impossibilidade de qualquer outro agente socializador funcionar, em vez dela, como introdutor da criança no universo humano” (Naffah, 1991, p. 53).

Buscando fazer uma inflexão nas teorias que se encontram na base do discurso do Plano Nacional, as convocamos naquilo que elas apresentam de potência para a afirmação da vida, que só se faz, se preserva e se

umenta nas vinculações afetivo-subjetivas que estabelecemos com tudo e todos que compõem nosso território existencial. Desse modo, Bezerra (2007) nos chama a atenção para a concepção de **vida** presente nas obras de Winnicott como um processo contínuo de interação entre organismo e meio, mais do que formas estáveis, um fluxo de processos em movimento. Para Bezerra (2007, p. 48), “o *self* winnicottiano não se trata de uma instância, uma estrutura definida e acabada ... Ele é fundamentalmente processual, expressão da continuidade do ser (*going on being*), processo de mutação no *continuum* espaço-tempo”.

A palavra “vínculo” é muito utilizada no cotidiano da rede de atenção à infância e à adolescência. Ainda que possamos pensar que sua utilização seja casual, ela atualiza um modo de perceber e de agir produzido historicamente, inclusive pelos saberes *Psi*. O saber psicológico tem contribuído na discussão sobre as vinculações estabelecidas pelo homem desde o seu nascimento, agregando ao campo da desordem aqueles que não conseguem se encaixar ao que se entende como relações “saudáveis”. A ideia de certa vinculação “psicologizada”, portanto, produz práticas de atendimento ao público infantil, e entendemos que são as práticas da rede que produzem o acolhimento institucional e familiar: suas regras, verdades, crenças etc. Nesse sentido, retomaremos brevemente as ideias trazidas por Bowlby na década de 1940 que têm sido pautadas no discurso da assistência à infância.

### **John Bowlby e a teoria do apego: o que construímos com ela?**

A teoria do apego desenvolvida por John Bowlby trata-se de uma abordagem dominante nos estudos da Psicologia do Desenvolvimento e afirma a importância da vinculação materna para o desenvolvimento infantil. Esse autor, em seus estudos, evidenciou como ocorrem os fortes vínculos afetivos entre o bebê e a figura cuidadora<sup>8</sup>, apontando os efeitos adversos nas crianças, ao longo de suas vidas, quando ocorre a separação da figura cuidadora ainda na primeira infância.

<sup>8</sup> O autor pontua que a figura cuidadora em geral é a mãe. De fato, ao considerarmos nossa sociedade moderna, o que vemos é a mãe ocupando o lugar íntimo do lar como a responsável pelos cuidados infantis, mas trata-se de uma produção histórica que teve inclusive o movimento higienista (encabeçado pela classe médica) do final do séc. XIX como vetor.



Antes de iniciar seus estudos referentes à Teoria do Apego, Bowlby dirigiu uma pesquisa sobre a delinquência infantil e percebeu que todas as crianças investigadas passaram pela experiência de “lares destruídos” e apresentavam histórico de relocalizações em lares substitutos (Gomes & Melchiori, 2012). Para o teórico, a idade em que essas separações aconteciam era crucial para o desenvolvimento da delinquência. Quando o autor inicia seus estudos sobre a Teoria do Apego, ele estava fornecendo acompanhamento psicológico a crianças que estavam afastadas dos centros urbanos devido aos perigos da Guerra.

Bowlby (2002a), influenciado pela etologia, afirmou que os bebês, assim como outros animais, são programados a emitir comportamentos que manteriam a proximidade de seu cuidador. Tais comportamentos seriam uma adaptação da espécie para garantir a sobrevivência. O apego seria uma disposição da criança em buscar proximidade e contato com uma figura específica, e o comportamento de apego seria “qualquer forma de comportamento que resulta em uma pessoa alcançar e manter proximidade com algum outro indivíduo, considerado mais apto para lidar com o mundo” (Bowlby, 1989, p. 38). O comportamento de apego oferece segurança e conforto à criança, possibilitando o desenvolvimento do comportamento de exploração, a partir da figura principal de apego. O repertório comportamental de apego é variado, sendo os mais comuns chorar, fazer contato visual, agarrar-se, aconchegar-se e sorrir. O autor chama atenção para a distinção entre apego e cuidado. Enquanto o primeiro se limita ao comportamento dirigido a alguém mais capaz, o cuidar especifica o comportamento para com alguém considerado menos capaz. Assim, o apego é da criança em relação à figura materna e o cuidar um comportamento dos pais/cuidadores para com a criança. De todo modo, trata-se de uma via de mão dupla, pois um não existe sem o outro.

Diante dessas constatações, Bowlby (2002a) direcionou seus estudos para o desconforto das crianças que são separadas daqueles que conhecem e amam. Ele apresenta três fases de comportamento pelas quais as crianças que vivenciam tal situação passam: Protesto, Desespero e Desapego. Na primeira, a criança mostra-se intensamente aflita por perder a mãe, chorando estridentemente e olhando ansiosamente para qualquer vulto na expectativa de reencontrá-la. Na fase posterior, de desespero, a criança demonstra uma preocupação com a ausência da mãe, mas seus

comportamentos sugerem uma crescente desesperança, mostrando-se retraída e inativa. Não solicita as pessoas ao redor e aparenta estado de profundo luto. Na última fase, de desaparego, a criança não rejeita mais os cuidadores, os alimentos e os brinquedos. Caso tenha contato novamente com a mãe, os comportamentos de apego não aparecem, mostrando-se indiferente a ela. Segundo o autor, caso o período de afastamento seja muito longo e a criança tiver a experiência de apegar-se transitoriamente a vários cuidadores, repetindo a perda original da mãe, ela, com o tempo, agirá como se nem os cuidados maternos nem o contato com outras pessoas tivessem significado.

Após uma séria de abalos com a perda de numerosas figuras maternas a quem a criança dedicou, sucessivamente, certa feição e confiança, ela liga-se cada vez menos às figuras seguintes e acabará por não apegar-se a quem quer que seja. Tornar-se-á cada vez mais egocêntrica e, em vez de dirigir seus desejos e sentimentos para as pessoas, passa a preocupar-se apenas com coisas materiais ... Uma criança, vivendo num hospital ou instituição, que tenha atingido esse estado, deixa de mostrar-se perturbada quando as enfermeiras mudam ou saem. Não manifesta seus sentimentos quando os pais chegam e vão embora nos dias de visita; e pode causar-lhes profunda mágoa quando eles percebem que, embora mostre um ávido interesse pelos presentes que lhe trazem, a criança interessa-se muito pouco por eles como especiais. Ela parecerá alegre e adaptada à situação incomum e aparentemente dócil e sem temor de qualquer estranho que se acerque. Mas essa sociabilidade é superficial; ela simplesmente deixou de importar-se com toda e qualquer pessoa. (Bowlby, 2002a, p. 32)

Dessa maneira, fica evidente na teoria de Bowlby (2002b) que o amor “materno” é indispensável ao bebê em crescimento. Na visão do autor, a forma como a criança se relaciona com a figura cuidadora, uma relação compensadora, complexa, constante e regular com a mãe ou com uma pessoa que exerça esse papel materno de forma verdadeira e contínua contribui para a saúde do bebê ou da criança pequena.

Para Bowlby (2002b), as privações da figura materna podem ter má influência sobre a capacidade de as crianças formarem vínculos posteriores. O autor fala que a “privação de mãe” é uma expressão ampla que abrange diversas situações e explica que “uma criança sofre privação quando, vivendo em sua casa, a mãe (ou mãe substituta permanente)

é incapaz de proporcionar-lhe os cuidados amorosos de que as crianças pequenas precisam” (Bowlby, 2002b, p. 4). Essa condição seria contrária à “privação quase total” constante em hospitais, instituições e creches residenciais onde “uma criança não dispõe de uma determinada pessoa que cuide dela de forma pessoal e com quem ela possa sentir-se segura” (Bowlby, 2002b, p. 4).

Como percebemos, embora a Teoria do Apego seja da década de 1960, suas ideias e propostas estão fortemente presentes hoje em nossas ações e também nas práticas da rede de atenção à infância. Nossa aposta ética é pensarmos o que fazemos com ela. Se pensamos o homem não como portador de uma essência, única e universal, mas em processo de construção permanente a partir dos vínculos que se tecem, não apenas com a figura materna, mas com a própria vida, como a teoria de Bowlby pode ser intercessora de outras afetações na rede de atenção à infância? O que pretendemos, então, é revisita-la, explorando suas ideias naquilo que elas podem fornecer de nutrientes para o aumento da potência de ação (Espinosa, 1973) e construindo com elas novas articulações.

Desse modo, voltando-nos para as ideias do autor, podemos dizer que a criança, desde o nascimento, precisa construir um vínculo (o apego) com uma figura humana. Esse vínculo é a base sobre a qual a criança irá se inserir no mundo social humano. Ele fala de uma relação de confiança e de presença ativa/afetiva. Entendemos essa relação como uma relação de proximidade subjetivo-afetiva que favorece a constituição de uma zona comum e de confiança por onde circulam os fluxos de diferenciação que conferem liberdade aos processos de individuação. Tal zona comum deve ser construída cotidianamente. Ela nunca está pronta, finalizada, mas, ao mesmo tempo, quanto mais a experimentamos, mais potentes ficamos para a sua construção. Dessa forma, entendemos a importância de sua vivência na infância.

Seguindo o raciocínio que desenvolvemos a partir da leitura do autor, acreditamos que a experimentação do vínculo desde a primeira infância seja fundamental para a aprendizagem da construção de laços afetivos com a vida. A aprendizagem da qual falamos aqui diz respeito à inventividade de modos de perceber, agir, viver que não se resume à repetição de formas prescritas, mas que, ainda assim, requer um “treino” do aprender (Kastrup, 1999). Falamos, então, de aprender a aprender.

Bowlby pontua que a figura materna não precisa ser necessariamente a mãe biológica, mas alguém que esteja presente de forma ativa/afetiva para a criança. Assim, precisamos pensar na realidade das institucionalizações das crianças sem perder de vista as condições nas quais se encontram. Seria possível para uma única cuidadora estar presente de forma ativa/afetiva nos cuidados de 10 ou mais crianças, incluindo bebês, ao mesmo tempo? Então, não deveríamos mudar o foco de “o abrigo não favorece um desenvolvimento saudável para as crianças” para questões, tais como: “quais são as condições dos acolhimentos para favorecerem um desenvolvimento saudável para as crianças?”; “como as relações/vinculações estão se fazendo nos acolhimentos?”; “como cuidamos das relações/vinculações estabelecidas no acolhimento e antes dele?”.

Precisamos “olhar” para o que fazemos em nome da “proteção” de crianças e adolescentes, pois sabemos que as regras, os procedimentos, as legislações se atualizam no cotidiano das medidas protetivas, figurando o ideal máximo a partir do qual pautamos uma vida que não cessa de escapar aos procedimentos. Nesse sentido, quantas vezes impedimos a presença da mãe, do pai, ou de toda a família, nos cuidados da criança, em nome da defesa dos direitos da criança, para colocá-la a salvo de um “risco” (em casos em que há, por exemplo, suspeita de violação de direitos)?

A retirada da criança de sua família de origem pode ser feita de forma abrupta, com uma separação total, a partir da qual a família de origem sequer pode saber onde a criança se encontra, a despeito dos “Protestos”, “Desesperos” e “Desapegos”. Assim também se dá em relação ao vínculo com o abrigo ou com a família acolhedora: por que a vinculação não pode ser pensada como experiência de vida para a criança, que transbordará no tempo como memória viva, ainda que o tempo cronológico de vivência tenha sido pequeno? Por que a provisoriedade dos acolhimentos (que muitas vezes não o são) não pode ser vista como processo de aprendizagem (não somente para as crianças, como também para as suas famílias e os trabalhadores da rede) acerca do estabelecimento de vínculos? Por que não podemos trabalhar nos acolhimentos, não apenas junto às crianças, mas também com todos que compõem a rede de atenção (os trabalhadores, as famílias de origem, as famílias acolhedoras, os padrinhos etc.), os afetos que são mobilizados e produzidos nos encontros com a rede de assistência?

## **Por uma perspectiva ética da vinculação infantil**

Quando nos deparamos com as teorias tradicionais que pensam as relações e vinculações estabelecidas por crianças e seus possíveis efeitos patológicos, sentimos uma desvalorização da vida. São caminhos sempre bem marcados, com ideias transcendentais que produzem verdades, que ditam as regras de como devem ser nossas relações com a vida, com a família, patologizando e judicializando ao que disso escapa.

Novamente queremos fazer uma alteração acerca do que temos entendido por vinculação, desvirtuando essa “vinculação” que sempre se refere ao que dela escapa como patologias e desvios. Como podemos falar de práticas de cuidado nas relações nos diversos espaços de vivência da criança afastada de sua família de origem?

Queremos aqui pensar as vinculações que estabelecemos na vida por uma perspectiva ética a fim de problematizar a produção de relações/vinculações “desqualificadas”, “patologizantes” e/ou “preocupantes” que se estabelecem na rede de acolhimento familiar e institucional.

Numa perspectiva filosófica e prática de Espinosa, a ética diz respeito à composição dos corpos, do poder de afetar e ser afetado no plano da imanência (Deleuze, 2002). Essa perspectiva desmonta todos os sistemas de valores, compreendendo que o Bem e o Mal não são anteriores à vida, mas composições com nosso corpo que aumentam ou diminuem nossa potência de vida.

Por confiar na vida, na potência da vida, Espinosa denuncia aquilo que faz com que ela perca a força e se torne impotente. Sua filosofia é uma ética da felicidade, da alegria, da liberdade e nos convoca ao conhecimento para ser afetado, indicando tomar a afetividade humana como conhecimento racional. Esse exercício do intelecto é, para o autor, uma potência afetiva (Chauí, 2011).

A ética proposta por Espinosa, portanto, se apresenta desatada da transcendência religiosa ameaçadora e das normas repressivas da moral. Segundo Chauí (1995, p. 53):

A primeira [transcendência religiosa] coloca a ética sob a tutela da teologia do pecado, imaginando a liberdade como livre arbítrio e transgressão

aos mandamentos divinos. A segunda [normatividade repressiva da moral] submete a ética às ideias imaginativas de bom e mau, isto é, a modelos externos da conduta virtuosa (conforme ao bem) e viciosa (conforme ao mal), identificando a liberdade com o poder para escolher entre valores postos como regras e normas para o agente moral.

A ética de Espinosa propaga uma vida potente. Por isso, ele problematiza o plano da moral, da culpa, da punição, das leis, que se orientam contra a potência da vida. Segundo Deleuze (2002), o plano da imanência, que somos convocados pela ética a nos constituir, é um plano de composição, e não da organização nem de desenvolvimento, nele “não há formas ... nem sujeito, mas estados afetivos individuantes da força anônima” (Deleuze, 2002, p. 133).

Refletir sobre a vinculação e o desenvolvimento por uma perspectiva ética nos convoca a pensar que ao longo de nossas vidas estamos sempre por nos constituir, nos compor com os outros corpos por meio dos encontros. Por isso, diante de tal perspectiva, não cabe pensar em uma essência de sujeito que é constituída na primeira infância e o determinaria por toda a vida. É claro que não estamos aqui desconsiderando a experiência, que guiará nossas ações no presente, como também movida pela memória. Acontece que a memória, que nunca é vazia, é acionada pelas relações, práticas, conexões do presente. Por isso, não há um passado ao qual retornaremos, mas um presente que atualiza o passado sempre de forma singular.

As relações estabelecidas nos espaços de acolhimentos para crianças e adolescentes são intensamente atravessadas por certa tentativa de “controle” dos corpos que ali se afetam, de discursos psicologizantes produtores de realidades e que têm por efeito a desqualificação da vida.

Nossa aposta, enquanto política pública, é pensar espaços de acolhimento que produzam potência. Então, como não permitir o encontro com o outro? Machado (1999) alerta-nos que é preciso criar novos espaços por onde andar, em lugar da permanência em campos mapeados.

em lugar do Bem e do Mal como valores morais absolutos e homogeneizadores do campo social, apostar em bons encontros, em relações que venham aumentar nossa potência ... A potência em lugar da impotência. Possibilidade de afetar e permitir-se ser afetado, onde o encontro produ-

za ações que venham instaurar a vida e não simplesmente evitar a morte. (Machado, 1999, p. 224)

Entendemos que apostar em modalidades de acolhimento familiar e institucional é apostar na relação. É preciso não temer o encontro. Com isso, afirmamos também a relação que as crianças acolhidas forjam com seus próximos, sejam familiares, amigos, vizinhos etc. É nesse sentido que consideramos urgente a desvirtuação das produções que se fazem nessa rede a respeito das vinculações de crianças e adolescentes acolhidos já que é por meio das relações, dos encontros, que produzimos questionamentos, mobilizamos novas proposições e fazemos a vida mais potente.

### Referências

- Ayres, L. S. M., Coutinho, A. P. C., & Sá, D. A. (2010). Abrigos e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 420-433.
- Bezerra, B. (2007). Winnicott e Merleau Ponty: o *continuum* da experiência subjetiva. In B. Bezerra & F. Ortega (Orgs.), *Winnicott e seus interlocutores* (pp. 35-65). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da Teoria do Apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. (2002a). *Apego e perda: Vol. 1. A natureza do vínculo* (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (2002b). *Cuidados maternos e saúde mental* (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Cabral, C. (2004). Perspectivas do acolhimento familiar no Brasil. In C. Cabral (Org.), *Acolhimento familiar: experiências e perspectivas* (pp. 10-17). Rio de Janeiro: UNICEF/ Terra dos Homens/ Booklink.
- Cabral, C. & Guimarães, C. (2005). *Acolhimento familiar. Cartilha da ABTH* (Série Em Defesa da Convivência Familiar e Comunitária). Rio de Janeiro: ABTH/Booklink.
- Chauí, M. (1995). *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna.
- Chauí, M. (2011). *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Coelho, D. C. G. (2010). *As políticas de atenção à criança e ao adolescente no município de Serra: desconstruindo vilões e mocinhos*. Dissertação de

- Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. (2009). *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Acesso em 12 de julho, 2012, em <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-e-conanda-orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-1>
- Costa, N. R. A. & Rosseti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118.
- Deleuze, G. (2002). *Espinoso: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Espinoza, B. (1973). *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- Gomes, A. A. & Melchiori, L. E. (2012). A Teoria do Apego: breve histórico e fundamentos. In A. A. Gomes & L. E. Melchiori, *A Teoria do Apego no contexto da produção científica contemporânea* (pp. 11-23). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Kastrup, V. (1999). *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas, SP: Papyrus.
- Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (2010). Ecriad. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In Ministério Público do Espírito Santo – MPES, *Estatuto da Criança e do Adolescente & Legislação Congênere* (10ª ed., pp. 38-117). Vitória: Autor.
- Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. (1993, 08 de dezembro). Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1.
- Machado, L. D. (1999). Subjetividades contemporâneas. In E. Barros (Org.), *Psicologia: questões contemporâneas* (pp. 211-229). Vitória: EDUFES.
- Martins, L. B., Costa, N. R. A., & Rosseti-Ferreira, M. C. (2010). Acolhimento familiar: caracterização de um programa. *Paidéia*, 20(47), 359-370. Acesso em 12 de julho, 2012, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2010000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000300008)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: Autor.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: Autor.
- Naffah, A. (1991). *O inconsciente como potência subversiva*. São Paulo: Escuta.



- Nascimento, M. L., Lacaz, A. S., & Alvarenga Filho, J. R. (2010). Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. *Barbaroi*, 33, 50-64. Acesso em 05 de junho, 2012, em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n33/n33a04.pdf>
- Silva, A. P. & Cabral, C. (Orgs.). (2007). *Fazendo Valer um Direito - Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: ABTH, UNICEF.

## Amizade e contracondutas

Rafael Coelho Rodrigues

Silvio Ricardo Munari Machado

### **Governo, segurança, controle: um esboço do cenário contemporâneo**

As páginas seguintes buscam partilhar uma experiência de pensamento ainda em movimento: pensar a “amizade” entre jovens atendidos por programas e serviços da assistência social como uma forma de “contraconduta”. Quais são esses programas e serviços? Quais são esses jovens? O que aqui denominamos como “amizade” e “contraconduta”?

Essas serão as questões desdobradas abaixo. Primeiro traçaremos um desenho, uma cartografia do cenário contemporâneo, traçar quais são as forças que se articulam e permitem que instituições, práticas, modos de vida, relações interpessoais de tipos diversos possam existir. Cartografar essas forças não seria o mesmo que fazer um mapa, pois sua articulação não é a mesma sempre. Cartografar é traçar os movimentos dessas forças a cada vez que se fazem e, assim, auxiliar a compreender de onde falamos, para quem falamos, como atuamos, como percebemos o mundo e nós mesmos.

No cenário social, um sentimento de insegurança irrompe e produz, promove, legitima e permite práticas de controle, disciplinamento e docilização de nossa sociedade, principalmente, de parcelas significativas classificadas como potencialmente perigosas e refratárias às supostas benesses do desenvolvimento civilizatório conquistado pelo capitalismo mundial integrado.

Tal sentimento produz uma demanda por segurança e possibilita, com isso, aos governos constituídos manter o *status quo* e sua ordem através de mecanismos de exceção que, para muitos de nós, seriam incompatíveis com a democracia. Pelo contrário, vivemos, cada vez mais, uma democracia que só se faz possível com tais mecanismos de exceção.

Essa produção de demanda por mecanismos de segurança constitui uma imensa rede de assistência penal-social preventiva, na qual há a pretensão de prevenir aquilo que esperamos estar por vir, aproxima, cada vez mais, determinadas parcelas da população brasileira do dispositivo da periculosidade.

Para Foucault (2005), a noção de periculosidade surge na reforma penal no século XVIII, na qual o indivíduo deve passar a ser controlado de acordo com o que pode vir a fazer, considerado por suas virtualidades e não mais, apenas, ao nível dos seus atos. Isso permite a produção de toda uma rede de práticas preventivas e de controle no campo social.

É necessário pensarmos nas atuais modulações do dispositivo da periculosidade, e como este vem sendo operado na construção de políticas sociais. Vicentin (2010) nos diz que a noção de periculosidade, hoje, aproxima o perigo de algo como a “incontrolabilidade”, como aquilo ou aqueles que escapam à gestão institucional, se tornando um resíduo institucional.

O novo resíduo tem algo de ameaçador no fato de não corresponder, de não ser reconduzível e redutível a uma solução institucional definida ... Essa nova periculosidade em questão gerada nos limites, residual com relação aos códigos interpretativos e de intervenção das instituições que reproduzem a norma social ... é esta, quando o abandono e a vulnerabilidade se apresentam como um problema “ingovernável”, assumem certamente a forma de distúrbio ou de perigo, tendendo a ingressar cada vez mais no circuito da psiquiatria ou da judicialização. (Vicentin, 2010, p. 65)

Se considerarmos os não incluídos em mecanismos institucionais como ingovernáveis, ingovernados ou perigosos, toda uma camada da população passa a ser alçada a essas categorias e classificações. Pensamos, com Agamben (2010), que essa parcela da população é o início e o ponto de fuga de toda política. É nesse paradoxo que nos interessa intervir, pois estamos no meio dele, vivendo-o intensamente.

O acoplamento de práticas policiais e punitivas, de controle e segurança pública, com políticas sociais, não pode ser considerado como algo inovador. Desde o século XVIII, segundo Foucault (1994), o poder penal e suas práticas foram capilarizadas por toda a sociedade. Para ele, as fronteiras entre o encarceramento, os castigos judiciais e as instituições de

disciplina, como a escola, o exército e a fábrica, tendem a desaparecer para “construir um grande *continuum* carcerário que difunde as técnicas penitenciárias até as disciplinas mais inocentes” (Foucault, 1994, p. 260).

Esse *continuum* carcerário possibilita que a instância que condena esteja cada vez mais presente na vida da população, e se introduza entre todas as instâncias que controlam, transformam, corrigem, melhoram. Para Foucault, nada mais distinguiria realmente as pessoas que são atingidas pelo *continuum* carcerário, não fosse o caráter singularmente “perigoso” dos delinquentes, a gravidade de seus desvios e a necessária solenidade do rito, mas sublinha que em sua função esse poder de punir não é essencialmente diferente do poder de curar ou educar.

Recebe-se do carcerário e de sua tarefa menor e inferior uma garantia que vem de baixo, mas nem por isso menos importante, pois é o socorro da técnica e da racionalidade. O carcerário “naturaliza” o poder legal de punir, como “legaliza” o poder técnico de disciplinar. Homogeneizando-os assim, apaga o que possa haver de violento em um e de arbitrário no outro, atenuando os efeitos de revolta que ambos possam suscitar, tornando conseqüentemente inúteis sua exasperação e excesso, fazendo circular de um para o outro os mesmos métodos calculados, mecânicos e discretos. O carcerário permite a realização daquela grande “economia” do poder, cuja fórmula o século XVIII procurou, quando veio à tona o problema da acumulação e da gestão útil dos homens (Foucault, 1994, p. 265).

### **Duas intervenções, cinco linhas**

Nestas páginas problematizamos um programa e um serviço da assistência social que tornam visíveis essas linhas de segurança, de controle e de governo dos homens. São duas intervenções, no sentido de que foram práticas realizadas naqueles espaços e constituídas a partir de uma pesquisa/tornaram-se uma pesquisa: uma delas realizada no Estado do Rio de Janeiro, a outra realizada no Estado de São Paulo, sendo a primeira já concluída e a segunda ainda em andamento.

Aquela realizada no Rio de Janeiro pesquisou o atendimento a jovens realizado no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); aquela realizada em São Paulo pesquisa o atendi-

mento a jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviço Comunitário - PSC) em um serviço da secretaria de assistência social de um pequeno município paulista.

As naturezas de cada intervenção-pesquisa são ligeiramente diversas: a que estudou o Pronasci derivou de metodologia de pesquisa de doutorado, constituída a partir de grupos focais com jovens inscritos no programa; aquela realizada em São Paulo busca analisar uma experiência profissional realizada junto aos jovens atendidos pelo serviço.

Essas pesquisas, embora com suas naturezas diversas, apresentam alguns pontos em comum, os quais estão sendo chamados aqui linhas comuns. Enquanto as linhas segurança, governo e controle compõem o cenário social contemporâneo e criam condições para a emergência de projetos e serviços como os que trazemos para análise, tais linhas comuns emergem a partir dos “encontros” que tiveram lugar em cada um dos espaços pesquisados. Em outro momento falaremos mais sobre o que estamos chamando “encontros”; por agora, vejamos as linhas comuns.

1. Linha “público atendido”: jovens, moradores de periferia, entre 12 e 21 anos de idade, definidos como “em vulnerabilidade” ou “em risco social” pelas grandes linhas das políticas sociais do Brasil contemporâneo.

2. Linha “campo de atuação”: a assistência social, no âmbito da sociedade civil e/ou do poder público.

3. Linha “referencial teórico”: a filosofia da diferença francesa, tomando como principais referências trabalhos de Michel Foucault e Gilles Deleuze/Félix Guattari.

4. Linha “metodologia de pesquisa”: a cartografia intensiva, que pode ser definida mais como uma atitude que como um método de pesquisa.

5. Linha “militância híbrida”: em ambos os casos, trata-se de subsumir a técnica à ética, à estética e à política, criando as figuras profissionais híbridas de psicólogo-pedagogo-militante.

## **Compondo com essas linhas**

Virtualmente essas linhas pareciam ter muitos encontros possíveis. O eixo “Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil”, da XII edição da Abrapso, funcionou como um disparador para os movimentos de pensamento que procuram compor a partir das linhas descritas anteriormente, sendo que eram muitos os modos possíveis de fazer essas composições. As linhas comuns nem sempre eram articuladas de modo a criar uma forma facilmente reconhecível. As palavras que dão título a este artigo, “amizade” e “contracondutas”, foram dois dos resultados que, para nossa sorte, ganharam uma configuração potente o suficiente para nos afetar e disparar um processo de pensamento.

## **Um pouco sobre as intervenções-pesquisas**

Não estamos aqui tentando dar vida a algum tipo de universal, pensando em categorias que surgiriam em todo e qualquer trabalho com jovens, considerados vulneráveis ou em risco, atendidos no âmbito daquilo que pode ser chamado “social” no Brasil contemporâneo, ou seja, esse espaço em que se articulam políticas sociais, jurídicas, econômicas, que objetivam manter as pessoas consideradas “vulneráveis” ou “em risco” sob vigilância, controle ou governo.

A pesquisa realizada no Rio de Janeiro, hoje concluída e publicada (Coelho Rodrigues, 2014), analisou, a partir da realização de oficinas com jovens de diferentes comunidades da baixada fluminense, os modos de funcionamento do Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo), um dos projetos do Pronasci, do Ministério da Justiça. Uma das etapas da pesquisa de campo consistiu em inserir-se no cotidiano de dois “territórios” do Projeto: Mesquita (baixada fluminense) e Complexo do Alemão (cidade do Rio de Janeiro), “território pacificado”, ou seja, comunidade onde foi implantada uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), uma política do governo do estado. Foram realizadas com os jovens oficinas de direitos humanos durante um bimestre, utilizando filmes e documentários que tivessem como tema a violência urbana e a violação aos direitos humanos como disparadores das discussões com esses jovens.

Já no interior de São Paulo, a realização de um trabalho de atendimento a jovens em cumprimento de medida socioeducativa (LA e PSC), como prestação de serviços à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, é a matriz de uma pesquisa de doutorado em andamento. O processo consistia em realizar atividades individuais ou em grupo, durante um ano, com jovens homens e mulheres em cumprimento de medida socioeducativa, com durações diferentes. Conversas, filmes, jogos, passeios eram algumas das tecnologias empregadas durante o período da ação.

Por isso, a figura do emaranhamento das linhas: embora as intervenções tenham tido como pontos de cruzamento os temas “amizade” e “contracondutas”, tiveram percursos singulares. E singulares também foram as condições de emergência de cada um dos temas.

### **A potência da amizade**

O tema “amizade” emergiu com força, pela primeira vez, em uma das oficinas (não) realizadas no Rio de Janeiro. Foi durante uma roda de conversa no pátio de uma escola, improvisada tão logo se soube que as salas para exibição de vídeos estavam trancadas e ninguém tinha permissão para abri-las. Nessa conversa perguntou-se aos jovens por que estavam ali, e se o auxílio financeiro que recebiam (uma bolsa mensal) era o único motivo para sua presença. A resposta foi registrada no diário de campo do pesquisador:

*Para meu espanto a maioria disse que não, que estavam ali pela amizade entre eles. Que gostavam muito dos amigos que tinham feito ali. E que isso não tinha preço!*

*Saí pela [Rodovia] Dutra pensando naquilo. Algo finalmente surgia. Não poderia estar tudo dominado. Algo estava ali visível, porém, poucas vezes conseguíamos enxergar! A amizade deles, entre eles, produzia uma força. A amizade como potência! A potência da amizade!*

De um modo diferente, essa potência da amizade estaria registrada no diário de campo que era preenchido no interior de São Paulo. Por conta de uma consulta à Promotora do Ministério Público que acompanhava a

execução das medidas socioeducativas, foi possível o registro do seguinte diálogo:

*A promotora perguntou como estava a frequência dos jovens ao serviço. A assistente social que me acompanhava explicou que na maioria dos casos era de mais de 75%. Ela [a promotora] se disse surpresa e perguntou que tipo de atividades os jovens vinham realizando. Relatamos que um último acontecimento havia nos surpreendido: dois jovens organizaram uma rifa para custear despesas hospitalares de um amigo em comum que havia sofrido um acidente automobilístico e que a amizade entre eles era muito bonita. Uma vez mais ela [a promotora] se disse surpresa, pois recebia somente informações negativas sobre os jovens.*

Lá e cá os jovens desafiaram aquilo que deles se esperava: não apenas o auxílio financeiro, mas a amizade; não apenas as “notícias negativas”, mas a amizade. Potências da amizade disparando em cada um dos que os ouviram afetos de espanto e de surpresa, produzindo pequenos acontecimentos ao responderem de modo absolutamente diverso do que se esperava.

Mas por que apostar em algo como a amizade, considerando que, de acordo com o ponto de vista do poder, realmente importante para a juventude pobre – considerada periférica, vulnerável, em risco, em conflito com a lei –, são “valores empreendedores” o “incremento do capital humano”, o despertar da “competência de aprender por toda a vida”, a construção de um “projeto de vida”? Apostamos na amizade por conta das potências que ela atingia não somente nos jovens, como também em nós. Pensada como potência, a amizade seria um pouco aquilo que “Deleuze chamou de uma vida, isto é, da vida concebida como virtualidade, diferença, invenção de formas, potência impessoal” (Pelbart, 2013, p. 54). Como, então, sustentar esses processos? Como dar passagem aos potentes afetos? Como criar agenciamentos, composições, que os pudessem sustentar em sua potência?

### **O que podem os “trabalhadores sociais”?**

Em busca de responder a tais questões, foi relevante para nós, em ambas as ações, pensar em um modo de criar composições, agenciamen-



tos, que contribuíssem para processos de singularização, algo “que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam de todos os lados” (Guattari & Rolnik, 2005, pp. 55-56). Intelectuais-militantes-pesquisadores, um pouco como os “trabalhadores sociais” nomeados por Guattari (Guattari & Rolnik, 2005), nos encontrávamos em uma “encruzilhada política e micropolítica fundamental”:

ou reproduzimos os modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização ou, ao contrário, podemos trabalhar para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação, como a suposta neutralidade analítica. (Guattari & Rolnik, 2005, p. 37)

Como colocar isso para funcionar? Implicados de corpo inteiro, apostamos no **encontro**. O encontro como arte, certo modo de relacionar-se, sem vanguardas, sem conscientização, sem moralização. Uma maneira de estar. Um possível encontro com a arte do encontro. Experimentar mais, interpretar menos (Deleuze, 2007). Criar um “desvio da fala” (Deleuze, 2007). Estar no espaço apenas como alguém que pode contribuir para dar passagem às forças, criando a partir do que nos passa, do que nos afeta.

Acreditávamos que produzir aqueles espaços, fossem as oficinas-para-assistir-filmes ou as atividades-da-medida-socioeducativa, era produzir **encontros**; ainda mais que os encontros eram capazes de produzir **novos regimes de afetabilidades**, novas maneiras de ser afetado por questões cotidianas, que muitas vezes encontram-se banalizadas pelo modo como são tratadas, exibidas, debatidas.

Na busca pela criação dos espaços, dos encontros e desses novos modos de afetabilidade, havia um tensionamento imanente à própria vida dos jovens: enquanto os programas sociais tinham como meta os assim chamados “projetos de vida”, queríamos tão somente dar suporte para que os jovens pudessem criar “novas possibilidades de vida”.

Essa diferença era fulcral, considerando que a realização de um projeto não produz nada de novo no mundo, pois “realizar um projeto” é o

mesmo que atualizar imagens pré-concebidas. Para programas e projetos sociais e pedagógicos, criar “possibilidades de vida” tem a ver com a escolha de determinadas profissões, partindo da instrumentalização dos jovens, ou de atos ou políticas a serem realizados que transformarão a vida dos “assistidos”.

Entretanto, para nós, “possibilidades de vida” são expressão de um modo de existência, o que Deleuze define como o “expresso de um agenciamento concreto de vida” (Deleuze, 2007, citado por Zourabichvili, 2000, p. 338). Expresso, para Deleuze, segundo Zourabichvili (2000, p. 338), “nunca é da ordem de uma significação”, e sim consiste em uma avaliação. A própria possibilidade de vida como avaliação, ou seja, uma maneira singular de avaliar, de separar o bom e o mau, avaliar uma distribuição dos afetos.

Aqui, “possibilidades de vida” têm a ver com distribuição diferencial dos afetos. É atualizar não aquilo que já está pré-determinado, mas criar o novo, inventar um ou vários mundos. É mutação subjetiva que nos possibilita novas avaliações entre o bom e o mau, o tolerável e o intolerável. É como um vidente: não aquela vidência que antevê um futuro, ou ainda a vidência dos que elaboram um plano revolucionário ou uma intervenção, mas como alguém que capta o intolerável de uma situação, apreende o possível, ascendendo uma possibilidade de vida que pede atualização.

### **Viver contra ou, uma vez mais, de modo singular**

Algo insistia em assombrar esses espaços plenos de potência e amizade: afirmar um modo de vida singular era também enfrentar um novo encontro com o poder. Não bastava o fato de estarem inscritos em um projeto social, ou cumprindo a frequência mínima na medida socioeducativa – seus passos eram seguidos de perto.

Na intervenção realizada no interior de São Paulo, numa cidade que conta com pouco mais de dez mil habitantes, eram rotineiros os relatos de abuso de poder em ações da polícia militar. Os cortes de cabelo, a composição do vestuário, o local por onde circulavam na cidade: tudo se configurava em motivo para perseguição, “dura”, “geral”. Boletins de ocorrência

eram gerados por abuso de poder, mas não ocorriam quaisquer desdobramentos.

Qual a atitude dos jovens mediante essa força quase onipotente que tentava sufocar suas vidas? Na fala de alguns jovens, foi possível registrar algo, uma vez mais, surpreendente: “*Não levo desaforo pra casa, não! Se relar na minha cara, vai levar de volta! Eu que não tenho medo!*”.

Assim, se por um lado o desafio das intervenções estava em dar suporte a processos de singularização, por outro lado não seria a própria singularidade, a própria diferença inscrita em seus modos de vida, aquilo que “levava” os jovens até aqueles espaços? Em pauta nesses “serviços” não estariam, então, os jovens e suas **condutas**?

Dessas análises é que emergiu o segundo tema que está no título: “**contracondutas**”. Não que tenha sido a primeira linha de pensamento. Naquele momento, os jovens foram pensados como **ingovernáveis**, no sentido de que não queriam ser absolutamente governados, e esse tipo de ação da assistência social seria uma resposta a seus modos de vida ingovernáveis. Disse Agamben (2010, p. 4) em torno dessa relação: “o ingovernável sobre o qual pode fracassar o poder na sua figura de governo; e este ingovernável é também para mim o início e o ponto de fuga de toda política”.

Em Michel Foucault encontramos, tempos depois, outro modo de pensar essas questões. A partir da ampla pesquisa que Foucault desencadeia em 1978 (Foucault, 2008) em torno da noção de “**governamentalidade**”, as resistências ao governo dos homens são pensadas como **contracondutas**. Central no curso *Segurança, território e população* (Foucault, 2008), governamentalidade historicamente diz respeito a uma forma de poder específica, surgida no século XVIII, tendo “por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (p. 143). Michel Senellart, em texto que acompanha a publicação desse curso, demonstra o desenvolvimento dessa noção no pensamento de Foucault e como, progressivamente, ela deixa esse enquadramento histórico, ganhando um caráter “acontecimental” e, assim, um ano depois (1979), ela se ampliaria de modo a confundir-se com uma outra noção, a de governo. A governamentalidade passou então a ser definida como “a maneira como

se conduz a conduta dos homens”, definição que também é aplicada por Foucault à noção de governo (p. 532).

É nesse enquadramento amplo que estamos pensando as contra-condutas. Antes, porém, vejamos como Foucault compreendeu a conduta e de que maneira pudemos utilizar como um modo de analisar as intervenções-pesquisas que realizamos. Podemos ler na transcrição do curso de Foucault (2008, p. 255) que a conduta é:

de fato, a atividade que consiste em conduzir, a condução, se vocês quiserem, mas é também a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução.

Ser conduzido, conduzir-se. Nessa ambiguidade sublinhada por Foucault, tínhamos uma dimensão ampliada do próprio tensionamento vivido nas intervenções. E nosso trabalho, dos intelectuais-militantes-pesquisadores, estaria entre esses dois polos.

Acompanhando Foucault acerca do duplo sentido da palavra conduta, poderemos compreender os traços históricos de um tipo específico de resistência denominada por ele “revoltas de conduta” ou “resistências de conduta” – que teriam se constituído entre os séculos X-XI até o século XVII, principalmente com relação às instituições religiosas, e depois, entre fins do XVII e início do XVIII principalmente em relação a instituições políticas – e que teriam como objetivo:

Outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e de outros métodos. São movimentos que procuram, eventualmente em todo caso, escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a maneira de se conduzir. (Foucault, 2008, p. 257)

Foram tais revoltas, tais resistências, que Foucault (2008, p. 266) denominou **contracondutas**, “no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros”. Foucault diz que havia pensado em outras palavras para definir aqueles modos de resistência, inclusive uma palavra próxima de ingovernável – “inconduita” – e que ha-

via desistido dela em função do sentido ativo que o “contra” dá à palavra “contracondutas”.

Para nossas intervenções, restava pensar os espaços em que pesquisamos e trabalhamos nessa tensão entre potencializar a invenção de si, a singularização, ao mesmo tempo em que os modos de vida singulares eram exatamente os mais atrativos para as forças da ordem. Levando em conta que os encontros eram pautados pela amizade, e que neles não havia qualquer “neutralidade científica” possível, nos angustiava (angustia!) esta aparente aporia: quanto mais singular o modo de vida, mais forte o encontro com o poder.

### **Últimas linhas entrelaçadas: amizade como contraconduta**

Nessa tensão, como pensar a amizade em termos de potência? É possível pensá-la em termos de resistência? Gilles Deleuze dizia algo belo acerca das potências da amizade. Em uma entrevista registrada em vídeo (2001), ele perguntava: **por que se é amigo de alguém?**

*Para mim, é uma questão de percepção. É o fato de... Não o fato de ter ideias em comum. O que quer dizer “ter coisas em comum com alguém”? Vou dizer banalidades, mas é se entender sem precisar explicar. Não é a partir de ideias em comum, mas de uma linguagem em comum, ou de uma pré-linguagem em comum. Há pessoas sobre as quais posso afirmar que não entendo nada do que dizem, mesmo coisas simples como: “Passe-me o sal”. Não consigo entender. E há pessoas que me falam de um assunto totalmente abstrato, sobre o qual posso não concordar, mas entendo tudo o que dizem. Quer dizer que tenho algo a dizer-lhes e elas a mim. E não é pela comunhão de ideias. Há um mistério aí. Há uma base indeterminada... É verdade que há um grande mistério no fato de se ter algo a dizer a alguém, de se entender mesmo sem comunhão de ideias, sem que se precise estar sempre voltando ao assunto.*

A amizade entre os jovens que encontramos nessas intervenções-pesquisas parece ser um pouco como as palavras pronunciadas por Gilles Deleuze. Entre aqueles jovens havia um entendimento profundo de seus modos de vida, uma produção singular de sentidos para habitar aqueles espaços, uma afetação contínua que os permitia estar lá pelos

motivos oficiais (a frequência, a bolsa de estudos), e também por tantos outros que não se poderiam aferir.

Em Foucault (2008), encontramos que o governo dos homens era, nos primórdios, exercido na forma de um pastorado e que esse modo de governar teria se formado com revoltas de comportamento que se assemelham àquilo que mais tarde seriam as revoltas de conduta, as *contracondutas*.

Parece-nos, assim, que os serviços, programas e projetos propostos para atuar de modo a vigiar, controlar, governar essas juventudes consideradas vulneráveis, em risco, infratoras, podem ser pensados como respostas aos modos de vida dos jovens que são dissonantes das condutas que, supostamente, deveriam corresponder aos modelos pré-estabelecidos. A amizade, nesse enquadramento, parece-nos a um só tempo resposta aos programas e motivo destes. A essa uniformização das condutas objetivada pelos programas sociais, apresenta-se a amizade como resistência e afirmação de *contraconduta*.

Desde que entrelaçamos essas linhas de pesquisa-trabalho, em outubro passado, algo novo **aconteceu**: foram os *rolezinhos*. Jovens das periferias de uma cidade considerada por muitos a mais importante do país (São Paulo) ocuparam os estacionamentos, os corredores, as praças de alimentação de grandes *shoppings centers*. Milhares de jovens juntos, unidos por redes sociais que conectam... amigos. E talvez nesse mistério e nesse comum-nismo da amizade, em que existe uma linguagem ou uma pré-linguagem em comum, esteja um pouco do ódio que os poderes constituídos dirigem aos jovens que escutam “som de preto e de favelado”, que “ostentam” no vestuário quando saem para um “rolezinho”, ocupando com seus corpos potentes a casa grande construída para mantê-los segregados.

Se as intervenções que realizamos no Rio de Janeiro e no interior de São Paulo nos permitiram pensar em um entrelaçamento entre “amizades e *contracondutas*”, o acontecimento *rolezinhos* tem nos permitido vislumbrar mais um entrelaçamento entre essas linhas: seria também possível pensar na amizade como *contraconduta*?

## Referências

- Agamben, G. (2010). *Metrópolis*. *Sopro*, 26, 1-4.
- Coelho Rodrigues, R. (2014). *Juventude como capital*. Curitiba: Juruá.
- Deleuze, G. (2001). *O abecedário de Gilles Deleuze* [VHS]. Entrevista com G. Deleuze concedida a C. Parnet. Paris: Éditions Montparnasse, 1997. Edição: Ministério da Educação, TV Escola. 459min.
- Deleuze, G. (2007). *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Foucault, M. (1994). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2005). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2005). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pelbart, P. P. (2013). Foucault versus Agamben? *Ecopolítica*, 5, 50-64.
- Vicentin, M. C. G. (2010). A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciários. *Revista de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 20(1), 61-69.
- Zourabichvili, F. (2000). Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In E. Alliez (Org.), *Gilles Deleuze: uma vida filosófica* (p. 333-355). São Paulo: Editora 34.

# **A atuação dos/as psicólogos/as nos CRAS, em Florianópolis, e alguns desafios para a formação**

Andréa Vieira Zanella

Andréa Barbará S. Bousfield

Aida Nascimento do Vale Moreira

## **Introdução**

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS é um serviço recente no Brasil, tendo início em 2005 (Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, 2005). Seu objetivo é organizar e tornar efetiva uma rede de proteção social com um modelo de gestão integrando municípios, estado e União. Divide-se em proteção social básica e proteção social especial, desenvolvidas, respectivamente, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) (MDS, 2005). Ambas as instâncias contam com psicólogos/as nas equipes mínimas de cada unidade e, sendo uma política pública ainda em implantação em todo o Brasil, constitui-se também um campo de trabalho ainda em expansão e consolidação (Oliveira, Dantas, Solon, & Amorim, 2011).

Apesar dessa abertura de campo de atuação para os psicólogos, a literatura registra que grande parte desses profissionais encontra dificuldades para realizar o trabalho conforme o preconizado pelas determinações oficiais. Entre essas barreiras, podem ser citados: a dificuldade do trabalho em equipe; objeto, objetivo e foco de intervenções diferentes dos tradicionais; questões estruturais do serviço e impasses na interpretação e execução das políticas públicas com relação aos objetivos do trabalho, entre outros (Macedo & Dimenstein, 2009; Oliveira et al., 2011; Yamamoto & Oliveira, 2010). Além do aspecto político-ideológico envolvido nos pontos levantados, uma das grandes barreiras apontadas nas pesquisas realizadas sobre o tema indica a defasagem na formação profissional, para



um trabalho psicológico junto a instituições governamentais que atendem populações em condição de vulnerabilidade social, visando à transformação dessa realidade (Ansara & Dantas, 2010; Guzzo & Lacerda, 2007; Silva & Corgozinho, 2011).

Partindo desse panorama, realizamos pesquisa junto a psicólogos/as inseridos nas equipes dos CRAS de Florianópolis/SC, a fim de conhecer a realidade de trabalho desses profissionais. Os resultados obtidos permitem, por um lado, compreender as dificuldades por eles vivenciadas e, por outro, apontar indicadores que possam contribuir com o processo de formação de psicólogos/as para atuarem junto às políticas de assistência social no País.

### **Estruturação da política e formação profissional**

Segundo Yamamoto e Oliveira (2010), o campo da assistência social no Brasil teve início na década de 30, marcado pelas iniciativas beneficentes de pessoas da sociedade sob a lógica do favor, da tutela e do clientelismo. Desde os anos 40 até a década de 80, houve um avanço nos trabalhos e iniciativas governamentais voltadas para a proteção social, muitas vezes no sentido de apaziguar tensões devidas à pobreza e ao regime de exceção. Com o avanço dos movimentos sociais nos anos 80 e a Constituição Federal de 1988, Yamamoto e Oliveira (2010) destacam que algumas conquistas foram alcançadas, sendo que a proteção social passou a ser uma responsabilidade do Estado e direito universal e igualitário a todos os cidadãos. A visão de cidadania estabelecida na Constituição, por sua vez, preconiza não só o acesso aos direitos, mas também o empoderamento do sujeito para exercê-los (CRP – MG & Crepop - MG, 2011). A partir dos princípios contidos na Constituição, a política de assistência foi sendo elaborada, com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993, e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, entre outros documentos que direcionam essa política.

Macedo e Dimenstein (2009) apontam que, mesmo com os avanços promovidos com relação à questão social, a crescente rigidez burocrática na seguridade social no Brasil (Saúde, Previdência e Assistência Social) acaba promovendo efeitos “perversos” como o controle, dependência e infantilização da população, que se utiliza dos serviços ao invés de sua au-

tonomia. Ansara e Dantas (2010) também indicam, com a análise das falas de profissionais entrevistados, uma desorientação do trabalho no serviço de proteção social, mediante as exigências burocráticas do governo e as necessidades concretas da população, sentindo-se pressionados a fazer tudo pelo usuário, ao invés de incentivá-los à autonomia. Consoante essas preocupações, Yamamoto e Oliveira (2010) indicam que a estrutura do serviço e a fragmentação das ações na assistência social têm configurado um serviço paliativo, de modo que não promove efetivamente a mudança social proposta por seus princípios norteadores. Por mais que as diretrizes e perspectivas de trabalho tenham mudado, a ideia de clientelismo e assistencialismo ainda se fazem presentes no cotidiano de trabalho no SUAS, na relação entre usuários e profissionais, ou configurando-se por meio da desarticulação do trabalho realizado (Andrade & Romagnoli, 2010; Ansara & Dantas, 2010; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Macedo e Dimenstein (2009) também indicam que a práxis psicológica, aliada somente às políticas públicas e sem reflexão crítica, pode acabar se tornando um elemento de biopoder sobre a população, ao invés de uma força a favor de seu desenvolvimento. Yamamoto e Oliveira (2010) apontam para a ambiguidade das funções indicadas ao psicólogo nas políticas da proteção básica, uma vez que, ao mesmo tempo em que requer uma atuação com comunidades e não clínica, apontam para um foco de trabalho individualizado (mesmo intervindo sobre a família) e sobre a subjetividade dos indivíduos com relação à situação apresentada. Com base nisso, pode-se pensar a necessidade de um olhar crítico sobre as práticas executadas e planejadas nesse ambiente, como modo de refletir sobre sua efetividade a favor da transformação da ordem social estabelecida.

Diversos autores apontam a defasagem na formação profissional como um dos principais elementos constituidores de tensão no desenvolvimento do trabalho de proteção social, uma vez que o psicólogo tem dificuldades de realizar a sua função de forma efetiva e crítica (Ansara & Dantas, 2010; Frare, 2013; Macedo & Dimenstein, 2009; Oliveira et al., 2011; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Macedo e Dimenstein (2009) indicam que a maioria dos psicólogos entrevistados em sua pesquisa parecia ter uma concepção normalista ou prescritiva de cuidado – dimensão biomédica e sanitária- sem elabora-

ção coletiva de projeto e visão de comunidade. Indicam que a ausência de crítica sobre o trabalho realizado com a população acaba gerando uma ação normatizante e desconsidera os recursos e diversidade dos usuários. Já Oliveira e colaboradores (2011) apontam que os profissionais que realizam um trabalho clínico dentro dos CRAS, por exemplo, o fazem por uma identificação profissional com esse tipo de atuação e por uma falta de preparo para trabalhar com a questão social.

Silva e Corgozinho (2011) afirmam a existência de material teórico que auxilia na execução do trabalho nas políticas de assistência social, em uma perspectiva crítica, e que ele é ensinado, porém, de forma não específica. Assim, as autoras indicam que “provavelmente está faltando para esta apropriação de conhecimento pelo psicólogo uma melhor preparação dentro da academia, maior exploração das discussões das políticas públicas no/do Brasil e abordagem de textos críticos, além dos clássicos, sobre a formação do psicólogo” (Silva & Corgozinho, 2011, p. 19). Elas indicam que a perspectiva da Psicologia Social Comunitária apresenta tanto instrumentos apropriados quanto objetivos em comum com os da proteção social, cabendo uma adequação ao trabalho específico realizado nos CRAS.

Vejamos o que dizem a/os psicólogos/os que atuam nos CRAS de Florianópolis/SC a respeito das atividades desenvolvidas e seus desafios.

## **Método**

### *Participantes*

Com o objetivo de conhecer a realidade profissional dos/as psicólogos/as inseridos(as) nas equipes de CRAS em Florianópolis/SC, participaram do estudo 10 dos 13 psicólogos/as que trabalhavam nos CRAS da cidade em 2012, sendo 3 homens e 7 mulheres, com idade entre 28 e 47 anos.

### *Perfil dos Participantes*

A maioria dos/as entrevistados/as (7 profissionais) graduou-se em Psicologia pela UFSC, e os demais profissionais (3) se formaram em instituições de outros estados. Além disso, todos os/as psicólogos/as apresen-

tam algum outro diploma adicional à graduação. Dentre os 10 participantes, 5 dos/as entrevistados/as têm mestrado concluído, sendo 4 na área de Psicologia e um em Antropologia; 5 deles/as concluíram pelo menos uma especialização (saúde pública, saúde mental, saúde da família, antropologia social e teoria sistêmica). Registra-se ainda que 4 psicólogas/os entrevistadas/os obtiveram formação teórica em psicologia sistêmica ou psicanálise, e 2 realizaram residência em saúde coletiva ou em saúde da família. Por fim, 5 deles/as estavam, na realização das entrevistas, cursando mestrado ou doutorado, o que indica um quadro profissional que busca constante aperfeiçoamento.

A grande maioria dos/as entrevistados/as (9) apresenta *experiência profissional* anterior em programas sociais, nas áreas de saúde ou assistência social, em prefeituras de Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS) ou Paraná (PR). O tempo de atuação no SUAS ou nos programas sociais antecedentes (como o Sentinela, por exemplo) é variado: 5 entrevistados/as relataram entre 1 e 2 anos de experiência, 2 entre 3 e 4 anos, 2 entre 5 e 6 anos, e um psicólogo tem mais de 10 anos de atuação em políticas públicas, sendo 1 ano em CRAS de Florianópolis.

### *Instrumento*

Para a coleta de dados, realizou-se entrevista com questões norteadoras (Flick, 2009), visando investigar os diferentes aspectos da atuação dos psicólogos nos CRAS e os desafios enfrentados cotidianamente. Os principais temas abordados foram: formação acadêmica, trabalhos desenvolvidos e dificuldades encontradas na realização do serviço.

### *Procedimentos*

Para a realização da pesquisa, foram inicialmente levantadas informações sobre os CRAS e a quantidade de psicólogos atuantes nesse serviço, por meio do CadSuaS disponível na internet<sup>1</sup>. Após entrar em contato com alguns deles, foi estabelecido contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS de Florianópolis para expor o projeto e solicitar autorização para sua realização. Com a aquiescência da SMAS, foram contatados os/as 13 psicólogos/as que atuavam nos CRAS na época da realização da pesquisa, sendo realizadas entrevistas com 10

<sup>1</sup> <http://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html>

deles/as. Das 3 psicólogas que não foram entrevistadas, duas estavam em licença maternidade, e a terceira não aceitou participar da pesquisa.

Todos/as os/as entrevistados/as assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido em que afirmavam participar da pesquisa de livre e espontânea vontade e autorizavam a divulgação acadêmica dos resultados. As entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas e posteriormente analisadas. O tempo médio de duração de cada entrevista foi de 50 minutos.

Sete das entrevistas foram realizadas no local de trabalho de cada profissional, e três delas foram realizadas nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

### *Análise de dados*

Após a transcrição, as entrevistas foram lidas e organizadas, considerando as temáticas em foco, de acordo com a proposta de Franco (1994). A organização do material, a partir dessas temáticas, possibilitou identificar similaridades e diferenças nos discursos dos/as psicólogos/as entrevistados/as, as quais foram analisadas em relação à literatura consultada sobre o tema.

## **Resultados e discussão**

Os resultados serão descritos, considerando as seguintes unidades temáticas de análise: Formação acadêmica, trajetória profissional e inserção no SUAS e o cotidiano do trabalho nos CRAS.

### *Formação acadêmica, trajetória profissional e inserção no SUAS*

Um dos aspectos relevantes para a atuação do/a profissional de Psicologia na assistência social envolve a formação profissional. Ao serem questionados/as a respeito da *adequação da formação para trabalhar no SUAS*, os/as participantes foram quase unânimes em afirmar que não receberam na graduação uma formação adequada para atuar junto às políticas de assistência social (7 respostas). Segundo uma das entrevistadas, *“a graduação deixa a desejar com relação ao preparo para esse tipo de trabalho”*, fala que representa as demais. Alguns justificaram essa falha

na formação por estarem formados já há alguns anos, anteriormente à implantação do SUAS, como pode ser exemplificado no extrato: “*Não se falava de psicologia comunitária, não se tinha a mínima ideia da inserção do psicólogo nas políticas públicas, seja ela qual fosse, isso nem passava. Eu só fui ter contato com isso fora da faculdade*”. Outros, porém, embora tenham tido contato com conhecimentos relativos a essa área, afirmaram ter sido precária a formação para a intervenção em psicologia comunitária, destacando a falta de embasamento teórico em políticas públicas e direitos humanos.

Uma possível explicação para a defasagem na formação profissional pode ser relacionada com uma herança nas formações em Psicologia, em que o fenômeno psicológico era naturalizado, ou seja, retratado como movimento interno ao sujeito descolado do seu contexto cultural e social, sendo a prática profissional voltada para camadas sociais mais abastadas (Bock, 2009). Embora essa cena se encontre em transformação há algum tempo, parece que a ênfase em muitas universidades ainda conserva algumas dessas características. Causa estranheza, no entanto, essa fala do/a psicólogo/a que afirma não ter ouvido falar da psicologia comunitária em sua formação, concluída no início dos anos 2000, pois trata-se de área consolidada no Brasil e na América Latina há mais de 3 décadas e com vasta produção acadêmica sobre o tema (ver Campos et al., 2009).

As diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia, implantadas pelo Conselho Nacional de Educação, via Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004, destacam em seu artigo 3º que deve ser assegurada a formação fundamentada em vários compromissos, dentre os quais destacamos: “*Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades*” (disponível em <http://portal.mec.gov.br>). Constata-se, portanto, que a legislação prevê uma formação atenta à diversidade de condições sociais, econômicas e culturais, porém a consecução dessa normativa requer práticas curriculares atentas a tais questões.

Psicólogos/as atuantes no CRAS de Minas Gerais (CRP - MG & Crepop - MG, 2011) relatam que, ao entrarem na proteção básica, houve um movimento por conhecer melhor a política de assistência social, as leis e outras referências que embasassem suas práticas. Essa iniciativa permitiu

o afastamento do referencial teórico aprendido na academia, centrado em perspectivas individualizantes de atuação, e os fez perderem a autor-referência e identidade profissional.

Isso não se evidencia na fala dos/as psicólogos/as entrevistados(as), porém há informações contrapostas ao discurso do despreparo: três dos/as entrevistados/as, apesar de compartilharem a afirmação da frágil formação em nível de graduação para a intervenção com o público alvo das políticas de assistência social, registram sentirem-se bem preparados/as para o trabalho nos CRAS, em virtude da trajetória trilhada e das escolhas feitas, seja de campos de estágio, projetos de pesquisa ou extensão, seja na formação posterior à graduação. Isso se evidencia no discurso dos/as entrevistados/as, como neste excerto:

*Eu uso tudo o que eu aprendi em todos os lugares, e que, lógico, em alguns momentos dá pra identificar bem específico assim, né. Mas se eu for juntar, por exemplo, a minha formação na residência, e essa questão da compreensão e do entendimento de política pública que o mestrado me trouxe, e essas duas políticas que tem o foco na família. Então a minha formação em família, então assim, é a base pro meu dia a dia, então eu não tenho a menor dúvida que foi justamente esse conjunto que é o que me sustenta, que é o que me traz subsídio pro dia a dia. E acho que é a combinação deles, assim, eu acho que foram todos bem complementares.*

De forma semelhante, dentre os psicólogos que participaram dos grupos focais da pesquisa realizada pelo CRP-MG e CREPOP, em Minas Gerais (CRP – MG & CREPOP - MG, 2011), apresentaram maior segurança para desempenhar suas atividades aqueles que desempenharam alguma atividade de campo na graduação ou pós-graduação semelhante, de alguma forma, ao trabalho que desempenham no CRAS. O contato com os desafios característicos de contextos e realidades diversas se apresenta, pois, tanto para os psicólogos de Minas Gerais como os de Florianópolis, muito importante para a formação necessária ao trabalho com o público atendido pelos CRAS. O contato com os desafios característicos de contextos e realidades diversas se apresenta, pois, tanto para os psicólogos de Minas Gerais como os de Florianópolis, muito importante para a formação necessária ao trabalho com o público atendido pelos CRAS.

A inserção e dedicação ao campo de trabalho, por sua vez, é outro fator para as buscas desses profissionais em suprir as falhas apontadas

na formação. É patente nas falas dos psicólogos entrevistados o compromisso com o campo, bem como o encantamento, por parte de alguns, em relação às possibilidades de aprender e reinventar a própria atuação, conforme este profissional destaca “a formação ela dá uma base de conhecimentos, mas a gente precisa ter essa criatividade pra utilizar, pra mexer, pra modificar esse conhecimento e pra criar algo que faça sentido dentro desse contexto”. Trata-se de postura que não se prostra diante de desafios: ao contrário, os reconhece e assume como impulso para a atuação que precisa ser continuamente reinventada, na direção do que aponta Romagnoli. Para essa autora, atuar no SUAS “exige profissionais que consigam trabalhar e ter reflexões transdisciplinares, perseguindo o coletivo de forças presentes em suas inserções. Que consigam criar zonas de indagações entre os profissionais da equipe e com os usuários, buscando desestabilizações que possam conduzir a saídas inventivas e coletivas” (Romagnoli, 2012, p. 124).

Com relação às *atribuições necessárias à graduação*, os entrevistados elencaram uma série de objetivos que precisam ser trabalhados na graduação, visando formar profissionais para trabalhar no SUAS. São eles: políticas públicas e política nacional de assistência social; o papel do psicólogo nas políticas públicas, possibilidades de atuação; diretrizes do trabalho no campo; experiências de estágio, observação ou inserção em campos não tradicionais da Psicologia; aproximação da clínica com a política; a clínica como método; uma formação menos especializada e fragmentada. Esses são importantes indicadores para Cursos de Graduação em Psicologia, os quais não podem continuar alheios à realidade do mercado de trabalho que contrata, continuamente, psicólogos para atuação junto ao SUAS.

### **Cotidiano de trabalho nos CRAS**

O discurso dos/as entrevistados/as sobre o cotidiano do trabalho dos/as psicólogos/as nos CRAS apresentou algumas variações, que podem ser explicadas em virtude das diferentes características do contexto e do território em que cada CRAS está inserido.

Dentre as principais *atividades desenvolvidas* pelos profissionais entrevistados nos CRAS, destacam-se: (a) plantão social, atividade que



visa ao atendimento de demandas espontâneas; (b) acompanhamentos psicossociais, sejam de famílias ou de pessoas; visitas domiciliares a residências de famílias cadastradas; (c) visitas institucionais para discussão de questões relativas às políticas de assistência social, objetivando a resolução de problemas, como por exemplo a falta de vagas em creches; (d) trabalho com grupos, sejam eles de adolescentes, pais, idosos, grupos com foco na mobilização comunitária, entre outros; (e) desenvolvimento de projetos em parceria com agentes sociais ou instituições; (f) reuniões com profissionais de outros CRAS. Além dessas atividades, outras foram mencionadas por um ou outro profissional, como realização de planejamento estratégico.

Embora se constate diversidade de atividades relatadas, em sua grande maioria os/as entrevistados/as afirmam que a maior parte do tempo é despendida no atendimento a demandas espontâneas, em virtude da dificuldade de realizarem atividades outras preconizadas pela LOAS, como os trabalhos com grupos e trabalhos nas comunidades visando sua mobilização. Ressalte-se que, quando da realização das entrevistas, o serviço estava em fase de estruturação, e muitos CRAS não contavam com pessoal de apoio ou com a equipe profissional completa. A sobrecarga de atividades e a necessidade de alguém para atendimento aos usuários que vinham cotidianamente aos CRAS em busca de informação ou algum auxílio, dificultavam tanto a projeção como o desenvolvimento de atividades outras.

As visitas domiciliares, reconhecidas como importantes atividades dos psicólogos atuantes nos CRAS, foram também referidas como precariamente realizadas, em virtude da falta de condições para sua concretização: o veículo da prefeitura é disponibilizado somente um período na semana para cada unidade, o que resulta em visitas esparsas e retornos após um considerável tempo, que pode levar de semanas a alguns meses.

Em resposta à pergunta sobre as *atividades que gostariam de desenvolver*, as respostas da maioria dos psicólogos tiveram como horizonte as condições e possibilidades no momento da realização das entrevistas. Profissionais que atuam em condições mais precárias, ou seja, com falta de equipe de apoio, material de consumo e transporte, apontaram visitas domiciliares e trabalhos com grupos como atividades que gostariam de desenvolver. Evidenciam assim que não basta a constituição dos CRAS para a concretização do

que é preconizado no SUAS: fundamental se faz garantir condições de trabalho aos profissionais para que a política efetivamente se concretize.

Já os psicólogos que realizam tais atividades, ainda que as visitas domiciliares sejam restritas devido à pouca disponibilidade de condução (somente um período por semana), apontam a necessidade de ampliação das atividades preventivas, seja por meio de palestras, de maior conhecimento ou integração com o território. Outros profissionais, por fim, destacaram o desejo de poderem, efetivamente, cumprir o que rege a própria política de assistência social, seja na perspectiva de prevenção da violação de direitos, de situação de violência, de promoção social, seja via organização e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O desejo de ir ao encontro das pessoas e instituições foi mencionado pela maioria dos/as psicólogos/as entrevistados.

As *principais dificuldades* encontradas para a realização do trabalho no CRAS foram subdivididas nos seguintes níveis:

-*Estrutural/material*: Falta de veículo para desenvolvimento das atividades (só é disponibilizado um período por semana); Espaço físico inadequado; Falta de materiais e recursos financeiros.

-*Equipe*: Falta de coordenadores e pessoal administrativo nos CRAS; Falta de comprometimento de alguns trabalhadores; Equipes reduzidas; Vínculos trabalhistas precários.

-*Gestão do SUAS*: Falta de condições de conhecer o território; Ampla extensão territorial; Falta de comunicação com a rede; Dificuldades com gestores/ falta de reuniões promovidas pela gestão.

-*Imagem do CRAS e do/a Psicólogo/a*: Imagem do CRAS como lugar de recebimento de benefícios; Dificuldade de implantação de uma política diferente, não assistencialista; Dificuldade de clareza sobre o papel do/a psicólogo/a na assistência social.

Com relação à *atuação em equipe interdisciplinar*, os entrevistados relatam boa integração com os/as assistentes sociais com os/as quais trabalham, ainda que tenha sido recorrente a queixa em relação ao reduzido tamanho das equipes em cada unidade.

O *trabalho com a rede* foi relatado, considerando tanto a rede inter-setorial quanto a rede sociassistencial. As relações dos CRAS com outros

serviços públicos no mesmo território são variadas: há um caso de rede constituída e articulada, porém predominam relatos de redes precárias ou mesmo de sua inexistência. As razões para as dificuldades de constituição das redes, citadas pelos entrevistados, compreendem desde dificuldades de comunicação até a ausência de coordenação nos CRAS, cujo papel inclui a articulação desse serviço com os demais da rede, quando ela existe. Características do próprio território, por sua vez, são consideradas explicativas da condição de rede articulada para uma das entrevistadas, que relata desenvolver atividades próximas das diretrizes preconizadas nas políticas de assistência social.

Com relação ao *perfil da população atendida*, foram citados: Famílias em situação de vulnerabilidade social (Aids, drogas, violência, pessoas com deficiências, pessoas com demandas de saúde mental, famílias com vínculos precários, desemprego, baixa escolaridade); Famílias monoparentais – mulheres-chefes de família; Comunidades tradicionais; Pessoas de classe média que frequentam os CRAS, em virtude dos cursos do PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Com relação às *principais demandas*, os/as psicólogos/as relataram tanto as necessidades dirigidas especificamente a eles, pela sua função, quanto dirigidas ao CRAS de maneira geral, das quais muitas vezes eles também tomam parte, mesmo não constituindo atividades do seu cargo (em alguns casos, não sendo nem mesmo competência do CRAS). Foram citados: Pedidos de cesta básica e outros benefícios; Interesse pelos cursos do PRONATEC; Encaminhamentos do Conselho Tutelar; Proteção e orientação em relação a situações de violência; Dúvidas sobre educação dos filhos, em razão de dificuldades com adolescentes ou crianças; Atendimento de casos de saúde mental (transtornos, deficiências, abuso de drogas, entre outros).

### **Perspectivas de trabalho e de formação**

Diferentes *perspectivas de atuação do/a psicólogo/a* junto às políticas de assistência social foram apresentadas nas respostas dos/as entrevistados/as, e podem ser agrupadas representativamente a partir de seus focos principais: (a) trabalhos com famílias ou grupos; (b) trabalhos com a comunidade em uma perspectiva preventiva/informativa, via

realização de palestras, por exemplo; (c) trabalhos com a comunidade em uma perspectiva política visando fortalecimento e organização comunitária.

Trata-se de perspectivas de trabalho atentas a necessidades outras, para além das demandas individuais, e consoantes às discussões apresentadas por pesquisadores que se dedicam a problematizar a atuação do profissional em Psicologia à luz dos aportes da psicologia social (Andrade & Romagnoli, 2010; Ansara & Dantas, 2010; Cruz, Guareschi, & Rodrigues, 2013). As condições de trabalho no SUAS, no entanto, em geral precarizadas, são fortes empecilhos à concretização dessas propostas, sendo necessária a atenção, não somente para o campo de trabalho e seus desafios, mas para as políticas que o alicerçam, como defendem Oliveira et al.:

Ainda que a elaboração de políticas fundadas no acesso à Assistência Social como direito social e os gastos com políticas sociais, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, tenham reconfigurado a área, há precária organização e parco financiamento do SUAS, tornando improdutivas as estratégias que contenham o avanço das expressões da Questão Social. Tais determinações estruturais se expressam nas precárias condições de trabalho dos técnicos da Assistência Social, na ausência de transparência no repasse e uso do financiamento público, na fragmentação da política social em setores que engessam o planejamento e a execução de estratégias articuladas numa finalidade comum. Nesse aspecto, a ocupação dos espaços de participação política para constituição dos eixos macroestruturais da política social (a exemplo dos Conselhos de Assistência Social), principalmente via mobilização dos usuários dos serviços, pode representar uma alternativa a esses desafios (Oliveira et al., 2014, p. 110)

Com relação às *atribuições necessárias à graduação*, os/as entrevistados/as elencaram uma série de objetivos a serem trabalhados na graduação, intentando formar profissionais para trabalhar no SUAS. São eles: políticas públicas e política nacional de assistência social; o papel do psicólogo nas políticas públicas, possibilidades de atuação; diretrizes do trabalho no campo; experiências de estágio, observação ou inserção em campos não tradicionais da Psicologia; aproximação da clínica com a política, a clínica como método; uma formação menos especializada e fragmentada.

Importante destacar a disponibilidade dos/as entrevistados/as em contribuir com essa formação: ao serem inquiridos sobre o interesse por *estagiários de psicologia e o perfil esperado desses acadêmicos*, praticamente todos/as os/as entrevistados/as manifestaram disponibilidade em acolher estagiários/as de Psicologia nos seus campos de atuação. Somente duas psicólogas manifestaram dúvidas sobre essa presença, considerando suas atuais condições de trabalho, receando que a experiência de estágio possa ser “esvaziada”. Alegam que o/a estagiário/a “estaria tão frustrado/a quanto eu”.

Um perfil apropriado para esse tipo de trabalho, segundo os/as entrevistados/as, exigiria do/a estagiário/a uma postura ético-política de abertura à diferença (sobretudo a socioeconômica) e respeito às diferentes culturas e modos de vida. Trata-se de indicações para a formação profissional do/a psicólogo/a, que podem contribuir com as discussões sobre o tema nas instituições de ensino superior formadoras de psicólogos.

### **Considerações finais**

A pesquisa realizada possibilitou compreender os desafios que se apresentam para o profissional em Psicologia atuante junto aos CRAS em Florianópolis, realidade que não parece distante de tantos outros CRAS do País. As entrevistas foram realizadas em 2012, nos primórdios da implantação do SUAS na cidade, tal como preconizado pela atual legislação. Algumas modificações aconteceram, o que pode resultar em percepções diferenciadas das aqui apresentadas. Porém, ainda são necessárias significativas melhorias nas condições de trabalho, fundamentais à concretização das ações referidas pelos/as próprios/as psicólogos condizentes com uma atuação crítica e fundamentada em uma perspectiva social.

Merecem destaque as indicações apontadas pelos/as entrevistados/as para a formação profissional, por sua vez, somada à disponibilidade de contribuir com essa formação e não somente delegando-a às instituições de ensino. A imersão em contextos sociais diversificados, o exercício do estranhamento e a necessidade de uma postura atenta ao que pode emergir do encontro com outros, por um lado, são fundamentais à formação do/a psicólogo/a para atuar junto às políticas de assistência social. A problematização dessas intervenções, a discussão de experiências outras

e das teorias que as alicerçam, por outro lado, completam o arcabouço necessário para a formação de profissionais inventivos e críticos, que reinventam práticas sem perder de vista a dimensão política que as conota.

## Referências

- Andrade, L. F. & Romagnoli, R. C. (2010). O psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619.
- Ansara, S. & Dantas, B. S. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103.
- Bock, A. M. B. (2009). Psicologia social e as políticas públicas. In D. T. Tatsch, N. Guareschi, & S. T. Baumgarten (Orgs.), *Tecendo relações e intervenções em Psicologia Social* (Vol.1, 1ª ed, pp. 174-182). Porto Alegre: ABRAPSO SUL.
- Campos, R. H. F., Lane, S. T. M., Sawaia, B., Guareschi, P., Nasciutti, J., Freitas, M. F. Q., & Vasconcelos, N. (Orgs.). (2009). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (15ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais - CRP-MG & Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas de Minas Gerais - CREPOP-MG. (Orgs.). (2011). *A psicologia e o trabalho no CRAS*. Belo Horizonte: Autor.
- Cruz, L., Guareschi, N., & Rodrigues, L. (Org.). (2013). *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social* (1ª ed.). Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC.
- Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Franco, M. L. P. B. (1994). *Ensino médio: desafio e reflexões*. Campinas, SP: Papyrus.
- Frare, E. (2013). *A atuação do psicólogo na política de assistência social na Foz do Rio Itajaí do Estado de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda, F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexão sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(2), 231-240.
- Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 293-300.

- Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. (2005). *Norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS*. Brasília, DF: Autor.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Solon, A. F. A., & Amorim, K. M. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(n. spe), 140-149.
- Oliveira, I. F., Oliveira, N. L. A., Nascimento, M. N. C., Araújo, R. L., Coelho-Lima, F., & Amorim, K. M. (2014). Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe), 103-112.
- Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *ECOS -Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 1, 120-132.
- Silva, J. V. & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23(n. spe), 12-21.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. spe), 9-24.

## **Sobre os autores, organizadores e coordenadoras**

### ***Autores***

Aida Nascimento do Vale Moreira é pós-graduanda em Psicoterapia Individual e Familiar Sistêmica pela instituição Intercef (Curitiba). Psicóloga formada pela Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: [aida.nvmoreira@gmail.com](mailto:aida.nvmoreira@gmail.com)

Alana Braga Alencar é mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará e professora substituta da Universidade Estadual do Ceará.

E-mail: [alanapsi@yahoo.com.br](mailto:alanapsi@yahoo.com.br)

Aline Kelly da Silva é mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [kelly\\_legiao@hotmail.com](mailto:kelly_legiao@hotmail.com)

Ana Marcela da Silva Terra é mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

E-mail: [anamarcelaterra@yahoo.com.br](mailto:anamarcelaterra@yahoo.com.br)

Andrea Cristina Coelho Scisleski é Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco - MS.

E-mail: [ascisleski@yahoo.com.br](mailto:ascisleski@yahoo.com.br)

Antonio Euzébios Filho é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professor Assistente doutor da UNESP no curso de Psicologia. E-mail: [aeuzebios@hotmail.com](mailto:aeuzebios@hotmail.com)

Camila dos Santos é psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Pinhal Grande/RS. E-mail: [camilasantos.mp@gmail.com](mailto:camilasantos.mp@gmail.com)

Candida Maria Bezerra Dantas é doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [candida.dantas@gmail.com](mailto:candida.dantas@gmail.com)



Carla Evelline de Sousa Camurça é mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: [carlaevelline@hotmail.com](mailto:carlaevelline@hotmail.com)

Carla Lavarda Concentino Caetano é mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS - Bolsista FUNDECT/CAPES. E-mail: [cacaconcentino@hotmail.com](mailto:cacaconcentino@hotmail.com)

Cássia Fabiane dos Santos é mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora assistente da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: [cassiaufmt@gmail.com](mailto:cassiaufmt@gmail.com)

Cleria Rocha Matias de Almeida é psicóloga formada pela PUC Minas - São Gabriel. E-mail: [clerinhar@yahoo.com.br](mailto:clerinhar@yahoo.com.br)

Daniel Dall'Igna Ecker é mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É bolsista CNPq. E-mail: [daniel.ecker@hotmail.com](mailto:daniel.ecker@hotmail.com)

Débora Cavalcanti dos Santos é mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [debora.cds.pe@gmail.com](mailto:debora.cds.pe@gmail.com)

Elisa Marder Zampieri é acadêmica de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [mardere Elisa@gmail.com](mailto:mardere Elisa@gmail.com)

Elívia Camurça Cidade é doutoranda do Programa De pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: [elivia\\_nucom@yahoo.com.br](mailto:elivia_nucom@yahoo.com.br)

Fabiana de Andrade Campos é doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: [fabiana.andrade.campos@gmail.com](mailto:fabiana.andrade.campos@gmail.com)

Fernanda Sardelich Nascimento é doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, com bolsa da FACEPE. E-mail: [fsardelich@yahoo.com.br](mailto:fsardelich@yahoo.com.br)

Gabriela Girardi Hall é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É colaboradora da Rede Multicêntrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [gabrielaghall@gmail.com](mailto:gabrielaghall@gmail.com)

Gilead Marchezi Tavares é doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [gilead.dindin@ig.com.br](mailto:gilead.dindin@ig.com.br)

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS. Email: [gislei.ufrgs@gmail.com](mailto:gislei.ufrgs@gmail.com)

Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello é mestre pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo – USP. E-mail: [ingridstocker@gmail.com](mailto:ingridstocker@gmail.com)

Isabel Fernandes de Oliveira é doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo . Professora Associada I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [fernandes.isa@gmail.com](mailto:fernandes.isa@gmail.com)

Jaileila de Araújo Menezes é doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada I da Universidade Federal de Pernambuco. vinculada ao Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia. E-mail: [jaileila.araujo@gmail.com](mailto:jaileila.araujo@gmail.com)

Júlia Dutra de Carvalho é Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: [juliadcarvalho@gmail.com](mailto:juliadcarvalho@gmail.com)

Karla Galvão Adrião é doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [galvoadriao@gmail.com](mailto:galvoadriao@gmail.com)

Lorena Brito da Silva é mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: [lorena.nessin@gmail.com](mailto:lorena.nessin@gmail.com)

Luis Guilherme Galeão-Silva é doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor de Psicologia social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. E-mail: [luisgaleao@usp.br](mailto:luisgaleao@usp.br)

Lutiane de Lara é doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do IPA. E-mail: [lutianelara@gmail.com](mailto:lutianelara@gmail.com)

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare é doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. É professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [mgacalegare@gmail.com](mailto:mgacalegare@gmail.com)

Maria Inês Gasparetto Higuchi é doutora em Antropologia Social pela Brunel University. Pesquisadora titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, coordenando o Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental. E-mail: [higuchi.mig@gmail.com](mailto:higuchi.mig@gmail.com)

Miriam Esperidião de Araújo é mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. E-mail: [miriamspr@yahoo.com.br](mailto:miriamspr@yahoo.com.br)

Mírian Toshiko Sewo é mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2004). É professora de Psicologia na Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: [miriansewo@gmail.com](mailto:miriansewo@gmail.com)

Neuza M. de F. Guareschi é doutora em Educação - University of Wisconsin-Madison e Pós-doutora no Institute of Education na University College of London (2014). Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [nmguares@gmail.com](mailto:nmguares@gmail.com)

Paula Marques da Silva é doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS. É Professora colaboradora do Departamento de Psicologia Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: [paulilinha1976@yahoo.com.br](mailto:paulilinha1976@yahoo.com.br)

Pierra Beatriz Cavalcante Oliveira é psicóloga contratada do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Batingas, Arapiraca/AL. Cursa especialização em Gestão em Assistência Social com Ênfase no SUAS, na Faculdade Integrada Tiradentes. E-mail: [pierrabeatriz@hotmail.com](mailto:pierrabeatriz@hotmail.com)

Rafael Coelho Rodrigues é doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Professor do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Médicas e Paramédicas Fluminense - SEFLU e da Pós-graduação em Psicologia Hospitalar e da Saúde da Universidade Católica de Petrópolis. E-mail: [rafaelcoelhopsi@hotmail.com](mailto:rafaelcoelhopsi@hotmail.com)

Raquel Bibiana da Silva é acadêmica de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: [raquel.bibiana@yahoo.com.br](mailto:raquel.bibiana@yahoo.com.br)

Renata Laureano da Silva é mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [laureano.renata1@gmail.com](mailto:laureano.renata1@gmail.com)

Roberta Fin Motta é doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É Professora Auxiliar do Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano. E-mail: [roberta.fm@hotmail.com](mailto:roberta.fm@hotmail.com)

Rosa Lúcia Rocha Ribeiro é doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: [rosalucia@gmail.com](mailto:rosalucia@gmail.com)

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [rocordeirope@gmail.com](mailto:rocordeirope@gmail.com)

Rubens Ferreira do Nascimento é mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professor Adjunto IV da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. E-mail: [rubensfn@uol.com.br](mailto:rubensfn@uol.com.br)

Saulo Luders Fernandes é doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP). É professor efetivo da Universidade Federal de Alagoas, campus Arapiraca. E-mail: [saupsico@gmail.com](mailto:saupsico@gmail.com)

Silvio Ricardo Munari Machado é doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: [munari.machado@gmail.com](mailto:munari.machado@gmail.com)

Simone Maria Hüning é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É Professora Adjunta IV do Curso de Psicologia e docente pesquisadora do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Email: [simonehuning@yahoo.com.br](mailto:simonehuning@yahoo.com.br)

Soraia Ansara é doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora titular do Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo e pesquisadora colaboradora da Universidade de São Paulo. E-mail: [soraiansara@hotmail.com](mailto:soraiansara@hotmail.com)

Susana Nogueira Balsa Coelho é acadêmica de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

E-mail: [susana.balsa@hotmail.com](mailto:susana.balsa@hotmail.com)

Valeska Campos Tristão é psicóloga e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: [valeskatristao@yahoo.com.br](mailto:valeskatristao@yahoo.com.br)

Verônica Moraes Ximenes é doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona. É Professora da Graduação e Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: [vemorais@yahoo.com.br](mailto:vemorais@yahoo.com.br)

Vivianni Barcellos de Araujo é psicóloga e mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: [vivianni.barcellos@gmail.com](mailto:vivianni.barcellos@gmail.com)

### **Organizadoras**

Aline Accorssi é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com estágio na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Professora no Curso de Pedagogia e do PPG de Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle, Canoas/RS.

E-mail: [alineaccorssi@gmail.com](mailto:alineaccorssi@gmail.com)

Andréa Barbará S. Bousfield é doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [a.bousfield@ufsc.br](mailto:a.bousfield@ufsc.br)

Hebe Signorini Gonçalves é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: [hebe@globo.com](mailto:hebe@globo.com)

Katia Aguiar é doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: [katiafaguiar@uol.com.br](mailto:katiafaguiar@uol.com.br)

Raquel S. L. Guzzo é doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e pós-doutora em Estudos Comunitários e Prevenção pela University of Rochester, USA. Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia. E-mail: [rguzzo@mpc.com.br](mailto:rguzzo@mpc.com.br)

***Coordenadoras da Coleção***

Ana Lídia Campos Brizola é mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do INCT CNPq Brasil Plural - IBP. Editora executiva do Núcleo de Publicações do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH/UFSC e da ABRAPSO Editora. E-mail: [ana.lidia@ufsc.br](mailto:ana.lidia@ufsc.br)

Andrea Vieira Zanella é doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista em produtividade do CNPq. E-mail: [avzanella@gmail.com](mailto:avzanella@gmail.com)